

ANAIS DA MOSTRA CIENTÍFICA DA MULTIVIX-CACHOEIRO
DE ITAPEMIRIM ISSN 2526-0510



MOSTRA
CIENTÍFICA

DA MULTIVIX CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

INTERFACE ENTRE PESQUISA, CIÊNCIA,
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Volume 2, número 1, 23-24 de Novembro de 2017

MULTIVIX

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

**ANAIS DA II MOSTRA CIENTÍFICA DA FACULDADE
MULTIVIX – CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

23 e 24 de novembro de 2017

EDITORAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS ANAIS.

Profa. Me. Ednea Zandonadi Brambila Carletti

ISSN: 2526-0510

***INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM***

Campus 1:

Rua Moreira, nº 29, Bairro Independência

Cachoeiro de Itapemirim-ES

CEP: 29.306-017

Campus 02:

Rua Gumercindo Moura Nunes, nº 134, Bairro Alto Novo Parque

Cachoeiro de Itapemirim-ES

CEP: 29.309-362

Site: <http://cachoeirodeitapemirim.multivix.edu.br/>

Telefone: (28) 3526-4250

O conteúdo de cada trabalho é de responsabilidade exclusiva dos autores.

A reprodução dos textos é autorizada mediante citação da fonte.

ANAIS DA II MOSTRA CIENTIFICA DA MULTIVIX CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo – Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim
v.1, n. 1. 23 e 24.Nov. 2017 – Anual

Diretor Executivo

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Diretora Acadêmica

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

Diretor Administrativo e Financeiro

Fernando Bom Costalonga

Direção Geral

Alcione Cabaline Gotardo

Coordenadora Acadêmica

Krisley Ferrareze Conceição

Bibliotecária

Alexandra Barbosa Oliveira

Presidente da Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Comissão Editorial:

Eliene Maria Gava Ferrão

Alcione Cabaline Gotardo

Krisley Ferrareze Conceição

Ednéa Zandonadi Brambila Carletti

Tauã Lima Verdan Rangel

Marcos Aurélio Lima Balbino

Valderedo Sedano Fontana

Endereço para Contato

A Multivix Cachoeiro situa-se a Rua Moreira, nº 29, Bairro Independência, Cachoeiro de Itapemirim, CEP 29.320-017

Contato: 28 3526-4250

E-mail: ednea.carletti@multivix.edu.br

Anais da II Mostra Científica da Multivix Cachoeiro de Itapemirim/ Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo - Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim – v. 2. n. 1, 23 e 24 nov. 2017 – Cachoeiro de Itapemirim: MULTIVIX, 2017.

Anual
ISSN2526-0510

1. Generalidades: Periódicos. I. Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim – MULTIVIX.

CDD. 000

APRESENTAÇÃO

A II Mostra Científica da Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim: Interface entre Pesquisa, Ciência, Inovação e Tecnologia, apresenta resumos que são o fruto da profícua parceria entre professores e alunos para a construção do conhecimento Científico.

A II Mostra Científica é um evento que objetiva fomentar o espírito investigativo da comunidade acadêmica, permitindo a socialização do conhecimento e a própria reflexão acerca do ambiente onde é gerado. É, pois, esse espírito investigador que desenvolve conhecimentos, capacidades e qualidades tão necessárias à vivência na sociedade contemporânea.

Os trabalhos aqui apresentados foram criados num ambiente de inquietação intelectual, onde o prazer pelo conhecimento permitiu que professores e alunos vivenciassem a experiência de “seres aprendentes”, influenciando-se mutuamente e construindo novos saberes e visões de mundo.

Desejamos a todos uma leitura significativa e repleta de novas aprendizagens.

Tadeu Antônio de Oliveira Penina
Diretor Executivo

SUMÁRIO

Apresentação	03
Raquitismo: O Estudo Das Carências Nutricionais Como Fatores Que Levam Ao Desenvolvimento Da Patologia – Hiury Marvila Gomes; Stéphanie Corrêa Marcelino; Bianca Salvador Torres; Levi Matheus Velasco; Ednéa Zandonadi Brambila Carletti	14
Análise Socioambiental E Os Aspectos Hidrológicos Da Sub-Bacia Do Córrego Do Amarelo Cachoeiro De Itapemirim/Es- Vitor Ventura Tosta; Luís Henrique Nascimento da Silva; Cristiana Gama Pacheco Stradiotti	21
Panax Ginseng, Uma Revisão Bibliográfica Sobre Interações Medicamentosas - Laís Viguini Vazzollér; Lucas Mendes Ferreira; Marianna Almeida Lemos	29
Potencial Moluscicida De Heterorhabditis Baujardi (Rhabditida: Heterorhabditidae), Isolado Lpp7 Sobre Lymnaea Columella (Gastropoda: Pulmonata): Ferramenta Alternativa No Controle Biológico Da Fasciolose – Priscila de Oliveira Lorenzoni ; Ygor Henrique da Silva; Vinícius Menezes Tunholi Alves; Jankerle Neves Boeloni ; Caio Oliveira Monteiro; Márcia Cristina de Azevedo Prata; Jairo Pinheiro da Silva; Isabella Vihena Freire Martins; Diego Pacheco Ipólito; Raphael Polonini Dias; Victor Menezes Tunholi	39
Importância Da Gestão De Pessoas Para O Ambiente De Trabalho- Felipe Gimenes; Keila Fricks; Marcos Gava; Kédyma Marques de Souza	50
A Participação Profissional Feminina Nas Diversas Áreas Do Mercado Correlacionadas À Tecnologia Da Informação: Uma Breve Discussão- Monise Marchiori Casteleri; André Rubim Mattos; Carlos Andre de Araujo; João Luiz CArrari Pimenta; Paulo Monteiro; Talita oliveira de Almeida; Kédyma Marques de Souza ...	56
Sistemas De Informação Dos Recursos Humanos- Ediviane Mello; Francisco Sandes; Telma Cassia Landi; Kédyma Marques Souza	63
Reforma Trabalhista: Alteração Das Condições De Trabalho- Géssica Louzada Santos; Jamile Gonçalves Iamas; Mayara Paulo Gomes; Taynah Loyola Alves; Ana Lucia Louzada Fernandes; Valderedo Sedano Fontana	73
Segurança Do Trabalho E Satisfação No Trabalho- Aline da Silva Rodrigues; Isabella Aparecida Ramiro Machado; Lorena Gava Fernandes; Rafaela de Araújo Furtado; Thainá Fernandes de Alcânta; Ana Lúcia Louzada Fernandes; Walter Amaro Salles	80

A Equidade De Gênero No Ambiente Organizacional Sob A Ótica Do Empoderamento Feminino- Emannuel Arcanjo Tavares Saldanha; Juliana Scheidegger; Atílio Peixoto Soares jr; Valderedo Sedano Fontana	86
Burocracia Atualmente E As Críticas Da População Brasileira- Aline da silva Rodrigues; Isabella Aparecida Ramiro Machado; Lorena Gava Fernandes; Rafaela de Araújo Furtado; Thainá Fernandes de Alcântara; Aline Juriatto Fagundes; Ednéa Zandonadi Brambila Carletti	92
Planejamento Estratégico E A Ferramenta Swot- Patrícia Costa Clemasco; Aline Jutiatto.....	98
Modelagem E Simulação Para Análise Do Processo Produtivo De Uma Empresa De Pães- Ariele Grechi; Thaina Gussão; Éder Reis Tavares; Valderedo Sedano Fontana	105
Modelagem E Simulação Para Análise De Operações Em Restaurante Especializado Em Hambúrgueres- Francian Lima Menegussi; Pietra Mendes Chamoun; Éder Redeis Tavares; Valderedo Sedano Fontana	111
Modelagem E Simulação No Software Arena: Aplicações Em Sistemas Produtivos: Processo De Produção De Cerveja- Lucas Motté Pereira; Saulo Luiz Rodrigues Ribeiro; Éder Reis Tavares; Valderedo Sedano Fontana	117
Análise Estatística De Candidatos Aptos A Serem Contemplados Com Bolsas Universitárias- Alexandra Ronquete Tose; Angelo Maróquio Biancardi; Valderedo Sedano Fontana; Valquíria Cruz Cereza.....	123
A Influência Da Monitoria No Desempenho Acadêmico- Matheus dos Anjos Bellato; Geovane Zanardi de Oliveira; Valquíria Cruz Cereza; Valderedo Sedano Fontana	132
Pesquisa De Satisfação De Funcionários Do Setor De Rochas Ornamentais E A Influência Na Produtividade- Jean Carlos Souza Cansi, Maurilio Paiva neto; Valquíria Cruz Cereza; Valderedo Sedano Fontana	138
Traçando Metas De Sucesso Para O Mercado A Partir Do Conhecimento Do Perfil Do Seu Público- Rafael Barbieri; Rayane Gomes Ferreira; Valquíria Cruz Cereza; Valderedo Sedano Fontana.....	144
Estudo De Caso – Material Mais Viavel A Ser Produzido Para Obtenção Do Lucro Máximo Usando O Software Solver- Diego Ghiotto Mendes; Thiago Luiz Pedroni Souza; Valquíria Cruz Cereza; Valderedo Sedano Fontana	152

Simulação Para Análise De Um Sistemas Produtivo De Milho- Antonio Benevenute Neto; Gerson Gomes Rodrigues; Éder Reis Tavares; Valderedo Sedano Fontana	157
Materiais Compósitos E Sua Aplicação Industrial- Loara da Silveira Bomfim; Laís Scarpini Machado; Fernanda Souza Silva; Valderedo Sedano Fontana	164
Determinação Das Propriedades Exigidas Nos Materiais Que Porporcionaram Durabilidade E Satisfatoriedade Econômica- Mariane Silva Abreu; Thamirys Peixoto Permanhan; Fernanda Souza Silva; Valderedo Sedano Fontana	169
Análise Da Cadeira Escolar- Nathália Tâmara Detomi; Luiz Henrique Nascimento da Silva; Fernanda Souza Silva; Valderedo Sedano Fontana	174
Cálculo De Área Da Armadura Longitudinal Para Pilares Intermediários De Concreto Armado- Natan Camargo Louzada; Michael Moreira Marques; Fernanda Souza Silva; Valderedo Sedano Fontana	179
Análise De Eventos Discretos Do Processo Produtivo- Wallace Maganha Verdame; Wesley Gonçalves Dutra; Éder Reis Tavares	186
Estudo Da Utilização De Postes Colapsíveis Para A Diminuição De Acidentes Fatais Com Veículos Automotores- Paulo Vinicius Turini Adame; Paula Alves Vieira; Fernanda Souza Silva; Valderedo Sedano Fontana	193
Utilização De Materiais Compósitos Reforçados Com Fibras Na Aviação- Fabiane Gabriel Avanci; Giselle Louzada Curcio; Fernanda Souza Silva; Valderedo Sedano Fontana	197
Capacidade De Carga Influenciando Em Resistência Dos Materiais- Marcos Lemes de Souza; Matheus Lemos de Souza; Fernanda Souza Silva; Valderedo Sedano Fontana	204
Cabo De Aço: História E Desenvolvimento- Gabriel dos Santos Torres; Stefano Stulzer de Almeida; Fernanda Souza Silva; Valderedo Sedano Fontana	209
Determinação Das Propriedades Exigidas Nos Materiais Que Porporcionaram Durabilidade E Satisfatoriedade Econômica- Mariane Silva Abreu; Thamirys Peixoto Permanhan; Fernanda Souza Silva; Valderedo Sedano Fontana	217
Tensão E Deformação Para Cabos De Aço Em Estruturas Fixas E Móveis Em Coberturas E Construção Civil- Ronildo Paulino de Souza Longo; Lucas Miranda Simões; fernanda Silva Souza; Valderedo Sedano Fontana	222

Cálculo De Área Da Armadura Longitudinal Para Pilares Intermediários De Concreto Armado- Natan Camargo Louzada; Michael Moreira Marques; Fernanda Souza Silva; Valderedo Sedano Fontana.....	229
Modelagem E Simulação Para Análise Do Processo Produtivo Em Uma Empresa De Beneficiamento De Rochas Calcárias Na Região De Cachoero De Itapemirim- Antônio Saulo Júnior Vianna; Luan Gorone Favero; Eder Reis Tavares; Valderedo Sedano Fontana.....	236
Modelagem E Simulação Para Análise De Operações Em Restaurante Especializado Em Hambúrgueres- Francian Lima Menegussi; Pietra Mendes Chamoun; Éder Reis Tavares; Valderedo Sedano Fontana	243
Estudo De Caso – Material Mais Viavel A Ser Produzido Para Obtenção Do Lucro Maximo Usando O Software Solver- Diego Ghiotto Mendes; Thiago Luiz Cereza Cruz; Valderedo Sedano Fontana	250
Efeito De Borda Sobre Dois Fragmentos Do Entorno Da Mata Atlântica Margeados Por Café E Eucalipto Em Duas Propriedades Do Municipio De Vargem Alta- Emanuel Vaz Pola; João Pedro Donna Milanezi; Talis da Cunha Marchioro; Tiago Ferraz Cunha; Fábio Scaramussa; Marcia Reis Grillo.....	255
Proteção E Agrupamento Dos Fragmentos Do Habitat Da Saíra Apunhalada: Prioridade Para A Conservação Dessa Espécie Endêmica- Dennys Henrique Venturin Cezatti; Matheus Machado Pazinato; Ruam Pezzin Miniguite; Fábio Scaramussa	264
O Desenvolvimento Socioeconômico Como Fator De Aumento Da Incidência De Casos De Esquistossomose Em Vargem Alta- Bruna Pessin Bergamin; Maria Joana Custódio Fávero; Camila Calvi Batista Ofranti; Giovana Fardin Pin; Marcia de Souza reis Grillo; Fábio Scaramussa	271
Intervenções Terapêuticas Relacionadas Aos Dependentes De Substâncias Psicoativas No Brasil- Sara Silva Melo; Dilcilene Silva; Thayná Merscher Vargas; Hyloran Galdino Cabral	279
Um Breve Estudo Da Personalidade: Definição, Desenvolvimento E Transtornos Da Personalidade- Ana Carolina Soares de Miranda; Jorge Eduardo Menegussi Pessanha; Ludmila Machado Lima; Paulo Cezar Catani; Samira do Nascimento Gambati; Hyloran Galbino Cabral.....	286
Escola Do Futuro: Um Modelo Educacional Que Associa Tecnologia A Educação- Iago de Paula Borges; Yara Macota Estevão; Edgard Ramos Barbosa; Kédyma Marques de Souza	293

Psicopatia E Sociopatia E Suas Individualidades Pessoais E Sociais- Aline de Almeida Sant'ana; Gabriela Silva Miranda; Izabel Aparecida de Mello Lossano Koppe; Maria da Penha Freitas Tibúrcio; Natália dos Santos; Priscila Caetano Ventura Cleto; Rhafaela Breda Corrêa da Silva; Tauã Lima Verdán Rangel	300
Sexualidade Na Terceira Idade: Uma Vida Mais Prazerosa E Feliz- Andreia dos Santos Sousa; Gabriela Rigão; Janete da Penha Ronquete Zanette; Tauã Lima Verdán Rangel	306
Os Mecanismos De Defesa Do Egoconsequências De Falhas- Anna Carolyn Souza Mariano; Géssica Teixeira Rosa; Loyana Conceição; Marilza Vianna Torrentes; Mayelli Patricio Barbosa; Patricia Arthur; Thayanara Correia Souza; Tauã Lima Verdán Rangel.....	313
Histeria- Ariane Ferreira Machado; Beatriz Lázaro Couto; Clariane Mageski Ribeiro; Eduarda Thompson Paulo; Esthefani Correia Bitencourt; Gabriele de Souza Paiva; Tauã Lima Verdán Rangel.....	319
Compreensão Sobre A Teoria Da Personalidade- Amanda Supeleto Nogueira; Laryssa Liduíno Rosa Motta;Tauã Lima Verdán Rangel	325
A Influência Da Sociedade No Desenvolvimento Da Personalidade- Arthur de Almeida Andrade; Elayne Rodrigues Jesus; Karen Pereira Camapos; Luciane Gomes Marcelino; Nicholas Costa Fraga; Tamir Nogarol Bueno; Tauã Lima Verdán Rangel	332
Educação Infantil: Como Estes Relacionam As Informações Que Já Possuem Com Novas Informações?- Caio Cezar Turini Rossetto; Tauã Lima Verdán Rangel	336
Violencia Nas Escolas: A Concepção De Professores E Alunos- Gilcéia da Silva; Sandra Mara dos Santos Franklin; Tauã Lima Verdán Rangel	340
Transtornos De Personalidade Antissocial- Juliana Gonçalves Mignone Lopes; Jhéssica Nunes Andrade; Dara Marvila Silva; Tauã Lima Verdán Rangel.....	346
O Papel Da Família No Desenvolvimento Da Criança- Paulo Henrique S. de Souza Abilio; Yasmin Damasceno Adão; Mariana Gimenez Ayres; Alice Lomeu de Lima Fernandes; Lavínia Marinho Scherrer; Thaís Martins da Silva; Tauã Lima Verdán Rangel.....	350
Motivos Que Levam A Escolha Da Graduação E Satisfação Do Aluno Frente A Ela- Rebeca de Moraes Gonçalves; Maitê Imaculada Cremasco Gouveia; Micheila Schaider Santos; Tauã Lima Verdán Rangel	356

Psicologia Social Em Fetichismo De Mercadorelações De Mercado E Psicologia- Rita de Cássia Moreira Jubini; Carlos Eduardo Silva; Caroline Temporim Santos; Deborah Barbosa Lourenço Cesar; Eduardo Rigo Catarinozi; Maria Karollinny Rodrigues Barbosa de Sá; Rhamon Novato Moreira; Tauã Lima Verdán Rangel...**362**

A Neurobiologia Das Emoções- Victória Pinheiro De Souza Ribeiro; Leandra Maria Furtado De Freiras Lima; Otávio César Oliveira; Luiz Mengalli Colle; Barbara Secato Nalesso; Maryellen Veronez Ferreira; Iasmin Dos Santos Vieira; Tauã Lima Verdán Rangel.....**368**

Ensino Jurídico Em Crise? Percepções Dos Discentes Sobre As Aulas Ministradas No Curso De Direito- Ademilson Marvila Junior; Dion Carlos Da Fonseca Sousa; Lucas Amaro Brandão; Tauã Lima Verdán Rangel**375**

Direitos Da Personalidade- Amanda Gomes Correia Miranda; Fernanda Marchetti Valeriano; Jões Marcos Morais Lourenci; Larissa Deschievone Altoé; Roany Feletti Games; Tauã Lima Verdán Rangel**382**

Entre O Ideal E A Realidade: A Ressocialização Da Pena À Luz Da Apac- Amanda Oggione Leite; Tauã Lima Verdán Rangel**389**

Poluição, Degradação Ambiental E O Direito- Andrea Da Silva Longue Alves; Cláudio José Montovani; Daniele Delfino Loyola; Filipe Lopes Obolary; Yasmin Betini Andrade; Tauã Lima Verdán Rangel**395**

Aborto: Uma Reflexão Á Luz Da Constituição Federal De 1988- Barbara Severino; Yasmin Leal De Almeida; Beatriz Santos Santana; Tauã Lima Verdán Rangel**402**

Direito A Saude E Acesso A Saude: Reflexão Com Base Nos Relatos Da População- Beatriz Machado; Juliana De Souza Ribeiro; Patrick Dos Santos Barbosa; Tauã Lima Verdán Rangel.....**408**

Os Diversos Tipos De Abandono Do Idoso Na Sociedade Brasileira- Bruna Guimarães Ferreira; Gustavo Gomes Feliz Sousa; Joyce Mendes Saldanha; Mayla Clevelares Miranda Matta; Vanessa Ferreira Rosa; Tauã Lima Verdán Rangel**413**

Feminismo E O Discurso Do Empoderamento- Caio Paulino Vaneli; Iasmin Emily Candal Ribeiro; Yagho Arruda Da Costa; Tauã Lima Verdán Rangel**419**

Minorias Sexuais Em Pauta E A Construção Da Subcultura: Um Exame Da Teoria Queer E As Implicações No Direito- Camila Santos Gomes; Emelly Dalfior De Freits; Luisa Cipriano Santana; Tauã Lima Verdán Rangel**424**

Sistema Prisional E A Ressocialização No Brasil- Carlos Eduardo Gonçalves Costa Pereira; Daiane Viana Barbosa; Henrique Gomes Ribeiro; Luana Paiva Oliveira; Luanderson Santiago Oliveira; Palomada Silva Silva; Tauã Lima Verdan Rangel ..	429
Por Um Estado Mínimo De Saúde Enquanto Direito Fundamental Entre A Utopia Humanística E A Realidade Caótica- Cassiano Silva Araujo; Hebner Peres Soares; Tauã Lima Verdan Rangel	435
Prova Na Seara Do Processo Administrativo Disciplinar Sob O Vies Da Teoria Da Arvore Do Fruto Envenenado- Cassiano Silva Araujo; Hebner Peres Soares; Tauã Lima Verdan Rangel.....	443
Eutanásia E A Morte Digna - Cíntia Maria Dos Santos Raimundo; Tauã Lima Verdan Rangel	451
Biocentrismo No Stf? O Reconhecimento Implícito De Dignidade Entre Espécies A Partir Da Análise Dos Precedentes Jurisprudenciais- Daniel Moreira Silva; Tauã Lima Verdan Rangel.....	457
Dignidades Entre Espécies: Uma Reflexão Acerca Do Reconhecimento Dos Animais Sencientes E O Alargamento Do Conceito De Dignidade- Daniel Moreira Silva; Tauã Lima Verdan Rangel	465
Preconceito Étnico E A Intolerância Enraizada Na Cultura Brasileira- Deisy Leal; Elton Sá; Tosta Willian Marcos Picoli, Tauã Lima Verdan Rangel	472
Minorias Sexuais Em Pauta E A Construção Da Subcultura: Um Exame Da Subcultura Trans E As Implicações No Direito- Diogo Romão Da Silva; David Do Nascimento Vieira; Marcos Natan Almeida Dias; Wesley Dos Santos Pereira; Tauã Lima Verdan Rangel	477
Pulsões E Desejos Na Cultura: Meu Corpo, Minhas Regras! – Diovagner Santos Alcântara; Juliana A.R. Monteiro Silva; Tauã Lima Verdan Rangel.....	485
A Constitucionalidade Da Execução Provisória Da Pena- Drielle Porto Marques; Cláudio Renato Silva Do Espirito Santo; Tauã Lima Verdan Rangel	491
Aplicabilidade Da Lei Penal No Tempo- Eduardo Canzian Baptista; Fabiano Augusto Cesar Da Rocha Filho; Gustavo Canzian Baptista; Raian Jácomo Serra; Tauã Lima Verdan Rangel.....	499
Ato Infracional E Suas Consequências – Elias Corrêa Martins; Emeron Oliveira; Natália Ribeiro Salvador; Nathan Lopes Da Silva; Wesley Brito Gomes; Tauã Lima Verdan Rangel	506

Transtorno De Conduta- Fabíola Batista Vasconcelos; Glaucia Favares Silveira; Lorena Beninca De Jesus Hemetério; Lorena Da Silva Alves; Mayara Ataíde Martins; Naara Marcolino Florêncio Abjau; Tauã Lima Verdán Rangel.....	512
Machismo Em Análise: O Preconceito Nosso De Cada Dia- Geferson Scherrer Ribeiro; Renianne Maria Santos; Fernanda Adriana Silva; Tauã Lima Verdán Rangel	518
Qual É O Acordo Doutor? A Cultura Do Acordo Nos Juizados Especiais- Giander Pablo Da Silva Costa; Marcos Michel Silva Freitas; Dayane Marvilla Da Silva; Tauã Lima Verdán Rangel.....	523
O Direito Á Saúde E Os Obstáculos Para O Efetivo Acesso Á Saúde- Gilcilene Faria Souza; Gabriella Almeida Reis; Jean Lucas Roque Ventura; Mariane Guizzard Soares; Tauã Lima Verdán Rangel	527
A Cultura Na Periferia: As Letras De Denúncia No Funk- Gilmar Alves Fernandes Junior; Arielle Fontoura Manzano; Valter Da Silva Reis Junior; Tauã Lima Verdán Rangel.....	532
Papel Do Conciliador No Direito Brasileiro- Giullyanna M. Del Pin; Magno Moreti Da Costa Jeronimo; Ryan Santos Cruz; Tauã Lima Verdán Rangel	538
Uma Análise Do Papel Desempenhado Pelo Supremo Tribunal Federal Na Concreção E Efetivação Dos Direitos Fundamentais- Heber Peres Soares; Cassiano Silva Araújo; Tauã Lima Verdán Rangel.....	543
O Discurso De Ódio Nas Redes Sociais: Nós Contra Eles- Inês Braul; Patricia Aparecida De Oliveira; Vagna Das Neves Santos; Tauã Lima Verdán Rangel	554
Pulsões E Desejos Na Cultura: Meu Corpo, Minhas Regras!- Ingrid Oliveira Scherrer; Julia Da Silva Macedo; Raysa Bonifásio Riberiro; Tauã Lima Verdán Rangel	561
A Aplicação Da Lei Maria Da Pena Nas Relações Familiares Homoafetivas- Isabela Lauzada De Almeida; Tauã Lima Verdán	567
Minorias Sexuais Em Pauta E A Construção Da Subcultura: Um Exame Da Subcultura Trans E As Implicações No Direito- Isabela Marques Nascimento; Yarley Santiago Moreira; Carla Rodrigues Muzzy; Victor Emanuel Sabino; Tauã Lima Verdán Rangel	575

O Fetiche Da Lei: Aspirações Dos Discentes Do Curso De Direito Nas Carreiras Jurídicas – Júlia Peixoto Do Amaral; Alice Schiavo Batista; Bianca Gatinho Ruas Moreira; Patricia Duarte Rezende De Souza; Tauã Lima Verdán Rangel.....	582
Laicidade Do Estado Em Debate: A Expressão “Sob A Proteção De Deus” Do Preâmbulo Constitucional Em Análise- Juliana De Souza Facin; Thaís Borsoi Fonseca; José Alexandre Da Silva Gomes; Thiago Onofre Massolari; Glauco Almeida Silva; Tauã Lima Verdán Rangel;	587
Violência Sexual No Espírito Santo: Um Impacto Físico Psicológico E Social- Laís Regina Pierim; Carlos Lenneker Ferreira Almeida; Tauã Lima Verdán Rangel	592
Direito Natural- Leonardo Alves; Tauã Lima Verdán Rangel.....	597
A Imputabilidade De Dependentes Químicos Nos Casos De Violência Contra A Mulher- Leticia Lemos Da Silva; Marcielle Filgueiras De Almeida; Mariana Elmira Lopes Bernardo; Tauã Lima Verdán Rangel.....	603
Machismo Em Análise: O Preconceito Nosso De Cada Dia- Lorenza Emmanuela Leal Toledo; Lucas Leal Toledo Silveira; Cleusimere Nascimanto; Tauã Lima Verdán Rangel.....	611
Redes Sociais E A Cultura Da Intolerância Luana Da Costa Batista; Valquiria Alcântara Mendes Moraes; Karine Dos Reis Penha; Tauã Lima Verdán Rangel....	617
O Fetiche Da Lei: Aspirações Dos Discentes Do Curso De Direito Nas Carreiras Jurídicas- Patrick Cassago Cezário; Marcelo Da Silva; Tauã Lima Verdán Rangel	624
Emancipação À Luz Do Código Civil- Maria Carolina Marchiori Cardoso; Crislane Mariano Santana; Carlos Rodolpho Medeiros Bosgaglia; Mirian Ferreira; Iuri Farias; Tauã Lima Verdán.....	629
O Princípio Do Livre Convencimento Motivado Na Era Digital- Marija Zita Chaves De Jesus; Tauã Lima Verdán Rangel.....	633
Hipossuficiência E A Promoção Do Acesso A Justiça: Obstáculos Estruturais À Luz Da Defensoria Pública- Matheus Silva Ferraz; Renzo Magno Nogueira; Leandro Scherrer De Oliveira; Natan Carreiro Romoaldo; Tauã Lima Verdán Rangel	640
Aborto: Morte Sem Viver- Milena Caetano Chagas; Jonathan Pereira Oliveira; Marvus Vinicius Oliveira; André Leandro Silotti; Breno Oliveira Souza; Tauã Lima Verdán Rangel	645

A Caracterização Do Dano Existencial: Uma Análise Do Tempo Ocioso Como Elemento Ensejador- Mirian Márcia Real Lendez De Melo; Tauã Lime Verdán Rangel	650
Feminismo E O Discurso Do Empoderamento- Pablo Dos Santos Costa Mata; Sabrina Elias Oliveira Permanhane; Jéssica Félix Feu Matiello; Ana Carolina Bufollo; Tauã Lima Verdán.....	657
As Funções Do Direito Penal E As Dificuldades Para Concretizá-Las No Âmbito Da Vida Em Sociedade- Ramon Gabriel Uliana Castilho; Luciano De Oliveira Coelho; Weverton Barbosa Felipe; Fabrieli Pessin Manzoli; Ana Júlia Turini Rossetto; Tauã Ima Verdán Rangel	661
Aplicação Do Princípio Do In Dubio Pro Reo Nos Julgados Do Tribunal De Justiça Do Estado Do Espírito Santo No Ano De 2016- Renier Milanez Baldotto; Lauromir Gobetti; Renan Morelo Beate De Macedo; Raphael Cândido De Souza; Lucas Munir Sobreira Viana; Tauã Lima Verdán Rangel	667
Cultura Do Estupro Em Pauta: Uma Reflexão Da Objetificação Da Mulher- Roberto Coutinho Barros; Anderson Petilde Lima; Wagner Cateim Vianna; Tauã Lima Verdán Rangel	674
O Princípio Da Razoável Duração Do Processo No Novo Código De Processo Civil – Sâmela Emanuella Monteiro Almeida; Stephanie Tambatotto Carreiro; Amanda Santos Guimarães; Ygor Falcão Oliveira; Wallace Fernandes Siqueira; Tauã Lima Verdán Rangel	681
Cultura Em Transformação: O Impacto Da Mídia Na Modificação Dos Hábitos Culturais- Samuel Brito Caldeira; Amanda Reis Barbosa; Karina Silva Basílio; Tauã Lima Verdán Rangel.....	687
A Cultura Na Periferia: As Letras De Denúncia No Funk – Thiane Lugão Faber Da Silva; Joice Gomes Da Silva; Nátaly Ferreira Manoel; Tauã Lima Verdán Rangel	693
Os Justiceiros Da Atualidade: Uma Análise A Luz Do Princípio Da Legalidade- Vitor Braga Finoti; Matheus Azevedo Rios; Giovana Duarte Machado; Isabelle Camporez Lorenção; Maria Eduarda Vieira; Tauã Lima Verdán Rangel.....	700
Machismo Em Análise: O Preconceito Nosso De Cada Dia- Cláudio Ricardo Cabelino; Luiz Fernando Dos Santos Sthel; Thisgo Zanardi Feliciano; Tauã Lima Verdán Rangel	706

RAQUITISMO: O ESTUDO DAS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS COMO FATORES QUE LEVAM AO DESENVOLVIMENTO DA PATOLOGIA

GOMES, Hiury Marvila

MARCELINO, Stéphanie Corrêa

TORRES, Bianca Salvador

VELASCO, Levi Matheus¹

CARLETTI, Ednéa Zandonadi Brambila²

1 INTRODUÇÃO

O raquitismo é uma doença que ocorre devido à deficiência na mineralização óssea dos ossos em crescimento, deixando os ossos frágeis, levando a lesões e deformações ósseas. Os primeiros registros na história de possíveis casos de raquitismos ocorreram por volta do século I e II D.C. Um médico de origem grega, observou deformações ósseas em bebês com maiores incidências na Roma do que na Grécia, fato este que lhe fez acreditar que as coisas estariam ligadas a falta de higiene pessoal e educação por parte das mães. Durante a Revolução Industrial ocorreu uma epidemia de raquitismo, devido às condições da época. A doença havia sido erradicada, mas devido a maus-costumes estão sendo registrados casos com maior frequência. (RAJAKUMAR, 2003; MARTINS, 2007).

O trabalho tem por objetivo identificar quais são esses maus-costumes e demais fatores de risco que podem influenciar para o desenvolvimento da doença.

2 DESENVOLVIMENTO

No raquitismo não ocorre reabsorção da placa de crescimento da cartilagem, mantém-se o crescimento da zona de hipertrofia, da zona de cartilagem proliferativa e da cartilagem calcificada, resultando assim placas desorganizadas e bem

¹Graduandos em Biomedicina na Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Mestre em Ciência da Informação (PUC-CAMPINAS). Especialista em Informática na Educação (IFES). Graduada em Pedagogia (FAFIA). Professora e Coordenadora de Pesquisa e Extensão da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

espessas (RUBIN, 2006). Também há retardo ou ausência da calcificação, principalmente na porção esponjosa da metáfise (MECHICA, 1999).

Os ossos são os maiores reservatórios de cálcio e fósforo no corpo, contendo 98,9% e 85%, respectivamente, de sua totalidade. Possuem papel importante na calcificação óssea, onde atuam formando a hidroxiapatita ($\text{Ca}_{10}(\text{PO}_4)_6(\text{OH})_2$) quando precipitados. O processo acontece da seguinte maneira: Osteoblastos secretam substância fundamental e monômeros de colágeno, que por sua vez são polimerizados e formam fibras de colágeno. Essas fibras se transformam em osteóides – que podem reter em seu interior osteoblastos, ficando em repouso, passando a se chamar então osteócitos – e logo após essa transformação passa a acontecer a precipitação dos sais na superfície das fibras. Alguns desses sais permanecem amorfos para o caso de necessidade, enquanto outros passam por adição e substituição de seus átomos, se convertendo em cristais de hidroxiapatita. Esses cristais que conferem reforço a matriz óssea (GUYTON E HALL, 2002).

Boa parte da absorção de cálcio e fosfato é realizada pela vitamina D no intestino, principalmente nos períodos de crescimento ósseo. A vitamina D pode ser obtida de forma exógena (alimentação) ou da síntese endógena no organismo, que ocorre inicialmente na conversão do 7-desidrocolesterol em colecalciferol na pele ao receber raios ultravioletas. No fígado, esse colecalciferol passa pela primeira etapa de ativação, se convertendo assim em 25-hidrocolecalciferol e é transportada aos rins. Sua conversão em 1,25-diidroxicolecalciferol (forma mais ativa da vitamina D) ocorre nos túbulos proximais dos rins, sendo necessária a presença do PTH. Com o aumento da absorção do cálcio e do fósforo no epitélio do intestino e dos túbulos renais, como consequência ocorre à diminuição da excreção desses íons na urina e nas fezes (GUYTON E HALL, 2002).

O controle de cálcio e fosfato no organismo é realizado pelos Hormônios Paratireóideo (PTH) e Calcitonina. O PTH atua regulando a absorção desses íons no intestino, a excreção pelos rins e a troca dos mesmos entre o líquido extracelular e os ossos. Na absorção dos íons, esse hormônio apresenta dois efeitos: um resultante da ativação das células ósseas, fase mais rápida, levando de minutos a horas; e a outra resultante da proliferação dos osteoclastos seguida da reabsorção osteoclástica do próprio osso, que é uma fase mais lenta, podendo levar dias ou semanas. (GUYTON; HALL, 2011).

A Calcitonina atua de maneira oposta ao PTH, inibindo a reabsorção óssea uma vez que a presença desse hormônio faz com que ocorra diminuição na atividade osteoclástica o qual o PTH é responsável (DUARTE, 2002).

Apesar de o Brasil ser um país tropical e com grande incidência solar, a população tem contato insuficiente com raio UV, além da baixa ingestão de alimentos ricos em vitamina D e cálcio (A TRIBUNA MT, 2015). De acordo com a ANVISA, o consumo diário recomendado de cálcio para crianças de 0 a 6 meses é de 300 mg/d; 7 a 11 meses, de 400 mg/d; 1 a 3 anos, de 500 mg/d; 4 a 6 anos; e de 7 a 10 anos, de 700 mg/d. Alimentos com maior riqueza destes nutrientes são principalmente o leite e seus derivados, além de folhas verdes escuras (como couve e brócolis), peixes (sardinha e salmão) e moluscos (BUENO; CZEPIELEWSKI, 2008).

Para o consumo diário de fósforo, a ANVISA recomenda para de crianças de 0 a 6 meses, 100 mg/d; 7 a 11 meses, 275 mg/d; 1 a 3 anos, 460 mg/d; 4 a 6 anos, 500 mg/d; e de 7 a 10 anos, 1250 mg/d. Alguns exemplos de alimentos ricos em fósforo são: leite, fígado de boi, peixes, castanha de caju. Porém, exceder a quantidade recomendada pode causar problemas graves. Refrigerantes a base de cola, por exemplo, possuem muito fósforo (18 mg/dl), mas não apresentam quantidade significativa de cálcio; ou seja, consumos frequentes desses refrigerantes sem a conciliação com ingestão de alimentos ricos em cálcio podem contribuir para o desenvolvimento da hiperfosfatemia, uma vez que a absorção desses nutrientes se torna desproporcional (SILVA et. al., 2004)

O Ministério da Saúde frisa também a importância da amamentação, e que o desmame seja feito apenas entre dois e três anos de idade. Isso porque o leite materno contém todos os nutrientes essenciais (incluindo o cálcio e fosfato), prevenindo assim o desenvolvimento de infecções e deficiências nutricionais. Até os seis meses de vida do bebê, apenas a ingestão do leite materno já é o suficiente, uma vez que suprem todas suas necessidades (BORGES et. al., 2007). A partir dos seis meses, o leite materno não deixa de ter um papel importante, mas para de atender todas as necessidades do bebê, podendo inclusive levar a deficiência de vitamina D caso não haja exposição ao sol adequada tanto dela quanto da mãe (MARIANI NETO, 2015).

Quanto à vitamina D, a ANVISA recomenda para todas as crianças, de 0 a 10 anos, o consumo diário de 5 mcg/d. Óleos de fígado de alguns peixes (como de atum e bacalhau) e peixes (salmão, cavala, atum) são alimentos ricos em vitamina D, podendo ser encontradas também na manteiga, gema de ovo, leite (BUENO & CZEPIELEWSKI, 2008). A exposição diária ao sol por 10 a 15 minutos é a principal recomendação feita pelos médicos.

Lerner et. al., através de um estudo realizado em escolas no município de Osasco-SP com adolescentes de ambos os sexos na quinta e oitava série, constatou que o consumo médio de cálcio é por volta de 50% do recomendado apenas. Dados do IBGE do período de 2008-2009 mostram que crianças e adolescentes entre 10 e 18 anos consomem em média 534,8 mg/d de cálcio, enquanto a quantidade recomendada para essa idade seja de 1300 mg/d, ou seja, atingem apenas 41,14%; 974,1 mg/d de fósforo sendo recomendado o consumo de 1250 mg/d, atingindo 77,92%; e 3,4 mcg/d de vitamina D enquanto a recomendação é de 5 mcg/d, atingindo 68% (GIANNINI, 2007; IBGE, 2009).

Alguns fatores que também influenciam no desenvolvimento da doença são: a genética, como deficiência de vitamina D tipo I e tipo II e hipofosfatemia; cor de pele, em que pessoas com pele escura necessitam prolongar alguns minutos de exposição ao sol devido a maior quantidade de melanina, que dificulta a absorção dos raios UVs; uso de alguns medicamentos anticonvulsivantes, como fenobarbital e difenilhidantoina (MECHICA, 1999; MARÇON, 2007).

A confirmação do raquitismo pode ser feita através de exame de raio-x, que irá mostrar alteração mineralização e a epífises proeminentes, com formato de cálice (RUBIN, 2006); e através de exames de sangue e urina, que irá analisar a quantidade de cálcio e vitamina D. Algumas características visíveis que evidenciam o raquitismo são: membros apresentando curvaturas, proeminência dos ossos frontais, crânio achatado, encurvamento da coluna vertebral (cifose, escoliose ou lordose), fraqueza muscular, dentição tardia, “peito de pombo”, rosário raquítico e dores (MECHICA, 1999; RUBIN, 2006).

O tratamento normalmente é feito de maneira bem simples, necessitando apenas do aumento da ingestão de cálcio, fósforo e vitamina D, através de alimentos ricos nesses nutrientes ou de suplementos; além da exposição ao sol diariamente. Apenas em casos mais extremos, é necessária cirurgia para correção de deformidades (MECHICA, 1999).

A suplementação de vitamina D deve ser feita apenas nos casos de crianças com níveis muito baixos de 25(OH), o que torna alto o risco para ocorrência de raquitismo. Para sua administração é necessário fazer exames para verificar se a causa é de fato a deficiência dessa vitamina, caso contrário não haverá eficiência no tratamento da doença (WINZENBERG E GRAEME, 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se então que a falta de vitamina D traz uma má absorção de cálcio e fosfato no intestino podendo assim influenciar no desenvolvimento do raquitismo. A baixa ingestão de alimentos ricos nessa vitamina e o pouco contato com raios UV também podem vir a influenciar o raquitismo.

Nos ossos são onde estão a maior parte do cálcio e do fósforo do corpo humano, por isso alguns dos principais sintomas da doença são: ossos dolorosos e frágeis e moles. Se desenvolve na maior parte das vezes em crianças, trazendo assim deficiências em ossos ainda em crescimento, devido a isso é de suma importância que a amamentação e o desmame seja feito de forma correta e nas idades certas, pois o leite materno contém os nutrientes necessários para prevenção da doença.

Sendo assim, os principais fatores de risco para se desenvolver o raquitismo em crianças são: viver em áreas onde há pouca luz solar, crianças com peles mais escuras, o nascimento prematuro e medicamentos anticonvulsivos. Deve-se tomar cuidado com crianças entre 3 e 36 meses pois nesse período de vida é onde na maior parte das vezes começa a se desenvolver o raquitismo.

No Brasil, as pesquisas e dados estatísticos da ocorrência da doença são bem escassos. Já em relação à carência tanto de cálcio quanto de vitamina D existem diversos estudos e os resultados são preocupantes. Precisa-se então que dados e

informações sobre o raquitismo sejam de mais fácil acesso, para que as pessoas saibam como prevenir, principalmente os pais com crianças pequenas, pois o tratamento é longo e deve ser feito o quanto antes em pacientes diagnosticados.

4 REFERÊNCIAS

A TRIBUNA MATO GROSSO. **Mesmo sendo país tropical, Brasil tem altos índices de deficiência de vitamina D.** Disponível em:

<<http://www.atribunamt.com.br/2015/02/mesmo-sendo-pais-tropical-brasil-tem-altos-indices-de-deficiencia-de-vitamina-d/>>. Acesso em: 23 set. 2017.

BARRAL, Danilo; BARROS, Adna Conceição; ARAÚJO, Roberto Paulo Correia de. Vitamina D: Uma Abordagem Molecular. **Pesq. Bras. Odontoped. Clin. Integr.**, João Pessoa, Vol.7, nº 3, p. 309-315, 2007

BUENO, AL; CZEPIELEWSKI, MA. Consumo de Cálcio e Vitamina D no Crescimento. **Jornal de Pediatria.** Rio de Janeiro, Vol. 84, nº 5, 386-394, 2008.

DUARTE, Poliana Mendes. **Efeito Do Estrógeno E Da Calcitonina Sobre O Reparo E Densidade Óssea Ao Redor De Implantes De Titânio Inseridos Em Ratas Ovariectomizadas.** 2003. 90 f. Dissertação (Mestrado em Clínica Odontológica) - Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba, 2002.

GIANNINI, Denise Tavares. Recomendações Nutricionais do Adolescente. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro. Vol. 4, nº 1, p. 12-18, 2007.

GOUVEIA, Cecília H.A. O Efeito Molecular do Hormônio Tireoidiano no Esqueleto. **Arq Bras Endocrinol Metab.** Vol. 48, nº 1, p. 183-195, 2004.

GUYTON, Arthur Clifton; HALL, John E..**Tratado de Fisiologia Médica.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2002.

IBGE. **Tabela 2.4 - Média do consumo de minerais e vitaminas, por sexo e grupos de idade, segundo os nutrientes.** Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Orcamentos_Familiares/Pesquisa_de_Orcamentos_Familiares_2008_2009/Analise_do_Consumo_Alimentar_no_Brasil/tab2_4.zip>. Acesso em: 23 de set. 2017.

JUNIOR, E.P.S. et. al. Epidemiologia da deficiência de vitamina d. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.4, n.3, Pub.2, Julho 2011.

LERNER, B.R. et al. O Cálcio Consumido por Adolescentes de Escolas Públicas de Osasco, São Paulo. **Rev. Nutr.**, Campinas. Vol. 13, nº 1, p. 57-63, 2000.

MAIA, M.; MAEDA, S.; MARÇON, C. Correlação Entre Fotoproteção e Concentrações de 25 hidroxivitamina D e Paratormônio. **An Bras Dermatol.**, São Paulo. Vol. 82, nº 3, p 233-237, 2007.

MARTINS-SILVA, J. Breve História do Raquitismo e da descoberta da Vitamina D. **Acta Reumatológica Portuguesa**, Lisboa, nº 32, 205-229, 2007.

MECHICA, José B.. Raquitismo e Osteomalacia. **Arq. Bras. Endocrinol Metab.**, São Paulo, Vol. 43, nº 6, p. 457-466, Dezembro, 1999.

RAJAKUMAR, K. Vitamin D, cod-liver oil, sunlight, and rickets: a historical perspective. **Pediatrics**, Pittsburgh, nº112, e132-135, 2003.

RUBIN, Emanuel et al. **Rubin patologia: bases clinicopatológicas da Medicina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

SILVA, Bárbara C. Carvalho et. al. Prevalência de Deficiência de Vitamina D e sua Correlação com PTH, Marcadores de Remodelação Óssea e Densidade Mineral Óssea, em Pacientes Ambulatoriais. **Arq. Bras. Endocrinol. Metab.** Vol. 53, nº 3, p. 482-488, 2008.

SILVA, C.C; TEIXEIRA, A. S.; GOLDBERG, T.B.L. Impacto da Ingestão de Cálcio sobre a Mineralização Óssea em Adolescentes. **Rev. Nutr.** Campinas, Vol. 17, nº 3, p. 351-359, 2004.

WINZENBERG, Tania; JONES, Graeme. Em Tempo: Deficiência da Vitamina D: quem precisa de suplementação? **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, Vol. 34, nº 1, p. 3-4, Março, 2016.

ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL E OS ASPECTOS HIDROLÓGICOS DA SUB-BACIA DO CÓRREGO DO AMARELO CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES¹

TOSTA, Vitor Ventura

SILVA, Luís Henrique Nascimento da²

STRADIOTTI, Cristiana Gama Pacheco³

1 INTRODUÇÃO

O recorte das bacias hidrográficas é um importante instrumento para os estudos ambientais. A ocupação pelo homem a fim de aproveitar os recursos naturais disponíveis, faz com que os elementos da bacia se modifiquem, alterando suas características ao longo do tempo, o que conseqüentemente, acaba ocorrendo um total desequilíbrio do meio ambiente.

A sub-bacia do Córrego do Amarelo possui uma área total de 9.42 km² passando pelos bairros São Geraldo, Paraíso e Amarelo no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES. O córrego sofre com uma intensa degradação ambiental fruto de um crescimento populacional desordenado em seu entorno. O córrego encontra-se assoreado, com vegetação escassa, águas turvas e fétidas, com intensa deposição de lixo e apesar da existência da rede coletora de esgoto, ainda se lançam esgoto devido a pontos de escoamento clandestinos.

Neste contexto, objetivou-se com este trabalho realizar um estudo socioambiental e hidrológico de toda a sub-bacia do Amarelo (das nascentes à foz) para o levantamento dos principais impactos ambientais sofridos e realização de medidas corretivas beneficiando toda a comunidade que ali convive.

¹Resumo originado do projeto PIC Junior financiado pela Fapes.

²Graduandos em Biomedicina na Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Biotecnologia da Reprodução e Animais Silvestres pela UENF. Graduação em Ciências Biológicas pela UFV. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim e Multivix Castelo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para que o objetivo proposto fosse atingido, foram selecionados 10 alunos da Escola Municipal Fraternidade e Luz, todos cursando o ensino médio, localizada no bairro, para serem capacitados para ir a campo e realizar através de vistorias “in loco” um diagnóstico ambiental do córrego. Os cursos de capacitação foram realizados tanto na escola quanto nos campus I e II da Multivix Cachoeiro e ministrados pelos monitores e professores da Instituição. Além disso, todo o acervo bibliográfico e laboratório de informática da Multivix foram disponibilizados aos alunos da escola.

A análise dos principais impactos ambientais e das potencialidades da bacia hidrográfica do Córrego do Amarelo foi realizada a partir de pesquisas de campo, vistoria ambiental de todo o trecho do córrego (nascentes à foz) e com análise socioambiental. Foram aplicados questionários sócios econômicos nas comunidades ao entorno a fim de conhecer a percepção ambiental dos moradores com o ambiente local.

Em relação à hidrologia serão realizadas coletas e análises laboratoriais dos aspectos físico-químicos (pH, turbidez e oxigênio dissolvido) e microbiológicos da água do córrego para o reconhecimento e entendimento de suas alterações hídricas. Para os exames físico-químicos serão utilizados aparelhos digitais próprios para a mensuração dos parâmetros descritos e para o microbiológico será observado crescimento bacteriano e de algas através da utilização de meio nutritivo em placas de petri com posterior análise microscópica dos microrganismos que obtiverem crescimento.

No laboratório será feito exame microbiológico através da semeadura de amostras de água em ágar nutriente para observação de crescimento bacteriano e posterior identificação das espécies. O estudo dos microrganismos (fungos e bactérias) depende da obtenção de uma grande quantidade de microrganismos idênticos (cultura pura), que são obtidos em laboratório através do isolamento a partir de uma população mista. Para isto devemos preparar meios de cultura estéreis e conservá-los em condições estéreis (desprovidos de qualquer forma de vida).

Ao semear a amostra, deve-se ter o cuidado técnico necessário para que não haja contaminação externa (ambiental). Este procedimento denomina-se técnica asséptica. Em sua execução a alça bacteriológica será introduzida em uma amostra de água bem homogeneizada, fazendo-se movimentos para baixo e para cima no sentido vertical. A alça carregada é então utilizada para inocular o meio de cultura, fazendo-se, inicialmente, uma linha reta no centro da placa e completando-se o espalhamento com uma série de passagens em um ângulo de 90°, através da linha original.

Depois de inoculado, o meio de cultura contendo os microrganismos será incubado (colocado para crescer) em estufa a 37°C por 24 horas. O crescimento bacteriano significará o desenvolvimento de uma população a partir de uma ou algumas células, que poderá ser evidenciado a olho nu, sob a forma de colônias, ou através do uso de microscopia óptica.

3 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento de nossa sociedade urbana, por não conhecer os seus limites, ocorreu de forma desordenada, sem planejamento, à custa de níveis crescentes de poluição e degradação ambiental. Esses níveis de degradação começaram a causar impactos negativos significantes comprometendo a qualidade de vida de todos os seres ali viventes (ROCHA,2007).

Não diferente, o processo de urbanização no município de Cachoeiro de Itapemirim ocorreu nessa perspectiva. O município de Cachoeiro de Itapemirim está localizado ao Sul do Espírito Santo e apresenta uma população de 180.984 habitantes (IBGE, 2010). Trata-se do principal centro econômico dessa região do estado. Segundo Aguiar e colaboradores (2012) a cidade se destaca em sua economia o setor de extração e beneficiamento de rochas, principalmente mármore e granito, sendo um centro internacional de rochas ornamentais. Na indústria sobressai a produção de cimento, calçados e laticínios. O município integra a principal bacia hidrográfica do sul do estado, a do rio Itapemirim.

A cidade se constituiu entorno da bacia hidrográfica do rio Itapemirim estendendo-se para áreas das sub-bacias, os córregos. Na sub-bacia hidrográfica do Córrego do Amarelo, como nas demais bacias, é possível observar que esta sofreu consideráveis transformações ao longo dos anos em consequência do processo de ocupação humana, crescimento populacional e desenvolvimento econômico da cidade.

O processo de urbanização de Cachoeiro de Itapemirim se intensificou principalmente a partir da década de 1970 com o desenvolvimento econômico pautado no capitalismo e processo de industrialização. Sem um planejamento estratégico de desenvolvimento do espaço urbano quanto ao esgotamento sanitário e nenhuma preocupação ambiental, a cidade se constituiu de forma desordenada provocando grandes impactos ambientais no entorno das bacias hidrográficas.

Sabe-se que os impactos ambientais em área urbana não existem somente pelo fato da população ocupar áreas próximas do córrego, os fatores físicos também colaboram para o processo de degradação, porém, a ação antrópica acelera este processo. Isto pode ser justificado pelas palavras de Guerra e Cunha, (1996, p.344):

[...] os processos naturais, como formação dos solos, lixiviação, erosão, deslizamentos, modificação do regime hidrológico e da cobertura vegetal, entre outras, ocorrem nos ambientes naturais, mesmo sem a intervenção humana. No entanto, quando o homem desmata, planta, constrói, transforma o ambiente, esses processos, ditos naturais, tendem a ocorrer com intensidade muito mais violenta e, nesse caso, as consequências para a sociedade são quase sempre desastrosas.

Rubem Braga, cronista renomado de Cachoeiro de Itapemirim descreve o córrego da seguinte forma: “Nasci a dez metros da margem direita do Córrego Amarelo e a menos de cem metros da margem direita do rio Itapemirim, onde ele se lança. Mudei depois para a margem esquerda do córrego; e uma grande parte da minha infância foi passada a li, a pescar piabas, carás, bagres, moreias, camarões e lagostins, às vezes até mesmo um piauzinho vermelho que entrava pelo córrego; o Amarelo foi o nosso primeiro amigo da infância, só depois sumimos pelo rio e pelo mar”. Dentro de sua crônica é mostrada a fauna abundante por ele descrita o que submete a ideia de um córrego ambientalmente equilibrado.

Atualmente, podem ser observados diversos impactos ambientais como consequência da ação antrópica desmedida. A construção das residências nas

margens do córrego ocasionou seu estreitamento, assoreamento, degradação da fauna e flora nativa, comprometeu a qualidade hídrica com esgotamento sanitário indevido. Segundo a resolução CONAMA nº. 001/86 art. 1º pode-se definir:

[...] impacto ambiental como sendo qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam:

I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V – a qualidade dos recursos ambientais.

É possível afirmar por meio desta resolução que a urbanização e a concentração populacional são fatores impactantes do meio natural; já que o impacto ambiental representa todas as formas de intervenção no meio ambiente, sejam intervenções de ordem ambiental ou social. Dentro da análise sócio ambiental Grazia e Queiroz (2001, p. 15) concebem espaço socioambiental como sendo “aquele onde vive e no qual articula indissolúvelmente sociedade e meio ambiente”.

Conhecer a condição socioambiental de determinado local, como o Córrego do Amarelo, proporciona a possibilidade de se estabelecer medidas mitigadoras corretivas e compensatórias pautadas na necessidade de melhoria da qualidade ambiental, beneficiando a existência de todos os seres ali viventes e ainda possibilitando a reintrodução da fauna e flora que outrora existiu.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os alunos de Iniciação Científica foram capacitados nos seguintes cursos: Foram realizados os seguintes cursos de capacitação aos bolsistas do Pic Jr:

1. Noções de Ecologia,
2. Recursos Naturais,
3. Hidrologia,
4. Impacto Ambiental,
5. Técnica de Microscopia,
6. Doenças de Veiculação Hídrica,
7. Microbiologia,

8. Metodologia Científica,
9. Biossegurança,
10. Coleta e Análise de Água

Sendo que os cursos de Impacto Ambiental, técnicas de microscopia, microbiologia, coleta e análise de água foram teóricos e práticos. Após as capacitações os bolsistas foram, acompanhados dos monitores, a campo realizar a vistoria ambiental das nascentes à Foz do Córrego do Amarelo.

Ao longo das vistorias percebeu-se que os principais impactos foram causados devido a ocupação irregular das margens do córrego fruto de um crescimento populacional desordenado em seu entorno. Apesar da existência da rede coletora de esgoto e coleta de lixo regular, realizada pela Prefeitura Municipal de Cachoeiro, percebeu-se que as residências ainda, em sua maioria, lançam o esgoto e o lixo doméstico direto no córrego o que torna as águas turvas e fétidas.

Em locais sem ocupação urbana o grande problema é o desmatamento dos topos dos morros e mata ciliar trazendo como consequência o assoreamento do rio e perda de volume d'água das nascentes. Através dos questionários aplicados pode-se observar que as residências deixaram de utilizar as águas do córrego, porem constatou-se que a grande maioria dos estabelecimentos lançam seus resíduos diretamente no córrego sem nenhum tratamento prévio, o que denota a não preocupação da população moradora no entorno do córrego com a saúde ambiental do mesmo.

As análises dos parâmetros físico-químicos e microbiológicos encontram-se ainda em andamento, mas, através dos ensaios dos exames microbiológicos realizados nas águas do córrego constatou-se uma alta incidência de bactérias de natureza patogênica, percebendo-se que em determinados trechos do córrego há residências lançando esgoto de banheiro diretamente no córrego.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o período de um ano de andamento do Projeto foi possível aplicar todos os cursos de capacitação aos bolsistas do Pic Jr, propostos para o período e desenvolver nos estudantes as habilidades necessárias para o desenvolvimento prático proposto.

Com os alunos capacitados foi realizada a vistoria ambiental ao longo do Córrego do Amarelo (das nascentes a foz) e levantar os principais impactos sofridos pelo córrego ao longo deste percurso: ausência de vegetação de topo de morro, o que prejudica o reabastecimento das nascentes e conseqüentemente de todo o córrego, ausência de mata ciliar em quase todo o percurso onde não havia edificação, o que auxilia o assoreamento.

Na região urbana devido a ocupação desordenada, as margens do córrego encontram-se ocupadas por residências e comércio e que, em sua maioria, lançam seus esgotos e lixo doméstico dentro do córrego, apesar de haver coleta de ambos os resíduos no bairro, o que contribui para a alteração da cor da água e do odor fétido característico de curso d'água eutrofizado.

Ainda, com as imagens provenientes das vistorias, foi desenvolvido um álbum de fotos onde são listados todos os impactos observados, esse álbum faz parte da construção do relatório técnico fotográfico e descritivo que se encontra sendo elaborado pelos bolsistas e que servirá de documento comprovando os impactos observados.

Nesta nova etapa, será iniciada a coleta e a análise laboratorial da água do Córrego do Amarelo, cuja coleta será realizada em vários pontos (ao menos 5) da nascente a foz. Acreditamos que ao juntarmos os dados do diagnóstico ambiental, com os dados da análise laboratorial da água, teremos dados suficientes para elaborar possíveis medidas mitigadoras para o Córrego.

Todo o diagnóstico e as medidas mitigadoras serão apresentados a Comunidade do amarelo, Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim para ciência dos dados e firmar parcerias para implantação das medidas mitigatórias.

6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. M.; Heller, L.; Melo, E. M. **Ação comunicativa na gestão de um serviço privatizado de água e esgotos: uma avaliação em Cachoeiro de Itapemirim (ES)**. Rev. Adm. Pública vol.46 nº6 Rio de Janeiro Nov./Dec. 2012.

BRAGA, Rubem. **Crônicas do Espírito Santo** - 3ª Ed. 2013. Editora Global

GRAZIA, G.; QUEIROZ, L. L. et al. **O desafio da sustentabilidade urbana. Rio de Janeiro**: FASE/IBASE, 2001. (Série Cadernos Temáticos, n. 5).

GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. (Orgs.). **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 372 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Lei nº 9.433/97 – **Política Nacional dos Recursos Hídricos**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm> Acessado em fevereiro de 2016.

RESOLUÇÃO CONAMA. 001, de 23 de janeiro de 1986. **Diretrizes e normas para a Avaliação de Impacto ambiental**. Disponível em
<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html> Acessado em fevereiro de 2016

ROCHA, V.; Gomes. Resíduos Sólidos Urbanos: Análise sobre a Situação do Município da Barra dos Coqueiros/SE. Revista da Fapese, v.3, n. 2, p. 25-38, jul./dez. 2007

PANAX GINSENG, UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS

VAZZOLLÉR, Laís Viguini
FERREIRA, Lucas Mendes¹
LE MOS, Marianna Almeida²

1 INTRODUÇÃO

Existem evidências na literatura de que o uso de ervas medicinais como método de tratamento patológico iniciou-se entre os anos de 2838-2698 a.C, sendo a prática ainda hoje empregada, principalmente pela população adulta e idosa (TEIXEIRA; SANTOS, 2011). Mesmo com a chegada da Revolução Industrial, introdução da química orgânica e aperfeiçoamento dos produtos sintéticos no tratamento farmacológico a cultura popular de utilizar plantas medicinais ainda hoje predomina (CORDEIRO, et al, 2005).

Segundo o ministério da saúde entre 2013-2015 a busca por tratamento à base de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos dobrou, aumentando cerca de 161% (PORTAL BRASIL, 2016, acesso em 18 out 2017). Há vários fatores envolvidos no aumento significativo do número de pessoas que optam em realizar o tratamento patológico a base de plantas medicinais, a começar pela falsa concepção de que o medicamento natural é seguro, efetivo, livre de intoxicações, interações medicamentosas e efeitos adversos. Esse pensamento equivocado no Brasil está diretamente ligado a falta de programas educativos em saúde, uma vez que, sem as devidas instruções os conhecimentos empíricos (tradição cultural) acumulados no passado são empregados sem critério e responsabilidade. Como resultado, a população em geral acaba praticando a automedicação que na maioria das vezes são fundamentadas em informações recebidas por outros usuários, também leigos (NICOLETTI, et al, 2007).

¹ Graduandos do Curso de Biomedicina da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

² Mestre em Ciências Naturais pela UENF. Graduação em Farmácia pela Estácio de Sá. Professora da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Indubitavelmente as plantas medicinais e fitoterápicas são fundamentais na área terapêutica, como demonstram os índices da Organização Mundial de Saúde, onde dos 252 fármacos considerados essenciais, 11% são de origem exclusivamente vegetal. Além de movimentarem bilhões de dólares, destacando um índice de 1996, quando o Brasil arrecadou 8 bilhões de dólares na indústria farmacêutica, sendo que 25% do total foram provenientes de plantas medicinais (CORDEIRO, et al, 2005; Ministério de Saúde, 2006, acesso em: 19 out 2017).

Logo, percebe-se a influência que essas plantas apresentam na área terapêutica, onde no Brasil são amplamente utilizadas, sendo, por esse motivo relevante a disseminação do conhecimento a respeito das condições de cultivo, identificação farmacobotânica, possíveis reações adversas, posologia e interações medicamentosas decorrentes do seu uso (NICOLETTI, et al, 2007).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo constituiu-se em uma revisão de literatura realizada entre o período de outubro de 2017 a novembro de 2017. Os artigos selecionados foram obtidos através das bases de dados *Scielo*, Biblioteca Virtual em Saúde, Revista Acadêmica de Universidades Federais e Revista Oswaldo Cruz, utilizando as seguintes combinações de palavras-chave: *interação de medicamentos e fitoterápicos; medicamentos e ervas medicinais; Fitoterápico Panax Ginseng; Panax Ginseng e interações*. Em adição, um artigo foi incluído a partir das referências bibliográficas de um dos artigos selecionados, devido ao grande número de citações no banco de dados *PubMed*: *"An overview of the evidence and mechanisms of herb–drug interactions"* (2012). Foram incluídos estudos a partir de 1º de janeiro de 2000: publicados em português e inglês; que associavam interações de medicamentos a fitoterápicos e ervas medicinais e/ou abordassem casos clínicos de possíveis interações entre ambos, principalmente envolvendo *Panax Ginseng*. Foram excluídos artigos que envolvessem outros tipos de interações medicamentosas e trabalhos repetidos. Sabe-se que a principal interação medicamentosa está no processo de metabolização, onde alguns compostos oriundos de plantas podem induzir ou inibir as enzimas do citocromo P450, mediante o exposto preconizou-se abordar nesta revisão de literatura interações

medicamentosas menos esclarecidas, uma vez que o mecanismo de interação com enzimas do citocromo P450 já está bem elucidado na literatura.

2 DESENVOLVIMENTO

Quando usada de forma indiscriminada as plantas medicinais podem exercer efeito contrário ao desejado, como possíveis intoxicações e ou interações medicamentosas. Compreende-se como interação medicamentosa a ocorrência de interações entre dois fármacos, onde há mudança no efeito de uma droga, decorrente do uso simultâneo de outra no mesmo período (CORDEIRO, et al, 2005; NICOLETTI, et al, 2007). Essas interações podem ser classificadas em farmacocinética e farmacodinâmica. Nas interações farmacocinéticas os processos de absorção, distribuição, metabolismo e excreção dos fármacos em questão tornam-se absolutamente comprometidos. A principal alteração ocorre no processo de metabolização, onde alguns compostos oriundos de plantas podem induzir ou inibir as enzimas do citocromo P450, responsáveis pelo metabolismo oxidativo. Quando as enzimas são inibidas verifica-se redução na velocidade do processo de biotransformação, ocasionando aumento nas concentrações plasmáticas das substâncias administradas, gerando assim efeitos farmacológicos e tóxicos (CARNEIRO, COMARELLA, 2016; HIROTA, et al, 2014). Entretanto, quando as enzimas são induzidas há um aumento no metabolismo da droga, as concentrações plasmáticas tornam-se muito baixas, sendo, portanto incapazes de gerar um efeito terapêutico, comprometendo sua eficácia (FASINU, et al, 2012). Nos casos em que as interações são farmacodinâmicas os efeitos terapêuticos tornam-se também comprometidos, uma vez que o efeito de um fármaco no organismo está diretamente ligado à sua capacidade de se ligar a receptores celulares específicos. A ligação em receptores específicos fica inviabilizada quando há uso simultâneo de fármacos e plantas medicinais, pois o uso concomitante pode facilmente alterar a resposta a esses receptores, seja por sinergismo ou antagonismo (ALEXANDRE, et al, 2008).

3.1 *Panax Ginseng*

A espécie *Panax Ginseng* é uma das mais populares plantas medicinais conhecidas até hoje, principalmente na tradição chinesa. O fitoterápico é usado para melhora da

qualidade de vida geral, aumento das habilidades físicas e mentais do indivíduo (RATES; GOSMAN, 2002). Para Harnack (apud ELLIS; REDDY, 2002) os pacientes que fazem o uso do medicamento, relatam melhora na qualidade de vida em geral, com melhora de humor, estado físico e melhora do desempenho. Além disso, estudos realizados indicam efeito em mulheres com queda dos níveis hormonais, característico da pós-menopausa, efeito sobre idosos com problemas de memória e pacientes diabéticos (ELLIS; REDDY, 2002). O conhecimento do gênero ainda é limitado, o que dificulta a compreensão do mecanismo de atuação do fitoterápico sobre esses efeitos apresentado anteriormente (RATES; GOSMAN, 2002). Por ser amplamente explorada na produção fitoterápica há disponível no comércio variadas fórmulas/constituintes químicos da planta, sendo, portanto inviável promover uma avaliação eficaz e segura dos medicamentos oriundos dessa planta (ALEXANDRE, et al, 2008). Dentre as interações medicamentosas já registradas destacam-se nesse trabalho as interações entre fitoterápicos à base de *Panax Ginseng* e varfarina, um anticoagulante oral e entre fitoterápicos à base de *Panax Ginseng* e glibenclamida, um hipoglicemiante oral (ALEXANDRE, et al, 2008; CARVALHO; ROCHA, 2014).

3.1.1 *Panax ginseng* e anticoagulantes

Os anticoagulantes orais estão entre as drogas que mais apresentam interações medicamentosas. A varfarina está entre as 15 drogas mais prescritas quantitativamente, onde nos Estados Unidos verificaram-se em um ano mais de um milhão de prescrições do fármaco. Preconiza-se o uso de varfarina em situações de prevenção e ou tratamento de tromboembolismo venoso, embolia sistêmica, pacientes com próteses vasculares e fibrilação atrial e acidente vascular cerebral (AVC) (TELES, et al, 2012). Quando administrada, seu principal mecanismo de ação consiste em ser antagonista da vitamina K, vitamina responsável por atuar como cofator na carboxilação de resíduos específicos de ácido glutâmico, originando o ácido gama carboxiglutâmico (Gla), aminoácido envolvido na promoção da atividade dos fatores de coagulação II, VII, IX e X (KLACK; CARVALHO, 2006). Uma vez que a atuação da vitamina K é bloqueada pelo antagonismo da varfarina, alguns fatores de coagulação dependentes de vitamina K não são ativados, reduzindo a capacidade de coagulação do sangue, não havendo possibilidade em concluir a formação das redes de fibrinas. Há relatos de possível interação entre fitoterápicos provenientes de *Panax Ginseng* e

varfarina. Como consta registrado um caso clínico, onde uma mulher de 47 anos fazia uso do medicamento varfarina (5mg/dia) há 7 anos em decorrência da implantação de uma válvula mecânica na aorta. Em determinado momento a mesma iniciou o uso de fitoterápico proveniente de *Panax Ginseng*, consumindo 3 cápsulas ao dia. Ao fazer exame de tempo de protrombina (TAP) verificou-se que os valores que antes se apresentavam normais para pacientes que fazem uso de anticoagulantes (2,5 a 3,5) mostraram-se alterados, declinando para 1,5. O tempo de protrombina (TAP) consiste em um teste de avaliação da via extrínseca e comum da coagulação, ou seja, os fatores VII, X, V e II e fibrinogênio são respectivamente avaliados medindo o tempo de coagulação. Tempo de protrombina alto significa dizer que o processo de formação de um coágulo é mais lento. Tempo de protrombina baixo significa dizer que o processo de formação de um coágulo é mais rápido. Logo os valores apresentam-se aumentados em pacientes com deficiência de fibrinogênio, e de qualquer um dos fatores mencionados anteriormente, em pacientes que fazem uso de anticoagulantes, como o caso da paciente citada acima, nas doenças hepáticas e deficiência de vitamina K, pois, os fatores II, VII e X são dependentes desta vitamina (REIS, et al, 2005).

Os valores se restabeleceram dentro da normalidade no momento em que a paciente suspendeu o uso do medicamento fitoterápico, podendo dessa forma concluir que o fitoterápico estaria interagindo com a varfarina, impedindo que a mesma inibisse com precisão a vitamina K, havendo, portanto, atividade dos fatores de coagulação, aumentando a probabilidade de formação de coágulos. Desta forma evidenciou-se uma possível interação entre ambos os medicamentos (ALEXANDRE, et al, 2008).

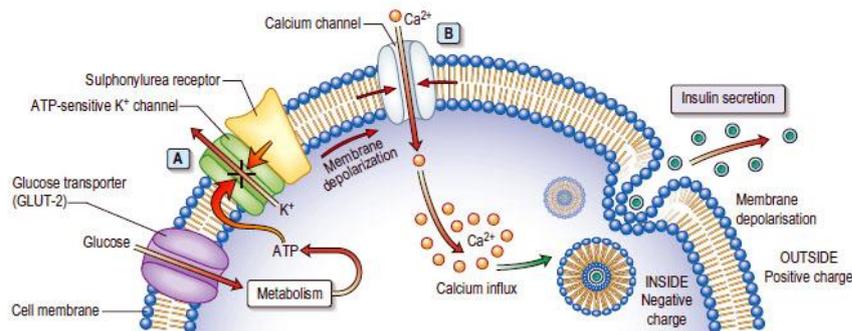
3.1.2 *Panax ginseng* e hipoglicemiantes

Alguns fitoterápicos provenientes de *Panax Ginseng* podem induzir uma hipoglicemia em indivíduos que já fazem uso de hipoglicemiantes orais, na diabetes mellitus 2 (ALEXANDRE, et al, 2008). A diabetes mellitus 2 é o tipo mais incidente, variando de 90-95% dos casos. A fisiopatologia consiste em um quadro de resistência periférica à insulina por fatores como predisposição genética, glicotoxicidade, estresse oxidativo, onde a insulina produzida no pâncreas apresenta-se em quantidade não suficiente ou

irregular, caracterizando então a resistência dos tecidos insulinos dependentes, inviabilizando a captação adequada de glicose circulante (ALVES, et al, 2017). Pacientes portadores dessa fisiopatologia fazem uso de hipoglicemiantes orais, cujo objetivo é regular os níveis de glicose circulante por diferentes mecanismos. Destaca-se o uso de glibenclamida, um hipoglicemiante pertencente ao grupo farmacológico das sulfoniluréias de segunda geração, preconizado em pacientes não obesos, diagnosticados com diabetes mellitus 2. Sua função está em estimular uma maior atividade pancreática na produção de insulina. Quanto maior a concentração de insulina na circulação, maior é a captação de glicose por intermédio da insulina, mesmo que produzida no diabetes mellitus 2 sem total eficácia. Fisiologicamente, a insulina produzida nas células beta pancreáticas é dependente de estímulos para ser liberada na circulação.

O principal estímulo para liberação da insulina consiste no aumento da concentração de glicose circulante. Isso porque o aumento da glicose circulante ativa canais glut-2 presentes na membrana da célula beta pancreática, permitindo que parte da glicose adentre a célula e seja metabolizada por diferentes vias (ciclo de Krebs, via glicolítica), gerando ao término moléculas de adenosina trifosfato (ATP). O aumento na produção de ATP no interior da célula promove o bloqueio de canais de potássio, induzindo uma alteração elétrica celular, gerando despolarização de membrana. Com a despolarização, há conseqüentemente alternância elétrica celular, responsável pela abertura de canais de cálcio voltagem dependente. O cálcio adentrando a célula beta pancreática estimula a liberação de vesículas pré-fabricadas contendo insulina (MARROQUI, et al, 2012). A glibenclamida age pelo mesmo mecanismo, entretanto além do ATP agindo no bloqueio dos canais de potássio, o hipoglicemiante também promove o bloqueio, induzindo a despolarização, aumentando entrada de íons cálcio e potencializando a liberação de insulina (REIS; VELHO, 2000).

Figura 1: Insulin secretion sulfonilureia



Fonte: ZOTTIS, 2012.

A interação entre *Panax Ginseng* e hipoglicemiantes como glibenclamida podem intensificar um processo de hipoglicemia, pois além de haver atividade do hipoglicemiante oral no aumento da liberação de insulina, o fitoterápico aumenta a sensibilidade dos receptores de insulina, maximizando ainda mais a atividade insulínica na captação da glicose (ALEXANDRE, et al, 2008).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa bibliográfica realizada sobre as possíveis interações entre fármacos e medicamentos fitoterápicos elaborados com *Panax ginseng* estão apresentados nos tópicos 3.1.1 e 3.1.2 respectivamente. Destaca-se que, há outras interações relatadas em estudos e artigos, entretanto preconizou-se falar das duas interações descritas acima por apresentarem poucas elucidações científicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento popular empírico, de que o uso de medicamentos "naturais" não acarreta efeitos colaterais é um dos motivos que contribuem para o aumento da utilização dos fitoterápicos. O que potencializa a discussão a respeito do uso indiscriminado desses. Uma vez que, a utilização concomitante de medicamentos sejam eles fitoterápicos ou não podem causar interações medicamentosas. A interação ocorrente pode ser de caráter tóxico, ou ainda, levar a não efetivação do efeito medicamentoso. Dessa forma, o trabalho de conscientização de médicos, farmacêuticos e envolvidos na área de saúde, deve-se estar relacionada à

desmistificação de que o remédio natural poderá ser utilizado sem prescrição, pois não fará mal. Além disso, a instrução para a população por parte desses, de que a indicação do uso de fitoterápicos na medicina humana não deve substituir medicamentos registrados, mas sim aumentar a opção terapêutica desde os fitoterápicos tenham indicação terapêutica definida, para que seu uso seja seguro e com eficácia garantida.

6 REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, R. F, et al. Interações entre fármacos e medicamentos fitoterápicos à base de ginkgo ou ginseng. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, Curitiba, v. 18, n. 1, jan./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v18n1/a21v18n1.pdf>>. Acesso em: 19 outubro 2017.
- ALVES, C.R, et al. Fármacos para o Tratamento do Diabetes Tipo II: Uma Visita ao Passado e um Olhar para o Futuro. **Revista Virtual de Química**, Niterói, v. 9, n. 2, fev. 2017. Disponível em: <http://rvq.s bq.org.br/imagebank/pdf/AlvesNoPrelo.pdf>>. Acesso em: 27 outubro 2017.
- CARNEIRO, A.L.C; COMARELLA, L. Principais interações entre plantas medicinais e medicamentos. *Revista Saúde*. 2016. Disponível em: <<https://www.uninter.com/revistasaude/index.php/saudeDesenvolvimento/article/viewFile/491/305>>. Acesso em: 22 outubro 2017.
- CARVALHO, J.I; ROCHA, M.S. Interações medicamentosas dos *Ginkgo biloba*, *Panax ginseng* e *Hypericum perforatum* com medicamentos alopáticos. **Revista Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <http://revista.oswaldocruz.br/Content/pdf/Edicao_10_Carvalho_Jose_Ivam.pdf>. Acesso em: 22 outubro 2017.
- CORDEIRO, C.H.G, et al. Interações medicamentosas de fitoterápicos e fármacos: *Hypericum perforatum* e *Piper methysticum*. **Revista Brasileira de Farmacologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, set./out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v15n3/a19v15n3.pdf>>. Acesso em: 18 outubro 2017.
- ELLIS, J. M; REDDY, P. Effects of *Panax ginseng* on Quality of Life. **Ambulatory Care**, v. 36. 2002. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12605613>>. Acesso em: 02 nov 2017.
- FASINU, P.S, et al. An overview of the evidence and mechanisms of herb–drug interactions. **Frontiers in Pharmacology**, Lausanne, v. 3, abr. 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3339338/>>. Acesso em: 22 outubro 2017.

HIROTA, B.C.K, et al. Interações planta-medicamento: importância e mecanismo de ação. *Visão Acadêmica*, Paraná, v.15, n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/academica/article/view/35736/22487>>. Acesso em: 22 outubro 2017.

KLACK, K; CARVALHO, J.F. O Vitamina K: Metabolismo, fontes e interações com o anticoagulante varfarina. *Revista Brasileira de Reumatologia*, São Paulo, v. 46, n.6, jul./set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbr/v46n6/07.pdf>>. Acesso em: 27 outubro 2017.

MARROQUI, L, et al. Role of leptin in the pancreatic β -cell: effects and signaling pathways. *Journal of Molecular Endocrinology*, Austrália, 2012. Disponível em: <<http://jme.endocrinology-journals.org/content/49/1/R9.full>>. Acesso em: 27 outubro 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. A fitoterapia no SUS e o programa de pesquisas de plantas medicinais da central de medicamentos. 2006. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/fitoterapia_no_sus.pdf>. Acesso em 19 out 2017.

NATUREZA FARMACÊUTICA. Diabetes na prática clínica. 2012. Disponível em: <http://naturezafarmaceutica.blogspot.com.br/2012/04/diabetes-na-pratica-clinica-1_27.html>. Acesso em: 27 outubro 2017.

NICOLETTI, M.A, et al. Principais interações no uso de medicamentos fitoterápicos. Conselho Federal de Farmácia, Brasília, v. 19, n. 1. 2007. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/10/infa09.pdf>>. Acesso em: 19 outubro 2017.

PORTAL BRASIL. Uso de plantas medicinais e fitoterápicos sobe 161%. 22 jun 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2016/06/uso-de-plantas-medicinais-e-fitoterapicos-sobe-161>>. Acesso em: 18 out 2017.

RATES, S.M.K; GOSMANN, G. Gênero *Pfaffia*: aspectos químicos, farmacológicos e implicações para o seu emprego terapêutico. **Brasileira de Farmacognosia**, Curitiba, v. 12, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v12n2/a05v12n2.pdf> >. Acesso em: 27 outubro 2017.

REIS, A..F; VELHO, G. Patologia Molecular do Receptor de Sulfonilrêia (SURI). **Arquivo Brasileiro Endocrinologia Metabólica**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 5, ago./ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abem/v44n5/10626.pdf>>. Acesso em: 27 outubro 2017.

REIS, P.R.M, et al. Avaliação da determinação do tempo de protrombina em amostras de sangue colhidas por duas diferentes técnicas. **Jornal Brasileiro de Patologia Médica Laboratorial**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, jul./ago. 2005.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpml/v41n4/a06v41n4.pdf>>. Acesso em: 27 outubro 2017.

TEIXEIRA, J.B.P; SANTOS, J.V. Fitoterápicos e interações medicamentosas. **Universidade Federal de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, v. 5. 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proplamed/files/2011/05/Fitoter%C3%A1picos-e-Intera%C3%A7%C3%B5es-Medicamentosas.pdf>>. Acesso em: 19 outubro 2017.

TELES, J. S, et al. Varfarina: perfil farmacológico e interações medicamentosas com antidepressivos. **Revista Eistein**, São Paulo, v. 10, n. 1, mar./fev. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eins/v10n1/pt_v10n1a24.pdf>. Acesso em: 27 outubro 2017.

.

POTENCIAL MOLUSCICIDA DE *HETERORHABDITIS BAUJARDI* (RHABDITIDA: HETERORHABDITIDAE), ISOLADO LPP7 SOBRE *LYMNAEA COLUMELLA* (GASTROPODA: PULMONATA): FERRAMENTA ALTERNATIVA NO CONTROLE BIOLÓGICO DA FASCIULOSE

LORENZONI, Priscila de Oliveira
SILVA, Ygor Henrique da
ALVES, Vinícius Menezes Tunholi
BOELONI, Jankerle Neves
MONTEIRO, Caio Oliveira
PRATA, Márcia Cristina de Azevedo
SILVA, Jairo Pinheiro da
MARTINS, Isabella Vilhena Freire
IPÓLITO, Diego Pacheco
DIAS, Raphael Polonini¹
TUNHOLI, Victor Menezes²

1 INTRODUÇÃO

Este estudo elucidou pela primeira vez, sob condições laboratoriais, a susceptibilidade de *Lymnaea columella* a juvenis infectantes de *Heterorhabditis Baujardi* LPP7. A exposição ao nematóide induziu taxa de mortalidade de 66,66% na população de *L. columella*, com os maiores valores alcançados após segunda semana de exposição. Em adição, todos os parâmetros reprodutivos analisados a saber (número total de ovos, número de massas ovíferas, número de ovos postos/molusco, taxa de eclodibilidade dos embriões, bem como, conteúdo de galactogênio estocado na glândula de albúmen) alteraram em decorrência da infecção. Os resultados indicam a ocorrência do fenômeno de castração parasitária em *L. columella* infectada por *H. Baujardi* LPP7, sendo este provavelmente explicado por uma depleção de reservas energéticas, tais como o galactogênio, necessária para atender as intensas demandas

¹Graduandos em Biomedicina pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Doutor e, Ciências Veterinárias pela UFRRJ. Mestrado em Ciências Veterinárias pela UFRRJ. Graduação em Medicina Veterinária pela UFRRJ. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim e Multivix Castelo.

metabólicas dos estágios larvais do nematoide. Por fim, o estudo histopatológico demonstrou intenso processo de desorganização celular caracterizado pela ocorrência de reações inflamatórias granulomatosas em tecidos de moluscos expostos induzidas pela ação espoliativa do nematoide. Tais resultados sugerem a utilização de *H. Baujardi* LPP7 como potencial alternativa no controle biológico da população deste hospedeiro intermediário e, por conseguinte das doenças no qual participa na cadeia epidemiológica, especialmente a fasciolose, atendendo assim as recomendações preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Obtenção de *Lymnaea columela* - Os moluscos usados neste estudo foram obtidos a partir de gerações de uma colônia de *L. columela* mantida no Laboratório de Parasitologia do Hospital Veterinário do Centro de Ciências Agrárias e Engenharias da Universidade Federal do Espírito Santo (CCA-E-UFES), certificando assim a idade e a maturidade sexual dos moluscos a serem utilizados, bem como a ausência de infecções.

Obtenção do nematoide *Heterorhabditis Baujardi*, isolado LPP7 - Os nematoides da espécie *Heterorhabditis Baujardi*, isolado LPP7, foram cedidos pela equipe do Laboratório de Parasitologia da Unidade de Pesquisa da Embrapa Gado de Leite (Embrapa CNPGL). Para multiplicação dos NEPs, foram utilizadas lagartas do último instar de *Galleria mellonella* (Pyrilidae, Lepdoptera), seguindo a metodologia proposta por Lindegren et al. (1993) e Kaya and Stock (1997). Os nematoides coletados foram estocados em garrafas de cultivo celular de 40 ml contendo solução de água destilada e acondicionada em câmara climatizada a $18\pm 1^{\circ}\text{C}$.

Exposição experimental aos nematoides, formação dos grupos experimentais e manutenção dos moluscos - Moluscos jovens, maduros sexualmente, apresentando cerca de 0-1,5mm de diâmetro de concha foram separados por grupos em aquários de vidro (12 x 24 x 14 cm) para o delineamento experimental. Para a infecção foram realizados tratamentos com nematoides, sendo quantificados o número de nematoides/ μl . A quantificação das suspensões com nematoides foi feita a partir de alíquotas de 10 μl obtidas de uma suspensão aquosa de nematoides estocadas em

garrafa de cultivo celular de 40 ml. Após o ajuste da concentração desejada (150 juvenis infectantes/10 µl), placas de 24 poços foram previamente preenchidas com utilização de uma micropipeta com água destilada contendo a solução de nematoide infectante. Em seguida, moluscos randomicamente selecionados foram colocados nessas placas, proporcionando assim uma infecção individual. Após 12 horas de exposição, os moluscos foram retirados das placas e transferidos para aquários. As placas foram ainda avaliadas com auxílio de uma lupa para certificar a presença ou não de juvenis infectantes de *H. Baujardi* LPP7.

Após a exposição dos moluscos ao nematoide foram formados dois grupos, cada um com 60 moluscos: o grupo controle, formado por organismos onde não se efetuou a exposição ao nematoide, e o grupo tratado constituído por moluscos que foram expostos a juvenis infectantes de *H. Baujardi* LPP7. Cada grupo experimental (controle e tratado) foi dividido em três subgrupos constituídos por 20 moluscos (cada grupo = uma repetição). Todo experimento foi conduzido em duplicata utilizando um “n” total de 240 moluscos (MORLEY and MORRITT, 2006). A alimentação dos moluscos foi feita com folhas de alface (*Lactuca sativa* L.) *ad libitum* e a manutenção dos aquários realizada em dias alternados, quando as folhas de alface foram renovadas, evitando sua fermentação no interior dos mesmos. A mortalidade foi monitorada diariamente até o fim da terceira semana de infecção. A escolha do período de estudo (três semanas) foi baseada conforme Wilson et al. (1994) em decorrência da taxa de mortalidade verificada durante a infecção de *D. reticulatum* by *Heterorhabditis* sp.

Para evitar a influência da densidade populacional sobre os aspectos reprodutivos de *L. columella*, o mesmo número de espécimes foi removido do controle em relação ao número de moluscos mortos no grupo tratado, mantendo equivalente o número de moluscos em ambos os grupos.

3 DESENVOLVIMENTO

Gastrópodes da espécie *Lymnaea columella* (Say, 1817) são moluscos aquáticos comumente encontrados em coleções de águas estagnadas ou de cursos lênticos presentes em regiões neotropicais. Portando pulmões e brânquias, exemplares

adultos e juvenis de *Lymnaea* exibem comportamento anfíbio apresentando a capacidade de sobreviverem temporariamente ou mesmo por longos períodos fora do seu ambiente natural aquático (Jurberg et al. 1997). Tais moluscos participam na cadeia epidemiológica da fasciolose, por atuarem como hospedeiros intermediários no ciclo de vida do agente etiológico dessa parasitose (Oakley et al., 1979). A doença é causada por duas espécies de trematódeos: *Fasciola hepatica* (LINNAEUS, 1758) e *Fasciola gigantica* (COBBOLD, 1855) (MATTOS et al., 2009), helmintos de grande relevância em medicina veterinária e em saúde pública, por parasitar os ductos e vesículas biliares de ruminantes domésticos, animais silvestres e eventualmente o homem, configurando como um importante antropozoonose (MAS-COMA, 2005; OLIVEIRA; SPOSITO FILHA, 2009).

Estudos epidemiológicos têm alertado para a crescente dispersão da fasciolose no Brasil, sendo esta justificada pelo transporte de animais parasitados de locais enzoóticos para regiões indenes, bem como em decorrência à dispersão dos moluscos hospedeiros intermediários pelas bacias hidrográficas (BERNARDO et al., 2011; MATTOS et al., 1997). Tal afecção é incriminada por significativas perdas econômicas relacionadas com redução no ganho de peso animal, queda na produção de carne e leite, interferência na reprodução, além da condenação das vísceras parasitadas (OAKLEY et al., 1979). Assim, para o controle dessa parasitose preconiza-se não somente o tratamento químico dos hospedeiros definitivos infectados, mas também a adoção de medidas de manejo do rebanho e adaptações de instalações em áreas de risco. Em adição, medidas relacionadas ao controle populacional do molusco transmissor são imprescindíveis para a redução de casos dessa enfermidade em áreas consideradas endêmicas.

Recentemente, Tunholi et al. (2014) demonstraram a patogenicidade de *Heterorhabditis indica* LPP1 em *Bradybaena similaris* (Férussac, 1821), sugerindo a utilização deste nematoide como potencial alternativa no controle biológico deste gastrópode. Segundo os autores, o estabelecimento de *H. indica* LPP1 em *B. similaris* induziu severas alterações histológicas e fisiológicas no organismo hospedeiro, caracterizadas principalmente pela ativação do catabolismo protéico, elevação nas atividades hemolinfáticas das aminotransferases (ALT e AST) e acúmulo dos compostos nitrogenados. Estes achados foram associados ao aumento da taxa de

mortalidade em *B. similares* após três semanas de exposição ao nematoide, provavelmente em resposta ao quadro de intoxicação metabólica e das lesões reportadas nos órgãos vitais do molusco. Existem outros relatos de susceptibilidade de moluscos para nematoides entomopatogênico, contudo, tal tipo de investigação ainda é escasso (JAWORSKA, 1993; LI et al., 1986; TUNHOLI et al., 2014), evidenciando a necessidade de mais pesquisas sobre o tema. Além disso, para nosso conhecimento, nenhum estudo prévio investigou o potencial uso de *Heterorhabditis Baujardi* LPP7 para o controle de *L. columella*.

Assim, na ordem de determinar o grau de susceptibilidade desse gastrópode a nematoides entomopatogênicos, e de melhor compreender a relação *L. columella*/*H. Baujardi* LPP7, o presente estudo foi desenvolvido, apresentando como objetivo principal avaliar a desempenho reprodutivo deste hospedeiro intermediário utilizando como parâmetros o número de ovos postos/molusco, número de massas ovíferas, número de ovos/massa ovífera e viabilidade dos ovos de *L. columella* após exposição ao nematoide. Em paralelo, análise histopatológica foi também determinada possibilitando maior entendimento desta interface e dos possíveis mecanismos relacionados as alterações reportadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A exposição por juvenis infectantes de *H. Babujarei* LPP7 induziu sob condições laboratoriais uma mortalidade equivalente a 80 moluscos na população de *L. columella* estudada, correspondendo uma taxa de 66.66% (Figura 1). Ademais, a infecção promoveu acentuada redução do número de massas ovíferas/molusco (7.33 ± 1.52) quando comparado ao grupo controle (20.67 ± 9.71) após três semanas de infecção. A mesma tendência de variação foi registrada em relação ao número de ovos postos/molusco, caracterizada por um gradual declínio na taxa de oviposição verificado no grupo de moluscos expostos ao nematoide durante todo o experimento. Nesse sentido, significativo decréscimo no número de ovos/molusco foi observado após a terceira semana de infecção (117.30 ± 12.22) em comparação ao grupo controle (335.30 ± 35.13) (Figura 3B), demonstrando claramente comprometimento na performance reprodutiva de *L. columella*, o que caracteriza o fenômeno de castração parasitária. Diferença em relação a viabilidade dos ovos de *L. columella* foi ainda

documentada neste estudo. Após a terceira semana de análises, moluscos expostos aos NEPs apresentaram taxa de eclodibilidade em torno de 72.02%, enquanto os moluscos não infectados registraram taxa de 98.25%. O conteúdo de galactogênio também decresceu significativamente nos moluscos expostos ao nematoide ($1.11 \pm 0.11\text{mg/g}$) em relação ao grupo controle ($2.07 \pm 0.08\text{mg/g}$), sugerindo que o mecanismo de castração parasitária envolvido na interface *L. columella/H. Baujardi* LPP7 decorre de um processo indireto, ou seja, metabólico.

As análises histológicas não registraram alterações significativas em tecidos gonadais de moluscos infectados quando comparado àqueles não infectados. Em ambos, a arquitetura histológica do ovo teste foi preservada, não comprometendo o processo de ovogênese e espermatogênese, demonstrando a funcionalidade estrutural deste órgão. Em contrapartida, os mesmos resultados histopatológicos revelaram a presença de um intenso processo de desorganização celular, representado principalmente pela formação de reações granulomatosas em outros tecidos do hospedeiro como na massa cefalopediosa e glândula digestiva, em consequência ao estabelecimento de uma resposta inflamatória nos organismos infectados, comprometendo assim a integridade e funcionalidade desses órgãos. Em relação aos moluscos controle, a ausência de estágios larvais do nematoide foi demonstrada em secções da glândula digestiva e da massa cefalopediosa, com a manutenção da homeostase preservada nestes organismos.

Heterorhabditis Baujardi é uma espécie de nematoide entomopatogênico (NEPs) pertencente à família Heterorhabditidae e ordem Rhabditida, encontrado frequentemente no solo de diversas regiões do globo, cujo isolado LPP7 foi obtido a partir de amostras de solo da região Amazônica, no estado de Rondônia, Brasil (DOLISNKI et al., 2008).

Além de apresentar capacidade de matar ou causar patogenia em diferentes classes de artrópodes, alguns estudos também relatam a patogenicidade de NEPs, a determinadas espécies de gastrópodes, sugerindo seu potencial uso em programas de controle de doenças (TAN; GREWAL, 2001; TUNHOLI et al., 2014). Segundo autores, tal ação justifica-se pela habilidade apresentada por esses nematoides em reconhecer componentes químicos produzidos e secretados por esses invertebrados,

como glicoconjugados, indicando uma quimiotaxia entre NEPs e molusco (Nermut et al., 2012). Jaworska (1993) relatou que duas espécies de lesmas, *Deroceras reticulatum* e *Deroceras agreste*, foram infectadas e mortas por isolados de nematoides entomopatogênicos pertencentes as espécies *Steinernema carpocapsae*, *Steinernema feltiae* e *Heterorhabditis bacteriophora*. Esse autor também verificou que estes nematoides foram capazes de reproduzir nos cadáveres das lesmas em questão. Previamente, Li et al. (1986) documentaram que certas espécies de *Steinernema* e *Heterorhabditis* poderiam infectar, matar e desenvolver em moluscos semi-aquáticos, *Oncomelania hupensis*, único hospedeiro intermediário de *Schistosoma japonicum*. Segundo esses autores, após infecção no hospedeiro, juvenis infectantes de *Heterorhabditis* liberam na hemocele do organismo-alvo, bactérias endossimbiontes pertencentes ao gênero *Photorhabdus*, que replicam e liberam inúmeras toxinas ocasionando quadro de septicemia (Grewal et al., 2001; Hazir et al., 2003). Nesse contexto, a taxa de mortalidade observada em *L. columella* exposta aos juvenis infectantes de *H. Baujardi* LPP7 pode ser em parte justificada, demonstrando a susceptibilidade deste hospedeiro a infecção por NEPs e potencial uso de formulações contendo este microrganismo no controle biológico deste gastrópode.

Variações no parâmetro reprodutivo de *L. columella* exposta a *H. Baujardi* LPP7 foram também demonstradas. Dentre tais alterações, diminuição significativa na taxa de oviposição do molusco foi constatada no decorrer da infecção. As interações estabelecidas durante o desenvolvimento ontogênico de parasitos em seus organismos hospedeiros geram uma série de alterações fisiológicas e histopatológicas que comprometem diretamente o desempenho reprodutivo do mesmo (Tunholi-Alves et al., 2012; Faro et al., 2013).

Para Baudoin (1975) a redução na atividade reprodutiva observada em moluscos infectados denomina-se “castração parasitária” e resulta a partir de dois mecanismos: (i) um processo direto ou primário, estabelecido quando as larvas do parasito em multiplicação ou em desenvolvimento induzem uma série de lesões mecânicas e putativas sobre os tecidos reprodutivos, resultando frequentemente em alterações gonadais do hospedeiro, ou (ii) um processo indireto ou secundário caracterizado por

alterações metabólicas capazes de resultar em um estado de inanição no organismo parasitado, em função da competição de nutrientes pelo parasito.

A redução da taxa ovipositória, bem como o decréscimo na produção de massas ovíferas demonstradas por moluscos infectados por *H. Baujardi* LPP7 quando comparado àqueles não infectados foram acompanhados por uma diminuição significativa no processo de embriogênese do molusco. Segundo autores, tal parâmetro pode ser justificado pelo decréscimo nos depósitos de reservas de galactogênio armazenados em tecidos especializados que integram o sistema reprodutor do hospedeiro, a glândula de albúmen (Tunholi-Alves) et al., 2011; Faro et al., 2013).

Tunholi et al. (2014) verificaram a presença de uma série de reações inflamatórias granulomatosas caracterizadas pela proliferação focal e/ou difusa de amebócitos, acompanhadas pela expansão e deposição de tecido conjuntivo fibroso em vários tecidos de *B. similis* infectadas experimentalmente com *H. indica* LPP1. Semelhantemente, o processo de encapsulamento em *L. columella* durante a infecção experimental por *H. Baujardi* LPP7 foi aqui documentado. Após estudo histológico, a glândula digestiva e a massa cefalopediosa de *L. columella* apresentaram a formação de granulomas inflamatórios constituídos por concentrações de hemócitos que circundavam as larvas de *H. Baujardi* LPP7, comprovando dessa maneira a susceptibilidade desse gastrópode ao nematoide. Estas reações contribuem para a perda da função dos órgãos afetados, interferindo diretamente na manutenção da homeostase do hospedeiro, fato que contribui para a morte dos moluscos infectados. Ademais, o estabelecimento de um infiltrado inflamatório e de áreas de fibrosamento na massa cefalopediosa do hospedeiro intermediário acabaria por comprometer a capacidade de locomoção, limitando sua procura por alimentos, bem como, por parceiros para realização de fecundação cruzada. A alteração desses comportamentos repercute diretamente na diminuição da dispersão da fasciolose em uma determinada região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de resultado obtido nesse estudo, somados a outros poucos estudos já publicados (Li et al., 1986; Jaworska, 1993; Tunholi et al., 2014) reforçam as evidências que determinadas espécies de moluscos podem ser sensíveis a infecção por certos isolados de nematoides entomopatogênicos. Tais evidências vão contra estudos anteriores, cujos autores concluíram que moluscos eram resistentes a infecção por esses nematoides (Wilson et al. 1994), e reforçam a perspectiva para que nematoides entomopatogênicos sejam investigados como potencial agentes de controle biológico de moluscos. A partir dessa publicação, novos estudos foram conduzidos indicando uma série de isolados com patogenicidade para essa espécie de carrapato (Monteiro & Prata, 2013). Tais fatos, indicam a importância de retomada e repetição de alguns estudos, com dados já consolidados na literatura, para confirmação das conclusões obtidas em trabalhos do passado. Avanço na descrição de novas espécies e isolados, bem com melhoria nas técnicas de manutenção e utilização de nematoides entomopatogênicos.

Pela primeira vez os efeitos da infecção por *H. Baujardi* LPP7 sobre a taxa de mortalidade e a biologia reprodutiva de *L. columella* foram estudadas e o fenômeno de castração parasitária foi reportado, sendo este classificado por um processo parcial e indireto. Nesse sentido, a diminuição dos parâmetros reprodutivos avaliados nesta interface pode em parte ser justificada pelo decréscimo nos conteúdos de galactogênio estocados na glândula de albúmen de moluscos infectados. Entretanto, estudos adicionais deverão ser conduzidos para esclarecer as possíveis alterações metabólicas que ocorrem no hospedeiro molusco em resposta ao estabelecimento da infecção do nematoide, possibilitando assim melhor compreensão dos mecanismos envolvidos neste processo. Por fim, estudos histopatológicos revelam que a presença de estágios larvais de *H. Baujardi* LPP7 promove acentuado processo de desorganização celular no hospedeiro, comprometendo assim a capacidade funcional do órgão e manutenção da homeostase. Esses resultados indicam não somente a susceptibilidade de *L. columella* a *H. Baujardi* LPP7, mas também o uso potencial desse nematoide em programas de controle biológico desse gastrópode.

6 REFERÊNCIAS

BAUDOIN. M., 1975. **Host castration as a parasitic strategy**. Evolution 29: 335–352.

- FARO, M.J., PERAZZINI, M., CORRÊA, L.R., MELLO-SILVA, C.C., PINHEIRO, J., MOTA, E.M., SOUZA, S., ANDRADE, Z., MALDONADO, A., 2013. **Biological, biochemical and histopathological features related to parasitic castration of *Biomphalaria glabrata* infected by *Schistosoma mansoni***. *Exp. Parasitol.* 134, 228-234.
- HARRIS, K.R., CHENG, T.C., 1975. **The encapsulation process in *Biomphalaria glabrata* experimentally infected with metastrongylid *Angyonstrongylus cantonensis* light microscopy**. *Int. J. Parasitol.* 5, 521-8.
- HAZIR, S., KAYA, H.K., STOCK, P., KESKIN, N., 2003. **Entomopatogenic nematodes (*Steinernematidae* and *Heterorhabditidae*) for biological control of soil pests**. *Turk. J. Biol.* 27, 181-202.
- JAWORSKA, M., 1993. **Laboratory Infection of Slugs (*Gastropoda: Pulmonata*) with Entomopathogenic Nematodes (*Rhabditida: Nematoda*)**. *J. Invertebr. Pathol.* 61, 223-224.
- JURBERG, P., CUNHA, R.A., RODRIGUES, M.L., 1997. **Behavior of *Biomphalaria glabrata* Say, 1818 (*Gastropoda: Planorbidae*) morphophysiology of the mantle cavity**. *Mem. Inst. Oswaldo Cruz* 92, 287-295.
- MAS-COMA, S., 2005. **Epidemiology of fascioliasis in human endemic areas**. *J. Helminthol.* 79, 207-216.
- MATTOS, M.J.T., CUNHA, F.O.V., MARQUES, S.M.T., 2009. **Comparação de duas técnicas parasitológicas na identificação de ovos de *Fasciola hepática***. *Revista da FZVA* 16, 105-112.
- MATTOS, M.J.T., UENO, H., GONÇALVES, P.C., ALMEIDA, J.E.M., 1997. **Seasonal occurrence and bioecology of *Lymnaea columella* Say, 1817 (*Mollusca, Lymnaeidae*) in its natural habitat in Rio Grande do Sul**. *Rev. Bras. Med. Vet.* 19, 248-252.
- MONTEIRO, C.M.O.; PRATA, M.C.A. 2013. **Controle biológico do carrapato dos bovinos *Rhipicephalus microplus* com a utilização de nematoides entomopatogênicos: conquistas e desafios**. In: Verissimo, C. (Eds.). *Controle do carrapato do boi. Controle no pasto*. Instituto de Zootecnia, Nova Odessa, pp. 46-68.
- NERMUT, J., VLADIMIR, P., ZDENEK, M., 2012. **The response of *Phasmarhabditis hermaphrodita* (Nematoda: Rhabditidae) and *Steinernema feltiae* (Nematoda: Steinernematidae) to different host-associated cues**. *Biol. Control* 61, 201-206.
- OAKLEY, G.A., OWEN, B., KNAPP, N. H., 1979. **Production effects of subclinical liver flukes infection in growing dairy heifers**. *Vet. Rec.* 104, 503-507.
- TUNHOLI-ALVES, V.M., TUNHOLI, V.M., LUSTRINO, D., AMARAL, L.S., THIENGO, S.C., PINHEIRO, J., 2011. **Changes in the reproductive biology of *Biomphalaria***

glabrata experimentally infected with the nematode *Angiostrongylus cantonensis*. J. Invert. Pathol. 108, 220-223.

TUNHOLI, V.M., LUSTRINO, D., TUNHOLI-ALVES, V.M., MELLO-SILVA, C.C., MALDONADO JR.A., RODRIGUES, M.L.A., PINHEIRO, J., 2011. **Changes in the reproductive biology of *Biomphalaria glabrata* infected with different doses of *Echinostoma paraensei* miracidia.** J. Invertebr. Pathol. 106, 192-195.

TUNHOLI, V.M., MONTEIRO, C.O., SILVA, L.C., DOLINSKI, C.M., DOS SANTOS, M.A.J., RODRIGUES, M.L.A., BITTENCOURT, V.R.E.P., PINHEIRO, J., TUNHOLI-ALVES, V.M., 2014. **Physiological alterations in *Bradybaena similaris* (*Stylommatophora: Bradybaenidae*) induced by the entomopathogenic nematode *Heterorhabditis indica* (*Rhabditida: Heterorhabditidae*) strain LPP1.** Exp. Parasitol. 139, 12-18.

TUNHOLI, V.M., TUNHOLI-ALVES, V.M., LUSTRINO, D., CASTRO, N., SANT'ANA, L., GARCIA, J., MALDONADO, A., DOS SANTOS, M.A., RODRIGUES, M.L.A., PINHEIRO, J., 2013. **Aerobic to anaerobic transition in *Biomphalaria glabrata* (*Say, 1818*) infected with different miracidial doses of *Echinostoma paraensei* (*Lie and Basch, 1967*) by high performance liquid chromatography.** Exp. Parasitol. 133, 403–410.

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS PARA O AMBIENTE DE TRABALHO

GIMENES, Felipe

FRICKS, Keila

GAVA, Marcos¹

SOUZA, Kédyma Marques de²

1 INTRODUÇÃO

Este resumo retrata sobre uma entrevista a área de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Atílio Vivacqua, buscando saber qual é o sistema de gestão de pessoas e como ele funciona, para ter uma melhor gestão de seus funcionários. Para a realização deste resumo também contamos com pesquisas sobre a gestão de pessoas, o antigo Recursos Humanos, as organizações ainda têm muito que avancem, na prefeitura, por exemplo, o sistema é básico, apenas controla o tramite dos funcionários, nela ainda falta uma gestão de pessoas mais eficaz, para que os funcionários se sintam mais motivados a trabalharem e conseqüentemente tratem melhor os seus funcionários.

Veremos que a gestão de pessoas é importante a toda e qualquer organização existente, pois sem ela as pessoas ainda seriam vistas apenas como mão de obra, e não como um colaborador necessário a organização, não teriam o respeito e valor que merecem.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa será qualitativa de abordagem exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições que se adaptam mais adequadamente aos objetivos desejados. Será realizada através de levantamentos com procedimentos técnicos em diversos conteúdos bibliográficos investigando em fontes já existentes e publicadas, será realizada também através de visita e entrevista

¹ Graduandos do Curso de Sistemas de Informação da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES;

² Especialista em comunicação em mídias sociais pela Universidade Estácio de Sá. Graduação em Sistemas de Informação pelo IESES. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

com funcionários da empresa escolhida, dando mais originalidade e confiança ao resumo, que por sua vez, resultara na confecção do banner.

3 DESENVOLVIMENTO

Na visita foi realizada uma entrevista a área de Recursos humanos da Prefeitura Municipal de Atílio Vivacqua, Praça José Valentim Lopes, nº2 – Centro – Atílio Vivacqua / ES com tempo de mercado de 52 anos, buscando saber qual é o sistema de gestão de pessoas e como ele funciona, para ter uma melhor gestão de seus funcionários.

Foram entrevistados, o senhor Rafael Santana, funcionário do setor de auxiliar administrativo há cinco anos, e a senhora Eliete Antoneli, funcionaria do setor de RH há três anos, ambos declararam que o sistema de informação desta organização é básico e simples podendo ser monitorado por qualquer funcionário. Também controla todo o tramite dos servidores dentro das normas trabalhistas a qual tem direito.

O sistema de gestão utilizado é o smarapd, é usado para serviços internos e ele funciona publicamente só para funcionários que tem matricula e senha. Através da folha de pagamento tudo é registrado pelo encarregado do RH tendo como complemento o atestado de exercício que é incumbido ao secretario de cada secretaria portá-lo para controle de frequência e enviar a ele para fazer as atribuições de cada um individualmente.

Através desse sistema é possível obter informações sobre todos os servidores e fazer o cadastro dos servidores quando ele é: efetivo, contratado ou comissionado, contendo: documentos pessoais, endereço, carreira acadêmica, local de trabalho, secretaria atuante com seu setor, salário, início e término do contrato caso não seja a primeira situação. O sistema também realiza a emissão de margens consignadas aos servidores que fazem empréstimo bancário e solicita vale transporte aos servidores que residem em outra cidade. Através dele também é possível dar férias de 30 dias com 1/3 remunerado do salário junto a ele aos servidores após um ano trabalhado. Esse sistema contribui muito para a gestão estratégica dos recursos humanos, pois, sem ele o controle de funcionários e de horas trabalhadas seria completamente

comprometido, uns trabalhariam mais outros menos e no fim todos receberiam o mesmo salário. Esse sistema veio para organizar e agilizar todo o procedimento realizado pela prefeitura e como consequência, trazer uma maior tranquilidade para os trabalhadores.

Os benefícios da utilização deste sistema são: maior organização, maior agilidade, maior satisfação dos trabalhadores, maior comprometimento com a empresa, menor gastos com papéis e como consequência a satisfação dos funcionários e cidadãos. O grau de dificuldade do sistema, como já foi dito anteriormente por Rafael Santana e a Eliete Antoneli, é bem baixo, pois, o sistema é bem básico e fácil de ser utilizado, o processo de treinamento para utilização do programa foi rápido devido à facilidade do sistema, as vantagens que eles perceberam na utilização desse programa para a gestão de pessoas, foram à rapidez com que os processos eram realizados e principalmente a aproximação que conseguiram obter com os demais funcionários.

Na prefeitura a informatização é muito benéfica e transparente com: poucas falhas, fácil treinamento, maior rapidez, porém, deve ser melhorado para obter ainda, um maior engajamento de seus funcionários, e não somente fazer registros, mas sim motivá-los cada vez mais.

As novas tecnologias na área de informação acarretaram oportunidades para uma reestruturação, tornando a Tecnologia da Informação como um essencial fator para o sucesso e eficácia das empresas, utilizado como um importante instrumento para melhorar a produtividade. A informatização nas empresas tornou-se um componente essencial para que as organizações sobrevivam no mercado atual, é através da gestão de pessoas que as empresas conseguem fazer um controle de seus funcionários, fazer um bom treinamento, incentivá-los e por fim mantê-los. A maioria das empresas estão adotando a Tecnologia para melhorar seu desempenho interno e externo.

Através dos Sistemas de informação utilizados é possível obter informações sobre todos os servidores de uma empresa, contribuindo para a gestão estratégica dos Recursos Humanos, gerando benefícios como organização, agilidade, economia de

papéis, além da satisfação de todos os envolvidos. De acordo com Chiavenato (2008, p. 15).

A gestão de pessoas vem se tornando cada vez mais complexa e assim sendo, também desafiante. Com isso, não se tratava mais de intermediar os problemas e reduzir conflitos, mas também administrar as pessoas de acordo com a legislação.

A gestão de pessoas vem melhorando com o tempo, as organizações estão cada vez mais se preocupando com seus funcionários, porém, ainda não é o suficiente, Antônio Carlos Gil (2007, p. 15) afirma.

O fim da Administração de Recursos Humanos, só poderá ocorrer após o fim de todas as outras áreas da Administração, pois todos os demais recursos das organizações são administrados por seus recursos humanos. A administração científica se fundamentava na racionalização do trabalho, objetivando reduzir tempos gastos desnecessariamente.

Uma boa liderança, com objetivos, planejamentos e controle das atividades que foram, ou ainda serão realizadas, é de extrema importância para se manter uma organização funcionando corretamente, segundo Lacombe (2004).

É importante possuir um conjunto de esforços que tenham por objetivo o planejamento, a organização, a direção ou liderança, a coordenação e o controle das atividades de um grupo de pessoas que tenham os objetivos em comum.

Os funcionários necessitam ser treinados, e um bom planejamento de seus gestores para serem mais experientes e assim realizar um bom serviço, de acordo com Amboni; Andrade (2009, p. 52).

Taylor dizia que deveria haver planejamento e se aplicar métodos científicos no desenvolvimento dos trabalhos, fazendo com que os operários se tornassem cada vez mais experientes naquilo que faziam, realizando assim de modo mais rápido e eficiente a produção.

Segundo Fischer “O comportamento das pessoas no trabalho pode interferir na preservação e na agregação de valor das empresas” (FISCHER, 2000, p.12). O processo de gestão de pessoas é um processo longo e envolve muitos processos para se chegar aonde se quer chegar, de acordo com Costa (2008).

O processo de gestão de pessoas envolve: Processo de Provisão, Processo de Aplicação, Processo de Manutenção, Processo de Desenvolvimento e Processo de Monitoração.

A tecnologia causou várias mudanças, tanto na área social quanto profissional do ser humano, ela agilizou muitos processos que antes eram demorados, trouxe também um maior conhecimento, e para Vergara (1999, p.28).

A tecnologia impacta profundamente o ambiente de negócios; se expressa nas formas de organização do trabalho, nos fluxos de tarefas e na exigência de novas habilidades por parte dos empregados. Ao mesmo tempo em que requer habilidades diferenciadas, a tecnologia muitas vezes se faz presente na forma de equipamentos e de processos que dispensam a presença do trabalhador para a execução da tarefa, conforme pode ser observado em inúmeros casos de automação e de informatização.

O Professor André Luiz Fischer, da FEA/USP, enfatiza no artigo (ibidem, p. 19).

Trata-se de produção tipicamente americana, que procura suplantar a visão de departamento de pessoal. Um conceito que reflete a imagem de uma área de trabalho voltada prioritariamente para as transações processuais e os trâmites burocráticos.

A professora Iêda Vecchioni (revista Vocêrh, ed. 16, de 2011), Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela UFRJ, ilustra o conceito.

Chefe passou a ser denominado gestor e, então, passaram a sentir a ausência de algo que pudesse contribuir para esse novo modelo. Assim, foram descobertas as competências, que se resumem em conhecimentos, habilidades e atitudes que deveriam ser adquiridas, desenvolvidas e aplicadas pelos colaboradores para que estes se mantivessem alinhados com os objetivos estratégicos estabelecidos pelas empresas.

Para Milkovich e Boudreau (2000, p. 137).

Talvez a melhor estratégia de RH seja contratar, treinar e remunerar as pessoas para que elas criem as melhores estratégias futuras, não importa em que condições. Essa estratégia daria menos ênfase na capacidade das pessoas em implementar as estratégias de hoje, e mais ênfase nos traços humanos genéricos, como criatividade, inteligência, curiosidade, confiabilidade e comprometimento com a organização, o que conduziria a estratégias mais eficazes.

As pessoas têm habilidades que precisam ser desenvolvidas e segundo Bill Gates (2006).

Se você der às pessoas as ferramentas adequadas e se elas usarem sua habilidade natural e sua curiosidade, elas irão desenvolver as coisas de uma forma que irá surpreendê-lo, muito além do que você poderia ter esperado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este resumo retratou que a gestão de pessoas vem melhorando com o tempo, as organizações estão cada vez mais se preocupando com seus funcionários, porém, ainda não é o suficiente. Através da tecnologia e dos Sistemas de informação utilizados é possível obter informações sobre todos os servidores de uma empresa, contribuindo para a gestão estratégica dos recursos humanos, gerando benefícios como organização, agilidade, economia de papéis, além da satisfação de todos os envolvidos.

Os funcionários necessitam ser treinados, e um bom planejamento de seus gestores para serem mais experientes e assim realizar um bom serviço. O processo de gestão de pessoas é um processo longo e envolve muitos processos para se chegar aonde se quer chegar. Chegamos à conclusão de que assim como a prefeitura todas as organizações não sobreviveriam sem a nova gestão de pessoas, pois, a evolução do pensamento humano, as relações pessoais e interpessoais exigem essa nova gestão, os funcionários atuais não aceitariam mais serem maltratados, como antigamente, não aceitariam serem tratados apenas como mais um dentro da organização, querem se sentir importantes quer sentir que a organização sentiria a sua falta caso ele saísse.

5 REFERÊNCIAS

ARTIGOS. **Gestão de pessoas**. Disponível em:<<http://www.administradores.com.br/artigos/academico/gestao-de-pessoas/79383/>>. Acesso em: 23 Out.2017.

JRM. **Conceito e definição de gestão de pessoas**. Disponível em:<<http://www.jrmcoaching.com.br/blog/conceito-e-definicao-de-gestao-de-pessoas/>>. Acesso em: 25 Out 2017.

RH PORTAL. **Gestão de pessoas uma nova perspectiva**. Disponível em:<<http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/gesto-de-pessoas-uma-nova-perspectiva/>>. Acesso em: 24 Out.2017.

A PARTICIPAÇÃO PROFISSIONAL FEMININA NAS DIVERSAS ÁREAS DO MERCADO CORRELACIONADAS À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: UMA BREVE DISCUSSÃO

CASTELARI, Monise Marchiori

MATTOS, André Rubim

ARAUJO, Carlos Alexandre de

PIMENTA, João Luiz Carrari

MONTEIRO, Paulo

ALMEIDA, Talita Oliveira de¹

SOUZA, Kédyma Marques de²

1 INTRODUÇÃO

Apesar de seu desenvolvimento mais evidenciado ter ocorrido nas últimas cinco décadas, a trajetória da informática está relacionada a história das ciências e paralelamente à história da matemática, visto que os primeiros computadores, inicialmente, tinham o propósito apenas de auxiliar no desenvolvimento mais ágil de cálculos complexos.

Conforme Tosi (1998), a instrução oferecida para maioria das mulheres no século XVII tinha como propósito proporcionar conhecimentos fundamentais para administração da casa, tarefas como saber ler, escrever e algumas noções de matemática. Nas famílias mais ricas, eram estimuladas outras atividades como música, dança, canto, dentre outros.

Estudos mais atuais revelam que essa realidade não tem sofrido mudanças em relação ao incentivo da mulher na área de informática. A presidente da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), Claudia Maria Bauzer Medeiros, afirma através de pesquisas realizadas que, em 2005, no Brasil, dos estudantes que ingressaram em

¹Graduandos em Sistemas de Informação na Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Especialista em Comunicação em Mídias Sociais pela Universidade Estácio de Sá. Graduação em Sistemas de Informação pelo IESES. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

pós-graduação em ciências da computação, apenas 25% eram do sexo feminino. Isso equivale a cerca de 5 a 7 mulheres em turmas de 50 alunos. (Alves Filho 2005).

2 METODOLOGIA

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma revisão bibliográfica sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho na área de tecnologia da informação.

3 ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Apesar de serem pouco evidenciadas pela sociedade durante o tempo as realizações femininas foram uma constante histórica onde possuíram um papel imprescindível para o desenvolvimento da informática. De acordo com Plant (1999), entre o período de 1815 a 1852 a condessa de Lovelace, Ada Augusta Byron King foi considerada a primeira programadora da história, ela foi responsável por desenvolver o primeiro algoritmo processado por uma máquina.

Outra pioneira na área é a Grace Murray Hopper uma das criadoras da linguagem de programação COBOL, utilizada até hoje. Responsável também pelo desenvolvimento do primeiro compilador, além das linguagens de programação para o primeiro computador comercial fabricado nos Estados Unidos, o UNIVAC. (GNIPPER, 2016).

Grace Hopper também é conhecida pela popularização do termo “bug”, usado para indicar falhas no software. Ela teria resolvido uma falha no processamento de dados removendo uma mariposa que estava dentro de um computador, realizando então um “debugging”, ou seja, remoção de um inseto. (ISAACSON, 2004).

Além de Ada Augusta e Grace Hopper existiram mais mulheres pioneiras na área, uma delas é a freira Mary Kenneth Keller, classificada como a primeira mulher a conseguir um doutorado na área de Ciências da Computação. Keller teve um papel essencial na criação da linguagem de programação *BASIC*. (PLANT, 1999).

Frances Allen é mais uma pioneira na tecnologia, ela foi a primeira mulher a ganhar o grandioso *Turing Award* por suas contribuições. Allen desenvolveu um dos primeiros sistemas de segurança de uma agência secreta dos Estados Unidos a NSA. Além disso ela teve um papel fundamental na adaptação dos computadores gigantes para os computadores de uso doméstico.

3.1 Pioneiras do ENIAC

As mulheres estiveram presentes também em grandes projetos que marcam a história da tecnologia e computação, tendo como exemplo o ENIAC – Electronic Numerical Integrator And Computer, uma imensa estrutura com aproximadamente 27 toneladas e 18000 válvulas de vácuo. De acordo com Gurer (2002), Plant (1999), Fritz (1996) foi considerada como o primeiro computador eletrônico da história, capaz de ser programado para execução de cálculos complexos para diferentes objetivos. Foi programado de início por 6 mulheres, que pertenciam ao Corpo Voluntario Feminino para Emergências (WACS): Kathleen (Kay) Mc Nulty Mauchly Antonelli, Jean Jennings Bartik, Frances Synder Holberton, Marlyn Wescoff Meltzer, Frances Bilas Spence e Ruth Lichterman Teitelbaum.

Conforme mencionado por Montezuma (2014), o projeto ENIAC aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, na Pensilvânia, onde essas seis mulheres foram selecionadas por suas habilidades em matemática, além de serem consideradas mais rápidas para realizar os cálculos do que os homens. Entretanto, existia uma enorme dificuldade para o desenvolvimento desse projeto, não havia até então linguagem de programação ou algum software para a comunicação com a máquina, existia apenas um diagrama lógico, projetado pelos engenheiros de como as coisas deveriam funcionar. (GURER, 2002),

Apesar de não ter ficado pronto a tempo para ser usada na Guerra, o ENIAC foi uma sensação na mídia quando divulgado. O mesmo passou a ser usado então, para realizar cálculos relativos a estudos secretos. De acordo com Gürer (2002), o computador funcionava de maneira manual, através de lâmpadas onde apresentava os resultados. Os interruptores deveriam ser apertados manualmente de acordo com

o que se queria fazer, esse era um procedimento que de início só as 6 mulheres conseguiam decifrar e realizar de forma correta.

No entanto, a participação das mulheres assim como nas demais áreas da ciência, permaneceram invisíveis e as contribuições e feitos realizados se perduraram de forma oculta. A forma com que a história trata a contribuição das mulheres para ciência conduz para uma falta de modelos de papéis femininos. O ponto de vista androcêntrico daquela época não só atrapalhou a participação feminina bem como manteve as mulheres distantes das oportunidades de reconhecimento. (LINIK, 2016).

3.2 Situação Atual

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no ano de 2009, de 520 mil pessoas que trabalhavam com Tecnologia da Informação no Brasil apenas 20% eram mulheres. Nesse mesmo ano ainda de acordo com a PNAD as mulheres correspondiam a apenas 15% do corpo discente de alunos dos cursos relacionados a área da tecnologia. Esses dados conseqüentemente se refletem no mercado de trabalho onde o homem representa uma fatia significativamente maior que as mulheres, conforme apresentado na tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Sexo dos profissionais de TI

	Frequência	Porcentagem
Homens	474274	81,16%
Mulheres	110067	18,84%
Total	584341	100%

Fonte: PNAD, 2009.

Embora tenha ocorrido um aumento da presença feminina em cursos relacionados com a tecnologia em alguns anos, conforme visto no gráfico apresentado acima, é nítido a representação desproporcional das mulheres nessa área, esse crescimento da participação ainda é tímido.

4 DISCUSSÃO

As mulheres estiveram presentes na área da tecnológica de maneira acentuada até a década de 1980, período onde foram pioneiras em diversos projetos revolucionários que impactaram a computação. Os índices de participação feminina na área da tecnologia já foram bastante elevados, em 1970, de acordo com Vascounto (2015), o número de mulheres estudando Ciências da Computação crescia mais rápido do que o índice de homens. Mais tarde, criou-se um estereótipo de que a Tecnologia de Informação e áreas relacionadas a ela, eram para homens, criando assim um ambiente hostil para mulheres dentro da área.

Conforme dito pelo diretor da CompTIA, Leonard Wadewitz, a falta de estímulo para estudar matérias relacionadas a matemática, ciência e tecnologia nas escolas, contribuem para a pouca participação feminina no mercado tecnológico. Levando em consideração o sistema educacional de uma forma geral, ou seja, escolas, instituições de ensinos, onde homens e mulheres obtém formação escolar. A diferença no nível de formação, ou no nível de interesse entre homens e mulheres é uma das razões atreladas ao fato da escassez de presença feminina em áreas da informática desencadeando também uma ausência no mercado de trabalho. (BELLOTI,1975).

Se os obstáculos ainda existentes para que as mulheres sigam suas carreiras profissionais na área fossem reduzidos, seja ela na educação ou na sociedade como um todo, passando a incentivar as meninas a ingressar em carreiras tecnológicas, em um futuro próximo, essa situação poderia ser revertida e a participação feminina na informática e suas demais áreas aumentaria significativamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado tecnológico vive em constante aumento, mas o número de profissionais na área não tem acompanhado tal crescimento, atrelado a isso se tem a tímida participação de mulheres na tecnologia. A carência de mulheres nessas áreas está relacionada ao preconceito, ou não aceitação, ainda existente principalmente no mercado de trabalho na área tecnológica.

Porém é possível notar que a participação feminina vem se expandindo com o decorrer dos anos, embora ainda seja de forma tímida. Isso se dá, graças aos programas sociais que se preocupam com este cenário e promovem movimentos que incentivam a participação de mulheres na área e tem aumentado gradativamente. Uma grande mudança também pode ser vista no comportamento de algumas empresas, que por uma pressão social, acabam cedendo aos poucos a mudanças que promovem a igualdade e respeito entre os gêneros.

6 REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Manuel. **Por uma computação mais democrática (e feminina).** **Jornal da Unicamp**, ed. 298, 22 a 28 de agosto de 2005. Disponível em http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2005/ju298pag02.html. Acesso em 24 de abril de 2017.

BELLOTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão.** Petrópolis: Vozes, 1975.

FRITZ, W. Barkley. **The women of ENIAC.** IEEE Annals of the History of Computing, vol. 18, n. 3, Washington, 1996, p.13-28.

GNIPPER, Patrícia. **Mulheres históricas: conheça a história de Grace Hopper, a “vovó do COBOL”.** 2016. Disponível em: <https://canaltech.com.br/internet/mulheres-historicas-conheca-a-historia-de-grace-hopper-a-vovo-do-cobol-72559/>. Acesso em 16 outubro de 2017.

GÜRER, Denise. **Women in Computing History.** In: ACM SIGCSE Bulletin, v. 34, n. 2, California, p.116-120. 2002.

IBGE. **PNAD.** 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 24 de abril de 2017.

ISAACSON, Walter. **Os Inovadores: uma biografia da revolução digital.** Companhia das Letras, 2004.

LINIK, Joyce Riha. **Como as programadoras do ENIAC foram precursoras da indústria de software.** 2016. Disponível em: <https://iq.intel.com.br/como-as-programadoras-do-eniac-foram-precursoras-da-industria-de-software/>. Acesso em: 16 de outubro 2017.

MONTEZUMA Verônica. **Eniac e as pioneiras esquecidas da programação.** Disponível em: <http://www.revistacapitolina.com.br/eniac-e-pioneiras-esquecidas-da-programacao/>. Acesso em 24 de abril de 2017.

PLANT, Sadie. **Mulher Digital: o feminismo e as novas tecnologias.** Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1999.

TOSI, Lucía. **Mulher e Ciência: A revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. Cadernos Pagu** (10). Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 1998.

VASCOUTO Lara. **Por que Mulheres Deixaram de ser Destaque na Computação?** Disponível em: <http://nodeoito.com/mulheres-na-computacao/>. Acesso em 24 de abril de 2017.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

MELLO, Ediviane

SANDES, Francisco

LANDI, Telma Cassia¹

SOUZA, Kédyma Marques²

1 INTRODUÇÃO

A implementação de Sistemas de Informação vem sendo considerada uma maneira de proporcionar novos princípios organizacionais de gestão de pessoas. Estes sistemas possibilitam o amplo acesso do funcionário a informações e funções personalizadas e relevantes para a administração de seu relacionamento com a organização. O Sistema de Informação integrado dentro da empresa é propício ao setor gerencial de RH para realizar os processos de administração de forma competitiva, eficaz e eficiente. Nesse sentido, a administração de Recursos Humanos possui o intuito de atuar na busca dos objetivos organizacionais e individuais dos envolvidos nos negócios SARTORI (2013), WAKULICZ (2016), COSTA FILHO e MARQUES (2010).

O mercado tem progredido cada vez mais rápido em avanços tecnológicos aderindo dessa forma uma concorrência ampla, sendo assim faz-se necessário que as empresas invistam na automatização. Partindo do contexto de pesquisa, na intenção de investigar os meios de processos das atividades do setor de RH, em busca de um resultado que seja favorável para a empresa, surge o seguinte problema de pesquisa: qual a funcionalidade e os benefícios da implementação de um Sistema de Informação de RH na empresa?

¹Graduandos em Sistemas de Informação pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Especialista em Comunicação em Mídias Sociais pela Universidade Estácio de Sá. Graduação em Sistemas de Informação pelo IESES. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Na finalidade de atender à necessidade dos processos decisórios da empresa, o objetivo dessa pesquisa consiste em identificar uma forma viável de como a empresa pode agilizar com eficiência e eficaz os procedimentos e manter-se informatizado dos processos que poderão ser propícios no trâmite ágil que se espera das informações necessárias ao controle e o acompanhamento dos serviços realizados, dando fim na burocratização das atividades na organização.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa está estruturada com base no estudo sobre o objetivo principal da pesquisa, Sistemas de Informação de Recursos Humanos, um tema que aborda a situação e decisões empresariais. Pois no mercado competitivo a empresa necessita estar apta a acompanhar as inovações que vem ocorrendo no mercado.

Essa pesquisa foi aplicada especificamente em duas empresas. Foi realizada uma entrevista abordando os seguintes objetivos específicos: o Sistema de Informação que a empresa utiliza para a gestão de pessoas, os serviços que são possíveis realizar no sistema, a contribuição para a gestão estratégica dos recursos humanos, os benefícios da informatização no que se refere a gestão de pessoas, o grau de dificuldade do serviço, o processo de treinamento para utilização dos programas e as vantagens que eles notaram na utilização desses programas para a gestão de pessoas.

Buscando alcançar os objetivos especificamente propostos para essa pesquisa, a estratégia de investigação metodológica foi seguida de estudo descritivo e avaliativo. As perguntas foram elaboradas no intuito de adquirir as informações necessárias para chegar a um diagnóstico específico se a implantação do sistema contribui ou não para a eficácia dos processos no ambiente organizacional no setor de RH.

3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Um Sistema de Recursos Humanos é um instrumento usado por organizações para uma conclusão gerencial, consiste em obter possíveis dados, processar e transformar em informações que serão favoráveis para os interessados de maneira delineada e

sistêmica, de um modo que sirva de auxílio ao processo de tomada de decisões (SARTORI, 2013).

Segundo Valente (2007), para um domínio dos processos, oferecendo apoio para as funções de Recursos Humanos o Sistema de Informação providencia informações estabilizadas sobre esses processos, num determinado período de tempo, para ter uma provável visão completa do setor. Os sistemas de Informação de RH fornecem dados processados de acordo com a necessidade do setor e de cada indivíduo. Desta forma, depreende-se uma junção do conhecimento com a utilização de criação e aperfeiçoamento de serviços RUGGIERO e GODOY, (2006) WAKULICZ (2016).

Para Chiavenato (2014) Sistemas de Informação empregado dentro da empresa é capaz de proporcionar informações como matéria-prima para todas as decisões a serem tomadas. É um sistema computacional de processamentos, onde tem como base um banco de dados, ou seja, um sistema de arquivos interligados e integrados.

As decisões tomadas nas organizações baseiam-se nas informações disponíveis. Para melhorar seu processo decisório, as organizações criam sistemas específicos de busca, coleta, armazenamento, classificação e tratamento de informações importantes e relevantes para o seu funcionamento (CHIAVENATO 2014, p. 426).

Segundo Oliveira (1992) Apud Gonçalves (2002) Sistema de Informação Gerencial é um método de modificação de dados em informações que são empregadas de forma decisória na empresa, assim possibilitando a conservação administrativa para otimizar os resultados projetados. Os Sistemas de Informação são conjuntos de instruções orientadas para dirigir o processamento do computador responsável pelo aumento da produtividade pessoal dos funcionários. E para ter uma posição de bom destaque no mercado a empresa precisa ter pessoas capazes de integrar o conhecimento com as técnicas de gestão e os processos de tomada de decisão (BATISTA, 2012).

Campos Filho (1994, p.34) apud Andrade e Falk (2010, p.55) conceitua o SI, do ponto de vista do seu gerenciamento, como uma combinação estruturada entre o componente práticas de trabalho (os métodos usados pelos recursos humanos para desempenhar suas atividades) com outros três componentes: informação (o conjunto de dados com forma e conteúdo adequados para um determinado uso); recursos humanos (quem coleta, processa, recupera e utiliza os dados); e tecnologias de informação (o conjunto de hardware e software que executa as tarefas de processamento das informações dos SI's). Tudo, porém, deve ser organizado e orientado para que os objetivos

organizacionais sejam atendidos da melhor forma possível. Apesar de não serem propriamente um componente do SI, os objetivos organizacionais determinam as práticas de trabalho, provendo os critérios que levam à decisão de como e quando essas práticas devem ser alteradas e adaptadas.

3.1 Serviços Realizável

Na área de Recursos Humanos, diversos dados são adicionados no sistema de forma que após ser finalizado, desenvolverão um banco de dados complexo para diferentes processamentos, alguns deles são: os dados pessoais de cada empregado contratado, os dados de ocupantes em cada função e cargo, os dados dos empregados de cada departamento, os dados de remuneração, benefícios e serviços sociais e os dados sobre candidatos selecionados. A partir dessas informações dentro do sistema, torna possível o processamento e a obtenção de variados tipos de informações, que serão úteis tanto para organizar planos de ações como para tomada de decisões CHIAVENATO (1998) Apud SARTORI (2013), XAVIER (2006).

3.2 Benefícios

A área de RH desde seu princípio passa por vários processos de transformação, e na modernidade passa a ser integrada de otimização. Com a implementação de sistemas de Informação na área de RH permitem que dados antes não conexos, possam ser agrupados. Juntando os dados de cada uma das subáreas, torna possível equipar informações ágeis e seguras sobre os recursos humanos da organização. Isso forma uma combinação de informações adequadas do funcionário (GONÇALVES, 2002). Ruggiero e Godoy (2006) define que os recursos de sistemas de informação no setor de Recursos Humanos contribuem para um processamento de informações mais ágil, auxiliando na viabilização de decisões. Sendo assim, a implementação do sistema é considerada fundamental para a empresa.

3.3 Dificuldades

Para Batista (2012) o problema não está somente no uso de computadores e programas, é que as vezes o investimento para o treinamento dos colaboradores é básico, o que torna complexo o uso dos mesmos. Às vezes pode ser nula ou limitada, não permitindo o desenvolvimento de ações para capacitar os colaboradores para

novas tecnologias e novos procedimentos necessários. Para o setor é importante o treinamento ou capacitação para obter um retorno necessário para a empresa.

Chiavenato (2004, p.471) Apud Sartori (2013 p.32), um dos métodos de avaliar o sistema, consiste em monitorar os níveis de utilização do sistema. Quanto mais um sistema é usado, mais ele se aproxima dos objetivos de eficiência, podendo assim ter uma noção de que modo o usuário está buscando as informações, se está demorando em achar respostas frente ao seu problema ou se está sendo objetivo e realizando as tarefas com a maior brevidade possível.

Problemas que podem ser destacados para os colaboradores são as mudanças de plataforma que é a troca de um equipamento ou software por outro são as mudanças de versão onde muitos sistemas possuem suas atualizações, tornando uma complexidade de operação para os usuários, devido ao costume de utilização por muito tempo da versão anterior (BATISTA, 2012).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa está estruturada na finalidade de explicar o conjunto de procedimentos metodológicos organizados que ajudam a identificar a função e os benefícios do Sistema de Informação integrado dentro da empresa no setor de Recursos Humanos. Abaixo é possível verificar todos os serviços e os procedimentos do sistema liberados pelas empresas.

4.1 Empresa Cescontab

Segundo as informações fornecida pela Analista de Pessoal Neide Lacerda, a empresa possui o sistema SCI VISUAL PRACTICE. Os Serviços realizados nesse sistema, são todos os processos relacionados a área trabalhista.

Folha de Pagamento - Os serviços realizados na folha de pagamento são:

- Descontos nos cadastros de empresas, sindicatos, departamentos, funções e funcionários, sem que as mesmas sejam lançadas manualmente todos os meses;
- Vários tipos de filtros para localização de dados no sistema, bem como consultas (podem ser impressas com seleção de dados) e informações;

- Processamento de férias coletivas em forma de cálculo geral, controlando períodos aquisitivos e datas;
- É admissível vários tipos de cálculos, trazendo assim maior flexibilidade para solução das mais variadas situações;
- Relatórios oficiais e recibos (folha, férias e rescisão), cadastrais, admissionais, demissionais, de controle, entre outros. Os relatórios podem ser visualizados e alterados, desta forma o usuário pode incluir e alterar ajustes incrementando dados variáveis do sistema.

Sistema de Apuração de Ponto -

- Importa e integra com qualquer layout de relógio ponto eletrônico. É integrado de forma on-line o sistema de folha de pagamento calculando automaticamente o total de atrasos, faltas e horas extras, enviando automaticamente para o cálculo da folha do funcionário;
- Permite que sejam informados os horários do cartão ponto manualmente, evitando que os usuários façam cálculos de totalizações.

RH Net -

- Viabiliza e organiza o dia a dia do e Social;
- Lança os registros mensais de cada funcionário, faz novos cadastros, lança os planos de saúde, lança as faltas, o cartão de ponto e depois integra diretamente dentro dos sistemas de folha de pagamento;
- Lança as informações da folha de pagamento na planilha de lançamentos para integração total com o sistema de folha de pagamento;
- Faz emissão de forma instantânea pedido de demissão, aviso prévio, contrato de experiência.

De acordo com a Analista de Pessoal Neide, o sistema contribui para a controle estratégico do RH, possui uma forma clara e informação precisa para a gestão de pessoas. A informatização é primordial para a Gestão de Pessoas, sem ela não existe possibilidade de mensurar os resultados, é uma ferramenta que auxilia a tomada de decisões. As dificuldades são quase mínimas, quando se possui um bom sistema e recursos disponíveis. Os colaboradores são treinados para melhor utilização do

sistema. No início existe uma certa dificuldade, mas com o tempo, a adaptação com as ferramentas do sistema leva a otimização do trabalho e clareza de informações.

4.1 Empresa Granitos Colodetti LTDA

Segundo as informações fornecidas pela Gerente de RH Elessandra Aparecida Mansomais a empresa possui o sistema Sankhya: ERP. O serviço mais utilizado pelo RH é a parte de folha de pagamento, onde existem diversas funcionalidades para o dia-a-dia dos profissionais.

Folha de pagamento - Faz a gestão dos colaboradores nos aspectos legais e gerenciais de forma fácil, garantindo a máxima segurança na extração das informações.

- Faz a padronização do cadastro dos funcionários de forma mais sistêmica e cadastro de dependentes com foto;
- Desenvolvem relatórios flexíveis, como horas trabalhadas, documentação, imposto de renda, férias e exames periódicos;
- Cria fórmulas pelo usuário e de acumuladores permitindo grande automação de cálculos;
- Quando necessário, faz a adoção de funcionários mensalistas, horistas, semanalistas e diaristas;
- Cria tabelas de faixa para impostos, índices, benefícios e suas respectivas regras com mais precisão.

Recrutamento e Seleção - O sistema permite tudo em um único local, é possível inserir diversas informações sobre todos os cargos da empresa e fazer os filtros necessários para pesquisas de talentos, aumentando clareza no processo de contratação.

- Desenvolve o planejamento do processo de seleção com mais precisão de informações;
- Criar filtros para triagens no banco de currículos como desejar;
- Faz a integração do candidato aprovado com o módulo de folha de pagamento de forma otimizada.

Automação de Ponto Eletrônico - A ferramenta de automação de ponto permite o controle das diferentes jornadas de trabalho dos colaboradores, sempre respeitando a legislação vigente.

- Automatiza a importação de arquivos gerados pelo relógio de ponto;
- Faz registro de ocorrências de atestados, licenças, afastamentos, dentre outros com mais agilidade;
- Faz gestão de banco de horas por meio de painéis gerenciais.

Banco de Talentos - Ferramenta para cadastramento e consulta de vagas e currículos, que ajuda a identificar de forma ágil, talentos disponíveis para o quadro de colaboradores.

- Faz a publicação das vagas e captação de currículos no site da empresa de forma ágil;
- Desenvolve pesquisas de currículos com os critérios de busca que desejar;
- Faz a integração com o módulo de recrutamento e seleção para ganhar maior produtividade e precisão nas informações.

De acordo com a Gerente de RH Elessandra, o sistema contribui na gestão estratégica com o auxílio adequado de recursos, na redução de desperdícios e maximização de resultados. Como o processo é bem automatizado a possibilidade de erro chega a ser bem pequena. Os benefícios são muitos como: aumento na produtividade, melhoria dos serviços realizados e oferecidos, otimização do processo de trabalho entre outros. O fluxo de informação é muito mais rápido e preciso. As principais vantagens são a automatização do processo de trabalho, ajuda na tomada de decisões por meio de relatórios mais completos e específicos e um melhor controle dos colaboradores por meio disso. Todos da empresa passaram por treinamento, mas como toda implementação de um novo ERP, a maioria dos colaboradores podem passar por dificuldade. Para isso a empresa responsável fica à disposição para eventuais dúvidas e problemas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo realizado, permitiu adquirir um conhecimento engajado da automatização no setor de RH. Pôde-se notar que a aplicação dos Sistemas de

Informação, foi propícia no auxílio ao gestor em suas atividades, para uma condução de forma organizada, consistente, eficiente e ágil das ações administrativas com relação às pessoas envolvidas no processo organizacional. Nesse sentido a empresa passa a possuir uma gestão de competência estratégica.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Davi Gomes de; FALK, James Anthony. **Eficácia de Sistemas de Informação e Percepção de Mudança Organizacional: um Estudo de Caso**. RAC, v. 5, n. 3, Set./Dez. 2001: 53-84. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v5n3/v5n3a04.pdf>. Acesso em: 12 de outubro de 2017.

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de Informação**. O uso Consciente da Tecnologia para o Gerenciamento. 2ª edição. São Paulo, 2012.

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de Informação: um enfoque gerencial**. Colaboração de Edgard Bruni Cornachione Jr. - 2ª edição. São Paulo, Atlas 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 9ª edição. Barueri, SP. 2014.

COSTA FILHO, Hercilio; MARQUES, Clauber Antonio Ceolin. **Subsistemas De Recursos Humanos**. Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí. Semana de estudos Contábeis e Administração. 2010. Disponível em: http://www.fafipa.br/site/images/stories/artigos/administracao_anais/2010/014_subsis temas_de_recursos_humanos.pdf. Acesso em: 17 de outubro de 2017.

GONÇALVES, Edson. **Sistema de Informações Gerenciais para Recursos Humanos Aplicando Data Warehouse**. Universidade Regional de Blumenau. Centro de Ciências Exatas e Naturais. Blumenau, novembro de 2002. Disponível em: <http://campeche.inf.furb.br/tccs/2002-II/2002-2edsongoncalvesvf.pdf>. Acesso em: 12 de outubro de 2017.

RUGGIERO, Alberto Pirró; GODOY, Arilda Schimidt. **A Influência da Tecnologia da Informação no Trabalho Gerencial: Um Estudo com Gestores de Recursos Humanos**. REAd - Revista Eletrônica de Administração, vol. 12, núm. 1, pp. 159-181. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4011/401137450009.pdf>. Acesso em: 12 de outubro de 2017.

SARTORI, Guilherme Mateus. **A Relevância do Sistema De Informações do setor de RH de uma Universidade na visão dos usuários**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí - RS, 2013. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2077/VERS%C3%83O%20FINAL%20TCC%20Guilherme%20M%20Sartori.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 de outubro de 2017.

VALENTE, Carlos. **Fundamentos de Sistemas de Informação**. Esab – Escola Superior Aberta do Brasil Ltda. Vila Velha – ES, 2007. Disponível em: <http://www.ifba.edu.br/professores/reinaldocosta/FundamentosDeSistemasDeInforma%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

WAKULICZ, Gilmar Jorge. **Sistemas de Informações Gerenciais**. Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec. Santa Maria - RS, 2016. Disponível em: http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_cooperativismo/quinta_etapa/arte_sistemas_informacoes_gerenciais.pdf. Acesso em: 17 de outubro de 2017.

XAVIER, Ricardo de Almeida Prado. **Gestão de Pessoas, na prática**. Os desafios e as soluções. São Paulo, Agosto de 2006. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiywlaC--7WAhWKj5AKHX19BaQQFgg2MAI&url=http%3A%2F%2Fwww.jabrasil.org.br%2Fnews%2Fdownloads%2Fforce_download%2Fgestao_de_pessoas1.pdf&usg=AOvVaw34ZCRYNtCnG21010Dpr9NC. Acesso em 13 de outubro de 2017.

REFORMA TRABALHISTA: ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

SANTOS, Géssica Louzada

LAMAS, Jamile Gonçalves

GOMES, Mayara Paulo

ALVES, Taynah Loyola¹

FERNANDES, Ana Lucia Louzada²

Valderedo Sedano Fontana³

1 INTRODUÇÃO

Atualmente observa-se uma nova era de direitos em que se pode contemplar visivelmente, a modificação de diversos institutos jurídicos. Dentre os assuntos que estão em evidencia a reforma trabalhista traz em seu contexto vários aspectos que ora apresenta divergências de interpretação.

Nesse passo, insta mencionar que recentemente foi aprovado pelo Senado Federal o novo texto da reforma trabalhista que proporcionou significantes reformas no âmbito trabalhista. Pode-se citar como exemplo a respeito à ação trabalhista, que até então, as ações trabalhistas impetradas pelo trabalhador não advinham custo algum. Com a nova regra, o trabalhador será compelido a comparecer às audiências na Justiça do Trabalho e, caso perca a ação, deverá assumir as despesas geradas do processo, pois também a reforma altera a disposição sobre gratuidade de acesso à Justiça, sendo limitada àqueles que recebem um salário de 40% do teto do regime geral da previdência social, o que hoje equivale a cerca de R\$ 1.660 mil. Desse rol de inovações, a questão do ajuizamento da ação na Justiça do Trabalho é tema atual na seara jurídica obreira.

¹Graduandos em Administração pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Especialização em Proeja pelo IFES. Professora orientadora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

A CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) surgiu pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista existente no Brasil, desde sua publicação vem sofrendo várias alterações ao decorrer dos anos, para a adaptação do texto a modernidade para regulamentar as relações de trabalho e proteger os trabalhadores, apesar de suas constantes modificações. (ZANLUCA, s.d.). No entanto, o direito busca o controle e a legislação das diferentes questões relacionadas ao mundo do trabalho, tais como os deveres e obrigações dos que o compõe, com maior relevância entre empregados e empregadores.

Portanto o presente artigo tem como objetivo apresentar pontos relevantes como tentativa de esclarecer as principais dúvidas sobre as alterações das condições de trabalho. Se faz necessário conhecer o texto da reforma trabalhista, especialmente no que tange direitos do trabalhador, como as condições de pagamento e remuneração, os serviços que devem ser incluídos no pagamento, jornada de trabalho, período de descanso, férias, licença a maternidade, e outras leis que estão sendo modificadas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa bibliográfica, estudo de caso e levantamento, utilizando questionário online sobre a reforma trabalhista e as mudanças no contrato de trabalho, para sabermos o que a população acha e se elas conhecem as novas regras no texto da reforma, ou seja, tendo uma abordagem quantitativa. E teve como finalidade básica estratégica, com objetivo descritivo e método indutivo.

3 REFORMA TRABALHISTA E SUAS ALTERAÇÕES

Segundo Delgado (2013, p. 43), “a dinâmica de tais alterações contratuais da ensejo a uma das dimensões mais importantes e polêmicas do cotidiano empregatício, da origem, correspondentemente, a uma das áreas temáticas mais intrincadas de todo o Direito do Trabalho”.

Já que contrato individual de trabalho é dada pela CLT, no art. 442, e é um acordo que pode ser feito de forma verbal, escrito ou expresso e que trata das relações de

emprego, entre empregado e empregador em um vínculo empregatício, definida por meio de um 3º contrato de trabalho, podendo ser o contrato por tempo indeterminado e determinado, mostrando a prestação dos serviços que serão oferecidos à empresa. Segundo DESSIMONI, Dra. Luciana advogada especializada em direito do trabalho na área de saúde do escritório Nakano, 27 de abril de 2017, apesar das alterações na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) na relação entre empregado e empregador, alguns deles não condizem com direitos adquiridos pelos Trabalhadores.

"Nenhum direito a menos, muitos empregos a mais". Segundo o presidente, essa frase resume a reforma trabalhista, que ele também classificou como uma "modernização necessária" e "medida ousada". (TEMER, 2017). Porém, a proposta de reforma trabalhista de Michel Temer é um agrado aos sindicatos patronais e uma afronta aos direitos dos trabalhadores. Para CUT (Central Única dos Trabalhadores), (2016) "mudanças podem resultar em jornada de trabalho intermitente, com o trabalhador ficando inteiramente à disposição do patrão e recebendo pagamento apenas pelas horas trabalhadas, quando for recrutado, em contratos temporários com validade de 180 dias e em demissões mais baratas, com redução da multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)".

Já o pesquisador da área de Economia Aplicada da FGV/IBRE, Barbosa Filho (2017), aprova a flexibilização das leis trabalhistas, pois a mudança do acordado sobre o legislado é de suma importância, porque isso permite que empregados e empregadores possam sentar à mesma mesa, assim ver os pontos que precisam de ajustes e chegar a um acordo de como isso deve ser feito. Além de poder ter reflexos positivos e poder incentivar a criação de novos empregos.

"As novas regras possuem algumas consequências negativas, quanto positivas para o trabalhador, pois o novo texto da reforma traz uma precariedade muito grande no mercado de trabalho, mas por outro lado a regulamentação do trabalho em casa, traz direitos aos profissionais em home office" (GARCIA, 2017). "A flexibilidade do Direito do Trabalho consiste nas medidas ou procedimentos de natureza jurídica que têm a finalidade social e econômica de conferir às empresas a possibilidade de ajustar a sua produção, emprego e condições de trabalho a contingências rápidas ou 4 contínuas

do sistema econômico. ” (BARROS JÚNIOR, 1994, p. 45.). Amauri Mascaro Nascimento (1988, p. 65), classifica

as alterações contratuais em subjetivas e objetivas: as primeiras seriam aquelas advindas da sucessão e alteração da estrutura jurídica do empregador, e as segundas, aquelas oriundas de transferência de empregados, suspensão do trabalho e o exercício do *jus navigandi*, que se caracteriza por ser o complexo de modificações naturalmente supostas no poder diretivo patronal, que são necessárias para o desenvolvimento regular do trabalho na empresa, sem que haja a necessidade de autorização legal ou acordo de vontades, assim deve ser compreendido como parte do poder diretivo do empregador, que pode ser exercido dentro dos limites legais, não devendo acarretar prejuízo para o empregado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Gráficos voltados a empregados e empregadores, sobre a reforma trabalhista e suas alterações, expondo os resultados objetivos das pessoas sobre o que acham, além dos resultados das pesquisas que prevaleceram e que serão mudadas nos contratos.

4.1 Dados

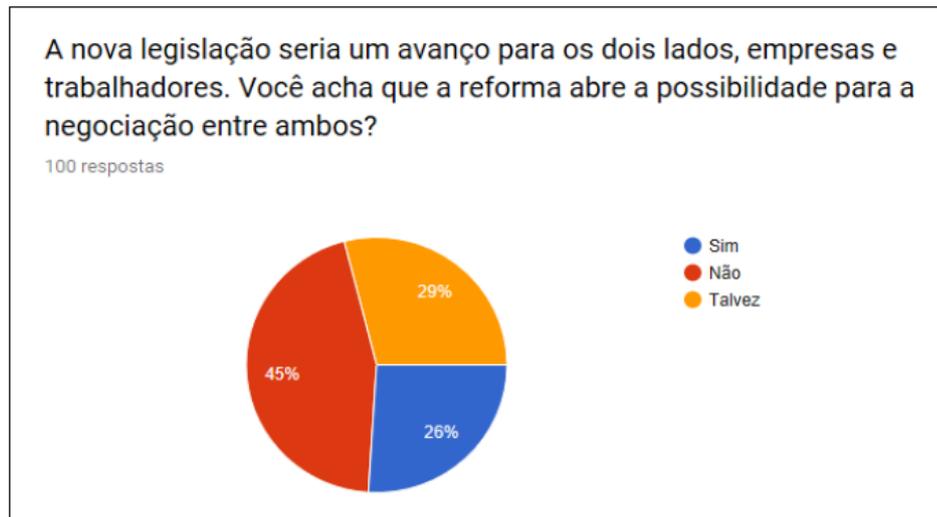
Gráficos: Distribuição das opiniões objetivas do público, voltados a Reforma Trabalhista e suas alterações, ano de 2017

Gráfico 1 – Reforma Trabalhista



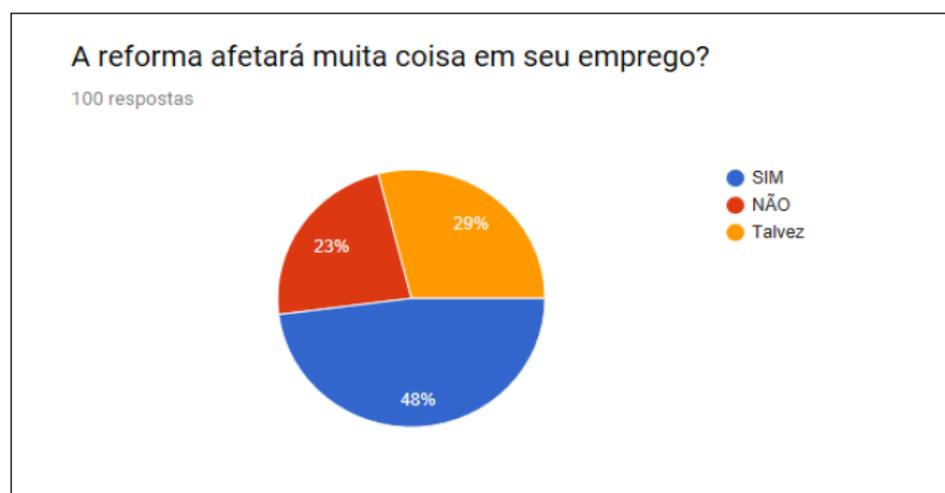
Fonte: Pesquisa dos autores, 2017

Gráfico 2 – Negociação na Reforma Trabalhista



Fonte: Pesquisa dos autores, 2017

Gráfico 3 – Reforma Trabalhista e seus impactos



Fonte: Pesquisa dos autores, 2017

4.2 O que não pode ser negociado e prevalece

- FGTS: quem tem como objetivo proteger o trabalhador quando houver rescisão de contrato ou para auxiliar na aposentadoria, assim todo mês o empregador deposita mensalmente 8% do valor do salário do empregado na Caixa Econômica, sendo que esse valor não é descontado do salário e sim é uma obrigação da empresa pagar.

-13º Salário: Em que todo o empregado com carteira assinada tem direito de receber, correspondente a 1/12 da remuneração mensal, porém é proporcional ao período de meses em que a pessoa sem encontra empregada. Com isso é um valor que a empresa deve pagar anualmente ao trabalhador que pode ser feita em até duas parcelas.

- Seguro-desemprego: que é garantido ao trabalhador demitido sem justa causa, sendo um auxílio financeiro temporário.

4.3 Alterações permitidas pela lei no contrato

A CLT estabelece algumas situações em que o empregador tem o direito de alterar o contrato de trabalho. Algumas delas são:

- Mudança do local da prestação do serviço, desde que não haja mudança de domicílio pelo empregado, ou seja, quando não caracterizada a transferência;
- Mudança no turno do trabalho — de manhã para tarde ou do turno noturno para o diurno;
- Alteração de função, condicionada à não ocorrência de rebaixamento do empregado;
- Transferência para localidade diversa da estipulada inicialmente no contrato de trabalho, no caso de empregado que exerça função de confiança;
- Transferência em razão da extinção do estabelecimento onde o trabalhador realizava suas funções;
- Transferência do empregado para local diferente daquele onde as atividades são desenvolvidas, sempre que houver necessidade do serviço, sob a condição de pagamento suplementar, nunca inferior a 25% do salário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a crise econômica do país, o índice de desemprego está em alta, e o custo de manutenção de uma empresa também, por tal motivo faz com que a reforma trabalhista seja uma das soluções para resolver o problema que atinge o país, a reforma inclui a diminuição da intervenção do Estado nas relações de trabalho, o que consiste no aumento da autonomia da vontade acordado entre as partes.

Se torna importante conhecer a reforma trabalhista, para podermos compreendermos nossos direitos, quanto nossas obrigações. Nos gráficos podemos observar que muitos não conhecem a reforma e não acham que vai proporcionar maior relação entre empregado e empregador, com isso, as novas leis devem ser expostas de forma clara e objetiva, para que todos fiquem informados sobre o assunto e também sobre as alterações que podem ocorrer no contrato de trabalho, desde que sejam respeitados os princípios das condições de trabalho.

6 REFERÊNCIAS

BARROS JÚNIOR. Cássio Mesquita. **Flexibilização do direito do trabalho. Revista trabalho e processo.** São Paulo: Saraiva, 1994.

CAVALLINI, Marta, G1. Globo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/reforma-trabalhista-e-aprovada-no-senado-confira-o-que-muda-na-lei.ghtml>>. Acesso em: 11 de julho de 2017.

DELGADO. Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho.** 3. ed. São Paulo: LTR, 2004.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho.** 16. ed. Saraiva: 1999.

SABATOVSKI, Emilio. Reforma Trabalhista 2017. Disponível em: <<https://www.legjur.com/noticias/3487/reforma-trabalhista-2017>>. Acesso em: 11 de julho de 2017.

SEGURANÇA DO TRABALHO E SATISFAÇÃO NO TRABALHO

RODRIGUES, Aline da Silva
MACHADO, Isabella Aparecida Ramiro
FERNANDES, Lorena Gava
FURTADO, Rafaela de Araújo
ALCANTARA, Thainá Fernandes de¹
FERNANDES, Ana Lúcia Louzada²
SALLES, Walter Amaro³

1 INTRODUÇÃO

A necessidade da prevenção de acidentes no ambiente organizacional vai muito além de simplesmente zelar pela vida do colaborador. As influências que possíveis riscos à saúde, segurança e bem-estar, podem gerar na satisfação no trabalho são os pontos principais deste artigo, uma vez que um colaborador insatisfeito em desempenhar as suas tarefas, por receio ou medo da ocorrência de acidentes e riscos que ele possa estar correndo, têm sua eficiência e desempenho afetados. Dentro do ambiente organizacional, um acidente de trabalho causa prejuízos tanto ao colaborador (físicos e psíquicos) quanto a organização (improdutividade).

2

Essa insegurança gera certamente a insatisfação, a qual também influencia na produtividade, sendo determinante para um bem-estar das duas partes. Partindo dessas duas vertentes, qual a relação entre a falta de segurança no ambiente de trabalho e sua influência tanto na produtividade, no bem-estar do colaborador dentro da organização e na sua satisfação profissional?

O artigo tem como objetivo, alcançar uma resposta. Chegar à conclusão de que quando o empregador, proporciona segurança e condições adequadas de trabalho, o colaborador se sente satisfeito e motivado a continuar na empresa e a executar suas

¹Graduandos do Curso de Administração da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Especialização em Proeja pelo IFES. Professora orientadora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³ Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

tarefas tendo o melhor desempenho possível, trazendo melhores resultados para a empresa.

O tema inter-relacionado é importante, pois revela a deficiência que existe atualmente, colaboradores vivem em condições de insegurança e isso não os fazem satisfeitos com aquilo que atuam, fazendo com que a insatisfação predomine. Há importância em abordar tanto a segurança quanto a satisfação do colaborador, e como são altamente comuns dentro da sociedade moderna na qual que vivemos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Abordagem quali-quantitativa, onde foi analisado os dados coletados dos colaboradores, e das opiniões a respeito do tema, para fins de utilizando os procedimentos bibliográficos, estudo de caso, pesquisa e levantamento, fosse investigado a satisfação do colaborador quando se trata de segurança no trabalho, e teve como finalidade: básica estratégica; objetivo: descritiva; e método: indutivo. Trouxe uma amostragem real e clara do colaborador no ambiente e nas condições de trabalho. O material utilizado foi desenvolvido pelo próprio grupo, e escolhido o meio de divulgação para que o máximo de pessoas pudesse ter acesso.

3 SEGURANÇA DO TRABALHO E SATISFAÇÃO NO TRABALHO

A segurança do trabalho visa em um conjunto ações que auxiliam em diminuir acidentes de trabalho e doenças ocupacionais que pode ocorrer com o trabalhador, mesmo ele não exercendo uma função considerada "perigosa". Vieira, Segurança do Trabalho:

[...] um estado, uma condição; traduz-se, basicamente, em confiança. A segurança do Trabalho pode ser resumida em uma frase: É a prevenção de perdas. Estas perdas às quais devemos nos antecipar referem-se a todo tipo de ação técnica ou humana, que possam resultar numa diminuição das funções laborais (produtivas, humanas, etc.). A segurança do trabalho são os meios preventivos (recursos), e a prevenção dos acidentes é o fim a que se deseja chegar. (2000, p. 259).

É necessário obter resultados positivos na diminuição de perdas quando for adequar qualquer organização, sua reavaliação deve ser feita aos mínimos detalhes não deixando passar nada que possa prejudicar os funcionários ou qualquer pessoa

dentro do seu ambiente de trabalho. Segundo Carvalho (2001, p. 20-21) "No Brasil somente a partir de 1.940 surgiram as primeiras inquietações com os problemas ocupacionais. Nesse ano foi fundada a Associação de Prevenção de Acidentes de Trabalho. E em 1.943 entrava em vigor a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT".

A segurança do Trabalho é algo que automaticamente influencia na Satisfação do indivíduo dentro da organização, pois com um ambiente seguro, adequado, salubre, bem equipado, sendo motivacional, é possível a Satisfação, mas isso requer os vários fatores citados acima que afetam diretamente na questão de Satisfação no Trabalho. A Teoria da Hierarquia das Necessidades, segundo a qual as necessidades estão organizadas e dispostas em níveis, numa hierarquia de importância e de influência, em cuja base estão as necessidades mais baixas (necessidades fisiológicas ou básicas) e no topo, as necessidades mais elevadas (as necessidades de auto realização).

Contudo, na Necessidade de Segurança citada na Teoria de Maslow, se encaixa perfeitamente ao trabalho, pois é com ele em que geramos recursos para sobreviver, como citado em Necessidades Fisiológicas. Um bom desenvolvimento entre colaborador e organização nem sempre está ligada à uma grande remuneração, algumas pessoas simplesmente não saem de seus cargos pelo fator afetivo, caso também estudado por Maslow (1970). Ou seja, a Satisfação também leva em valia a questão sentimental do indivíduo, não apenas remunerativo, é muito comum um funcionário se estabilizar em uma determinada organização pelo simples fato de sentir-se bem, estando confortável com seu cargo, e tendo um bom convívio diário com seus colegas de trabalho e superiores.

Percebe-se então que ao longo dos anos, a satisfação no trabalho tem estado cada vez mais ligada à segurança que as empresas proporcionam para cada funcionário. Com a normatização e obrigatoriedade da segurança no meio de trabalho, nota-se que a satisfação do trabalhador aumentou muito. As normas de limpeza e parâmetros de segurança impostas pela vigilância sanitária e pelos órgãos competentes, beneficia na saúde e bem-estar do colaborador. Alguns estudos mostram dados que possibilitam a compreensão e comparação de como era a satisfação do colaborador e como ficou depois de tais benefícios conquistados.

Tendo em vista que com o colaborador satisfeito ele rende mais e gera maiores números para a empresa, o custo que se tem com os equipamentos de segurança e locais em melhores condições não pesa para o empregador. E quando visto do ponto de vista humanístico, o colaborador precisa estar satisfeito e motivado para alcançar sua realização pessoal e profissional, assim conseguimos analisar quão importante é a segurança para aumentar a satisfação do colaborador.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo como base a metodologia quali-quantitativa, através da aplicação de um questionário com 5 perguntas, sendo quatro (4) objetivas e uma (1) discursiva, contando com a colaboração de uma amostragem da população (35 pessoas) na qual atuam ou já atuaram no mercado de trabalho, obtiveram-se os seguintes resultados, sob a ótica da sociedade referentes a opinião dos trabalhadores a respeito de, como um ambiente de trabalho seguro, onde o empregador zela pela saúde e bem estar do colaborador, pode afetar a satisfação na execução das tarefas:

QUESTÃO 1: Quando perguntados se um ambiente de trabalho seguro interfere na satisfação com que eles irão executar suas tarefas, de 100% (35 pessoas), 85,7% (30 pessoas) responderam que um ambiente seguro, interfere totalmente na satisfação.

QUESTÃO 2: Quando perguntados se um ambiente que expõe o trabalhador a agentes nocivos à saúde, traz insatisfação no trabalho, 80% (28 pessoas) concordaram totalmente.

QUESTÃO 3: Questionados sobre sua satisfação no ambiente de trabalho 57,1% (20 pessoas) disseram que sim, são satisfeitos. Outros 22,9% razoavelmente satisfeitos.

QUESTÃO 4: Quando questionados se possíveis melhoras no seu ambiente de trabalho, visando uma maior segurança e bem-estar iriam colaborar para um maior desempenho por parte deles, 74,3% (26 pessoas) concordaram que tais mudanças, afetariam de modo positivo seu desempenho, 11,4% (4 pessoas) disseram que tais mudanças colaborariam muito para um melhor desempenho.

QUESTÃO 5: Sendo a questão de número cinco, a única questão discursiva do questionário aplicado, a amostragem de pessoas entrevistadas pôde opinar quando perguntados: “Quais são as situações relacionadas à segurança no trabalho, que lhe

deixam insatisfeito (a) a desempenhar sua função? Na sua opinião, como poderia ser solucionado? ”.

6

As respostas foram diversas, devido a forma como cada um lida com seu ambiente de trabalho e suas respectivas funções, mas a seguir serão listadas algumas das principais situações expostas pelos entrevistados, sem identificá-los, acerca do que os deixam insatisfeitos em seus locais de trabalho:

Analisando as respostas obtidas através do questionário, foi possível observar que a insatisfação do trabalho está relacionada a vários aspectos no ambiente organizacional. Parte dos entrevistados se diz insatisfeito com a falta de EPI's durante o cumprimento de suas atividades, e concordam com a necessidade de segurança. Um dos entrevistados diz: “Poeira, pois se tivessem filtros modernos poderia ser melhor”. Entretanto, não são apenas riscos de doenças e acidentes durante atividades que incomodam os colaboradores, alguns afirmam que a falta de segurança particular na região onde se localiza a sua organização, ou durante suas tarefas, é algo que traga insatisfação, devido a assaltos à empresa ou o fato de lidar com pessoas desconhecidas o tempo todo.

Além disso, outro ponto que afirmam trazer insatisfação é em relação as supervisões feitas de maneira exagerada e da cobrança dos empregadores para a realização das tarefas de maneira rápida, não se importando com a segurança dos funcionários durante sua execução, levando muitas vezes ao stress. E por fim, outro ponto relevante, refere-se a sobrecarga de atividades devido à pouca mão de obra.

Com isso, percebe-se a notável influência que alguns fatores relacionados à segurança, saúde e bem-estar do colaborador, podem ter sobre sua satisfação durante o desenvolvimento de suas atividades na organização. Um colaborador insatisfeito em seu ambiente de trabalho pode causar prejuízos não só a organização, trazendo queda no desempenho e improdutividade, quanto também a sua vida física e psíquica, visto que o stress é apenas um dos sintomas relacionados a insatisfação no trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo fala sobre a segurança do trabalho e a satisfação no trabalho. Foi realizado um questionário com a metodologia quali-quantitativa para fins de coletar dados para a pesquisa de campo. De acordo com os dados, percebe-se a importância da segurança e da satisfação. Contudo, nota-se que estão ligadas tanto fisicamente quanto psicologicamente, e que por isso torna-se fundamental a participação e conscientização dos gestores em relação à segurança e satisfação de seus colaboradores dentro das organizações.

Essa atenção dada pelos gestores aos funcionários é um ato que veio crescendo com o avanço dos teóricos, que em estudos mais recentes, apontam que a maneira de entender seu funcionário como indivíduo, onde além de outros fatores, sua segurança é ponto importante, influência na satisfação. Os resultados abordados mais à frente pela organização que aplica sistemas de segurança de acordo com o necessário para cada tipo de colaborador e sua respectiva função, funciona tanto para o melhoramento dos gráficos de balanço, ou seja, a produtividade e o lucro da organização, como também o comportamento dos colaboradores em meio aos colegas de trabalho e a própria rotina no ambiente organizacional. Sentindo-se satisfeito com a organização em geral, havendo gestão para manter as melhores condições de segurança para o bem-estar de toda a equipe, conseqüentemente, repercutirá positivamente em toda a organização.

6 REFERÊNCIAS

CARVALHO, Geraldo M. **Enfermagem do trabalho**. São Paulo: EPU, 2001.

MASLOW, A. **Motivation and personality**. 2. ed. New York, Harper & Row, 1970.

SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas Organizações**. 4 ed. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2012.

VIEIRA, S. I. **Manual de Saúde e Segurança do Trabalho**. Vol. II. Florianópolis: Mestra, Coordenador, 2000.

A EQUIDADE DE GÊNERO NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL SOB A ÓTICA DO EMPODERAMENTO FEMININO

SALDANHA, Emannuel Arcanjo Tavares

SCHEIDEGGER, Juliana¹

SOARES JR., Atílio Peixoto²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, nota-se um grande aumento da atuação das mulheres no ambiente de trabalho (CAPELLE, 2013). Apesar da perceptível presença do sexo feminino em diversas ocupações, é possível verificar uma significativa segregação sexual do trabalho. Com a introdução feminina na esfera organizacional, o convívio no trabalho ganha novas acepções, visto que homens e mulheres começam a concorrer acirradamente por possibilidades de novos cargos, funções e até mesmo um maior reconhecimento dentro da empresa (CAPELLE; MELO; SOUZA, 2013).

Apesar do aumento da participação do gênero feminino no ambiente de trabalho, é fundamental que o empoderamento feminino vá além, deixando de limitar-se apenas às organizações. Quando tal ideologia começa a fazer parte de todas as áreas da sociedade, lamentavelmente, a própria sociedade, por inúmeras vezes, sem ao menos perceber, desenvolve o mecanismo da discriminação devido à herança histórica que enquadrou a mulher apenas ao papel de mãe e esposa (LIMA; COSTA, 2016).

Portanto, o presente artigo tem o objetivo de contextualizar a diferença de gênero e o ingresso das mulheres nesse meio divergente, propiciado pela separação de valores tradicionais pautados sob preconceito e cisão social.

¹Graduandos do Curso de Administração da Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Mestrando em Administração pela FUCAPE. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACECEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

2 A DESCONSTRUÇÃO DO PARADIGMA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA EQUIDADE DE GÊNERO

Inerente ao processo expansivo da globalização no mundo moderno a desconstrução do meio organizacional sob a visão do empoderamento feminino tem acarretado diversas mudanças no ambiente de trabalho. Isso porque a capacidade do poder da mulher tem aumentado significativamente em diversas vertentes, elevando-as ao topo da cadeia corporativa e do patamar social (LIMA; COSTA, 2016).

Desconstruir o parâmetro social que engloba o poder feminino nos dias atuais é importante, visto que a compreensão do contexto histórico revela os fatores que desencadearam o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho. Todavia, o processo de ações referentes ao enquadramento das mulheres no ambiente organizacional salienta planos de desenvolvimento de carreiras, fomentando a liderança feminina com o objetivo de integrar a mulher na conjuntura empresarial (FARAH, 2004).

Tendo como princípio fundamental democrático, a igualdade de gênero ocorre onde a discriminação das mulheres é alvo de discussões sobre do contexto histórico, social e econômico. Portanto, as contribuições do feminismo corroboram com a importância da implementação do mainstreaming de gênero no âmbito organizacional, com o objetivo de acabar com a desigualdade atual entre homens e mulheres (GARCIA, 2009).

Determinado pelo Conselho da União Europeia, o mainstreaming de gênero consiste na reorganização e no desenvolvimento dos processos de tomada de decisões, a fim de agregar políticas que suscitem a igualdade de gênero nas empresas (GARCIA, 2009). Não obstante, prosseguindo com o pensamento de Garcia, a teoria aplicada na realidade na qual o autor submeteu é diferente, já que ainda se observa a discrepância de cargos e salários entre homens e mulheres. Analisando a conjuntura social, o paradigma da hierarquia das relações de gênero insiste em desvalorizar o trabalho feminino, potencializando a supremacia masculina na definição e no comando de tarefas (LIMA, 2014).

Não obstante, ações de tutorias efetivadas no contexto organizacional reforçam o poder masculino em detrimento do movimento feminista, produzindo mecanismos de expansão hierárquica capazes de segregar competências e valores dentro do ambiente da organização. Isso porque ainda se nota a figura masculina inserida como modelo de referências de sucesso, baseado e legitimado através da hierarquia masculina, dissipada pela herança cultural (BARBOSA; LIMA, 2013).

3 O MOVIMENTO FEMINISTA COMO PRECURSOR DA IGUALDADE SOCIOECONÔMICA ENTRE HOMENS E MULHERES

O movimento feminista foi outro fator importante ao denunciar as desigualdades salariais e de acesso ao emprego formal entre homens e mulheres. Suas denúncias influenciaram a opinião pública e agências governamentais que, posteriormente, pressionaram as empresas a assumirem uma posição mais proativa no enfrentamento dessas desigualdades (BARSTED, 1994; FARAH, 2004). Prosseguindo de acordo com os autores, aliado ao movimento feminista, o desenvolvimento de políticas públicas que pudessem equiparar a renda salarial foi sendo gradativamente elaborado, através da inserção e do desenvolvimento de planos de carreira – capazes de auxiliar as mulheres na entrada para o mercado de trabalho – e na ascensão das que já faziam parte do sistema de apartação salarial (FARAH, 2004).

Por conseguinte, ações e políticas empresariais são desenvolvidas com o intuito de incorporar o público feminino ao ambiente de trabalho, visto que o nível de instrução escolar das mulheres é elevado, em detrimento do percentual masculino (MIMBRERO MALLADO, 2017). A partir disso, as grandes empresas e corporações devem desempenhar o papel principal na equidade de gênero e na valorização da mulher no mercado de trabalho, pois as mesmas são responsáveis pela minimização das barreiras e pela promoção do sucesso profissional feminino. Dessa forma, a equiparação dos níveis de gênero percorre a expectativa de igualdade, favorecendo o âmbito social em sua totalidade (FONSECA, 2016).

A diferença entre homens e mulheres quanto à forma de tratamento dentro de grandes centros é vista a partir da promoção de lideranças, definindo cargos na vertente estratégica de negócio para uma maioria composta de homens. O papel da mulher

como mantenedora do lar ainda é imposto por uma parte tradicional da sociedade, que acredita que o processo evolutivo das mulheres no mercado de trabalho é algo que foge dos padrões impostos no século passado (SILVA, 2012).

As desigualdades de gênero nas organizações possuem características de resistência observadas a partir da divergente transformação de uma cultura já existente. Logo, a rejeição de medidas que sejam vantajosas entre homens e mulheres torna-se uma questão em que os indivíduos consideram ameaçadoras, visto que há possibilidade de transformação da conjuntura cultural quanto ao privilégio de um só gênero (MIMBRERO MALLADO; SILVA; ESPINOSA, 2015).

Por conseguinte, de acordo com Lima (2016) “*Os estudos de gênero, ciências e tecnologias desempenham um papel fundamental para subsidiar a formulação de políticas para promoção da equidade de gênero nas ciências e tecnologias.*” Dessa forma, pode-se analisar a equidade de gênero como elemento principal de mudança no paradigma social, observando critérios primordiais na conciliação das funções da vida familiar e profissional da mulher (COSTA, 2016).

De fato, muitas mulheres que estão no mercado de trabalho atualmente se dedicam a cuidar dos filhos e atenção ao marido (LIMA; COSTA, 2016). Entretanto, com a desconstrução do pensamento machista e o surgimento de mudanças culturais, a partição do trabalho doméstico é algo visto de forma gradativa, visto que a cultura tradicionalista está sendo rompida com a imposição da mulher com a mesma capacidade intelectual – ou até mesmo superior – que a do homem (CAPELLE; MELO; SOUZA, 2013).

Conforme Fonseca (1996), as atividades produtivas e interativas são pautadas na segregação horizontal, quando há a concentração de mulheres e homens em diferentes tipos de atividade, sendo as mulheres limitadas em menores setores ou cargos profissionais. Logo, se verifica que, enquanto a segregação horizontal impede o acesso das mulheres para determinadas profissões, a segregação vertical impede seu acesso ao topo da hierarquia empresarial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, apresentou-se a diferença de gênero existente no ambiente organizacional e como foi (e ainda tem sido) difícil a entrada das mulheres nesse espaço (apesar do seu valor). Além disso, articulou-se sobre as peculiaridades do trabalho feminino e do preconceito metódico que ainda está presente até os dias de hoje e também de assuntos importantes. Não menos importante, a contextualização o movimento feminista no qual foi um fator de grande relevância para a ascensão das mulheres no mundo do trabalho.

Todavia, todo esse pré-julgamento que as mulheres têm passado durante tanto tempo se transformaram em grandes vitórias, como por exemplo, a inserção do público feminino ao mercado de trabalho. Através da elaboração de moldes socioeconômicos capazes de suprir as necessidades femininas, quanto aos aspectos que convergem ao sucesso na carreira profissional e pessoal, caracterizamos alguns fatores que dividem o homem e a mulher no ambiente empresarial, exemplificando um sistema de hierarquia baseado na sobreposição do poder masculino sob o feminino.

Entretanto, pode-se concluir que, após uma série de esforços infindáveis para que seu lugar no mercado possa ser devidamente valorizado e reconhecido, o poder feminino tem ascendido à esfera social, mostrando o valor da mulher para o meio organizacional. Dessa forma, pequenas empresas e grandes corporações não só podem, mas como devem investir no potencial feminino para que haja uma equidade não só de gênero no mercado de trabalho, mas também proporcionar igualdade salarial e reconhecimento no âmbito profissional, a fim de enaltecer as individualidades profissionais e o intelecto da mulher.

5 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Márcia C. B.; LIMA, Betina S. **Mulheres na Física no Brasil**: por que tão poucas? E por que tão devagar? In: Yannoulas, Silvia Cristina (org.). *Trabalhadoras - Análise da Feminização das Profissões e Ocupações*. Brasília, Editorial Abraré, 2013, pp.01-304.

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; SOUZA, Natácia Lamoglia de. **Mulheres, Trabalho e Administração**. Mai./ ago. 2013, v.2 n.2 p.161-191.

FARAH, M.F.S. Gênero e Políticas Públicas. **Estudos Feministas**, n. 12(1): 360. Florianópolis, 2004:47-70.

FONSECA, R. M. G. S. **Mulher e cidadania na nova ordem social**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE/USP), 1996.

GARCIA, Luciene. **A mulher e a evolução dos seus direitos**. Jusbrasil, 2009. Disponível em: <<https://espaco-vital.jusbrasil.com.br/noticias/1944790/a-mulher-e-a-evolucao-dos-seus-direitos>>. Acessado em: 23/10/2017.

LIMA, Betina Stefanello; COSTA, Maria Conceição da. **Gênero, ciências e tecnologias: caminhos percorridos e novos desafios**. Cad. Pagu, Campinas, n. 48, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000300304&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23/10/2017.

MIMBRERO MALLADO, Concepción; CANTERA ESPINOSA, Leonor María; SILVA, Joilson Pereira da. **Aplicación del mainstreaming de género em lãs organizaciones a través de las certificaciones**. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 34, n. 3, p. 423-434, Set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2017000300423&lng=en&nrm=iso>. accesson 30 Oct. 2017.

MIMBRERO MALLADO, Concepción; SILVA, Joilson Pereira da; CANTERA ESPINOSA, Leonor María. **Analysis of Gender Equality Competence Present in Cultural Positions**. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 27, n. 66, p. 90-97, Apr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2017000100090&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 23/10/2017.

SILVA, Carla da. **A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero**. 2012. Disponível em: <http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade_imposta.pdf>. Acessado em: 23/10/2017.

BUROCRACIA ATUALMENTE E AS CRÍTICAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

RODRIGUES, Aline da Silva

MACHADO, Isabella Aparecida Ramiro

FERNANDES, Lorena Gava

FURTADO, Rafaela de Araújo

ALCANTARA, Thainá Fernandes de¹

FAGUNDES, Aline Juriatto²

CARLETTI, Ednéa Zandonadi Brambila³

1 INTRODUÇÃO

Na criação da teoria da Burocracia, por Max Weber, ela tinha como intuito organizar de forma eficiente uma grande quantidade de pessoas e que por consequência, haveria crescimento político e econômico, sendo então empregada na gestão pública brasileira justamente por isso. A burocracia explica detalhadamente como as coisas devem ser feitas. Porém, por ser de forma detalhada, e por estar presente na gestão pública do Brasil, é alvo de críticas de muitos, sendo a palavra Burocracia tão criticada pela sociedade nos dias de hoje, sendo dessa forma o tema central desse artigo a burocracia na gestão pública atual e como a população se sente com os processos burocráticos que sabemos, está presente em todos os órgãos e procedimentos ligados ao governo.

Visando comparar essa teoria com a gestão pública dos dias atuais, como a Teoria da Burocracia encontra-se presente na administração pública moderna e como é vista pela população brasileira? Será feita essa comparativa para visualizar-se os pontos positivos e negativos no desenvolvimento dessa teoria nos dias presentes, respondendo as respectivas questões acima, de como a teoria influencia na padronização da administração pública como um todo, desde sua padronização

¹Graduandos em Administração pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Mestre em Educação Holística. Especialista em Gestão Pública Municipal. Graduada em Comunicação Social, Publicidade e Propaganda, Letras e Administração de Empresas. Professora da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Ciência da Informação (PUC-CAMPINAS). Especialista em Informática na Educação (IFES). Graduada em Pedagogia (FAFIA). Professora e Coordenadora de Pesquisa e Extensão da Multivix Cachoeiro de Itapemirim

hierárquica e processual e as críticas feitas pela população brasileira. O objetivo do artigo é demonstrar a teoria burocrática, como ela está presente na gestão pública administrativa empregada nos dias atuais no nosso país, e também aborda as críticas que estão sendo empregadas e discutidas atualmente.

É de suma importância abordar essa teoria que está sendo tão criticada, ou seja, a prática da burocracia não está desempenhando suas devidas funções em relação ao desenvolvimento do país, dificultando processos, afetando várias áreas, desde educação à saúde, como será abordado posteriormente.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O desenvolvimento do referido artigo destinou-se a comparação da teoria Burocrática, criada pelo teórico autor da teoria da Burocracia (Max Weber), com sua aplicabilidade na gestão pública atual. Utilizou-se a abordagem qualitativa, pois fez-se a análise dos livros e artigos a respeito do tema, onde buscou-se os conceitos, princípios, e significados do assunto. Como procedimentos: bibliográficos e documental, onde fez-se uma investigação realizada tendo como fontes livros, artigos e notícias, desvendando os conceitos e críticas a Teoria. Tendo por finalidade: básica pura, com o intuito de expandir o conhecimento disponível. As recomendações, são voltadas ao debate, propondo novas questões. Sendo o objetivo: descritiva, objetivando retratar as características da teoria estudada, expondo os fatos, para estabelecer a natureza das relações entre as variáveis delimitadas no tema, partindo-se do problema, as críticas constatadas na realidade da vida dos brasileiros, coletando-se informações bibliográficas, analisando-se as variáveis envolvidas e propondo-se recomendações, buscando expor, classificar e interpretar os fatos, fazendo a análise, sem interferir pessoalmente nos dados coletados. E por fim, como método: indutivo.

3 BUROCRACIA ATUALMENTE E AS CRÍTICAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Quando se trata de burocracia na administração pública, contamos com leis e decretos que abrangem tanto os funcionários quanto a população. Sejam leis ou normas internas, ambas devem ser seguidas para que não atrapalhem o fluxo de cada setor público, tendo em vista que direta ou indiretamente todos estão interligados.

Segundo Weber (1982) a burocracia moderna funciona sob formas específicas. Está sob regência de áreas como jurisdição fixas e oficiais, que são ordenadas por leis e normas administrativas. Para que haja bom funcionamento e igualdade de atendimento nos serviços públicos, é de extrema importância que cada colaborador faça seu trabalho de acordo com normas que lhe foram impostas, tem que haver um respeito hierárquico interno, para que a informação ou serviço chegue ao “público” com a maior clareza e entendimento possível, visando sempre passar o melhor serviço para a população.

Motta (1985, p. 7) afirma que a "Uma estrutura social na qual a direção das atividades coletivas fica a cargo de um aparelho impessoal hierarquicamente organizado, que deve agir segundo critérios impessoais e métodos racionais".

Todavia, o conceitual burocrático brasileiro visto em modo geral é excessivo, pois se resume em um grande volume judiciário e sistemático que faz com que algo mais palpável de se solucionar, vire extremamente burocrático, tornando-se alvo de críticas da maior parte da população brasileira, visto que em várias situações, causa transtornos devido obstaculizar processos. Alguns exemplos são onde a simples emissão de um documento (RG) ser demorado, devido algumas burocracias que são necessárias para o cidadão ter em mãos seu documento. Outro exemplo também é a necessidade de várias documentações e etapas que dificultam o processo de ingresso em uma instituição de ensino superior por meio de bolsas, visto ser necessário várias comprovações para ter concedimento à bolsa, sendo também dessa forma a burocracia tendo grande parte nessa dificuldade.

Para ter- se um exemplo mais claro e objetivo para observar-se: o S.U.S (Sistema Único de Saúde) que foi criado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e foi regulamentado pelas Leis n.º 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e nº 8.142/90. O projeto em si é eficiente em alguns casos, mas nem sempre essa sorte cai sobre todos, pois sua eficácia é de julgo duvidosa. Contudo, se o projeto estivesse em pleno emprego com os investimentos corretos e menos burocracia os pacientes em casos graves ou de urgência seriam socorridos a tempo e receberiam o atendimento adequado.

Recentemente foi divulgado um caso em que pacientes com Alzheimer ficam sem remédios para combater o avanço da doença por causa de um problema burocrático que está sendo imposto pelo Ministério da Saúde, por meio do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para doença de Alzheimer. Protocolo que preocupa os neurologistas, que dizem que a quantidade de exigências está prejudicando muito o tratamento dos pacientes, em média um medicamento para essa específica doença custeia R\$ 500,00, que dura apenas 1 mês, sendo que aposentados recebem como benefício um salário mínimo como piso.

Um neurologista (GAMELEIRA, 2016) diz que deveria haver por parte da Secretaria Estadual de Saúde um entendimento maior, deveriam reconhecer a necessidade urgente do paciente ter tratamento adequado, apenas com o laudo e a receita do médico. Pode-se perceber que, por ser algo que em situações delicadas, acaba por ser ineficiente, sendo contraditório a uma das premissas dessa teoria, é preciso que seja visto com mais atenção o emprego dela nessas situações e no mundo moderno.

Um Consultor de Empresas e especialista no ramo de Recursos Humanos, diz que: Atualmente no século XXI, pode-se dizer que a Teoria da Burocracia tem uma grande importância para o Mundo da Administração e seus Gestores, corrige erros e falhas da Teoria Clássica, e até mesmo Comportamental. Mas sempre vai esbarrar na Área das Competências, aprendizado e na Gestão de toda e qualquer relação informal que temos no âmbito organizacional. (RAMILLO, 2011).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo como base o uso da abordagem qualitativa, do método indutivo, da pesquisa básica, como objetivo descritiva e sendo utilizado os procedimentos bibliográficos e documental, o estudo bibliográfico com o auxílio de livros e artigos, conclui-se acerca da utilização da Teoria da Burocracia no sistema público de administração os seguintes pontos:

Partindo do princípio e definição dada por Max Weber à teoria da burocracia na década de 40, de que a burocracia é por excelência, a organização eficiente, percebe-

se que atualmente ela não é aplicada da forma como deveria ser pela gestão, sendo ela principalmente a pública.

De acordo com Weber, as pretensões com sua teoria, seriam de que as organizações fossem mais eficientes, uma vez que todos os processos fossem padronizados e previstos, para evitar problemas e lentidão nos processos. Além disso, a formalidade nas relações é ponto importante. Assim como a maioria das coisas, tudo precisa ter um equilíbrio, e assim é com a burocracia, a utilização dela se faz importante nas organizações, mas o seu uso exagerado ou indiscriminado feito pelos gestores, fez com que ela ficasse com uma má fama por todos que são usuários desse regime.

Devido a forma como é aplicada hoje em dia, a Teoria da Burocracia ao invés de otimizar e agilizar os meios nas empresas, como deveria ser feita, acabou se tornando conhecida por causar atraso e lentidão nos processos, causando transtorno inclusive em situações que deveriam ser rapidamente resolvidos, como visto em relação à saúde da população. A grande quantidade de papéis, documentos, autenticações, e assinaturas cobradas pelas organizações para que sejam levadas as situações adiante, acabam ocasionando grande atraso e bastante espera por conta de quem precisa dos serviços prestados.

Sendo assim, para que os métodos burocráticos de Weber, sejam utilizados com a devida eficiência e agilize os processos, precisam ser reconhecidas certas exceções no decorrer das liberações e cobrança de documentos, levando em consideração que não há um só modelo e uma só forma de lidar com as diversas situações que podem aparecer no cotidiano de uma organização, com isso, as empresas e a gestão pública do país estariam aptas a enfrentar e contornar os diferentes tipos de processos de maneira mais ágil, eficiente e também eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os princípios da burocracia mencionam, além de outros, a questão da padronização e formalização e da separação de domínios público e privado, remeteu se então a ideia de que este se tratava do modelo de gestão que melhor se adequava às

necessidades da administração pública. Possibilitando o aprimoramento dos processos de produção e a igualdade para todos os clientes perante a lei e a norma. Contudo, o que se percebe atualmente, partindo de uma análise crítica da atual situação do desempenho das organizações públicas do país, é que o modelo de gestão burocrático não tem garantido a manutenção adequada que o Estado precisa para o desenvolvimento assegurado no país naquilo que é de sua competência, como visto anteriormente no artigo, a população brasileira critica o rígido processo burocrático destacando métodos e meios indesejáveis na prática da teoria no presente, sendo vista pela população como desnecessária já que a dificuldade em processos acabam por demandar tempo, atrapalha muitas vezes em situações que são primordiais, como a saúde, sendo então preciso que seja revisto formas de continuar empregando a teoria mas de forma que não venha afetar em situações que carecem de agilidade devido serem importantes.

6 REFERÊNCIAS

G1 GLOBO. **Burocracia deixa pacientes do SUS sem medicamentos em Alagoas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/07/burocracia-deixa-pacientes-do-sus-sem-medicamentos-em-alagoas.html>> Acesso em: 10 set. 2017.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **O que é burocracia**. Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

RAMILLO, Daniel. **Weber e a teoria da burocracia de 1940 para os dias atuais, 2011**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/weber-e-a-teoria-da-burocracia-de-1940-para-os-dias-atuais/60399/>> Acesso em: 10 set. 2017.

SUS. **Sistema único de saúde**. Disponível em <<https://sistemaunicodesaude.weebly.com/>> Acesso em: 10 set. 2017.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E A FERRAMENTA SWOT

CLEMASCO, Patrícia Costa¹

JURIATTO, Aline²

1 INTRODUÇÃO

É notório que devido a globalização as organizações devem estar cada mais integradas do mercado e do que acontece em seu entorno para que possam obter o sucesso. Seus líderes devem acompanhar as mudanças em todos dos setores e serem capazes de lidar com as variáveis que surgem desde os recursos humanos até as estruturas organizacionais mais complexas. (SERTEK, Paulo et al, 2007).

Dessa forma é possível afirmar que em um ambiente onde ocorrem poucas mudanças pode-se achar que a estratégia e o planejamento não são fundamentais, porém, segundo Sertek et al (2007) - quando se trata de uma organização onde constantemente estão surgindo novos problemas, novos concorrentes ou produtos substitutos existe uma necessidade real de aplicar melhorias contínuas e ter todos os processos inclusos em um planejamento estratégico.

Assim, quando se faz o planejamento se obtém uma análise organizacional e através dela é possível compreender como a empresa está em relação ao mercado, aos concorrentes e até mesmo qual a percepção dos clientes.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (PE)

A estratégia pode apresentar três formas de atuação na organização: primeiro como sendo uma forma de alcançar as metas e os objetivos previamente estabelecidos; segundo como uma forma de identificar e melhor dispor dos recursos humanos e financeiros; terceiro como uma ferramenta para criar vantagem competitiva.

¹Graduandas em Administração pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Mestre em Educação Holística. Especialista em Gestão Pública Municipal. Graduada em Comunicação Social, Publicidade e Propaganda, Letras e Administração de Empresas. Professora da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

Isso de acordo com TIFFANY, Peterson (1998) *apud* MULLER (2003) que ainda completa que a estratégia é como um plano cujo objetivo é alcançar resultados consistentes a longo prazo de acordo com os propósitos globais da organização e dessa forma não adivinhar o futuro, e sim mobilizar a empresa para atingir algo mensurável já planejado.

KOTLER (1975) *apud* ALDAY (2000) identifica o conceito de planejamento estratégico (PE) como "uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela Organização, visando maior grau de interação com o ambiente." Ou seja, é o planejamento que envolve fatores como o setor de atuação da empresa, o macro ambiente, questões políticas, estratégicas, microambiente e diversos objetivos funcionais. É o plano global, que envolve toda a organização. Alday (2000) afirma que esse planejamento é mais do que a realização de orçamento - como pensam muitos empreendedores. Ele deve se enquadrar na realidade da empresa e envolver diversas variáveis, como: estimativas e levantamento de recursos, cronogramas, planos táticos, sempre relacionadas com a atividade desenvolvida e a meta a ser alcançada.

De acordo com Muller (2003) o PE tem se tornado cada vez mais essencial e tem enfoque sistemático, é importante para que a empresa defina como se posicionar com relação ao ambiente de forma a obter o sucesso. Além disso Certo e Peter (1993) *apud* Muller (2003) enfatizam que o processo de planejamento deve ser constante e interativo, sendo sempre atualizado de acordo com o andamento do mesmo, para que a empresa esteja em constante adaptação ao meio.

Para a execução do Planejamento Estratégico são usadas diversas ferramentas e uma delas é a Análise SWOT que leva em conta os ambientes internos e externos, identificando as forças e fraquezas e as oportunidades e ameaças respectivamente.

3 ANÁLISE SWOT

SWOT tem origem no termo inglês: *strengths, weaknesses, opportunities* e *threats*, ou seja: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças e por isso é conhecida no Brasil como FOFA, de acordo com ALBUQUERQUE et al (2017). Dessa forma, a SWOT

"pode ser caracterizada por comparar seus recursos ou falta deles com o que acontece no mundo exterior" (Nogueira, 2015 *apud* Albuquerque et al, 2017).

Muller (2003) enfatiza que é importante realizar a análise do ambiente nas etapas de planejamento visto que através dela é possível: identificar qual a essência da organização; criar o contexto para que as estratégias sejam formuladas e inteirar-se dos aspectos importantes acerca da situação da empresa em relação ao setor em que está inserida.

3.1 Ambiente Interno

Muller (2003) em seu trabalho defende que "a análise de ambiente interno tem como finalidade saber quais os pontos fortes e fracos que a empresa apresenta, evidenciando as qualidades e os defeitos diante do seu segmento de mercado". Ou seja, nessa etapa a empresa é estudada, avaliada, a fim de que os pontos fracos sejam trabalhados de modo que não se tornarem um problema estratégico e que as forças sejam aprimoradas a afim de se destacarem como vantagem competitiva.

Alguns autores descrevem que os fatores internos a serem avaliados são os recursos financeiros; a liderança e a imagem de mercado; a condição de competitividade da organização; a tecnologia que a empresa possui; seus custos produtivos; suas competências e potencial de inovação (MULLER, 2003).

Os pontos fortes, ou forças da organização, são as habilidades e os recursos que a empresa apresenta que trazem um diferencial perante as demais. Albuquerque et al (2017) cita a definição de Rezende (2008) que diz que são variáveis internas e que podem ser controladas, ao contrário do que se observa no ambiente externo. Desempenho e que por isso, devem receber maior atenção a fim de serem minimizadas. Albuquerque et al (2017) completa que as fraquezas devem sempre ser monitoradas para que o processo de melhoria contínua seja aplicado.

Dessa forma, é muito importante a observação do ambiente interno da organização, visto que analisando os fatores citados acima é possível investir em vantagem competitiva através da potencialização das forças a fim de aumentar a participação

de mercado e repensar em estratégias que reduzam ou até mesmo eliminem as fraquezas.

Albuquerque et al (2017) complementa ainda que as fraquezas devem ser trabalhadas a fim de evitar que as empresas concorrentes usem essa falha com forma de atacar a organização e ganhar mercado. Bem como se os gestores souberem aproveitar as forças elas podem ser um diferencial e fazer com que os produtos se destaquem perante os demais.

3.2 Ambiente Externo

Na análise externa existem algumas tendências a serem observadas. Naisbitt (1983) *apud* Muller (2003) define as principais como sendo as econômicas, sociais, políticas e tecnológicas.

Nesse estudo do ambiente externo são consideradas as oportunidades e as ameaças para a organização, ou seja, é a relação da empresa com o ambiente externo a qual está inserida. De acordo com ALBUQUERQUE et al (2017) "o ambiente externo oferece essas duas variáveis para a organização, as oportunidades e as ameaças, porém a empresa deve procurar aproveitar as oportunidades, assim como amortecer os impactos gerados pelas ameaças'. Por conseguinte, o autor classifica as oportunidades como podendo ser: naturais, de evolução, sinérgicas e de inovação. Sendo elas:

- Oportunidades naturais: são as incluídas à natureza da empresa, como no caso de a empresa ter que apenas observar se seus recursos estão adaptados para aos requisitos da oportunidade natural e consolidação gradativa das condições e circunstâncias que tendem a ser uma vantagem competitiva definida e concreta, ou seja, a empresa observa uma possível necessidade, tendência, e já monta condições necessárias para agarrar a possível oportunidade.
- Oportunidade sinérgica: são situações complementares e adicionais da empresa. São as oportunidades que trazem uma nova estrutura organizacional, exigindo um novo foco de conhecimento.

- Oportunidade de inovação: são normalmente características que modificam a economia e a capacidade da organização, requerendo competência, investimento e capacitação, tendo um dispêndio em P&D (pesquisa e desenvolvimento), como no setor de robotização. (ALBUQUERQUE et al,2017)

Enquanto que as ameaças podem ser classificadas em naturais, aceitáveis e inaceitáveis. Ameaças naturais: são as incluídas na empresa, como o que ocorre no segmento de tecnologia, que corre risco devido à evolução de tecnologia no setor. Ameaças aceitáveis: são casos em que a empresa se permite aceitar analisando até que ponto a situação é aceitável, como é o caso de uma empresa que entra no mercado com produto que já existe, conhecido e aceito pelo mercado consumidor. Ameaças inaceitáveis: quando a organização não se permite aceitar, pelo fato de sua incapacidade de investigar uma situação, como a influência de capital de terceiros em situações da empresa (ALBUQUERQUE et al, 2017)

É possível dizer que, segundo pesquisas, o ambiente externo é o que está fora do controle da empresa, ou seja, são os hábitos dos consumidores, as tendências do mercado, a diversificação dos produtos, assim como os concorrentes e os substitutos. Assim, é o ambiente ao qual a organização deve se adaptar, sempre buscando aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças (Chiavenato, 2003 *apud* Baptista et al, 2010).

Por esse motivo, a empresa deve sempre estar atenta ao ambiente externo, afinal de contas ele tem forte influência sobre os fatores internos da organização. Dessa forma, de acordo com Baptista et al (2010), com esse estudo é possível “desenvolver estratégias para tirar proveito das oportunidades e minimizar ou superar as ameaças da empresa”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável que o planejamento estratégico quando implementado gera vantagem competitiva para a organização, visto que através dele é possível identificar os pontos que precisam de maiores investimentos para que se destaquem assim como buscar a manutenção dos pontos fortes apresentados pela mesma.

Albuquerque et al (2017) reafirma que "o propósito a ser alcançado no final do processo é possibilitar que a empresa opte por uma estratégia que conduza a uma vantagem competitiva", ou seja, é adotar uma tática que favoreça o sucesso, que atenda às necessidades dos clientes, que agregue valor ao produto a ser consumido. É a diferenciação perante seus concorrentes, o ganho de mercado.

Com a utilização de ferramentas - como a SWOT - é possível que a organização tenha clareza na identificação do que deve ser aprimorado, melhorado e o que merece investimentos pois são destaques na empresa. Dessa forma, analisar tanto ambiente interno quanto externo é para se entender o conceito da organização, onde ela está inserida e quais as ações que devem ser tomadas para promover crescimento e o ganho de mercado.

Ainda de acordo com Albuquerque et al (2017) apesar de essencial o planejamento não é tarefa fácil de ser executado e merece empenho de toda a empresa, de todos os setores envolvidos para que se tenham informações reais e integradas, a fim de estabelecer planos e metas tangíveis.

Assim, entende-se que o foco de se executar um planejamento estratégico utilizando de ferramentas como a análise SWOT é estabelecer uma missão para a empresa, definir os objetivos e metas, explorar as oportunidades apresentadas pelo ambiente externo e seus pontos fortes, além de buscar anular as ameaças e evitar que os pontos fracos existam.

5 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Jesse Valente; BRASIL, Bruno Tayson; COSTA, Marcela Froés; CRUZ, Ana Cláudia da Costa; SILVA, Graziela Teles. **Utilização da análise SWOT para elaboração da estratégia mercadológica.** Revista Maiêutica Indaial, Santa Catarina, v.5, n.1, 2017. Disponível em:< https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/GESTAO_EaD/article/view/1731/843 > Acesso em 17 out 2017.

ALDAY, Herman. **O planejamento estratégico dentro do conceito de administração estratégica.** Revista FAE, Curitiba, v.3, n.2, 2000. Disponível em:< <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/505/400> > Acesso em 17 out 2017.

BAPTISTA, Jose Abel; BARBOSA, Valérias de Almeida; HENRIQUE, Marcelo

Rabelo; SILVA, Andréa Aparecida; SILVA, Natalia Salmont. **A utilização da matriz SWOT como ferramenta estratégica - um estudo de caso em uma escola de idioma de São Paulo.** VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2010. Disponível em:< <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/26714255.pdf> > Acesso em 17 out 2017.

MULLER, Cláudio José. **Modelo de gestão integrando planejamento estratégico, sistemas de avaliação de desempenho e gerenciamento de processos (MEIO - modelo de estratégia, indicadores e operações)** [trabalho de conclusão de curso]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Departamento de Engenharia de Produção e Transportes. 2003. Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3463/000401207.pdf?sequence=1> > Acesso em 17 out 2017.

SERTEK, Paulo; GUINDANI, Roberto Ari; MARTINS, Tomás Sparano. **Administração e planejamento estratégico.** 20 ed. Curitiba: Ibpex, 2007.125p.

MODELAGEM E SIMULAÇÃO PARA ANÁLISE DO PROCESSO PRODUTIVO DE UMA EMPRESA DE PÃES

GRECHI, Ariele

GUSSÃO, Thainá¹

TAVARES, Éder Reis²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

Com a modernização e o aumento da concorrência no mercado, cada vez mais têm-se buscado por programas que facilitem e promovam o desenvolvimento, além de aumentar a lucratividade da empresa. Assim, surgiram os softwares de simulação, que possibilitaram as empresas analisar seus sistemas produtivos, avaliar os resultados, identificar problemas e saná-los, sem gerar nenhum custo.

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a aplicação da simulação no processo produtivo de pães, bem como demonstrar a importância da sua aplicação pelas empresas.

2 SIMULAÇÃO E SOFTWARE ARENA

A simulação computacional permite criar um modelo que imita o funcionamento de processos, sistemas e operações de empresas reais, através de um sistema gráfico. Esse sistema computacional emprega técnicas matemáticas e dados que possibilitam analisar antecipadamente os processos produtivos, podendo identificar supostos problemas e saná-los.

¹Graduandas do Curso de Engenharia de Produção Multivix Cachoeiro de Itapemirim – 8º Período – thainagussao@hotmail.com

²Mestrado em Engenharia de Produção pela UCAM. Graduação em Engenharia de Produção pela UCAM. Professor da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³ Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

Pode-se afirmar que a simulação é uma demonstração do mundo real, através de ferramentas computacionais, levando em consideração o funcionamento da empresa, os lucros, os processos, as despesas, entre outros, sem causar riscos ou gerar gastos na realidade. A computação tem se mostrado como grande aliada ao desenvolvimento das empresas, possibilitando que elas testem inovações e criem processos, sem arriscar seus recursos financeiros. A busca por programas que simulassem a realidade aumentou cada vez mais, fazendo com que inúmeros programas fossem criados. Dessa forma surgiu o ARENA, considerado um software destinado a pessoas que trabalham com simulações de eventos, permite a criação de diversos cenários, avaliando estatísticas, modelagem de processos, animações e análise de resultados.

De acordo com especialistas, o ARENA é um dos melhores softwares de simulação, uma vez que os usuários conseguem simular com facilidade, através de um único ambiente, o uso de diversos dados diferentes. O programa é considerado um ambiente gráfico integrado de simulação e dispensa uma linha de código, ou seja, todo o processo de criação da modelagem é gráfico e visual. A tradução da realidade é feita através de um modelo lógico-matemático, que representa a dinâmica do sistema em análise, usando valores de tempo, distâncias e recursos disponíveis. Na simulação não são usados valores médios para os parâmetros nos modelos, mas sim distribuições estatísticas geradas de uma coleção de dados sobre o parâmetro a ser inserido. O sistema de computador gera o resultado através da somatória dos dados e dos modelos lógico-matemáticos.

O ARENA é formado por inúmeros softwares de finalidades genéricas e específicas, como: ARENA Standard (simulador genérico); ARENA Professional (simulador genérico); ARENA Contact Center (simulador especial); ARENA Factory Analyzer (simulador específico); ARENA Packaging (simulador específico); ARENA Realtime (simulador específico). O programa de computador ARENA dispõe de diversas ferramentas que possibilitam criar uma modelagem cada vez mais parecida com a realidade. O software possui diversos módulos na barra de projetos, permite inserir valores de tempo e distância, entre outras ferramentas que possibilitam uma simulação cada vez mais real.

3 METODOLOGIA

Os principais problemas de um processo produtivo podem ser identificados através do ARENA, ou qualquer software de simulação. É através dessa tradução da realidade que o empresário pode identificar onde deve melhorar e quais as áreas que merecem mais atenção. O uso de software permite que o empresário teste inovações, crie novos procedimentos sem arriscar os seus recursos financeiros, analisando se a mudança realmente será boa para a empresa. O presente trabalho buscou, através do ARENA, criar um modelo de simulação, analisar e validar as inovações, analisando estatisticamente os resultados.

Através do campo “basic process” é possível criar diversos modelos de produção, com módulos específicos para cada etapa da produção, como por exemplo, o início é dado pelo módulo “create”, as demais etapas que não exigem decisões, são criadas pelo módulo “process”. Se, durante o processo, alguma etapa exigir decisão, deve ser usado o módulo “decide” e, para finalizar todo o processo, é usado o módulo “dispose”.

Após a criação do processo, todos os módulos devem ser conectados e inseridos dados de tempo e outras informações, como por exemplo, tempo de produção, funcionários, entre outros. Os dados inseridos no modelo apresentado são fictícios, baseados em uma produção de pães. A simulação abrange desde o início do processo, com a separação dos materiais, até o final com a venda dos pães.

4 A DESCRIÇÃO DO SISTEMA

O trabalho buscou analisar o processo para produção de pães. O início do procedimento se dá com a separação, pesagem e mistura dos ingredientes. Logo após, deve ser feito o corte e a modelagem do pão, fazendo com que durante o processo de fermentação o pão cresça com o aspecto desejado. Depois do processo de fermentação, o pão é levado ao forno para cozimento. Caso o pão esteja com o nível de cozimento ruim, ele será descartado. Se estiver no ponto certo, será levado para o resfriamento e, em seguida, será vendido, encerrando o processo de produção. Etapas do processo produtivo de pães:

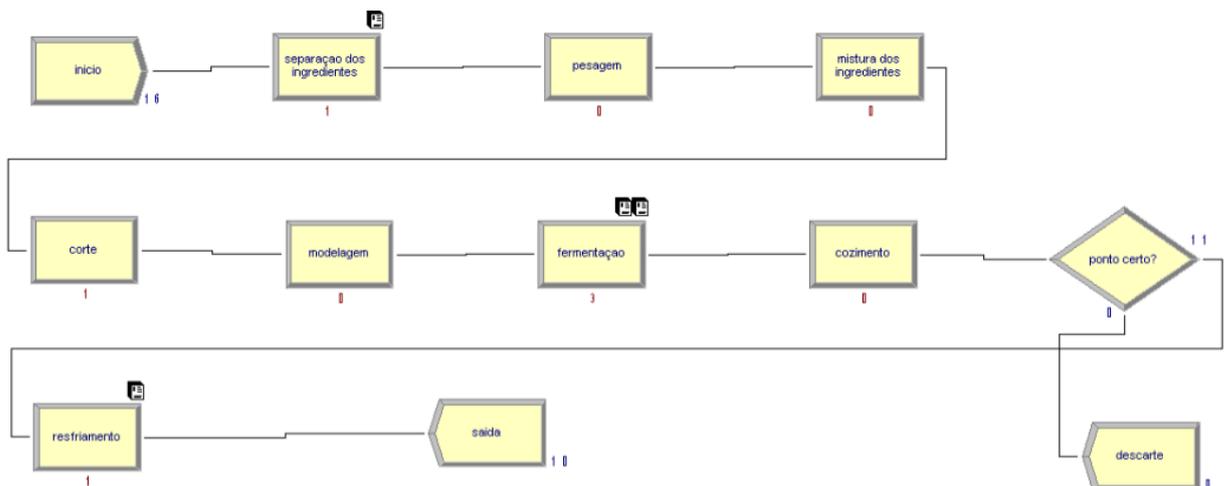
- Separação dos ingredientes;

- Pesagem;
- Mistura dos ingredientes;
- Corte;
- Modelagem;
- Fermentação;
- Cozimento;
- Análise do ponto de cozimento;
- Resfriamento

5 MODELO DA SIMULAÇÃO

A modelagem foi feita no programa ARENA, simulando o processo de produção de pães, a fim de que obter um melhor análise e compreensão da linha de produção. O modelo foi criado com dados fictícios, a partir de uma fábrica de pães que possui ciclo produtivo similar ao processo elaborado. Através de pesquisas na internet, foi possível analisar e usar de exemplo os processos produtivos de pães. A figura a seguir representa a modelagem do processo de fabricação de pães:

Figura 1 – Processo de produção dos pães no programa ARENA



Fonte: autor

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O software ARENA possibilita a simulação da realidade, trazendo dados e informações importantes sobre os processos nele simulados. Na simulação da linha de produção dos pães, o programa de computador informou com precisão diversos dados importantes. O processo foi simulado por um período de 12 horas, onde a cada 30 minutos era produzido um lote de pães.

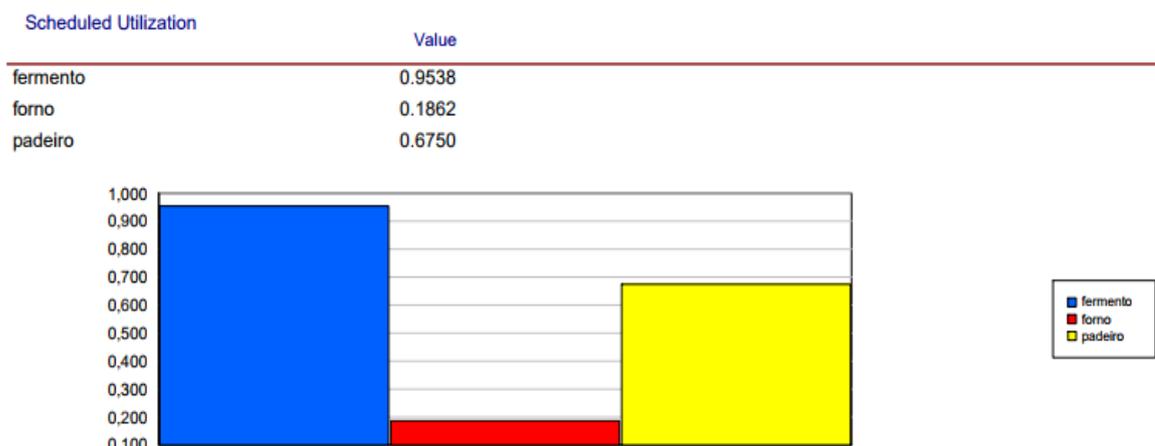
O processo teve início com 16 entidades que entraram pelo processo. O processo de fermentação gerou três filas na espera e, ao final, saíram 10 entidades do processo. Enquanto o pão era produzido ocorreu uma fila, durante no processo de fermentação, tiveram outras três filas e no processo de resfriamento, uma fila. A simulação cria uma tabela de tempo que informa o tempo médio de produção de um lote de pão, que é de 30 minutos.

O programa ARENA também fornece o tempo médio para realização de cada atividade dentro do processo de produção. A operação que gerou mais filas foi a fermentação, por ser um processo mais longo.

O software também produz um gráfico com recursos que foram usados durante o processo. De acordo com esse modelo, o processo de fermentação foi a etapa mais demorada e mais importante para a produção dos pães. Porém, o tempo de fermentação não pode ser diminuído, uma vez que se trata de fenômeno natural. Uma solução para o caso seria a contratação de mais profissionais para aumentar a produção.

O padeiro foi o funcionário que mais trabalhou e que mais ficou ocupado durante todo o processo, uma vez que ele faz praticamente todas as atividades. O programa reconheceu que a figura do padeiro é bastante importante, porém realiza o serviço um pouco mais demorado, sendo a contratação de outro padeiro, uma alternativa para diminuir o tempo de produção e de filas no processo.

Figura 2 – Recursos mais usados durante o processo



Fonte: autor

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou destacar a importância dos programas simulação no dia a dia das empresas e a sua efetiva aplicação nos processos produtivos. Através deles, é possível implantar diversas mudanças e testar criações sem gerar riscos e gastos. Por meio dos simuladores, é possível analisar e avaliar o funcionamento e resultado das atividades empresariais.

Como exemplo para a elaboração de uma modelagem, utilizamos uma empresa de pães para avaliar e analisar os procedimentos e resultados. Foi destacado todo o processo produtivo do pão, demonstrando quais etapas foram mais importantes, quais os recursos mais usados, o tempo médio de produção, entre outros. Pudemos perceber que na prática os softwares de simulação são muito eficientes, uma vez que possibilitam a análise de todo o sistema produtivo, através de um ambiente gráfico e dados estatísticos formados a partir da do modelo elaborado.

8 REFERÊNCIAS

Arena. Disponível em: <<http://www.erlang.com.br/arena.asp>>. Acesso em: 22 out. 2017.

FEITAL, Arthur. **Curso de Software Arena em Simulação.** Disponível em: <<http://www.cursou.com.br/informatica/software-arena-simulacao/#ixzz4wLmsnxjt>>. Acesso em: 22 out. 2017.

MODELAGEM E SIMULAÇÃO PARA ANÁLISE DE OPERAÇÕES EM RESTAURANTE ESPECIALIZADO EM HAMBÚRGUERES

MENEGUSSI, Francian Lima

CHAMOUN, Pietra Mendes¹

TAVARES, Éder Reis²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os processos produtivos de empresas através de programas de simulação que, por sua vez, são considerados grandes aliados ao desenvolvimento das empresas desde a infraestrutura até o lucro. Através dos softwares e simulação, é possível avaliar todo o processo produtivo de uma empresa.

Durante o trabalho foi desenvolvida a modelagem das atividades realidades em uma franquia de hambúrgueres, tornando possível a análise concreta de processos através dos programas de computador. De acordo com os resultados obtidos, é possível analisar todo o processo produtivo de uma empresa, levando em consideração todas as atividades desenvolvidas, identificando problemas e criando soluções. No presente caso, o resultado obtido foi favorável, não sendo identificadas muitas filas ou demoras durante o ciclo de produção.

2 SIMULAÇÃO E O SOFTWARE ARENA

Atualmente, com a modernização dos sistemas computacionais, ficou cada vez mais fácil contabilizar matematicamente os lucros e processos de produção das indústrias, simulando o funcionamento e possibilitando uma análise antecipada dos processos

¹Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Mestrado em Engenharia de Produção pela UCAM. Graduação em Engenharia de Produção pela UCAM. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³ Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

produtivos. Além disso, esses programas também permitem verificar possíveis problemas e criar soluções.

O ARENA é um exemplo desses programas de ambiente gráfico integrado de simulação. Nesse software, todo o processo de criação do modelo de simulação é gráfico e visual, de forma integrada, não sendo necessário inserir linha de código. Esse software tem inúmeros recursos para modelagem de processos, desenhos, animação, análise da estatística e análise dos resultados. Através dos cartuchos de simulação, também conhecidos como templates, o software pode ser transformado em um programa de reengenharia, de criação e simulação de empresas e processos produtivos.

A simulação é feita através de um modelo lógico-matemático, que representa a dinâmica do sistema em estudo. Esse modelo criado é formado por valores de tempo, distâncias e recursos disponíveis. No Arena, o modelo é feito visualmente com objetos orientados à simulação e com o auxílio do mouse, não sendo necessário digitar dados de logística. Sobre o modelo, são anexados dados do sistema que, somados com o modelo lógico-matemático, geram uma representação do sistema no computador.

Assim, a simulação mostra-se como imitação de um sistema real, modelado de forma computacional, usado para analisar e possibilitar melhorias no desempenho da empresa. A simulação nada mais é do que a tradução da realidade para um ambiente gráfico, onde podem ser estudadas as condições e processos, sem gerar qualquer risco ou gasto de recursos financeiros no mundo real.

A figura a seguir mostra a página inicial do programa Arena. Nela existem diversos recursos que possibilitam a modelagem do processo de funcionamento das empresas, como por exemplo, diversos módulos de modelagem, o botão para conectar um módulo ao outro, ferramentas de edição, entre outros meios.

3 METODOLOGIA

É através da modelagem que problemas no processo de produção ou em outros setores podem ser identificados e sanados. A simulação deve preencher uma

sequência de atos para que apresente os resultados corretos. Assim, é através do programa Arena que podemos analisar a estrutura e funcionamento de uma empresa franqueada a uma rede de hambúrgueres, bem como estudar os processos, estrutura financeira, qualidade do serviço prestado, tempo de prestação do serviço, quantidade a ser prestada, etc.

O processo é criado no ambiente gráfico do programa. Na opção “basic process” existem diversos módulos que serão usados no modelo, de acordo com cada empresa, como por exemplo, o create, decide, dispose e process. Após, será feita a conexão entre os módulos, adicionando dados importantes para os cálculos ao final da simulação, dando ao usuário maior segurança sobre os resultados.

O modelo foi criado com base em estudos feitos pela internet e em sala de aula, que propiciaram a elaboração de um modelo de produção baseado nas grandes franquias de hambúrgueres, nacionais e internacionais. Os dados inseridos no modelo foram criados pelo próprio autor, levando em consideração os estudos feitos.

4 DESCRIÇÃO DA INDÚSTRIA

Uma loja franqueada com uma rede de hambúrgueres exige do proprietário diversos cuidados e procedimentos que devem ser observados para melhor funcionamento da loja e, conseqüentemente, o sucesso e lucro da empresa. Primeiramente, para que uma loja se torne franqueada, é necessária uma avaliação sobre a viabilidade do negócio, do marketing, da gestão e do financeiro. Além disso, importante uma definição de um modelo de negócio e um modelo financeiro.

Depois de definidos esses modelos, é analisado o perfil do franqueado, o que ele deseja e qual tipo de cliente ele busca atingir, entre outros aspectos. O franqueado deve demonstrar quais são as suas táticas para obter sucesso no mercado e o que ele pretende fazer como diferencial.

Em seguida, o franqueado deve observar requisitos jurídicos, como por exemplo, o pré-contrato de franquia, que é considerado um contrato provisório, que contém elementos essenciais do contrato definitivo. É a partir do pré-contrato que o

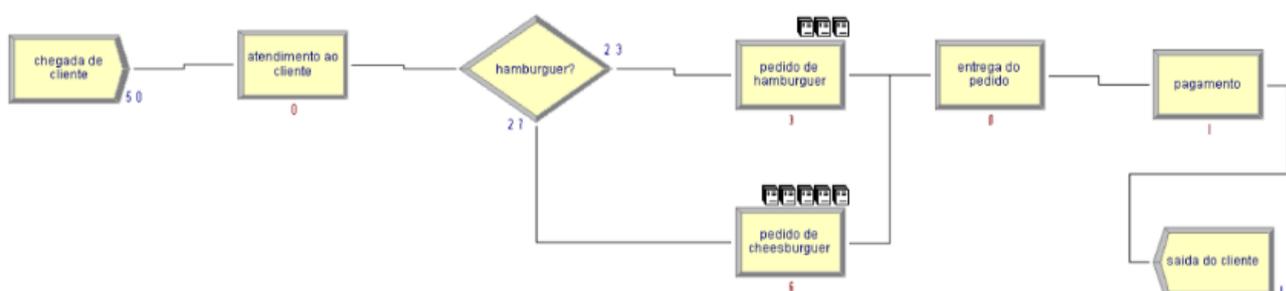
franqueado pode concretizar o negócio, sempre observando as normas e requisitos da franquia.

O processo produtivo em uma franquia de hambúrgueres tem início com a chegada dos materiais para a fabricação do alimento. Após, os funcionários atendem os clientes e anotam os pedidos para começarem a produção dos mesmos. Finalizado o pedido e entregue o hambúrguer ao cliente, a venda é concretizada com sucesso com o pagamento.

5 MODELO DE SIMULAÇÃO

Junto ao programa de computador ARENA, foi criado o processo de funcionamento de uma franquia de hambúrgueres. Assim, a análise dos dados e dos resultados obtidos através da simulação permitiu avaliar o desenvolvimento da empresa, tanto em aspectos de prestação de serviço quanto no aspecto financeiro.

Figura 1 – Modelagem de processo em uma franquia de hambúrgueres



Fonte: Próprio autor

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

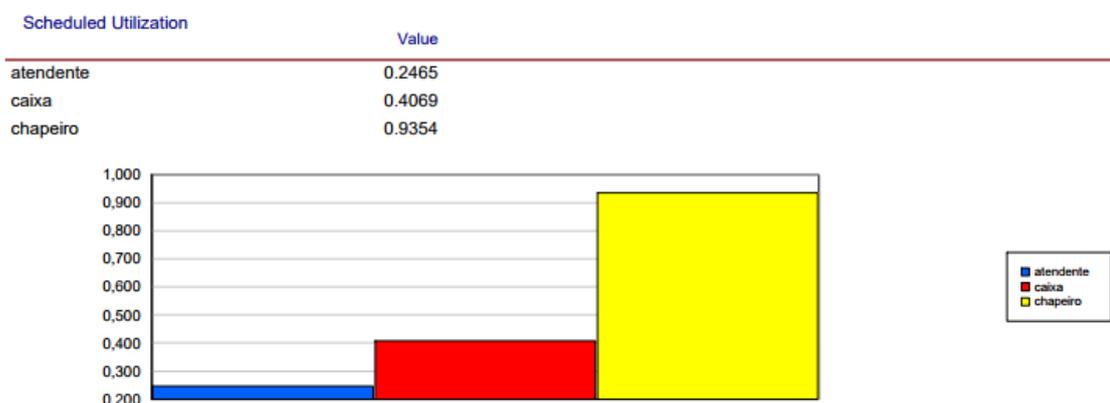
Após a criação do processo, foi realizada a simulação e apresentados os resultados. A simulação foi baseada em oito horas de trabalho. Durante esse período, cinquenta clientes entraram na hamburgueria, sendo que vinte e três optaram por hambúrguer e vinte e sete optaram por cheeseburger. Teve uma fila de três entidades para pedir o

hambúrguer e seis para pedir o cheeseburger. Uma pessoa ficou na fila para o pagamento e quarenta clientes saíram da hamburgueria.

De acordo com os dados apresentados pelo ARENA, é possível quantificar a média de clientes que entraram e saíram do local durante toda a simulação, média de tempo que durou o processo e fila de espera. Além disso, a simulação também permitiu verificar o tempo de espera de cada operação, como por exemplo, o tempo médio do pedido do hambúrguer foi de vinte e quatro minutos e do cheeseburger foi de dezenove minutos.

Além disso, o software também possibilita ao usuário saber quais itens são mais usados dentro do processo. De acordo com o resultado da simulação, o chapeiro foi o funcionário que mais trabalhou durante todo o processo. E, como forma de produzir mais hambúrgueres em menos tempo, a solução seria a contratação de mais chapeiros.

Figura 2 – Recursos mais usados durante o processo



Fonte: Próprio autor

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apontou a verdadeira importância das simulações no dia a dia das empresas, possibilitando diversas mudanças e testes nos processos produtivos sem que fossem gerados riscos e custos no mundo real. Assim, podemos perceber que os softwares de simulação têm auxiliado o desenvolvimento das empresas.

Cada vez mais as empresas têm visto nos programas de computador uma alternativa para buscar inovações e assim, garantir o seu diferencial de mercado diante da concorrência. O software ARENA possibilita a criação de diversos processos, através de um ambiente gráfico integrado, garantindo ao usuário a chance de realizar mudanças, analisar problemas e criar soluções nos modelos.

No presente trabalho, foi criado um processo produtivo de um restaurante especializado em hambúrguer, apresentando os resultados da simulação, analisando-os e avaliando-os. De acordo com os resultados obtidos, foi possível analisar que o modelo criado teve sucesso, não gerando grandes filas durante as etapas e os tempos médios de produção foram dentro dos padrões de desempenho desejados. Além disso, em todas as etapas as atividades foram realizadas dentro do tempo razoável, possibilitando que o produto final fosse entregue o quanto antes ao consumidor.

8 REFERÊNCIAS

ARENA. Disponível em: <<http://www.paragon.com.br/software/arena/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

ARENA. Disponível em: <<http://www.erlang.com.br/arena.asp>>. Acesso em: 21 out. 2017.

MODELAGEM E SIMULAÇÃO NO SOFTWARE ARENA: APLICAÇÕES EM SISTEMAS PRODUTIVOS: PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CERVEJA

PEREIRA, Lucas Motté Pereira

RIBEIRO, Saulo Luiz Rodrigues Ribeiro¹

TAVARES, Éder Reis²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo simular um processo de fabricação de cerveja afim de verificar a existência de gargalos e problemas de produção, bem como demonstrar de forma clara e objetivo o processo de fabricação com abordagem resumida das etapas do processo produtivo e demonstrar através de dados a funcionalidade do software ARENA na modelagem e simulação de processos produtivos.

O processo simulado é meramente demonstrativo onde foi usado como referência um processo simples de fabricação de cerveja e os tempos em cada processo são fictícios. Imagina-se que o uso do ARENA irá tornar mais claros os pontos positivos e pontos de melhoria no processo produtivo da cerveja e desta forma, auxiliar na tomada de decisões para otimização e solução de problemas do processo modelado e simulado.

A escolha do processo de fabricação de cerveja foi devido a simplicidade de entendimento do processo e interesse em sabermos as etapas dos processos produtivos deste produto amplamente apreciado e consumido em nosso país. Ao final do trabalho, será possível entender de forma simplificada o fluxograma do processo de produção da cerveja, quais pontos fortes e oportunidades de melhoria no processo

¹Graduandos em Engenharia de Produção pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Mestrado em Engenharia de Produção pela UCAM. Graduação em Engenharia de Produção pela UCAM. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³ Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

com auxílio do software ARENA para modelagem e simulação do processo produtivo em questão.

2 METODOLOGIA

As técnicas de modelagem e simulação de sistemas permitem criar ambientes virtuais que imitam o comportamento de praticamente qualquer tipo de sistema. Para uma modelagem e simulação adequada, o profissional ou estudante deverá preocupar-se com as respostas às seguintes perguntas:

- Como lidar e tratar corretamente os dados que serão empregados na construção dos modelos de simulação?
- Como validar estes modelos?
- Como tratar os inúmeros resultados e estatísticas produzidas pelos modelos de simulação?
- Como ter certeza de que tais resultados são também válidos para o sistema modelado e não apenas para o modelo computacional?
- Como projetar e realizar experimentos com os modelos computacionais e garantir que as principais variáveis e suas influências sobre o desempenho do sistema modelado tenham sido perfeitamente avaliadas?
- É possível otimizar sistemas por meio de modelos de simulação?

O software Arena permite a modelagem e simulação de diversos processos. Ele é muito utilizado para a análise de filas, de linhas de produção e também de processos industriais contínuos. Como qualquer software de simulação, ele permite prever o comportamento de algo que não existe no mundo real. Por exemplo, se uma indústria pretende fazer alguma mudança, a utilização do software Arena para modelar e simular a nova situação permite prever o comportamento futuro da usina, permitindo à validação ou mudança do projeto de modificação da indústria.

Os dados para simulação foram obtidos no site da Cervejaria Dortmund (<http://www.dortmund.com.br/fabricacao.php>) e outras etapas do processo foram inseridos pelo autores do artigo para dar coesão ao trabalho. Nesta simulação serão usados parâmetros fictícios, considerando 01 (um) macroprocesso, contendo 09

(nove) sub processos e o tempo de produção de um lote com 100 garrafas de 600ml foi de um período de 24 horas de uma cervejaria. A simulação foi de um período de 30 dias ou 720 horas.

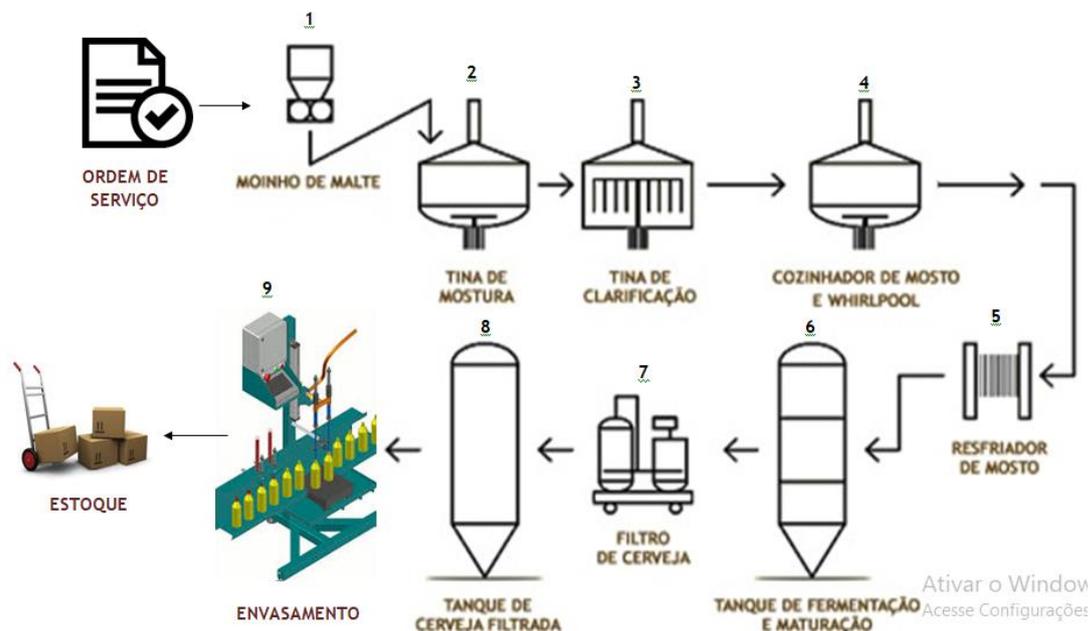
A cervejaria Dortmund é uma empresa brasileira, com sede em Serra Negra – SP, que fabrica cervejas artesanais e com formulas exótica. A empresa está espalha por vários estados do Brasil vendendo seus produtos através de representantes e parceiros nos estados onde é representada.

O início do processo produtivo é a emissão da ordem de serviço daquele lote específico e entregue ao setor de produção. A primeira fase do processo produtivo ocorre na sala de fabricação, onde o malte e lúpulo são misturados em água para dissolução, visando a obtenção de uma mistura açucarada chamada de mosto, que é a base para a futura cerveja. Após o resfriamento, o mosto recebe fermento e é acondicionado em grandes tanques, chamados de fermentadores, onde começa a fase de fermentação. Nessa etapa, o fermento transforma o açúcar do mosto em álcool e gás carbônico, obtendo assim energia necessária à sua sobrevivência. Uma vez concluída a fermentação, a cerveja é resfriada a zero grau, a maior parte do fermento é separada por decantação (sedimentação) e tem início a maturação. Nessa fase, pequenas transformações ocorrem para aprimorar o sabor da cerveja. Algumas substâncias indesejadas oriundas da fermentação são eliminadas e o açúcar residual presente é consumido pelas células de fermento remanescentes, em um fenômeno conhecido por fermentação secundária. Após maturada, a cerveja passa por uma filtração, que visa eliminar partículas em suspensão, principalmente células de fermento, deixando a bebida transparente e brilhante. A filtração não altera a composição e o sabor da cerveja, mas é fundamental para garantir sua apresentação, conferindo-lhe um aspecto cristalino.

O enchimento é a fase final do processo de produção. Pode ser feito em garrafas, latas e barris. Logo após o enchimento, a cerveja é submetida ao processo de pasteurização, principalmente quando são envasadas em garrafas e latas (no barril, a cerveja normalmente não é pasteurizada e por isso recebe o nome de chope). A pasteurização nada mais é que um processo térmico no qual a cerveja é submetida a um aquecimento a 60°C e posterior resfriamento, para garantir maior estabilidade ao

produto. Graças a esse processo, é possível às cervejarias assegurar uma data de validade ao produto de seis meses após sua fabricação. O envasamento/pasteurização é a fase final do processo de produção, onde no processo produtivo simulado é feito em garrafas de 600ml e liberadas para estocagem em lotes diários contendo 100 unidades. Os processos de “Ordem de Serviço” e “Estoque” foram considerados como início e término do processo produtivo, com isso nessa simulação não serão considerados recursos e tempo gastos nas etapas citadas.

Figura 1 – Fluxograma Produção Cerveja



2

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após análise dos dados gerados pelo software ARENA, foram observadas as seguintes informações relevantes para entendimento da eficiência do processo produtivo modelado e simulado:

- Na simulação realizada foram gerados 41 lotes de cerveja, sendo que foi definido como exemplo uma produção de 01 lote por dia com 100 garrafas de 600ml.

Observada 42 entradas e 41 realizadas

- Tempo médio processo foi de 21,80 h
- Tempo de espera médio foi de 0,45 h
- Tempo médio total da produção foi de 22,25 h

Tempo de espera entre cada processo

- Moinho de malte: 0,06 h
- Resfriador de Mosto: 0,003 h
- Tanque de Fermentação: 0,24 h (Gargalo do Processo)
- Tanque de clarificação: 0,12 h
- Tina de Mostura: 0,0002 h

% de utilização de recursos (Operadores)

- Gargalo é operador 06 com 27,56 % de utilização;
- Operadores ociosos: 08 e 09 com 4,32% e 4,44% respectivamente

Indicadores

Demonstra o número de utilização dos operadores que indicam quais foram usados 42 vezes e os últimos foram usados 41 vezes devido a paralisação do processo na etapa 6 – Tanque de fermentação e maturação que é o gargalo do processo produtivo simulado, onde o tempo de espera é de 0,24 h.

Figura 02 – Indicador 01

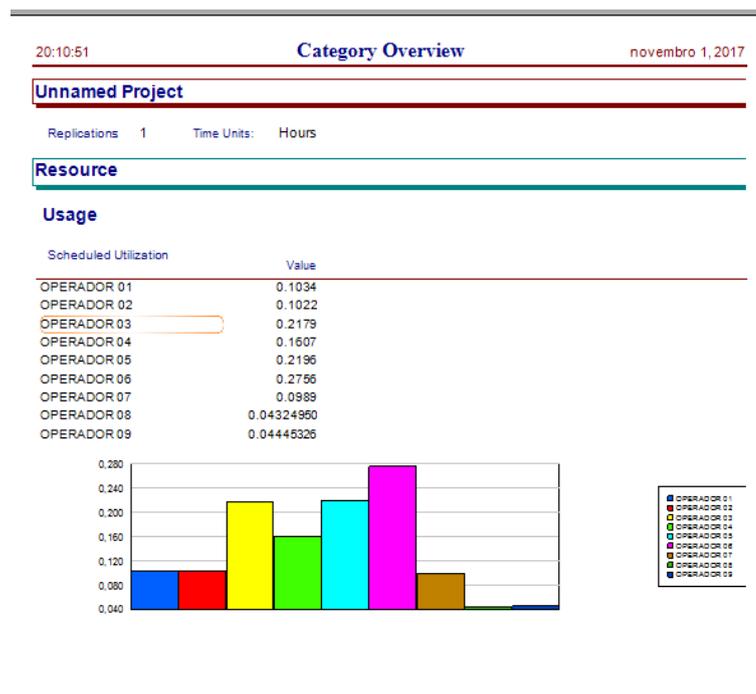
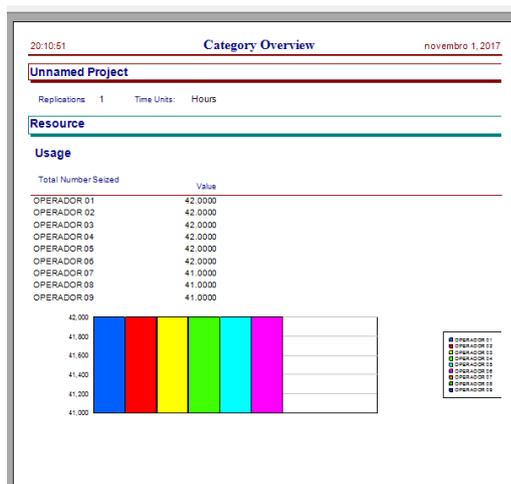


Figura 03 – Indicador 02



4 CONCLUSÕES

Após análise dos dados gerados pelo ARENA e interpretação dos dados, recomenda-se uma reavaliação do processo 6 (Tanque de Fermentação e Maturação) com objetivo de identificar possíveis melhorias no processo e agilizar o processo produtivo nesta etapa, que hoje é o gargalo da produção. Essas melhorias podem ser, como exemplo, investir em maquinário mais eficientes, revisão de procedimentos ou criação de instruções de trabalho mais dinâmicas ou ainda aplicar estudo de métodos e tempos no operador para identificar se os “gaps” (lacunas) do processo estão ligados a mão de obra.

A simulação no ARENA possibilitou uma visualização clara do processo em funcionamento, pontos positivos e gargalos na produção, que servirão de base para tomada de decisões para otimização do processo produtivo.

5 REFERÊNCIAS

FREITAS FILHO, Paulo Jose de Freitas. **Introdução à modelagem e simulação de sistemas**. São Paulo: Visual Books, 2008.

ANÁLISE ESTATÍSTICA DE CANDIDATOS APTOS A SEREM CONTEMPLADOS COM BOLSAS UNIVERSITÁRIAS

TOSE, Alexandra Ronquete
BIANCARDI, Angelo Maróquio¹
FONTANA, Valderedo Sedano²
CEREZA, Valquíria Cruz³

1 INTRODUÇÃO

Seleção de candidatos para contemplação de bolsa universitária. Nos últimos anos, com o incentivo gerado pelo governo e com a exigência do mercado de trabalho por profissionais qualificados, a busca por uma bolsa universitária teve um elevado crescimento. Devido às poucas universidades federais e estaduais públicas de acordo com site rede emancipa educação popular, são cerca de 109 Universidades Públicas na qual há grande concorrência de vagas, muitas pessoas por não terem condições de custear uma faculdade particular, têm concorrido à contemplação de uma bolsa universitária, mas para ser contemplado exige uma série de requisitos, os dois mais importantes são: Ensino Médio em escola pública; renda familiar por pessoa.

Esta amostra de dados apresenta o perfil dos candidatos aptos e não aptos para serem contemplados com a bolsa universitária, de acordo com isso podemos analisar as condições em que cada candidato deve se encaixar para ser escolhido. Um fator que pode influenciar diretamente no perfil do candidato é a renda familiar por pessoa.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Os dados utilizados para esta amostra foram retirados do Excel, por um sistema gerado pela Microsoft em gerar dados aleatórios, obteve-se as informações

¹ Graduandos em Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

² Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³ Mestranda em Ensino e Formação pela UFES. Graduação em Matemática pelo Centro Universitário São Camilo. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

necessárias para o desenvolvimento da tabela, que apresenta os seguintes dados: Idade, sexo, quantidade de membros na família, renda familiar, renda per capita, tipo de escola, localização, utilizados para os cálculos e análises estatísticas. Permitindo a formação de gráfico e os cálculos estatísticos proporcionando uma melhor análise de como estão distribuídos os candidatos de acordo com o perfil apresentado.

3 DESENVOLVIMENTO

A renda per capita da população brasileira varia de estado para estado, como exemplo, no Maranhão (MA) a média é de R\$ 575,00, no Distrito Federal (DF) é de R\$ 2351,00, com uma média geral para o país de R\$ 1226,00 de acordo com dados do IBGE. De acordo com os dados apresentados acima podemos concluir que em sua maioria a população não tem condições de pagar por um curso superior, o que os tem levado a inscrever-se em programas do governo pagar custear os estudos.

A disponibilização das bolsas é realizada através de programas do governo federal, estadual e municipal espalhados por todo o país, de acordo com o Ministério da educação, um exemplo é o PROUNI (programa universidade para todos) oferecido pelo governo federal, outro exemplo é o NOSSA BOLSA oferecido pelo estado do Espírito Santo e também temos como exemplo o município de Praia Grande/SP que oferece bolsas para alunos da rede pública

Na região indicada na amostra as bolsas oferecidas são federais e estaduais uma vez que os municípios indicados não oferecem programas de custeamento para ensino superior. A contemplação da bolsa ao candidato está diretamente relacionada a sua renda per capita e tipo de escola em que frequentou, para candidatos da rede de ensino particular as chances são mínimas (apenas se o candidato frequentou a rede de ensino particular através de bolsa integral) ou nenhuma. Para os candidatos da rede pública a renda deve atender o valor estipulado por pessoa da família (renda per capita), na maioria dos casos pessoas com mais membros na família tem maiores chances de serem aprovados para a contemplação de bolsa em uma universitária, mas também existem casos em que a renda ultrapassa o limite estipulado e o candidato é eliminado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos cálculos estatísticos realizados sobre a renda per capita da amostra coletada, nota-se que as medidas de posição como a média é de R\$ 1506,25, mediana é de R\$ 1133,38, e que a amostra não possui nenhuma moda. Além disso é possível calcular as medidas de dispersão, tendo como desvio padrão o valor de R\$ 1250,41, variância R\$ 1250,41 e que seu coeficiente de variação é de 83%. Com os resultados obtidos, mostra que a amostra coletada possui uma variação de dados muito alta. O resultado da sua amplitude de R\$ 5418,25, também mostra a quão variada é a amostra coletada.

Além das medidas de posição e dispersão, analisando os dados da amostra para saber o quanto a média pode variar na população, estando 99% confiante, tendo como margem de erro o valor de R\$ 321,98, a média pode variar de R\$ 1184,27 a R\$ 1828,23. Além das análise acima, estudando um pouco mais a amostra coletada, nota-se que 25% dos dados variam de R\$ 124,75 a R\$ 629,95, e que 75% variam R\$ 124,75 a R\$ 2025,25. Dessa forma analisando a simetria dos dados, através de cálculos obteve como resultado 0,89, ou seja, é uma amostra assimétrica positiva. Na análise realizada na amostra coletada de 100 candidatos, 36 % estão aptos a bolsa, 64 % não aptos.

Nos 64% não aptos, estão os 46% que estudaram em escola particular e os 18% que estudaram em escola pública, mas com renda média per capita que varia entre R\$ 1597,00 a R\$ 3711,00 que é superior ao limite estipulado. Nos 36% aptos a renda média per capita variou entre R\$ 626,56 a R\$ 1054,40, sendo de que destes, 58% tem entre 4 e 5 membros na família.

Pode-se então afirmar que a renda compatível é o principal requisito para o candidato ser contemplado, mas que, a quantidade de membros familiares também pode de interferir no resultado. Nesta amostra todos os candidatos que frequentaram a rede de ensino particular não possuíam bolsa integral, portanto nenhum está apto a ser contemplado com bolsa universitária.

4.1 Dados

Tabela1: Dados coletados de indivíduos a procura de bolsas universitárias 100%, Brasil 2017

IDADE	QTD. MEMBROS	RENDA FAMILIAR	RENDA PER CAPITA	TIPO DE ESCOLA	BOLSA
53	2	R\$ 3.421,00	R\$ 1.710,50	PARTICULAR	NÃO
29	4	R\$ 1.326,00	R\$ 331,50	PARTICULAR	NÃO
33	5	R\$ 2.543,00	R\$ 508,60	PUBLICA	SIM
55	5	R\$ 3.251,00	R\$ 650,20	PARTICULAR	NÃO
31	4	R\$ 1.445,00	R\$ 361,25	PARTICULAR	NÃO
59	1	R\$ 4.680,00	R\$ 4.680,00	PARTICULAR	NÃO
55	2	R\$ 2.006,00	R\$ 1.003,00	PUBLICA	SIM
39	5	R\$ 2.192,00	R\$ 438,40	PARTICULAR	NÃO
39	5	R\$ 1.315,00	R\$ 263,00	PARTICULAR	NÃO
26	1	R\$ 2.600,00	R\$ 2.600,00	PARTICULAR	NÃO
19	1	R\$ 3.947,00	R\$ 3.947,00	PARTICULAR	NÃO
19	5	R\$ 5.545,00	R\$ 1.109,00	PUBLICA	SIM
27	5	R\$ 5.589,00	R\$ 1.117,80	PARTICULAR	NÃO
59	2	R\$ 4.059,00	R\$ 2.029,50	PUBLICA	NÃO
57	4	R\$ 1.450,00	R\$ 362,50	PUBLICA	SIM
18	2	R\$ 4.733,00	R\$ 2.366,50	PARTICULAR	NÃO
41	1	R\$ 2.431,00	R\$ 2.431,00	PARTICULAR	NÃO
34	4	R\$ 1.961,00	R\$ 490,25	PARTICULAR	NÃO
34	2	R\$ 3.567,00	R\$ 1.783,50	PARTICULAR	NÃO
40	1	R\$ 1.039,00	R\$ 1.039,00	PARTICULAR	NÃO
25	4	R\$ 977,00	R\$ 244,25	PARTICULAR	NÃO
19	1	R\$ 989,00	R\$ 989,00	PUBLICA	SIM
53	2	R\$ 525,00	R\$ 262,50	PUBLICA	SIM
28	4	R\$ 3.441,00	R\$ 860,25	PUBLICA	SIM
49	5	R\$ 4.234,00	R\$ 846,80	PARTICULAR	NÃO
39	4	R\$ 4.939,00	R\$ 1.234,75	PUBLICA	SIM
38	3	R\$ 4.292,00	R\$ 1.430,67	PUBLICA	NÃO
20	4	R\$ 3.899,00	R\$ 974,75	PUBLICA	SIM
18	1	R\$ 5.511,00	R\$ 5.511,00	PARTICULAR	NÃO

60	1	R\$	3.447,00	R\$	3.447,00	PARTICULA R	NÃO
39	3	R\$	1.060,00	R\$	353,33	PUBLICA	SIM
34	2	R\$	4.099,00	R\$	2.049,50	PUBLICA PARTICULA	NÃO
54	2	R\$	3.822,00	R\$	1.911,00	R	NÃO
46	4	R\$	5.602,00	R\$	1.400,50	PUBLICA	SIM
43	4	R\$	5.375,00	R\$	1.343,75	PUBLICA PARTICULA	SIM
43	3	R\$	4.761,00	R\$	1.587,00	R	NÃO
23	4	R\$	4.466,00	R\$	1.116,50	PARTICULA R	NÃO
20	1	R\$	1.244,00	R\$	1.244,00	PARTICULA R	NÃO
20	2	R\$	5.277,00	R\$	2.638,50	PUBLICA	NÃO
37	1	R\$	2.996,00	R\$	2.996,00	PUBLICA	NÃO
27	2	R\$	3.257,00	R\$	1.628,50	PUBLICA	NÃO
28	2	R\$	4.428,00	R\$	2.214,00	PUBLICA PARTICULA	NÃO
47	1	R\$	2.679,00	R\$	2.679,00	R	NÃO
55	3	R\$	1.394,00	R\$	464,67	PARTICULA R	NÃO
38	5	R\$	2.939,00	R\$	587,80	PUBLICA PARTICULA	SIM
37	5	R\$	3.300,00	R\$	660,00	R	NÃO
23	2	R\$	1.097,00	R\$	548,50	PUBLICA	SIM
29	3	R\$	3.755,00	R\$	1.251,67	PUBLICA PARTICULA	SIM
24	3	R\$	2.023,00	R\$	674,33	R	NÃO
46	2	R\$	960,00	R\$	480,00	PARTICULA R	NÃO
43	2	R\$	5.279,00	R\$	2.639,50	PARTICULA R	NÃO
49	1	R\$	1.758,00	R\$	1.758,00	PUBLICA PARTICULA	NÃO
57	2	R\$	4.058,00	R\$	2.029,00	R	NÃO
39	5	R\$	4.078,00	R\$	815,60	PARTICULA R	NÃO
19	1	R\$	4.979,00	R\$	4.979,00	PARTICULA R	NÃO
28	2	R\$	4.048,00	R\$	2.024,00	PARTICULA R	NÃO
26	3	R\$	4.388,00	R\$	1.462,67	PARTICULA R	NÃO
23	2	R\$	4.063,00	R\$	2.031,50	PARTICULA R	NÃO
39	2	R\$	4.020,00	R\$	2.010,00	PARTICULA R	NÃO
36	4	R\$	499,00	R\$	124,75	PUBLICA	SIM
23	1	R\$	2.327,00	R\$	2.327,00	PUBLICA	NÃO
20	3	R\$	2.230,00	R\$	743,33	PUBLICA PARTICULA	SIM
48	4	R\$	1.233,00	R\$	308,25	R	NÃO
42	4	R\$	591,00	R\$	147,75	PARTICULA R	NÃO

38	4	R\$	5.183,00	R\$	1.295,75	PARTICULAR	NÃO
28	5	R\$	4.989,00	R\$	997,80	PUBLICA	SIM
51	4	R\$	2.170,00	R\$	542,50	PUBLICA	SIM
36	3	R\$	5.290,00	R\$	1.763,33	PUBLICA	NÃO
58	3	R\$	1.713,00	R\$	571,00	PARTICULAR	NÃO
47	4	R\$	4.346,00	R\$	1.086,50	PARTICULAR	NÃO
20	4	R\$	5.360,00	R\$	1.340,00	PUBLICA	SIM
56	1	R\$	4.713,00	R\$	4.713,00	PUBLICA	NÃO
39	4	R\$	1.098,00	R\$	274,50	PUBLICA	SIM
44	2	R\$	5.251,00	R\$	2.625,50	PUBLICA	NÃO
52	5	R\$	1.572,00	R\$	314,40	PUBLICA	SIM
27	5	R\$	3.242,00	R\$	648,40	PUBLICA	SIM
42	1	R\$	3.591,00	R\$	3.591,00	PUBLICA	NÃO
24	2	R\$	2.126,00	R\$	1.063,00	PUBLICA	SIM
32	1	R\$	4.923,00	R\$	4.923,00	PUBLICA	NÃO
51	1	R\$	5.543,00	R\$	5.543,00	PUBLICA	NÃO
34	4	R\$	1.020,00	R\$	255,00	PUBLICA	SIM
39	5	R\$	5.433,00	R\$	1.086,60	PARTICULAR	NÃO
52	4	R\$	2.576,00	R\$	644,00	PUBLICA	SIM
60	1	R\$	3.837,00	R\$	3.837,00	PUBLICA	NÃO
56	5	R\$	3.964,00	R\$	792,80	PARTICULAR	NÃO
19	2	R\$	3.968,00	R\$	1.984,00	PUBLICA	NÃO
52	2	R\$	3.090,00	R\$	1.545,00	PARTICULAR	NÃO
20	2	R\$	1.707,00	R\$	853,50	PUBLICA	SIM
24	4	R\$	2.813,00	R\$	703,25	PUBLICA	SIM
54	3	R\$	2.624,00	R\$	874,67	PUBLICA	SIM
52	1	R\$	1.119,00	R\$	1.119,00	PUBLICA	SIM
47	2	R\$	2.981,00	R\$	1.490,50	PUBLICA	NÃO
41	2	R\$	1.934,00	R\$	967,00	PUBLICA	SIM
52	2	R\$	4.975,00	R\$	2.487,50	PARTICULAR	NÃO
34	3	R\$	521,00	R\$	173,67	PUBLICA	SIM
47	4	R\$	4.591,00	R\$	1.147,75	PUBLICA	SIM
53	4	R\$	714,00	R\$	178,50	PARTICULAR	NÃO
34	3	R\$	1.088,00	R\$	362,67	PUBLICA	SIM
51	2	R\$	2.677,00	R\$	1.338,50	PUBLICA	SIM
30	4	R\$	4.956,00	R\$	1.239,00	PUBLICA	SIM

Fonte: Função Aleatória, Excel. Por Alexandra Tose e Angelo Maróquio

Tabela 2: Cálculos estatísticos formados a partir dos dados coletados – Brasil 2017

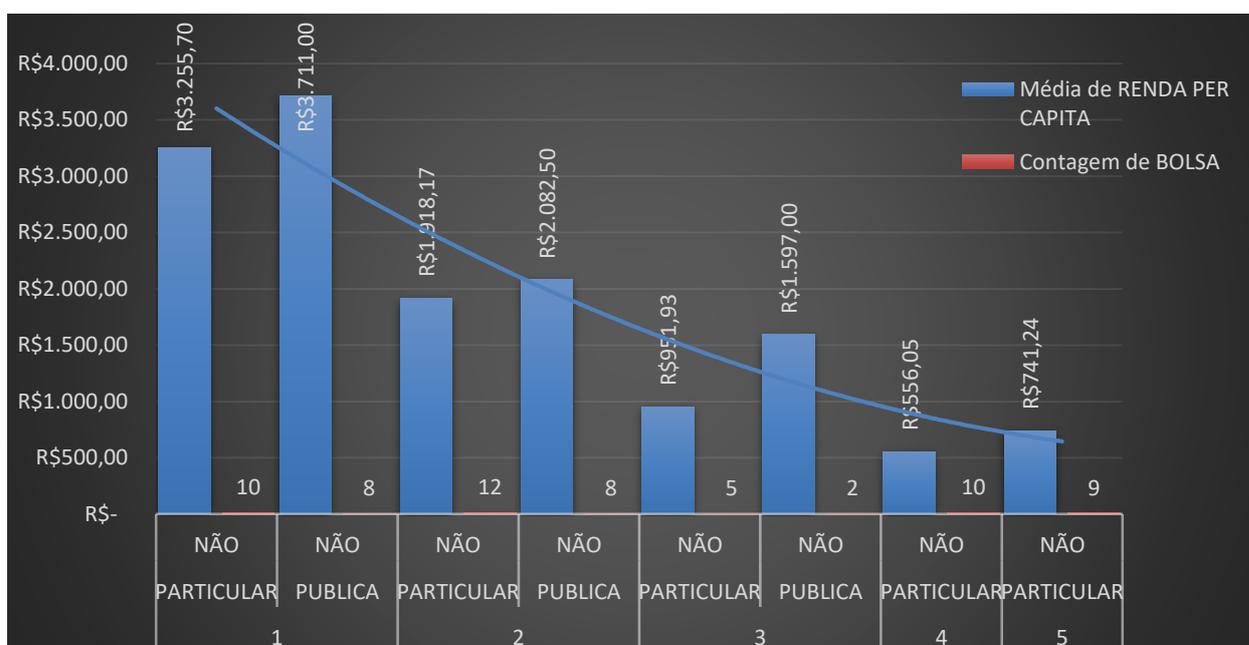
RENDA PER CAPITA	
MÉDIA (X)	MEDIANA

R\$	1.506,25	1133,38
MODA AMODAL	DESVIO PADRÃO 1250,41	
NÍVEL DE CONFIANÇA 99%	MARGEM DE ERRO R\$ 321,98	
QUARTIZ		
1º 629,95	3º 2025,25	
COEFICIENTE DE PERSON 0,89		
COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (%) 83		
VARIANCIA		
R\$	1.250,41	

Fonte: Alexandra Tose e Angelo Maróquio 2017

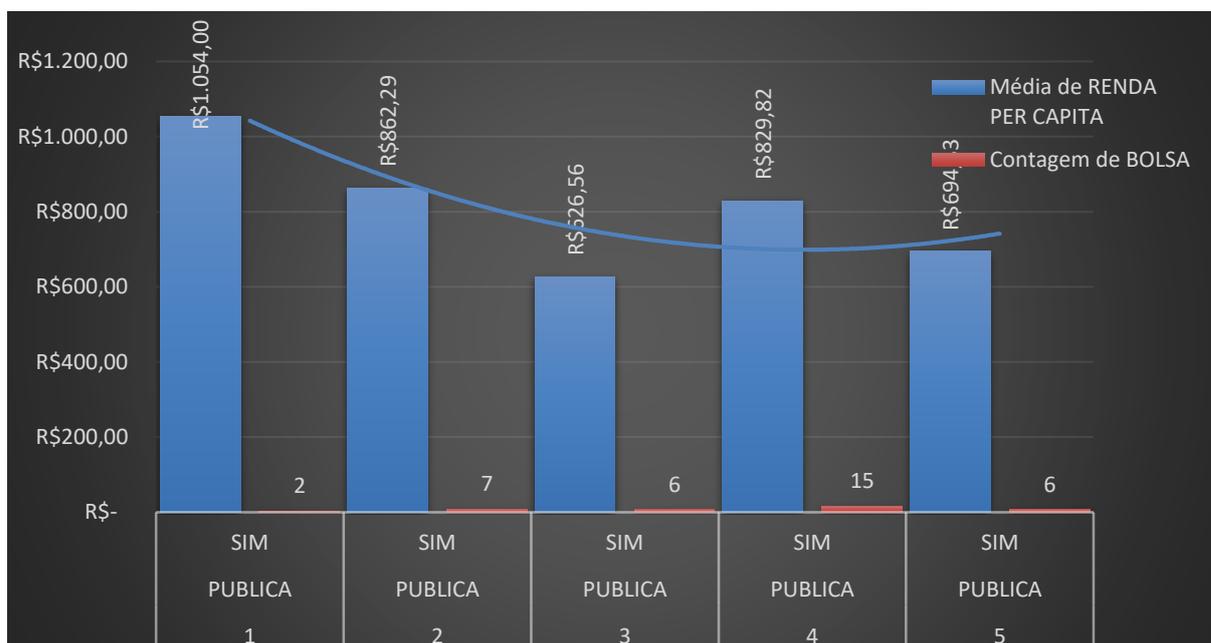
4.2 Gráficos

Gráfico 1: Dados estatísticos de renda e indivíduos não contemplados com bolsas universitárias 100%, Brasil 2017



Fonte: Alexandra Tose e Angelo Maróquio 2017

Gráfico 2: Dados estatísticos de renda e indivíduos contemplados com bolsas universitárias 100%, Brasil 2017



Fonte: Alexandra Tose e Angelo Maróquio 2017

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mostrado anteriormente, a distribuição dos candidatos de acordo com o seu perfil, nos afirma que a contemplação de bolsas universitárias depende diretamente da renda familiar e do tipo de escola frequentada pelo candidato, e também pode ser influenciada pela quantidade de membros na família. Os candidatos aptos representam menos de 50% da amostra, e possui um coeficiente de variação muito alto, uma vez que os dados apresentados são muito dispersos.

6 REFERÊNCIAS

ESPÍRITO SANTO. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Nossa bolsa Fapes**. Disponível em: <<http://www.nossabolsa.es.gov.br/hotsite/index.html>>. Acesso em: 22 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **renda per capita**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default_renda_percapita.shtm>. Acesso em: 22 out. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa universidade para todos**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 22 out. 2017.

REDE EMANCIPA EDUCAÇÃO POPULAR. **Universidades públicas no brasil**. Disponível em: <<http://redeemancipa.org.br/2013/03/universidades-publicas-no-brasil/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

A INFLUÊNCIA DA MONITORIA NO DESEMPENHO ACADÊMICO

BELLATO, Matheus dos Anjos
OLIVEIRA, Geovane Zanardi de¹
CEREZA, Valquíria Cruz²
FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

O Excel é um dos principais programas utilizados em diversas áreas de trabalho em todo o mundo. Por possuir um vasto campo de ferramentas que são essenciais para o campo das engenharias, ela se torna indispensável para a realização do trabalho. Desta forma com a utilização dos dados aleatórios desse programa foi possível verificar pela problemática: “Os alunos que fazem monitorias possuem um melhor desempenho acadêmico pós-monitoria? Ser verdadeira ou falsa. Com o auxílio de quatro variáveis: desempenho médio antes, desempenho médio depois, nível de satisfação com o monitor e o nível de satisfação do monitor para com a turma, foi possível inferir alguns possíveis fatores os quais levam esses alunos a ter um alto ou baixo rendimento após realizarem a monitoria.

É comum em boa parte das universidades e faculdades do Brasil o uso da monitoria para o auxílio no ensino e aprendizagem nas atividades de graduação, posto que a lei federal nº. 5.540 de 1968, no artigo 41 referente ao corpo docente traz respeito que, as universidades deverão criar as funções de monitor para alunos do curso de graduação que se submeterem a provas específicas, nas quais demonstrem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina. Em único parágrafo, o exteriorizado artigo relata que as funções de monitor deverão ser remuneradas e consideradas título para posterior ingresso em carreira de magistério superior. Embora a monitoria seja de grande relevância e possua um papel

¹ Graduandos do Curso de Engenharia de Produção Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

² Mestranda em Ensino e Formação pela UFES. Graduação em Matemática pelo Centro Universitário São Camilo. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³ Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

importante, o desempenho dos monitorados vai além da capacidade do monitor em ensinar e auxiliar o professor. Por meio dos estudos realizados e com o subsídio de uma tabela dinâmica, mostraremos alguns possíveis fatores que contribuem para esse bom ou mau desempenho pós-monitoria acadêmica.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Por se tratar de uma amostra aleatória simples e com dados simulados no Excel, utilizaremos por base alunos do curso de engenharia dos 2º e 3º períodos. A pesquisa realizada serviu para a análise do desempenho e do nível de satisfação. Foram submetidos para apuração 66 (sessenta e seis) alunos, divididos entre 7 (sete) matérias distintas, as quais julgamos possuir um grau de dificuldade mais elevado no entendimento. Para identificarmos a provável relação entre essas variáveis, foi elaborada uma tabela contendo 6 (seis) colunas com: quantidades de alunos por turma, matérias, desempenho médio antes e pós monitoria, nível de satisfação da turma e nível de satisfação do monitor respectivamente, e pondo em 7 (sete) linhas as matérias e seus valores de desempenho correspondidos. O método de análise para o nível de satisfação correspondeu a “bom” ou “ruim” para a avaliação da turma, e “boa” ou “péssima” para a avaliação do monitor.

Foram analisados no máximo 20 (vinte) alunos por monitoria (podendo ir de um a vinte alunos por sala monitorada) em 7 (sete) disciplinas diferentes, sendo elas Cálculo I e II, Física I e II, Geometria Analítica e Álgebra Linear, Algoritmos e Estatística. O método foi avaliar o desempenho médio anterior à monitoria, e pós-monitoria, para conseqüentemente avaliar o nível de satisfação dos alunos perante o monitor e o nível de satisfação do monitor perante a turma. Os dados obtidos serão analisados por meio de medidas de dispersão e tendências centrais. O material usado para todos os casos foi o Excel, tudo desenvolvido e analisado no mesmo.

3 DESENVOLVIMENTO

No processo de formação acadêmica existem desafios e dificuldades a serem superados a cada período. O começo de uma graduação requer adaptação rápida ao método de ensino, o que não acontece com boa parte dos graduandos devido a

diversos fatores. A monitoria, imposta por lei desde 1968, veio como um grande amparo para os alunos, já que as dificuldades de adaptação juntamente com as complicações no entendimento das matérias resultam na busca à subvenção pela monitoria. No entanto o resultado pós-monitoria, pode não ser o esperado, devido a razões que estão além de um aprendizado em sala.

De acordo com o livro “Saber Estudar e Aprender” de Maria Teresa Serafini existem métodos simples e eficazes para o estudo e para a aprendizagem. Em sua obra, Serafini traz dois pontos importantes. O primeiro, dedicado aos estudantes, mostra os caminhos para organizar um mapa de atividades, analisar textos, memorizar notas, fazer trabalhos de pesquisa, enfrentar exames e apresentações orais. Enquanto o segundo, dedicado aos professores, mostra indicações úteis para programação da didática nos métodos de estudo somados a meios para utilizar os diferentes recursos e atividades. Deste modo pode-se analisar que o desempenho acadêmico no nível superior tem relação direta com a base de ensino oferecida anteriormente, visto que boa parte dos graduandos tem grandes dificuldades nos pontos citados em sua obra. Contudo, os métodos utilizados pelo professor na tentativa de igualar esse ensino, serão de grande importância e influência para um bom desenvolvimento e desempenho acadêmico. A prática do uso da monitoria veio como um coadjutor nesse processo, no entanto existem requisitos para se tornar um monitor e as obrigações a serem cumpridos, dados estes que se encontram expressos e qualificados de modos diferentes entre as faculdades e universidades na qual se ingressa. Devido esse processo, a monitoria tem um papel importante no auxílio de alunos que, com as dificuldades encontradas, visam um melhor rendimento e um equilíbrio de conhecimento. A didática usada pelo monitor, a quantidade, o comportamento dos monitorados e a relação entre ambos podem ser um dos pontos cruciais para se ter um bom aproveitamento e rendimento da monitoria oferecida.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a amostra de dados apurados, a um nível de confiança de 95% foi possível inferir os seguintes resultados:

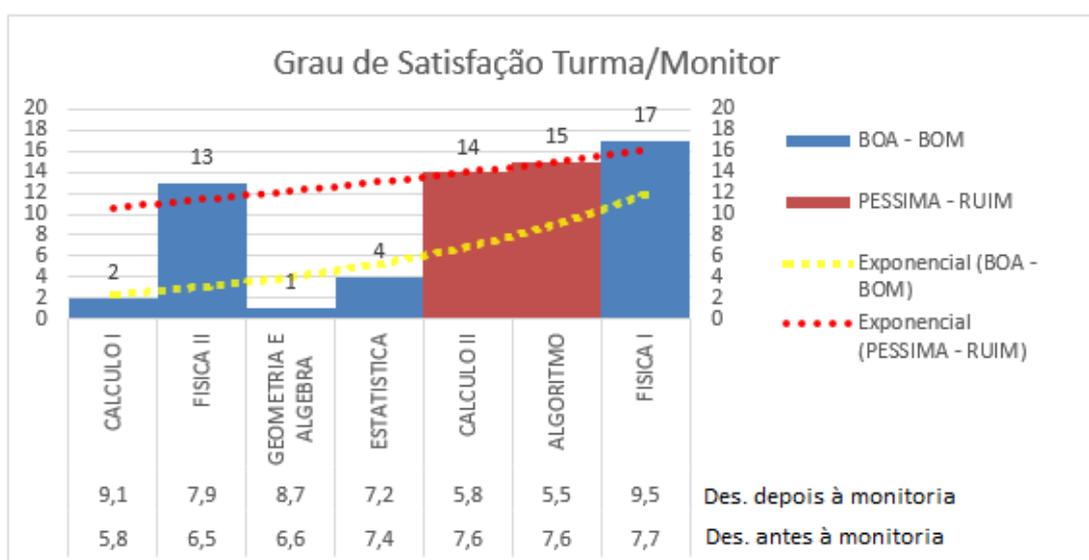
Tabela 1 - Correlação desempenho/nível de satisfação – Brasil – 2017.

Alunos	Matérias	Desempenho Médio (Antes)	Desempenho Médio (Depois)	Nível de Satisfação (Turma)	Nível de Satisfação (Monitor)
2	CALCULO I	5,8	9,1	BOM	BOA
14	CALCULO II	7,6	5,8	RUIM	PESSIMA
17	FISICA I	7,7	9,5	BOM	BOA
13	FISICA II	6,5	7,9	BOM	BOA
4	ESTATISTICA	7,4	7,2	BOM	BOA *
15	ALGORITMO	7,6	5,5	RUIM	PESSIMA
1	GEOMETRIA E ALGEBRA	6,6	8,7	BOM	BOA

Fonte: O Autor (2017).

A tabela com o total de 66 (sessenta e seis) alunos subdivididos em 7 (sete) matérias, evidência um total de 71,43% para nível de satisfação “bom” da turma para o monitor, e “boa” do monitor para com a turma. No entanto o aproveitamento no desempenho médio representa 57,14% do total, mostrando que em um dos casos sinalizado por (*) houve algum fator além do nível de satisfação, no qual ocasionou um declínio no desempenho acadêmico. A análise do desempenho médio de Calculo II e Algoritmo, não corresponderam da mesma forma que as demais matérias, podendo ser como consequência o resultado “Ruim/Péssima” do nível de satisfação entre ambas às partes. É possível observar de forma clara essa análise no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Nível de satisfação turma/monitor. 2017

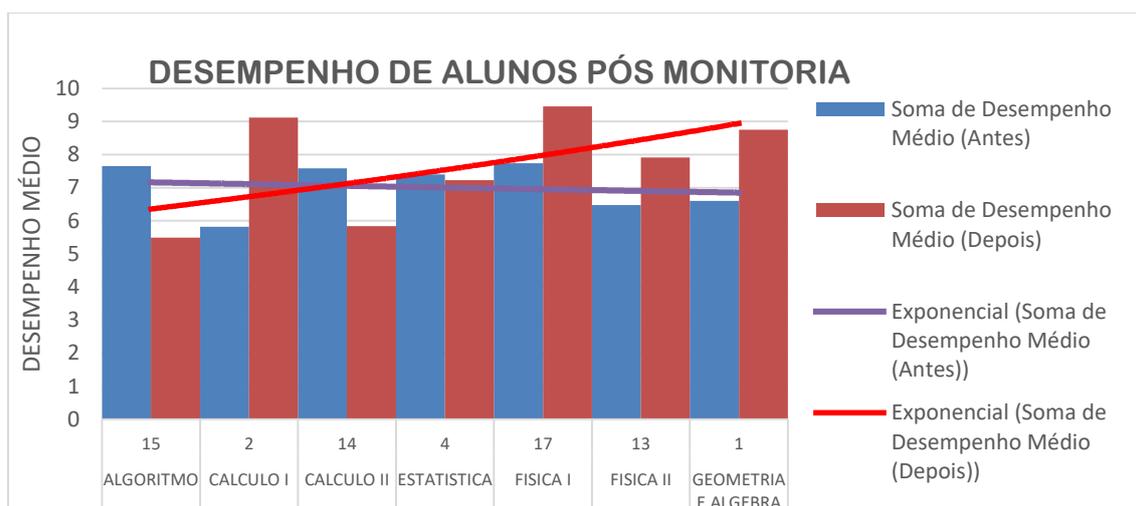


Fonte: O Autor (2017).

Ao avaliar a influência da monitoria no desempenho acadêmico, nota-se que ao verificar o coeficiente de variação, desvio padrão e a margem de erro, é possível

afirmar a veracidade dos resultados obtidos. O desempenho médio de cada turma juntamente com a linha exponencial, mostra o crescimento e a queda de rendimento pós a monitoria, cujo esse é o ponto principal abordado neste contexto. O gráfico 2 mostra a relação entre “Desempenho/Matéria”:

Gráfico 2: Desempenho médio de alunos antes e pós monitoria. 2017



Fonte: O Autor (2017).

A linha tracejada de cor roxa representa o desempenho anterior à monitoria, a partir dela é possível observar um aumento significativo após este processo. Alguns fatores tais como quantidade de alunos por matéria e nível de satisfação, são pontos que podem influenciar tanto de maneira positiva e negativa no processo de aprendizado. Tais outros fatores, não expressos nessa análise também podem influenciar no rendimento dos alunos. Para um estudo mais preciso das possíveis causas desse bom ou mau rendimento seria necessário um número maior de variáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito dessa análise simulada foi conhecer mais sobre as vantagens e desvantagens dessa ferramenta, que é a monitoria. A problemática citada trouxe ao conhecimento as dificuldades encontradas pelos professores de universidades, visto que uma má formação no ensino anterior ao ensino de nível superior acarreta em um atraso no desempenho da graduação. A monitoria tem por função equilibrar e direcionar de forma clara os alunos que possuem essa dificuldade. A busca pela

monitoria esta diretamente ligada à melhora no desempenho acadêmico, apesar dessa melhora não depender somente dela, haja vista a existência de diversos fatores que podem leva-los a não ter esses objetivos alcançados. No entanto, apesar das ocorrências contrárias, é possível compreender que a monitoria pode influenciar diretamente no desempenho, além de contribuir para o crescimento pessoal profissional.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal, Lei Federal n.º 5540, de 28 de novembro de 1968.

GOMES, Ana Elizabeth G. **A importância da monitoria para o processo de formação acadêmica**, 2014. Disponível em: <http://uniformoticias.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=779&Itemid=50> em 20 de out. 2017.

LINS, Leandro F.; FERRAZ, Lucíola V.; CARVALHO, Sabrina Suellen G. **A importância da monitoria na formação acadêmica do monitor**, 2009. Disponível em: <<http://www.eventosufrpe.com.br/jepeX2009/cd/resumos/R0147-1.pdf>>. Acesso em: 20 de out. 2017.

LOPES SA, Sá I. **Saber estudar e estudar para saber**. Lisboa: Editorial Presença; 1993.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DO SETOR DE ROCHAS ORNAMENTAIS E A INFLUÊNCIA NA PRODUTIVIDADE

CANSI, Jean Carlos Souza

PAIVA NETO, Maurilio¹

CEREZA, Valquíria Cruz²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar a satisfação dos funcionários significa para os donos e gestores de empresas conhecer a produtividade do componente humano de sua indústria, além de que se pode extrair outras conclusões através do quesito satisfação, bem como o cuidado com os equipamentos, a harmonia entre a equipe e também o zelo pelo ambiente de trabalho. Um funcionário com índice de satisfação elevado pela empresa significa melhor custo x benefício para o patrão.

A pesquisa foi realizada com dados aleatórios, mas da qual se aplica a uma pesquisa futura em campo, pois é de muita utilidade para diversos segmentos empresariais, principalmente, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim no setor do Mármore e Granito, setor de grande importância na economia do município.

Através de uma base de dados aleatória criada com a ferramenta de análise Excel, foram extraídos parâmetros de verificação, que podem ser utilizados futuramente, dentre outros meios que foram observados, como o setor da qual o funcionário trabalha, o nível de escolaridade, a idade, o tamanho da empresa e, como fator principal que foi deduzido, o nível salarial, do qual este nível interfere diretamente na base de dados informando qual o suposto nível de satisfação do funcionário em determinados setores de trabalho, sejam setores produtivos ou na administração.

¹Graduandos em Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Mestranda em Ensino e Formação pela UFES. Graduação em Matemática pelo Centro Universitário São Camilo. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

As informações aleatórias servem como medidas que, futuramente, em resultados reais, poderão ser verificadas novamente, recalculadas e também traçar novos métodos para a pesquisa e fatores que influenciam de modos diretos e indiretos nas questões satisfatórias dos funcionários e seus pontos positivos e negativos para as análises e tomadas de decisões dos administradores das empresas pesquisadas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O método de pesquisa utilizado foi a plataforma de análise de dados do Excel, do qual por meio dos instrumentos que esse programa oferece, calculou-se o desvio padrão, média, simetria e constâncias.

A base de dados Excel é imensa, as quais permitem a montagem de análises gráficas planilhas de gestão, facilitando controles financeiros, de pessoal, estoque e produtos. Além de permitir a geração de relatórios com grande facilidade. Aproveitando-se de algumas dessas facilidades foram montados relatórios base que permitiram extrair inúmeras observações, como a análise das relações do setor, do tamanho da empresa e a principal adotada para a pesquisa: o nível salarial, do qual pode-se realizar conclusões a respeito da relação custo de um funcionário e os benéficos.

3 DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos o setor do Mármore e do Granito alavancado grandes mudanças tecnológicas, com avanços em máquinas modernas e, com isso, exigindo que os funcionários se capacitem cada vez mais para poder operar essas novas tecnologias, além de reduzir as vagas de emprego humano, pois uma máquina pode substituir mais de 50% dos funcionários de determinados setores. A busca pelas empresas do setor de Rochas Ornamentais por alta produção com custos cada vez menores, depende principalmente de tecnologia e da satisfação dos funcionários, peça chave para o zelo da empresa e harmonia entre a equipe.

Através do relatório gerado pelo Excel é possível que o gestor trace estratégias que possibilitem a funcionalidade e continuidade das tarefas e da organização, bem como

atender as expectativas dos funcionários e clientes, além de motivar o colaborador através do reconhecimento e valorização de trabalhos desenvolvidos.

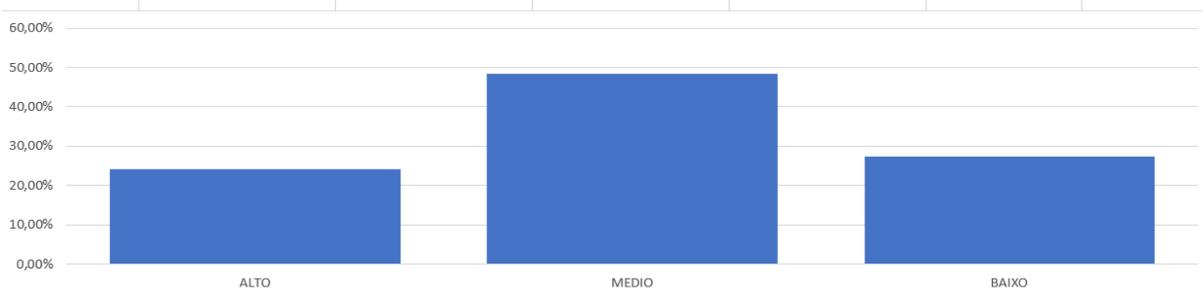
Na pesquisa ficou pré-estabelecido como o nível salarial item primordial para a definição da satisfação, contudo, ao longo da pesquisa e da análise dos dados, encontrou-se outros fatores que influenciam diretamente na questão da satisfação. Há também fatores indiretos, como organização da empresa, localização e logística, burocracia e níveis hierárquicos. Por meio de histogramas que realizam uma representação gráfica de uma distribuição de frequência foi feita a análise entre os níveis de satisfação e o setor de atuação dos funcionários, com base nos dados aleatórios da base de dados do Excel.

Setores	ALTO	MEDIO	BAIXO	Frequencia de Setor
GERENTE	25,00%	40,00%	35,00%	27
SECRETARIA	24,24%	48,48%	27,27%	30
SERRADOR	38,10%	38,10%	23,81%	16
AJUDANTE	16,00%	44,00%	40,00%	26
Total Geral	25,25%	43,43%	31,31%	99

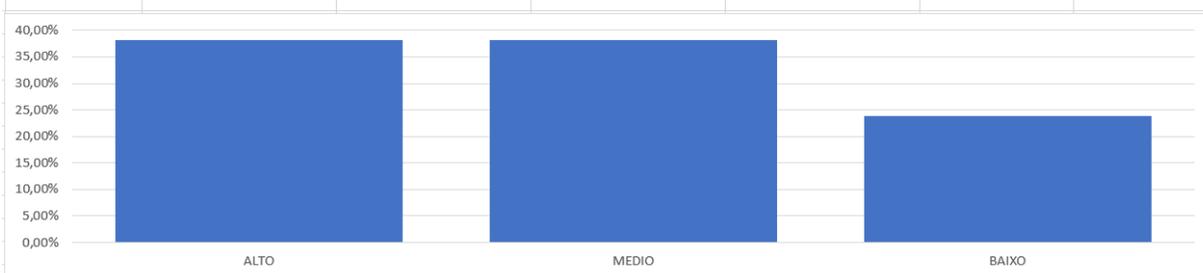
Tendo em vista o banco de dados utilizado e a frequência em cada setor, foi possível correlacionar os valores e criar gráficos que permitissem comparativos de dados por meio de histogramas de frequência e, desta forma, tornar mais visual o método de pesquisa utilizado. Além do mais, através destes gráficos foi possível perceber que não há apenas um fator que determine a satisfação de um funcionário e muito menos que essa satisfação esteja relacionada tão diretamente ao salário que cada colaborador recebe.



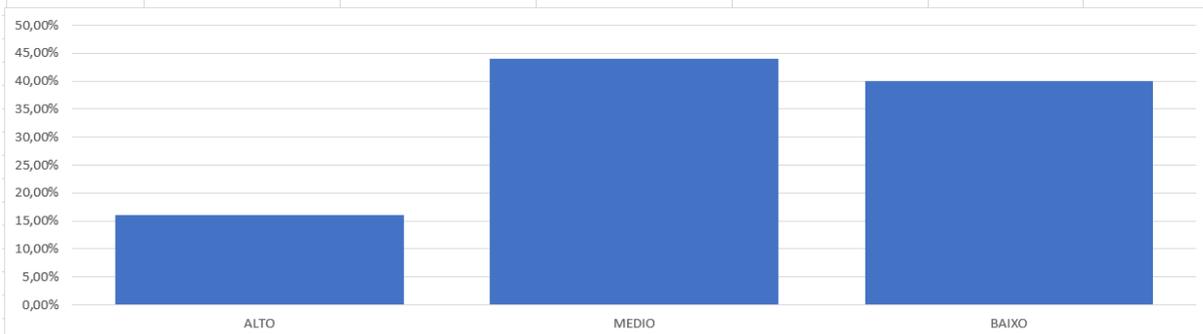
Setores	ALTO	MEDIO	BAIXO	Frequencia de Setor	%	% Satisfação
SECRETARIO	24,24%	48,48%	27,27%	30	30,30%	



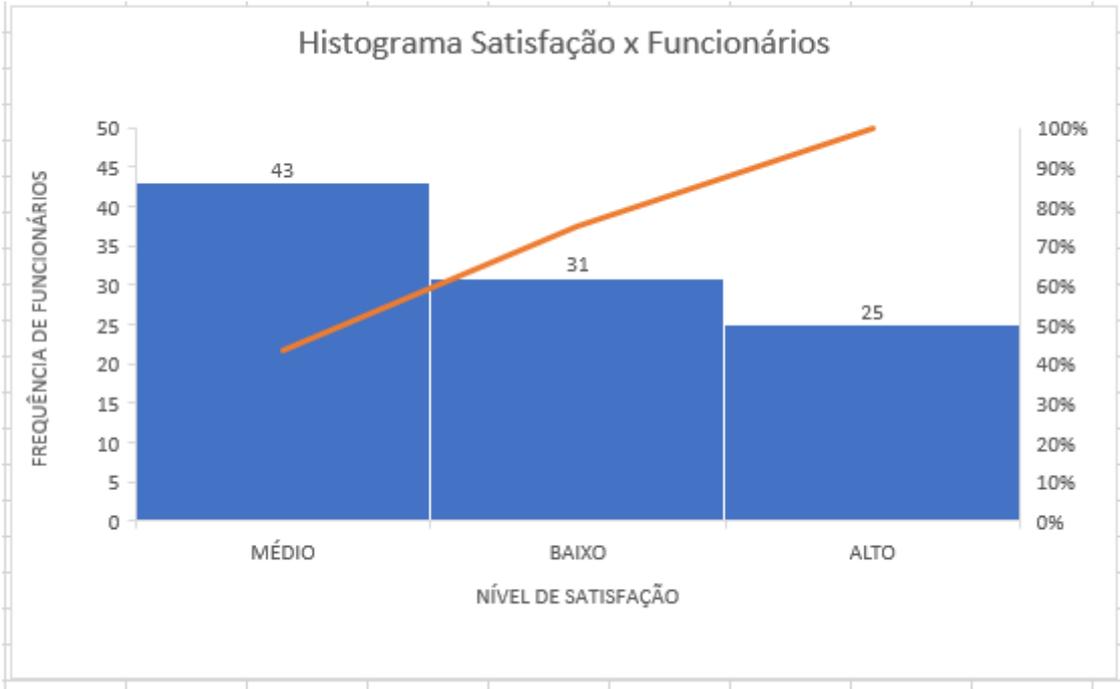
Setores	ALTO	MEDIO	BAIXO	Frequencia de Setor	Representatividade%
SERRADOR	38,10%	38,10%	23,81%	16	16%



Setores	ALTO	MEDIO	BAIXO	Frequencia de Setor	Representatividade%
AJUDANTE	16,00%	44,00%	40,00%	26	26%

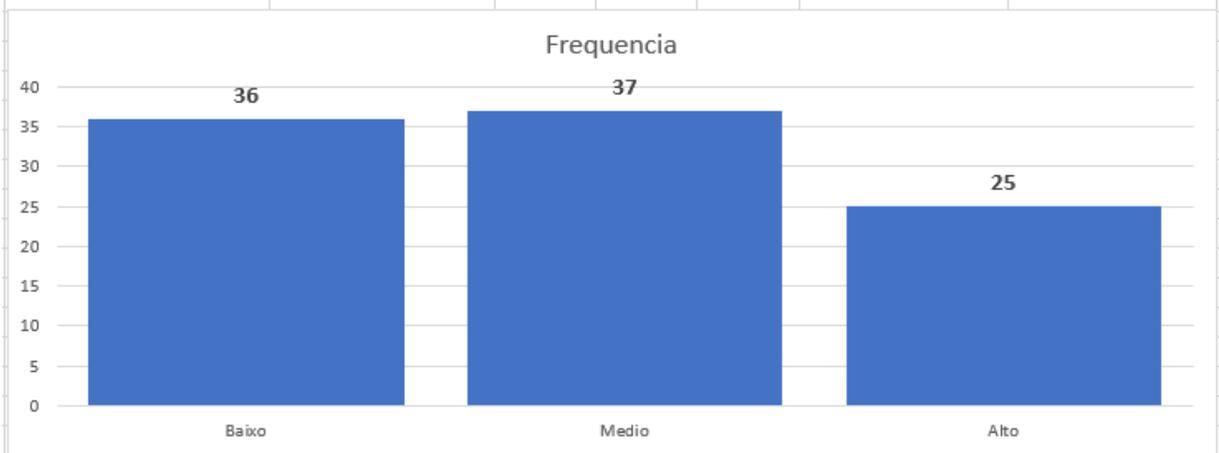


Os dados aleatórios do banco de dados não cumpriram com as expectativas, porém isso já era esperado devido a imprecisão de se usar dados aleatórios, todavia esses dados permitiram análises de outros quesitos, como é o caso de setores no ramo do mármore e granito onde há predominância quase que em sua totalidade de profissionais do sexo masculino, fazendo com que para as pesquisas tornarem-se mais precisas e agradáveis ao interesse de gestores de empresas seja feita uma busca em campo de dados reais e a inserção de mais parâmetros de observação, para que assim as hipóteses levantadas tenham suas conclusões mais precisas e forneçam critérios para melhores tomadas de decisões.



Ressaltando, mais uma vez, que a análise de dados é através de uma base aleatória, por conta disso, foi criada um modelo de corte em três medidas para o salário dos funcionários, considerando-os como: alto, médio e baixo. Definindo, desse modo, a média e desvio padrão da amostra.

	R\$		Classe	Corte	Frequencia
Maximo	3.500,00				
minimo	993,00	Baixo	1	R\$ 1.828,67	36
Média	2.127,76	Medio	2	R\$ 2.664,33	37
Tamanho (N)	99	Alto	3	R\$ 3.500,00	25
Est. Classe	9,949874371				
Classe	3				
Incremento	R\$ 835,67				
Desv. Padrão	R\$ 696,78				



Utilizando o Coeficiente de Pearson I, é possível calcular um coeficiente de assimetria que dirá o sentido de inclinação do gráfico, tendo em vista que normalidade não é característica de um experimento.

$$As = X_m - M_o / S$$

$$As = 2.127,76 - 2.664,33 / 696,78$$

$$As = - 0,771$$

Com os cálculos é possível concluir que há no gráfico uma assimetria negativa, isto é, se uma variável aumenta a outra diminui.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que uma pesquisa com dados aleatórios criados no Excel expõe ao pesquisador referências de observação do modo como vai trabalhar a sua análise e, é possível inferir o que deve ser mantido e o que pode ser mudado, basicamente seria o funcionamento teórico do experimento.

Na pesquisa de satisfação dos funcionários torna-se claro para o leitor que não é apenas o fator salário que define o nível de satisfação, mesmo que este item possua forte peso na determinação, fatores diversos interagem entre si, com pesos e influência determinante, desse modo para uma pesquisa de campo, os dados de análise deverão ser quantificados em pesos, para que o programa Excel estabeleça uma base de dados com valores significativos que proporcionem resultados mais eficazes e tragam aos gestores e ao Setor das Rochas Ornamentais orientações embasadas e que possuam uma regra de definição, bem como, possa proporcionar para as empresas um título ou um grau de importância, conveniente pelo fato de que o Nível de Satisfação dos funcionários tenha grande valor para a escolha da empresa do qual ele irá trabalhar, reconhecimento no setor e na região, além de benefícios a empresa contratante, como a busca por uma melhor relação entre o custo benefício de seus funcionários e aprofundamento em questões que envolvem a produção industrial.

TRAÇANDO METAS DE SUCESSO PARA O MERCADO A PARTIR DO CONHECIMENTO DO PERFÍL DO SEU PÚBLICO

BARBIERE, Rafael

FEREIRA, Rayane Gomes¹

CEREZA, Valquíria Cruz²

FONTANA, Valderedo Sedano⁴

1 INTRODUÇÃO

Mediante a crise financeira que atingiu o país nos últimos anos, às indústrias de brinquedos reproduz um modelo de negócios que passam a reger os setores mais importantes da economia. De tal forma, tem se desenvolvido e crescido gradativamente no mercado.

Para atender o perfil de consumidor a própria mudança do contexto mundial tem impulsionado a modernização do segmento, no entanto as indústrias de brinquedos acompanham a evolução através da tecnologia, logística, distribuição, segurança e normatização, que na qual a consolidação está cada vez maior na tendência, na tecnologia e na mobilidade. Para manter-se sempre no mercado e ter suas vendas em alta é necessário que se invista em produtos de qualidade, com esse intuito as empresas fazem um levantamento de análise de mercado e atuação, assim definem seu público alvo, requisitos para ter um bom faturamento. O grande desafio da segmentação de mercado é a identificação destes compradores. De acordo com Cobra (1992, p 279) “A segmentação do mercado exige a observação de alguns requisitos, tais como identificação e mensuração de um segmento, para verificar se o mesmo tem o potencial adequado”.

¹Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Mestranda em Ensino e Formação pela UFES. Graduação em Matemática pelo Centro Universitário São Camilo. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

⁴Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

Em questão, temos um grupo de indústrias de brinquedos infantis que visam aumentar suas vendas e conseqüentemente seus lucros. Para isso, o setor deseja saber o período de maior consumo e também o perfil desses consumidores, pois saberão em quem e quando investirem de forma objetiva. Devido esse crescimento do setor, a ABRINQ (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) estimam que em quatro anos a produção nacional deverá ficar com 70% do mercado.

2 MATERIAL E MÉTODOS

De acordo com a proposta desse trabalho, os dados utilizados foram criados com a ferramenta EXCEL, sistema desenvolvido pela Microsoft em dados ALEATÓRIOS. Dessa forma, foram realizadas análises, discussões e levantamentos de dados com os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Usamos uma amostra de cinquenta empresas e famílias, e analisamos o perfil dessas crianças, pois é o nosso público alvo, para assim, traçar o perfil consumidor.

3 DESENVOLVIMENTO

Mesmo mediante a situação da crise financeira que se encontra o país nesse momento, segundo a ABRINQ (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) o setor de indústrias de brinquedos, tem crescido de forma constante desde 2009. “O brinquedo é desconectado desses problemas econômicos, vai direto ao coração”, diz o presidente da associação, (COSTA, 2017). O faturamento total da indústria foi da ordem de R\$ 6 milhões sendo que a produção nacional foi de R\$ 3,4 milhões. O resultado significa crescimento de 7% em relação a 2015. No entanto, para manter-se no mercado são necessárias algumas medidas, tais como, especificar o seu público e também o melhor período de vendas. O mercado estar propício para o setor não garante sua estabilidade, mas as pesquisas e investimentos, para atualização, inovação no intuito de potencializar as vendas e conseqüentemente aumentar os lucros. Acreditamos que traçar o perfil do público através das pesquisas estatísticas e investir nesses períodos de alta nas vendas, seja uma boa estratégia, para o caso estudado.

Diante do cenário de alta, surgem algumas feiras de negócios voltadas para a área. Segundo o diretor da ExpoToys, Alexandre Torres de Carvalho, (2017) diz que “O Dia

das Crianças e o Natal garantem as vendas do setor. O Dia das Crianças é a data mais forte em vendas para o setor e logo vem o Natal, o que coroa as vendas. As famílias brasileiras sempre presenteiam nessas datas, o que mantém o setor sempre aquecido e dessa forma não é prejudicado” (2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante aos dados apresentados na (Tabela 1), pode-se observar que o período de maior venda, concentrou-se no MÊS DAS CRIANÇAS “OUTUBRO”. Apesar da média de vendas do período “DURANTE O ANO INTEIRO” ter sido um pouco maior, o desvio padrão também foi maior. Mostrando assim, que nesse período houve muitos altos e baixos nas vendas. E analisando o desvio padrão do período MÊS DAS CRIANÇAS “OUTUBRO” há pouca variabilidade. Ou seja, as vendas mantiveram-se constantes e num nível alto. A margem de erro segue a mesma linha de análise, já que expressa a quantidade de erro amostral em uma pesquisa. Esses cálculos podem ser observados na Figura 1.

Tabela 1 – Empresas pesquisadas, quantidades de caixas de brinquedos vendidas de acordo com os períodos do ano subdivididos – Brasil - 2017.

EMPRESAS	FESTIVIDADES DE FIM DE ANO	MÊS DAS CRIANÇAS "OUTUBRO"	DURANTE O ANO INTEIRO
Empresa01	749	607	596
Empresa02	479	501	598
Empresa03	906	910	773
Empresa04	645	845	819
Empresa05	421	616	498
Empresa06	628	806	641
Empresa07	827	783	545
Empresa08	452	993	621
Empresa09	405	745	469
Empresa10	847	835	937
Empresa11	872	706	613
Empresa12	493	655	746
Empresa13	841	672	554
Empresa14	927	803	823
Empresa15	942	500	950
Empresa16	522	401	710

Empresa17	594	763	915
Empresa18	615	809	479
Empresa19	611	710	994
Empresa20	555	770	950
Empresa21	723	812	583
Empresa22	892	409	759
Empresa23	524	645	869
Empresa24	468	683	974
Empresa25	639	607	498
Empresa26	425	881	776
Empresa27	692	917	481
Empresa28	659	757	912
Empresa29	989	800	633
Empresa30	634	438	777
Empresa31	963	994	547
Empresa32	688	917	958
Empresa33	675	915	750
Empresa34	671	474	826
Empresa35	584	838	591
Empresa36	617	607	663
Empresa37	483	683	789
Empresa38	642	608	872
Empresa39	984	580	834
Empresa40	675	900	831
Empresa41	882	736	882
Empresa42	789	714	422
Empresa43	823	536	888
Empresa44	624	482	870
Empresa45	560	697	433
Empresa46	840	978	827
Empresa47	922	826	583
Empresa48	640	573	661
Empresa49	443	839	805
Empresa50	446	789	557

Fonte: Os autores 2017

Figura 1 – Cálculos de estatística descritiva dos períodos do ano subdivididos em “FESTIVIDADES DE FIM DE ANO”, “MÊS DAS CRIANÇAS OUTUBRO” e “DURANTE O ANO INTEIRO” respectivamente – Brasil - 2017

Média	Média	Média
678,54	721,30	721,64
Desv. Padrão	Desv. Padrão	Desv. Padrão
170,42	155,89	164,61
Margem de Erro	Margem de Erro	Margem de Erro
47,24	43,21	45,63
Int. Confiança 95%	Int. Confiança 95%	Int. Confiança 95%
631,30 725,78	678,09 764,51	676,01 767,27

Fonte: os autores 2017

Com os resultados obtidos na (Tabela 2), foi possível extrair os dados para montar o histograma, (Gráfico 1) e traçar o perfil do público mais consumidor.

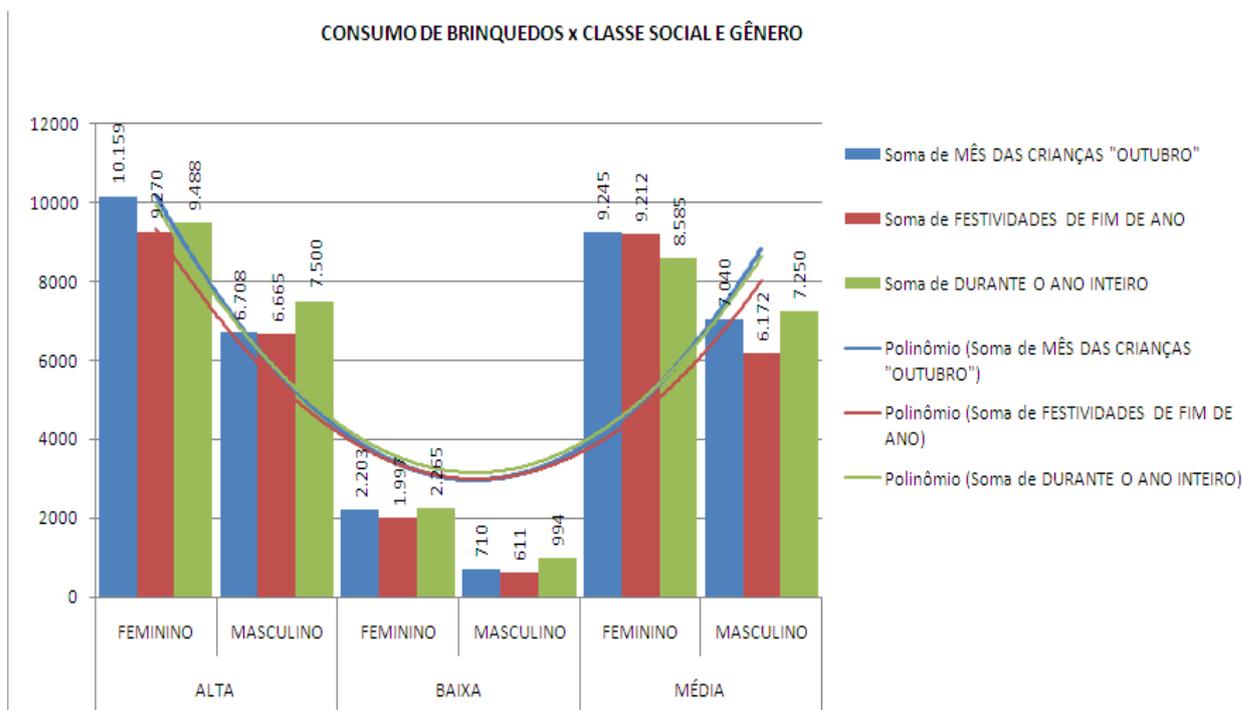
Tabela 2 – Sexo das crianças relacionadas com as variáveis que traçam o perfil consumidor

SEXO	RENDA FAMILIAR	CLASSE SOCIAL	IDADE	PREÇO R\$	UNIDADES DE BRINQUEDOS VENDIDOS
FEMININO	R\$ 3.633,75	MÉDIA	14	R\$ 377,00	25234
MASCULINO	R\$ 5.271,36	MÉDIA	9	R\$ 539,00	12827
FEMININO	R\$ 5.425,78	MÉDIA	12	R\$ 324,00	18747
FEMININO	R\$ 19.383,36	ALTA	11	R\$ 533,00	7644
MASCULINO	R\$ 11.185,37	MÉDIA	13	R\$ 226,00	9957
MASCULINO	R\$ 19.228,50	ALTA	11	R\$ 164,00	19039
FEMININO	R\$ 17.698,77	ALTA	8	R\$ 533,00	7711
FEMININO	R\$ 3.875,89	MÉDIA	9	R\$ 257,00	13761
FEMININO	R\$ 19.673,56	ALTA	11	R\$ 815,00	20093
FEMININO	R\$ 4.131,27	MÉDIA	13	R\$ 17,00	937
FEMININO	R\$ 16.713,13	ALTA	7	R\$ 308,00	18953
MASCULINO	R\$ 12.071,70	ALTA	5	R\$ 707,00	2649
FEMININO	R\$ 8.709,09	MÉDIA	3	R\$ 237,00	23672
FEMININO	R\$ 12.253,59	ALTA	10	R\$ 146,00	17610
MASCULINO	R\$ 7.953,09	MÉDIA	8	R\$ 439,00	24787

FEMININO	R\$ 12.381,63	ALTA	6	R\$ 166,00	10767
MASCULINO	R\$ 4.285,93	MÉDIA	11	R\$ 321,00	11960
FEMININO	R\$ 16.076,87	ALTA	1	R\$ 416,00	26553
MASCULINO	R\$ 1.331,53	BAIXA	8	R\$ 265,00	1274
FEMININO	R\$ 1.963,52	BAIXA	14	R\$ 977,00	25998
MASCULINO	R\$ 11.426,75	MÉDIA	5	R\$ 693,00	20423
FEMININO	R\$ 11.580,80	MÉDIA	11	R\$ 99,00	13405
MASCULINO	R\$ 14.151,75	ALTA	15	R\$ 749,00	19957
FEMININO	R\$ 12.484,06	ALTA	8	R\$ 44,00	15787
FEMININO	R\$ 15.091,36	ALTA	1	R\$ 894,00	16896
MASCULINO	R\$ 8.447,63	MÉDIA	2	R\$ 448,00	1000
FEMININO	R\$ 18.813,49	ALTA	2	R\$ 663,00	5234
FEMININO	R\$ 14.155,86	ALTA	2	R\$ 967,00	12895
MASCULINO	R\$ 18.491,12	ALTA	13	R\$ 731,00	29580
FEMININO	R\$ 12.828,76	ALTA	9	R\$ 812,00	2868
FEMININO	R\$ 7.448,27	MÉDIA	4	R\$ 418,00	4128
MASCULINO	R\$ 16.823,68	ALTA	5	R\$ 872,00	25168
MASCULINO	R\$ 5.472,86	MÉDIA	3	R\$ 657,00	15963
MASCULINO	R\$ 15.583,73	ALTA	2	R\$ 886,00	18386
FEMININO	R\$ 8.710,50	MÉDIA	5	R\$ 440,00	22621
MASCULINO	R\$ 16.621,19	ALTA	8	R\$ 470,00	7103
MASCULINO	R\$ 4.763,37	MÉDIA	1	R\$ 634,00	17082
MASCULINO	R\$ 19.368,63	ALTA	8	R\$ 920,00	21979
MASCULINO	R\$ 7.833,48	MÉDIA	9	R\$ 274,00	25117
FEMININO	R\$ 7.400,07	MÉDIA	12	R\$ 127,00	3335
FEMININO	R\$ 1.848,89	BAIXA	8	R\$ 194,00	15737
MASCULINO	R\$ 12.767,30	ALTA	14	R\$ 727,00	17878
FEMININO	R\$ 7.148,80	MÉDIA	13	R\$ 281,00	11055
MASCULINO	R\$ 15.599,00	ALTA	11	R\$ 941,00	11590
FEMININO	R\$ 1.586,81	BAIXA	5	R\$ 942,00	9430
FEMININO	R\$ 4.802,85	MÉDIA	14	R\$ 815,00	14779
FEMININO	R\$ 13.588,19	ALTA	15	R\$ 237,00	14246
FEMININO	R\$ 4.130,91	MÉDIA	2	R\$ 147,00	9563
FEMININO	R\$ 15.180,47	ALTA	3	R\$ 789,00	12753
MASCULINO	R\$ 3.200,01	MÉDIA	2	R\$ 395,00	4316

Fonte: os autores, 2017

Gráfico 1: Consumo de brinquedos, relacionado ao sexo, e classe social do público analisado – Brasil - 2017



Fonte: Os autores, 2017

Com os dados do histograma é possível ainda verificar e analisar o consumo dos brinquedos, na qual 25% do consumo desses brinquedos corresponde a 2.218,5 caixas vendidas e 75% desse consumo corresponde a 9.055,25 caixas de brinquedos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com todas as análises realizadas, o perfil do público consumidor foi traçado, sendo esse, crianças do sexo feminino e de classe social alta. Contudo, os dados analisados mostram-se muito dispersos, pois seu coeficiente de variação foi de 58,18%, devido ao desvio padrão ser maior que a média, com os valores de 3.428,46 e 5.893 respectivamente. E o sentido da assimetria é negativa com o valor de -0,8584, já que a média é menor que a mediana, dessa forma, quando a assimetria é negativa, isso mostra que os dados apresentados não estão concentrados, ou seja, estão mais distribuídos.

6 REFERÊNCIAS

AGENCIABRASIL. **Na contramão da crise**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-06/na-contramao-da-crise-setor-de-brinquedos-espera-crescimento-de-10-em-2017#>>. Acesso em: 16 out. 2017.

COBRA, Marcos. A segmentação estratégica de mercado. In:_____. **Administração de Marketing**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1992, cap. 9.

ESTATÍSTICA. **Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos**. Disponível em: <<http://www.abrinq.com.br/Estatisticas.aspx>>. Acesso em 18 out. 2017.

ESTUDO DE CASO – MATERIAL MAIS VIÁVEL A SER PRODUZIDO PARA OBTENÇÃO DO LUCRO MÁXIMO USANDO O SOFTWARE SOLVER

MENDES, Diego Ghiotto

SOUZA, Thiago Luiz Pedroni¹

CEREZA, Valquiria Cruz²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

Com a grande diversificação de materiais, cor, demanda e preços, o mercado de rochas ornamentais vem a muitos anos dominando o cenário da indústria sul capixaba, com empresas muito bem consolidadas possuindo uma vasta gama de materiais em seus catálogos. Dentre esses materiais comercialmente conhecidos como granito abordamos o Branco Siena, Branco Dallas, Cinza Castelo e a Preto São Gabriel, rochas que possuem custos de produção, valor de venda e demanda distintos.

Utilizando a ferramenta solver, estamos buscando a viabilidade e o motivo de se produzir esses tipos de rochas de modo obter o lucro máximo, para isso consideramos apenas as variáveis que mais influenciam no custo de produção no que se refere ao processo de desdobramento, abordamos quatro dos principais materiais produzidos pela empresa em questão.

2 MATERIAL E MÉTODOS

As pesquisas podem ser exploratórias, descritivas ou explicativas, Marconi (2002) diz que pesquisas exploratórias são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver

¹Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Mestranda em Ensino e Formação pela UFES. Graduação em Matemática pelo Centro Universitário São Camilo. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente fato ou fenômeno para realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e classificar conceitos. A autora ainda completa que estudos exploratório-descritivos combinados têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno como, por exemplo, um estudo de caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas.

Utilizando o suplemento solver do Excel, foi montada a partir de planilhas obtidas na empresa uma função objetivo para maximizar o lucro, essa equação foi obtida através da subtração do valor total de venda do custo com consumo de cal, gralha e lâmina do tear. Como restrição foram utilizados os custos de produção individual de cada rocha com os limites estabelecidos, o tempo total de funcionamento dos teares e o consumo de insumos em kg/m² de cada produto – cal, gralha, lâmina – que a empresa dispõe para uso em sua produção no período de um mês (30 dias).

A coleta de dados, segundo Marconi (2002) pode ser feita seguindo três procedimentos, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contos diretos. Para a análise dos dados aqui estudados procedeu-se o levantamento e captação documental, padronização dos dados para análise, cálculos, tabelas, construção dos gráficos comparativos.

3 PROGRAMAÇÃO LINEAR

Programação linear é o método matemático que permite distribuir uma oferta limitada de recursos com o objetivo de atender uma determinada demanda, maximizando uma função objetivo e atendendo a condições apresentadas, trazendo com isso a maximização do lucro e a redução de custos de uma determinada empresa.

3.2 Solver

Solver é um suplemento de recursos oferecidos por editores de planilhas eletrônicas, como o Microsoft Excel que utilizamos, permitindo a simulação de eventos, oferecendo relatórios para o estudo do caso. Obtém-se o valor ideal no solver – função

objetivo – inserindo restrições aos valores das cédulas, a partir daí o solver utiliza as cédulas variáveis para o cálculo dessas funções. Com o solver no Excel é possível obter relatórios de: Sensibilidade, Resposta e Limite.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Acreditávamos que o “Granito Branco Siena”, dadas as restrições descritas possibilitaria a obtenção do lucro máximo, porém ao verificar o resultado obtido através do Solver concluímos que a solução mais viável para obtenção do lucro máximo seria produzir apenas o “Granito Preto São Gabriel”. Identificamos que os limitadores da produção foram às horas de máquina dadas em h/m², visto que estas atingiram seu limite.

4.1 Tabela

TABELA 1 – Variáveis

VARIAVEIS	PRODUTOS	QUANT. (M ²)	LUCRO (R\$/M ²)	PRODUÇÃO (H/M ²)	C. GRANALHA (KG/M ²)	C. CAL (KG/M ²)	C. LAMINA (KM/M ²)
X ₁	B. SIENA	0	69,74	0,26	1,27	1,25	0,52
X ₂	B. DALLAS	0	59,90	0,32	1,78	1,50	0,68
X ₃	C. CASTELO	0	56,06	0,31	1,61	1,43	0,74
X ₄	P.S. GABRIEL	10512	84,44	0,25	0,97	1,12	0,46
DISPONIBILIDADE				2628	10500	12000	10000

Fonte: Elaborado pelos autores (2017), conforme dados coletados.

TABELA 2 – Limitador da linha de produção/lucro máximo

RESTRIÇÕES	EQUAÇÕES	DISPONIBILIDADE	SALDO FINAL DO ESTOQUE
PRODUÇÃO (M ² /H)	2628	2628	0
C. GRANALHA (KG/M ²)	10280,74	10500	219,26
C. CAL (KG/M ²)	11794,46	12000	205,54
C. LAMINA (KM/M ²)	4864,03	10000	5153,97
MAX L =	R\$887.633,28		

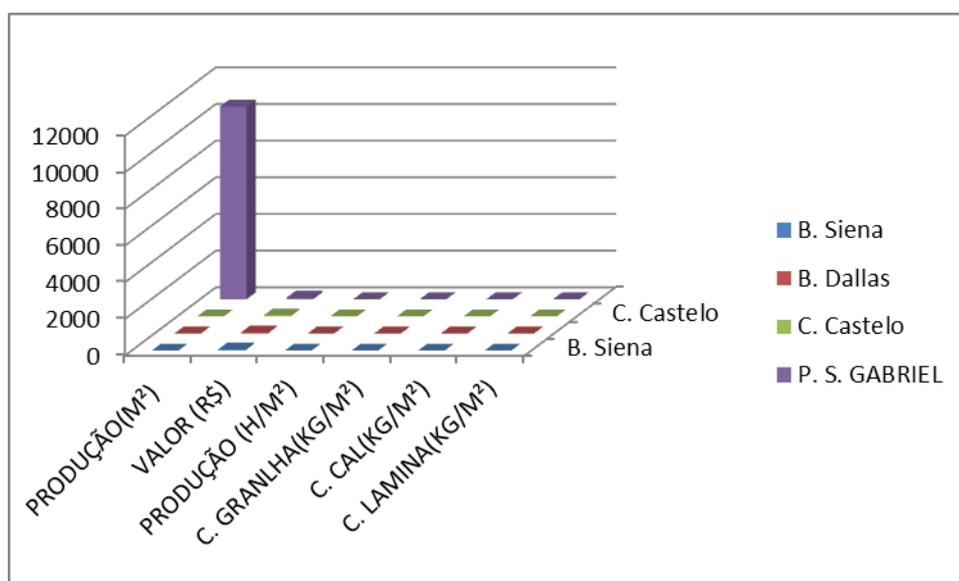
Fonte: Elaborado pelos autores (2017), conforme dados coletados.

TABELA 3 – Função objetiva

$MAXL = 69,74X_1 + 59,90X_2 + 56,06X_3 + 84,44X_4$	
SUJEITO À:	
	$0,26X_1 + 0,32X_2 + 0,31X_3 + 0,25X_4 \leq 2628$
	$1,27X_1 + 1,79X_2 + 1,62X_3 + 0,98X_4 \leq 10500$
	$1,25X_1 + 1,50X_2 + 1,43X_3 + 1,12X_4 \leq 12000$
	$0,52X_1 + 0,68X_2 + 0,74X_3 + 0,46X_4 \leq 10000$
	$X_1 + X_2 + X_3 + X_4 \geq 0$

Fonte: Elaborado pelos autores (2017), conforme dados coletados.

4.3 Gráficos

Gráfico 1: Comparativo de produção (m²) para obtenção de lucro máximo

Fonte: Elaborado pelos autores (2017), conforme dados coletados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do solver permitiu visualizar que, quando consideramos apenas alguns dos custos diretos sobre o produto estudado, o ideal de produção seria produzir apenas o material Preto São Gabriel, visto que é a de maior valor final e com o menor custo para a produção. O material que gerou a limitação foi a “Hora de produção (h/m²)”, pelo fato de ter uma disponibilidade restrita devido a normas de trabalho, por conta dessa situação, recomendamos que a sobra de insumos seja mantida para que se mantenha um estoque de segurança, evitando possíveis paradas por falta destes.

Sabendo que no mercado não se deve produzir um único tipo de produto, também recomendamos a execução da modelagem gráfica para expor todos os limites de produção, reduzindo a possibilidade de prejuízos.

Além disso, para um resultado mais preciso, há necessidade de se realizar um estudo com maior índice de variáveis que também levava em consideração fatores como perdas por quebra de material e demanda de mercado. Esses fatores foram retirados por motivos de este estudo ser apenas parcial, podendo ser utilizado como base para a pesquisa completa.

6 REFERÊNCIAS

CALLISTER JUNIOR, William D. **Ciência e engenharia de materiais: uma introdução**. 5. ed. Rio Janeiro: LTC, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ROCHA NETO, Anselmo Rocha; Deimling, Moacir Francisco; Tosati, Marcus Cristian: **Aplicação da programação linear no planejamento e controle de produção: definição do mix de produção de uma indústria de bebidas, Bauru – SP**

STACANELLI, Thais Machado; de Moura, Ramila Aparecida; Silva, Yahayra do Vale Borges; da Silva, Gabriel; da Silvam, Ariadne Martins. **Aplicação da programação linear para a otimização da produção em um laticínio localizado na região centro oeste de minas gerais**: Fortaleza - CE

SIMULAÇÃO PARA ANÁLISE DE UM SISTEMAS PRODUTIVO DE MILHO

BENEVENUTE NETO, Antonio

RODRIGUES, Gerson Gomes¹

TAVARES, Eder Reis²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo dissertar e promover o alcance de maiores dados sobre a indústria de milho. Para obtenção de informações foi visitado a empresa Mundial Alimentos LTDA, onde foi analisando sua linha de produção. Ela que foi fundada no ano de 2016, no município de Mimoso do Sul, no Espírito Santo, que tem objetivo atualmente de atender o mercado interno do Espírito Santo.

Um dos motivos para realização desse trabalho, foi para analisar e identificar os possíveis gargalos na sua linha de produção. Com a utilização do Software ARENA, para modelar e simular um sistema de produção de três produtos. Nesse sistema produtivo são produzidos além da ensacagem do milho em grão, seus derivados, como: canjica e fubá que é empregado na alimentação de animais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização e concretização da pesquisa, foram utilizados meios e técnicas para a coleta de dados, nas quais consistiram em utilizar uma tabela de linhas feita no Excel e a utilização de um cronômetro para medir o tempo de cada etapa da sua linha de produção. ⁴Foi necessário que os integrantes da pesquisa se deslocassem até a

¹Graduandos em Engenharia de produção pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Mestrado em Engenharia de Produção pela UCAM. Graduação em Engenharia de Produção pela UCAM. Professor da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³ Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

empresa para coleta dos dados. As perguntas foram feitas para especialistas do processo, aonde o mesmo acompanhou os integrantes durante a visita. Os dados coletados foram passados para o Software Arena, onde foi modelado todo processo produtivo da empresa, e passado todos os dados e tempos coletado, sendo feita a simulação no software foi possível identificar os gargalos e filas que acontecem na produção.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Simulação

Para conseguir acompanhar o avanço da tecnologia computacional e o grande pedido de renovações no mercado, as empresas vêm utilizando software de simulação, como meio de se adequar a esse novo mundo e também de se obter uma vantagem competitiva sobre seus concorrentes. Devido à simulação ser uma ferramenta versátil e de grande economia de recursos, é muito aceita pelos gestores. Como a empresa Mundial Alimentos LTDA está se destacando e crescendo no mercado, a utilização desse software seria uma das opções para o aumento da produção e um meio de ser consolidar no mercado (FERNANDES, 2012).

A simulação é uma ferramenta de análise e modelagem de problemas reais, tendo como finalidade a avaliação das estratégias da empresa e o objetivo de entender o comportamento do sistema. É muito utilizada em sistemas simples, mais acaba sendo também uma ótima opção para o estudo de sistemas mais complexos. Essa ferramenta computacional é muito vantajosa para a empresa, tendo como sua maior vantagem a permissão da exploração de novos procedimentos operacionais, não precisando da parada do processo, e também não necessitando de grandes investimentos. Mesmo que sua vantagem seja grande para a empresa, este processo precisa de um longo prazo para ser concluído, devido ao fato de suas análises e simulações serem precisas e trabalhosas (FERNANDES, 2012).

No processo fabril a simulação é utilizada como ferramenta de análise das execuções de tarefas, identificando aonde se encontra as filas ou congestionamentos do processo, conhecido também como o gargalo da produção (FERNANDES,2012).

3.2 Software Arena

Dentro do software de simulação existem diversas ferramentas que podem ser utilizadas no processo, sendo o ARENA uma das ferramentas mais utilizadas. O software Arena é uma ferramenta que gera gráfico e contém diversos recursos de modelagem de processos, quando utilizado corretamente possibilita uma análise eficiente e muito criteriosa, facilitando o entendimento do estudo do processo e também auxilia nas tomadas de decisões (FERNANDES, 2012).

O simulador ARENA utiliza a linguagem SIMAN. Esta linguagem se baseia na sequência de eventos aleatórias que são os responsáveis por possíveis mudanças no processo. Os modelos no Arena são construídos através de módulos ou blocos de modelagem. Com a configuração e interligação exatas deles, é possível entender claramente onde estão localizados os problemas do sistema (FERNANDES, 2012).

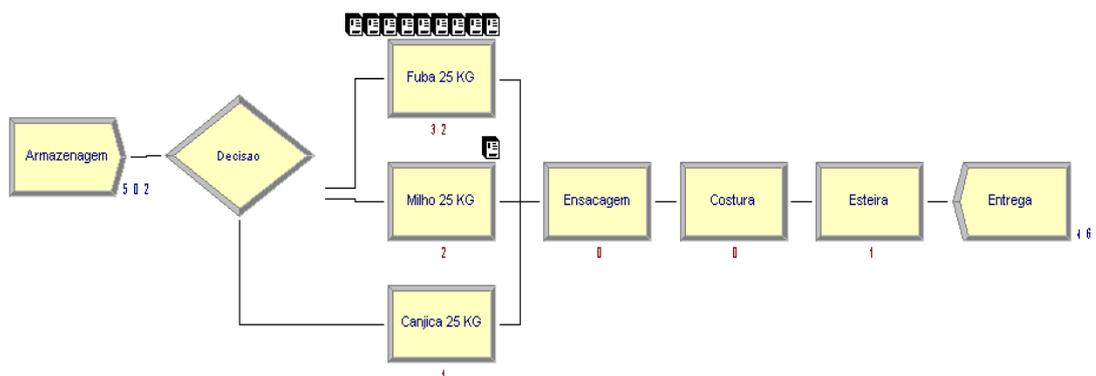
4 ESTUDO DE CASOS

A empresa Mundial Alimentos tem pouco tempo de mercado, mas vem conquistando seus clientes ao decorrer do tempo. A sua venda mensal de milho e seus derivados, deste ano é de aproximadamente de 80 toneladas. O processo de produção da empresa é semi-automatizado e parte das operações “movimentação, ensacagem e costura” tem o auxílio dos funcionários para a execução de cada etapa. Utiliza-se os seguintes recursos na sua linha de produção: balões para armazenamento do milho “pulmão”, funcionários, máquina de classificação, elevadores, máquina de moer milho, máquina de costura, esteira e caminhões. Para a construção do modelo de simulação ARENA, foram seguidas uma série de etapas:

4.1 - Etapa 1: Análise do Sistema de Produção

Este trabalho propõe a aplicação da simulação, utilizando o software Arena, no processo produtivo de milho, canjica e fubá, da Empresa Mundial Alimentos. Tendo como objetivo a identificação do gargalo no processo, onde encontram-se por meio do programa as filas, a capacidade de produção e análise das possíveis soluções. A representação no diagrama segundo o modelo Arena, está representada na figura 1.

Figura 1- Fluxograma da linha de produção usado Software Arena.



Fonte: Autoria própria, 2017.

O milho passa por vários processos até chegar o produto final, aonde fica armazenado em balões, que se consiste no início do processo, aonde o milho passa por uma decisão que irá decidir qual produto produzir. Depois dessa decisão passa pela ensacagem na qual uma máquina irá pesar os produtos respectivamente com 25 kg, terá uma pessoa para abrir o saco, em seguida tem a movimentação do saco até a próxima etapa que é a costura, na qual terá a segunda pessoa para manusear a máquina de costurar. Logo depois passa por duas esteiras até chegar no caminhão, entre as esteiras terá a terceira pessoa que irá transferir o saco de uma esteira para a outra. No caminhão se encontra a quarta e a quinta pessoa que tem a função de ajeitar os sacos.

4.2 - Etapa 2: Construção do modelo de simulação Arena

Para a construção do modelo de simulação, foi observado o processo produtivo da empresa, analisando cada etapa do processo e coletando os tempos de cada operação. Os processos e os tempos obtidos foram ajustados no Software Arena. A expressão obtida para a distribuição da probabilidade está descrita na tabela 1.

TABELA1 – Dados utilizados para configuração da simulação (dados em minutos).

Descrição dos processos	Parâmetros
Armazenagem	Função Expression; TRIA (1.5, 2, 3); 2 por vez; máximo infinito; primeira chegada 0s.
Decisão	Type:N-way-by-chance(30%, 60%, 10%)
Fubá 25 kg	Função Constant: (2)
Milho 25 kg	Função Constant: (3)
Canjica 25 kg	Função Constant: (2)
Ensacagem	Função TRIA (0.7,0.8, 0.27)
Costura	Função TRIA (0.8, 0.9, 0.11)
Esteira	Função TRIA (0.35, 0.36, 0.37)

Fonte: Autoria própria, 2017.

Como mostra a tabela 1 dependendo do processo utilizasse parâmetros diferentes, onde e definido cada função de acordo com os processos analisados na linha de produção. No processo de decisão foi utilizado função “N-way-by-chance” que se baseasse na probabilidade de vários produtos, de acordo com as porcentagens da produção dos produtos (milho, fubá e canjica). Já as funções “TRIA” existe uma variação no tempo de execução do processo, a onde são exigidos 3 valores, que se consiste em: menor tempo de execução, tempo padrão e o maior tempo de execução de cada processo. Quando o valor e constante, a onde não se encontra nenhuma alteração, utilizasse a função Constant.

5 ANALISE DE DADOS

Com a simulação do Software Arena, obtivemos resultados da linha de produção, como descrito na figura 1. Onde a duração das rodadas de simulação foi de 9 horas ou 540 minutos, o que corresponde a sua capacidade de produção por dia. Foram realizadas 3 replicações com o objetivo de chegar o mais perto do valor real. Ao simular o cenário, adquiriram-se os dados para o tempo de espera das filas e os de utilização dos recursos ilustrados nas tabelas 2 e 3.

TABELA 2 - Tempo de espera das filas na linha de produção.

Etapas dos processos	Tempo de filas (min)
Canjica 25 kg	0.07208905
Costura	0.00020827
Ensacagem	0.00664962
Esteira	0.0366323
Fubá 25 kg	33.0097
Milho 25 kg	3.0052

Fonte: Autoria própria, 2017.

TABELA 3 - Utilização dos recursos da linha de produção.

Recursos	Utilização dos recursos (%)
Maquina 1 - Milho 25 kg	78.33
Maquina 2 - Fubá 25 kg	99.51
Maquina 3 - Canjica 25 kg	19.93
Maquina 4 - Esteira	30.80
Pessoa 1 - Ensacagem	12.13
Pessoa 2 - Costura	7.96

Fonte: Autoria própria, 2017.

Com o auxílio da simulação e análise realizada na visita à organização, identificamos que o gargalo na linha de produção está na ensacagem e na decisão, ocasionado filas durante as etapas.

O processo de decisão está relacionado ao momento em que o produto inicial - milho, é dividido de acordo com a demanda dos seus derivados - canjica, fubá e milho ensacado. Durante o processo de produção de 9h diárias, descrito na simulação acima, foi produzido 462 sacas. Sendo, 277 sacas de milho 25 kg, o equivalente a 60% da produção, 139 sacas de fubá 25 kg, o equivalente a 30% da produção e 46 sacas de canjica 25 kg, sendo o equivalente a 10% da produção. De acordo com a observação do número de espera da simulação, é possível identificar a quantidade de sacas que ficam em fila por hora durante os processos. Para a produção do fubá, observa-se que a sua espera é alta pois está relacionada a capacidade de eficiência da máquina 2, pois ela já trabalha em sua máxima capacidade, que é o equivalente a

99,51%. E ainda assim, permanece produto em espera, cerca de 47 sacas em sua jornada diária.

A partir da descrição da simulação foi possível observar o desempenho das máquinas envolvidas no processo. Onde a máquina 1, representante do milho, apresentou 78,76% de utilização de seus recursos, tendo em espera 6 sacas em sua jornada diária de trabalho.

6 CONCLUSÃO

A partir da visita técnica realizada na empresa Mundial Alimentos, foi possível concluir que existe a possibilidade de reduzir a movimentação do produto em 50%, por meio da adoção de novo layout. Por isso, foi verificado que adotando tais práticas, é possível diminuir custos da empresa. Além disso, houve a contenção de funcionários, possibilitando a recolocação do mesmo em outros setores que exigem maior necessidade.

Para retardar as filas que foram encontradas na produção, é necessário que a empresa invista em novos equipamentos, capazes de suprirem a alta demanda encontrada na ensacagem “aonde foi identificada pelo o grupo na visita” e na máquina de fubá.

Notou-se que durante a produção do milho em derivados, ocorre o gasto de 15 minutos para o setup da máquina. Pois, ocorre a troca de máquina em média, duas vezes ao dia. Deixando de produzir um somatório de 30 min/dia, que é o tempo equivalente para a produção de 26 sacas.

7 REFERÊNCIAS

FERNANDES, A. C. M. Simulação de linha de produção usando a plataforma arena. **Instituto Politécnico de Bragança**, setembro de 2012. Disponível em: <<http://projinf.estig.ipb.pt/~a21274/relatoriooo.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

MATERIAIS COMPÓSITOS E SUA APLICAÇÃO INDUSTRIAL

BOMFIM, Loara Da Silveira

MACHADO, Laís Scarpini¹

SILVA, Fernanda Souza²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

Nos primórdios da civilização, os materiais desenvolvidos marcaram fortemente as eras no qual foram descobertos (do ferro, do ouro e bronze), acompanhando todo o progresso da civilização. Após o controle do fogo, a invenção das rodas, a fabricação de tecidos e a fiação de fibras como o algodão, o linho e outros tecidos, desenvolveram um grande avanço para a humanidade quando este é comparado às peles de animais que eram utilizadas pelos povos da época. Deste modo, evidencia-se que os recursos naturais conhecidos nessa época fora de suma importância para o surgimento dos primeiros compósitos.

Os compósitos foram esquecidos durante alguns anos, porém foram reaparecendo quando se deu a utilização de estruturas do tipo compósitas leves em soluções técnicas, por volta de meados do século XX. Por apresentarem propriedades magnéticas foram muito utilizados em aplicações de sistemas elétricos e dielétricos, como também em cúpulas de radar.

Segundo Vilaplana et al. (2010) nas duas últimas décadas, os estudos de polímeros e compósitos oriundos de fontes renováveis, tem apresentado um grande crescimento, já que a preocupação com o meio ambiente e a escassez dos recursos estão nitidamente vistos.

¹Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Doutoranda em Engenharia e Ciências dos Materiais – UENF. Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais - UENF. Graduada em Engenharia de Petróleo e Gás - UNES. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho fora desenvolvido pelo método de revisão bibliográfica. Mediante ao que foi apresentado, o trabalho esclarecerá questionamentos sobre o que são um compósito, suas subdivisões, e criações e em que áreas esses materiais podem ser empregados.

3 MATERIAIS COMPOSITOS

De acordo com a Norma American Society for testing and matérias (ASTM D3878-95), os materiais compósitos ou compostos, são substancias formadas por dois ou mais elementos, que sejam insolúveis entre os mesmos, são conjugados para a formação de um novo material que não podem ser encontrados de forma isolada. O intuito desses tipos de combinação é conseguir um desempenho estrutural que apresente qualidades específicas para o seu uso de forma mais eficaz.

Para Neto e Pardini (2006), os elementos que integram os compósitos são chamados de fases, na qual uma delas apresenta característica descontínua, sendo denominada de reforço, e capaz de aprovisionar resistência ao esforço submetido, e isso só ocorre quando há uma garantia de agnação química entre os dois elementos, caso ocorra de modo contrário a transferência será dada como insuficiente. A segunda fase é de modo contínuo conhecido como matriz, o que corresponde às transferências utilizadas desse esforço, apresentando maior tenacidade, e sendo resistente a fadiga e corrosão do material compósito.

As propriedades que compõe os compósitos são influenciadas pelas propriedades dos materiais, pelo modo na qual é constituído, distribuído e integrado ao reforço e matriz. De tal modo apresentam finalidade e similaridade nos materiais promovendo a estas características específicas ao compósito, levando em consideração a sua aplicação. Com isso, é perceptível que os materiais compósitos podem ser constituídos de diversos tipos de materiais, cujo tanto a matriz quanto o reforço podem ser de origem sintética ou natural.

3.1 Classificações de Materiais Compósitos

Em consideração aos tipos de materiais e sua integração do processo em que é fabricado, existe diferentes métodos de classificação, que são associados às características em que possuem, e também os comportamentos e as vantagens, sendo assim os compósitos podem ser classificados em grupos específicos como:

- **Compostos fibrosos:** A utilização de compósitos reforçados por esse material possui cerca de 3.000 anos. Podem-se encontrar exemplos de sua utilização ao ler em Êxodo, o uso de palhas em tijolos de argila, além disso, o emprego de crinas de cavalo em materiais cimentados. Com isso outras fibras também foram usadas para aferir ductilidade aos materiais de construção considerados frágeis. (Illston,1994).
- **Compósitos Laminados:** Esses compósitos podem ser encontrados de diversos tipos quanto à natureza do seu reforço, sendo em partículas, fibras curtas e longas entre outros, em relação a sua matriz temos a polimérica, cerâmica, metálicas e outras. Em geral os compósitos laminados são comumente de matrizes polimérica reforçada, possuindo fibras longas de grande resistência. Os laminados apresentam maior rigidez e resistência, e são compostos por fibras de carbono, na qual se apresenta com pequenos filamentos agrupados. A matriz transmite a carga para as fibras conferindo a composição ideal ao material.
- **Compósitos Particulados:** Os compósitos reforçados com partículas podem ser subclassificados como: Compósitos com partículas grandes e compósitos reforçados por dispersão. A distinção desses processos pode ser descritas pelo mecanismo de reforço e resistência mecânica. O termo “grande” utilizada para designar esse compósito, referência que as interações partícula-matriz não podem ser examinadas em níveis atômicos e moleculares.

4 APLICAÇÕES DOS MATERIAIS COMPÓSITOS

Os materiais compósitos podem ser empregados na reabilitação de estruturas metálicas, cujo são geralmente utilizados um ou mais tipos de materiais tradicionalmente usados na construção, como madeiras, pedras e metal. Esses materiais apresentam em si um conjunto de desvantagem, e em sua maior parte são escolhidos pelo design, o que leva em conta também o custo, a estética, a performance e a durabilidade.

Nas industriais navais o uso tem demonstrado intenso crescimento, por possuírem matérias leves, que cabem perfeitamente na reparação e no esforço estrutural utilizando materiais como o FRP, possuindo maior resistência ao ambiente em que é submetido e também a tração.

Na indústria naval e também na construção civil, o uso de compósitos só tendem a demonstrar seu crescimento, contendo um grande número de sua aplicabilidade, em reparações e manutenções de estruturas metálicas, técnicas de reforço, isso por serem materiais que demonstram aspectos de dureza e rigidez, sendo simples os métodos de aplicação com custos menores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando assim entende-se que é fundamental descobrir e desenvolver novos materiais, que demonstram melhor desempenho nas estruturas durante a vida do material. De acordo com as leituras feitas é perceptível o uso dos materiais compósitos reforçados com fibras, sendo inseridos em reabilitações de estruturas metálicas, apresentando resultados promissores, com soluções de longo prazo. A folha de fibras de carbono tem sido utilizada para prevenir futuras fraturas em pontes. São capazes também de aumentar o tempo de vida em que se opera a estrutura metálica. Os compósitos podem ser utilizados também para preservar o significado cultural e histórico de estruturas, sem causar impactos em sua aparência.

A indústria naval tem o utilizado os compósitos de fibra a mais de 30 anos, porém suas aplicações se tornam cada vez mais evidentes tantos em grandes embarcações

quanto em pequenas. Além de ser bons materiais, eles apresentam valores de custos reduzidos, e grande duração.

6 REFERÊNCIAS

CALLISTER, JR., William D., **Fundamentos da Ciência e engenharia de materiais: uma abordagem integrada**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006

NEWELL, James. **Fundamentos da moderna engenharia e ciência dos materiais**. Rio de Janeiro: LTC, 2010

SMITH, William F. **Fundamentos de engenharia e ciência dos materiais**. 5.ed. Porto Alegre: AMGH, 2012

VENTURA, Ana Mafalda F.M. Os Compósitos e a sua aplicação na Reabilitação de Estruturas metálicas. **C.Tecn. Mat.** [online]. 2009, vol.21, n.3-4, pp.10-19. ISSN 0870. Disponível em: < www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0870-83122009000200003&script=sci_arttext&tlng=es > Acesso em: 21 de out. 2017

DETERMINAÇÃO DAS PROPRIEDADES EXIGIDAS NOS MATERIAIS QUE PORPORCIONARAM DURABILIDADE E SATISFATORIEDADE ECONÔMICA

ABREU, Mariane Silva

PERMANHAN, Thamirys Peixoto¹

SILVA, Fernanda Souza²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

A problemática do presente estudo pretende buscar conhecimentos sobre a resistência, as propriedades, e os custos relacionado à chave de fenda, visando conhecer e estabelecer o produto de melhor qualidade e preço.

Muito utilizado no ramo da Engenharia Civil, o material escolhido para a pesquisa foi criado através da necessidade simplesmente de girar um parafuso, os primeiros parafusos e chaves de fenda começaram a se tornar mais comuns por volta do Século I, às primeiras chaves de fenda foram feitas de madeira que eram utilizadas no processo de produção do vinho.

Para a análise do custo benefício da produção da chave de fenda utilizaremos a metodologia base da Resistência dos Materiais que ajuda a possibilitar e simplificar atividades diárias, procurando dar soluções à maioria dos problemas práticos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A decisão dos seguintes materiais partiu da elaboração de elementos que seguiu um processo de seleção envolvendo as propriedades dos materiais, dentre eles a resistência mecânica, elasticidade, ductilidade e tenacidade. Com isso foi escolhida a chave de fenda típica com

¹Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Doutoranda em Engenharia e Ciências dos Materiais – UENF. Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais - UENF. Graduada em Engenharia de Petróleo e Gás - UNES. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

haste e ponta de aço e cabo de PMMA por apresentar em sua composição materiais diferentes como aço e polímero, que possibilitam a determinação do motivo pelo qual o material em questão é preferível para ser utilizado no mercado.

Assim sendo, as informações contidas foram baseadas em livros que forneciam ensaios mecânicos que utilizavam amostras representativas do material aplicando normas técnicas para os procedimentos de medidas, buscando obter um resultado mais preciso.

3 DESENVOLVIMENTO

A escolha do aço de carbono, um metal, para a haste da chave de fenda deve-se, pois, o módulo de elasticidade ou módulo de Young tem origem na energia de ligação entre os átomos do material e divide os materiais em aproximadamente duas grandes classes: os flexíveis e os rígidos, um material com um elevado valor do módulo de Young (Tabela 1) como o aço é um material rígido. A rigidez de um componente mecânico diz respeito ao quanto ele pode defletir sob uma determinada carga. Ela depende não só do valor do módulo de Young, mas também de como são as solicitações mecânicas sobre ele: tensão de tração, compressão, dobramento, da forma e do tamanho do componente, podendo ser classificado assim como um material de baixa ductilidade, ou seja, flexível, elástico, maleável, que se pode comprimir ou reduzir a fios sem se quebrar. Que se pode distender sem romper.

Além da ductilidade, os metais apresentam também a propriedade mecânica da tenacidade, ou seja, a resistência que possuem quando são submetidos à força de tração, podendo levar da deformação até a ruptura. É a quantidade de energia que um material pode absorver antes de romper-se.

Tabela 1 - Valor do módulo de elasticidade para alguns materiais.

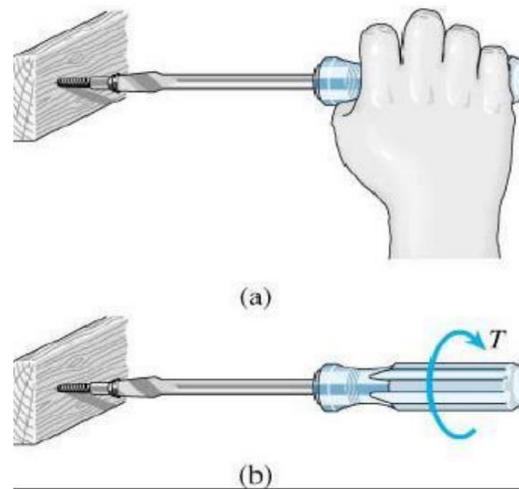
Material	Módulo de Young [GPa]
Diamante	1 000
Carbeto de silício (SiC)	450
Tungstênio	406
Ferro	196
Aços de baixa liga	200 - 207
Ferros-fundidos	170 - 190
Cobre	124
Titânio	116
Vidro (SiO ₂)	94
Alumínio	69
Vidro ((Na ₂ O - SiO ₂))	69
Polimetil(PMMA)	2,24 - 3,24

Fonte:EBAH-2011

Tal módulo de elasticidade mede a resistência do material a deformação, já que ocorre a partir da resposta sobre a tensão aplicada sobre o corpo assim o material de aço por ser mais rígido se deformará levemente diferente de um material mais frágil como um polímero que se deformara muito mais. A haste deve apresentar uma alta resistência plástica isso é resistir a deformação permanente, não possibilitando que o corpo retorne ao estado inicial, o que acontece geralmente com as chaves de fenda de baixa qualidade onde o material que compõe o corpo apresenta baixa resistência. Além disso a ponta deve apresentar alta dureza de forma que seja resistente a penetração para não ser danificado ao entrar em contato com outro objeto.

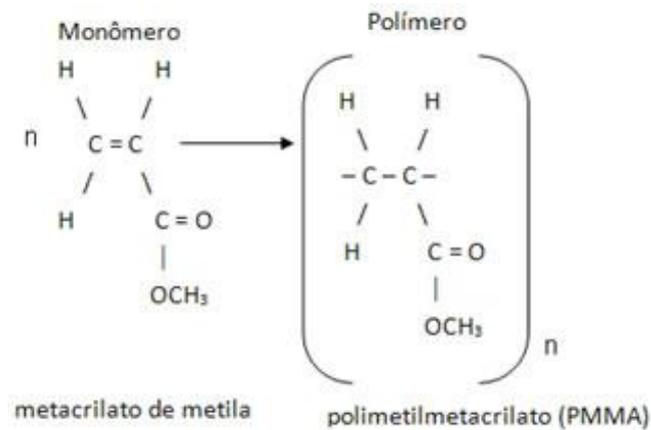
O cabo da chave de fenda feito com polímero ou melhor PMMA (acrílico) apresenta uma seção muito maior que a da haste fazendo com que a solitação que tende a girar as secções de uma peça, uma em relação à outra torne sua torção e módulo menos importantes (Figura 1.1). A utilização do PMMA substitui a madeira pois ao ser aquecido pode ser moldado com rapidez e facilidade. Sua formação é feita a partir da união de de moléculas (Figura 1.2) que resultam em um plástico transparente e cristalino, semelhante ao aspecto do vidro, porém com algumas vantagens como maior leveza, maior resistência a impactos por apresentar uma densidade baixa.

Figura 1.1 – Torção do Cabo



Fonte: UFPR

Figura 1.2- Fórmula molecular do acrílico (PMMA)



Fonte: UOL

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O resultado revela a resistência dos materiais quanto a sua amostra, mostrando as vantagens pela qual o presente teste do corpo de prova obteve bons resultados que possibilitaram a definição da haste e da ponta como aço de alto módulo de elasticidade, alta resistência plástica, dureza e alta tenacidade a fratura. Já a do cabo da chave de fenda como PMMA de alto coeficiente de atrito, facilidade de fabricação, aparência e baixa densidade. Além disso, a uma grande disponibilidade no mercado por um custo significativo ao de recursos utilizados para venda de tal mercadoria. Os

preços do produto pronto e acabado variam de acordo com marca, modelo, material, tamanho e o quanto ela suporta em Volts, podendo oscilar de R\$ 4,00 á R\$ 7.653,00.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho foi identificado os materiais que apresentavam maiores resistências promovendo uma alta durabilidade do produto (chave de fenda) que o consumidor esteja adquirindo, reduzindo o seu valor no mercado e buscando o que melhor apresenta disponibilidade e manuseio. Segundo o teste realizado a produção de chave de fenda de haste e ponta de aço com cabo de PMMA é a que melhor se adequa as exigências do consumidor e cumpri com os critérios de propriedades gerais que qualificam o produto quanto a sua resistência produtiva e satisfação econômica.

6 REFERÊNCIAS

Disponível em: <<http://www.mspsc.eng.br/matr/resmat0120.shtml>> Acesso em: 22 out. 2017.

Disponível em: <https://www.shoptime.com.br/produto/17329514/chave-de-fenda-vde-3-5mm-2170-3-ref-1808gedore?opn=GOOGLEXML&epar=ds_rm_ba_cr_rmkt0002&s_term=YSMESC> Acesso em: 22 out. 2017.

Disponível em: <<http://www.ct.ufrgs.br/ntcm/graduacao/ENG038/IEM-Texto-4.pdf>> Acesso em: 17 out. 2017.

Disponível em: <<http://www.infosolda.com.br/biblioteca-digital/livros-senai/ensaios-nao-destrutivos-e-mecanicos/212-ensaio-mecanico-dureza.html>> Acesso em: 17 out. 2017.

Disponível em: <<http://www.infosolda.com.br/biblioteca-digital/livros-senai/ensaios-nao-destrutivos-e-mecanicos/212-ensaio-mecanico-dureza.html>> Acesso em: 17 out. 2017.

Disponível em: <<http://www.cartografica.ufpr.br/home/wp-content/uploads/2015/09/AULA-04-TOR%C3%87%C3%83O.pdf>> Acesso em: 17 out. 2017.

ANÁLISE DA CADEIRA ESCOLAR

DETOMI, Nathália Tâmara

SILVA, Luis Henrique Nascimento da¹

SILVA, Fernanda Souza²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre a estrutura de cadeiras escolares e universitárias é necessário em todos os componentes mecânicos. Este trabalho visa fazer um estudo sobre as falhas ocorrentes em cadeiras escolares, essas cadeiras vêm sofrendo com o esforço diário e a longo prazo exercido sobre elas, desgastes esses que estão levando à ruptura de seu encosto.

2 DESENVOLVIMENTO

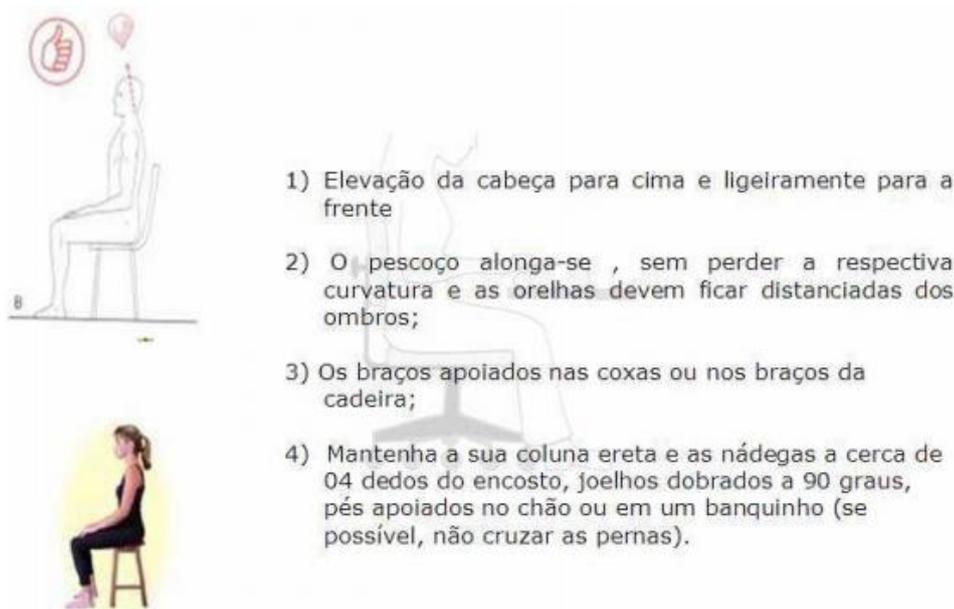
Para se iniciar o estudo deve-se considerar a ergonomia, que consiste de certo modo na adaptação do material e a pessoa que irá utilizando, ou seja, visa viabilizar um bom ajuste de acordo com a característica da pessoa ali presente dando a ela um conforto maior para exercer suas atividades. A posição ergonômica correta é aquela em que a pessoa se coloca em uma posição onde não força muito sua musculatura, além de manter seu corpo alinhado e com equilíbrio das principais curvaturas da cervical, torácica, lombar e bom posicionamento dos membros superiores e inferiores. A postura correta do aluno sobre a cadeira visa também o fácil acesso e utilização dos seus materiais, evitando assim um movimento desgastante, prejudicial a sua vértebra e com liberdade de movimentação bloqueada OLIVEIRA (2006).

¹Graduando do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Doutoranda em Engenharia e Ciências dos Materiais – UENF. Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais - UENF. Graduada em Engenharia de Petróleo e Gás - UNES. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

Figura1: Posição ergonômica



Fonte: Oliveira, 2006

Para se fazer um cálculo correto, deve-se estudar o centro de massa, esse centro é conhecido como o ponto teórico cuja sua localização muda a cada instante enquanto há um movimento ou de acordo com a posição em que a pessoa se coloca sobre a cadeira em um certo período de tempo. Para uma boa precisão estuda-se também o centro de gravidade, que é conhecido como o ponto onde ocorre a aplicação da força peso. Para a realização desse estudo, foi utilizado o cálculo biomecânico levando em consideração a cabeça, braços e tronco formam um segmento já os membros inferiores foram divididos em três: coxas, pernas e pé.

O processo base foi o estudo dos esforços presentes na cadeira, esse passo tem como objetivo reconhecer todas as forças atuantes e como se dá a sua distribuição. Diante dessa análise é possível saber quais são os pontos onde contem a aplicação das cargas e mediante a isso saber onde há maior probabilidade de fratura ou até mesmo uma grande fadiga do material. Feito esse processo é estudado a possibilidade de correção dessa falha existente no material.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O objeto a ser estudado, tendo em vista que o material de sua base seja aço SAE 1020, é de uso diário e contínuo no mundo. Devido a essa alta utilização, ele está

sujeito a sofrer grandes desgastes em sua estrutura causando assim algumas falhas a curto prazo, podendo então gerar diversas despesas. Mediante a isso o estudo de todo material base de sua estrutura se torna indispensável, aliado a uma boa base teórica.

Iniciando a base teórica tem-se a compressão, que ocorre quando um corpo é submetido a ação de duas forças opostas, reduzindo assim seu volume inicial. O outro campo de estudo que temos que levar em consideração é a flexão, que é quando o corpo sofre um esforço físico caracterizado pela deformação perpendicular à força que ali atua.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a realização da análise estrutural, utilizou-se uma situação diária, relacionada a correta postura ergonômica, colocando o indivíduo sentado exercendo uma força no encosto da cadeira causando assim uma flexão da barra. Para os cálculos estruturais consideramos os seguintes dados:

P1= Peso da cabeça + braço + peso do tronco.

P2= Peso de uma coxa.

P3= Peso de uma perna.

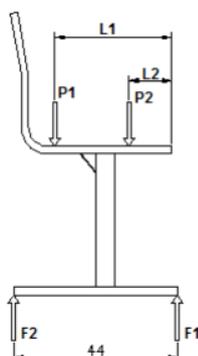
P4= Peso de um pé.

F1= Força de reação.

Os pesos foram adquiridos na relação entre a massa de segmento e a gravidade.

Figura 2: Cadeira

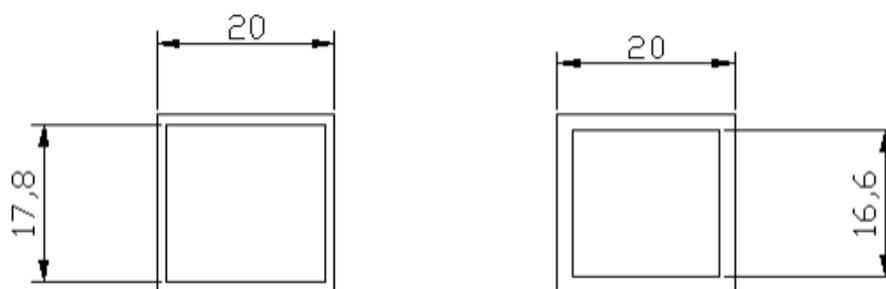
“O peso dos pés e das pernas é anulado pela normal”



Fonte: Oliveira, 2006

As correções possíveis tendo como base os cálculos apresentados, foi obtido três situações para a devida correção. Os diferentes tipos de cadeiras encontrados no mercado diferenciam-se pelas espessuras do tubo. No modelo analisado, a espessura pode ser considerada como uma parede fina. Logo como uma das soluções validas e simplesmente altera a espessura do tubo.

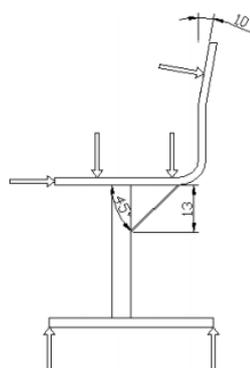
Figura 3: Tamanho das cadeiras



Fonte: Oliveira, 2006

Na segunda correção realizada, será feita uma alteração da posição e do tamanho da barra de apoio, diante disso o material passara a absorver uma certa quantidade da força exercida na flexão do tubo.

Figura 4: Posição das cadeiras



Fonte: Oliveira, 2006

Já a terceira situação consiste em fazer uso das outras duas possibilidades de correção estudadas. Diante de todo estudo realizado das propriedades e das falhas, pode se observar que após a realização das correções, pode aplicar nela um peso maior e ela não sofrerá nenhum tipo de fratura ou ruptura em sua estrutura obtendo assim um sucesso no estudo aqui proposto.

6 REFERÊNCIAS

ARAUJO, C.C. Trajetória do centro de massa na marcha humana normal em ambiente aquático, programa de pós-graduação em tecnologia em saúde, PUCPR, Curitiba, 2006.

BUFFONI, Salete de Souza Oliveira. **Tensões de Flexão nas Vigas.** <<http://www.professores.uff.br/salete/res1/aula11.pdf>>. Acessado em 23 de Outubro de 2017.

HIBBELER, R. C. Resistência dos Materiais, 5 ed. São Paulo: Pearson,S.D.

JAVARONI, C. E; GONÇALVES, R. M. Perfis de aço formados a frio submetidos à flexão: análise teórico-experimental, S.L. 2002.

CÁLCULO DE ÁREA DA ARMADURA LONGITUDINAL PARA PILARES INTERMEDIÁRIOS DE CONCRETO ARMADO

LOUZADA, Natan Camargo

MARQUES, Michael Moreira¹

SILVA, Fernanda Souza²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

Em projetos de construção de edifícios é de suma importância que todos os pilares de concreto sejam dimensionados apropriadamente por meio de cálculos, não só para que haja economia de recursos como também maior segurança. A NBR 6118/2014 (item 14.4.1.2) define pilares como: “elementos lineares de eixo reto, usualmente dispostos na vertical, em que as forças normais de compressão são preponderantes”.

Tais pilares podem ser classificados em: pilares intermediários, pilares de extremidade e pilares de canto. Este trabalho está focado somente no estudo do pilar intermediário (também chamado de pilar de centro). Os pilares são construídos com o chamado concreto armado, que é resultado da união entre concreto simples com o aço de baixo teor de carbono, ou seja, é considerado um material de construção composto.

O objetivo deste trabalho é calcular a área do aço utilizado na armadura longitudinal de um pilar intermediário de exemplo, retirado do livro: Curso de Concreto Armado- volume 3, de José Milton de Araújo.

¹Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, chaelmarques@hotmail.com;

²Doutoranda em Engenharia e Ciências dos Materiais – UENF. Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais - UENF. Graduada em Engenharia de Petróleo e Gás - UNES. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O processo de elaboração da pesquisa para este trabalho partiu da pergunta inicial: Como são calculadas as dimensões das barras de aço utilizadas na armadura do concreto utilizado na construção de pilares de edifícios? Posteriormente veio a leitura de documentos relacionados ao tema, a construção de uma perspectiva teórica para o tratamento do problema, a definição da forma de análise, a comparação da análise anterior com os dados coletados, gerando assim informações que devem ser interpretadas para se chegar às conclusões finais.

Quanto à abordagem a pesquisa classifica-se como quantitativa pois está centrada na objetividade. [...] recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. (FONSECA, 2002, p. 20). Quanto aos objetivos estes pode ser classificado como descritivo. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

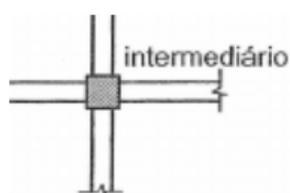
Quanto aos procedimentos classifica-se como pesquisa documental pois recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, [...], entre outros (FONSECA, 2002).

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Exemplo de validação

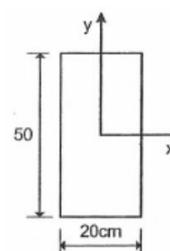
O exemplo a seguir foi retirado de Araújo (2010, p. 160)

Figura 1 – Planta do pilar intermediário – 2010



Fonte: ARAÚJO, 2010, p. 144

Figura 2 – Seção transversal do pilar - 2010



Fonte: ARAÚJO, 2010, p. 160

Dados do problema:

$$N_k = 857 \text{ kN (Carga axial)}$$

$$h_y = 50 \text{ cm (Dimensão do pilar na direção y)}$$

$$h_x = 20 \text{ cm (Dimensão do pilar na direção x)}$$

$$A_c = h_y \cdot h_x = 50 \cdot 20 = 1000 \text{ cm}^2 \text{ (Área da seção do pilar)}$$

$$\gamma_f = 1,4 \text{ (Fator de segurança para o concreto armado, valor tabelado)}$$

$$f_{ck} = 20 \text{ MPa} = 2 \text{ kN/cm}^2 \text{ (Resistência característica do concreto C20)}$$

$$l_e = 4 \text{ m} = 400 \text{ cm (Comprimento do pilar sujeito a deformação)}$$

$$f_{cd} = \frac{f_{ck}}{\gamma_f} = \frac{2}{1,4} \cong 1,4 \text{ kN/cm}^2 \text{ (Tensão admissível do concreto)}$$

$$f_{yk} = 50 \text{ kN/cm}^2 \text{ (Resistência característica ao escoamento do aço CA-50)}$$

$$d'_x = 4 \text{ cm (Distância entre a face externa do pilar e o eixo de simetria da base, ou espessura do cobrimento da armadura)}$$

3.2 Roteiro de cálculo

- a) Cálculo da força normal N_d atuante no pilar (Esforços solicitantes).

$$N_d = \gamma_f \cdot N_k = 1,4 \cdot 857 = 1199,8 \text{ kN}$$

- b) Índice de esbeltez: é a razão entre o comprimento do pilar sujeito a deslocamento lateral e a dimensão “h” na direção escolhida, no caso do exemplo calculou-se nas duas direções (x e y).

$$\lambda_x = \frac{3,46 \cdot l_e}{h_x} = \frac{3,46 \cdot 400}{20} = 69,2 \qquad \lambda_y = \frac{3,46 \cdot l_e}{h_y} = \frac{3,46 \cdot 400}{50} = 27,68$$

- c) Momentos mínimos: baseado em uma excentricidade (distância do centro) mínima é calculado pela seguinte fórmula:

$$M_{1d.min.x} = N_d \cdot (1,5 + 0,03 \cdot h_x) = 1199,8 \cdot (1,5 + 0,03 \cdot 20) = 2519,58 \text{ kN} \cdot \text{cm}$$

$$M_{1d.min.y} = N_d \cdot (1,5 + 0,03 \cdot h_y) = 1199,8 \cdot (1,5 + 0,03 \cdot 50) = 3599,4 \text{ kN} \cdot \text{cm}$$

Para calcular o momento total, será necessário verificar se o índice de esbeltez é maior ou igual a 35 e menor ou igual a 90 (neste caso a direção x, com $\lambda_x = 69,2$).

- d) Excentricidades: existe uma incerteza na localização do ponto de aplicação da força normal (N_d), com isso deve-se considerar uma excentricidade para efeito de cálculo. No exemplo foram calculadas as excentricidades de 1ª ordem

($e_{1x.min}$) e de 2ª ordem (e_{2x}), sendo esta última, segundo a NBR 6118, calculada somente se $35 \leq \lambda \leq 90$. Primeiro a de 1ª ordem:

$$e_{1x.min.x} = \frac{M_{1d.min.x}}{N_d} = \frac{2519,58}{1199,8} = 2,1 \text{ cm}$$

$$e_{1x.min.y} = \frac{M_{1d.min.y}}{N_d} = \frac{3599,4}{1199,8} = 3 \text{ cm}$$

e) Para calcular a e_{2x} e posteriormente o momento total, primeiro calcula-se a força normal adimensional v :

$$v = \frac{N_d}{A_c \cdot f_{cd}} = \frac{1199,8}{1000 \cdot 1,4} = 0,857$$

O valor desta força será utilizado no cálculo do valor do raio de giração $\frac{1}{r}$:

$$\frac{1}{r} = \frac{0,005}{h_x \cdot (v + 0,5)} = \frac{0,005}{20 \cdot (0,857 + 0,5)} = 1,84 \cdot 10^{-4} \text{ cm}^{-1}$$

Com isso agora é possível calcular a excentricidade de 2ª ordem:

$$e_{2x} = \frac{l_e^2}{10} \cdot \frac{1}{r} = \frac{400^2}{10} \cdot 1,84 \cdot 10^{-4} = 2,94 \text{ cm}$$

E por fim o momento fletor total:

$$M_{d.tot.x} = M_{1d.min.x} + N_d \cdot e_{2x} = 2519,58 + 1199,8 \cdot 2,94 = 6046,99 \text{ kN} \cdot \text{cm}$$

f) O próximo passo é calcular o valor do momento reduzido μ ; será utilizado o $M_{d.tot.x}$ na direção x (devido ao seu índice de esbeltez ser de 69,2) e $M_{1d.min.y}$ para a direção y.

$$\mu_x = \frac{M_{d.tot.x}}{h_x \cdot A_c \cdot f_{cd}} = \frac{6046,99}{20 \cdot 1000 \cdot 1,4} = 0,22$$

$$\mu_y = \frac{M_{1d.min.y}}{h_y \cdot A_c \cdot f_{cd}} = \frac{3599,4}{50 \cdot 1000 \cdot 1,4} = 0,051$$

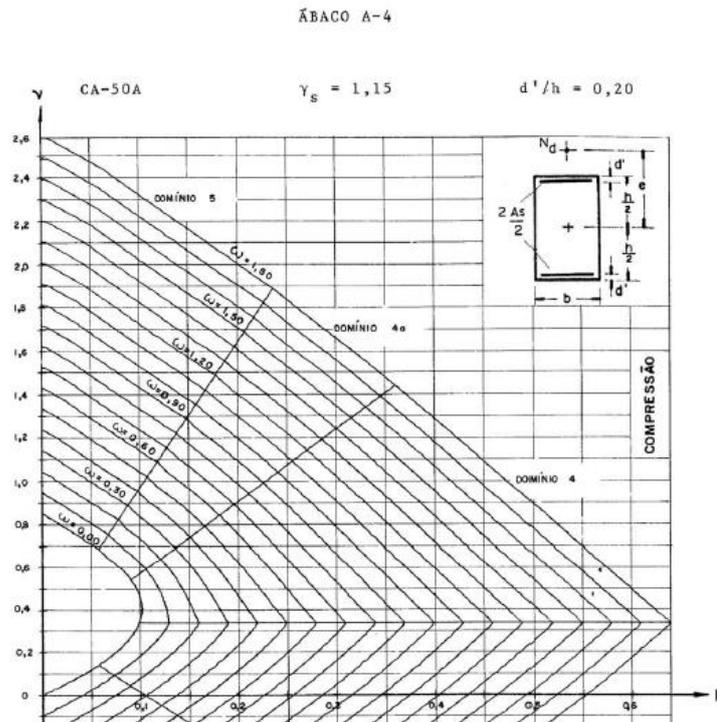
g) Para que a área de aço seja calculada é necessário antes obter o valor da taxa de armadura ω_x (valor tabelado) e para obter este valor utiliza-se o valor de μ na direção que apresentou maior índice de esbeltez (direção x), o valor da razão entre o cobrimento de armadura d'_x e a dimensão h do pilar na direção considerada e o valor da força normal adimensional v .

$$\frac{d'_x}{h_x} = \frac{4}{20} = 0,2$$

$$\frac{d'_x}{h_y} = \frac{4}{50} = 0,08$$

Utiliza-se o ábaco de Venturini para a obtenção do ω_x , como $\mu = 0,22$, $\frac{d'_x}{h_x} = 0,2$ e $\nu = 0,857$ chega-se no ábaco A-4. Opta-se por esse ábaco devido ao fato de as posições das barras não estarem ainda definidas (recomendado para pilares de centro).

Figura 3 – Ábaco de Venturini (A-4) – 1987



O valor da taxa de armadura obtido foi de $\omega_x = 0,7$, substituindo na seguinte expressão é possível calcular a área de aço necessária para a construção do pilar.

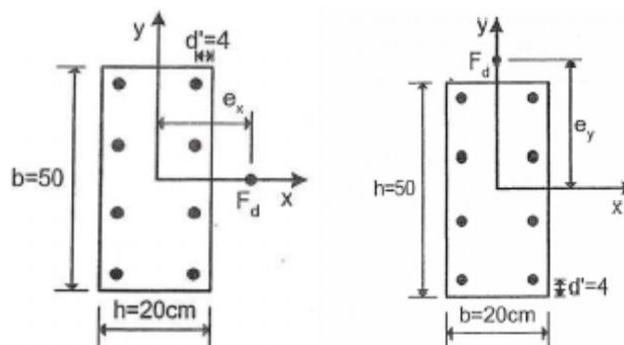
$$A_s = \frac{\omega_x \cdot A_c \cdot f_{cd}}{\frac{f_{yk}}{1,15}} = \frac{0,7 \cdot 1000 \cdot 1,4}{\frac{50}{1,15}} = \frac{980}{43,48} = 22,54 \text{ cm}^2$$

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A área de aço A_s calculada foi de $22,54 \text{ cm}^2$, este valor corresponde a soma das áreas das seções transversais de todas as barras que possam ser utilizadas na armadura longitudinal. Esta área servirá de referência para o cálculo do diâmetro, do espaçamento e da quantidade de barras necessárias, de modo que elas possam resistir a todos os esforços solicitantes do pilar. O cálculo do dimensionamento das barras em si não será visto neste trabalho e devido a isso ficará como sugestão de

tema para trabalhos futuros. A localização das excentricidades, da distância d' e da força normal atuante sobre a seção transversal do pilar pode ser vista na figura a seguir:

Figura 4 – Vista da seção transversal após os cálculos - 2010



Fonte: ARAÚJO, 2010, p. 162 e 165

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho, que era calcular a área de aço utilizada na armadura de um pilar intermediário de exemplo, foi atingido. Este estudo pode ser aplicado na realidade em situações de projeto para que a estrutura seja construída de maneira eficiente, mantendo a resistência, durabilidade e economia de recursos.

O roteiro de cálculo pode, então, ser resumido da seguinte maneira: primeiro calcula-se os esforços solicitantes, depois o chamado índice de esbeltez, o momento mínimo, as excentricidades mínimas (1ª ordem) e as excentricidades de 2ª ordem, que será utilizada no cálculo do momento fletor total.

O próximo passo é utilizar os valores dos momentos calculados para achar o momento reduzido (lembrando que o momento total só será calculado se o índice de esbeltez na direção considerada for maior que 35 e menor que 90, caso contrário utiliza-se o valor do momento mínimo), que será utilizado, junto com a razão entre o cobrimento de armadura e a dimensão do pilar, junto também com a força normal adimensional, no ábaco de Venturini para encontrar a taxa de armadura, que será utilizada no cálculo da área de aço.

KA principal limitação encontrada no estudo foi o tamanho dos assuntos relacionados ao tema, ou seja, trata-se de um tema muito extenso e complexo, coisa que para um resumo torna-se complicado no sentido de explicar detalhadamente cada ponto para que o leitor leigo entenda. Fica como sugestão para pesquisas futuras o cálculo do posicionamento, espaçamento e diâmetro das barras de aço para a armadura longitudinal de pilares intermediários.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Milton de. **Curso de Concreto Armado**. 3. ed. Rio Grande, RS: DUNAS, 2010. 330 p. v. 3.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Projeto de estruturas de concreto – Procedimento**, NBR 6118. Rio de Janeiro, ABNT, 2014, 238p.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FUSCO, P. B. **Estrutura de concreto, solicitações normais, estados limites últimos, teoria e aplicações**. Editora JC, Rio de Janeiro-1981.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VENTURINI, W. S.; RODRIGUES, R. O. **Dimensionamento de Peças Retangulares de Concreto Armado Solicitadas à Flexão Reta**. São Carlos: EESC/USP, 1987.

ANÁLISE DE EVENTOS DISCRETOS DO PROCESSO PRODUTIVO

VERDAM, Wallace Maganha¹

DUTRA, Wesley Gonçalves²

Eder Reis Tavares³

1 INTRODUÇÃO

Este presente trabalho vem explorar, entender e avaliar os aspectos de uma determinada demanda para produção e conhecer as características de uma simulação de eventos discretos através do software Arena. Este software geralmente é utilizado por empresas que desejam simular, alterar (de modo virtual), e melhorar seus processos utilizando ferramentas gráficas.

O processo escolhido é de uma empresa de metalmecânica, com um processo de produção de cunhas para ferrovias, que trabalham em pares com dimensões diferentes, assim o tempo de processamento de uma cunha é diferente da outra e em um processo com grande demanda pode haver conflitos com o prazo de entrega.

2 MATERIAS E MÉTODOS

Através do software Arena, foram coletados dados junto a empresa, simulamos um processo real da produção de dois tipos de cunhas, um produto utilizado para alinhamento e nivelamento de trilhos em ferrovias. Simulação ocorre com dados levantados por uma empresa do setor metalmecânica, localizada em Cachoeiro de Itapemirim – ES, que produz peças e equipamentos diversos para seguimentos importantes da indústria nacional, tais como: siderurgia, mineração, papel e celulose, entre outros.

¹ Graduando do Curso de Engenharia de Produção da Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim-ES, wallace_maganha@hotmail.com;

² Graduando do Curso de Engenharia de Produção da Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim-ES, wesleygondutra@gmail.com;

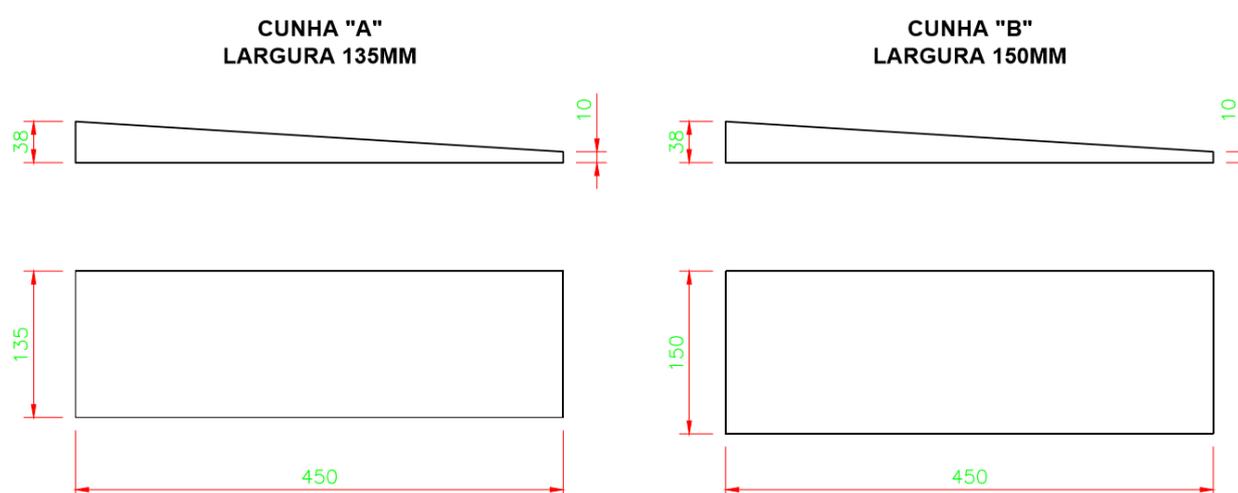
³Professor da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

São vários os desafios enfrentados por esta empresa para organizar, programar e controlar suas demandas, pois a mesma produz diversos tipos de produtos com as mais variadas características construtivas, resultando em inúmeros procedimentos diferenciados, com processos de fabricação e controles altamente dinâmicos.

3 DESENVOLVIMENTO

A demanda em referência consiste no fornecimento de 2100 unidades de Cunhas, sendo 1050 unidades do tipo “A” e 1050 unidades do tipo “B”. Cada tipo de cunha deve ser fabricado conforme ilustrado na figura a seguir.

Figura 1 – Desenho para fabricação das Cunhas



As cunhas são muito semelhantes, a única diferença existente entre os dois modelos está em sua largura, onde a cunha tipo “A” possui largura de 135mm enquanto o tipo “B” possui 150mm. Ambas possuem o mesmo processo produtivo, mas com uma pequena diferença no tempo de processamento de uma das etapas, que em curto prazo pode ser irrelevante, mas em um processo de longa escala pode causar grande impacto no planejamento operacional da indústria.

Processo de Fabricação - As peças devem ser fabricadas em aço, conforme norma ASTM A-36. Este material é adquirido com as seguintes dimensões: 38mm de espessura, 450mm de largura e 2500mm de comprimento. O processo de fabricação consiste nas seguintes etapas:

- **Corte:** A matéria prima é cortada de acordo com o tipo de cunha, ou seja, com largura de 135mm ou 150mm;

- **Acabamento 01:** Lixar as bordas das chapas para eliminar rebarbar oriundas do processo de corte;
- **Fresamento:** Realizar usinagem da chapa para obter o perfil desejado conforme desenho;
- **Acabamento 02:** Lixar as arestas das chapas para eliminar rebarbar oriundas do processo de fresamento (quebrar quinas vivas);
- **Qualidade:** Realizar inspeção visual e dimensional nas peças;
- **Embalagem:** Embalar e preparar os itens para serem entregues ao cliente.

O maior gargalo existente neste processo está na operação de fresamento, que necessita de um tempo muito longo quando comparado às demais operações. Os tempos necessários para execução das operações estão detalhados nas tabelas a seguir:

Tabela 1–Tempos de Produção – Cunha tipo “A”

CUNHA TIPO A (LARGURA 135MM)							
SEQ.	OPERAÇÃO	TEMPO (HORAS)	TEMPO MÁX.	TEMPO MÍN.	CENTRO DE RECURSO	TT*	HT**
1	Corte	0,0834	0,1	0,075	Maçarico/Tartaruga	1	8
2	Acabamento 01	0,05	0,06	0,045	Lixadeira manual	1	8
3	Fresamento	0,4	0,45	0,35	Fresadora universal	2	8
					Plaina de Mesa	2	8
4	Acabamento 02	0,05	0,06	0,045	Lixadeira manual	1	8
5	Qualidade	0,02	0,022	0,018	Inspetor de Qualidade	1	8
6	Embalagem	0,005	0,0051	0,0049	Embalagem	1	8

Tabela 2–Tempos de Produção – Cunha tipo “B”

CUNHA TIPO B (LARGURA 150MM)							
SEQ.	OPERAÇÃO	TEMPO (HORAS)	TEMPO MÁX.	TEMPO MÍN.	CENTRO DE RECURSO	TT*	HT**
1	Corte	0,0834	0,1	0,075	Maçarico/Tartaruga	1	8
2	Acabamento 01	0,05	0,06	0,045	Lixadeira manual	1	8
3	Fresamento	0,5	0,55	0,45	Fresadora universal	2	8
					Plaina de Mesa	2	8
4	Acabamento 02	0,05	0,06	0,045	Lixadeira manual	1	8
5	Qualidade	0,02	0,022	0,018	Inspetor de Qualidade	1	8
6	Embalagem	0,005	0,0051	0,0049	Embalagem	1	8

*TT: Quantidade de turnos diários de trabalho.

**HT: Quantidade de horas por turno de trabalho.

Com o objetivo de minimizar o impacto e compensar a diferença de tempo entre as etapas, a operação fresamento é realizada simultaneamente em 2 equipamentos, fresadora universal e plaina de mesa, que mesmo sendo equipamentos distintos,

possuem recursos semelhantes e utilizam os mesmos parâmetros de máquinas, possibilitando executar a operação com o mesmo tempo de duração para ambos. Além disso, estes equipamentos trabalham em 2 turnos diários, com 8 horas de duração para cada turno, diferente dos demais equipamentos que trabalham em apenas 1 turno diário. Desta forma, a operação fresamento tem sua capacidade quadruplicada, o que minimiza o impacto do seu tempo de produção.

Simulação - Diante dos dados informados, foi realizada simulação através do software Arena, considerando um período de 5 dias de produção para cada tipo de cunha. A seguir podemos observar os diagramas do processo e gráficos gerados pelo software.

Figura 2–Diagrama do processo de fabricação - Cunha tipo “A”

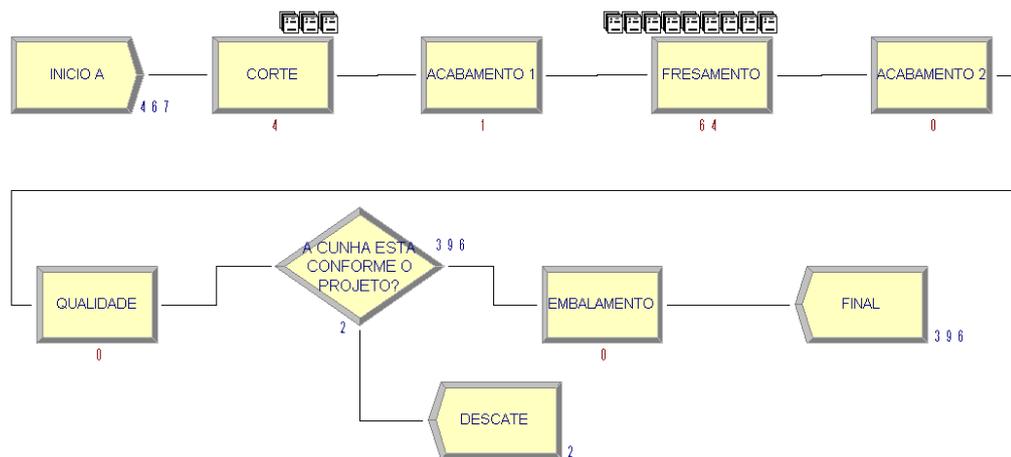
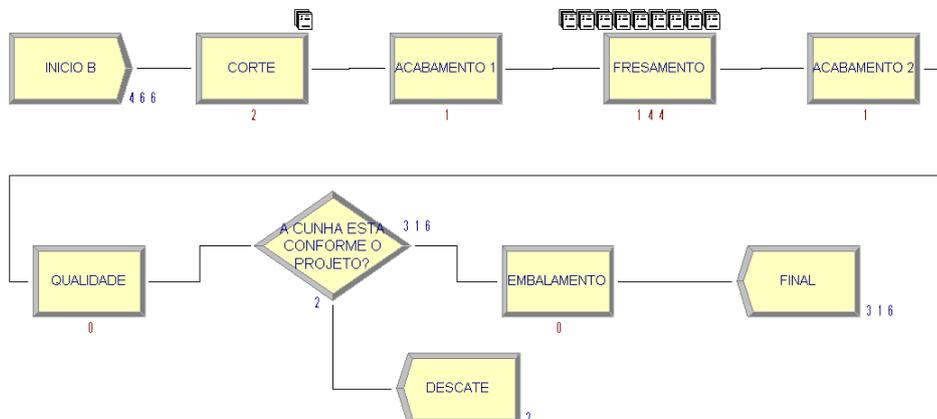


Figura 3–Diagrama do processo de fabricação - Cunha tipo “B”



A taxa de aprovação do setor de qualidade para as peças produzidas é de 99,0%.

Figura 4–Taxa de ocupação dos recursos - Cunha tipo “A”

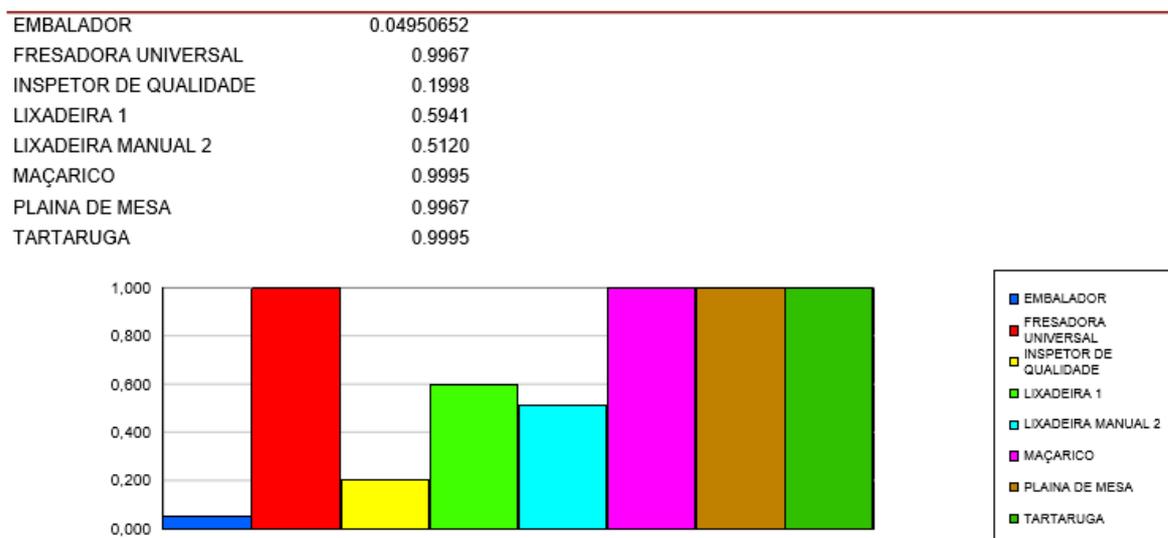
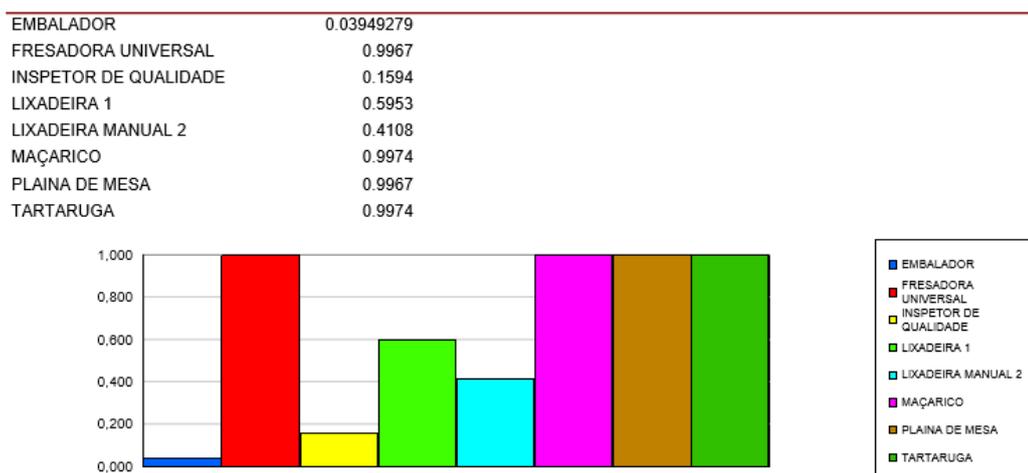


Figura 5 –Taxa de ocupação dos recursos - Cunha tipo “B”



4 RESULTADOS

Após a simulação, é possível identificar as principais características da demanda em referência através das várias informações geradas pelo software. Além das informações já representadas nos diagramas e gráficos acima, algumas são consideradas mais relevantes para este estudo devido aos parâmetros que buscamos para análise. Entretanto, podemos destacar os seguintes pontos:

- Número de peças concluídas: 398 peças tipo “A” e 318 peças tipo “B”;
- Recurso gerador do maior número de filas (gargalo): Fresadora universal e plaina de mesa;

- Diferença de rendimento: Produziu 80 unidades a mais da cunha tipo “A”;
- Quantidade produzida por recurso: conforme tabela a seguir.

Tabela 3–Número de peças produzidas por recurso.

NÚMERO DE PEÇAS PRODUZIDAS - CUNHA "A"		NÚMERO DE PEÇAS PRODUZIDAS - CUNHA "B"	
EMBALADOR	396.00	EMBALADOR	316.00
FRESADORA UNIVERSAL	399.00	FRESADORA UNIVERSAL	320.00
INSPETOR DE QUALIDADE	398.00	INSPETOR DE QUALIDADE	318.00
LIXADEIRA 1	463.00	LIXADEIRA 1	464.00
LIXADEIRA MANUAL 2	398.00	LIXADEIRA MANUAL 2	319.00
MAÇARICO	464.00	MAÇARICO	465.00
PLAINA DE MESA	399.00	PLAINA DE MESA	320.00
TARTARUGA	464.00	TARTARUGA	465.00

5 CONCLUSÃO

Através da utilização do software Arena, foi possível simular os eventos e identificar parâmetros importantes para tomada de decisões fundamentais que devem garantir o bom fluxo dos processos, como alocação dos recursos, identificação e redução dos gargalos, programação de prazo de entrega, entre outros.

Levando em consideração que o processo foi rodado com um período de 5 dias (40 horas), que foram acabados 396 da cunha A (9,9 cunhas/horas) e 316 da cunha B (7,9 cunhas/horas), para cumprir uma demanda de 1050 peças de cada tipo de cunha, podemos concluir que as cunhas do tipo A ficariam prontas em 13 dias, 2 horas e 15 minutos. Já a cunha do tipo B pelo seu tempo de fresamento ser maior, estariam prontas em 16 dias, 4 horas, 54 minutos e 36 segundos. Assim a encomenda estaria terminada num prazo médio de 30 dias. Isso desprezando possíveis imprevistos.

Com processos cada vez mais dinâmicos e prazos de entrega mais curtos, são inúmeros os desafios que devemos enfrentar diariamente para atender as demandas de uma forma satisfatória, e para isso, é imprescindível obter ferramentas capazes de gerar informações para gestão dos processos de forma eficaz, pois este diferencial tecnológico pode impactar diretamente nos processos de concorrência, na busca de novas oportunidades e até mesmo na saúde financeira do negócio.

6 REFERÊNCIAS

<http://www.paragon.com.br/software/arena/>. Acesso em: 22/10/2017

<https://www.youtube.com/watch?v=Fm733zLnSQc>. Acesso em: 24/10/2017

<https://www.youtube.com/watch?v=IMF7Gf85a5I&t=33s>. Acesso em: 24/10/2017

https://www.youtube.com/watch?v=K7Ix09_loWY. Acesso em: 24/10/2017

<https://www.youtube.com/watch?v=Ah-Uhqmhr9M>. Acesso em: 24/10/2017

ESTUDO DA UTILIZAÇÃO DE POSTES COLAPSÍVEIS PARA A DIMINUIÇÃO DE ACIDENTES FATAIS COM VEÍCULOS AUTOMOTORES

ADAME, Paulo Vinicius Turini

VIEIRA, Paula Alves¹

SILVA, Fernanda Souza²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

O principal objetivo da Resistência dos Materiais está relacionado diretamente com a determinação dos esforços das tensões e das deformações em que os corpos sólidos estão submetidos devido à ação de forças atuantes sobre eles. Em todos os projetos e construções de Engenharia, as partes de uma estrutura devem ser dimensionadas e bem distribuídas para resistir às cargas que agem sobre elas.

Em tudo o que vemos existe algum tipo de material de que é composto. Neste contexto, aborda-se a utilidade de postes urbanos de energia quanto a sua resistência em suportar os diversos efeitos diários aos quais estão expostos, como, chuva, sol, temperaturas elevadas e baixas e o seu tempo de durabilidade. Contudo, quando um poste é fabricado, todos os itens são calculados para que sua vida útil seja longa, porém, mesmo sendo bastante rígidos e duráveis, os postes de energia elétrica infelizmente trazem um risco grande para a vida de muitos motoristas.

No Brasil, cerca de 9% dos choques de veículos ocorrem com objetos fixos nas margens das vias. Esta pesquisa apresentará um estudo realizado por engenheiros de materiais de São Paulo que descobriram um material que é capaz de diminuir a gravidade das lesões resultantes das colisões com veículos automotores. O problema

¹Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Doutoranda em Engenharia e Ciências dos Materiais – UENF. Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais - UENF. Graduada em Engenharia de Petróleo e Gás - UNES. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

dessas colisões é que, mesmo em baixa velocidade, as lesões podem ser graves e, os danos aos veículos, grandes. Geralmente, são colisões que ocorrem contra objetos de aço ou concreto fixados no solo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Independentemente do tipo de material que compõe os postes, a sua principal função é sustentar os cabos de energia por toda a cidade. No entanto, com o aumento dos acidentes, outras funções primordiais estão sendo atribuídas a eles.

Fundamentados por estatísticas do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, conhecido como Seguro DPVAT, realizou-se esta pesquisa de forma clara e sucinta, que tem por objetivo informar a sociedade e ao governo a importância de adotar métodos preventivos para diminuir os índices de acidentes nas vias. Os materiais utilizados como base são livros citados nas referências, e dados coletados de uma matéria publicada no G1 em outubro deste ano (Site da Rede Globo, Emissora de TV). Os métodos aqui utilizados são as análises informativas de tais publicações.

3 DESENVOLVIMENTO

Os acidentes com objetos fixos nas margens das vias, como placas de sinalização e postes de luz correspondem a 9% do total de acidentes ocorridos no Brasil. Dados registrados pelo departamento autorizado de trânsito (DPVAT) indicam que em 2013, 54.800 mortes no trânsito brasileiro foram indenizadas e outras 444.000 pessoas foram afastadas por invalidez. No total, as vítimas de acidentes de trânsito somam mais de 630 mil por ano, e, este número não para de crescer. Na tentativa de diminuir os índices de acidentes com mortes, foi criado e está sendo implantado aos poucos, o “poste colapsável” onde, em caso de choque quem entra em colapso é o próprio poste e não o carro.

O poste é feito de plástico e fibra de vidro, substituindo os tradicionais que geralmente são de metal, madeira e concreto. Os postes de plástico sofrem o que pode ser

chamado de deformação controlada, ou seja, quando um carro bate no poste, ele se deforma no mesmo sentido do impacto, evitando que o poste volte para cima do carro. A ideia central é transformar os postes de concreto em fibra de vidro, que são mais leves. A fibra de vidro está presente, por exemplo, nos cascos de barcos por apresentar boa durabilidade e resistência a fortes pressões.



Fonte: Polylight (2017)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em teste com um veículo a 30 km/h, após o impacto a velocidade reduziu para 24,6 km/h, ou seja, uma desaceleração de 5,4 km/h. Em caso de postes de aço a desaceleração é mais brusca, pois, o carro para e o motorista absorve mais o impacto. Utilizando postes colapsíveis, a resistência do impacto chega a diminuir cerca de 50%. O valor dos postes de plástico para placas grandes varia de 2 a 4 mil reais, já os postes de aço para uma mesma placa custam em média 300 reais, porém em alguns pontos de rodovias estes postes de aço precisam de aparato de segurança com defesa metálica e amortecedores de impacto, sendo assim, o preço pode subir para mais de 15 mil reais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, os “postes colapsíveis” são mais úteis e podem ajudar a reduzir os índices de mortes no trânsito. Amenizar os efeitos desses impactos é uma preocupação mundial. Uma atitude já adotada em muitos países, inclusive no Brasil, é aumentar a segurança do viajante nos veículos, tornando obrigatório o uso de

equipamentos de segurança, como os airbags. Porém ela sozinha não traz resultados muito significativos.

Outra atitude que já vem sendo implantada é desenvolver soluções capazes de tornar objetos fixos as margens das vias menos lesivos. Outra ação é voltada a desenvolver soluções capazes de tornar os objetos menos lesivos. Para a disciplina de resistência dos materiais é um avanço muito grande, pois, é possível calcular os pontos de tensão e deformação destes postes e até que ponto eles suportam certo tipo de força aplicada, podendo salvar também, muitas vidas.

6 REFERENCIAIS

COLUMNS, polylight. **Ilumine sua vida com polylight columns: Colunas de iluminação em fibra de vidro. São Paulo, 2017. Disponível em:** <https://www.polylightcolumns.com/pt/>. Acesso em: 18 de Outubro de 2017.

ESPORTE, Auto. **Conheça um poste que reduz impacto em caso de acidente.** São Paulo, 10/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/carros/autoesporte/videos/t/edicoes/v/conheca-um-poste-que-reduz-impacto-em-caso-de-acidente/6186899/>. Acesso em: 20 de Outubro de 2017.

HIBBELER, R.C. **Resistencia dos Materiais.** 7. ed. Pearson, ed. São Paulo, 2015.

ZAMPIROLI, Domingos. **Postes flexíveis reduzem impacto de acidentes de trânsito.** São Paulo, 2015. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/empresas/industria/arcelormittalbrasil/2014-11-26/postes-flexiveis-reduzem-impacto-de-acidentes-de-transito.html>. Acesso em: 20 de Outubro de 2017.

UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS COMPÓSITOS REFORÇADOS COM FIBRAS NA AVIAÇÃO

AVANCI, Fabiane Gabriel

CURCIO, Giselle Louzada¹

SILVA, Fernanda Souza²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

Os compósitos são dois ou mais materiais combinados, sejam eles orgânicos ou inorgânicos. Estes materiais são processados sinteticamente para melhorar as características do produto como rigidez, tenacidade e resistência à altas temperaturas. Um dos materiais é utilizado como uma matriz, que age como a estrutura do material mantendo todos os componentes presentes agrupados e o(s) outro(s) material(is) serve(m) como um reforço, em forma de fibras e que são entrelaçadas na matriz.

Com a evolução da tecnologia muitos produtos demandam propriedades que não podem ser encontradas em ligas metálicas, cerâmicas e materiais poliméricos. Devido a isto, esse tipo de material está sendo bastante utilizado, por exemplo na indústria aeroespacial, que busca materiais rígidos, com baixa densidade, fortes e resistentes à corrosão.

O objetivo deste estudo é apresentar a utilização de compósitos que sejam reforçados por fibras na aviação, ou seja, serão demonstrados os tipos de fibras mais utilizados para compor a estrutura dos aviões, as vantagens de cada um, e suas aplicações.

¹Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Doutoranda em Engenharia e Ciências dos Materiais – UENF. Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais - UENF. Graduada em Engenharia de Petróleo e Gás - UNES. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O método usado para a produção deste trabalho foi a revisão bibliográfica.

3 DESENVOLVIMENTO

Os materiais compósitos em sua maioria são formados por apenas duas fases: matriz e fase dispersa. A fase matriz dos compósitos com fibras pode ser feita a partir de metais, polímeros ou cerâmicas e a fase dispersa são geralmente formadas pelas fibras ou partículas. A fase matriz é contínua e envolve a fase dispersa.

3.1 Compósitos Reforçados Com Fibras

Segundo Callister (2002), projetos que tem como objetivo características de resistência e/ou rigidez elevadas em relação ao peso do material utilizam compósitos reforçados com fibras. Tais características são apresentadas em termos dos padrões de resistência específica e módulo específico. Produziu-se compósitos fortificados com fibras de resistências e módulos específicos altos, que utilizam materiais de densidade baixa para a fibra e para a matriz.

O comprimento da fibra influencia diretamente no desempenho do material. No caso de fibras mais curtas, em razão de seu comprimento, não será possível fazer uma melhoria na resistência do material. A resistência das fibras está diretamente relacionada com a orientação que as fibras estão dispostas umas em relação às outras, a concentração e a distribuição que elas apresentam.

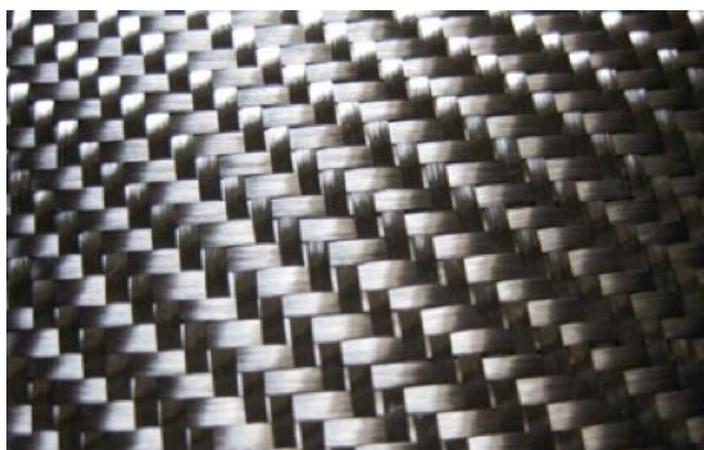
3.1.1 Fibras de carbono

A fibra de carbono é um compósito filamentosos obtido através de materiais precursores orgânicos diferentes: raiom, a poliácridonitrila (PAN) e o piche. Os diâmetros das fibras variam de 4 a 10 micrometros, e são revestidas por uma camada protetora de epóxi, que aumenta a aderência da fibra com a matriz de polímero. As fibras usadas na indústria aeroespacial são aquelas que provém da fibra de

poliacrilonitrila (PAN), o processo de produção é complexo, mas dão origem a fibras de alto desempenho, ou seja, alto módulo de elasticidade e resistência à tração.

O alto valor de resistência específica às solicitações pode superar 5 vezes mais a resistência específica das ligas aço. Essa é uma característica atrativa, pois o peso máximo na decolagem de uma aeronave comercial tradicional pode ser reduzido em até 25%, no caso de uso ostensivo das fibras de carbono. O módulo elástico alto permite uma boa resistência à deformação, mas vale ressaltar que elas são frágeis, ou seja, o limite elástico fica muito perto do limite de resistência à tração. A rigidez imposta pelas fibras de carbono pode ser interessante já que, no projeto aeronáutico o objetivo é que determinado componente não se deforme. Atualmente estão sendo usadas na produção de componentes da asa, da fuselagem, do estabilizador e da pá de leme tanto de aviões comerciais quanto militares.

Figura 1 – Fibra de Carbono

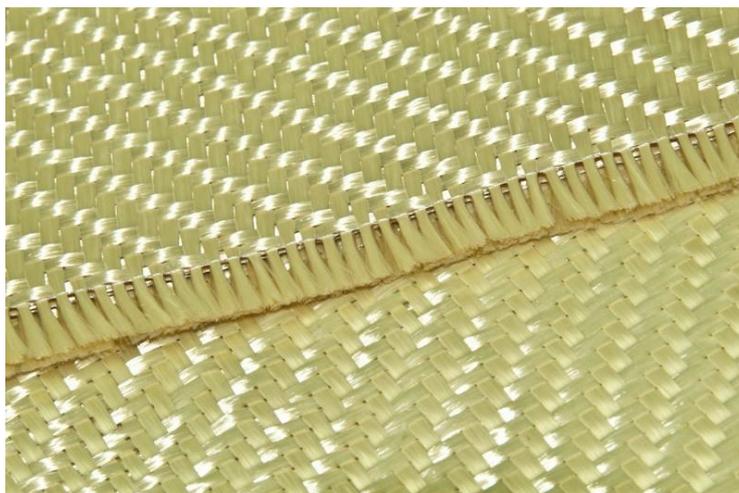


Fonte: <https://www.engineering.com>

3.1.2 Fibras aramidas

As fibras aramidas do tipo Kevlar são conhecidas pela sua tenacidade, resistência ao impacto e resistência à fluência e à falha por fadiga, mas são fracas quando submetidas a compressão. Elas são atraentes pelo fato da sua relação resistência-peso. Na indústria aeronáutica seu uso é em superfícies sujeitas a impacto como: em polainas, carenagens, bordos de ataque de asas, carenagens, blindagem de hélices, empenagens, entre outros. As fibras aramida podem substituir a fibra de carbono em certas partes da fuselagem.

Figura 2 – Fibra de Aramidas



Fonte: <http://www.aviacao.org>

3.1.3 Fibras de vidro

A fibra de vidro consiste num compósito formado por fibras de vidro, contínuas ou descontínuas, presentes no interior de uma matriz polimérica. Uma de suas características é que como uma fibra, é relativamente forte, e quando está no interior de uma matriz de plástico, gera compósito de alta resistência específica. Apesar de possuírem resistência elevada, não são rígidos e está limitada às suas aplicações, mas em modo de peso e resistência podem ser comparados ao alumínio. Na aviação, as fibras de vidro de alta contribuição têm aplicação na indústria aeroespacial, e são muito utilizadas na área aeronáutica desde os anos 60, aplicando-se em carenagens, por exemplo, devido ao seu baixo custo.

Figura 3 – Fibra de Vidro



Fonte: <http://www.aviacao.org>

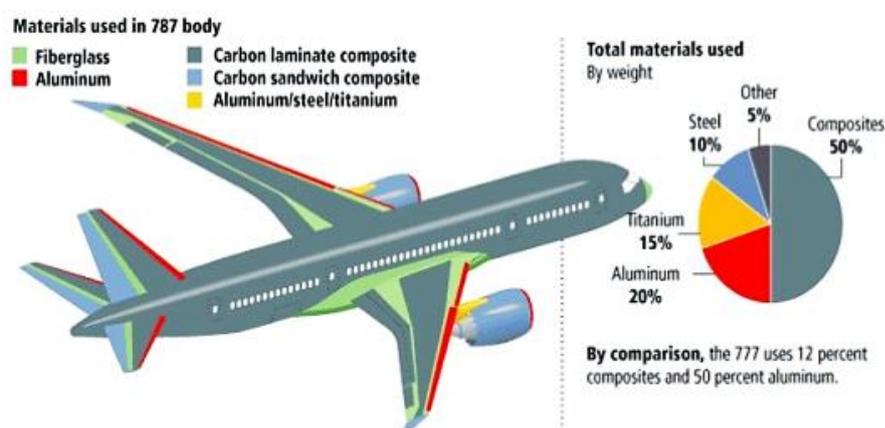
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A obtenção dos materiais compósitos tem buscado relacionar as propriedades dos materiais, seu desempenho estrutural, e o baixo custo, com isto os materiais compósitos tem ganhado grande destaque na engenharia. A inovação destes materiais está crescendo, principalmente no setor aeronáutico, envolvendo a construção de componentes externos e internos de aviões.

Os materiais compósitos reforçados com fibras possuem algumas vantagens sobre os outros tipos de materiais: são mais resistentes que os metais, são facilmente moldáveis permitindo a construção de formas aerodinâmicas mais eficientes, e o principal, diminuem o peso das aeronaves (dependendo de sua estrutura e do material utilizado).

Porém a utilização deste tipo de material possui suas desvantagens, como por exemplo a manutenção e o reparo desses componentes são complexos e caros, exceto se alguma peça do avião fosse construída por partes o que necessitaria de juntas e parafusos para conectá-las, mas que resultaria no aumento do peso do avião. Na maioria das vezes para reparar o dano em um componente compósito é preciso substituir todo o componente. A seguir pode-se observar a aplicação de compósitos nas respectivas partes de um avião:

Figura 4 - Materiais empregados no Boeing 787



Fonte: <http://blog.hangar33.com.br/a-era-dos-compositos-na-fabricacao-das-aeronaves/>

No Brasil a aeronave T-Xc da empresa brasileira Novaer Craft com sede em São José dos Campos, foi construída somente com fibra de carbono, é considerado um avião inovador. Ele irá possuir tanto na parte primária quanto secundária o compósito fibra de carbono.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso a utilização de materiais compósitos reforçados por fibras está presente constantemente nas estruturas das aeronaves, desde a década de 60. O engenheiro responsável pelo projeto deve estar atento as tensões estruturais na qual as aeronaves estão submetidas (tração, torção, flexão, cisalhamento, compressão, entre outros), a diminuição do peso e principalmente a segurança dos usuários. Fica evidente que um material convencional não possui as propriedades suficientes para suprir essas necessidades estruturais.

Durante o estudo foi possível observar que apesar de apresentarem algumas desvantagens, a utilização destes tipos de materiais para compor a estrutura dos aviões se torna bastante benéfico, visto que os torna mais resistente aos impactos aumentando a segurança, diminuem significativamente o seu peso e possuem um baixo custo.

Não há dúvidas que o uso dos compósitos ainda está em crescimento, e as inovações tecnológicas envolvendo os compósitos só tendem a crescer, pois já estão se ajustando as possibilidades, necessidades e técnicas. Dificilmente o projeto de uma aeronave não incluirá a utilização dos compósitos em sua estrutura.

6 REFERÊNCIAS

A ERA DOS COMPÓSITOS NA FABRICAÇÃO DAS AERONAVES. **HANGAR 33**. 2015. Disponível em: <<http://blog.hangar33.com.br/a-era-dos-compositos-na-fabricacao-das-aeronaves/>>. Acesso em: 19 out. 2017.

CALLISTER, W.D. **Ciência e Engenharia de Materiais**: Uma Introdução. 5. ed. Rio de Janeiro: TLC, 2002.

Uso de compósitos na construção de aviões. **PET CIVIL UFJF**. 2015. Disponível em: <<https://blogdopetcivil.com/2015/04/27/carbono-da-mais-fibra-aos-avioes/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

STEPANSKI, Gilnei José; SIGWALT, Ricardo Maury Gazzola. **MATERIAIS COMPOSTOS NA INDÚSTRIA AEROESPACIAL**. 2008. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Manutenção Aeronáutica) — Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2013/06/MATERIAIS-COMPOSTOS-NA-INDUSTRIA.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

ZANATTA, Rodrigo. **MATERIAIS COMPÓSITOS NA AVIAÇÃO**: Os materiais que prometem reduzir o peso e o consumo das aeronaves modernas. 2015. Disponível em: <<http://www.aviao.org/article/materiais-compositos/2/>>. Acesso em: 19 out. 2017.

CAPACIDADE DE CARGA INFLUENCIANDO EM RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS

SOUZA, Marcos Lemos de
SOUZA, Matheus Lemos de¹
SILVA, Fernanda Souza²
FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

A resistência dos materiais é um ramo da engenharia de suma importância, pois através dela identificamos a resistência de determinado material, quanto este material é capaz de suportar determinada força exigida nele, se deformando ou rompendo de maneira abrupta, sem o indivíduo perceber.

Visa-se a demonstração do cálculo de capacidade de carga, que determinado material utilizado pelo ser humano, é capaz de suportar tendo rodízios em sua base, objetivando a divisão dessas cargas sobre todo o material. Segundo Hibbeler, A resistência dos materiais é um ramo da mecânica que estuda as relações entre as cargas *externas* aplicadas a um corpo deformável e a intensidade das forças *internas* que agem no interior do corpo. Neste trabalho, busca-se mostrar, a capacidade de carga por roda, utilizadas numa cadeira, com cargas que o equipamento deve suportar diferentes, com nº de rodízios fixos e alterando o fator de segurança, objetivando, a carga que tal cadeira irá suportar por roda, objetivando assim verificar a resistência, o peso que tal cadeira suportaria.

¹Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES,

²Doutoranda em Engenharia e Ciências dos Materiais – UENF. Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais - UENF. Graduada em Engenharia de Petróleo e Gás - UNES. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A resistência dos materiais é muito importante para o engenheiro, pois através desse embasamento, o engenheiro poderá calcular a resistência de diversos materiais já fabricados no mercado, ou, antes mesmo de ser fabricado, definir qual o melhor material a ser utilizado, em determinada fabricação, para que fim será utilizado e assim ser fabricado especificamente, com resistência e durabilidade.

3 DESENVOLVIMENTO

Quando se fala sobre resistência dos materiais, já vem a ideia na cabeça de qual a resistência de determinado material, se é dúctil (material que sofre grande deformação, antes de haver ruptura), ou, frágil (material que se rompe sem haver deformação nítida, rompendo de maneira repentina). Mas a resistência não é tão simples há muitas variáveis a serem analisadas, quando um material é produzido é analisado, qual tipo de material é o melhor a ser fabricado, qual terá melhor resistência. Buscou-se resolver, o cálculo de capacidade de carga por roda, utilizando nº de rodízios iguais, mas cadeiras que hipoteticamente suportariam cargas diferentes, com fatores de segurança diferentes em cada tabela. Utilizamos o cálculo de capacidade de carga. A fórmula que utilizamos foi a de cálculo de capacidade de carga.

$$CR = \left(\frac{T+C}{N} \right) \times Fs$$

Onde:

CR = Carga por Roda (rodízio)

T = Tara (peso do próprio equipamento sem carga)

C = Carga que o equipamento deve suportar

N = Número de rodízios aplicados

Fs = Fator de Segurança

Problema

Qual será a carga de capacidade por roda, a ser utilizado no material, visando manter a resistência do mesmo.

Hipótese

Utilizando o cálculo de capacidade de carga, com diferentes cargas que o equipamento deve suportar, calculou-se o peso de capacidade por roda, assim se for possível, utilizar mais rodas em seu produto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dessa pesquisa, utilizando a fórmula de capacidade de carga, calculamos a capacidade de carga por roda. Observamos que com o aumento do fator de segurança e da carga que o equipamento deve suportar, o peso que pode ser empregado sobre a cadeira e rodas aumenta, preservando a resistência do material.

4.2 Tabelas

Apresenta-se nesta tabela 1 em que utilizou-se o número de roldanas em cada cadeira num valor padrão de 5 e a tara de 9kg e o fator de segurança de 1,30 considerando que será utilizada em pisos lisos.

Tabela 1: Fatores de segurança

Tara do equipamento sem carga (T)	Carga que o equipamento deve suportar (C)	Número de rodízios aplicados (N)	Fator de segurança (FS)	Capacidade de carga por roda (CR)
9 kg	Entre 0 e 100	5	1,30	Entre 2,34 até 28,34 kg.
9kg	Entre 101 e 200	5	1,30	Entre 28,6 até 54,34 kg.
9kg	Entre 201 e 300	5	1,30	Entre 54,6 até 80,34 kg.
9kg	Entre 301 e 400	5	1,30	Entre 80,6 até 106,34 kg.
9kg	Entre 401 e 500	5	1,30	Entre 106,6 até 132,34 kg.
9kg	Entre 501 e 600	5	1,30	Entre 132,6 até 158,34 kg.
9kg	Entre 601 e 700	5	1,30	Entre 158,6 até 184,34 kg.
9 kg	Entre 701 e 800	5	1,30	Entre 184,6 até 210,34 kg.
9kg	Entre 801 e 900	5	1,30	Entre 210,6 até 236,34 kg.
9kg	Entre 901 e 1000	5	1,30	Entre 236,6 até 262,34 kg.

Fonte: Russel, 2010

Apresenta-se nesta tabela 2 em que utilizamos o valor padrão de 5 no número de rodízios e a tara de 9 kg e o fator de segurança mudou da tabela 1 para a 2 de 1,30 para 1,50. Através da fórmula de cálculo encontrou-se a capacidade de carga por roda.

Tabela 2: Fatores de segurança

Tara do equipamento sem carga (T)	Carga que o equipamento deve suportar (C)	Número de rodízios aplicados (N)	Fator de segurança (FS)	Capacidade de carga por roda (CR)
9 kg	Entre 0 e 100	5	1,50	Entre 2,7 até 32,7 kg.
9kg	Entre 101 e 200	5	1,50	Entre 33 até 62,7 kg.
9kg	Entre 201 e 300	5	1,50	Entre 63 até 92,7 kg.
9kg	Entre 301 e 400	5	1,50	Entre 93 até 122,7 kg.
9kg	Entre 401 e 500	5	1,50	Entre 123 até 152,7 kg.
9kg	Entre 501 e 600	5	1,50	Entre 153 até 182,7 kg.
9kg	Entre 601 e 700	5	1,50	Entre 183 até 212,7 kg.
9 kg	Entre 701 e 800	5	1,50	Entre 213 até 242,7 kg.
9kg	Entre 801 e 900	5	1,50	Entre 243 até 272,7 kg.
9kg	Entre 901 e 1000	5	1,50	Entre 273 até 302,7 kg.

Fonte: Russel, 2010

Apresentou-se nesta tabela 3 em que foi utilizado um número de rodízios padrão de 5 e a tara de 9 kg e o fator de segurança mudou da tabela 1 e 2 para a 3, de 1,50 para 2,00. Através da fórmula de cálculo encontrou-se a capacidade de carga por roda.

Tabela 3: Fatores de segurança

Tara do equipamento sem carga (T)	Carga que o equipamento deve suportar (C)	Número de rodízios aplicados (N)	Fator de segurança (FS)	Capacidade de carga por roda (CR)
9 kg	Entre 0 e 100	5	2,00	Entre 3,6 até 43,6 kg.
9kg	Entre 101 e 200	5	2,00	Entre 44 até 83,6 kg.
9kg	Entre 201 e 300	5	2,00	Entre 84 até 123,6 kg.

9kg	Entre 301 e 400	5	2,00	Entre 124 até 163,6 kg.
9kg	Entre 401 e 500	5	2,00	Entre 164 até 203,6 kg.
9kg	Entre 501 e 600	5	2,00	Entre 204 até 243,6 kg.
9kg	Entre 601 e 700	5	2,00	Entre 244 até 283,6 kg.
9 kg	Entre 701 e 800	5	2,00	Entre 284 até 323,6 kg.
9kg	Entre 801 e 900	5	2,00	Entre 324 até 363,6 kg.
9kg	Entre 901 e 1000	5	2,00	Entre 364 até 403,6 kg.

Fonte: Russel, 2010

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visa demonstrar, a importância desse ramo da engenharia, na vida profissional do engenheiro, e mais especificamente o cálculo de capacidade de carga. Percebeu-se que aumentando a capacidade de carga suportada pelo objeto e seu fator de segurança a capacidade de carga por roda aumenta.

6 REFERÊNCIAS

BEER, F. P.; JOHNSTON E. R. **Resistência dos materiais**. 2. ed. São Paulo: McGraw Hill, 1982

HIBBELER, R. C. **Resistência dos materiais**. 7. ed. -São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Disponível em: http://www.feng.pucrs.br/professores/mregina/ARQUITETURA_-_Materiais_Tecnicas_e_Estruturas_I/estruturas_i_capitulo_I_introducao.pdf. Acessado em 22/10/2017.

Disponível em: <http://www.dzainer.com.br/dicas-tecnicas>. Acessado em 22/10/2017.

CABO DE AÇO: HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

TORRES, Gabriel dos Santos
ALMEIDA, Stefano Stulzer de¹
SILVA, Fernanda Souza²
FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

Cabos são elementos de transmissão que suportam cargas (força de tração), deslocando-as nas posições horizontal, vertical ou inclinada. Desde a antiguidade o homem já utilizava cipós e juncos torcidos para fazer abrigos, embarcações e pontes. Com o passar dos anos e com o desenvolvimento das indústrias a necessidade de elevar, transportar e segurar materiais foram aumentadas, o que proporcionou o surgimento do cabo de aço, composto de vários arames em torno de um arame central, como conhecemos nos dias de hoje.

Atualmente ele é indispensável em qualquer indústria, pois auxilia na elevação de reboque como guinchos, graus e guindastes, fundamental também em transportes por cabo como teleféricos, funiculares e elevadores, construção civil. Neste sentido, o presente trabalho de pesquisa bibliográfica traz a história do desenvolvimento do cabo de aço mostrando sua importância e aplicabilidade nos dias de hoje.

2 DESENVOLVIMENTO

Em meados da revolução industrial (século XIX) as indústrias estavam em constante desenvolvimento e expansão, bem como o uso de matérias primas, diante desse cenário começaram a aparecer algumas adversidades que as correntes

¹Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES,

²Doutoranda em Engenharia e Ciências dos Materiais – UENF. Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais - UENF. Graduada em Engenharia de Petróleo e Gás - UNES. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

convencionais já não eram boas opções, um desses cenários era das mineradoras que com o aumento da profundidade de suas minas precisavam de correntes cada vez maiores e mais pesadas, por sua vez aumentando criticamente o seu peso e tornando seu uso impraticável.

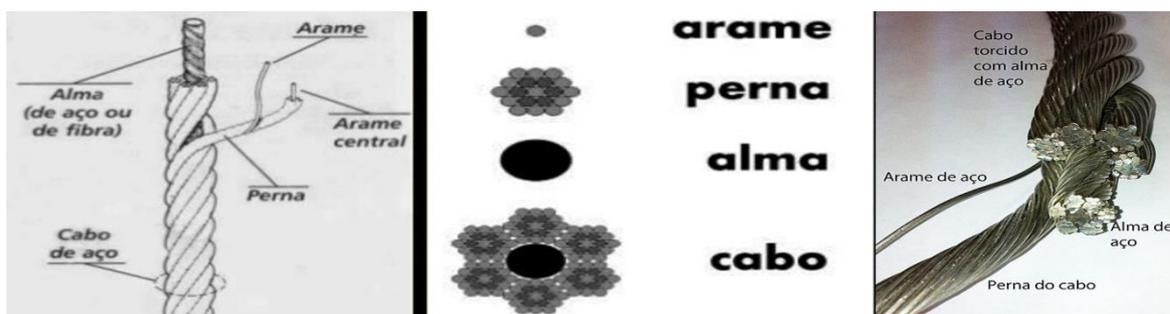
Visando contornar este problema Wilhelm Albert (1787 – 1846), alemão e um experiente administrador de minas, teve a ideia de trançar arames a fim de criar um material com menor peso, alta resistência e que pudesse ter a mesma aplicação, nascendo então o conceito inicial dos cabos de aço. Que na tradução literal ficou conhecida como a “corda de Albert”, já se tratando de uma trança de fios de arame de aço, que eram fabricados por um processo de esticamento chamado de trefilação.

Uma técnica importante que consiste basicamente em tracionar o metal através de uma matriz (geralmente um canal convergente), até que o mesmo saia do outro lado com diâmetro reduzido, para alguns materiais ou diâmetros específicos também é empregado o uso da temperatura tornando assim o metal mais maleável. As maiores aplicações da trefilação são a produção de fios, arames, cabos, cordas para instrumentos musicais, entre outros.

Por volta de 1834 começava uma produção e utilização singela dos primeiros cabos de aço do fundo, com arames de 3,5mm e uma resistência à tração de 520 N/mm², que para os dias de hoje seriam considerados arames fracos, pois os arames ficam na casa dos 2000 N/mm² de resistência à tração, apesar de cumprirem com as necessidades da época.

A estrutura dos cabos de aço da época era muito simples, se tratava de 4 arames torcidos entre si todos para o mesmo lado e depois 3 desses conjuntos de arames eram novamente torcidos entre si, na linguagem atual de hoje em dia ele seria entendido como um 3x4 compacto. Mais para que os avanços de técnicas e processos desenvolvidos no cabo de aço atual fiquem claros, se faz necessário entender um pouco melhor alguns termos e padrões da área. Segue abaixo uma figura com panorama geral (Figura 1) de um cabo de aço e adiante as explicações resumidas de cada parte seguindo a ABNT NBR 6327-2006:

Figura 1-Panorama de um cabo de aço



Fonte: Wikipédia 2017

Arame: fio de aço obtido na maioria dos casos por trefilação.

Perna: conjunto de arames torcidos em forma de hélice, podendo ou não ter um núcleo ou alma constituído por um arame, outro material metálico ou fibra.

Alma: núcleo em torno do qual as pernas são dispostas em forma de hélice. A alma pode ser constituída em fibra natural ou artificial, podendo ainda ser formada por uma perna ou cabo de aço independente.

Portanto, em suma os primeiros modelos de cabo de aço eram constituídos de fios mais fracos, de modo que 4 fios constituíam uma perna e por sua vez 3 pernas se tornavam o cabo de aço. Mais o que foi um revolucionário nascimento seria considerado algo simples aos modelos e tecnologias empregadas nos cabos de aço atuais, ainda que sua essência sejam as mesmas, o desenvolvimento da área trouxe ou aprimorou as propriedades mecânicas dos cabos de aço de modo que eles são indispensáveis na nossa vida e ocupam um lugar de destaque na engenharia.

Técnicas que tratam de preenchimento dos espaços vazios, organização cada vez maior de fios, lubrificação, uso de alma central e nas pernas, tipos de materiais e muitas outras mais, estão melhorando e potencializando as propriedades físicas como resistência a tração, flexibilidade, dureza ao ponto que cabos de aço têm aplicações que provavelmente seriam inimagináveis a época de sua criação, por exemplo, as inúmeras e grandiosas pontes que usam cabo de aço de forma estrutural em sua construção.

Melhor adentrando nesse mundo de técnicas e desenvolvimentos dos cabos de aço, ainda assim seguindo o passo histórico, a próxima e grande evolução dos cabos de aço foi à descoberta do número de pernas ideal, que seriam 7 sendo um deles o fio alma, o que proporciona uma torção mais compacta ao cabo, criando um melhor desempenho frente a algumas distorções como a dobra dos cabos. A Figura 2 exemplos de distorções mais comuns.

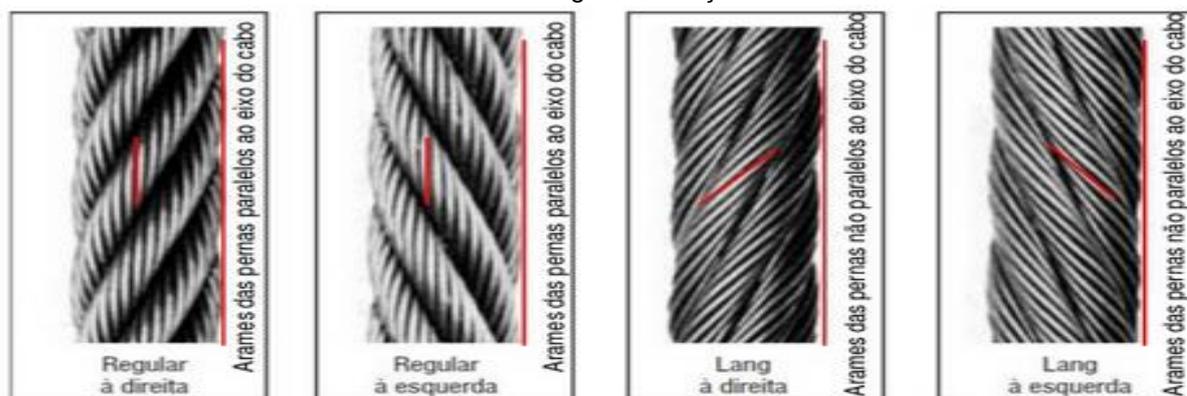
Figura 2- Distorções em cabos de aço



Fonte: Wikipédia 2017

Além disso, apareceram mais avanços na linha de torção das pernas (Figura 3), o processo comum que seria de torcer todos os fios para o mesmo lado (conhecido como método Lang), abriu espaço para o processo de torção regular, onde o torcimento dos arames da camada externa da perna tem sentido oposto ao torcimento das pernas dos cabos, o que confere maior compactação ainda e desempenho frente as distorções. Como pode ser visto na Figura 3.

Figura 3- Torção



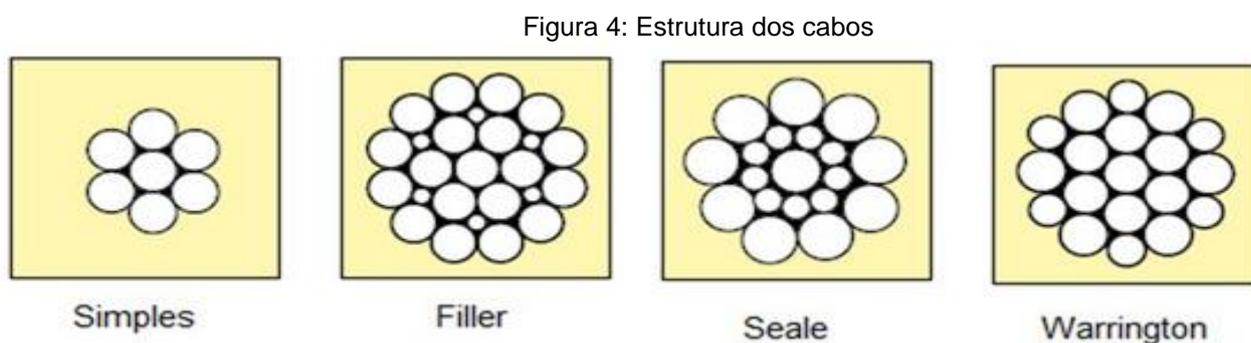
Fonte: Wikipédia 2017

Outro grande avanço nos cabos de aço foi realizado na alma, pois se descobriu que a mesma poderia ser substituída por uma corda de fibra natural e que por sua vez poderia ser lubrificada, sendo um grande passo tecnológico, por que a fibra mais sua lubrificação aumentava consideravelmente a flexibilidade e desempenho do cabo.

Continuando o processo de melhorias, desejou-se aumentar ainda mais as propriedades físicas adquiridas com a alma de fibra natural, logo, evidenciaram que o aumento no número de arames em cada perna poderia incrementar as qualidades buscadas, portanto conseguiram desenvolver um novo modelo de pernas que incorporava 12 fios aos 7 fios padrões, passando assim a um modelo bem próximo do nosso atual, que chega a um total de 19 fios por perna, conhecido comumente como modelo “standard” ou “M”.

Apesar das inegáveis melhorias do modelo “M” existia um cruzamento nas suas torções que era um ponto de menor resistência do cabo de aço e acabava por gerar algumas fissuras, então começaram a experimentar um acréscimo no número de fios mais também uma alteração de diâmetro entre eles, que resultou em umas das grandes melhorias dos cabos de aço modernos.

Entre 1884 e 1889 na América do Norte nasceram às formações Seale, Warrington e Filler, que são técnicas de preenchimento das pernas com fios de diferentes diâmetros que tornaram os cabos muito melhores e mais fáceis de usar. Esses modelos são usados até hoje e a maior parte das técnicas modernas são praticamente uma combinação dessas três. A Figura 4 mostra a forma de estruturação de cada técnica.

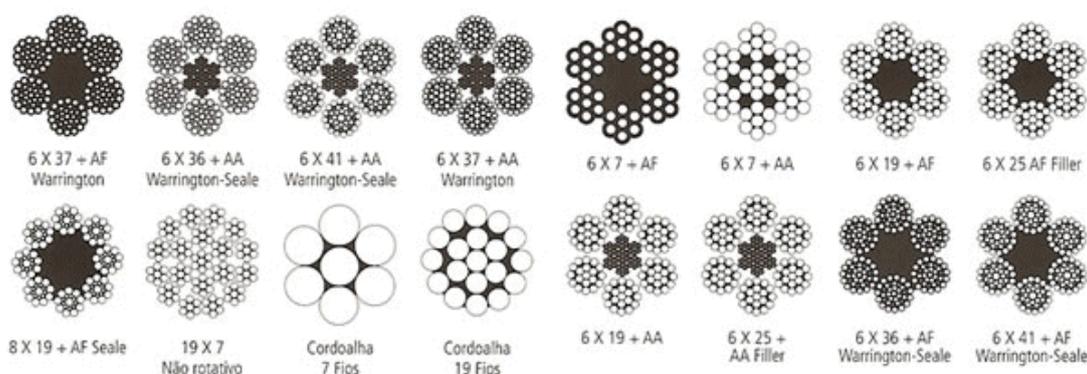


Fonte: Wikipédia 2017

Não existe necessariamente um modelo melhor que o outro, mais sim com melhores características a algum serviço, por exemplo, a composição Filler a qual possui arames muito finos entre as duas camadas aumenta a resistência a amassamento e reduz o desgaste entre os arames, enquanto a composição Seale possui uma camada externa com diâmetro maior, que o torna mais resistente ao desgaste provocado pelo atrito.

Atualmente já existem técnicas ainda mais avançadas que essas citadas acima para a formação de pernas/cabos de aço, diversas são as aplicações desenvolvidas ou característica que se deseja acentuar, mais todo esse aprimoramento nasceu dessas três técnicas precursoras. A Figura 4 mostra diversos modelos de cabos de aço, que vão de simples até modelos modernos como o não rotativo.

Figura 4- Modelo de diversos cabos de aço



Fonte: Wikipédia 2017

Outro grande avanço da indústria de cabos de aço foi entre 1920 e 1925 com a entrada do processo de pré-formação, que após a fabricação dos cabos e aplicado um processo adicional, que faz com que as pernas e os arames fiquem torcidos na forma helicoidal, minimizando as tensões internas do cabo e tornando o mais seguro e de fácil manuseio. Em cabos sem pré-formação existe uma tensão interna que dependendo do manuseio pode gerar pontas de arames ou que as pernas “desfiem” com maior facilidade.

Hoje em dia as inovações estão mais voltadas para o tipo de material usado na construção dos fios e associação com algumas técnicas para se ganhar benefícios

adicionais, como por exemplo a galvanização, que aumenta a resistência dos fios/cabo de aço por completo contra efeitos de oxidação.

É evidente que, quanto mais grosso um cabo, mais resistência a ruptura tem e vice-versa. Mas o cabo também é tão resistente quanto o são seus arames, e esses podem ser fabricados com resistência bem diferente para um mesmo diâmetro baseado na escolha de sua matéria prima ou processo de fabricação. Cabos modernos como “Extra Improved Plow Steel EEEIPS” tem resistência à tração de 1960 N/mm² praticamente 4 vezes mais que os primeiros arames usados em cabo de aço.

E até mesmo as técnicas em volta da área já foram melhoradas, antigamente a cobertura de Zinco, obtida por mergulho do arame em Zinco líquido a 500°C, fazia com que os arames perdessem um pouco de sua resistência, porém hoje os arames são galvanizados logo no tratamento térmico e depois retrefilados normalmente sem que percam resistência.

De certo que a indústria do cabo de aço evoluiu e deve continuar nesse ritmo, pois boa parte dessas evoluções são experimentações em conjunto a um atendimento de necessidades que vinham ocorrendo ao longo dos anos, portanto depende-se apenas do desafio certo para que uma nova tecnologia se desenvolva.

3 CONCLUSÃO

Na atualidade a indústria depende de cabos de arame de aço, em pelo menos uma fase de seu funcionamento. O cabo de aço é utilizado em diversos meios de transporte (bicicletas, automóveis e diversos mais), suportando o peso de pessoas em um elevador ou funicular, em construções de pontes e edifícios e também pode ser achado trabalhando na maquinaria pesada da mineração, pelo que é importante saber que características deve cumprir o cabo para a cada trabalho ao qual será submetido.

Tendo visto o grande número de aplicações possíveis dos cabos de aço, sua facilidade de fabricação e alta resistência, é fácil perceber a importância de seu estudo e a dependência dele na vida moderna. Mais do que isso, conhecer as especificações,

normas e recomendações, desde o projeto até a manutenção, torna-se essencial para um engenheiro.

4 REFERÊNCIAS

AMERICAN SOCIETY OF MECHANICAL ENGINEERS (ASME). B30.2 e B30.5, Pórticos e Pontes Rolantes – Dados Gerais sobre Construção e Instalação. 1990.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6327:2004, Cabo de Aço para Uso Geral. 2004.

CONSTRUCTION SAFETY ASSOCIATION OF ONTARIO. Rigging Manual. Canadá: 1995.

CIMAF. Manual Técnico de Cabos. São Paulo: 2009.

Cabo de Aço. Wikipédia. https://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_de_a%C3%A7o. Acesso em: 20 outubro de 2017.

DETERMINAÇÃO DAS PROPRIEDADES EXIGIDAS NOS MATERIAIS QUE PORPORCIONARAM DURABILIDADE E SATISFATORIEDADE ECONÔMICA

ABREU, Mariane Silva

PERMANHAN, Thamirys Peixoto¹

SILVA, Fernanda Souza²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

A problemática do presente estudo pretende buscar conhecimentos sobre a resistência, as propriedades, e os custos relacionado à chave de fenda, visando conhecer e estabelecer o produto de melhor qualidade e preço.

Muito utilizado no ramo da Engenharia Civil, o material escolhido para a pesquisa foi criado através da necessidade simplesmente de girar um parafuso, os primeiros parafusos e chaves de fenda começaram a se tornar mais comuns por volta do Século I, às primeiras chaves de fenda foram feitas de madeira que eram utilizadas no processo de produção do vinho.

Para a análise do custo benefício da produção da chave de fenda utilizaremos a metodologia base da Resistência dos Materiais que ajuda a possibilitar e simplificar atividades diárias, procurando dar soluções à maioria dos problemas práticos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A decisão dos seguintes materiais partiu da elaboração de elementos que seguiu um processo de seleção envolvendo as propriedades dos materiais, dentre eles a

¹ Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES,

²Doutoranda em Engenharia e Ciências dos Materiais – UENF. Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais - UENF. Graduada em Engenharia de Petróleo e Gás - UNES. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

resistência mecânica, elasticidade, ductilidade e tenacidade. Com isso foi escolhida a chave de fenda típica com haste e ponta de aço e cabo de PMMA por apresentar em sua composição materiais diferentes como aço e polímero, que possibilitam a determinação do motivo pelo qual o material em questão é preferível para ser utilizado no mercado.

Assim sendo as informações contidas foram baseadas em livros que forneciam ensaios mecânicos que utilizavam amostras representativas do material aplicando normas técnicas para os procedimentos de medidas, buscando obter um resultado mais preciso.

3 DESENVOLVIMENTO

A escolha do aço de carbono, um metal, para a haste da chave de fenda deve-se, pois, o módulo de elasticidade ou módulo de Young tem origem na energia de ligação entre os átomos do material e divide os materiais em aproximadamente duas grandes classes: os flexíveis e os rígidos, um material com um elevado valor do módulo de Young (Tabela 1) como o aço é um material rígido. A rigidez de um componente mecânico diz respeito ao quanto ele pode defletir sob uma determinada carga. Ela depende não só do valor do módulo de Young, mas também de como são as solicitações mecânicas sobre ele: tensão de tração, compressão, dobramento, da forma e do tamanho do componente, podendo ser classificado assim como um material de baixa ductilidade, ou seja, flexível, elástico, maleável, que se pode comprimir ou reduzir a fios sem se quebrar. Que se pode distender sem romper.

Além da ductilidade, os metais apresentam também a propriedade mecânica da tenacidade, ou seja, a resistência que possuem quando são submetidos à força de tração, podendo levar da deformação até a ruptura. É a quantidade de energia que um material pode absorver antes de romper-se.

Tabela 1 - Valor do módulo de elasticidade para alguns materiais.

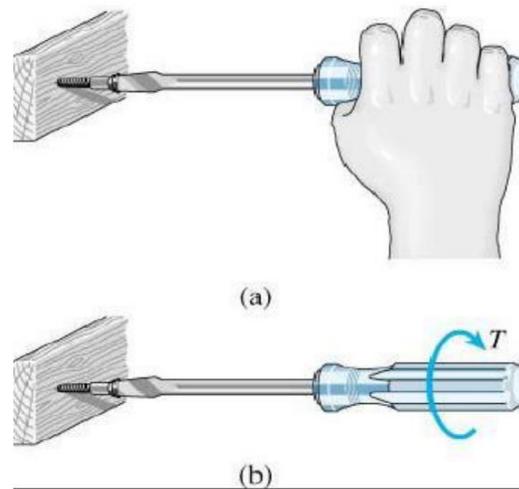
Material	Módulo de Young [GPa]
Diamante	1 000
Carbeto de silício (SiC)	450
Tungstênio	406
Ferro	196
Aços de baixa liga	200 - 207
Ferros-fundidos	170 - 190
Cobre	124
Titânio	116
Vidro (SiO ₂)	94
Alumínio	69
Vidro ((Na ₂ O - SiO ₂))	69
Polimetil(PMMA)	2,24 - 3,24

Fonte: EBAH-2011

Tal módulo de elasticidade mede a resistência do material a deformação, já que ocorre a partir da resposta sobre a tensão aplicada sobre o corpo assim o material de aço por ser mais rígido se deformará levemente diferente de um material mais frágil como um polímero que se deformara muito mais. A haste deve apresentar uma alta resistência plástica isso é resistir a deformação permanente, não possibilitando que o corpo retorne ao estado inicial, o que acontece geralmente com as chaves de fenda de baixa qualidade onde o material que compõe o corpo apresenta baixa resistência. Além disso a ponta deve apresentar alta dureza de forma que seja resistente a penetração para não ser danificado ao entrar em contato com outro objeto.

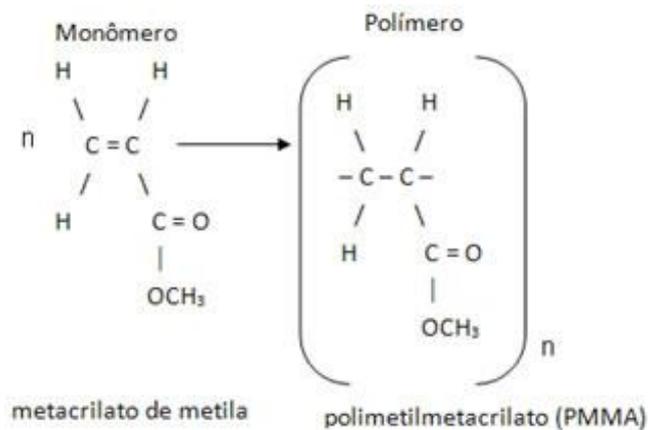
O cabo da chave de fenda feito com polímero ou melhor PMMA (acrílico) apresenta uma seção muito maior que a da haste fazendo com que a sollicitação que tende a girar as secções de uma peça, uma em relação à outra torne sua torção e módulo menos importantes (Figura 1.1). A utilização do PMMA substitui a madeira pois ao ser aquecido pode ser moldado com rapidez e facilidade. Sua formação é feita a partir da união de de moléculas (Figura 1.2) que resultam em um plástico transparente e cristalino, semelhante ao aspecto do vidro, porém com algumas vantagens como maior leveza, maior resistência a impactos por apresentar uma densidade baixa.

Figura 1 - Torção do Cabo



Fonte: UFPR

Figura 2 - Fórmula molecular do acrílico (PMMA)



Fonte: UOL

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O resultado revela a resistência dos materiais quanto a sua amostra, mostrando as vantagens pela qual o presente teste do corpo de prova obteve bons resultados que possibilitaram a definição da haste e da ponta como aço de alto módulo de elasticidade, alta resistência plástica, dureza e alta tenacidade a fratura. Já a do cabo da chave de fenda como PMMA de alto coeficiente de atrito, facilidade de fabricação, aparência e baixa densidade. Além disso, a uma grande disponibilidade no mercado por um custo significativo ao de recursos utilizados para venda de tal mercadoria. Os

preços do produto pronto e acabado variam de acordo com marca, modelo, material, tamanho e o quanto ela suporta em Volts, podendo oscilar de R\$ 4,00 á R\$ 7.653,00.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho foi identificado os materiais que apresentavam maiores resistências promovendo uma alta durabilidade do produto (chave de fenda) que o consumidor esteja adquirindo, reduzindo o seu valor no mercado e buscando o que melhor apresenta disponibilidade e manuseio. Segundo o teste realizado a produção de chave de fenda de haste e ponta de aço com cabo de PMMA é a que melhor se adequa as exigências do consumidor e cumpri com os critérios de propriedades gerais que qualificam o produto quanto a sua resistência produtiva e satisfação econômica.

6 REFERÊNCIAS

Disponível em: <<http://www.mspsc.eng.br/matr/resmat0120.shtml>> Acesso em: 22 out. 2017.

Disponível em: <https://www.shoptime.com.br/produto/17329514/chave-de-fenda-vde-3-5mm-2170-3-ref-1808gedore?opn=GOOGLEXML&epar=ds_rm_ba_cr_rmkt0002&s_term=YSMESC> Acesso em: 22 out. 2017.

Disponível em: <<http://www.ct.ufrgs.br/ntcm/graduacao/ENG038/IEM-Texto-4.pdf>> Acesso em: 17 out. 2017.

Disponível em: <<http://www.infosolda.com.br/biblioteca-digital/livros-senai/ensaios-nao-destrutivos-e-mecanicos/212-ensaio-mecanico-dureza.html>> Acesso em: 17 out. 2017.

Disponível em: <<http://www.infosolda.com.br/biblioteca-digital/livros-senai/ensaios-nao-destrutivos-e-mecanicos/212-ensaio-mecanico-dureza.html>> Acesso em: 17 out. 2017.

Disponível em: <<http://www.cartografica.ufpr.br/home/wp-content/uploads/2015/09/AULA-04-TOR%C3%87%C3%83O.pdf>> Acesso em: 17 out. 2017.

TENSÃO E DEFORMAÇÃO PARA CABOS DE AÇO EM ESTRUTURAS FIXAS E MÓVEIS EM COBERTURAS E CONSTRUÇÃO CIVIL

LONGO, Ronildo Paulino de Souza

SIMÕES, Lucas Miranda¹

SOUZA, Fernanda Silva²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal o estudo de estruturas de cabos, analisando o seu comportamento quando submetido a ações estáticas desde a etapa de protensão até o carregamento último. A análise é realizada considerando-se as não linearidades física e geométrica, características desses sistemas estruturais. O estudo abrange a fase de comportamento inelástico do material, utilizando um modelo elastoplástico simplificado multilinear. Além disso, procurou-se fornecer dados comparativos entre os diversos métodos de resolução do problema não linear, através da experimentação numérica de uma grande variedade de tipos de estruturas de cabos. Os programas implementados constituem uma ferramenta eficiente para a análise do comportamento estático de estruturas de cabos planas e tridimensionais aplicadas a coberturas. Cabe ressaltar que o presente estudo de estruturas de cabos, para coberturas de grandes vãos, está inserido no contexto do programa de estudo do grupo de coberturas pênseis do Departamento de Estruturas, e vem dar continuidade aos trabalhos inicialmente realizados com os cabos-treliça.

2 MATERIAL E MÉTODOS

¹Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES

²Doutoranda em Engenharia e Ciências dos Materiais – UENF. Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais - UENF. Graduada em Engenharia de Petróleo e Gás - UNES. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

A característica de sistemas pêenseis que os fazem atrativos para grandes áreas livres, que é a eficiente utilização dos elementos tracionados (tendo rigidez à flexão desprezível), também contribui para a maior desvantagem estrutural de tais sistemas. A desvantagem é a inerente instabilidade de sistemas pêenseis sob carregamento dependente do tempo (ações dinâmicas). Uma maneira de se evitar o fenômeno da ressonância (amplitude de vibração muito alta) é evitar frequências de vibração nas vizinhanças das frequências naturais da estrutura. Esse procedimento é questionável, pois os dados sobre o carregamento dinâmico do vento são por vezes insuficientes para se especificar a frequência a se evitar. A utilização de sistema vedante pesado aumenta a rigidez do sistema estrutural, o que diminui a amplitude de vibração. Um amortecimento, isto é, uma diminuição da amplitude da vibração, pode ser introduzida na estrutura por meio de absorvedores de choques mecânicos. Mas uma maneira eficiente de se diminuir a frequência natural de vibração é a aplicação da protensão ao sistema.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Construções e tipos de torção

Construção é um termo empregado para indicar o número de pernas, o número de arames de cada perna e a sua composição, como veremos a seguir:

3.1.1 Número de pernas e número de arames em cada perna

No início da fabricação de cabos de aço as estruturas usuais dos arames nas pernas eram em várias operações, com arames do mesmo diâmetro. Passo da perna: Distância, medida paralelamente ao eixo do cabo, necessária para que uma perna faça uma volta completa em torno no eixo do cabo. Devido a característica de posicionamento dos arames, as pernas fabricadas em inúmeras operações exibem desvantagens, pois, como os arames nas camadas não estão na mesma direção, ocorrerá:

- Contato pontual entre os arames, causando maior desgaste abrasivo;
- Menor flexibilidade apontando o cabo de aço a maior fadiga por flexão;

- Sobrecarga de alguns arames, pois o esforço aplicado não é dividido coincidentemente entre os mesmos.

3.1.2 Amortecimento

A definição do coeficiente de amortecimento é muito importante em estruturas de grandes vãos, pois é um fator que controla a magnitude da resposta dinâmica. Para estruturas leves, a própria estrutura, a vedação, bem como o ar circundante podem dar origem a um efeito amortecedor. Num dos primeiros trabalhos experimentais de estrutura pênsil em escala natural JENSEN [1974] encontrou coeficientes de amortecimento na faixa de 0,5% a 1,5%, apenas contando com a estrutura de cabos de aço. Para a membrana de vedação a faixa variou de 6% a 10% e para o amortecimento aerodinâmico de 2% a 8%. Para estruturas em forma de tendas Jensen obteve um coeficiente de amortecimento entre 17% e 20%. Seu trabalho indica que a variabilidade do amortecimento depende da estrutura envolvida. LEONARD [1988] indica intervalos de fatores de amortecimento típicos próximos aos obtidos por Jensen, e observa que o amortecimento é 44 consideravelmente maior para cabos frouxos em relação aos cabos esticados. Em resumo, alguns valores de coeficiente de amortecimento têm sido relatados na literatura, mas é importante que os projetistas investiguem o amortecimento para a estrutura particular a ser analisada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Análise do Comportamento Elástico Não Linear e Pós Elástico de Sistemas Pênsis

Os procedimentos para determinação dos deslocamentos de estruturas pênsis revistos nos itens anteriores são baseados na hipótese de comportamento elástico linear do material (validade da Lei de Hooke). Eles não são diretamente aplicáveis para o cálculo dos deslocamentos de estruturas tracionadas, quando as tensões ultrapassam o limite de proporcionalidade. Depois que o limite de proporcionalidade do material é alcançado o problema torna-se duplamente não linear, ou seja, a resposta às variações de carregamento é não linear com relação aos efeitos geométrico e físico. O conhecimento da resposta pós-elástica é desejável, pois a

reserva de resistência antes da ruptura sob carregamento estático pode ser calculada. Tais cálculos de resistência última são úteis na análise e no projeto de estruturas mais econômicas.

Um segundo fator é o efeito do comportamento do material inelástico sobre o carregamento último da cesta. Como foi estabelecida uma determinada tensão última, para o caso inelástico, a deformação correspondente foi muito maior que no caso elástico, de modo que os deslocamentos e a curvatura final do sistema de cabos foram consideravelmente maiores. Conseqüentemente uma maior capacidade de carga foi obtida. Isso indica que uma análise elástica subestima a capacidade real de carga da estrutura.

A rigidez instantânea de um elemento individual é proporcional ao módulo tangente, que decresce conforme o nível de tensão aumenta. Assim, em cada nó os elementos menos solicitados têm uma rigidez relativamente maior e transmitem uma porção maior do carregamento aplicado no nó. No caso do carregamento último, o elemento menos tracionado na análise inelástica tinha 84,8% da tensão de ruptura, enquanto que na análise elástica, o elemento menos tracionado tinha apenas 70,2% desta tensão.

4.2 Módulo de Elasticidade de Cabos e Cordoalhas de Aço

Como visto no item sobre as propriedades dos cabos de aço, estes sofrem dois tipos de alongamento: o elástico (recuperável) e o estrutural (permanente). A deformação estrutural é afetada principalmente pelo tipo de construção do cabo. Conseqüentemente, a deformação dos cabos é maior e o módulo de elasticidade é menor do que nos fios individuais. O módulo de deformação longitudinal dos cabos depende de muitos fatores, entre os quais o número e o modo de distribuição de camadas de fios numa cordoalha, o número de cordoalhas e a formação destas dentro de um cabo, os tipos de acabamentos do cabo, o número de ciclos e a magnitude do carregamento, etc. O módulo de elasticidade recomendado para cabos de uso estrutural (pré-estirados) com o mínimo de galvanização (aço zincado) e diâmetros até 2 9/16 in é de 165,5 KN/mm² (2,40.107 psi). Este módulo é reduzido para 158,6 KN/mm² (2,30.107 psi) para cabos com grandes diâmetros (maiores ou iguais a 2 5/8 in), e sofre maior redução no caso de existir maior proteção por galvanização. Para as

cordoalhas o mínimo módulo de elasticidade recomendado é de (137,9 KN/mm² (2,00.10⁷ psi), no caso de galvanização mínima. Fornece indicações genéricas para cabos, admitindo um módulo efetivo de 137,9 KN/mm² (2,00.10⁷ psi) devido às perdas construtivas.

4.2.1 Diagramas Tensão-Deformação

As curvas típicas de tensão-deformação de fios de aço isolados mostram que o alongamento último é de 5% a 6% (0,05 a 0,06), não apresentando nenhum patamar ou ponto definido de escoamento. Como a tensão limite elástica não é definida, pode-se definir o ponto de escoamento, traçando uma reta paralela à curva em 0,2% de deformação ou então definindo a tensão limite como a correspondente a 1% de deformação. Por essas definições, o limite elástico é aproximadamente 55% de sua resistência de ruptura, indica um módulo de elasticidade para os fios de aço da ordem de 190 KN/mm². Os catálogos de fabricantes fornecem apenas alguns parâmetros dos cabos, tais como a tensão mínima de ruptura e o mínimo módulo de elasticidade, mas nenhuma curva tensão-deformação com a respectiva região elástica é definida.

A carga de ruptura teórica do cabo de aço é obtida ao longo da resistência dos arames multiplicada pelo total da área da seção de todos os arames. A carga de ruptura mínima do cabo de aço é obtida por meio da carga de ruptura teórica do mesmo, multiplicada pelo fator de encablamento. A carga de ruptura medida é dada em laboratório, por meio do ensaio de tração do cabo de aço.

4.3 Deformação longitudinal dos cabos de aço

Cabos pré-esticados encontram-se dois tipos de deformação longitudinal nos cabos de aço, ou melhor, a estrutural e a elástica. É movida pela harmonia dos arames nas pernas do cabo e pelo entendimento das pernas em conexão à alma do mesmo. Nos cabos de aço clássicos, o seu valor varia mais ou menos de 0,50% a 0,75% do comprimento do cabo de aço sob carga. A deformação estrutural pode ser quase totalmente removida por meio do pré-esticamento do cabo de aço.

A deformação elástica é diretamente simétrica à carga aplicada e ao comprimento do cabo de aço, e inversamente proporcional ao seu módulo de elasticidade e área metálica.

$$\Delta_L = \frac{P \times L}{E \times A_m}$$

Δ_L = deformação elástica
 P = carga aplicada
 L = comprimento do cabo
 E = módulo de elasticidade
 A_m = área metálica

A área metálica de um cabo de aço varia em finalidade a construção do cabo de aço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a magnitude da carga última depende da forma inicial da estrutura e das propriedades do material. Quanto mais abatida a rede e maior a deformação última do material, maior será a reserva de capacidade de carregamento da rede, comparando-se com os métodos convencionais.

A configuração de equilíbrio do cabo depende do estado de carregamento aplicado. Devido às suas características de rigidez reduzida à flexão, as estruturas tracionadas, em geral, são suscetíveis a grandes movimentos devido principalmente a cargas concentradas. Nestas condições as estruturas de cabos têm comportamento geometricamente não linear, mesmo que haja linearidade física do material e linearidade de carregamento. Na teoria de pequenas deformações e grandes deslocamentos considerada no presente trabalho, os segmentos de reta que modelam o cabo não sofrem alongamentos significativos, mas transladam e rodam apreciavelmente.

A magnitude dos deslocamentos para todas essas ações depende, além da relação entre a carga aplicada e a protensão atuante na configuração de referência, e da localização do ponto de aplicação do carregamento, também da flecha inicial dos cabos e das propriedades elásticas do material. Estrutura de cabo com maior curvatura inicial, maior rigidez axial (EA) e maior nível de protensão tende a responder com menores deslocamentos a carregamentos aplicados. Já para um cabo treliça, por exemplo, necessita-se aplicar uma força de protensão muito grande, causando grandes esforços na estrutura de apoio.

6 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (1998). NBR ISO 3178 - Cabos de aço para uso geral: termos de aceitação. Rio de Janeiro, ABNT.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (1998). NBR ISO 3108 - Cabos de aço para uso geral: determinação da carga de ruptura real. Rio de Janeiro, ABNT.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (1998). NBR 6327 - Cabos de aço para uso geral. Rio de Janeiro, ABNT.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (1985). NBR 5909 - Cordoalhas de fios de aço zincados, para estais, tirantes, cabos mensageiros e usos similares: especificação. Rio de Janeiro, ABNT.

CÁLCULO DE ÁREA DA ARMADURA LONGITUDINAL PARA PILARES INTERMEDIÁRIOS DE CONCRETO ARMADO

LOUZADA, Natan Camargo

MARQUES, Michael Moreira¹

SILVA, Fernanda Souza²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

Em projetos de construção de edifícios é de suma importância que todos os pilares de concreto sejam dimensionados apropriadamente por meio de cálculos, não só para que haja economia de recursos como também maior segurança. A NBR 6118/2014 (item 14.4.1.2) define pilares como: “elementos lineares de eixo reto, usualmente dispostos na vertical, em que as forças normais de compressão são preponderantes”.

Tais pilares podem ser classificados em: pilares intermediários, pilares de extremidade e pilares de canto. Este trabalho está focado somente no estudo do pilar intermediário (também chamado de pilar de centro). Os pilares são construídos com o chamado concreto armado, que é resultado da união entre concreto simples com o aço de baixo teor de carbono, ou seja, é considerado um material de construção composto. O objetivo deste trabalho é calcular a área do aço utilizado na armadura longitudinal de um pilar intermediário de exemplo, retirado do livro: Curso de Concreto Armado-volume 3, de José Milton de Araújo.

¹ Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Doutoranda em Engenharia e Ciências dos Materiais – UENF. Mestre em Engenharia e Ciência dos Materiais - UENF. Graduada em Engenharia de Petróleo e Gás - UNES. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O processo de elaboração da pesquisa para este trabalho partiu da pergunta inicial: Como são calculadas as dimensões das barras de aço utilizadas na armadura do concreto utilizado na construção de pilares de edifícios? Posteriormente veio a leitura de documentos relacionados ao tema, a construção de uma perspectiva teórica para o tratamento do problema, a definição da forma de análise, a comparação da análise anterior com os dados coletados, gerando assim informações que devem ser interpretadas para se chegar às conclusões finais.

Quanto à abordagem a pesquisa classifica-se como quantitativa pois está centrada na objetividade. [...] recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, entre outros (FONSECA, 2002, p. 20). Quanto aos objetivos estes pode ser classificado como descritivo. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

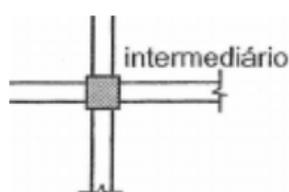
Quanto aos procedimentos classifica-se como pesquisa documental pois recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, [...], etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Exemplo de validação

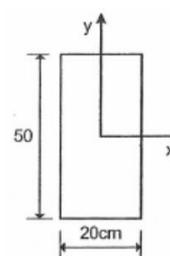
O exemplo a seguir foi retirado de Araújo (2010, p. 160)

Figura 1 – Planta do pilar intermediário – 2010



Fonte: ARAÚJO, 2010, p. 144

Figura 2 – Seção transversal do pilar - 2010



Fonte: ARAÚJO, 2010, p. 160

Dados do problema:

$$N_k = 857 \text{ kN (Carga axial)}$$

$$h_y = 50 \text{ cm (Dimensão do pilar na direção y)}$$

$$h_x = 20 \text{ cm (Dimensão do pilar na direção x)}$$

$$A_c = h_y \cdot h_x = 50 \cdot 20 = 1000 \text{ cm}^2 \text{ (Área da seção do pilar)}$$

$$\gamma_f = 1,4 \text{ (Fator de segurança para o concreto armado, valor tabelado)}$$

$$f_{ck} = 20 \text{ MPa} = 2 \text{ kN/cm}^2 \text{ (Resistência característica do concreto C20)}$$

$$l_e = 4 \text{ m} = 400 \text{ cm (Comprimento do pilar sujeito a deformação)}$$

$$f_{cd} = \frac{f_{ck}}{\gamma_f} = \frac{2}{1,4} \cong 1,4 \text{ kN/cm}^2 \text{ (Tensão admissível do concreto)}$$

$$f_{yk} = 50 \text{ kN/cm}^2 \text{ (Resistência característica ao escoamento do aço CA-50)}$$

$$d'_x = 4 \text{ cm (Distância entre a face externa do pilar e o eixo de simetria da base, ou espessura do cobrimento da armadura)}$$

3.2 Roteiro de Cálculo

- a) Cálculo da força normal N_d atuante no pilar (Esforços solicitantes).

$$N_d = \gamma_f \cdot N_k = 1,4 \cdot 857 = 1199,8 \text{ kN}$$

- b) Índice de esbeltez: é a razão entre o comprimento do pilar sujeito a deslocamento lateral e a dimensão “h” na direção escolhida, no caso do exemplo calculou-se nas duas direções (x e y).

$$\lambda_x = \frac{3,46 \cdot l_e}{h_x} = \frac{3,46 \cdot 400}{20} = 69,2 \qquad \lambda_y = \frac{3,46 \cdot l_e}{h_y} = \frac{3,46 \cdot 400}{50} = 27,68$$

- c) Momentos mínimos: baseado em uma excentricidade (distância do centro) mínima é calculado pela seguinte fórmula:

$$M_{1d.min.x} = N_d \cdot (1,5 + 0,03 \cdot h_x) = 1199,8 \cdot (1,5 + 0,03 \cdot 20) = 2519,58 \text{ kN} \cdot \text{cm}$$

$$M_{1d.min.y} = N_d \cdot (1,5 + 0,03 \cdot h_y) = 1199,8 \cdot (1,5 + 0,03 \cdot 50) = 3599,4 \text{ kN} \cdot \text{cm}$$

Para calcular o momento total, será necessário verificar se o índice de esbeltez é maior ou igual a 35 e menor ou igual a 90 (neste caso a direção x, com $\lambda_x = 69,2$).

- d) Excentricidades: existe uma incerteza na localização do ponto de aplicação da força normal (N_d), com isso deve-se considerar uma excentricidade para efeito de cálculo. No exemplo foram calculadas as excentricidades de 1ª ordem

($e_{1x.min}$) e de 2ª ordem (e_{2x}), sendo esta última, segundo a NBR 6118, calculada somente se $35 \leq \lambda \leq 90$. Primeiro a de 1ª ordem:

$$e_{1x.min.x} = \frac{M_{1d.min.x}}{N_d} = \frac{2519,58}{1199,8} = 2,1 \text{ cm}$$

$$e_{1x.min.y} = \frac{M_{1d.min.y}}{N_d} = \frac{3599,4}{1199,8} = 3 \text{ cm}$$

e) Para calcular a e_{2x} e posteriormente o momento total, primeiro calcula-se a força normal adimensional v :

$$v = \frac{N_d}{A_c \cdot f_{cd}} = \frac{1199,8}{1000 \cdot 1,4} = 0,857$$

O valor desta força será utilizado no cálculo do valor do raio de giração $\frac{1}{r}$:

$$\frac{1}{r} = \frac{0,005}{h_x \cdot (v + 0,5)} = \frac{0,005}{20 \cdot (0,857 + 0,5)} = 1,84 \cdot 10^{-4} \text{ cm}^{-1}$$

Com isso agora é possível calcular a excentricidade de 2ª ordem:

$$e_{2x} = \frac{l_e^2}{10} \cdot \frac{1}{r} = \frac{400^2}{10} \cdot 1,84 \cdot 10^{-4} = 2,94 \text{ cm}$$

E por fim o momento fletor total:

$$M_{d.tot.x} = M_{1d.min.x} + N_d \cdot e_{2x} = 2519,58 + 1199,8 \cdot 2,94 = 6046,99 \text{ kN} \cdot \text{cm}$$

f) O próximo passo é calcular o valor do momento reduzido μ ; será utilizado o $M_{d.tot.x}$ na direção x (devido ao seu índice de esbeltez ser de 69,2) e $M_{1d.min.y}$ para a direção y.

$$\mu_x = \frac{M_{d.tot.x}}{h_x \cdot A_c \cdot f_{cd}} = \frac{6046,99}{20 \cdot 1000 \cdot 1,4} = 0,22$$

$$\mu_y = \frac{M_{1d.min.y}}{h_y \cdot A_c \cdot f_{cd}} = \frac{3599,4}{50 \cdot 1000 \cdot 1,4} = 0,051$$

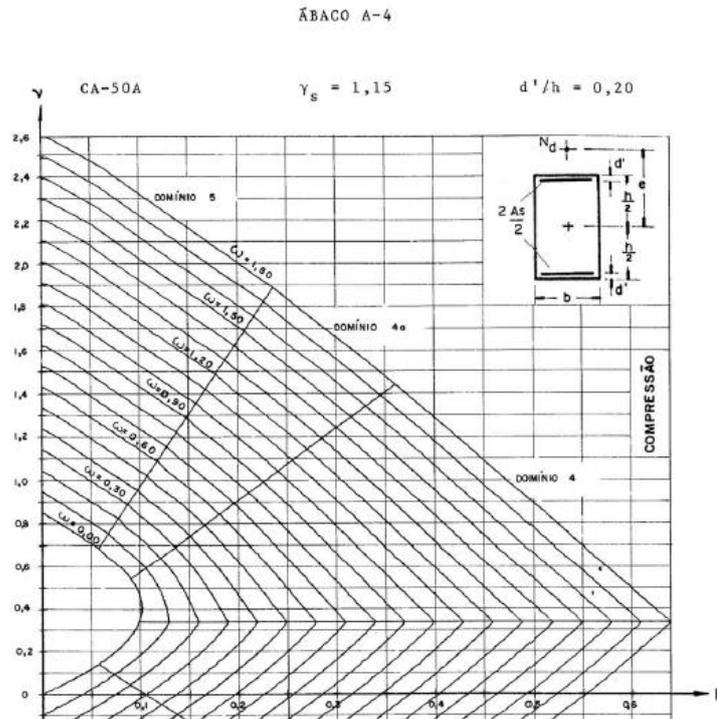
g) Para que a área de aço seja calculada é necessário antes obter o valor da taxa de armadura ω_x (valor tabelado) e para obter este valor utiliza-se o valor de μ na direção que apresentou maior índice de esbeltez (direção x), o valor da razão entre o cobrimento de armadura d'_x e a dimensão h do pilar na direção considerada e o valor da força normal adimensional v .

$$\frac{d'_x}{h_x} = \frac{4}{20} = 0,2$$

$$\frac{d'_x}{h_y} = \frac{4}{50} = 0,08$$

Utiliza-se o ábaco de Venturini para a obtenção do ω_x , como $\mu = 0,22$, $\frac{d'_x}{h_x} = 0,2$ e $\nu = 0,857$ chega-se no ábaco A-4. Opta-se por esse ábaco devido ao fato de as posições das barras não estarem ainda definidas (recomendado para pilares de centro).

Figura 3 – Ábaco de Venturini (A-4) – 1987



Fonte: VENTURINI, 1987

O valor da taxa de armadura obtido foi de $\omega_x = 0,7$, substituindo na seguinte expressão é possível calcular a área de aço necessária para a construção do pilar.

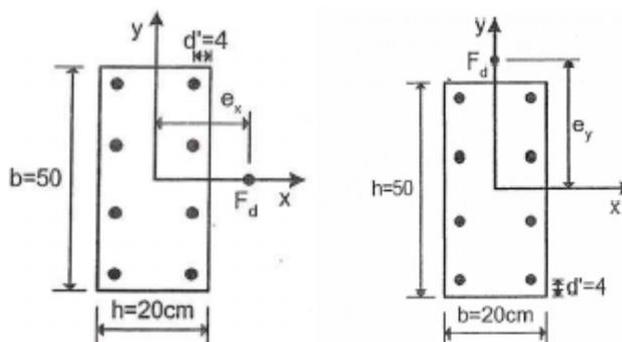
$$A_s = \frac{\omega_x \cdot A_c \cdot f_{cd}}{\frac{f_{yk}}{1,15}} = \frac{0,7 \cdot 1000 \cdot 1,4}{\frac{50}{1,15}} = \frac{980}{43,48} = 22,54 \text{ cm}^2$$

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A área de aço A_s calculada foi de $22,54 \text{ cm}^2$, este valor corresponde a soma das áreas das seções transversais de todas as barras que possam ser utilizadas na armadura longitudinal. Esta área servirá de referência para o cálculo do diâmetro, do espaçamento e da quantidade de barras necessárias, de modo que elas possam resistir a todos os esforços solicitantes do pilar. O cálculo do dimensionamento das barras em si não será visto neste trabalho e devido a isso ficará como sugestão de

tema para trabalhos futuros. A localização das excentricidades, da distância d' e da força normal atuante sobre a seção transversal do pilar pode ser vista na figura a seguir:

Figura 4 – Vista da seção transversal após os cálculos - 2010



Fonte: ARAÚJO, 2010, p. 162 e 165

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho, que era calcular a área de aço utilizada na armadura de um pilar intermediário de exemplo, foi atingido. Este estudo pode ser aplicado na realidade em situações de projeto para que a estrutura seja construída de maneira eficiente, mantendo a resistência, durabilidade e economia de recursos.

O roteiro de cálculo pode, então, ser resumido da seguinte maneira: primeiro calcula-se os esforços solicitantes, depois o chamado índice de esbeltez, o momento mínimo, as excentricidades mínimas (1ª ordem) e as excentricidades de 2ª ordem, que será utilizada no cálculo do momento fletor total.

O próximo passo é utilizar os valores dos momentos calculados para achar o momento reduzido (lembrando que o momento total só será calculado se o índice de esbeltez na direção considerada for maior que 35 e menor que 90, caso contrário utiliza-se o valor do momento mínimo), que será utilizado, junto com a razão entre o cobrimento de armadura e a dimensão do pilar, junto também com a força normal adimensional, no ábaco de Venturini para encontrar a taxa de armadura, que será utilizada no cálculo da área de aço.

A principal limitação encontrada no estudo foi o tamanho dos assuntos relacionados ao tema, ou seja, trata-se de um tema muito extenso e complexo, coisa que para um resumo torna-se complicado no sentido de explicar detalhadamente cada ponto para que o leitor leigo entenda. Fica como sugestão para pesquisas futuras o cálculo do posicionamento, espaçamento e diâmetro das barras de aço para a armadura longitudinal de pilares intermediários.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Milton de. **Curso de Concreto Armado**. 3. ed. Rio Grande, RS: DUNAS, 2010. 330 p. v. 3.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Projeto de estruturas de concreto – Procedimento**, NBR 6118. Rio de Janeiro, ABNT, 2014, 238p.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FUSCO, P. B. **Estrutura de concreto, solicitações normais, estados limites últimos, teoria e aplicações**. Editora JC, Rio de Janeiro-1981.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VENTURINI, W. S.; RODRIGUES, R. O. **Dimensionamento de Peças Retangulares de Concreto Armado Solicitadas à Flexão Reta**. São Carlos: EESC/USP, 1987.

MODELAGEM E SIMULAÇÃO PARA ANÁLISE DO PROCESSO PRODUTIVO EM UMA EMPRESA DE BENEFICIAMENTO DE ROCHAS CALCÁRIAS NA REGIÃO DE CACHOERO DE ITAPEMIRIM

VIANNA, Antonio Saulo Júnior

FAVERO, Luan Gorone¹

TAVARES, Eder Reis²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

O software arena possui um alto grau de importância nas organizações para simulação de seus processos e melhoria contínua. A abordagem desse resumo expandido é o estudo e simulação do processo produtivo de uma empresa de beneficiamento de rochas calcárias. A mesma não autorizou a divulgação do nome. A organização está inserida no município de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo e atende todo o Brasil em diversos ramos de mercado. Atualmente conta com três centros de trabalho sendo que o foco da pesquisa é o que produtos para aplicação em siderurgicas.

Para desenvolvimento do estudo foram realizadas visitas a empresa com intuito de entender a dinâmica do processo. Com base nos dados obtidos, usou-se o software Arena para simulação com objetivo de encontrar resultados sobre o tempo de processamento e quantidade processada de acordo com as parametrizações.

2 O SOFTWARE ARENA

O Arena nasceu a partir de uma fusão de dois programas no ano de 1993. O Arena

¹Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, luangoronel@gmail.com;

²Mestrado em Engenharia de Produção pela UCAM. Graduação em Engenharia de Produção pela UCAM. Professor da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

contém diversos recursos para modelagem, animação, análise de resultado, entre outras, e também apresenta um ambiente gráfico integrado de simulação. Para o software executar as simulações, o mesmo utiliza a abordagem por processos. Este tipo de simulação vem através de elementos estáticos, que formam um ambiente consideravelmente definido, com regras e propriedades, onde as mesmas interagem com elementos dinâmicos, que executam as funcionalidades no interior deste ambiente (PRADO, 1999 apud PINTO; SILVA; SUBRAMANIAN, 2007).

3 METODOLOGIA

O método de simulação é uma das ferramentas da Pesquisa Operacional, desta forma pode-se considerá-la multidisciplinar, onde também engloba ciências (economia, estatística e computação), sendo muito utilizada na tomada de decisão e na análise de sistemas (SOUZA, 2009).

Os modelos de simulação são indicados para serem utilizados em sistemas que possuam variáveis estocásticas (variáveis que variam de acordo com sua ocorrência), onde através destes modelos, é possível analisar vários sistemas para assim realizar as tomadas de decisão. Desta forma, pode-se realizar diversas tomadas de decisão em cada cenário, que representa um único sistema analisado, a partir disto, o sistema de simulação não apresenta uma única solução ótima, mas sim as respostas do sistema em diversas configurações (SOUZA, 2009).

Arranjo físico é o estabelecimento da alocação física de todos os recursos de transformação, e se torna importante pelo fato de muitas das vezes influenciar diretamente no custo da produção. A partir deste princípio, existem o arranjo físico por produto, processo, celular e fixo. (PEINADO; GRAEML, 2007).

No Arranjo Físico por Produto a orientação é que o produto se mova em meio a linha de produção, dessa forma os postos de trabalho encontram-se fixos, de acordo com a sequência de produção. Normalmente este modelo é utilizado quando se existe um grande volume de produção (produção em massa), consecutivamente apresentando uma alta produtividade, como demanda muitos equipamentos que transportem o material, se torna necessário realizar altos investimentos e também apresenta uma

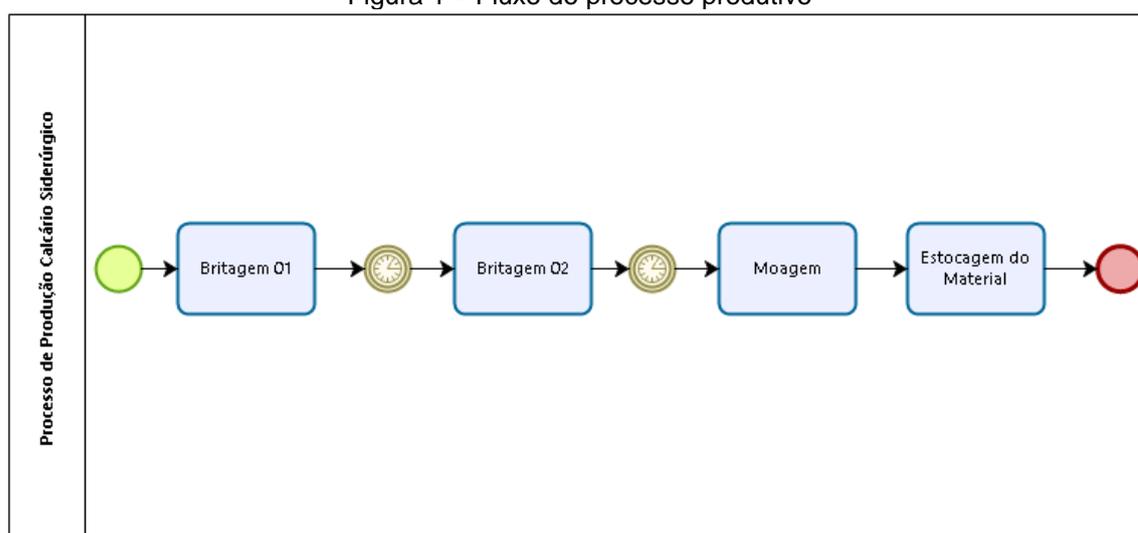
produção pouco flexível. Para que haja uma produção balanceada entre os postos de trabalho, é necessário que a tarefa ali executada apresente aproximadamente o mesmo tempo de execução (PEINADO; GRAEML, 2007).

4 DESCRIÇÃO DO PROCESSO

A empresa em estudo possui jazidas do grupo para extração da rocha para beneficiamento. A produção ocorre por um processo denominado moagem, na qual a rocha é triturada na granulometria para atendimento das necessidades do cliente. A linha de produção em estudo basicamente atende apenas um seguimento que é o de siderurgia. O produto é utilizado como insumo por grandes siderúrgicas do Espírito Santo.

A capacidade do centro de trabalho da empresa gira em torno a 50.000 toneladas por mês. Porém essa capacidade pode variar pois o formato de atendimento a demanda é *make to order*, ou seja, depende do pedido do cliente para iniciar a produção. O processo produtivo possui um arranjo físico em linha. O arranjo se adequa perfeitamente ao processo em vista que há um grande volume de produção e pouca variedade de produtos. Abaixo a figura 1, o fluxo de produção elaborado no *software Bizzagi Modeler* que se baseia no fluxograma de análise de sistemas.

Figura 1 – Fluxo do processo produtivo



Fonte: Autoria própria, 2017

O processo consiste em reduzir o tamanho das rochas. No pátio de matéria prima a pá carregadeira pega o material e deposita na moega do britador primário. O diâmetro

da rocha no pátio varia de 15 cm a 20 cm. Na britagem primária a rocha é esmagada e há uma redução considerável para entre 10cm e 15 cm. O material britado é depositado um local denominado pilha pulmão que na realidade não funciona da forma como foi idealizada. A próxima etapa do processo é a britagem secundária na qual o material é novamente esmagado e tem sua circunferência reduzida para um tamanho ainda menor.

Após o finalizado o processo de britagem o material é transportado por correias transportadoras para a moagem nos moinhos de martelo instalados na planta. Esse o processo que regula a granulometria do material chegando ao produto final. O produto a granel é depositado no pátio formando pilhas para o posterior embarque para o cliente. O estudo do layout da planta foi importante para a simulação pois com a visão por onde o produto passa e possível a identificação de possíveis gargalos de produção.

5 ESTRUTURA DA SIMULAÇÃO

Para uso do *Software Arena* necessitou de informações de quanto tempo é gasto em cada setor para a moagem do produto. Esses dados foram coletados com os responsáveis da empresa através de registros do software ERP. Com isso, pode-se calcular a capacidade dos equipamentos de cada setor observada na tabela 1. Foi considerado o tempo gasto para beneficiar 1 tonelada de rocha.

Tabela 1 – Tempo de produção por setor

Setor	Tempo Mínimo (Min)	Tempo Médio (Min)	Tempo Máximo (min)
Britagem 1	0,3	0,4	0,6
Britagem 2	0,3	0,5	0,9
Moinho	0,5	0,9	1,0

Fonte: Empresa em estudo, 2017

Com esses valores definidos foi aplicado a função triangular no Arena na disposição dos setores. Foi definido como entidade a Rocha, pois ela se movimentará pelos processos e sofrerá as transformações. A função exponencial definida de acordo com as informações foi de 1 minuto para o material entrar na moega do britador primário. A tabela 2 mostra de forma sintética dos dados imputados para simulação.

Tabela 2 – Dados configurados para a simulação.
Descrição **Configuração**

Entidade: Rocha	Função EXPO(1)
Processo: Britagem 1	Função TRIA(0,3;0,4;0,6)
Processo: Britagem 2	Função TRIA(0,3;0,5;0,9)
Processo: Moagem	Função TRIA(0,5;0,9;1,0)
Recurso: Britador 1	Unidade: 1
Recurso: Britador 2	Unidade: 1
Recurso: Moinho	Unidade: 1

Fonte: Autoria própria, 2017.

Todas as alocações foram definidas como “Value Added” e o tipo de processo como “Standard”. Com base nos valores e *layout* do centro de trabalho foi realizado a disposição do fluxo utilizando as ferramentas de processo básico disponível no Arena. A figura 2 mostra o desenho do fluxo.

Figura 2 – Fluxo do processo produtivo no Arena.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Após checagem da parametrização do software foi definido o período de execução de simulação. Considerou-se um período de 21 horas (1260 minutos) que é a capacidade efetiva da planta.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram realizadas 3 replicações. Não houve nenhuma outra simulação de cenários. O motivo é que o estudo teve como enfoque apenas um produto e o mesmo apresenta alta uniformidade sem necessidade de reconfigurações dos equipamentos. Pode-se ocorrer outras simulações por conta da entrada da rocha. Há produções em que o diâmetro da rocha é menor e isso impacta na produtividade. Porém, como a empresa não possui registros dessas ocorrências optou-se por simular o processo desconsiderando essas variações.

Obteve como resultado uma entrada de 1257 toneladas de rocha e como saída 1254 toneladas ocorrendo uma fila de 1 tonelada no processo Britagem 1 e 2 toneladas no processo moagem. O resultado dessas filas chamou a atenção de que no dia-a-dia de produção essas produções não ficam paradas entre os processos e nem há disponível um sistema pulmão. Questionado ao responsável do centro de trabalho ele disse que para que essas situações não ocorram os operários da produção “seguram” um pouco a produção aumentando o tempo de entrada da rocha, com esse controle evita-se uma parada de produção denominada pela empresa como “moinho embuchado” na qual o equipamento fica cheio de material em processo.

Durante o estudo do layout verificou-se que entre a britagem 1 e britagem 2 há um local denominado pilha pulmão pois a capacidade da britagem 1 é superior a britagem 2, porém a mesma não funciona da forma que devia por questões técnicas de má concepção da planta. Por conta disso os equipamentos são regulados de forma que não gerem filas de materiais em processo. Com isso o equipamento opera abaixo da capacidade efetiva.

O Arena trouxe como resultado que o tempo de espera na moagem foi de 0,02 minutos que está diretamente relacionado a sua capacidade produtiva ser inferior aos processos anteriores. Os demais processos possuíram tempo de espera igual a 0 muito por conta de as capacidades possuírem valores próximos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Arena é um software de grande importância para gestão de operações e processos produtivos. Com ela é possível simular situações do dia-a-dia de atividades sem a necessidade de comprometer o uso dos equipamentos e pessoas. Com os resultados apontados ficou evidente que a simulação está coerente com a realidade do processo produtivo. Verificou-se ainda que atualmente os equipamentos não são usados com a sua capacidade efetiva total o que implica na redução do uso da capacidade da planta. No mesmo centro de trabalho produz-se outros produtos exigindo um set up dos equipamentos, elevando o tempo de paradas e com isso perdendo produtividade. Uma solução para essa situação seria a implementação de silos pulmões minimizando

o set up e aumentando o índice de eficiência do centro de trabalho. Os gestores da empresa têm ciência das melhorias que podem ser feitas no processo, porém exige um estudo mais amplo da viabilidade do projeto. Nota-se, que objetivo do estudo foi alcançado e os resultados encontrados ajudaram a compreender melhor como é o processo de beneficiamento de rochas calcárias.

8 REFERÊNCIAS

REINADO, Jurandir; GRAEML, Alexandre Reis. **Administração da produção: operações industriais e de serviços**. Curitiba: Unicenp, 2007. Disponível em: (<https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34490659/livro2folhas.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1508688713&Signature=MrpKBcK2VS7OKLL4jxzTOPQU5VU%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Dlivro6.pdf>). Acessos em 22 Out. 2017.

SOUZA, Tiago Francioli. **A Simulação a Eventos Discretos como Ferramenta de Apoio à Tomada de Decisão em Empresas do Ramo de Mineração**: aplicação em uma unidade da Yamana Gold. Ouro Preto - MG: 2009. Disponível em: (http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3203/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Simula%C3%A7%C3%A3oEventosDiscretos.PDF). Acessos em 22 Out. 2017.

PINTO, Marcel de Gois; SILVA, Liane Márcia Freitas; SUBRAMANIAN, Anand. Utilizando o Software Arena como Ferramenta de Apoio ao Ensino em Engenharia de Produção. **ENEGEP**, Foz do Iguaçu - PR, 09 a 11 de out. 2007. Disponível em: (http://files.engenhariauniverso.webnode.com/200000119-16204169cb/ENEGEP2007_TR660482_9236.pdf). Acessos em 22 Out. 2017.

MODELAGEM E SIMULAÇÃO PARA ANÁLISE DE OPERAÇÕES EM RESTAURANTE ESPECIALIZADO EM HAMBÚRGUERES

MENEGUSSI, Francian Lima

CHAMOUN, Pietra Mendes¹

TAVARES, Éder Reis²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo reconhecer a importância dos programas de computador que simulam processos produtivos de empresas e que, assim, se tornam grandes aliados ao desenvolvimento desde a infraestrutura até o lucro.

Diversos softwares foram criados para realizar essa imitação da realidade, dentre eles o ARENA 15, possibilitando que o usuário teste inovações e analise o processo produtivo da empresa, sem gerar riscos e custos na realidade.

Durante o trabalho foi desenvolvida a modelagem das atividades realidades em uma franquia de hambúrgueres, tornando possível a análise concreta de processos através dos programas de computador.

2 SIMULAÇÃO E O SOFTWARE ARENA

Atualmente, com a modernização dos sistemas computacionais, ficou cada vez mais fácil contabilizar matematicamente os lucros e processos de produção das indústrias, simulando o funcionamento e possibilitando uma análise antecipada dos processos

¹Graduandos do Curso de Engenharia de Produção da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, pietrachamoun@hotmail.com;

²Mestrado em Engenharia de Produção pela UCAM. Graduação em Engenharia de Produção pela UCAM. Professor da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

produtivos. Além disso, esses programas também permitem verificar possíveis problemas e criar soluções.

O ARENA é um exemplo desses programas de ambiente gráfico integrado de simulação. Nesse software, todo o processo de criação do modelo de simulação é gráfico e visual, de forma integrada, não sendo necessário inserir linha de código. Esse software tem inúmeros recursos para modelagem de processos, desenhos, animação, análise da estatística e análise dos resultados. Através dos cartuchos de simulação, também conhecidos como templates, o software pode ser transformado em um programa de reengenharia, de criação e simulação de empresas e processos produtivos.

A simulação é feita através de um modelo lógico-matemático, que representa a dinâmica do sistema em estudo. Esse modelo criado é formado por valores de tempo, distâncias e recursos disponíveis. No Arena, o modelo é feito visualmente com objetos orientados à simulação e com o auxílio do mouse, não sendo necessário digitar dados de logística. Sobre o modelo, são anexados dados do sistema que, somados com o modelo lógico-matemático, geram uma representação do sistema no computador. O ARENA é composto por softwares, uns com finalidades genéricas e outros com finalidades específicas:

- ARENA Standard: É considerado simulador genérico. Ele garante ao usuário utilizar inúmeros templates, mas sem a possibilidade de criação de templates próprios;
- ARENA Professional: É considerado um simulador genérico. Além dos recursos comuns do Standard, é possível ao usuário criar objetos e agrupá-los em templates, distribuindo-os de maneira livre dentro da organização ou ao mercado;
- ARENA Contact Center: É considerado simulador especial para simulação de centrais de atendimento;
- ARENA Factory Analyzer: É considerado simulador específico para estudos de manufatura. Segue o padrão para projetos na área e possui interligação com ferramentas de MRP e Scheduling;

- ARENA Packaging: Simulador destinado a linhas de alta velocidade e grande quantidade de elementos, como engarrafadoras e empacotadoras;
- ARENA Realtime: Capacitado a trocar informações em tempo real com sensores e controladores externos, para simular e monitorar o sistema.

Assim, a simulação mostra-se como imitação de um sistema real, modelado de forma computacional, usado para analisar e possibilitar melhorias no desempenho da empresa. A simulação nada mais é do que a tradução da realidade para um ambiente gráfico, onde podem ser estudadas as condições e processos, sem gerar qualquer risco ou gasto de recursos financeiros no mundo real.

A figura a seguir mostra a página inicial do programa Arena. Nela existem diversos recursos que possibilitam a modelagem do processo de funcionamento das empresas, como por exemplo, diversos módulos de modelagem, o botão para conectar um módulo ao outro, ferramentas de edição, entre outros meios.

3 METODOLOGIA

É através da modelagem que problemas no processo de produção ou em outros setores podem ser identificados e sanados. A simulação deve preencher uma sequência de atos para que apresente os resultados corretos. Assim, é através do programa Arena que podemos analisar a estrutura e funcionamento de uma empresa fraqueada a uma rede de hambúrgueres, bem como estudar os processos, estrutura financeira, qualidade do serviço prestado, tempo de prestação do serviço, quantidade a ser prestada, entre outros.

O processo é criado no ambiente gráfico do programa. Na opção “basic process” existem diversos módulos que serão usados no modelo, de acordo com cada empresa, como por exemplo, o create, decide, dispose e process. Após, será feita a conexão entre os módulos, adicionando dados importantes para os cálculos ao final da simulação, dando ao usuário maior segurança sobre os resultados.

4 DESCRIÇÃO DO SISTEMA

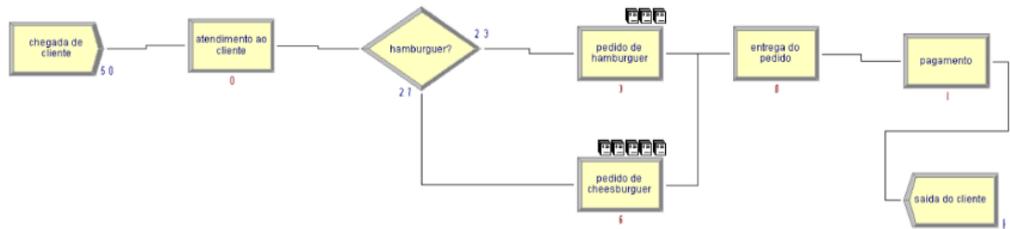
Uma loja franqueada com uma rede de hambúrgueres exige do proprietário diversos cuidados e procedimentos que devem ser observados para melhor funcionamento da loja e, conseqüentemente, o sucesso e lucro da empresa. Primeiramente, para que uma loja se torne franqueada, é necessária uma avaliação sobre a viabilidade do negócio, do marketing, da gestão e do financeiro. Além disso, importante uma definição de um modelo de negócio e um modelo financeiro. Depois de definidos esses modelos, é analisado o perfil do franqueado, o que ele deseja e qual tipo de cliente ele busca atingir, entre outros aspectos. O franqueado deve demonstrar quais são as suas táticas para obter sucesso no mercado e o que ele pretende fazer como diferencial.

Em seguida, o franqueado deve observar requisitos jurídicos, como por exemplo, o pré-contrato de franquia, que é considerado um contrato provisório, que contém elementos essenciais do contrato definitivo. É a partir do pré-contrato que o franqueado pode concretizar o negócio, sempre observando as normas e requisitos da franquia. O processo produtivo em uma franquia de hambúrgueres tem início com a chegada dos materiais para a fabricação do alimento. Após, os funcionários atendem os clientes e anotam os pedidos para começarem a produção dos mesmos. Finalizado o pedido e entregue o hambúrguer ao cliente, a venda é concretizada com sucesso com o pagamento.

5 MODELO DE SIMULAÇÃO

Junto ao programa de computador ARENA, foi criado o processo de funcionamento de uma franquia de hambúrgueres. Assim, a análise dos dados e dos resultados obtidos através da simulação permitiu avaliar o desenvolvimento da empresa, tanto em aspectos de prestação de serviço quanto no aspecto financeiro.

Figura 1 – Modelagem de processo em uma franquia de hambúrgueres



Fonte: Próprio autor

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a criação do processo, foi realizada a simulação e apresentados os resultados. A simulação foi baseada em oito horas de trabalho. Durante esse período, cinquenta clientes entraram na hamburgueria, sendo que vinte e três optaram por hambúrguer e vinte e sete optaram por cheeseburger. Teve uma fila de três entidades para pedir o hambúrguer e seis para pedir o cheeseburger. Uma pessoa ficou na fila para o pagamento e quarenta clientes saíram da hamburgueria.

De acordo com os dados apresentados pelo ARENA, é possível quantificar a média de clientes que entraram e saíram do local durante toda a simulação, média de tempo que durou o processo e fila de espera.

Além disso, a simulação também permitiu verificar o tempo de espera de cada operação, como por exemplo, o tempo médio do pedido do hambúrguer foi de vinte e quatro minutos e do cheeseburger foi de dezenove minutos.

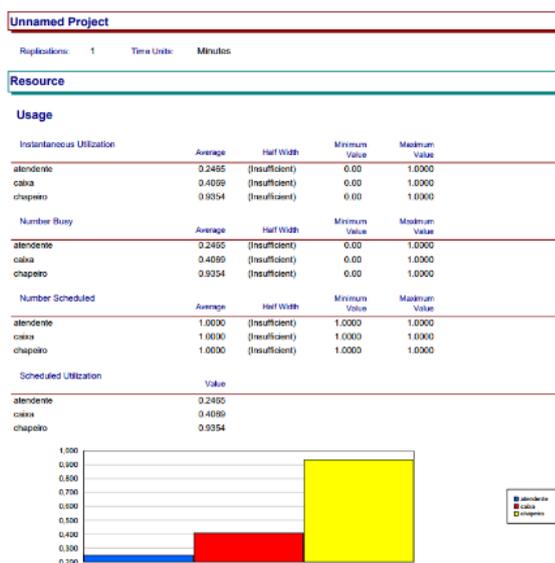
Figura 2 – Tempo de espera

Time				
Waiting Time				
	Average	Half Width	Minimum Value	Maximum Value
atendimento ao cliente.Queue	0.2009	(Insufficient)	0.00	1.6562
entrega do pedido.Queue	0.1978	(Insufficient)	0.00	2.2956
pagamento.Queue	0.00	(Insufficient)	0.00	0.00
pedido de cheeseburger.Queue	24.3141	(Insufficient)	1.4324	47.1570
pedido de hambúrguer.Queue	19.7109	(Insufficient)	0.00	44.3058
Other				
Number Waiting				
	Average	Half Width	Minimum Value	Maximum Value
atendimento ao cliente.Queue	0.02093075	(Insufficient)	0.00	1.0000
entrega do pedido.Queue	0.01689628	(Insufficient)	0.00	1.0000
pagamento.Queue	0.00	(Insufficient)	0.00	0.00
pedido de cheeseburger.Queue	1.2589	(Insufficient)	0.00	5.0000
pedido de hambúrguer.Queue	0.9875	(Insufficient)	0.00	3.0000

Fonte: Próprio autor

Além disso, o software também possibilita ao usuário saber quais itens são mais usados dentro do processo. De acordo com o resultado da simulação, o chapeiro foi o funcionário que mais trabalhou durante todo o processo. E, como forma de produzir mais hambúrgueres em menos tempo, a solução seria a contratação de mais chapeiros.

Figura 3 – Entidades que foram mais usadas no processo



Fonte: Próprio autor

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apontou a verdadeira importância das simulações no dia a dia das empresas, possibilitando diversas mudanças e testes nos processos produtivos sem que fossem gerados riscos e custos no mundo real. Assim, podemos perceber que os softwares de simulação têm auxiliado o desenvolvimento das empresas.

Cada vez mais as empresas têm visto nos programas de computador uma alternativa para buscar inovações e assim, garantir o seu diferencial de mercado diante da concorrência.

O software ARENA possibilita a criação de diversos processos, através de um ambiente gráfico integrado, garantindo ao usuário a chance de realizar mudanças, analisar problemas e criar soluções nos modelos.

No presente trabalho, foi criado um processo produtivo de um restaurante especializado em hambúrguer, apresentando os resultados da simulação, analisando-os e avaliando-os de acordo com o modelo elaborado.

8 REFERÊNCIAS

ARENA. Disponível em: <<http://www.paragon.com.br/software/arena/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

ARENA. Disponível em: <<http://www.erlang.com.br/arena.asp>>. Acesso em: 21 out. 2017.

ESTUDO DE CASO – MATERIAL MAIS VIÁVEL A SER PRODUZIDO PARA OBTENÇÃO DO LUCRO MÁXIMO USANDO O SOFTWARE SOLVER

MENDES, Diego Ghiotto

SOUZA, Thiago Luiz Pedroni¹

CRUZ, Valquiria Cereza²

FONTANA, Valderedo Sedano³

1 INTRODUÇÃO

Com a grande diversificação de materiais, cor, demanda e preços, o mercado de rochas ornamentais vem a muitos anos dominando o cenário da indústria sul capixaba, com empresas muito bem consolidadas possuindo uma vasta gama de materiais em seus catálogos. Dentre esses materiais comercialmente conhecidos como granito abordamos o Branco Siena, Branco Dallas, Cinza Castelo e a Preto São Gabriel, rochas que possuem custos de produção, valor de venda e demanda distintos.

Utilizando a ferramenta solver, estamos buscando a viabilidade e o motivo de se produzir esses tipos de rochas de modo obter o lucro máximo, para isso consideramos apenas as variáveis que mais influenciam no custo de produção no que se refere ao processo de desdobramento, abordamos quatro dos principais materiais produzidos pela empresa em questão.

2 MATERIAL E MÉTODOS

As pesquisas podem ser exploratórias, descritivas ou explicativas, MARCONI, Marina de Andrade (2002) diz que pesquisas exploratórias são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla

¹Graduandos Curso Eng. Prod. da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thiago-pedroni@hotmail.com;

²Mestranda em Ensino e Formação pela UFES. Graduação em Matemática pelo Centro Universitário São Camilo. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional (UCAM). Especialista em Informática na Educação (IFES). Especialista em Gestão Empresarial (FACEL). Bacharel em Ciência da Computação, Licenciado em Física e Pedagogia. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente fato ou fenômeno para realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e classificar conceitos. Marconi, (2002) completa que estudos exploratório-descritivos combinados têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno como, por exemplo, um estudo de caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas.

Utilizando o suplemento solver do Excel, foi montada a partir de planilhas obtidas na empresa uma função objetivo para maximizar o lucro, essa equação foi obtida através da subtração do valor total de venda do custo com consumo de cal, granalha e lâmina do tear. Como restrição foram utilizados os custos de produção individual de cada rocha com os limites estabelecidos, o tempo total de funcionamento dos teares e o consumo de insumos em kg/m² de cada produto – cal, granalha, lâmina – que a empresa dispõe para uso em sua produção no período de um mês (30 dias).

A coleta de dados, segundo Marconi (2002) pode ser feita seguindo três procedimentos, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contos diretos. Para a análise dos dados aqui estudados procedeu-se o levantamento e capitação documental, padronização dos dados para análise, cálculos, tabelas, construção dos gráficos comparativos.

3 PROGRAMAÇÃO LINEAR

Programação linear é o método matemático que permite distribuir uma oferta limitada de recursos com o objetivo de atender uma determinada demanda, maximizando uma função objetivo e atendendo a condições apresentadas, trazendo com isso a maximização do lucro e a redução de custos de uma determinada empresa.

3.2 Solver

Solver é um suplemento de recursos oferecidos por editores de planilhas eletrônicas, como o Microsoft Excel que utilizamos, permitindo a simulação de eventos, oferecendo relatórios para o estudo do caso. Obtém-se o valor ideal no solver – função

objetivo – inserindo restrições aos valores das cédulas, a partir daí o solver utiliza as cédulas variáveis para o cálculo dessas funções. Com o solver no Excel é possível obter relatórios de: Sensibilidade, Resposta e Limite.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Acreditávamos que o “Granito Branco Siena”, dadas as restrições descritas possibilitaria a obtenção do lucro máximo, porém ao verificar o resultado obtido através do Solver concluímos que a solução mais viável para obtenção do lucro máximo seria produzir apenas o “Granito Preto São Gabriel”. Identificamos que os limitadores da produção foram às horas de máquina dadas em h/m², visto que estas atingiram seu limite.

4.1 Tabela

TABELA 1 – Variáveis

VARIAVEIS	PRODUTOS	QUANT. (M ²)	LUCRO (R\$/M ²)	PRODUÇÃO (H/M ²)	C. GRANALHA (KG/M ²)	C. CAL (KG/M ²)	C. LAMINA (KM/M ²)
X ₁	B. SIENA	0	69,74	0,26	1,27	1,25	0,52
X ₂	B. DALLAS	0	59,90	0,32	1,78	1,50	0,68
X ₃	C. CASTELO	0	56,06	0,31	1,61	1,43	0,74
X ₄	P.S. GABRIEL	10512	84,44	0,25	0,97	1,12	0,46
DISPONIBILIDADE				2628	10500	12000	10000

Fonte: Elaborado pelos autores (2017), conforme dados coletados.

TABELA 2 – Limitador da linha de produção/lucro máximo

RESTRIÇÕES	EQUAÇÕES	DISPONIBILIDADE	SALDO FINAL DO ESTOQUE
PRODUÇÃO (M ² /H)	2628	2628	0
C. GRANALHA (KG/M ²)	10280,74	10500	219,26
C. CAL (KG/M ²)	11794,46	12000	205,54
C. LAMINA (KM/M ²)	4864,03	10000	5153,97
MAX L =	R\$887.633,28		

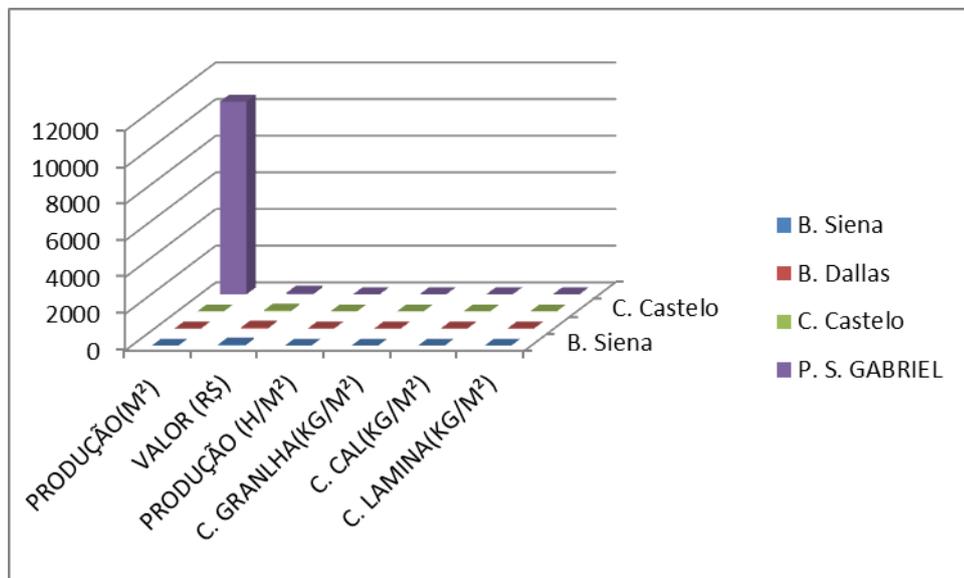
Fonte: Elaborado pelos autores (2017), conforme dados coletados.

TABELA 3 – Função objetiva

$MAXL = 69,74X_1 + 59,90X_2 + 56,06X_3 + 84,44X_4$	
SUJEITO À:	
	$0,26X_1 + 0,32X_2 + 0,31X_3 + 0,25X_4 \leq 2628$
	$1,27X_1 + 1,79X_2 + 1,62X_3 + 0,98X_4 \leq 10500$
	$1,25X_1 + 1,50X_2 + 1,43X_3 + 1,12X_4 \leq 12000$
	$0,52X_1 + 0,68X_2 + 0,74X_3 + 0,46X_4 \leq 10000$
	$X_1 + X_2 + X_3 + X_4 \geq 0$

Fonte: Elaborado pelos autores (2017), conforme dados coletados.

4.3 Gráficos

Gráfico 1: Comparativo de produção (m²) para obtenção de lucro máximo

Fonte: Elaborado pelos autores (2017), conforme dados coletados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do solver permitiu visualizar que, quando consideramos apenas alguns dos custos diretos sobre o produto estudado, o ideal de produção seria produzir apenas o material Preto São Gabriel, visto que é a de maior valor final e com o menor custo para a produção.

O material que gerou a limitação foi a “Hora de produção (h/m²)”, pelo fato de ter uma disponibilidade restrita devido a normas de trabalho, por conta dessa situação,

recomendamos que a sobra de insumos seja mantida para que se mantenha um estoque de segurança, evitando possíveis paradas por falta destes.

Sabendo que no mercado não se deve produzir um único tipo de produto, também recomendamos a execução da modelagem gráfica para expor todos os limites de produção, reduzindo a possibilidade de prejuízos.

Além disso, para um resultado mais preciso, há necessidade de se realizar um estudo com maior índice de variáveis que também levava em consideração fatores como perdas por quebra de material e demanda de mercado. Esses fatores foram retirados por motivos de este estudo ser apenas parcial, podendo ser utilizado como base para a pesquisa completa.

6 REFERÊNCIAS

CALLISTER JUNIOR, William D. **Ciência e engenharia de materiais: uma introdução**. 5. ed. Rio Janeiro: LTC, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ROCHA NETO, Anselmo Rocha; Deimling, Moacir Francisco; Tosati, Marcus Cristian: **Aplicação da programação linear no planejamento e controle de produção: definição do mix de produção de uma indústria de bebidas**, Bauru – SP

STACANELLI, Thais Machado; de Moura, Ramila Aparecida; Silva, Yahayra do Vale Borges; da Silva, Gabriel; da Silvam, Ariadne Martins: **Aplicação da programação linear para a otimização da produção em um laticínio localizado na região centro oeste de minas gerais**: Fortaleza - CE

**EFEITO DE BORDA SOBRE DOIS FRAGMENTOS DO ENTORNO DA MATA
ATLÂNTICA MARGEADOS POR CAFÉ E EUCALIPTO EM DUAS
PROPRIEDADES DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA**

POLA, Emanuel Vaz
MILANEZI, João Pedro Donna
MARCHIORO, Talis da Cunha
CUNHA, Tiago Ferraz¹
SCARAMUSSA, Fábio²
GRILLO, Marcia Reis³

1 INTRODUÇÃO

A área de estudo insere-se no bioma da Mata Atlântica, sendo classificado como Floresta Ombrófila densa (floresta pluvial tropical) (Veloso et. Al. 1991), o termo floresta ombrófila densa de origem grega substitui o termo de origem latino pluvial, ambos com o mesmo significado “amigo das chuvas”.

Uma das principais características ecológicas existentes nos ambientes ombrófilos está preso a fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas, e de alta precipitação, bem distribuída durante o ano, o que determina uma situação bioecológica praticamente sem período bioecologicamente seco.

O objetivo desse estudo foi levantar hipóteses de como os efeitos de borda afetam as características vegetacionais e populacionais das espécies tanto de plantas, quanto de animais. Para isso estudou-se as diferentes vegetações que margeiam os dois fragmentos, constatando que há diferenças quanto a dispersão das plantas, a formação dos solos e a brotação das novas plantas na mata, no qual os dados recolhidos colaboram com outros estudos, que apontam que a fragmentação dos habitats, circundados por atividades agrícolas podem modificar a composição da dispersão das plantas, seu brotamento, a estrutura da formação do solo e a dinâmica

¹Estudantes de EEEM “Guilherme Milaneze” – Vargem Alta-ES

²Professor Orientador: Graduado em licenciatura em Ciências Sociais – EEEM “Guilherme Milaneze” – Vargem Alta-ES – f.scaramussa@yahoo.com.br

³Professora Orientadora. Graduada em Ciências Biológicas – EEEM “Guilherme Milaneze” – Vargem Alta-ES – marciagrillo54@gmail.com

das populações vegetais e, conseqüentemente de animais, podendo levar a extinção de populações locais e a redução da diversidade biológica.

1.1 Acesso e Dimensão das áreas

Na estrada que liga Vargem Alta à BR 262, nas limitações do distrito de Fruteiras, segue-se aquela estrada ao lado dos Irmãos Milaneze Compradores de Café (sentido UBÁ), por estrada não pavimentada por aproximadamente 0,300 KM.

Uma das áreas de estudo deste artigo é de recomposição, projeto de execução do proprietário, terreno localizado no entorno do Rio Fruteiras, nas coordenadas já citadas. A propriedade já possui uma área de 0,9 ha. Plantados com palmeira real em idade média. A área a ser recuperada após a extração do eucalipto (mata ciliar) possui dimensão de 0,8 ha. Também será destinada uma área de 0,6 ha para Reserva Legal. Considerando que a propriedade possui área escriturada de 11,48 ha, e que por lei, devem ser destinados a Reserva Legal 20% dessa área, percebe-se que toda a “área verde”, ou seja, toda área de Reserva Legal, será de 2,3 ha.

Fazendo divisa com a área florestada, tem-se o cultivo de eucalipto, no trecho florestado, são encontradas formações caracterizada por mata secundária e bom estado de desenvolvimento. Apresenta com frequência um dossel emergente uniforme, porém devido à exploração de madeira sua fisionomia torna-se bastante aberta. É uma formação com muitas *cecrópias sp* no estrato dominado, e nesta ocorrem nanofanerófitos e alguns caméfitos no meio de plântulas da densa reconstituição natural do extrato dominante. Em contrapartida, a formação apresenta muitas lianas lenhosas e herbáceas, devido ao efeito de borda, além de grande número de epífitas.

O baixo sombreamento e umidade na borda por causa das atividades cultivares, tem agredido as pequenas plantas, que recebem menos luz solar e umidade, bem como reduzido brotamento.

A mata atlântica, como todos os outros biomas, vem sofrendo com as constantes degradações em seus ecossistemas naturais. Devido as ações antrópicas como agricultura e pecuária que, pelo modelo atual de

desenvolvimento, necessitam de retirada de vegetação natural para a implantação de pastagens e campos agrícolas, compostos, principalmente, por monoculturas (Diniz 1984; solo et. d. 2000).

Na área 2 em questão, refere-se a um trecho de mata na Comunidade de Ayd em Vargem Alta. O local referente ao estudo trata-se de uma área de Mata Nativa situada nas coordenadas UTM 290886.5291/ 7718947.7104.

Estimativas da FAO (organização das nações unidas para alimentação e agricultura, sigla do inglês *Food and Agriculture Organization*) sugerem que ainda em 1990, 20% das florestas tropicais já haviam sido destruídas, nesse sentido de destruição, o que positivamente pode ser descrito é que tal redução nunca é absoluta, ou seja, fragmentos são mantidos, e nesses trechos a maioria das espécies se restringem a essas áreas. A manutenção desses fragmentos implica na criação de uma borda, ou seja, outra área, margeia a mata, geralmente ocupada por agricultura ou pasto. Williams-Linera et. Al. (1997) e Primak & Rodrigues (2001), contribui afirmando que a criação de fragmentos implica na formação de uma borda florestal, definida como uma região de contato entre a área ocupada (matriz antrópica) e o fragmento de vegetação natural.

2 EFEITO DE BORDA

É denominado efeito de borda toda e qualquer alteração na vegetação local na margem de um fragmento de floresta isolado por ações humanas ou naturais, cuja as ações são de interesses econômicos por parte do proprietário do terreno, como por exemplo a derrubada de parte da floresta natural para a plantação agrícola ou introdução de pastos. O efeito de borda consiste na alteração estrutural, no número de espécies e na quantidade de animais na margem de um fragmento.

A intensidade do efeito de borda varia de acordo com o tamanho e forma do fragmento florestal, sendo menor em fragmentos maiores e com formas próximas a circular, e mais intenso em fragmentos menores. O efeito de borda pode estender-se até 100 metros mata adentro, dessa forma fragmentos com 100 metros ou menor de diâmetro ocorre-se alteração em todo o terreno.

2.1 Origem do Efeito de Borda

O efeito de borda tem seu surgimento proveniente de isolações de algumas partes do bioma local, tal isolação faz com que esse fragmento fique mais propício ao aparecimento de espécies invasoras.

Esses fragmentos são “ilhados” podendo ter em sua volta fragmentos que influenciam no surgimento do efeito de borda, como: estradas (asfaltadas ou não), pastagens, área de cultivo agrícola, áreas de construção civil, entre outros, tais atividades são fatores determinantes na pressão sofrida pela mata no efeito de borda, o que tem indicado mudanças vegetais no entorno.

2.2 Plantas Invasoras

O efeito de borda é caracterizado pelo surgimento de espécies invasoras nos fragmentos florestais, essas espécies variam de acordo com o bioma e com o tipo de paisagem que cerca esse fragmento. No fragmento de mata circundante com o eucalipto, foi possível verificar a invasão de plantas como o Bambu e samambaias, e seu crescimento para dentro da área florestada.

Normalmente as espécies invasoras são as “colonizadoras” ou “pioneiras” e exóticas (plantas que são introduzidas em biomas que não é de origem, mas pode se desenvolver com facilidade), podendo definir espécie invasora como espécie exótica com alta capacidade de crescimento, proliferação e dispersão, com capacidade de modificar a composição, estrutura ou função do local.

2.3 Impactos Ambientais

Como o efeito de borda acontece nas margens dos fragmentos, as árvores que ficam nessa área são mais expostas ao clima, parasitas e outros fatores biológicos e químicos, tornando-as menos saudáveis e morrendo lentamente, intensificado o efeito de borda que acaba adentrando mais o fragmento.

Com a morte das plantas nativas na borda do fragmento florestal os animais que moram no local acabam perdendo o seu habitat natural e migram para outros locais, alguns acabam morrendo devido a não adaptação a outro local, essa migração acaba afetando a flora restante porque entre outros serviços prestados, esses animais polinizam e dispersão frutas e sementes, e sem a existência deles no local a existência de outra espécie e a cadeia alimentar acabam sendo afetadas.

Com as mudanças ocorridas na borda do fragmento tem recuperação na forma local, com o estrado de algumas espécies de plantas e morte ou migração de outras, ocorre mudanças na cadeia alimentar. A substituição de vegetação motivo por áreas de monocultura, pastos, entre outros, ocasiona a perda contínua e irreversível da biodiversidade, seja pela extinção ou migração de espécies.

3 PESQUISA

Na realização da pesquisa buscamos coletar algumas informações inerentes a área de plantio e o trecho florestal, cerne de nosso estudo.

Na coleta de tais informações, foi estudado duas áreas de mata circundante de atividades agrícolas, nesse sentido alguns fatores foram observados, como por exemplo: textura do solo, profundidade das raízes, presença de líquens vermelhos nos troncos das árvores demonstrando a vasta umidade que há no local, observamos também a ocorrências de espécies parasitas como orquídeas, bromélia entre outras espécies, e se sua ocorrência era mais frequente na borda da mata ou no seu interior, para sabermos a diferença da matéria orgânica nos dois fragmentos estudados foi feito uma retirada do horizonte O do solo e realizamos uma peneiração do material retirado, após a peneiração fizemos uma visão geral observando a umidade e a textura do solo.

Na borda dos fragmentos observamos as plantas invasoras existentes, na área 1 que é margeada por eucalipto, mandioca e café a espécie de planta invasora era o bambu, já na área 2 que é margeada por milho, feijão, café, abacate e banana a espécie de planta invasora é o samambaião.

3.2 Área Pesquisada

Foi realizada uma pesquisa para perceber o efeito de borda em fragmento da Mata Atlântica no município de Vargem Alta, Espírito Santo.

A pesquisa foi realizada em dois lugares diferentes, o primeiro foi em São José de Fruteiras, onde o proprietário do terreno é o senhor Ronaldo Cunha Milanezi, o terreno tem aproximadamente 114.861,01 m² e o efeito de borda adentrou entre 2 há 3 metros, o fragmento é basicamente cercado por café, mandioca e eucalipto. Área em questão, referente ao estudo trata-se de uma área de Recomposição de Mata Ciliar situada nas coordenadas UTM 288214/7720265.

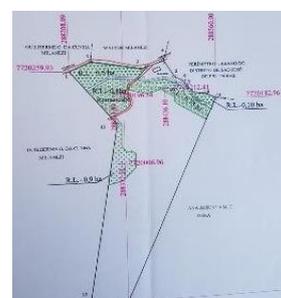
A outra área pesquisada está localizada em Ayd, cujo proprietário do terreno é o senhor Ivanildo José Pedruzzi, esse terreno tem aproximadamente 112.497,73 m² e o efeito de borda adentrou no fragmento cerca de 3 metros, cercado pelo cultivo de milho, feijão, café, abacate e banana.

F Figura 1 – Área 1



FONTE: www.geobases.es.gov.br

Figura 2 – Planta topográfica da área 1



FONTE: Geografic Ltda

Figura 3 – Área 2



FONTE: www.geobases.es.gov.br

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Sementes

A dispersão de sementes das plantas do cultivo por meio de animais, principalmente o jacu que consume o grão de café. Enquanto isso a dispersão de sementes da vegetação da mata não alcança longas distâncias, pois a plantação de eucalipto serve de quebra vento. Com isso as sementes caem mais próximas da sua árvore de origem, sabe-se que do eucalipto se desprendem várias folhas e galhos e além de sufocar e quebrar mudas da mata, faz com que uma crosta de folhas se cria assim demorando se decompor devido a umidade ser diminuída pelo próprio eucalipto, desse modo a germinação das sementes é dificultada para agravar mais a situação em partes da mata o solo está compactado.

4.2 Competição

Em ambas as áreas pode-se notar o sombreamento exercido do cultivo sobre a mata ou da mata sobre o cultivo. Na área 1 nota-se que o crescimento da mata ciliar está sendo atrasado pelo eucalipto devido ao fato de ele ter uma altura mais elevada, e no outro lado do fragmento, ao compararmos o desenvolvimento do cultivo do café no meio e nas divisas com a mata, vimos claramente que o café que está na sombra tem a cor mais viva, mas tem seu crescimento frustrado sendo de menor tamanho.

4.3 Solo

O solo é argiloso na área 1 o que significa maior conservação de umidade, nesta área pode-se notar várias nascentes. Ao abrirmos um buraco no chão, no interior da mata, percebemos a presença de várias raízes quase na superfície, notando que as plantas não precisam de raízes muito profundas por causa do solo que retém muita água.

4.4 Matéria Orgânica

Analisando as amostras de matéria orgânica no interior da mata e da borda, ficando claro que a amostra 1 estava mais mineralizada (disponível para a planta) por causa da alta umidade e pouca luz, fazendo com que os microrganismos agem mais rapidamente. Já no cultivo do café o solo está mais arenoso retendo menos água, atrasando a decomposição da matéria orgânica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fragmentos da Mata Atlântica estudados, tanto os margeados por eucalipto, quanto pela produção de café, foi possível identificar alterações na composição florísticas, o que nos impede de dizer que estes fragmentos sofrem ações deste bordeamento, foi identificado sementeiras de eucalipto na borda da mata, bom como presença de galhos que estão sufocando o crescimento e bordeamento.

Os fragmentos florestais, base do estudo é bem parecido com a maior parte das áreas legais das propriedades rurais, cujo nome também é conhecido como “capões de mata” sendo assim, tais trechos estão constantemente perturbados por atividades relacionadas ao uso e exploração do solo, como pastoreio fogo, retirada de madeira para atividades rurais e lenha, uso de pesticidas, dentre outros.

Colaboram para a hipótese de queda na diversidade de plantas e animais, a colonização de espécies pioneiras nas bordas dos fragmentos, onde, os parâmetros, solo, temperatura e umidade, são desfavoráveis a plantas mais exigentes. As bordas são frequentemente mais atingidas pela incidência de fatores morfoclimáticos, pesticidas, fogo, retirada de plantas lenhosas, de que o interior da mata.

Os efeitos de borda envolvem mudanças na abundância e na distribuição de espécies, provocadas pelos fatores abióticos nas proximidades das bordas, como por exemplo, o aumento da densidade de plantas devido a aumento da radiação solar” (Murcia 1995).

A competição entre as espécies é mais potencializada nas bordas do que no interior do fragmento tornando-o mais protegido e com maior número de espécies.

Dessa forma, espera-se que a competição interespecífica seja maior nesses ambientes, levando as populações a apresentarem padrões espaciais cada vez mais agregados” (Greig-Smith 1964).

A regeneração da mata pode ser percebida não só pela dispersão das sementes, mas também por meio da brotação de árvores cortadas ou que foram derrubadas pelo vento que cai na maioria das vezes em direção ao cultivo, e assim a mata vai recuperando o espaço que um dia lhe foi tirado.

6 REFERÊNCIAS

Ambiente Brasil, **Corredor biológico e efeito de borda**. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/unidades_de_conservacao/artigos_ucs/corredor_biológico_e_efeito_de_borda.html>. Acesso em 6 de novembro de 2016.

Ecopaisagem, **Efeito de borda e qualidade de habitat**. Disponível em: <<https://ecopaisagem.wikispaces.com/Efeito+de+borda+e+qualidade+de+h%C3%A1bitat>>. Acesso em 1 de novembro de 2016.

NASCIMENTO, Henrique e.m., LAURENCE, William f., **Efeitos de área e de borda sobre a estrutura florestal em fragmentos de floresta de terra-firme após 13-17 anos de isolamento**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aa/v36n2/v36n2a08>>. Acesso em 5 de novembro de 2016.

Pensamento Verde, **entenda o que é efeito de borda nos fragmentos florestais**. Disponível em: <<http://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/entenda-o-que-e-efeito-de-borda-nos-fragmentos-florestais/>>. Acesso em 1 de novembro de 2016.

Portal educação, **efeito de borda**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/biologia/artigos/25316/efeito-de-borda>>. Acesso em 7 de novembro de 2016.

RIBEIRO, Mateus de Souza Lima, **Efeitos de borda sobre a vegetação e estruturação populacional em fragmentos de Cerradão no sudoeste Goiano, Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abb/v22n2/a20v22n2.pdf>>. Acesso em 4 de novembro de 2016.

RODRIGUES, Efraim, **Efeito de borda em fragmentos de floresta**. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Cadernos%20da%Biodiversidade/Cadernos_da_Biodiversidade_V1n2/CADERNOS_2_VERS.pdf>. Acesso em 3 de novembro de 2016.

PROTEÇÃO E AGRUPAMENTO DOS FRAGMENTOS DO HABITAT DA SAÍRA APUNHALADA: PRIORIDADE PARA A CONSERVAÇÃO DESSA ESPÉCIE ENDEMICIA

CEZATTI, Dennys Henrique Venturin

PAZINATO, Matheus Machado

MINIGUITE, Ruam Pezzin¹

SCARAMUSSA, Fabio²

1 INTRODUÇÃO

A região serrana do Espírito Santo é uma área com aspectos climáticos homogêneos, apresentando floresta ombrófila que constitui os últimos fragmentos da mata atlântica na região. Apesar de obter uma grande importância a floresta vem sofrendo há séculos em acelerado processo de desmatamento para dar lugar a agricultura, pecuária e expansão imobiliária.

O último fragmento de florestas existentes na região serrana do Espírito Santo apresenta grande importância na preservação da vida silvestre local, além de apresentar o último refúgio da Saíra Apunhalada, *Nemosia rourei*, ave endêmica da região que após considerada extinta foi redescoberta na região meados de 1990.

É de vital importância o aprofundamento no estudo da espécie *Nemosia rourei* com finalidade de preservação da espécie reconhecendo a importância das áreas de refúgio da vida silvestre que os blocos florestais apresentam.

Desta forma, o estudo da espécie e de seu habitat indica o grau de perigo que a espécie vive com parâmetros que se baseiam na conservação do seu habitat natural.

¹Estudante da EEEM “Guilherme Milaneze” Vargem Alta – ES.

²Professor Orientador. Graduado em Geografia, EEEM “Guilherme Milaneze” Vargem Alta – ES, f.scaramussa@yahoo.com.br

2 HISTORICO DA ESPECIE

A Saíra Apunhalada foi descoberta no ano de 1870 pelo explorador francês Jean Roure que conseguiu capturar um exemplar, ele recebeu o nome de *Nemosia rourei* que significa, do grego Nemos: clareira e rourei: em homenagem ao descobridor, então se trata da (ave) de Roure (que vive na) clareira.

A ave foi descrita pelo ornitólogo brasileiro Helmut Sick ainda em 1870 através da única exemplar capturado e taxidermizado, atualmente exposto no museu de Berlim. No ano de 1941 o descritor da ave Helmut Sick avistou um bando de *Nemosia rourei* contendo oito indivíduos, no município de Itarana a uma altitude de mil metros. Na região serrana do estado, desde então foi considerado como sendo o último avistamento da espécie.

A Saíra Apunhalada, *Nemosia rourei*, recebeu esse nome por conta do referencial, a mancha vermelha que se estende da base do bico até peito da ave, que juntamente com o branco ao redor, lembrando uma mancha de sangue de um ferimento no peito. Apresenta uma coroa cinza clara e uma faixa negra que se estende do bico até a base da cabeça, suas asas e cauda são de cor negra.

A ave apresenta características alimentares mista, com alimentos entre artrópodes, frutas e sementes, coletadas no topo das árvores. É considerada uma espécie monotípica, seu ciclo de reprodução se inicia no começo de novembro com a construção do ninho. Não há um dimorfismo sexual gêneros, ambas possuem a mesma característica plumares e de tamanho.

A *Nemosia rourei* apesar de ser uma espécie da Saíra possui características bem peculiares como seu tamanho maior variando de 14 a 20 centímetros pesando 22 gramas. A espécie habita o topo das árvores, onde encontra seus alimentos, e por essa razão que seu avistamento se torna difícil

3 EXTINÇÃO

Dentre os fatores que levaram a crer na extinção da Saíra Apunhalada esta seus avista mentos, onde, por mais de meio século, nenhum exemplar da *Nemosia rourei* foi avistado na região. Nesse aspecto é primordial, após sua redescoberta em 1998, que se efetue a preservação, que intimamente está relacionada à ampliação e proteção florestal, abrindo caminho para uma provável recuperação dos números de indivíduos, estimando atualmente em 50 espécimes.

A distribuição da espécie num ambiente reflete o grau de adaptabilidade frente as diversas pressões seletivas, uma vez que se deve existir condições essenciais à sobrevivência para que se ocorra a ocupação e a colonização de determinada área.

Em face afirmativa acima, é inerente apontar que na região serrana do Espírito Santo, área de sua redescoberta, se concentra um grande número de pequenas propriedades, muitas voltadas à agricultura e pecuária, na qual persiste o uso de muito dos tradicionais de cultivo, como técnicas rudimentares de ocupação do solo, com frequente desmatamento das bordas florestais e os insumos agrícolas, principalmente os agrotóxicos, que pressionam o clima florestal.

4 REDESCOBERTA

A *Nemosia rourei* foi dada como extinta por mais de meio século, até ser redescoberta em 1958 nas florestas da fazenda Pindoba IV, no município de Conceição de Castelo. No ano de 2003, foram observados outros exemplares na mata de Caeté no município de Vargem Alta, local aonde vem ocorrendo novos avista mentos considerados frequentes.

A “redescoberta” de espécies da fauna antes consideradas extintas não é algo raro, uma vez que indivíduos e grupos se adaptam as novas características do ambiente em que vivem, no caso da *Nemosia rourei* o fator crítico é a submissão dos grupos a processos acelerados de extinção, já que sua distribuição é restrita a “ilhas” de Mata¹ Com a Saíra Apunhalada possui hábitos sociais na qual cria-se um grupo de indivíduos, a sobrevivência da espécie passa a sofrer novos fatores preocupantes,

uma vez que grupos isolados em fragmentos florestais não compartilham informações genéticas com outros indivíduos morrendo um sistema natural forçado de gerações consanguíneas onde a ordem natural da espécie entra em colapso e a sobrevivência para indivíduos e grupos se torna improvável.

A substancia de grandes áreas de vegetação natural por ecossistema diferentes como pastagem e campos agrícolas, leva a criação de fragmentos isolados, imersos em uma matriz antrópica (Forman e Godron 1986 – Franklin 1993).

5 OBJETIVO

O objetivo da pesquisa descritiva de amostragem consiste na obtenção do nível de conhecimento da população referente à criação do refúgio de vida silvestre Saíra Apunhalada além, de obter opiniões sobre possíveis impactos sociais e econômicos sofridos pelos moradores que tem a agricultura como meio de sustento.

No levantamento dos dados, foi levado em consideração questões de caráter específicos da criação do Refúgio da vida silvestre Saíra Apunhalada, importância dos fragmentos florestais conectados, da espécie do estudo e questões diretas sobre a aceitação dos agricultores nas normas e regras a serem seguidas de acordo com as palestras e debates entre o tema e a comunidade.

É perceptível na seleção análise dos dados que há uma barreira imposta entre os agricultores e a criação do Refúgio de vida Silvestre Saíra Apunhalada, barreira essa criada pela falta de diálogo informações além do medo por parte dos agricultores de virem a sofrer embargo e fiscalizações de suas terras a restrição ao uso de defensivos agrícolas na lavouras.

Com a criação do Refúgio Da Vida Silvestre Saíra Apunhalada, uma das restrições à agricultura local seria a erradicação dos pesticidas. Segundo os próprios agricultores, o não uso dos agrotóxicos na lavoura levaria um declínio na produção uma vez que as terras da região vêm acumulando um histórico grande de doenças e pragas ao longo de gerações, além de surgirem novas pragas nas culturas que só são destruídas com a aplicação de defensivos. Sendo assim, a agricultura local se vê presa ao uso

de pesticidas para a lavoura e os proprietários agricultores não enxergam um futuro sem o uso do agrotóxico, pois as terras concentram uma infinidade de doenças decorrentes do frenético uso geração após geração.

6 METODOLOGIA

Dentre os métodos utilizados para a pesquisa, está um questionário de pesquisa descritiva de amostragem, onde cada entrevistado respondeu as questões propostas. O questionário é constituído por onze perguntas que envolvem questões de conhecimento sobre a espécie e a criação do Refúgio da vida silvestre, além de questões relacionadas ao meio ambiente local e os impactos na população, proveniente da criação do refúgio.

O questionário foi apresentado como uma pesquisa, onde, os entrevistados foram os agricultores da localidade de São Paulo do Aracê e Domingos Martins. Nessa pesquisa puderam responder objetivamente e descritivamente, apresentando suas opiniões sobre o assunto. No total foram 15 entrevistados, sendo todos trabalhadores rurais da região. A pesquisa decorrente do questionário foi tabulada e os resultados postos em porcentagem, para melhor administração dos dados.

6.1 Questionário Referente ao Corredor Ecológico Saíra Apunhalada

QUESTIONÁRIO REFERENTE AO CORREDOR ECOLÓGICO SAÍRA APUNHALADA.

1. Você conhece a importância do corredor ecológico?
 Sim
 Não
2. Você tem conhecimento da criação do corredor Saíra Apunhalada?
 Sim
 Não
3. Você concorda na criação do corredor ecológico?
 Sim
 Não
 Não sei responder
4. Em sua opinião, o corredor ecológico traria problemas ou dificuldades na prática da agricultura na região?
 Sim
 Não
 Não sei responder
5. Em sua opinião, a criação do corredor trará benefícios à região?
 Sim
 Não
6. Em sua opinião, a preservação dessa ave pode ocorrer sem a criação do Refúgio Da Vida Silvestre?
 Sim
 Não
7. Você acha importante a preservação de tal espécie e de seu habitat?
 Sim
 Não
8. Há alguma outra proposta para a preservação da espécie e sua conservação, sem ter que criar o Refúgio Da Vida Silvestre?
 Sim
 Não
9. O IEMA do estado tem discutido frequentemente com a comunidade a respeito da criação do Refúgio?
 Sim
 Não


 ASS-Professor Fabio Scaramuzza

6.2 Questão Referente Ao Refugio Da Vida Silvestre Saíra apunhalada

questão	sim (%)	não (%)	não soube responder (%)
01	60,0	40,0	0,0
02	60,0	40,0	0,0
03	26,7	33,3	40,0
04	66,7	0,0	33,3
05	26,7	73,3	0,0
06	93,3	6,7	0,0
07	100,0	0,0	0,0
08	86,7	13,3	0,0
09	26,7	66,7	6,6

FONTE: Pesquisa descritiva de amostragem – coleta com agricultores do entorno do “Refugio da Vida Silvestre Saíra Apunhalada” – 2016.

7 RESULTADOS

Observando os dados da pesquisa podemos perceber que mais da metade dos entrevistados não tem conhecimento da criação do “Refúgio” ou conhece sua importância e também pensam que com a criação do “Refúgio” os problemas e dificuldade na prática da agricultura aumentariam, tendo em vista que o uso de agrotóxicos nas lavouras seria proibido, e que essa criação não trará benefícios para a região. Podemos perceber também que a maior parte dos entrevistados pensa que a preservação da Saíra Apunhalada pode ocorrer sem a criação do “Refúgio”. Essas opiniões podem ter como base a baixa escolaridade da população, porém, mesmo com a falta de estudo, 100% dos entrevistados conhece a importância da preservação dessa ave.

8 CONCLUSÃO

A destruição secular da floresta, para o uso da terra na agricultura e pecuária fez com que o habitat da *Nemosia rourei* fosse destruído parcialmente colocado na lista de espécies extintas por mais de meio século, até a sua redescoberta no final do século XX. Segundo o site Universo da Natureza: Saíra Apunhalada “É um pássaro extremamente raro sendo que permaneceu desaparecido por mais de 50 anos e já era considerado extinto na natureza por muitos ornitólogos”.

Com base na pesquisa realizada, através do questionário, pode-se citar que a criação do Refúgio Da Vida Silvestre Saíra Apunhalada, teria uma grande importância na reintrodução da espécie em todo seu habitat, porém de acordo com a pesquisa a criação do refúgio trará malefícios a produção agrícola da região. Por conta de reprimir por lei o uso de agrotóxicos nas lavouras.

9 REFERÊNCIAS

PÉRICO, Natan, **Wikiaves, Saíra Apunhalada**, Disponível em <[http://www.wikiaves.com.br/ Saíra-apunhalada](http://www.wikiaves.com.br/Saira-apunhalada)>. Acessado em 20 de novembro de 2016.

PÁDUA, Maria Tereza, **O eco, Saíra Apunhalada**, Disponível em <<http://www.oeco.org.br/colunas/maria-tereza-jorge-padua/16250-oeco-13051/>>. Acessado em 20 de novembro de 2016.

SILVEIRA, Luís Fábio; Costa, Fernando Straube (2008). <**Aves Ameaçadas de extinção no Brasil**>. In; Angelo Barbosa Monteiro Machado, Gláucia Moreira Drummond, Adriano Pereira Paglia, Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção

EVERTON, Lopes (10 de dezembro de 2015). **Raridade capixaba**. Disponível em <cienciahoje.uol.com.br>. Acessado em 25 de novembro de 2016

O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO COMO FATOR DE AUMENTO DA INCIDÊNCIA DE CASOS DE ESQUISTOSSOMOSE EM VARGEM ALTA

BERGAMIN, Bruna Pessin
FÁVERO, Maria Joana Custódio
OFRANTI, Camilla Calvi Batista
PIN, Giovana Fardin
GRILLO, Márcia de Souza Reis¹
SCARAMUSSA, Fábio²

1 INTRODUÇÃO

Entre as várias verminoses existentes, a esquistossomose é uma doença adquirida através da parasita *Schistosoma mansoni*, que se instala dentro do corpo humano sobrevivendo por mais de 20 anos. A verminose é adquirida através do contato com o ambiente contaminado (água), possuindo dois hospedeiros, um definitivo: ser humano (vertebrado) e o outro intermediário: moluscos transmissores (caramujo, principalmente do gênero *Biomphalaria*). De acordo com Alan Lane de Melo e Paulo Marcos Zech Coelho (2011, capítulo 22, p.228) “A esquistossomose mansoni tem na espécie humana seu principal hospedeiro definitivo”.

Vargem Alta é um município do Sul do Espírito Santo que está localizado em uma região geograficamente rica em recursos hídricos, sendo propícia a propagação da esquistossomose. Segundo Alan Lane de Melo e Paulo Marcos Zech Coelho (2011, capítulo 22, p.225) “A existência de clima apropriado para a transmissão e as condições socioeconômicas precárias (saneamento básico, educação sanitária etc.), permite a manutenção da endemia nas áreas.”. Como Vargem Alta sofre com a carência de saneamento básico e com a falta de disseminação da informação sobre a existência da doença, a população persiste em despejar os seus detritos nos afluxos da localidade, ocasionando o aumento da proliferação da verminose.

¹Estudante da EEEM “Guilherme Milaneze” Vargem Alta – ES

² Professor Orientador. Graduado em Geografia, EEEM “Guilherme Milaneze” Vargem Alta – ES, f.scaramussa@yahoo.com.br

A região possui sua economia voltada para a agricultura, na qual a irrigação é efetuada constantemente através das águas dos rios, possibilitando um maior contato de habitantes com a água contaminada, levando o município a apresentar o vetor e resultando na formação de pontos focais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Caracterização da pesquisa

O estudo foi baseado em uma pesquisa de epidemiologia descritiva de amostragem.

2.2 População e amostra

A pesquisa foi realizada através de estimativas, por meio de um questionário que abordou uma parte da população de certas localidades do município de Vargem Alta, envolvendo familiares dos alunos dos turnos vespertino e noturno da Escola Estadual de Ensino Médio “Guilherme Milaneze”. Foram entregues 262 questionários, contudo foram utilizados os dados de apenas 166.

2.2 Instrumentos e coleta de dados

Foram utilizados para coleta de dados:

- Formulário com dados de níveis sociais e econômicos, visando à escolaridade e ao conhecimento pessoal.

A aplicação do questionário foi realizada em âmbito escolar, no qual os pais dos alunos deram permissão para o uso dos dados coletados. Durante a execução foram expostos aos entrevistados os objetivos e a importância da pesquisa, levando em conta que o objetivo principal era descobrir o conhecimento prévio das pessoas.

- Pesquisa de informação aprofundada da esquistossomose cedida por órgão público (Vigilância Sanitária).

Mediante visita à Vigilância Sanitária, adquirimos informações concretas a respeito da esquistossomose no município, através do programa SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) do ano de 2007 a 2016, sendo possível extrair dados

importantes a respeito da incidência de casos confirmados e recolhendo informações gerais da população contaminada em Vargem Alta.

2.4 Tratamento de dados

- Questionário – Pesquisa descritiva de amostragem.

Para a interpretação do nível de conhecimento por parte dos responsáveis dos alunos da Escola Estadual de Ensino Médio “Guilherme Milaneze”, foi utilizado o critério de porcentagem no qual de 166 questionários recolhidos, 136 (81,9%) possuem conhecimentos básicos sobre a esquistossomose e 30 (18,1%) dos entrevistados não têm conhecimento nenhum.

- Dados da Vigilância Sanitária

As informações coletadas no órgão de saúde (Vigilância Sanitária) nos anos anteriores a 2007, com relação aos casos da doença não foram computados, pois não havia dados suficientes para atingir o objetivo da pesquisa. Dentre os 40 casos confirmados de 2007 a 2016, foram levados em consideração o sexo, escolaridade, comunidade, ano, idade, zona e relação com o trabalho de cada pessoa infectada.

3 DESENVOLVIMENTO

A incidência da doença em Vargem Alta deve-se ao fato da inexistência de saneamento básico. Os esgotos são jogados, em sua maior parte, nos rios, uma vez que a região apresenta uma grande quantidade de habitantes residindo em áreas de entorno dos recursos hídricos, principalmente às margens do Rio Fruteiras e Rio Novo onde há grande concentração populacional, somado a este dado, tem-se o margeamento ampliado nessas áreas, devido às condições financeiras, uma vez que essas áreas possuem terrenos barateados, fatores que potencializam o vetor patogênico e a área de abrangência da contaminação.

Almeida (2014) entende-se que a ocupação de áreas próximas a rios e mananciais é proibida pela Lei 4.771 de 15.09.1965, porém devido à crescente urbanização e especulação do mercado imobiliário muitas pessoas encontram nestes locais sua única possibilidade de ter o direito à moradia efetivado.

O município de Vargem Alta pode tornar-se endêmico caso os órgãos públicos não se prontifiquem a direcionar sua atenção às providências que precisam ser tomadas. Medronho (2008, capítulo 4, p. 92) entende-se que:

Uma epidemia não representa necessariamente a ocorrência de um grande número de casos da doença em determinada população, mas sim um claro excesso de casos quando comparada a frequência esperada (ou habitual) de uma doença em um determinado espaço geográfico e período de tempo.

A região é composta em sua maioria, por trabalhadores ligados à agropecuária, os quais, na maior parte, não tiveram acesso à educação de ensino completo, obtendo menos informações sobre as variadas doenças, inclusive a esquistossomose e assim, acabam não tendo o cuidado adequado no seu meio de trabalho, tornando-se mais vulneráveis à contaminação.

É perceptível que não há por parte da população o conhecimento considerado ideal, visto que a municipalidade não realiza campanhas para informar à população sobre o assunto em questão. A única campanha desenvolvida pelo órgão público é através do exame feito anualmente em determinadas comunidades que possuem o vetor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No início do estudo foram coletados dados na Vigilância Sanitária de Vargem Alta visando à formulação de tabelas que serviram para comprovar a problemática existente em âmbito municipal.

A amostra teve uma maior prevalência de indivíduos do sexo masculino 31 (77,5%), com o nível de escolaridade de 5° a 8° série incompleto 13 (32,5%). A zona rural possui a maior incidência de casos da verminose 26 (65%), sendo a comunidade de Capivara a que registra o maior número deles 11 (27,5%).

Tabela 1 - Características sócio demográficas da amostra - 2016

	Quantidade	Percentual
Sexo:		

Feminino	9	22,5%
Masculino	31	77,5%
Escolaridade:		
Analfabetos	2	5%
1° a 4° incompleto	4	10%
1° a 4° completo	8	20%
5° a 8° incompleto	13	32,5%
5° a 8° completo	1	2,5%
Ensino Médio incompleto	4	10%
Ensino Médio completo	1	2,5%
Ensino superior incompleto	3	7,5%
Ensino superior completo	0	0%
Ignorados	4	10%
Comunidades:		
Boa Esperança	1	2,5%
Capivara	11	27,5%
Córrego Alto	1	2,5%
Departamento	2	5%
Castelinho	1	2,5%
Fruteiras Nova	2	5%
Jaciguá	2	5%
Pirai	1	2,5%
Prosperidade	6	15%
Santana	1	2,5%
São José de Fruteiras	4	10%
Soturno	1	2,5%
Sumidouro	1	2,5%
Taquarussu	1	2,5%
Vargem Alta (Centro)	4	10%
Vargem Grande	1	2,5%
Zona:		
Urbana	4	10%
Rural	26	65%
Periurbana	9	22,5%
Ignorado	1	2,5%

Fonte: Vigilância Sanitária do município de Vargem Alta e SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) do ano de 2007 a 2016.

De acordo com o IBGE, as mulheres com mais de 10 anos de idade estudam em média durante 7,5 anos, número superior ao desempenho dos homens, que é de 7,1 anos de estudo (Os dados fazem parte da pesquisa nacional por amostra de domicílios – Pnad – 2011). Segundo a tabela 1, os indivíduos do sexo masculino possuem menos escolaridade, vivem e trabalham na zona rural, sendo assim tem maior incidência da doença.

Tabela 2 - Frequência das variáveis em relação com o trabalho e idade - 2016

	Quantidade	Percentual
Relação com o trabalho:		
Sim	6	15%
Não	10	25%
Ignorado	19	47,5%
Sem informação	5	12,5%
Idade :		
1 a 10 anos	3	7,5%
11 a 20 anos	7	17,5%
21 a 40 anos	21	52,5%
41 a 60 anos	7	17,5%
60 ou mais	2	5%

Fonte: Vigilância Sanitária do município de Vargem Alta e SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) do ano de 2007 a 2016.

Quando realizada a análise entre a relação do trabalho com a idade, constatou-se que a maior parte dos indivíduos que adquiriram a doença são aqueles com idade entre 21 a 40 anos, sendo classificados como PEA (População Economicamente Ativa). Do total de casos confirmados, 21 enquadram-se na faixa etária citada acima, representando 52,5% dos casos.

Segundo Alan Lane de Mello e Paulo Marcos Zech Coelho (2011, capítulo 22, p. 227) “As atividades profissionais muitas vezes obrigam o trabalhador a ter contato prolongado com águas contaminadas”. Diante dessa afirmativa, constatou-se que um grande número de moradores de Vargem Alta está fortemente arraigado na economia voltada para o setor rural, assim, maior incidência da doença está relacionada com a atividade agrícola que comumente margeia os recursos hídricos. Entretanto, devido à

inexistência de informação, poucos foram capazes de obter uma possível explicação para sua contaminação, tendo assim um elevado percentual de ignorados.

Tabela 3 - Representação da quantidade de casos por ano de 2007 a 2016 - 2016

	Quantidade	Percentual
Anos:		
2007	3	7,5%
2008	6	15%
2009	6	15%
2010	1	2,5%
2011	5	12,5%
2012	10	25%
2013	2	5%
2014	6	15%
2015	0	0%
2016	1	2,5%

Fonte: Vigilância Sanitária do município de Vargem Alta e SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) do ano de 2007 a 2016.

É notável que nos dados dos anos abordados na pesquisa, a quantidade de casos na maior parte manteve-se relativamente baixa, com exceção de 2012, ano no qual alcançou um ápice de contaminação, sendo estes 10 casos confirmados e um total equivalente a 25%. Um dos fatores que podem ter elevado a essa listagem em tal ano, foram os altos índices de chuva registrados no estado do Espírito Santo, que também atingiram o município de Vargem Alta.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permite concluir que a verminose esquistossomose exerce uma relação prejudicial nas condições de saúde da população que tem contato direto ou indireto com o vetor no município.

É necessário que haja uma prevenção pertinente para minimizar os índices de contaminação. Segundo Alan Lane de Melo e Paulo Marcos Zech Coelho (2011,

capítulo 22, p. 229) “Deve-se ainda ressaltar que, no contexto geral, o saneamento básico, educação sanitária e tratamento dos doentes são as medidas que, no momento, apresentam melhor eficácia no controle da transmissão e da morbidade da doença”.

Com base na pesquisa realizada através da Vigilância Sanitária, entende-se que os maiores índices de contaminação estão voltados ao setor agrícola, isso está inteiramente ligado à falta de conhecimento, visto que as pessoas que trabalham nessa área possuem menos escolaridade e tendem a não se protegerem de maneira correta.

Além dos exames realizados pela Vigilância Sanitária no município de Vargem Alta, também se faz necessário a elaboração de projetos ligados a conscientização de como a esquistossomose é contraída e transmitida, de modo que a população seja alertada, adquirindo assim maior conhecimento da forma de prevenção.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Larissa Silva. **Ocupação habitacional de áreas de rios e mananciais: meio ambiente X moradia**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 3951, 26 abr. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/27947>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

G1 Educação – **Mulheres estudam mais tempo que os homens, segundo pesquisa do IBGE**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/09/mulheres-estudam-mais-tempo-que-os-homens-diz-pesquisa-do-ibge.html>>. Acesso em: 07 de novembro de 2016.

MEDRONHO, Roberto de Andrade et alii. **Epidemiologia: Distribuição das Doenças no Espaço e no Tempo**. 2º edição. – Editora Atheneu.

NEVES, David Pereira et alii. **Parasitologia humana** / David Pereira Neves. – 12. Ed. – São Paulo: Editora Atheneu, 2011.

PINHEIRO, Dr. Pedro – **Esquistossomose/ Sintomas e Tratamento**. Disponível em: <<http://www.mdsaude.com/2011/11/esquistossomose-sintomas.html>>. Acesso em: 05 de outubro de 2016.

Vigilância Sanitária. Vargem Alta - 19 de Outubro de 2016. **Pesquisa sobre a contaminação da esquistossomose no município de Vargem Alta**.

INTERVENÇÕES TERAPÊUTICAS RELACIONADAS AOS DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NO BRASIL

MELO, Sara Silva

SILVA, Dilcilene

VARGAS, Thayná Merscher¹

CABRAL, Hyloran Galdino²

1 INTRODUÇÃO

O consumo de substâncias psicoativas constitui-se como um fator histórico em que seu uso pauta-se, inicialmente, em práticas e rituais religiosos. Desta forma, cada sociedade, partindo de suas singularidades, diverge no uso e no cultivo destas substâncias, desde o aprimoramento físico, remédios para a cura de enfermidades e, de forma mais recente, busca por sensações como bem-estar e excitação. Diferentes são os efeitos e alterações que estas causam no organismo humano e sabe-se, ainda, da existência de prejuízos severos ao Sistema Nervoso Central, principalmente em decorrência do uso constante destas substâncias. No entanto, atualmente, nos deparamos com cenários como as crackolândias, que, conforme afirma Moreira e col. (2015), trata-se de situações em que: “Vias públicas são ocupadas por grande quantidade de pessoas que, transtornadas pelos efeitos do crack, agrupam-se em torno de sua venda e consumo. ” Mediante tais fatores, torna-se estritamente necessária a elaboração de programas, práticas multidisciplinares e, por vezes, alternativas, em relação ao tratamento, prevenção e reinserção social dos indivíduos dependentes. Porém, sabe-se que abordar o tema “Dependência Química” é um grande desafio atual, visto que este é cercado por tabus e estereótipos construídos nas sociedades ao longo dos anos.

Assim, o objetivo deste artigo é promover a reflexão do leitor acerca dos fatores que cercam tal problemática e suas formas alternativas de intervenção. Para a estruturação do trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com levantamento

¹Graduandos em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Controle Social pela FASE. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário São Camilo. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

de referências que abordem o assunto supracitado, bem como artigos científicos que abordam as políticas brasileiras atuais sobre dependência de substâncias psicoativas em comparação com outros países.

2 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM RELAÇÃO A DEPENDÊNCIA QUÍMICA

A origem do consumo de substâncias psicoativas no Brasil constituiu seus primórdios associados aos indígenas, que utilizavam plantas com substâncias tóxicas em manifestações e rituais religiosos. No entanto, atualmente, o uso indiscriminado destas substâncias, principalmente para fins recreativos, tornou necessária a elaboração de programas de prevenção, intervenção e reinserção social dos indivíduos dependentes. Assim, originalmente, o consumo de drogas encontrava-se associado a ideias de repressão e proibicionismo, sendo considerado principalmente um problema jurídico. Mediante tais repercussões ocorreu, em 1924, a inclusão, no Código Penal Brasileiro, do decreto 4.294, que propôs pena de prisão para aqueles que vendessem ópio, seus derivados e cocaína, além do decreto 14.969, que criou o “sanatório para toxicômanos”. No entanto, é válido considerar que o ópio, em sua origem, foi utilizado com fins terapêuticos, conforme afirma Labate:

Conhecido há milênios, o uso terapêutico do ópio ganhou força com a introdução da morfina no início do século XIX. O emprego desse alcaloide, por sua vez, foi incrementado pela introdução das seringas hipodérmicas em meados do século XIX; (LABATE 2008, p. 52)

Entre as práticas proibicionistas supracitadas, é de extrema importância considerar, ainda, a Guerra às Drogas, declarada pelos Estados Unidos na década de 70, com o intuito de reafirmar punições mais severas e intervenções militares cada vez mais fortes àqueles indivíduos que realizavam o consumo de substâncias psicoativas.

Ainda, antes de discorrer sobre as políticas públicas de saúde propriamente ditas, é de extrema importância considerar as duas vertentes que pautam tais práticas: as políticas proibicionistas, acima citadas, e as políticas de redução de danos, estas caracterizadas principalmente por seus ideais divergentes. As primeiras encontram-se intimamente relacionadas a práticas conservadoras e, conforme afirma Alves

(2009, p. 21): “As políticas proibicionistas concentram esforços na redução da oferta e da demanda de drogas, com intervenções de repressão e criminalização da produção, tráfico, porte e consumo de drogas ilícitas;”. Assim, a partir do pressuposto de análise de tal abordagem, o consumo de substâncias psicoativas é enfatizado principalmente por intermédio da perspectiva jurídica e, muitas vezes, contribui para a sustentação de estigmas construídos ao longo da história. É de fundamental importância considerar, ainda, que um dos pré-requisitos de acesso aos programas de tratamento de tal abordagem diz respeito à abstinência total do uso de substâncias psicoativas por determinado período, o que resulta na inibição da busca e das possibilidades de acesso a este.

A segunda abordagem, por sua vez, consiste na redução dos danos causados àqueles indivíduos que, em determinado momento de suas vidas, não possuem condições de cessar o uso destas substâncias. Ao contrário da vertente proibicionista, não compreende a abstinência como um critério de acesso ao tratamento e, ainda, defende a prática de internação apenas em casos extremos. Consistem em diversas práticas que possuem o objetivo de diminuir não somente os danos físicos dos usuários de substâncias, mas também os danos psicológicos, econômicos e sociais. Dentre estas, pode-se destacar a distribuição de seringas e agulhas esterilizadas, prática que, durante a década de 80, contribuiu consideravelmente na diminuição, na Holanda, dos casos de doenças infecto-contagiosas, como o HIV. Logo, para esta vertente, o consumo de substâncias diz respeito a uma questão estritamente relacionada à saúde pública. Assim, conforme afirma Acselrad:

As ações enfileiradas sob a denominação ‘redução de danos’ (RD) representam um marco da atuação da saúde pública contemporânea, e correspondem a um conjunto de estratégias de saúde pública que têm por objetivo reduzir e/ou prevenir as consequências negativas associadas ao uso de drogas. Essa abordagem está direcionada para aqueles usuários que não querem ou não conseguem, em um determinado momento ou circunstância, interromper o seu consumo de drogas, a despeito de danos na esfera social, familiar e/ou social. A RD pode ser entendida, *grosso modo*, como uma alternativa às abordagens que têm como meta exclusiva a abstinência de drogas. (ACSELRAD, 2000, p. 289.)

Atualmente, no Brasil, as políticas relacionadas aos dependentes de substâncias psicoativas divergem entre os pressupostos da redução de danos e os da vertente proibicionista, fator que pode ser considerado positivo quando considera-se as mais

diversas subjetividades dos indivíduos e condições de acesso ao tratamento. Ainda, é de extrema importância considerar as duas distinções fundamentais em relação às substâncias psicoativas, pautadas principalmente por exigências sociais. Assim, tal divisão pauta-se acerca das drogas lícitas e **drogas ilícitas**. As primeiras constituem-se como aquelas em que seu consumo é permitido por lei e seu comércio é legal. Entre as drogas lícitas pode-se considerar os medicamentos em geral, permitidos sob prescrição médica, além dos cigarros e do álcool. As segundas, no entanto, são aquelas cuja comercialização é proibida pela justiça. Entre as mais conhecidas, pode-se citar a maconha, a cocaína, o ecstasy e o crack. As consequências sociais e econômicas causadas pelas drogas, tanto lícitas, quanto ilícitas, deixaram de ser questões individuais e passaram a caracterizar-se como uma problemática coletiva, que afeta os demais indivíduos pertencentes à sociedade, além de alcançar, ainda, os sujeitos pertencentes a todas as classes sociais e etnias. Assim, conforme afirma Alves (2009), a partir de 2000, as práticas de Políticas Públicas brasileiras sobre drogas têm se mostrado permeáveis às práticas de redução de danos. A partir dos dados supracitados, explicitaremos as principais políticas de saúde em relação à dependência química, que intercalam, entre si, por possuir o cunho proibicionista ou de redução de danos.

3 CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL PARA ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (CAPSad):

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2013) os CAPSad constituem-se como equipamentos de cuidados em relação aos indivíduos que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas. Assim, além do tratamento, tais instituições visam, também, a prevenção e a reinserção social do sujeito dependente destas. Em suas práticas, que buscam atender a todas as faixas etárias, contam com atendimento individual e em grupo, visitas domiciliares, atendimento à família e atividades afins, que buscam, entre outros objetivos, a reinserção do sujeito na sociedade. Tal modelo de atenção é indicado para regiões que contam com mais de 70.000 habitantes. Assim, de acordo com Paz, entre as principais atividades desenvolvidas pelos CAPS-ad:

Um CAPS-AD possui as seguintes características: serviço de atenção diária; responsabilizar-se pela organização da demanda da atenção a usuários de álcool e outras drogas; capacidade para ser regulador da 'porta de entrada'

da rede básica; coordenar as atividades de supervisão de serviços de atenção a usuários de drogas, em articulação com o Conselho Municipal de Entorpecentes; matricularmente as equipes de atenção básica; manter atualizado o cadastro de pacientes que usam medicamentos psiquiátricos; funcionar das 8 às 18 horas, em dois turnos, podendo haver um terceiro turno até as 21 horas e manter de 2 a 4 leitos para desintoxicação e repouso. (PAZ, 2012, p. 02).

4 CONSULTÓRIOS DE RUA

Os consultórios de rua caracterizam-se como redes de atendimento primárias aos usuários de substâncias psicoativas que encontram-se em situações de maior vulnerabilidade social e, por isso, possuem dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Conta com equipes multidisciplinares, em que pode-se incluir médicos, dentistas, psicólogos, educadores sociais e outros profissionais, em sua maioria constituintes dos serviços de saúde. Por fim, caso seja de interesse do usuário, este pode ser encaminhado aos serviços de saúde como o CAPS. Assim, segundo Filho e col.:

A proposta do Consultório de Rua promove a acessibilidade aos serviços da rede institucionalizada, a assistência integral, a construção de laços sociais para os usuários em situação de exclusão social, possibilitando um espaço concreto de exercício de direitos e cidadania, traduzindo em sua prática os princípios ético-doutrinários que norteiam o Sistema Único de Saúde (SUS): a universalidade do acesso à saúde, a integralidade de assistência e a equidade. (FILHO E COL, 2012, p. 199.)

5 COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

Segundo Costa (2009), as comunidades terapêuticas são instituições que consistem na utilização de conhecimentos e técnicas, nos âmbitos da saúde mental, física e psíquica, com o objetivo de proporcionar atendimento ao indivíduo dependente de substâncias químicas. Surgiram como uma alternativa às práticas de internações em manicômios, afinal, em sua emergência, inexistiam as políticas públicas relacionadas a dependentes de substâncias psicoativas. Suas práticas pautam-se na internação do indivíduo e abstinência total do uso destas substâncias, a fim de proporcionar, com o apoio de equipes multidisciplinares, progressos no que diz respeito às questões físicas e psíquicas do indivíduo. Assim, tais instituições vinculam-se estritamente ao tratamento e reinserção do sujeito no âmbito social. Nelas, são desenvolvidas atividades como psicoterapia individual e em grupo, momentos para espiritualidade, grupos terapêuticos, entre outras atividades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos das substâncias psicoativas decorrem de consequências severas a várias esferas da sociedade, sendo considerado, assim, um grave problema de saúde pública. Em decorrência de tal fator, foram fundadas políticas voltadas para a diminuição de seu consumo e seus possíveis danos. Entre essas políticas pode-se destacar o CAPSad, os Consultórios de rua e as comunidades terapêuticas que visam o cuidado desses usuários, sua reinserção e prevenção do consumo de substâncias psicoativas e doenças a elas relacionadas, cada uma dessas abordagens em seus campos de atuação e práticas específicas.

Este estudo esclarece estereótipos acerca do tema, considerando, entretanto, as origens, fatores relevantes e contextos históricos, políticos e sociais que contribuem fortemente para a atribuição de estigmas sobre o tema.

7 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, G. **Avessos do Prazer: Drogas**, aids e direitos humanos. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2000.

A história do consumo de drogas e do tratamento dos usuários destas substâncias. Rio de Janeiro, PUC.

ALVES, V. S. **Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas:** discursos políticos, saberes e práticas. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro. P. 2309-2319, novembro, 2009.

COSTA, F. S. **As Políticas Públicas e as Comunidades Terapêuticas nos Atendimentos à Dependência Química.** Serviço Social em Revista, Londrina, v. 11, n. 2, 2009.

Drogas: 5 mil anos de viagem. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/drogas-5-mil-anos-de-viagem/>. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

FILHO, N. A., et al. **As drogas na contemporaneidade:** perspectivas clínicas e culturais. Bahia: Edufba, 2012.

LABATE, Beatriz Caiuby et al. **Drogas e cultura:** novas perspectivas. Salvador, EDUFBA, 2008.

MOREIRA, Marcelo Rasga et al. Uma **revisão da produção científica brasileira sobre o crack** - contribuições para a agenda política. Ciênc. Saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1047-1062, abril, 2015 .

PAZ, Fernanda Marques. Capítulo 50: **Centro de atenção psicossocial de álcool e drogas**. FACOS/CNEC, vol. 02, n. 01, outubro, 2012.

Referências Técnicas para atuação de Psicólogos(as) em políticas sobre álcool e outras drogas. Brasília. Conselho Federal de Psicologia. 2013.

UM BREVE ESTUDO DA PERSONALIDADE: DEFINIÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TRANSTORNOS DA PERSONALIDADE

MIRANDA, Ana Carolina Soares de
PESSANHA, Jorge Eduardo Menegussi
LIMA, Ludmila Machado
CATANI, Paulo Cezar
GAMBATI, Samira do Nascimento¹
CABRAL, Hyloran Galdino²

1 INTRODUÇÃO

O assunto abordado será o da personalidade, onde faremos um estudo sobre a definição da personalidade e analisaremos o que caracteriza os seus transtornos. O trabalho terá como foco uma explanação didática sobre o tema, trazendo definições e explicações claras e simples, sem entrar no mérito das formas de tratamento e ou suas causas. Tal pesquisa tem como objetivo geral definir o que é personalidade e identificar os seus transtornos, de acordo com as classificações oficiais.

O estudo de Freud sobre o assunto é um marco para a psicanálise. Segundo ele, a constituição da personalidade passa estrategicamente pelas vicissitudes da libido, pelo seu desenvolvimento em diversas fases, pelo modo como se estrutura o desejo inconsciente e as formas como o Eu lida com seus conflitos e frustrações libidinais.

Ainda dentro das definições da personalidade analisaremos os modelos de personalidade, obtidos por estudos empíricos e psicométricos conceituando o modelo de Eysenck e o modelo de personalidade de Cloninger. Nesse ponto o objetivo será apontar as cinco dimensões da personalidade, que se revelaram estáveis e consistentes em numerosos estudos, conforme explanados por Paulo Delgalarrondo.

Apresentaremos com o conceito de transtorno da personalidade, as características

¹Graduandos em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Controle Social pela FASE. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário São Camilo. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

que o define e a classificação oficial segundo a CID-10 e o DSM-IV (de acordo com as modificações apresentadas por Paulo Dalgarrondo). O estudo do tema é de suma importância para os estudantes de psicologia, pois o seu entendimento é um divisor de águas, entre o conhecimento popular e o de um profissional da área.

2 DEFINIÇÕES DE PERSONALIDADE

A personalidade é inerente a pessoa humana, todos temos uma personalidade, é um elemento relativamente estável na conduta da pessoa. É o que nos torna únicos, diferentes de todos. Diz respeito a características pessoais e que suportam uma coerência interna. Sempre que nos referimo-nos aos sentimentos emoções, pensamentos, atitudes, comportamento, motivações tomadas de decisões, projetos de vida, etc. Ela permite que nos reconheçamos e que sejamos reconhecidos pelos outros, representa uma fidelidade, uma continuidade de formas de estar e de ser. O conceito personalidade tem assim uma multiplicidade de definições, ou seja, torna-se difícil dar uma só definição.

De acordo com Paulo Dalgarrondo pag. 256, a palavra personalidade tem origem no termo **persona**, que em seu significado, representa as máscaras que eram utilizadas no teatro para diferenciar seus personagens, na Roma antiga. Também em latim, **personare**, significa “ressoar por meio de algo”. Juntando essas duas conotações em relação a palavra personalidade, chega-se a um mesmo sentido: que através de suas máscaras, quem a usa, faz ressoar a voz ao mesmo tempo que tenta se manter escondido, se expõe através da representação de seu personagem.

Temos também, segundo o dicionário Aurélio a seguinte definição de personalidade: *1. Caráter ou qualidade do que é pessoal. 2. O que determina a individualidade duma pessoa moral; o que a distingue de outra.* Mas para os teóricos da psicologia, qual é a sua definição? Ainda analisando de forma técnica, encontramos no Dicionário de Psicologia de Peter Stratton e Nicky Hayes (p. 175):

PERSONALIDADE – Aqueles traços relativamente duradouros de um indivíduo que explicam por suas maneiras características de se comportar. Esta é uma elaboração nossa como uma definição útil, mas muitas alternativas seriam possíveis. As diferenças não são uma questão de precisão, mas de decidir que abordagem pode ser mais produtiva para o

sujeito. Alguns usos do termo 'personalidade' referem-se aos padrões de comportamento de não às suas causas ou, mais especificamente, aos *papéis sociais* que a pessoa adota. Algumas teorias dizem a respeito ao modo como são formadas as estruturas subjacentes à personalidade, Freud por exemplo, e, em feral, as abordagens psicodinâmicas enfatizam a personalidade como um todo integrado e não como a soma de suas partes (ver *dinâmica de personalidade*). Outras teorias estão se ater a uma base biológica, por exemplo a *teoria dos tipos* de Eysenck. Uma outra abordagem consiste em diferentes aspectos da pessoa na suposição de que seu comportamento é o produto de muitos *traços*. Completamente diferente é posição tomada por Walter Mischel, segundo o qual há pouca evidência de estruturas internas estáveis na pessoa que levam-na a se comportar de certas maneiras. Em vez disso, ele sugere que quanto mais o comportamento humano é consistente, ele é consistente porque as pessoas tende a viverem tipos específicos de ambiente e assim a se comportar de modos reconhecíveis. Mischel afirmaria que não existe alguma coisa chamada personalidade como foi dita acima.

Uma definição simples ensinada por Paulo Delgalarrondo (p. 257): define personalidade como sendo um conjunto integrado de traços psíquicos, consistindo no total das características individuais, em sua relação com o meio, incluindo todos os fatores físicos, biológicos, psíquicos e socioculturais de sua formação, conjugando tendências inatas e experiências adquiridas no curso de sua existência.

3 O DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE NA TEORIA FEUDIANA

Segundo Freud, todos os comportamentos são defensivos, mas nem todo mundo utiliza as mesmas defesas igualmente. Nós somos motivados pelos mesmos impulsos do id, mas não há a mesma universalidade na natureza do ego e superego. Embora essas estruturas da personalidade desempenhem as mesmas funções para todos; o seu conteúdo varia de uma pessoa para outra. Assim sendo, parte da nossa personalidade é formada com base em relacionamentos peculiares que temos com várias pessoas e objetos quando criança. Para Freud, toda criança passa pelos estágios oral, anal, fálico e genital, nos quais a gratificação dos instintos do id dependia da estimulação das áreas correspondentes ao corpo.

Estágios psicossociais do desenvolvimento da personalidade:

1. **ORAL (0-1 ano):** o prazer é obtido com sucção, pois a boca é a principal zona erógena. O id é o fator predominante.
2. **ANAL (1-3 anos):** treinando hábitos de higiene, resulta na forma de gratificação ao defecar.
3. **FÁLICO (4-5 anos):** fantasias incestuosas desencadeiam o Complexo de

Édipo, ansiedade e desenvolvimento do superego.

4. **LATÊNCIA (5 anos/puberdade):** período de sublimação do instinto sexual.
5. **GENITAL (na adolescência/adulto):** se desenvolve a identidade do papel sexual e das relações sociais adultas.

Complexo de Édipo - Durante o estágio fálico, o Complexo de Édipo se apresenta o desejo inconsciente do menino por sua mãe, acompanhado do anseio de substituir ou destruir o pai. Nessa fase também se desenvolve a ansiedade de castração, pelo medo ter seu pênis arrancado.

Complexo de Electra - Durante o estágio fálico, a menina apresenta de forma inconsciente o desejo pelo pai, acompanhado do anseio de substituir ou destruir a mãe. Freud também acrescenta a menina, uma inveja em relação ao pênis do menino. Possui uma sensação de perda pelo fato de ela também não ter um.

Período de Latência - Para Freud, esse é o período que aí dos cinco anos até a puberdade, durante o qual o instinto sexual está dormente, sublimado em atividades escolares, hobbies, esportes e no desenvolvimento de amizade com pessoas do mesmo sexo.

Avaliação da Teoria - Freud considerava o inconsciente a principal força motivadora da vida. Os nossos conflitos da infância são reprimidos para fora do nosso consciente. A meta do sistema dessa psicanálise era trazer essas lembranças, temores e pensamentos de volta ao nível da consciência. Ele elaborou dois métodos para isso: associação livre na qual o paciente diz o que quer que lhe venha à mente; e análise de sonhos.

4 DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE NA TEORIA DA IDENTIDADE DE ÉRIK ÉRIKSON

Érikson dividiu o crescimento da personalidade em oito estágios psicossociais. Para ele, em cada estágio temos de lidar com uma crise, de forma bem ou mal, que vem a preceder as motivações derivadas da resolução satisfatória da própria crise em cada fase de desenvolvimento.

Estágios do desenvolvimento psicossocial e forças básicas:

1. **SENSORIAL (0-1 ano):** confiança x desconfiança; força básica (esperança).
2. **MUSCULAR ANAL (1-3 anos):** autonomia x dúvida; força básica (vontade).
3. **GENITAL (3-5 anos):** iniciativa x culpa; força básica (objetivo).
4. **LATÊNCIA (6-11 anos):** diligência x inferioridade; força básica (competência).
5. **ADOLESCÊNCIA (12-18 anos):** identidade x confusão de papéis; força básica (fidelidade).
6. **IDADE JOVEM ADULTA (18-35 anos):** intimidade x isolamento; força básica (amor).
7. **ADULTO (35-55 anos):** generatividade x estagnação; força básica (cuidar)
8. **MATURIDADE (acima de 55):** integridade x desespero; força básica (sabedoria).

5 DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE RAYMOND CATELL, HANS EYSENCK

Catell e Hans propuseram seis fases de desenvolvimento da personalidade, abrangendo toda a duração da vida. Fases de desenvolvimento da personalidade:

1. **INFÂNCIA (0-6 anos):** desmamar, treinamento para tirar as fraldas, formação do ego, superego e atitude sociais.
2. **MENINICE (6-14 anos):** independência dos pais e identificação com os amigos.
3. **ADOLESCÊNCIA (14-23 anos):** conflitos com a relação de independência, autoafirmação e sexo.
4. **MATURIDADE (23-50 anos):** satisfação com a carreira, casamentos e filhos.
5. **MATURIDADE AVANÇADA (50-65 anos):** a personalidade se modifica em razão de mudanças nas circunstâncias físicas e sociais.
6. **VELHICE (acima de 65):** aceitação de perda de amigos, carreira e status.

Dessa forma eles abrangeram toda a duração da vida, ou seja, da infância até a velhice.

6 TRANSTORNOS DA PERSONALIDADE

Segundo Paulo Dalgarrondo, nos últimos dois séculos o transtorno da personalidade foi chamado de várias formas, se tornando mais popular entre os profissionais o termo PSICOPATIA. Ainda em sua obra, é apresentado a definição dada pelo psiquiatra alemão Kurt Schneider (1974), que denomina os transtornos como sendo de personalidades psicopáticas o indivíduo que apresenta as seguintes características básicas: sofrer e fazer sofrer a sociedade. Os transtornos de personalidade são classificados de pela OMS (1993) e está identificado pela CID-10, sendo definidos pelas seguintes características (DALGALARRONDO pag.268, 269):

1. Geralmente surgem na infância ou adolescência e tendem a permanecer relativamente estáveis ao longo da vida do indivíduo;
2. Manifestam um conjunto de comportamentos e reações afetivas claramente desarmônicos, envolvendo vários aspectos da vida do indivíduo, como a afetividade, o controle de impulsos, o modo e o estilo de relacionamento interpessoais, ECT;
3. O padrão anormal de comportamento e de respostas afetivas e volitivas é permanente, de longa duração e não limitado ao episódio de doença mental associada;
4. O padrão anormal de comportamento inclui muitos aspectos do psiquismo e da vida social do indivíduo, não sendo restrito a apenas um tipo de reação ou uma área do psiquismo;
5. O padrão comportamental é mal adaptativo, produz uma série de dificuldades para o indivíduo e/ou para as pessoas que com ele convivem;
6. São condições não relacionadas diretamente à lesão cerebral evidente ou a outro transtorno psiquiátrico;
7. O transtorno da personalidade leva a algum grau de sofrimento; entretanto, salienta a CID-10, tal sofrimento pode se tornar aparente para o indivíduo apenas tardiamente em sua vida;
8. Em geral, o transtorno de personalidade contribui para o mau desempenho ocupacional e social. Entretanto, tal desempenho precário não é condição obrigatória.

O transtorno de personalidade segundo as classificações oficiais, CID-10 e o DSM – IV, podem ser agrupados em três grandes subgrupos, que são: Grupo **A**: transtorno da personalidade Paranoide, da personalidade Esquizoide e da personalidade Esquizotípica onde se encontra os “esquitos e/ou desconfiados” , Grupo **B**: transtorno de personalidade Antissocial (sociopatia), da personalidade de Borderline (emocionalmente instável), personalidade do Tipo Impulsivo, personalidade da Histriônica e personalidade do Narcisista, também conhecido como o grupo dos instáveis e/ou manipuladores, e Grupo **C**: transtorno de personalidade Anancástica

ou Obsessiva, da personalidade Ansiosa ou de Evitação, da personalidade Dependente, da personalidade do Tipo Epiléptico, grupo este que se encontram os ansiosos e/ou controlados-controladores. (DELGALARRONDO).

6 CONCLUSÃO

Os objetivos propostos neste artigo foram alcançados de forma clara e simples através de definições sobre o tema abordado. Analisamos que a personalidade, é algo muito mais profundo e elaborado do que é tido no conhecimento popular, que a sua compreensão exige conhecimentos sobre a etimologia da palavra, sobre a sua definição, o seu desenvolvimento, e os seus transtornos, entre outras coisas. E que a assimilação dessas informações é de suma importância para o estudante de psicologia, futuro profissional da área.

7 REFERÊNCIAS

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**.2 ed. São Paulo: Artmed, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio XXI, Escolar**. 4. ed. São Paulo: Adova Fronteira, 2010.

HAYES, Nicky; STRATTON, Peter. **Dicionário de psicologia**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

SCHULTZ, Duane. **Teorias da personalidade**.2.ed. São Paulo: Brasileira, 2010.

ESCOLA DO FUTURO: UM MODELO EDUCACIONAL QUE ASSOCIA TECNOLOGIA A EDUCAÇÃO

BORGES, Iago de Paula

ESTEVÃO, Yara Macota

BARBOSA, Edgard Ramos¹

SOUZA, Kédyma Marques de²

1 INTRODUÇÃO

São diversas as possibilidades de promover qualidade no ensino. Essa promoção baseia-se na necessidade de mudar o quadro de dificuldades em que se encontra a educação atualmente. No presente resumo destaca-se a utilização da tecnologia como um dos principais recursos para promover mudanças no sistema educacional, providenciando uma inovação nas práticas pedagógicas, com o intuito de despertar a interação dos alunos, para desenvolver a aprendizagem e estimular o senso crítico dos mesmos. Destaca-se também a capacitação de professores que possam aplicar esse sistema nas escolas.

Atualmente o mundo vem se tornando cada vez mais tecnológico. Jovens que se desenvolvem em meio a essas inovações são categorizados como geração Z. É evidente a presença de aparelhos eletrônicos, como games, computadores, *notebooks*, celulares, *tablets* etc., no cotidiano das pessoas. Esses aspectos vêm desconstruindo a ideologia conservadora de ensino, uma vez que, os jovens têm se interessado menos em estudar e mais nos meios de comunicação e jogos virtuais. A falta de interesse em estudar também se encontra presente nos déficits da gestão pública educacional, e a defasagem nas práticas pedagógicas.

Visando essas dificuldades, autores como Almeida (1996) apresentaram a ideia de remodelar práticas pedagógicas por meio da utilização da tecnologia. Entendendo que, a tecnologia tem sido a participante primordial do cotidiano de adolescentes e

¹Graduandos em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Especialista em comunicação em mídias sociais pela Universidade Estácio de Sá. Graduação em Sistemas de Informação pelo IESES. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

jovens. Para entender essas discussões, levantou-se os seguintes questionamentos: Quais aspectos fundamentais serão relevantes na utilização dos recursos tecnológicos nas práticas pedagógicas para melhorar o ensino? E quais modelos pedagógicos com ênfase tecnológica, obtiveram resultados para trazer mudanças positivas na educação?

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho baseou-se em pesquisas bibliográficas acerca da utilização de ferramentas tecnológicas para inovar e promover uma educação de qualidade nas escolas, sendo verificado a existência de um modelo de escola pública da Califórnia que carrega um projeto inovador em sua base nos EUA, a “*Summit Public School*”.

3 DESENVOLVIMENTO

A introdução da tecnologia no ensino é chamada de informática educativa. Este sistema habilita o uso de computadores como recurso didático para as práticas pedagógicas, com o intuito de incentivar o educando a novas descobertas, dando enfoque à construção do conhecimento. Objetivando a formação dos alunos como cidadãos pensantes e críticos (BORGES, 1999)

Segundo Almeida (2000, p. 79) o computador é como “uma máquina que possibilita testar ideias ou hipóteses, levando a criação de um mundo abstrato e simbólico, ao mesmo tempo em que permite introduzir diferentes formas de atuação entre pessoas”. É possível entender que o computador se torna uma ferramenta de grande funcionalidade fazendo-se caminho para acessar outros recursos tecnológicos. Para acompanhar essas inovações, os seres humanos encontram-se em constante aprendizado, o professor também se enquadra nesse aprendizado. Esse será um dos aspectos desafiantes no novo sistema de ensino com enfoque tecnológico proposto. Tendo em vista que, para o funcionamento da informática educativa é necessário a preparação do professor para o bom uso desse sistema na prática pedagógica, encaminhando os educandos de maneira dinâmica no uso dos recursos tecnológicos, sendo relevante a interação dos mesmos para a promoção do desenvolvimento da

aprendizagem e do conhecimento. Idealiza-se também o despertar do senso crítico nas discussões entre professores e alunos.

Para Moran (2006), compreende-se que todo esse processo deverá acontecer de forma recíproca, onde professores e alunos atuam de forma conjunta no uso desses recursos, havendo a colaboração de todos para auxiliar na construção da aprendizagem e do conhecimento. Os recursos tecnológicos são importantes para o processo de instrução por melhorar o ensino-aprendizagem e facilitar o trabalho dos educadores. Motivando os alunos e tornando eficaz a forma de avaliação do aprendizado. Segundo Moran (2003), em tempos atrás, via-se a convicção de que a meta de aprendizagem voltava-se em conseguir notas para aprovação. Hoje, a proposta é colocar a interação na prática. Hoje temos a possibilidade de os alunos participarem de ambientes virtuais de aprendizagem, tanto de uma forma simples, publicando um trabalho em uma página, quanto criando debates, fóruns ou listas de discussão por e-mail. (MORAN, 2003)

Atualmente a proposta está voltada na interação do aluno não somente em sala, mas nas questões sociais do dia a dia, podendo fazer uma relação do que foi dito em sala com os acontecimentos fora da escola. Mas o que se encontra é um modelo autoritário de ensino, imposto pela escola, onde professor controla e alunos executam as tarefas designadas. A mudança deve-se iniciar nos professores, tendo a humildade de reconhecer as necessidades de seus alunos, para buscar despertar o interesse destes. Para que essa mudança ocorra, com a contribuição dos recursos tecnológicos é preciso que todos repensem suas ações, compreendendo a finalidade destes recursos para o bom desenvolvimento da aprendizagem, sem deixar de lado a interação social entre pessoas e o contato humano, adicionando valores morais e éticos na construção do sujeito (MORAN, 2006).

As atividades didáticas que contemplam a tecnologia da informação permitem ao aluno ir além da tarefa proposta, em ritmos próprios e estilo de aprendizagem. Os alunos são dotados de inteligência múltipla e podem ser despertados para colocar sua habilidade e competências a serviço da produção do conhecimento individual e coletivo (MORAN, 2006).

A tecnologia é uma ferramenta que pode abrir um leque de possibilidades para o processo de aprendizagem do aluno, mas é preciso que haja uma capacitação na formação de profissionais, os qualificando para que utilizem desses meios tecnológicos de forma produtiva. Pois os jovens nascem imersos as tecnologias, normalmente sendo uma coisa comum para eles e muitos professores não possuem a mesma facilidade em utilizá-la ou até mesmo dispõem-se uma certa aversão que os impossibilitam criar formas dinâmicas de executar práticas didáticas prazerosas com as crianças e adolescentes na sala de aula. É de extrema importância que o professor tenha conhecimentos das possibilidades que a tecnologia pode abrir e saber de que forma utilizá-la para atingir o objetivo principal, que é incentivar uma aprendizagem para o aluno de forma prazerosa e significativa (DE OLIVEIRA, 2016).

De acordo com Libaneo (1992), as responsabilidades de um ensino de qualidade são divididas em várias partes, onde o investimento e administração da escola, tem peso fundamental para implementar um modelo dinâmico em sua estrutura curricular pedagógica dentro do ambiente acadêmico. Sendo necessário um planejamento bem estruturado para alcançar os objetivos. Tais objetivos, se baseiam no planejamento global da escola, envolvendo o processo de reflexão, de decisões sobre organização, o andamento e a orientação pedagógica da instituição.

Um bom exemplo da junção entre tecnologia, administração e capacitação de profissionais, é a *Summit public school*, uma rede de escolas públicas localizada nos EUA, conhecida como escola pública cúpula, que aborda uma temática inovadora diferente dos modelos tradicionais encontrados nas escolas. É voltada inteiramente na formação do aluno para a vida, incentivando as capacidades individuais dos alunos que estudam utilizando *notebooks* numa sala sem as divisões de séries; juntando primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio, ou com uma faixa etária próxima. Os alunos são avaliados de forma individual, tendo a oportunidade de escolher temas de interesse na confecção dos projetos, alinhando o seu trabalho diário com seus objetivos de longo prazo (SUMMIT, 2017).

Quadro 1 - Cultura da inovação Summit

O que é melhor para os estudantes	A inovação na <i>Summit</i> começa com a nossa missão: preparar todos os alunos para o sucesso na faculdade e ser pensativo, contribuindo com membros da sociedade. A cultura de inovação da cimeira incentiva ideias e exploração, mas faz isso através de um processo intencional e pensativo para permitir um foco semelhante ao laser em nossa missão.
Decisões baseadas em dados	A inovação na <i>Summit</i> segue uma abordagem de Construção, Medida e Aprendizagem. Nós exploramos, rigorosamente e regularmente, os dados, identificamos problemas e desafios, desenvolvemos e implementamos soluções, e depois verificamos os dados, garantindo que estamos constantemente melhorando o que fazemos e que nossos alunos estão sempre recebendo a melhor educação.
Colaboração entre grupo Summit	A inovação na <i>Summit</i> é um processo, não um produto. É incorporado em toda a organização e de alunos a professores e líderes escolares.

Fonte: ADAPTADO DE SUMMIT, 2017.

Conforme o modelo da Summit, dentro da sala de aula é formando grupos de três pessoas ou individualmente para resolverem problemas executarem projetos e estudarem de forma que lhes for conveniente, tendo todo auxílio dos professores, que orientam os alunos em projetos de curto prazo ou de longo prazo, incentivando cada um com suas conquistas individuais e progressos.

Quando determinados grupos de alunos tem dificuldade em alguns conteúdos um professor cria uma aula específica para esse grupo, enquanto os outros grupos podem continuar suas atividades normalmente, diferente do modelo convencional que o professor tem que parar a aula para explicar determinada dúvida.

A tecnologia utilizada nessa escola não é apenas o aparelho de *notebook* e a internet e sim algoritmos que funcionam por trás da *playlist* de atividade que iram verificar o aproveitamento dos grupos, apontando as dificuldades de determinados grupos em certos conteúdos por meio da inteligência computacional que pode ser analisada. As atividades são variadas, sendo vídeos, atividades, sites, desafios e games educativos tornando a sala de aula um ambiente lúdico e prazeroso no processo da aprendizagem (DARO, 2015).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

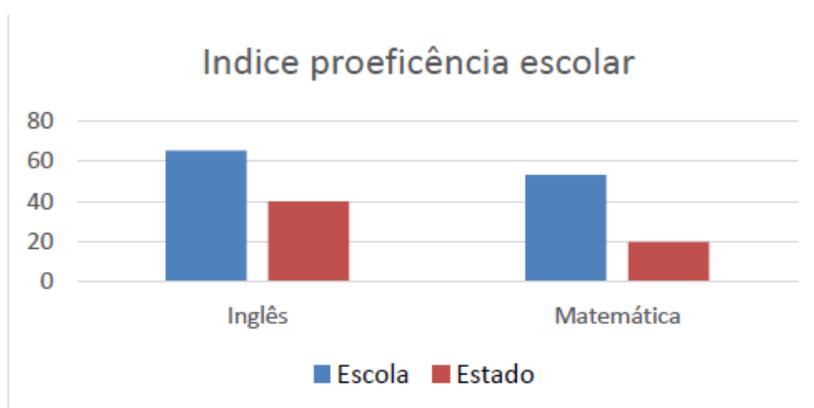
Pode verificar que algumas escolas públicas do EUA do modelo *Summit* obtém números consideráveis de pessoas que conseguem adentrar no ensino superior. Pode analisar pelo teste de proficiência em língua inglesa e matemática feita em todas as

escolas americanas, a *Summit high school* ficou qualificada entre 305^o em todo o país e 12^o lugar em Nova Jersey no ano de 2017.

Segundo o gráfico a seguir a média da escola *Summit* ultrapassa o índice de proficiência em inglês com 65 % enquanto o índice estadual é de 40% e na disciplina de matemática obteve 53% em relação ao estado que é de 20%, dessa forma é comprovado que o modelo público educacional implementado o uso da tecnologia para melhorar o processo de aprendizagem junto a profissionais qualificados torna-se um modelo prático e eficiente comparado a outros modelos educacionais.

Gráfico 1 - Comparação do índice estadual Summit

Gráfico 1 - Comparação do índice estadual Summit



Fonte: ADAPTADO DE USNEWS, 2017.

Fonte: ADAPTADO DE USNEWS, 2017.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho traz a discussão de que, para a educação obter uma boa qualidade de ensino faz-se necessários diversos fatores, não há uma receita pronta para o sucesso, existem ingredientes comuns: a tecnologia como uma ferramenta de aprendizagem adaptativa, a autonomia dos alunos sobre seu próprio aprendizado e a qualificação e capacitação de professores que os orientam em sua jornada. Sendo ações teoricamente simples, mas se não forem implementadas de maneira correta, resultaram no efeito inverso. É importante relatar que não somente professores e alunos, mas toda a equipe pedagógica, deve estar capacitada para trabalhar esse

modelo inovador de forma conjunta e dinâmica. Também será de extrema importância a colaboração das políticas públicas para o desenvolvimento qualitativo da educação, visando a mesma como a formadora de futuros cidadãos capacitados para pensar e intervir sobre as questões sociais.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA. M. E. B., **Programa Nacional de Informática Educativa**. A utilização da Informática na escola pública brasileira. (1970-2004). MEC: Secretaria de Educação a Distância, 1996.

ALMEIDA. M E de, **Informática e formação de professores**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BORGES. NETO H, **Uma classificação sobre a utilização do computador pela escola**. Revista Educação em Debate, ano 21, v. 1, n. 27, p. 135-138, Fortaleza, 1999.

DARO, Vinci et al. **Examining High Leverage Instructional Practices that Support Equitable Use of Performance Assessment at Summit Public Schools**. Technical Report). Stanford Center for Assessment, Learning, and Equity, 2015.

LIBÂNIO, José Carlos. Os significados da educação: modalidades de prática educativa e a organização do sistema educacional. **Revista Interação. Goiânia**, v. 16, n. 1-2, 1992.

MARTINS, D. (2010). **TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: O uso da Tecnologia na Educação Como Prática Pedagógica**. Latus sense. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

MORAN José Manuel, **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. Ed. Papirus, 12 ed. 2006.

_____. José Manuel, **Contribuições para uma pedagogia de educação on line**. In: SILVA, Marco. Educação on line: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. São Paulo: Loyola, p. 39-50, 2003.

OLIVEIRA, Luiza Carvalho de; JUNIOR, João Batista Bottentuit. **TECNOLOGIA E METODOLOGIA: COMO INTERLIGÁ-LAS? Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade (Brazilian Journal of Education, Technology and Society)**, v. 9, n. 1, p. 95-106, 2016.

Summit Public Schools Disponível em: <<https://goo.gl/qbEcsZ>> Acesso em: 20 outubro 2017

USNews Disponível em :<<https://goo.gl/om1Sjs>> Acesso em: 21 outubro 2017

PSICOPATIA E SOCIOPATIA E SUAS INDIVIDUALIDADES PESSOAIS E SOCIAIS

SANT'ANA, Aline de Almeida

MIRANDA, Gabriela Silva

KOPPE, Izabel Aparecida de Mello Lossano

TIBÚRCIO, Maria da Penha Freitas

SANTOS, Natália dos Santos

CLETO, Priscila Caetano Ventura

SILVA, Rhafaela Breda Corrêa da ¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido aborda a temática da Psicopatia e Sociopatia e suas individualidades pessoais e sociais, abordando fatores que predominam e caracterizam tendo em vista o foco principal a Psicopatia. Teve como objetivo geral, buscar conhecimentos e verificar conceitos de sociopatia e psicopatia, com intuito de compreender, esclarecer e averiguar possíveis tratamentos, aprofundarmos nos conhecimentos adquiridos na disciplina Psicologia da personalidade, conhecimentos esses que pode ajudar a esclarecer os motivos que os levam a cometer crimes e esclarecer o porquê da impossibilidade de cura da psicopatia através de estudos que comprovam evidências obtidas em pesquisas que sugerem anormalidades cerebrais que podem ser responsáveis por inúmeros aspectos clínicos da psicopatia.

¹Graduandos do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix- Unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. **E-mail:**

²Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *lato sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix - Unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada no presente foi o método introdutivo, auxiliada de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica como técnicas de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

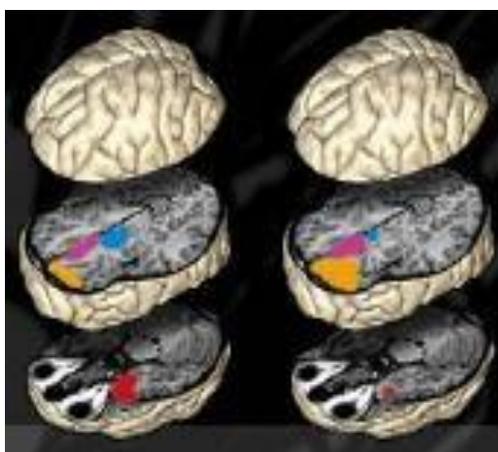
A psicopatia é um estado mental patológico que se caracteriza por desvios (POPSIC. Psicopatia em homens e mulheres) tendo como o principal, o de caráter, que desencadeia comportamentos antissociais. O sujeito nasce com uma deficiência irreversível. A psicopatia só pode ser diagnosticada aos dezoito anos de idade. Já o Transtorno de personalidade antissocial (TPA) referido a sociopatia é um transtorno de personalidade caracterizado muitas das vezes pelo comportamento impulsivo do indivíduo afetado, desrespeito pelos direitos e pelos sentimentos dos outros, indiferença, desprezo ou desrespeito por normas sociais, o sujeito cresce em meio às brigas muitas vezes entre pais e mães ou em meio às drogas.

Nos humanos, o córtex é desenvolvido e é responsável pelas características que os distinguem de outros animais. Vários estudos mostram a associação entre lesões pré-frontais e comportamento impulsivos, agressividade inadequação social (BRENAN; RAINE, 1997 apud GOMES; ALMEIDA, 2010; YANG *et all*, 2005 apud GOMES; ALMEIDA, 2010). O lobo frontal é responsável pela linguagem, comportamento, pensamento, planejamento consciente é o maior de todos os lóbulos e lesões nessa área pode alterar a memória, personalidade, comportamento. Em uma pesquisa utilizando neuroimagem, encontraram uma diminuição da matéria cinzenta na região pré-frontal, uma diminuição do volume do hipocampo posterior e um aumento da matéria branca o corpo caloso, diferenças estas que, segundo eles, contribuíram para o aparecimento de comportamentos mais agressivos (MOLL; ESLINGER; SOUZA, 2001 apud GOMES; ALMEIDA, 2010; PRIDMORE; CHAMBERS; MC ARTHUR, 2005 apud GOMES; ALMEIDA, 2010).

O psiquiatra Renato Oliveira (2004) realizou ressonância magnética em 279 pessoas com distúrbios neuropsiquiátricos. Pela ressonância magnética funcional, foi possível constatar que o cérebro de alguns sujeitos responde de forma diferente de um

indivíduo normal quando levado a fazer julgamentos morais, que envolvem emoções sociais, como culpa, compaixão e arrependimento. “As imagens mostram que há pouca atividade nas estruturas cerebrais ligadas às emoções morais e as primárias e um aumento da atividade nos circuitos cognitivos”. Nos últimos cinco anos, Oliveira e Moll avançaram nesse mapeamento. Os dois classificaram os principais tipos de agressividade encontrados. Por meio de um teste desenvolvido por Moll. A imagem ilustra uma ressonância magnética de um mapeamento das emoções de um indivíduo normal e um psicopata (MAGESTE, s.d.)

Figura 1 – ressonância do cérebro



Fonte: Renato Oliveira (ano desconhecido)

A ressonância mostra um cérebro normal que se encontra à esquerda, onde tem suas funções pré-frontais ativadas, que tem a responsabilidade de monitorar os aspectos cognitivos do julgamento, onde a pessoa tem empatia pela outra e é completamente capaz de julgar suas ações. O cérebro da direita é o de um psicopata, onde mostra uma diminuição sensivelmente a ativação das áreas que são responsáveis pelo senso moral, onde a pessoa não tem empatia pela outra.

4 DISCUSSÃO

Carl Rogers experimentou uma abordagem fenomenológica na tentativa de atender como o homem percebe a realidade, ele colocava situações diferentes para pessoas diferentes e cada indivíduo colocava sua visão perante aquela situação, o psicopata percebe a realidade com o propósito de beneficiá-lo, não se coloca e nem se consegue colocar no lugar do outro, a percepção da realidade é exclusiva de sentimentos. No

depoimento do “Maníaco do Parque” para a polícia, ele disse: “Eu tenho um lado ruim dentro de mim. É uma coisa feia, perversa, que eu não consigo controlar” Confissão: Matei. Fui eu[...] revista (CRUZ; MANSO, 1998, p.106). No depoimento do promotor para a revista Veja sobre o “Maníaco do parque” no seu interrogatório, ele diz:

O interrogando achava até interessante como conseguia ludibriar suas vítimas, pois usava praticamente um jogo de sedução, colocava para elas um mundo de fantasias, sendo que, para tanto, ouvia atentamente o que a pretensa vítima falava de sua vida, e rapidamente conseguia concluir qual a conversa mais agradável eu a dominaria (CRUZ; MANSO, 1998, p.106)

Blackburn (1998 *apud* GOMES; ALMEIDA, 2010) desenvolveu uma tipologia para os subtipos de psicopatas. O **tipo primário**, caracterizado por um tipo socialização e uma total falta de perturbações emocionais, caracterizados por traços impulsivos, agressivos hostis, extrovertidos, confiantes em si mesmos e baixos teores de ansiedade (BALLONE, 2008). Já o **tipo secundário** é caracterizado pelo isolamento social e traços neuróticos. Normalmente, hostis, impulsivos, agressivos, socialmente ansiosos e isolados, mal-humorados e com baixa autoestima (BALLONE, 2008). Millon (1998 *apud* GOMES; ALMEIDA, 2010) desenvolveu uma subtipologia dos psicopatas. O autor esclarece que existem elementos comuns a todos os grupos: um marcado egocentrismo e um profundo desprezo pelos sentimentos e necessidades alheias.

Os psicopatas carentes de princípios estão associados às personalidades narcisistas e histéricas. Estes psicopatas exibem com arrogância um forte sentimento de autovalorização, indiferença para o bem-estar dos outros e um estilo social fraudulento. (MACIEL, s.d.).

As características que Millon (1998 *apud* GOMES; ALMEIDA, 2010) atribui aos subtipos malévolos, tirânico e maléfico, considerou que todos três comumente se manifestam numa mesma pessoa. Os psicopatas malévolos são vingativos e hostis. Muitos deles se revelam como assassinos e assassinos seriais. Por sua vez, o psicopata dissimulado tem seu comportamento caracterizado por um forte disfarce de amizade e sociabilidade. Millon (1998 *apud* GOMES; ALMEIDA, 2010) já considerava o psicopata dissimulado como uma variante da personalidade histriônica tentando satisfazer sua forte necessidade de atenção e aprovação.

Nesta classificação, ainda, pode-se mencionar o psicopata ambicioso, que persegue constantemente seus engrandecimentos. Somente a usurpação de bens alheios pode satisfazê-los, nunca experimentam um estado de completa satisfação (MACIEL, s.d.). Por fim, os psicopatas explosivos são caracterizados por fúria incontrolável, furor este descarregadas sobre a própria família e ataque a outros (MACIEL, s.d.).

Desgostosos e frustrados na vida, eles perdem o controle e buscam vingança alegando maus tratos que foram submetidos precocemente. Características dos sociopatas englobam o desprezo pelas obrigações sociais e a falta de consideração com os sentimentos dos outros. Geralmente são cínicos, incapazes de manter uma relação leal e duradoura, manipuladores e incapazes de amar. O sociopata costuma ter charme convincente e simpático para as outras pessoas e, não raramente, eles possuem uma inteligência normal ou acima da média, onde podem manipular e fazer com que as pessoas que o cercam façam suas vontades. Possuem egocentrismo exageradamente patológico. Mentem, abusam, roubam, manipulam dolosamente seus familiares e parentes, colocam em risco a vida de outras pessoas e nunca são capazes de se corrigirem. Quando descobrem que seu teatro já está descoberto, são capazes de darem a falsa impressão de arrependimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo evidenciou que a psicopatia é um estado mental patológico caracterizada por desvios, um deles o de caráter, o indivíduo nasce com uma deficiência irreversível ou após sofrer um acidente em que o córtex é atingido, passa a apresentar comportamentos antissociais. Já os sociopatas são sujeitos negligenciados, geralmente são cínicos, incapazes de manter uma relação leal e duradoura, manipuladores e incapazes de amar. Na população em geral, as taxas dos transtornos de personalidade podem variar de 0,5% a 3%, subindo para 45,66% entre presidiários. Já a psicopatia após ser concretizada se torna um fator de risco, pois podem ocorrer atos infracionais, pois os indivíduos acometidos por esse transtorno têm a maior facilidade em utilizar charme, manipulação, mentira, violência e intimidação para controlar as pessoas e alcançar seus objetivos, na psicopatia o

sujeito nasce com uma deficiência irreversível, os psicopatas parecem ser incapazes de possuir sentimentos em relação a outras pessoas e a eles mesmos.

6 REFERÊNCIAS

BALLONE, G. J. Transtornos da Linhagem Sociopática. In: **Psiquweb**: portal eletrônico de informações, 2008. Disponível em: <<http://www.psiquweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=52>>. Acesso em 07 nov. 2017.

CRUZ, Angélica Santa; MANSO, Bruno Paes. O Predador. In: **Veja**: portal eletrônico de informações, 19 ago. 1998. Disponível em: <http://origin.veja.abril.com.br/190898/p_098.html>. Acesso em 07 nov. 2017.

GOMES, Cema Cardona; ALMEIDA, Rosa Maria Martins de. Psicopatia em homens e mulheres. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/582/383>>. Acesso em 29 out. 2017.

MACIEL, Paulo. **Tipos e Níveis de Psicopatia**. Disponível em: <<https://drpaulomaciel.wordpress.com/sobre/mundo-louco/macho-alfa/tipos-e-niveis-de-psicopatias/>>. Acesso em 06 out. 2017

MAGESTE, Paula. Psicopata: você conhece um. In: **Época**: portal eletrônico de informações, s.d. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR64487-6014,00.html>>. Acesso em 07 nov. 2017.

PSICOPATIA e Sociopatia na teoria comportamental. Disponível em: <http://www.fae.br/2009/Psicologia_literaturas/Psicopatia_e_Sociopatia.pdf>. Acesso em 29 out. 2017.

SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE: UMA VIDA MAIS PRAZEROSA E FELIZ

SOUSA, Andreia dos Santos

SANTOS, Gabriela Rigão

ZANETTE, Janete da Penha Ronquete¹

RANGEL, Tauã Lima Verdan²

1 INTRODUÇÃO

As estatísticas da OMS (Organização Mundial de Saúde) mostraram que nas duas últimas décadas os “países da América Latina aumentaram significativamente a expectativa de vida dos idosos e, além disso, promoveram melhores condições de vida aos envelhescentes” (ROZENDO E ALVES, 2015, p. 96).

Com o aumento da expectativa de vida do brasileiro, o Estado e as políticas públicas tem repensado os seus investimentos dando maior atenção ao envelhecimento. O acesso a renda, a segurança social e as políticas especializadas são alguns exemplos. Por outro lado, fatores como: falta de investimentos para programas de atenção ao idoso dependente e também a falta de investimentos em projetos e campanhas que procuram dar orientação e desmistificar o campo da sexualidade na velhice. (ROZENDO E ALVES, 2015).

Groisman (2002) afirma que na cultura ocidental a velhice significa incapacidade, decadência, dependência social, perda biológica, dentre outros. Ou seja, uma situação de declínio, de incapacidade física e mental, tornando os idosos despojados no campo econômico, social e também sexual. Tornar-se idoso não está ligado a incapacidade. Tornar-se idoso não significa enfraquecer, ficar triste, ou assexuado. O que se encontra até então, são alguns mitos e tabus a serem superados e desmitificados. Onde num levantamento feito por acadêmicos do curso de Psicologia,

¹Graduandos em Psicologia na Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *lato sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix - Unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E_mail: taua_verdan2@hotmail.com.

através de um questionário à idosos, concluiu-se que estes fatos, são importantes para serem mais abordados e comentados nos meios sociais.

Contudo, pode-se entender que os idosos não são seres frágeis como se mistifica, são capazes de seguir com seus sonhos e fantasias sexuais, mesmo com o passar dos anos tem capacidade de novas realizações, e surpreender aqueles que pouco o observam. Sendo que todos os seres precisam de atenção e cuidados, onde vale lembrar, todos um dia irão envelhecer e que seja com boa maturidade, sabendo lidar com as transformações do corpo e da mente, e seguindo usufruindo os prazeres da vida

3 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo é resultado preliminar de uma pesquisa realizada por discentes de iniciação científica, acadêmicos do curso de Psicologia – Primeiro e Segundo Período - da Faculdade Multivix – Campus de Cachoeiro de Itapemirim ES. Na pesquisa de campo realizamos entrevistas estruturadas com 26 (Vinte e seis) pessoas idosas, abordadas nas ruas das cidades de Rio Novo do Sul, Piúma e Cachoeiro de Itapemirim, cidades situadas no sul do Espírito Santo.

O questionário, que serviu de roteiro básico foi previamente testado e reformulado. Nele havia perguntas sobre as características sociodemográficas, como: faixa etária, gênero, estado civil do idoso e também sobre a prática de esportes. Logo em seguida, constam perguntas sobre a sexualidade (desejo, prática, frequência, dentre outras). As entrevistas foram realizadas no período de 30 de agosto à 07 de setembro de 2017.

Mesmo com o direcionamento de um questionário os idosos puderam dar diversas opiniões e direções durante as entrevistas, narrando discussões, relações e acontecimentos dos seus interesses. Alguns comentários nos chamaram a atenção e foram transcritos para este trabalho. Antes de iniciar os questionamentos, os idosos eram abordados e perguntados se gostariam de participar de uma pesquisa, na qual o assunto era sexualidade. Após a concordância verbal foi realizado os questionamentos sendo facultativa a identificação

4 DESENVOLVIMENTO

Como mostrado acima, houve um aumento na expectativa de vida e também na ciência do avanço da medicina, isso faz com que o sexo entre os idosos seja cada vez mais normal, natural e disposto a enfrentar os tabus existentes. As mudanças no corpo são inevitáveis com o passar do tempo. O avanço da idade, filhos, problemas psicológicos e de saúde, dietas e alimentações são alguns fatores que interferem nas mudanças do corpo. Mas nenhuma mudança no corpo necessariamente afeta a satisfação sexual do homem ou da mulher.

[...] não é a idade que determina a ausência do desejo e, muito menos, a ausência ou a presença de relações sexuais mesmo que estas possam ser inscritas na velhice sob tecidos diferentes daqueles encontrados na adolescência e na vida adulta, nos quais computar os orgasmos é uma forma usual. A sexualidade do idoso pode encontrar caminhos inéditos nos quais o desejo, que não morre, encontra outras maneiras de inscrição. (MUCIDA, 2006, p.41).

Idosos que não têm vergonha de afirmar que sexo na terceira idade é tão natural quanto na juventude, afirmam que namorar é para sempre e é fundamental e bom, pois estão sempre dispostos a vencerem preconceitos e tabus que existem na sociedade. Em contrapartida, as dificuldades em aceitar a sexualidade ao envelhecer podem vir desde a falta de informação sobre o assunto, quanto pela noção de que o ato sexual seja somente para a procriação e para a genitalidade. Isso se dá segundo Rozendo e Alves (2015, p. 97) porque a atual geração de idosos foi criada em um ambiente rígido e repressor, no qual não havia diálogo sobre sexo entre pais e filhos. Sendo assim, atualmente muitos se sentem desconfortáveis em falar no assunto.

Segundo Salo Buksman (2005), citado por Tony Bernstein (2017, pg.22), “Um dos motivos que levam à redução da atividade sexual entre os idosos é a perda de libido, que pode ocorrer devido à diminuição da produção hormonal masculina e feminina”. A sociedade ainda vê a sexualidade como algo voltado para os jovens. Há a afirmação que homens não podem falhar na hora e existe a cobrança de que as mulheres têm que estar sempre belas e atrativas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Das 26 (vinte e seis) entrevistas realizadas, 53,8% (14) eram do sexo feminino e 46,2% (12) do sexo masculino. Os entrevistados tinham entre 60 e 71 anos; sendo 69,2% casados, 15,4% solteiro e 15,4% tinham companheira(o) / parceira(o). Portanto a maioria dos participantes tinham esposas ou esposo ou companheiro. Ao serem questionados “busca orientação sexual? ”, 57,7% responderam que sim – número que impressionou a nós pesquisadores e 42,3% responderam que não, afirmando sentirem-se tímidos ou envergonhados para buscar ajuda sobre esse assunto.

Quando foram questionados também “se é possível ter uma vida sexual ativa e saudável na terceira idade”, 96,1% responderam que sim, é possível e 3,9% responderam não. Podemos observar que a maioria afirmou que é possível ter uma vida sexual ativa e saudável, já um pequeno percentual teve uma resposta negativa talvez por problemas com a saúde, indisposição ou por próprio preconceito.

Ao serem perguntados se tinham fantasias sexuais e se haviam praticado todas as fantasias, 15,8% afirmaram com muita timidez que não tem fantasias e que não tinha realizados todas, já a maioria das pessoas relataram que tem fantasias e já realizaram com o percentual de 84,2%. Os percentuais obtidos quanto as fantasias sexuais podem ser observadas no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Fantasias sexuais

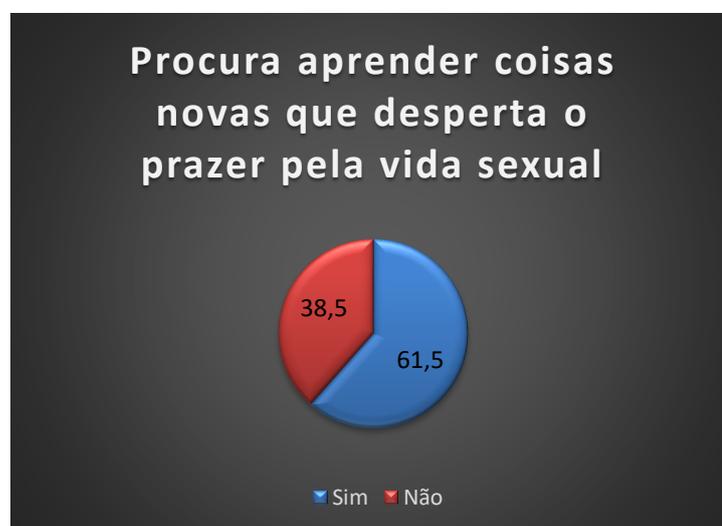


Fonte: Os autores, 2017.

Tivemos relatos interessantes quando esta pergunta foi realizada, podemos confirmar abaixo: “Até hoje meu velho não me levou para o mar, talvez tenha medo de se afogar, mas bem que sonho em tê-lo mergulhado dentro de mim”. (C. M. L); “Gostaria de ver, minha senhora, com um rapaz mais jovem deve ser engraçado e legal” (A.I). Quando perguntados sobre viagem, “se gostariam de viajar ou passear mais”, 80,8% disseram que gostam de viajar, que o prazer da viagem mexe com os instintos sexuais, faz o coração disparar, ainda mais se forem ao lugar pela primeira vez. 19,2% disseram que não, mas explicaram que não possuem condições de viajar ou preferem ficar no aconchego do lar ou com a família nos fins de semana.

A penúltima pergunta consistiu em saber sobre “aprender coisas novas que despertam o prazer pela vida sexual”, 38,5% responderam que não. Já 61,5% tiveram a resposta afirmativa, como hoje em dia se tem uma visão mais aberta ao assunto e facilidade para ir ao uma loja de sex shop, utilizar mais os estimulantes naturais ou até mesmo os farmacêuticos.

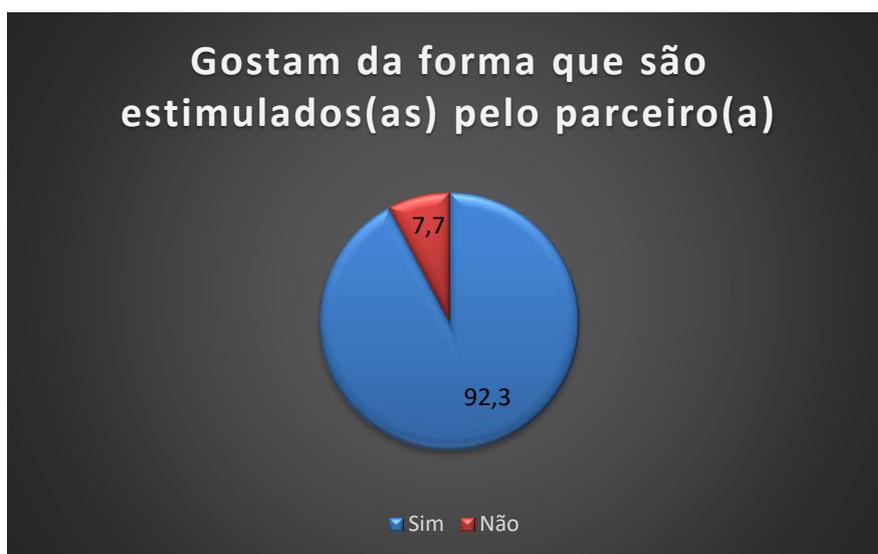
Gráfico 2 – Interesse sexual



Fonte: Os autores, 2017.

Enfim, finalizamos perguntando “se gosta da forma que é estimulado(a) pelo(a) parceiro(a)”, 92,3% responderam que sim e 7,7% responderam que não estão satisfeitos como são estimulados.

Gráfico 3 – Parceiro sexual



Fonte: Os autores, 2017.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resumo expandido evidenciou que além das modificações físicas que o corpo apresenta com o decorrer dos anos e que podem interferir de alguma forma na vida sexual do idoso, a cultura da assexualidade e o preconceito para com os mais velhos favorecem para a construção de um estereótipo que volta a sexualidade para os mais jovens, repreendendo os idosos a sentirem desejos e vontades sexuais.

A pesquisa de campo comprovou que a maior parte dos idosos sentem desejos e procuram ajuda para enfrentar os problemas que surgem durante a vida sexual. Mas, foi visto também que a falta de programas e projetos que dão atenção e auxiliam os idosos precisam ser mais elaborados e ter mais presença na vida desses idosos. O envelhecimento é inerente ao ser humano e as incógnitas sobre sexualidade precisam ser resolvidas e discutidas durante as etapas da vida. Portanto, a sexualidade permanece em constante construção ao longo da trajetória humana, e frente a esses processos está o papel do psicólogo, que se destaca por ajudar, auxiliar e intervir na compreensão de todas essas mudanças presentes na vida.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA LA, PATRIOTA LM. Sexualidade na terceira idade: um estudo com idosas usuárias do Programa Saúde da Família do bairro das cidades-Campina Grande. *In: Qualitas*, v. 8, n. 1, 2009; p. 1-20.

BERNSTEIN, T. **Sexualidade na Terceira Idade**. Disponível em: <http://www.portalterceiridade.com.br/dialogo_aberto/sexualidade_3i/index.htm>. Acesso em 01 set. 2017.

FRAIMAN, A. P. **Coisas da Idade**. São Paulo: Gente, 1995.

GROISMAN, D. A velhice entre o normal e o patológico. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2002.

MUCIDA, Â. **O Sujeito não envelhece**: psicanálise e velhice. Rio de Janeiro: Autêntica. 2002.

ROZENDO, A.DA S., & ALVES, J.M.. Sexualidade na terceira idade: tabus e realidade. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 18, n. 3, jul.-set. 2015.

VERAS RP. Experiências e tendências internacionais de modelos de cuidado para com o idoso. **Cien Saude Colet**, v. 17, n. 1 2012, p. 231-238.

OS MECANISMOS DE DEFESA DO EGOCONSEQUÊNCIAS DE FALHAS

MARIANO, Anna Carolyna de Souza

ROSA, Gessica Teixeira

CONCEIÇÃO, Loyana

TORRENTES, Marilza Vianna

BARBOSA, Mayelli Patricio

ARTHUR, Patricia

SOUZA, Thaynara Correia¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Os mecanismos de defesa possuem função de preteger o ego de perigos reais ou fictícios e de elementos como ansiedade e o desprazer, também são utilizados para defender de forma patológica o narcisismo do sujeito.

Ana Freud (1946/2006), que escreveu uma obra prima sobre o tema, teoriza que tais mecanismos existem pelo “medo” do ego de regredir ao estado inicial de fusão com o ID, na hipótese da falha do Superego na tarefa de reprimir os impulsos. Em caso de falhas desencadeiam-se as psicoses e neuroses, que podem comprometer de maneira significativa o cotidiano do sujeito.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada no presente foi o método introdutivo, auxiliada de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica como técnicas de pesquisa.

¹Graduandos do curso de Psicologia da Multivix – Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Professor Orientador. Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E_mail: taua_verdan2@hotmail.com

3 DESENVOLVIMENTO

Os mecanismos de defesa constituem operações de proteção postas em jogo pelo Ego ou pelo Si mesmo para garantir sua própria segurança. Os mecanismos de defesa não representam apenas o conflito e a patologia, eles são também uma forma de adaptação. O que torna “as defesas” um aspecto doentio é sua utilização ineficaz ou então sua não adaptação às realidades internas ou externas. (BERGERET, 2006).

Eles são determinados pela forma como se dá a organização do ego: quando bem organizado, tende a ter reações mais conscientes e racionais. Todavia, as diversas situações vivenciadas podem desencadear sentimentos inconscientes, provocando reações menos racionais e objetivas. Assim, são ativados os diferentes mecanismos de defesa, com a finalidade de proteger o Ego de um possível desprazer psíquico, anunciado por sentimentos de ansiedade, medo, culpa, entre outros. Em suma, os mecanismos de defesa são ações psicológicas que buscam reduzir as manifestações iminentemente perigosas ao Ego. Estes, apresentam-se em todas as pessoas e não são escolhidos conscientemente pelo indivíduo, só se tornam anormais quando aparecem excessivamente.

Os mecanismos podem ser frustrados: a racionalização pode ser desmentida; a identificação, negada; a fuga, evitada; a repressão, revelada etc. Tornando, assim, o conflito ainda mais intensificado. Quando os mecanismos de defesa falham, podem ocorrer transformações mais agressivas no comportamento; como perturbações psicológicas graves sendo um efeito da psicose. Quais seriam as características de um psicótico? Hegenberg (2001) caracteriza as pessoas psicóticas como:

Profundas, centradas nelas mesmas, estabelecendo uma delicada relação com o ambiente porque esse ambiente pode ser fator de desorganização pessoal [...] têm um mundo interno rico, em função do id como instância dominante. A criatividade é grande em função desse contato profundo com seu mundo interno, sendo que suas ideias próprias, que não precisam respeitar regras ou opiniões alheias, também se dão em função dessa riqueza do mundo interior (HEGENBERG, 2001, p. 98).

Além dessas características, existe um fator que define o quadro do psicótico, a questão social. O psicótico tem dificuldade de se desempenhar no campo social. Em termos psicanalíticos, ele apresenta dificuldade de se desempenhar diante do outro, no espaço do outro. Pode-se dizer a dificuldade de constituir o próprio campo do Outro como isso que ele é para nós, neuróticos: o campo da existência (social), o campo simbólico onde um sujeito (simbólico/social) pode se realizar e se exercer como sujeito (TENÓRIO, 2001, p. 98). A natureza da angústia, na personalidade psicótica, é de fragmentação. Não há organização do superego, pois o que domina é a organização do id, que direciona a um conflito com a realidade. Logo, a relação com o outro é fusional (SOARES; MIRÂNDOLA, 1998).

Psicose – É caracterizada pela distorção do senso da realidade, uma inadequação e falta de harmonia entre o pensamento e a afetividade. O psicótico encontra fora o que excluiu dentro, inclui fora o que, na neurose representa a dinâmica do recalque. Cria-se uma nova realidade. Habitualmente em psicopatologia agrupam-se entre as defesas ditas “psicóticas”, a projeção, a recusa da realidade, a duplicação do ego, e a identificação projetiva.

Neurose - É uma das maneiras que o organismo psíquico encontra para se defender de conflitos que não foram passíveis de sofrer total recalque. O que acontece, é o fato de que o recalque falha, de modo que a energia excedente originada pelo trauma, que também se pode denominar de gozo inconsciente e doloroso, vence a força do recalque, colocando o sujeito à mercê de profundo sofrimento.

4 DISCUSSÃO

A função do ego é mediadora, tendo raízes no inconsciente, como é o caso dos mecanismos de defesa. Os mecanismos de defesa do ego são processos do inconsciente que permite à mente encontrar soluções para conflitos manifestados pela personalidade, possibilitando encontrar soluções para impulsos agressivos, ansiedade, ressentimentos, agonias, aflições, frustrações não solucionados ao nível da consciência. Freud considerava que o termo defesa deveria ser utilizado “para todas as técnicas que o ego utiliza em conflitos que podem levar à neurose”.

Os principais mecanismos descritos são a repressão, a negação, a projeção, a regressão e a sublimação, são mecanismos encontrados em indivíduos saudáveis, mas em excesso é, na maior parte dos casos, indicação de possíveis sintomas neuróticos. A natureza do ego é estar em constantemente tensão, nas suas tentativas de controlar os impulsos do id e, assim como, ajustando-se à repressão do superego. Quando essa tensão ameaça a estabilidade do ego, pode se utilizar os mecanismos de defesa, dessa forma o ego exclui da consciência conteúdos indesejados.

Finalmente, se o mecanismo de defesa falhar em excluir as tensões e o material reprimido retorna à consciência, o ego é obrigado a intensificar seu impulso defensivo. É nesse momento que para a psicanálise os sintomas de transtorno mentais como neurose e psicose, são formados. Na teoria psicanalítica, as psicoses expressam uma severa falência no sistema defensivo. A grande diferença entre o estado neurótico e psicótico seria quantitativo, e não qualitativa. Sendo assim, através da análise psíquica o psicanalista poderá elaborar o perfil psicológico do paciente e seus transtornos mentais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permite concluir a partir dos resultados apresentados, que há grandes diferenças entre neuroses e psicoses, seja nos aspectos estruturais, seja nos aspectos sintomáticos, a partir de teorias psicanalíticas estudadas. Analisando os transtornos mentais do tipo neurótico e psicótico, de acordo com as teorias psicanalíticas abordadas, pode-se concluir que a neurose trata-se de um conflito entre as instâncias do ego e o id do psiquismo humano, e provoca um mecanismo de recalque do inconsciente do sujeito neurótico, proporcionando a este uma distorção e conseqüente distanciamento da realidade objetiva, enquanto a psicose trata-se de um conflito entre a instância do ego do psiquismo humano e o mundo externo, e provoca um mecanismo de forclusão dos significantes do inconsciente, provocando ao sujeito psicótico a rejeição de sua realidade objetiva e conseqüente criação de uma realidade própria, desta vez, subjetiva.

A diferenciação das características e sintomas de tais transtornos acontecem, uma vez que, o sujeito neurótico compreende sua realidade objetiva, seus afetos e pensamentos, e é capaz de vivenciá-los, de tal forma que os sintomas normalmente não aparecem com seriedade, enquanto o sujeito psicótico se faz plenamente alheio à realidade objetiva e não é capaz de compreender nem vivenciar seus afetos e pensamentos, provocando sua auto vulnerabilidade para o desencadeamento de sintomas mais explícitos e severos.

6 REFERÊNCIAS

BERGERET, J. O problema das defesas. In: _____ *et all.* **Psicopatologia: teoria e clínica.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul:** Neuroses e seus diferentes mecanismos de defesa. Disponível em: <ufrgs.br/psicopatologia/wiki/index.php?title=Neuroses_e_seus_diferentes_mecanismos_de_defesa>. Acesso em 17 nov. 2017.

CHADE, Jamil; PALHARES, Isabela. Brasil tem maior taxa de transtornos de ansiedade. *In: Estadão:* portal eletrônico de informações, 23 fev. 2016. Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-maior-taxa-de-transtorno-de-ansiedade-do-mundo-diz-oms,70001677247>> . Acesso em 17 nov. 2017

DIFERENÇAS Estruturais e Sintomáticas entre Neurose e Psicose: Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0927_1089_01.pdf>
FREUD, A. O ego e os mecanismos de defesa. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HEGENBERG. Mauro. São Paulo: **Casa do Psicólogo**, 2001.

MECANISMOS de Defesa - As Defesas do Ego. Disponível em: <<http://mundodapsi.com/mecanismos-de-defesa/>>. Acesso em 17 de nov. 2017

MECANISMOS de defesa do ego. Disponível em: <<http://www.pensarcontemporaneo.com/mecanismos-de-defesa-do-ego/>>. Acesso em 17 nov. 2017.

MECANISMOS de defesa. Disponível em: <psicoativo.com/2006/01/mecanismos-de-defesa-o-guia-essencial-html>. Acesso em 17 nov. 2017.

MECANISMOS de defesa. Disponível em: <psicologado.com/abordagens/psicanalise/mecanismos-de-defesa>. Acesso em 17 nov. 2017.

MECANISMOS de Defesa. *In: Brasil Escola:* portal eletrônico de informações, s.d. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/psicologia/mecanismos-defesa.htm>>. Acesso em 17 nov. 2017

PARA Compreender Mecanismos de Defesa. *In: Revista Cultura e Cidadania:* portal eletrônico de informações, 27 mai. 2012 Disponível em: <<https://revistaculturacidadania.blogspot.com.br/2012/05/artigos-para-compreender-mecanismos-de.html>>. Acesso em 17 nov. 2017.

SOARES, Paulo Fernando; MIRÂNDOLA, Luiz Albano. Psicoterapias Psicodinâmicas para Psicóticos. In: CORDIOLI, Aristides Volpato (Org.). **Psicoterapias, abordagens atuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

TENÓRIO, Fernando. Psicanálise e reforma psiquiátrica, um trabalho necessário. In: FIGUEIREDO, Ana Cristina (Org.). **Psicanálise: Pesquisa e Clínica**. Rio de Janeiro: IPUB/CUCA, 2001.

HISTERIA

MACHADO, Ariane Ferreira

COUTO, Beatriz Lázaro

RIBEIRO, Clariane Mageski

PAULO, Eduarda Thompson

BITENCOURT, Esthefani Correia

PAIVA, Gabriele de Souza¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho aborda-se sobre a histeria que, antigamente pela Igreja Católica era chamada de bruxaria por eles não cumpriam com sua vida religiosa, como era dito pela Igreja, e tais pessoas que exerciam a histeria eram queimadas, na maioria dos casos eram mulheres. Só mais tarde que as pessoas foram tendo um tratamento humanizado e foram mudados os nomes dos quadros e já não são os mesmos que Freud havia colocado.

O objetivo deste trabalho foi relatar a histeria nos dias atuais e nos antepassados que era de acordo com Freud. Tem o intuito de relatar a partir de pesquisas feitas o conhecimento de pessoas a respeito deste caso. Foram abordados gráficos com algumas perguntas sobre o assunto, foram entrevistadas 20 pessoas ao todo e pessoas com maior entendimento tinham entre 18-25 anos.

Percebe-se que o assunto tem bastante conteúdo a seu respeito, porém, não é do conhecimento de muitos. O trabalho tem como importância retratar as características da histeria sobre a qual fala das causas que podem levar uma pessoa a ser histérica, pois muitas vezes as pessoas não sabem da existência dessa doença.

¹Graduandos do Curso de Psicologia da Multivix- Unidade de Cachoeiro de Itapemirim- ES.

²Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF - Linha de Pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos. Mestre em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Pesquisador e Autor de diversos artigos e ensaios na área do Direito. E_mail: taua_verdan2@hotmail.com
Cachoeiro de Itapemirim-ES, novembro de 2017.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia empregada no presente foi o método preliminar, acompanhado por técnica de pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica.

3 DESENVOLVIMENTO

Histeria vem do grego *hystera* que significa Matriz. Para melhor entendê-la devemos nos aprofundar um pouco mais em sua concepção histórica nos séculos passados. Ela foi diagnosticada com diversas causas, um desses diagnósticos foi da igreja católica romana em meados de V/XV, que usou a teologia para justificar a histeria como ato de possessão: "as convulsões e as famosas sufocações da matriz eram consideradas a expressão de um prazer sexual e, por conseguinte, de um pecado" (ROUDINESCO; PLON1998, p. 338 *apud* BELINTANI, 2003). A igreja católica começou a investigar e reconhecer casos de histeria como bruxaria, sendo assim, pela influência religiosa a doença deixou de ser tratada como caso de medicina e começou a ser um "caça às bruxas": "O homem, dotado de uma alma imortal, seria sujeito a tentação pelo não cumprimento de seus deveres religiosos ou por não conduzir a sua vida dentro do espírito cristão" (RAMADAM, 1985, p. 55 *apud* BELINTANI, 2003).

Como a normalidade da doença é ser diagnosticada mais em mulheres do que nos homens, a igreja acreditava que a mulher estava possuída por um demônio que a fazia agir como "louca" ou fazer "teatro" e fingir doença. O resultado final desse "caça às bruxas" era mandar tais mulheres para ser queimadas em uma fogueira. No século XVIII a histeria deixou de ser considerada uma possessão demoníaca para ser associada a uma doença de nervos, onde a medicina em especial a psiquiatria começou a estudar para diagnosticar e tratar os indivíduos que apresentavam a doença. Depois de ser considerada uma doença de nervos, foram feitas pesquisas e estudos até que ela viesse a ser diagnosticada como uma neurose.

Os avanços no tratamento da histeria foram maiores depois que ela foi considerada uma neurose. Dentre um dos avanços está a quebra do paradigma de que a histeria é uma doença somente de mulheres, os estudos mostraram que podem sim, existir homens histéricos. Com o tempo e a evolução foi possível e essencial a preparação

de tratamentos mais humanizados, contrário do que algumas mulheres tiveram em séculos antes. Charcot (ano) contribuiu para que a mesma se tornasse objeto de ciência médica e foi influência para que Freud também mostrasse interesse pelo assunto, fazendo parte e se aprofundando em estudos sobre histeria. A mesma foi contribuinte de forma vantajosa para o nascimento da Psicanálise.

“Essa espantosa concepção da histeria, que persiste ao longo dos séculos, não só ignora a anatomia, mas salienta a poética do corpo, a qual, além disso, pode justificar-se pelo fato de que é a linguagem que atribui seus órgãos ao corpo.” (PIGEAUD, 1981, s.p.). A partir de 1973 a histeria foi excluída do DSM5 “Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais 5.” Com a fragmentação do que se chamava e inúmeros outros quadros menores, como, depressão, transtornos somatoformes que causam sintomas corporais, dores crônicas, síndrome do pânico, os ataques, que tem uma relação com o que Freud chamava de neurose de angústia que é um quadro associado a histeria.

Os transtornos factícios, por exemplo, a mãe que cria doença no filho, ou em si mesma. A personalidade histriônica, a pessoa que quer chamar a atenção o tempo todo, emoções intensas, sua autoestima depende da aprovação dos outros, se comportam de forma dramática. Os transtornos dissociativos onde há perda total da memória, esquecimento de infância, ou parte da lembrança. Transtornos do pânico, transtornos de alimentação como, anorexia, bulimia. Personalidade borderline caracterizado por humor, comportamentos e relacionamentos instáveis. Todos esses quadros poderiam ser descritos como quadros histéricos uns 50 anos atrás.

Pode-se concluir o que mudou de fato em relação à histeria foi sua categorização enquanto “doença”, mas se pensarmos enquanto um comportamento de fuga de uma realidade dolorosa, os estudos de Freud continuam atuais e o tratamento psicoterápico ainda é o mais recomendado pelas pessoas. A histeria tem como característica o exagero das reações emocionais e a conversão de problemas psicológicos em sintomas físicos. Ela está atualmente ligada à depressão visto que parte dos histéricos sofrem com os sintomas da mesma. Alguns traços psicológicos são apontados para caracterizar uma pessoa histérica, elas são: emocionalidade, dramatização, sedutividade e sugestionalidade.

Alguns dos sintomas apresentados por um histérico são: movimentos musculares violentos; sensação de "bola" na garganta; dor de cabeça frequente; sensação de falta de ar; inchaço no pescoço; aumento dos batimentos cardíacos; paralisias e dificuldade para movimentar os membros; câimbras e sensação de peso nos braços e pernas. Geralmente esses sintomas surgem em crises que podem ter a duração de algumas horas, dias ou semanas. Essa doença é conhecida desde as origens da humanidade, sendo associadas primeiramente às mulheres. Hipócrates supunha que o desenvolvimento da histeria se dava pela privação de relações sexuais.

Se é verdade que as causas das perturbações históricas devem ser encontradas nas intimidades da vida psicosexual dos pacientes, e que os sintomas históricos são a expressão de seus desejos mais secretos e reprimidos, então a elucidação completa de um caso de histeria implica certamente a revelação dessas intimidades e a divulgação desses segredos. (FREUD, 1972, p. 5-6 *apud* BELINTANI, 2003).

Sigmund Freud também acreditava que a histeria possuía origem sexual, mas sendo fruto de um trauma por experiência vivida na infância do sujeito. A hipnose era usada para tratar os sintomas da histeria, mas com o tempo esse procedimento passou a ser visto como ineficaz devido a isso Freud passa a usar um novo tipo de tratamento, a técnica da associação livre. Atualmente o tratamento da histeria está baseado na psicanálise, com a exploração da personalidade e também podem ser aplicados tratamentos como a hidroterapia e medicamentos antidepressivos.

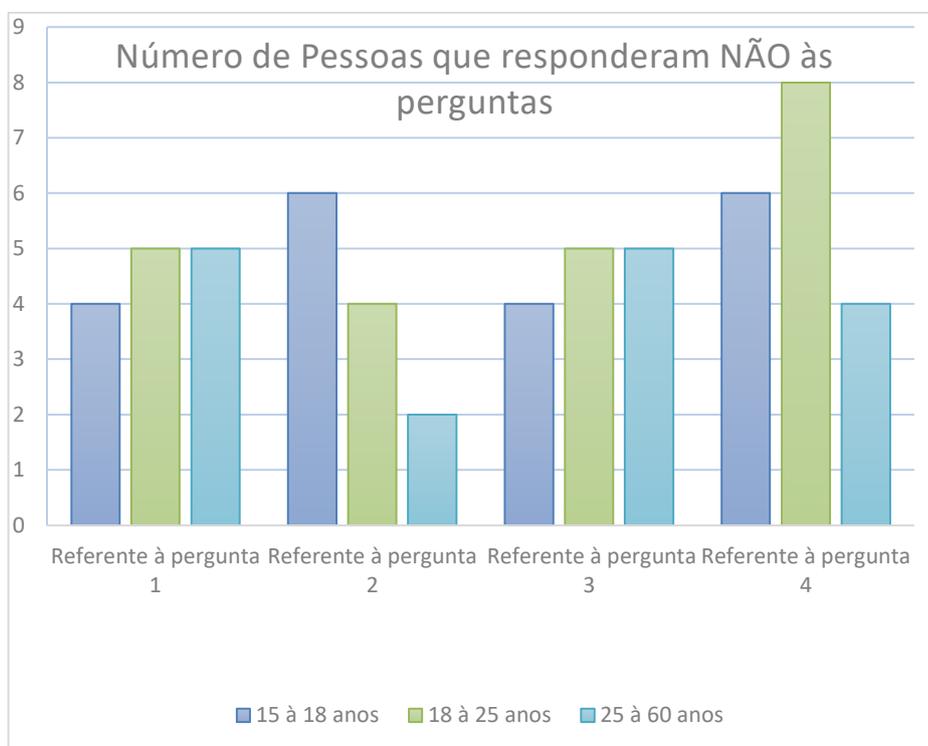
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Perguntas feitas aos entrevistados:

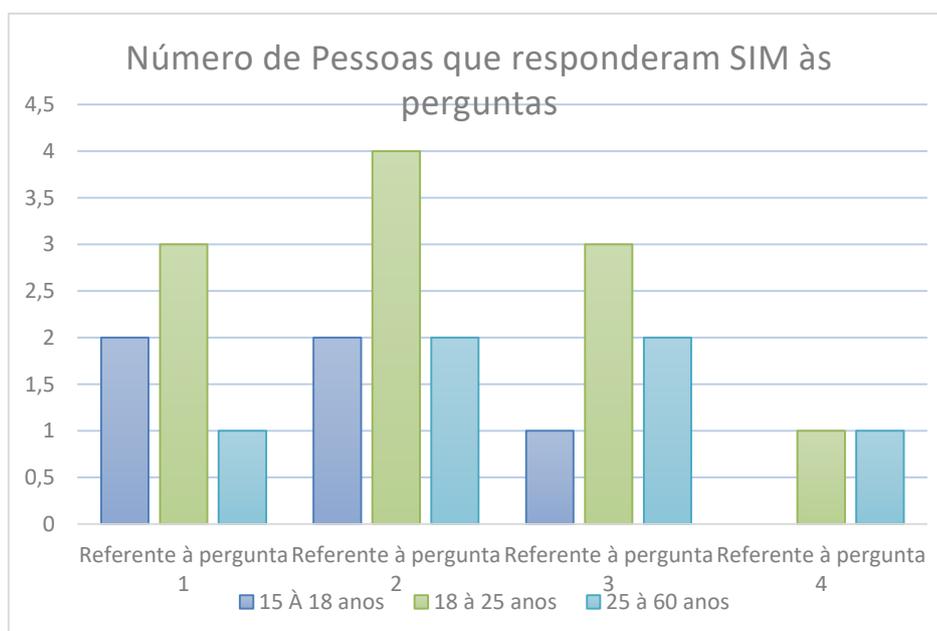
- 1- Você sabe o que é histeria?
- 2- Existe diferença entre histeria e pessoa histérica?
- 3- Você acha que depressão, fobia, pode ser o início da doença histeria?
- 4- Você já ouviu casos de histeria?
 - Pesquisa feita com 20 pessoas.

Conforme os dados apresentados apontam, a histeria não é um tópico muito comentado, ainda existe um tabu sobre o tema. A maioria dos nossos entrevistados (de 15 a 60 anos) não possuía conhecimento da questão, por tanto muitos não sabia discernir se já viram ou sabiam de casos da doença. A falta de informação fez com que muitas pessoas entrevistadas não portavam tal estudo para diferenciar o que leva

a doença cujo nome historia. Levando-se em conta o que foi observado percebemos que pessoas de 18 a 25 anos apresentavam um entendimento maior sobre a temática abordada.



Fonte: Os autores, 2017.



Fonte: Os autores, 2017.

6 CONCLUSÃO

Levando-se em conta o que foi observado entende-se que muitas pessoas não têm conhecimento sobre esse tema abordado, de acordo com pesquisas feitas foram entrevistadas 20 pessoas e somente 6 já ouviu falar sobre a doença. Uma parte da população sofre com essa neurose e nem sempre se encontram atentos ao assunto a fim de saber que se trata de uma doença psíquica e pode afetar negativamente o estilo de vida. A histeria pode surgir através de traumas na infância, ou outros casos que mexam com o emocional.

Essa doença era associada primeiramente as mulheres e a melhor forma de ser tratada era a técnica da associação livre. Hoje em dia utilizam-se tratamentos como a hidroterapia e medicamentos antidepressivos. É muito importante abordar sobre esse tema, tem pessoas que sofrem com a histeria e pode não ter conhecimento que tem a doença.

7 REFERÊNCIAS

ABC Med. Disponível em: <<http://www.abc.med.br/p/>>. Acesso em 06 nov. 2017.

BELINTANI, Giovani. Histeria. *In: Psic: Revista da Vetor Editora, São Paulo, v. 4, n. 2, dez. 2003.* Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000200008>. Acesso em 06 nov. 2017

BRASIL. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul:** A histeria antes de Charcot e de Freud. Disponível em <https://www.ufrgs.br/psicopatologia/wiki/index.php?title=A_Histeria_antes_de_Charcot_e_de_Freud>. Acesso em 05 nov. 2017

FRAZÃO, Arhur. **Como identificar e tratar a histeria.** Disponível em <https://googleweblight.com/?lite_url=https%3A%2F%2Fwww.tuasaude.com%2Fsintomas-de-histeria%2F&ei=m1VxMdpD&lc=pt-BR&s=1&m=152&host=www.google.com.br&ts=1509241101&sig=ANTY_L3v1vZOavWb3TNhK_pe-IIICLD4Ubw>. Acesso em 05 nov. 2017

SANTANA, Ana Lúcia. Histeria. *In: Infoescola:* portal eletrônico de informações, s.d. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/psicologia/histeria/>>. Acesso em 06 nov. 2017.

COMPREENSÃO SOBRE A TEORIA DA PERSONALIDADE

NOGUEIRA, Amanda Supeleto

MOTTA, Laryssa Liduíno Rosa¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O âmbito da psicologia constitui-se como o pilar da autognose do indivíduo e possui ampla apreensão de compreensão sobre a formação do ser, isto é, suas porções cognitivas. Sua aplicabilidade consiste em entender e diferir o embasamento comportamental humano seja em estado psicológico aparentemente normal ou com a presença de disfunções fisiológicas que possam levar o indivíduo a um colapso mental, comportamental ou até mesmo afligir a personalidade do mesmo (TODOROV, 2007).

Dessa forma para que o entendimento humano seja perspicaz e harmônico baseado na construção de cada ser, a psicologia se dispersou e elementou um novo alicerce de entendimento individual, denominado como a psicologia da personalidade, na qual se consolida em vertentes teóricas (TODOROV, 2007).

A teoria da personalidade possui caráter organizacional na concepção de vivência pessoal, do senso-comum, histórico-cultural, ou seja, baseia-se em analisar criticamente a sistemática do sentimentalismo, nas experiências vividas pelo indivíduo, na caracterização das relações saudáveis ou não do funcionamento mental ou corpóreo, dando enfoque ao amadurecimento psicológico do sujeito a ser analisado, bem como interpretar e compreender o seu alcance cognitivo (FADIMAN; FRAGER, 1986). Portanto, o presente resumo expandido tem por objetivo teórico elucidar sobre a ótica psicológica em relação à teoria da personalidade, seus aspectos

¹Graduandas do 1º período do Curso de Psicologia, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista *lato sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix - Unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E_mail: taua_verdan2@hotmail.com

e aplicações. Além de exteriorizar os paradigmas enfrentados por pessoas que sofrem de transtornos comportamentais e como a vivência destes no âmbito social pode ser complexa.

2 METODOLOGIA

O resumo expandido foi construído sob o método indutivo, auxiliado de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica como técnicas de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

Sigmund Freud é uma figura clássica da psicanálise por ser um neurologista, seu modo de pensar sobre os indivíduos superou o que se diz “mental”, chegando até a base fisiológica do pensamento, interligando mundos entre o abstrato e o concreto, na busca incessante de entender o ser humano, os seus preceitos e principalmente a personalidade (FADIMAN; FRAGER, 1986). A partir de um entendimento geral Freud com sua terapêutica analista concisa, formulava teorias que implicavam no amadurecimento mental e na etiologia pensante (GOMES, 2003). Desta forma elucidaremos algumas como: consciente, pré-consciente e inconsciente, instintos, Id, Ego e Superego (FADIMAN; FRAGER, 1986). Além de demonstrar as características da alexitimia (CARNEIRO; YOSHIDA, 2009).

A inquietude da criticidade de Freud baseava-se em conhecer o desconhecido, consistia em averiguar aquilo que não do mundo consciente, isto é, o pré-consciente e o inconsciente. Primordialmente para que se averiguem ambas vertentes, necessita-se entender o consciente. Sendo assim Gomes (2003) afirma que “A consciência, no entanto, não é só percepção consciente, ela compreende também as lembranças conscientes, as fantasias conscientes, os desejos conscientes, o pensamento consciente, etc”, esta caracterização é dada pela engrenagem observada em certo ponto da memória humana, facilitando as lembranças explanadas pelos mesmos (FADIMAN; FRAGER, 1986).

Nota-se que tudo o que é alcançavelmente aprazível para a consciência, é lembrado. O inconsciente é um âmbito resguardado que não utiliza memórias bases, as ações

por instinto estão veiculadas no inconsciente, há certo bloqueio da mente humana frente a conteúdos intemporais, cujo uso não condiz mais com a porção fisiológica corporal, hábitos que não possuem necessidade de serem desenvolvidos. Quanto a este conceito de Freud, explica-se que:

A premissa inicial de Freud era de que há conexões entre todos os eventos mentais. Quando um pensamento ou sentimento parece não estar relacionado aos pensamentos e sentimentos que o precedem, as conexões estão no inconsciente. Uma vez que estes elos inconscientes são descobertos, a aparente descontinuidade está resolvida. (FADIMAN; FRAGER, 1986, s.p.).

Deste modo a consciência possui em sua abrangência o inconsciente, e como parte deste último requisito enquadra-se o pré-consciente, isto é, um âmbito na qual a memorização é atingível. No entanto é na pré-consciência que se aloja todo o aporte informacional que auxiliará a consciência em exercer suas atividades e reconhecer as memórias base necessárias para a oralidade e comunicação do indivíduo (FADIMAN; FRAGER, 1986).

A especificidade é uma grande característica da porção instintiva, pois é nela que as ações inconscientes tomam forma. Quando o corpo encontra-se em estado de alerta extremo, a nomenclatura “razão” é reduzida e o instinto é iniciado, isto é, pressão externa (FADIMAN; FRAGER, 1986).

Freud em geral se referia aos aspectos físicos dos instintos como necessidades; seus aspectos mentais podem ser comumente denominados desejos. Os instintos são as forças propulsoras que incitam as pessoas à ação. Todo instinto tem quatro componentes: uma fonte, uma finalidade, uma pressão e um objeto. A fonte, quando emerge a necessidade, pode ser uma parte do corpo ou todo ele. (FADIMAN; FRAGER, 1986, s.p.).

A fonte é o ponto de origem é a causa para tal acontecimento, a finalidade caracteriza-se por ser o objetivo do instinto, o motivo para qual necessita-se reduzi-lo, a pressão é a intensidade com o qual o instinto será produzido, dependendo logicamente de fatores de causa ou reação e o objeto, é o modo de expressão que o instinto será alocado, o direcionamento deste para tal foco de forma a reduzir a aflição e a trazer o está consciente de volta (FADIMAN; FRAGER, 1986).

A conflitualidade e tempestades de ideias são características singulares de Freud, onde visualizava-se a ótica da mente. Situações paradoxais internas demonstravam a oposição entre o certo, o errado e o talvez, deste modo ele elementou uma tríade psíquica para exemplificar essas ocorrências, que são: Id, o Ego e o Superego (Fig.1) (FADIMAN; FRAGER, 1986).

Figura 1- Teoria da personalidade por Freud (Id, ego e superego)



Fonte: (BESSA, 2010)

A racionalidade da psique, quando relacionada ao Id é simplesmente inconsciente, é nesta ocasião que a mente é cedida as pressões internas e externas “Freud acentuou o fato de que materiais esquecidos conservam o poder de agir com a mesma intensidade mas sem controle consciente”(FADIMAN; FRAGER, 1986), estimulando o indivíduo a ver apenas uma opção de escolha que o organismo deseja, apenas aquele em que o instinto é totalmente característico e a inconsciência dos fatos ocorridos e que podem ocorrer, é demonstrada (FADIMAN; FRAGER, 1986).

Por conseguinte, o Ego é a porção da psique que exerce função de cautela, na qual enxerga o intuito da realidade que circunda o indivíduo, possuindo importante função em observar o que irá fazer bem ou mal ao ser em questão, confrontando diretamente com o Id (FADIMAN; FRAGER, 1986). O Superego por sua vez, está vinculado ao Ego, na qual utiliza-se da situação de cautela para desconsiderar toda e qualquer situação que atinja as condutas. O Superego é uma vertente sobre como proceder quanto ao comportamento certo em que o indivíduo deve se alocar neste ponto a

autognose do ser é pressionada e a formação de ideias, iniciadas. Deste modo, o Superego age conscientemente, mas poderá agir também inconscientemente, dependendo da tensão comportamental necessária (FADIMAN; FRAGER, 1986).

Essa alteração da psique é caracterizada pela inexistência da expressão característica emotiva. Entretanto é uma temática conflituosa, pois alguns estudiosos salientam em ser uma doença somática, como salientado por Freud e outros intitulam como psicossomática, está última fazendo referência como se a mesma fosse proveniente apenas de alterações neurológicas, e não, físicas (CARNEIRO; YOSHIDA,2009). A alexitimia repercute na sensibilidade do indivíduo, onde a frieza é uma das características, e a origem dessa alteração pode vir de outras disfunções psicológicas. Desta forma, Ribas especifica:

Dois dos transtornos psicológicos que mais estão aumentando entre a população mundial, a depressão e o estresse pós-traumático, estão disparando também os casos de pessoas que são incapazes tanto de manifestar suas emoções com as palavras e seu corpo, como de diferenciá-las e expressá-las. Muitas das pessoas chamadas frias ou racionais, de fato sofrem alexitimia, uma espécie de analfabetismo emocional. Segundo os especialistas, ambos os transtornos atuam como desencadeantes da denominada emotividade plana, um problema que também pode originar-se em certas lesões ou disfunções cerebrais, em transtornos psiquiátricos como a esquizofrenia, ou em uma aprendizagem deficiente da expressão dos sentimentos na infância e adolescência, no seio familiar. (RIBAS, 2004, s.p.)

Deste modo, existem alexitimia primária na qual possui uma gênese de alguma insuficiência das junções neurais e a secundária proveniente de relações traumáticas que intencionam em alterações comportamentais e psíquicas. O empecilho de tal doença não baseia-se apenas em insuficiência sentimental, mas também na falta de criatividade ou até mesmo diminuta e também em sempre enxergar a realidade ao “pé da letra” onde o Superego está altamente demonstrado (CARNEIRO; YOSHIDA,2009).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pode-se abstrair do conteúdo teórico que a mente humana é vasta de conhecimento, ações, sentimentos, cognições e entre outros pensamentos construtivos e contrariamente. Entretanto o Eu é altamente conflituosos quando relaciona-se ao Id,

Ego e o Superego pois a geração contemporânea vem enfrentando cada vez mais a influência de certas alterações psicológicas visto a todo o progresso precoce em que a mente humana se encontra, pois, a correlação entre o consciente, inconsciente e o pré-consciente agem diretamente no comportamento e na psique humana, sendo que a autognose individual torna-se cada vez mais difícil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo teórico sobre a teoria da personalidade os seus aspectos, bem como a alexitimia que verifica a ausência emotiva nas ações humanas, foi possível concluir que a mente e a personalidade humana possui grandes complexidades e que é fascinante, demonstrando que o ser através de sua consciência forma-se como indivíduo dando acentuação a sua própria existência exteriorizada através da tríade: Id, Ego e Superego e também a caráter de memórias explanadas ao longo da vivência humana, a incidência da alexitimia por diversos fatores sejam psicossomáticos ou somáticos caracterizando a explicação da existência do ramo da psicologia. Portanto, tal resumo expandido auxiliou na obtenção de informações sobre a mente do ser e sua forma de se expressar, e nos fez entender o quão importante é o ramo psicológico na vida de um indivíduo, pois está relacionada com a sua formação tanto intrínseca, familiar como extrínseca, social.

6 REFERÊNCIAS

- BESSA, Karina. **ID, Ego e Superego**. Disponível em: <<http://karinabessamundopsi.blogspot.com.br/2010/09/id-ego-e-superego.html>>. Acesso em 30 out. 2017
- CARNEIRO, Berenice Victor; YOSHIDA, Elisa Medici Pizão. Alexitimia: Uma Revisão do Conceito. *In: Psic.: Teor. e Pesq.*[online], Brasília, v. 25, n. 1, 2009, p. 103-108. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n1/a12v25n1>>. Acesso em 1 nov. 2017.
- FADIMAN, J; FRAGER, R. **Teorias da Personalidade**. São Paulo: HARBRA, 1986. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/366516/mod_resource/content/1/Teorias%20da%20personalidade%20Cap1.pdf>. Acesso em 28 out. 2017.
- GOMES, Gilberto. A Teoria Freudiana da Consciência. *In: Psic.: Teor. e Pesq.*[online], Brasília, v. 19, n. 2, 2003, p.117-125. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em 30 out. 2017.

RIBAS, María Jesús. Incapacidade de expressar as emoções é doença; saiba como tratar. In: **Uol**: portal eletrônico de notícias, 2004. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/saude/ultnot/efe/2004/09/14/ult2067u316.jhtm>>. Acesso em 30 out. 2017.

TODOROV, J. C. A Psicologia como o Estudo de Interações. In:**Psic.:** Teor. e Pesq.[online], Brasília, v. 23, n. especial, 2007, p. 57-61. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23nspe/10.pdf>>. Acesso em 28 out. 2017

A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE NO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE

ANDRADE, Artur de Almeida

JESUS, Elayne Rodrigues

CAMPOS, Karen Pereira

MARCELINO, Luciane Gomes

FRAGA, Nicholas Costa

BUENO, Tamir Nogarol¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata a influência da sociedade no desenvolvimento da personalidade, ainda será abordado o concreto significado da personalidade. É objetivo desse trabalho apresentar e esclarecer quaisquer dúvidas sobre o referido tema. Tendo em vista a influência da família e da sociedade como um todo. O que é personalidade?

Ao iniciar a resposta dessa pergunta, é importante saber que o estudo do desenvolvimento da teoria da personalidade teve início com a pesquisa "as concepções do homem" propostas por grandes estudiosos clássicos, como Hipócrates, Platão e Aristóteles. A personalidade se designa como máscaras que usamos o tempo todo para nos adaptarmos ao mundo como pessoas. Pessoa, termo derivado do latim *persona*, que significa máscaras. A mesma pode ser definida como um conjunto de pensamentos, atitudes e sentimentos, sendo de alguma forma ideias padronizadas, conjunto que faz de cada pessoa única. Tendo em vista que a personalidade está em constante mudança. A personalidade de um indivíduo é avaliada por meio da efetividade com que ele consegue eliciar reações positivas em uma variedade de pessoas em diferentes circunstâncias.

¹Graduandas em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF - Linha de Pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos. Mestre em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES. E_mail: taua_verdan2@hotmail.com

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa sobre o tema abordado constitui-se de uma revisão bibliográfica, enriquecida através de livros e artigos científicos que abordam a psicologia da personalidade, realizada entre agosto e outubro de 2017. A fundamentação teórica foi realizada com a revisão bibliográfica e descritiva dos conceitos de psicologia da personalidade, desenvolvimento e aprendizagem. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza qualitativa.

3 DESENVOLVIMENTO

A formação do indivíduo representa um processo que sintetiza o conjunto de fenômenos produzidos pela história humana, de tal forma que a estruturação do homem se situa no cerne de uma construção mais ampla: a da humanidade. Os vínculos do indivíduo com o mundo, vínculos esses que envolvem suas relações para com as circunstâncias objetivas de sua existência, que acontecem em determinadas famílias, dada classe social, dada nação, dada época etc. Esses vínculos circunscrevem as situações do seu desenvolvimento envolvendo um vasto conjunto de atividades, a partir das quais se vão construindo suas estruturas motivacionais e emocionais, que contêm em si as bases das relações que sustentam a cadeia de acontecimentos que levam à sua formação como personalidade.

Dessa maneira, a instituição familiar é muitas vezes designada como o primeiro grupo social do qual o indivíduo faz parte (TALLÓN apud PRATTA; SANTOS, 1999), sendo vista, portanto, como a célula inicial e principal da sociedade na maior parte do mundo ocidental (BIASOLI-ALVES apud PRATTA; SANTOS, 2004), ou ainda como a unidade básica da interação social (OSÓRIO apud PRATTA; SANTOS, 1996) e como o núcleo central da organização humana. Além disso, a família exerce um papel importante na vida dos indivíduos (OSÓRIO apud PRATTA; SANTOS, 1996), sendo um modelo ou um padrão cultural que se apresenta de formas diferenciadas nas várias sociedades existentes e que sofre transformações no decorrer do processo histórico-social.

Assim, a estruturação da família está intimamente vinculada com o momento histórico que atravessa a sociedade da qual ela faz parte, as mudanças que o mundo moderno trouxe para a sociedade interferem na organização social das famílias e na dinâmica interna das pessoas, uma vez que os diferentes tipos de composições familiares são determinados por um conjunto significativo de variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas, religiosas e históricas. A família é a base da existência do indivíduo, com um vínculo muito forte desde sua concepção na formação da personalidade do mesmo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A relação entre escola e família tem despertado, recentemente, o interesse de alguns pesquisadores no que se refere o desenvolvimento social e cognitivo e o desempenho escolar do aluno. Segundo Fadiman (1986, p. 37) o ambiente familiar e escolar são descritos como contextos de desenvolvimento humano, ressaltando a importância do estabelecimento de relações apropriadas entre ambos.

No segundo grupo social, a escola ganha um papel de destaque como um contexto de desenvolvimento, dando importância à uma reflexão sobre sua função social, as suas tarefas e papéis na sociedade contemporânea, especificamente no que diz respeito ao cenário político-pedagógico. A família e a escola são os principais ambientes de desenvolvimento humano nas sociedades, e é de extrema importância assegurar a aproximação entre elas, reconhecer as similaridades e peculiaridades para o desenvolvimento de todos os envolvidos neste processo.

A família, assim como a escola, possui regras, normas, leis e costumes, definindo os direitos e deveres de seus membros, a partir disso, são formadas as relações de poder e hierarquia. Hoje em dia existe cada vez mais a necessidade de a escola estar em perfeita sintonia com a família, pois buscam o mesmo objetivo. A escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência de todos, a educação constitui um dos componentes fundamentais do processo de socialização de qualquer indivíduo.

Por conseguinte, pode-se concluir que a personalidade é formada e influenciada desde o nosso nascimento, A partir do momento em que é escolhido no nome, até os últimos momentos de vida. Pode-se dizer que somos uma folha em branco, em nossa volta existe uma idealização tanto da família quanto da sociedade em um todo, gerando atrito entre o que somos e queremos ser.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu compreender o contexto da psicologia da personalidade e suas teorias, e as contribuições que a mesma traz para o entendimento dos comportamentos dos indivíduos e sua vivência na sociedade, sendo esta uma ciência de extrema importância para a formação e aprendizagem dos mesmos. Por ser uma ciência que tem como linhas de estudos o comportamento, desenvolvimento, a personalidade, entre outros, contribui com várias formas no que diz respeito à formação do ser humano para viver socialmente.

6 REFERÊNCIAS

FADIMAN, James; FRAGER, Robert. **Teorias da personalidade**. 1 ed. São Paulo: Harbra, 1986.

HALL, Calvin S; LINDZEY, Gardner; CAMPBELL, John B. **Teorias da Personalidade**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MARTINS, Lígia Márcia. A natureza histórico-social da personalidade. *In: Centro de Estudos Educação e Sociedade*, v. 24, n. 62, p. 82-99, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622004000100006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 15 nov. 2017.

PRATTA, Elisângela Maria M; SANTOS, Manoel A. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *In: Psicol. Estud.*, Maringá, v. 12, n. 2, mai.-ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722007000200005>. Acesso em 15 nov. 2017.

EDUCAÇÃO INFANTIL: COMO ESTES RELACIONAM AS INFORMAÇÕES QUE JÁ POSSUEM COM NOVAS INFORMAÇÕES?

ROSSETTO, Caio Cezar Turini¹

RANGEL, Tauã Lima Verdan²

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como tema a Educação Infantil: Como estes relacionam as informações que já possuem com novas informações? Estudada por muitos teóricos e considerada uma importante área na formação pessoal e social da criança. Destaca-se nesta abordagem a importância de uma educação de qualidade ministrada por profissionais da área com projetos como suporte para o ensino de conteúdos variados para, acima de tudo, alcançar, assimilar os conteúdos e proporcionar a construção de um ser humano que venha a ser proativo à sociedade.

O texto deve ser considerado como um recurso, uma ajuda, uma metodologia de trabalho, destinada a disseminar conteúdo afim de auxiliar profissionais e estudantes interessados nesta área. Trazendo os conhecimentos deixados, neste caso, por Jean Piaget do sujeito que aprende experimentando, tornando-se assim, aprendiz através de seus erros e acertos que são determinantes na construção de seu saber. Esse sujeito, que nunca está sozinho ou isolado, e age em constante interação com os meios ao seu redor.

Um profissional comprometido com a ascensão dos seus alunos deve primeiro conhecê-los, buscar entender como os ESQUEMAS foram criados afim de elaborar um plano de aula adequado a seus alunos, afim de que os mesmos sejam capazes de ACOMODAR e ASSIMILAR as informações passadas. No entanto, é bom lembrar que, nesse caso, os projetos devem solicitar o desempenho do aluno em diferentes áreas do conhecimento. Por

¹Graduando do Curso de Psicologia da Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Professor Orientador. Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E_mail: taua_verdan2@hotmail.com

exemplo: um projeto na área cognitiva, outro na área motora e ainda um outro sobre temas lúdicos.

O seguinte texto visa levantar dados que possam ser utilizados tanto para estudantes de Psicologia quanto para profissionais da área da Educação, sejam eles professores, pedagogo ou psicopedagogo, para resolver dificuldades de aprendizagem dos alunos. Tendo o propósito de incrementar a aquisição de conteúdo, a construção de conhecimento, o desenvolvimento da autonomia intelectual, enfim, para compreender as crianças.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a formulação do seguinte texto foram utilizadas inúmeras pesquisas sendo elas online, em sites (confiáveis) e material escrito palpável. A pesquisa tem objetivo informativo, pretende-se disseminar informações a respeito da temática para profissionais e estudantes interessados na aquisição e aprimoramento da instrução infantil. Como sendo um dos teóricos psicogenéticos mais difundido no Brasil, a pesquisa tem como base Jean Piaget, e seu material de trabalho, apresentando também outros autores afim de complementar os subsídios.

3 DESENVOLVIMENTO

Inúmeras pesquisas já realizadas destacam os anos pré-escolares como de suma importância na vida da criança, uma vez que, é nessa idade e “série” que começam a aprender a transcrever o que falam (a fonologia se torna linguagem escrita). Isto se dá através da alfabetização, estudo do alfabeto que geralmente é trabalhado pelo professor de forma lúdica.

A aquisição da linguagem, nesse caso a falada, é muito importante para a criança, pois antes disso era necessário um grande esforço dela para expressar através de gestos o que queria e um esforço tão grande quanto dos tutores para compreendê-la. A fala, para Piaget, começa a ser desenvolvida pela criança a partir dos 2 anos de idade, salvo crianças que são anteriormente estimuladas.

Durante este período a criança desenvolve o que Piaget chamou de “Jogo Simbólico”, que é a imaginação trabalhando para transformar coisas complexas em algo mais simples, é o “faz de conta”.

A linguagem é necessariamente, interindividual, sendo constituída por um sistema de signos (=significantes arbitrários ou convencionais). Mas, ao lado da linguagem, a criança pequena- menos socializada que a de 7-8 anos e sobretudo que o próprio adulto -tem necessidade de outro sistema de significantes, mais individual e mais motivado: os símbolos, cujas formas mais correntes na criança pequena se encontram no jogo simbólico ou de imaginação..., o jogo simbólico aparece mais ou menos ao mesmo tempo da linguagem... (PIAGET, 2011, p.77).

Tendo em vista os estudos de Piaget, o início do pensamento se dá através da função simbólica, que é explicada pela formulação de representações, o cabo de vassoura que se “transforma” em cavalo, o controle que é “utilizado” como um microfone. Deste modo, “a formação da função simbólica, ao contrário, consiste em diferenciar os significantes dos significados, de modo que os primeiros permitam a evocação da representação dos segundos” (PIAGET, 2011, p.79).

Por meio da imaginação a criança tornar-se capaz de representar individualmente objeto e acontecimentos ocorridos num momento passado e isso contribui para a formação do pensamento. Mas, segundo Piaget (2011), é inútil perguntar se é a função simbólica responsável pelo pensamento ou, ao contrário, se é o pensamento que permite a formação da função simbólica. “O que podemos concluir é que o pensamento precede a linguagem e esta o transforma, ajudando-o a chegar num equilíbrio por meio de esquematização mais desenvolvida e uma abstração mais instável” (PIAGET, 2011).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A diferença entre o ser humano e os outros mamíferos é a elaboração das funções psicológicas superiores, que o homem faz desde bebê. O desenvolvimento dessas funções se dá através das atividades desenvolvidas, utilizando-se de instrumentos e signos, que farão o papel de mediadores. Prossegue Benjamin (1997) explicando que a criança, quando ingressa na Educação Infantil, começa a interagir com os ambientes, que nem sempre são condizentes com aquele que ela faz parte. Está inserida num ambiente diferente, com ritmos diferentes, com objetos, ações e relações ainda desconhecidos. Esta diversidade e heterogeneidade são elementos primordiais para o enriquecimento das crianças.

Tabela 01. Referenciais citados pelos professores

Referenciais citados	Percentual
Piaget	43,47% (10)
Paulo Freire	21,73% (5)
Vygotsky	13,04% (3)
Emília Ferreiro	8,69% (2)
Perrenoud	8,69% (2)
Sara Paim	4,34% (1)
Total de respostas	100% (23)

Fonte: RAPOPORT; SILVA, 2006

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta visão sociointeracionista, a aprendizagem, o ensino e o desenvolvimento são vistos como etapas distintas, mas relacionadas entre si, onde cada um depende da superação do outro, onde a aprendizagem desencadeia o desenvolvimento que desencadeia a aprendizagem. A condição essencial para que ocorra a aprendizagem é que as pessoas, no caso as crianças, desenvolvam entre si uma interação. Não basta fazer parte de em grupo e nele permanecer sem que haja entre as pessoas uma troca de informações e experiências.

6 REFERÊNCIAS

MALUF, Maria Regina, BARRERA, Sylvia Domingos: Consciência fonológica e linguagem escrita em pré-escolares. In: **Psicologia Reflexiva Crítica**, v. 10, n. 1, 1997, p. 125-145. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79721997000100009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 17 nov. 2017.

PIAGET, Jean. **Epistemologia Genética**. 3 ed. Martins Fontes: São Paulo, 2007.

_____. **Formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

RAPOPORT, Andrea, SILVA, João Alberto da. A Utilização de Referenciais Teóricos na Prática Docente. In: **Psic. Am. Lat.**, n. 5, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1870-350X2006000100002>. Acesso em 17 nov. 2017.

VIOLENCIA NAS ESCOLAS: A CONCEPÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS

SILVA, Gilcélia da
FRANKLIN, Sandra Mara dos Santos¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é abordar a problemática da violência nas escolas através da concepção de alunos e professores de uma unidade escolar. Apresentaremos o significado que esses atores atribuem à escola e as explicações para a ocorrência da violência em seu interior, e apontaremos as formas de atuação da equipe escolar frente a esta problemática. As reflexões aqui apresentadas fazem parte do projeto de pesquisa Escola e Violência: um estudo de caso, onde analisamos detalhadamente uma unidade escolar, e caracterizamos a concepção dos alunos e dos diferentes profissionais da escola sobre a violência no interior da escola.

No Brasil, esta problemática se fez mais presente no cenário público a partir de 1980, culminando com o processo de democratização, e isto se dá devido aos seguintes fatores: O problema da qualidade de vida da população das periferias das grandes cidades; a luta por uma maior democratização das instituições oficiais, sobretudo dos aparelhos de segurança e a disseminação e diversificação da violência no âmbito da sociedade civil. (SPOSITO, 2001).

O governo respondeu disponibilizando policiamento nas áreas externas e nos pátios escolares colocou grades nas janelas e aumentou a altura dos portões. Essas medidas foram tomadas porque a violência nas escolas caracterizava-se pelas depredações do patrimônio público e pelo medo de invasores que não tinham nenhum vínculo com as escolas (SPOSITO, 2001).

¹Graduandos do Curso de Psicologia da Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim.

²Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em sociologia e Direito da UFF - Linha de Pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos. Mestre em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Pesquisador e Autor de diversos artigos e ensaios na área do Direito. Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES, taua_verdan2@hotmail.com

Nesse contexto, se buscava um modelo mais democrático de gestão do estabelecimento incluindo pais, alunos e funcionários nas tomadas de decisões, objetivando uma instituição mais aberta e menos autoritária. O que se percebe nos estudos realizados nos anos 80 é uma tentativa de compreender o fenômeno a partir de registros de violência nas escolas. No entanto, constata-se uma precariedade nas informações, pois, houve resistência das unidades escolares em registrar as ocorrências, e muitas vezes, as notificações eram feitas com o intuito de receber ganhos adicionais como vantagens salariais e ganho de materiais. (SPOSITO, 2001)

2 MATERIAL E MÉTODOS

Na enquete da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos uma vez por semana. Trata-se do índice mais alto entre os 34 países pesquisados. Os estudos mostram que a instituição escolar tem sido afetada pelo contexto social no qual está inserida.

3 DESENVOLVIMENTO

A instabilidade social, a insegurança, o tráfico de drogas, a falta de perspectiva de um futuro próspero, a falta de investimento nas escolas públicas. A ausência de projetos pedagógicos capazes de absorver a nova realidade escolar, o tamanho das escolas para determinados números de alunos e as experiências vivenciadas pelos alunos fora da escola foram os principais fatores apontados no desencadeamento da violência dentro das escolas. (SPOSITO, 2001)

De fato, os estudos demonstram que as escolas localizadas nas periferias urbanas apresentam maior probabilidade de apresentar índices de violência, entretanto cabe ressaltar que não se trata de uma transposição automática dos fatores extramuros para o interior da instituição. Nesse sentido, o trabalho com depoimentos permite uma aproximação dos fatores envolvidos na incidência da violência, sob esta ótica abordaremos a problemática da violência nas escolas através da concepção de alunos e professores de uma unidade escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Soares (2002) identifica pelo menos três modalidades de violência no Brasil, e mostra como cada uma delas está de certa forma articulada com a violência maior – a exclusão em massa. A primeira modalidade, denominada violência criminal, caracteriza os crimes de corrupção e assaltos ao patrimônio público, praticados essencialmente pelas elites políticas. Nessa modalidade a violência é simbólica, pois devido à impunidade conferida aos criminosos, a população experimenta um sentimento de impotência e descrédito nas instituições sociais e nos valores da vida coletiva.

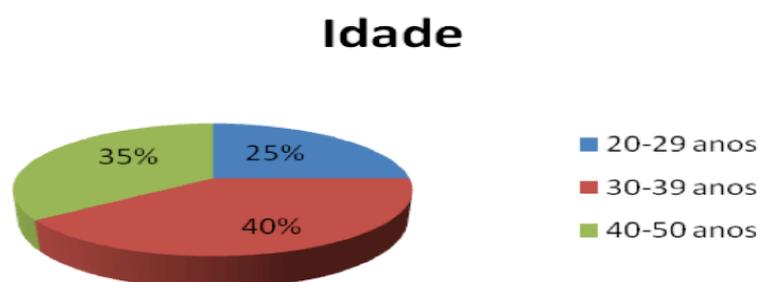
A segunda modalidade diz respeito aos crimes que se pratica tendo por fim lucros e vantagens. Essa modalidade está mais presente principalmente nos circuitos urbanos pobres. Já a terceira modalidade está presente em todos os espaços sociais, sobretudo impregnada nas paredes dos lares familiares e tem como principais vítimas as mulheres e crianças. Essa modalidade não tem “fins lucrativos, e nem se submete a cálculos estratégicos movido por interesses mercantis”. Sua única finalidade é a opressão (SOARES. 2000).

Para Soares (2000) a exclusão opera em pelo menos dois sentidos: ou deixa os indivíduos desorientados, sem chão e numa condição parálitica, ou favorece uma “combinação explosiva” para uma disputa darwiniana. É nesse contexto que a proliferação dos poderes tirânicos ganha força, e disseminam a despotencialização daqueles que não o exercem, transformando os espaços sociais em terrenos férteis para a violência. Quando perguntamos aos alunos o que é a violência, a maioria recorreu a exemplos concretos do cotidiano para mostrar o que entendem por este termo. A violência na concepção dos entrevistados é multicausal, os alunos recorreram desde situações ocorridas no interior da escola, a fatores mais complexos que abrangem a sociedade como um todo. As relações de poder também foram destacadas, principalmente no que tange as questões de classe e a vontade de exibicionismo.

A criminalidade, que mais frequentemente é veiculada nos meios de comunicação, também se fez presente no discurso dos entrevistados. De forma geral, as drogas, os

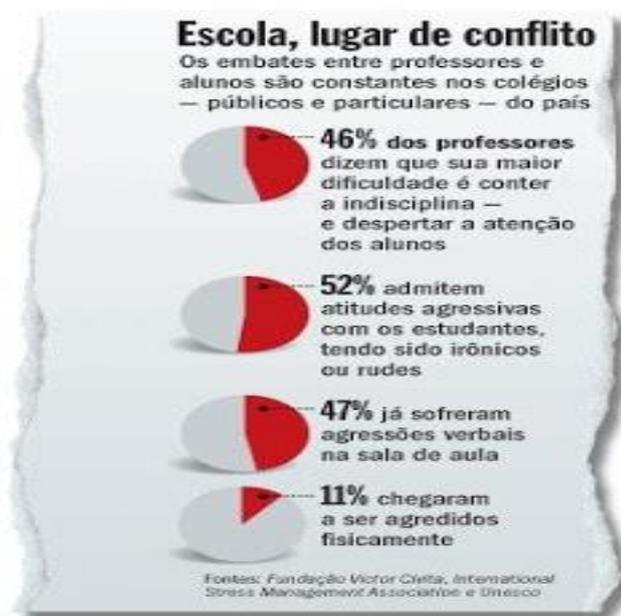
assassinatos, os embates entre nações e as ações policiais, são fatores representados como parte de um jogo caótico que tem a violência como primeira linguagem. Da mesma forma, a representação social do papel materno e os valores agregados aos relacionamentos amorosos, juntamente com os afetos que permeiam essas relações, quando fragilizados, se constituem em combinações propícias para o desencadeamento da violência entre os alunos.

Para os educadores, a violência é concebida como o desrespeito ao outro e consigo mesmo. O desrespeito ao outro, se traduz na transposição dos direitos individuais. Já o desrespeito dirigido a si mesmo, seria o primeiro passo para poder praticar o descaso e a afronta ao outro. No Brasil, os números revelam que as maiorias dos professores agredidos não conseguem voltar à sala de aula que representam 40%, dos pesquisados 35 % voltaram em atividades correlacionadas e não dentro de sala, e apenas 25% voltam a sala de aula pois acreditam no futuro e tem amor pela profissão.



Fonte: Ministério da Educação

O objetivo deste foi uma preocupação quanto o número de professores afastados de sua função após serem vítimas, de agressão, no entanto, as consequências costumam ser severas. Os professores agredidos são readaptados, e aqueles que foram afastados da sala de aula são reinseridos em outra atividade escolar. Muitos não conseguem voltar a sala de aula.



Fonte: Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O significado conferido à escola não apresenta grandes diferenças nas falas dos alunos e dos educadores. Entretanto, os discursos dos professores apontam para uma ausência de interesse por parte dos alunos nas disciplinas ministradas. E ao que parece, a equipe escolar não possui um projeto para lidar com a temática, assim as ações e estratégias frente à violência no interior da escola permanecem dispersas e isoladas. Os conflitos entre os jovens e seus pares, e entre estes e a instituição, são resolvidos, muitas vezes, mediante a presença da família e/ou da polícia. O significado conferido a escola não apresenta grandes diferenças nas falas dos alunos e dos dois educadores.

Entretanto, os discursos dos professores apontam para uma ausência de interesse por parte dos alunos nas disciplinas ministradas. E ao que parece, a equipe escolar não possui um projeto para lidar com a temática, assim as ações e estratégias frente à violência no interior da escola permanecem dispersas e isoladas. Os conflitos entre os jovens e seus pares, e entre estes e a instituição, são resolvidos muitas vezes, mediante a presença da família e/ou da polícia.

De modo geral as atuações dos educadores apresentam quatro faces: advertência, suspensão, convocação da família e o acionamento da polícia. Por fim, se a escola tem se instituído como espaços de constantes conflitos entendem-se que estes não podem ser concebidos apenas como fatores negativos para o processo de ensino-aprendizagem, ao contrário, pois são indicadores que permitem um mapeamento das variáveis presentes para a emergência de confrontos em cada cotidiano escolar. Tendo isso em vista, é de suma importância a construção de um projeto pedagógico que considere as situações conflituosas que incidem no interior da escola.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em 18 nov. 2017.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SÃO PAULO (ESTADO). **Secretaria Estadual de Educação**. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/>>. Acesso em 18 nov. 2017.

SOARES, L. E. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. *In*: MESSEDER, Carlos Alberto *et al* (orgs). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SPOSITO, P. S. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, n.1, p.1-16, jan-jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.Br/scielo.php?>>. Acesso em 18 nov. 2017.

TRANSTORNOS DE PERSONALIDADE ANTISSOCIAL

LOPES, Juliana Gonçalves Mignone

ANDRADE, Jhéssica Nunes

SILVA, Dara Marvila¹

RANGEL, Tauã Lima Verdan²

1 INTRODUÇÃO

Podem-se definir distúrbios de personalidade como padrões de comportamentos inflexíveis e duradouros que prejudicam o desempenho social de determinada pessoa. O mais preocupante é o distúrbio de personalidade anti-social, antes denominado de Psicopatas e Sociopatas, são geralmente do sexo masculino que apresentam sintomas antes dos 15 anos, como roubar, mentir, brigar e até mesmo apresenta o comportamento sexual descontrolado. Na idade adulta, eles apresentam incapacidade de se manter em um emprego, insensato quanto aos cônjuges e pais e por muitas vezes se tornam sujeitos agressivos e até mesmo criminosos.

A maioria dos criminosos não se encaixa na descrição de transtorno de personalidade antissocial, pois a maioria dos criminosos apresentam preocupações com seus familiares, enquanto os antissociais são pessoas sem sinal de empatia. As pessoas que utilizam do comportamento antissocial têm como intenção manipular as pessoas à sua volta e modificar o ambiente em que vivem, utilizando então, comportamentos aversivos, dessa maneira eles interagem com todas as pessoas com quem convivem. Podemos observar os comportamentos dessa personalidade onde se encontra um comportamento agressivo como brigar, desobedecer, xingar e bater, havendo também comportamentos velados, como mentir, roubar, fugir de casa e trapacear

Petterson et all (2005), tenta explicar esse comportamento como modelo de coerção que envolve diversos fatores que ajudam no avanço de tal comportamento. Esse

¹ Graduandos do Curso de Psicologia da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; e_mail: taua_verdan2@hotmail.com.

modelo se inicia na relação da criança com os pais, as crianças descobrem que a gritar, chorar e bater são formas de conseguir gratificação e evitar exigências, e por muitas vezes ao agir dessa maneira e os pais responderem da maneira como as crianças querem, o comportamento é reforçado.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia empregada no presente foi o método introdutivo auxiliada de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica como técnicas de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

O distúrbio mais frequente e perturbador para a sociedade é o distúrbio de personalidade antissocial devido à frieza dos crimes. Os casos têm maior registro com pessoas do sexo masculino, cuja falta de consciência se torna patente antes dos 15 anos, à medida que ele começa a mentir, roubar, brigar ou exibir um comportamento sexual descontrolado. Cerca de metade dessas crianças se tornam adultos antissociais, incapazes de manter um emprego, irresponsáveis como cônjuges e pais agressivos ou criminosos. Quando a personalidade antissocial combina uma inteligência profunda com amoralidade, o resultado pode ser um vigarista encantador e esperto ou pior. A identificação de uma possível patologia só pode ser feita a partir de 18 anos.

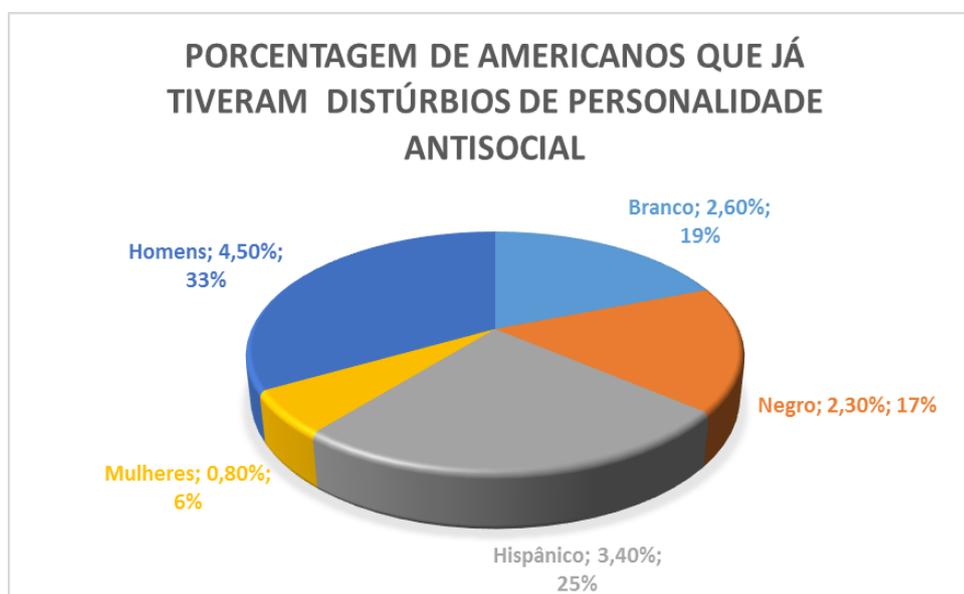
Apesar de seu comportamento antissocial, a maioria dos criminosos não se enquadram na descrição de distúrbio de personalidade antissocial. A maioria deles demonstram uma preocupação responsável com amigos e parentes. Já pessoas com personalidade antissocial sentem pouco e temem pouco. Em casos extremos, os resultados podem ser trágicos. Ao avaliarmos histórias de pessoas com transtorno de personalidade antissocial pode-se observar que, são pessoas agressivas e principalmente sem empatia pelo próximo. Henry Lee Lucas relata que aos 13 anos estrangulou uma mulher pelo fato dela ter se recusado a praticar sexo com ele, nesse caso, ele conta ter espancado, sufocado, apunhalado, mutilado, cerca de 360 mulheres, homens e crianças. Outro caso é o de Elwood Toole, que teria matado por volta de 50 pessoas, o mesmo “achava que não mereciam mesmo viver”. Pessoas

que sofrem da personalidade antissocial não apresentam arrependimento pelos seus atos de violência contra o direito dos outros, Toole por exemplo, se mostra indiferente aos crimes que cometeu “penso em matar como fumar um cigarro, apenas como um outro hábito”. (MYERS, 1999)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os distúrbios de personalidade são padrões de comportamento duradouros e inadaptados que prejudicam o funcionamento social, caracterizada pela ausência de remorso e medo. Segundo a pesquisa de Robins & Regier feita em 1991, homens possuem uma diferença de 3,7% a mais em relação à quantidade de mulheres acometidas com o transtorno.

Etnia			Sexo		
Branco	Negro	Hispânico	Homens	Mulheres	Totais
2,6%	2,3%	3,4%	4,5%	0,8%	2,6%



Fonte: (Dados de Robins & Regier, 1991)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal distúrbio frequentemente deixa a sociedade perplexa. Em sua maioria do sexo masculino, a falta de consciência se torna patente antes dos 15 anos, sendo

observável à medida que começam os comportamentos inadequados. Cerca de metade dessas crianças se tornam adultos antissociais, incapazes de realizar atividades comuns, entretanto esse não é um fator determinante. Na história da humanidade, pessoas bem sucedidas como Leonardo da Vinci e Isaac Newton por exemplo, tiveram carreiras brilhantes enquanto sofriam dificuldades psicológicas.

6 REFERÊNCIAS

MYERS, David G. **Introdução à Psicologia Geral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1999.

PACHECO, Janaína et all. Estabilidade do comportamento anti-scoail na transição da infância para a adolescência: uma perspectiva desenvolvimentista. In: **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, jan.-abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722005000100008&lang=pt>. Acesso em 17 nov. 2017.

O PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

ABILIO, Paulo Henrique S. de Souza

ADÃO, Yasmin Damasceno

AYRES, Mariana Gimenez

FERNANDES, Alice Lomeu de Lima

SCHERRER, Lavínia Marinho

SILVA, Thaís Martins da¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que a família é de extrema importância no desenvolvimento da criança. Sejam os pais ou responsáveis, o grupo que circunda a criança em sua fase de crescimento é considerado como o modelo que será seguido, através dele são transmitidos os primeiros valores, a primeira compreensão da realidade. Devido a isso, muito se é falado da influência da família no processo de aprendizagem das crianças. A ausência de algum responsável envolvido neste processo, pode gerar a desvalorização da instituição de ensino ou até mesmo da aprendizagem, provocando muitas vezes, a evasão escolar.

Dada pesquisa, que obtêm como tema “O Papel da Família no Desenvolvimento da criança”, tem por objetivo a análise dos comportamentos dos pais na vida dos filhos e a identificação de ações a serem realizadas que podem influenciar positivamente no desenvolvimento das crianças, levando assim, o reconhecimento da importância da participação familiar para a construção da identidade do indivíduo.

¹ Graduandos do Curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Professor Orientador. Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E_mail: taua_verdan2@hotmail.com.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Foram utilizados como procedimento do trabalho, a literatura, para obtermos informações quanto ao tema e seus reflexos, e um questionário composto de cinco perguntas, onde cento e vinte alunos que estão cursando o 9º ano do ensino médio responderam questões sobre a importância do papel da família no desenvolvimento da criança, tendo como base a sua própria infância, onde sessenta e três eram do sexo feminino e cinquenta e sete do sexo masculino. Na pesquisa com os alunos, tivemos mais respostas positivas quanto a presença dos pais na vida infantil deles, do que negativas.

3 DESENVOLVIMENTO

A relação entre família e escola é de extrema importância e facilita inclusive a interação da criança na sociedade. Primeiro é interessante verificar o que se tem definido como escola? Segundo Aulete (2004, p. 327) a escola “é um estabelecimento de ensino coletivo, conjunto dos alunos, professores e pessoal, seguidores de uma doutrina, teoria ou autor”. Ou ainda. “Prédio onde funciona a escola”. Mas para muitos é um local de aquisição de conhecimento e mudança de vida, uma vez que, o conhecimento liberta, transforma e edifica. Sendo a escola formada não só por edifícios mais sim todo o conjunto. Não é somente o corpo docente e discente que se agrupa ali todos os dias. É também local de transformação de toda uma sociedade. A escola é a junção do saber com a vida.

Quanto o termo aluno é ainda mais forte. Para a mesma autora, aluno é “quem recebe lições ou ensinamento de um professor, pessoa que estuda”. Termo que pode ser mais explorado quando se pensa na dimensão do ser humano que ocupa os bancos escolares em busca de conhecimento e encontra um local propício também a novos relacionamentos, conflitos e situações inusitadas. Sem esquecer do primeiro grupo onde somos inseridos desde o nascimento. A família, para Aulete (2004, p. 362) significa “grupo de pessoas que tem parentesco entre si, pai, mãe e filhos. Pessoas originárias de uma mesma descendência, ” que também pode ser conceituada como “grupo de pessoas que por algum critério possuem algumas características comuns”.

Deste modo cabe aos educadores orientar os pais do importante papel da família na formação de seus filhos.

Segundo Itiba (2002, p.36) e Steinberg (2005, p.52) (autores que relatam esse assunto) alguns dos principais motivos que levam os familiares a não acompanharem seus filhos na escola são o trabalho e a falta de tempo. Itiba (2002, p.36), quanto às questões do trabalho, assegura que tem mudado de forma significativa, mas que “a velha divisão de papéis insiste em se manter: o pai trabalha e por isso não precisa participar da educação das crianças... mesmo que a mãe trabalhe fora”. E que, por trabalhar fora, não dispõe de tanto tempo para auxiliar o filho. O que leva a criança, o adolescente, o jovem estudante a aproveitar a situação para ficar cada vez mais distante do que deveria realmente ser como aluno pesquisador, além de não se sentirem incentivados como aluno.

Para Steinberg (2005, p.52), os pais aparentam não participar da vida dos filhos quando não sabem o nome do professor da escola, ou o nome de seus amigos, ou que temáticas estão estudando em determinado período, informações corriqueiras que deveriam fazer parte da rotina familiar. Coloca também que participar efetivamente significa “dedicar boa parte do seu tempo ao filho”. Expõe também que “deve estar a par de toda a agenda do adolescente, observando a sua rotina de forma a compreender e respeitar seu espaço, suas escolhas, aproveitando as oportunidades de orientação com tal acompanhamento.”

Os efeitos negativos causados pela ausência dos pais na vida escolar dos filhos são estudados por alguns autores, que defendem a ideia de que a família precisa dar início ao processo educacional logo nos primeiros anos de vida em casa e no decorrer do processo continuar com postura firme incentivando e moldando seu filho. Lopes (2006, p. 21) afirma que os pais são atores fundamentais no processo institucional de avaliação e de acompanhamento das crianças. Dessa forma, é com os pais e demais integrantes da família, sejam eles adultos ou crianças, que ela vai interagir, iniciando seus processos de socialização e construindo suas primeiras representações sobre o mundo. Sendo assim a família constitui-se, com a primeira fonte de informações sobre o mundo e referência de socialização. Assegurando que a família precisa estar cada vez mais próxima do seu filho/aluno.

Para os professores os efeitos negativos surgem no dia a dia, apresentados no desenvolvimento das atividades, nos pais que não incentivam nos deveres de casa. Lopes (2006, p.42) coloca a importância de que o professor (a), pense em alternativas de envolver as famílias e a própria comunidade na instituição, promovendo a ampliação do universo cultural e bem-estar. Pois essa problemática persiste de longa data, apesar da sociedade evoluir cada vez mais, o descaso com a educação ainda persiste.

Araújo (2010) complementa que, quando os pais não valorizam a escola os alunos tendem a não valorizar também. Que os alunos copiam as atitudes dos pais e com a escola não seria diferente. Sendo os pais a primeira referência dos filhos, sobre valores e outros. Se os pais são intolerantes, os filhos vão levar essa atitude para dentro da escola. A ausência familiar também é colocada por Araújo (2010), como motivo de desânimo e falta de interesse na criança e adolescente. A autora explica que a família precisa demonstrar respeito e consideração pelo ato de aprender que não se limita a ler e escrever. Mas para isso precisa mostrar com suas atitudes o devido valor estando presente na vida escolar dos filhos. Pais que se mostram interessados na vida acadêmica dos filhos, aumentam as chances de criação de uma sociedade educadora e justa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1 – Questionário respondido por 120 alunos do 9º ano de uma escola pública municipal – Brasil – 2017

PERGUNTAS	SIM	NÃO
1- Sua família, participa das reuniões escolares?	80	40
2- Sua família, te ajuda nas tarefas de casa?	30	90
3- Sua família, demonstra interesse no seu grupo de amigos?	65	55
4- Sua família, interfere nas suas decisões tomadas?	100	20
5- Sua família, te apoia a ir à escola?	35	85

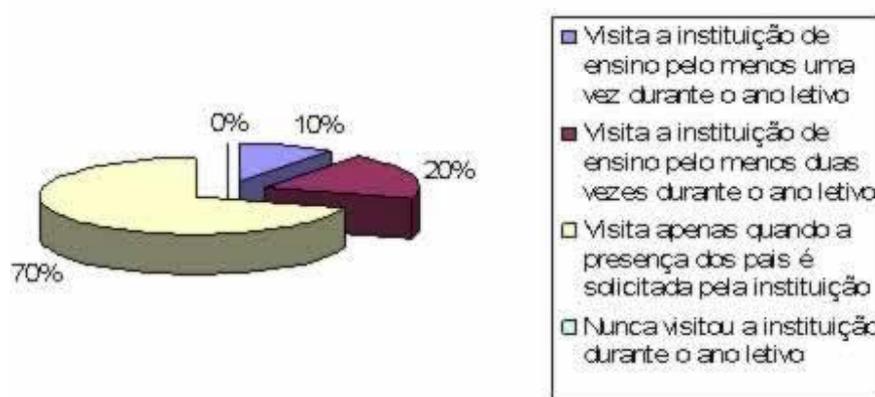
Fonte: ABILIO, Paulo Henrique S. de S.; ADÃO, Yasmin Damasceno; AYRES, Mariana Gimenez; FERNANDES, Alice Lomeu de L.; SCHERRER, Lavínia Marinho; SILVA, Thaís Martins (2017).

Após a observação dos resultados apresentados, podemos ver que a maioria dos adolescentes entre 14 e 18 anos questionados, responderam que os pais demonstram interesse no seu meio estudantil, participando das reuniões escolares. Porém, os mesmos não têm a ajuda dos pais durante as tarefas encaminhadas para casa, ou até

mesmo no incentivo de ir à escola. Pôde ser notável também, segundo suas respostas, a interferência dos pais nas decisões dos filhos perante o meio social e a demonstração de um grande interesse nos grupos de amigos dos filhos.

Entendemos que os filhos têm ou deveriam ter a participação de suas famílias durante o seu crescimento, onde estas se fazem presente interferindo na vida dos mesmos, e ali ajudando-os em seus desenvolvimentos afetivo, social e físico, influenciando conseqüentemente, na pessoa adulta que se tornarão. Compreendemos que muitas vezes a família não incentiva o filho a estudar ou não se faz presente na vida do mesmo em outras tarefas, devido ao fato da mesma não ter passado pelo mesmo incentivo, levando-as a ter essas atitudes com seus filhos posteriormente.

Gráfico 1: Participação dos pais nas instituições de ensino



Fonte: Autores

Ao analisar o gráfico acima exposto, de uma pesquisa realizada em 2009, é possível constatar que apenas 10% dos pais visitam as instituições de ensino pelo menos uma vez durante o ano, 20% visitam pelo menos duas vezes e 70% dos pais só visitam as instituições quando a presença é solicitada. Observa-se que a ausência dos pais no ambiente escolar é assustadoramente numerosa. Grande parte não frequenta, como deveria, o local onde os filhos passam um amplo tempo de suas vidas, apresentando assim, um comprometimento negativo com estes. Com isso, não há só um desinteresse dos pais, mas uma desinformação sobre questões relacionadas não só à educação, mas também à segurança e bem-estar de ambos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se, assim, que por mais que terceiros se esforcem, não substituem a necessidade da participação dos pais ou responsáveis na vida da criança ou do adolescente em suas vidas e neste caso, na escola. Uma participação efetiva e afetiva fortalece o vínculo emocional e desenvolve a auto estima do estudante/filho/dependente, assim como incentiva a presença positiva deste aluno em sala de aula.

Apesar de todas as dificuldades e atividades dos pais, esses não podem se furtar do direito e do dever de socializar junto aos filhos e a escola, correndo o risco de contribuírem negativamente com o futuro acadêmico dos mesmos. Os pais deveriam visitar as instituições com mais frequência, para que como consequência, haja uma parceria entre as partes interessadas com a educação e o crescimento pessoal e profissional do estudante. Como já dito, se "os alunos copiam as atitudes dos pais e com a escola não seria diferente, sendo os pais a primeira referência dos filhos, sobre valores e outros", afirmamos que sem esse apoio vital os filhos podem ter futuros comprometidos e nada promissores.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. F. **Escola e Família**. Manaus: Valer, 2010.

AULETE, C. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

ITIBA, I. **Quem ama, educa!** São Paulo: Editora Gente, 2002.

LOPES, K. R.; MENDES, R. P.; FARIA, V. L. B. (Organizadoras). **Livro de estudo: Módulo III**. Pro infantil Brasília; MEC. Secretaria de Educação Básica, 2006.

OLIVEIRA, Ana Cláudia T. M. de. A ausência dos familiares no processo de construção dos saberes: saber ser e saber agir de seus filhos na educação profissional. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/ausencia-dos-familiares-no-processo-construcao-dos-saberes.htm>>. Acesso em: 23 out. 2017.

STEINBERG, L. **10 princípios básicos para educar seus filhos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

MOTIVOS QUE LEVAM A ESCOLHA DA GRADUAÇÃO E SATISFAÇÃO DO ALUNO FRENTE A ELA

GONÇALVES, Rebeca de Moraes
GOUVEIA, Maitê Imaculada Cremasco
SANTOS, Micheila Schaider¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O processo de escolha da graduação costuma ser influenciada por diversos fatores, frente a isso a finalidade do resumo expandido é analisar quais são esses fatores que influenciaram o sujeito a escolher o curso de graduação e se o mesmo está satisfeito com sua escolha, dentro de uma universidade privada. A temática foi selecionada devido ao interesse de se compreender as razões pelas quais as pessoas buscam entrar em uma faculdade, quantos acabam adotando uma segunda opção de curso e se o estudante está satisfeito com a sua escolha de graduação.

Para contemplar o objetivo da pesquisa elencado anteriormente, foi necessário fazer uma enquete com 100 universitários de cursos variados, sendo 50 homens e 50 mulheres dentro da faixa etária de 18 a 60 anos da Faculdade Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim, ES. A análise foi feita com o uso de um questionário, avaliando as respostas dos estudantes, indagando as causas e razões por sua escolha na graduação e o quanto estão motivados a se tornarem profissionais na área que possui predileção. Diante das análises bibliográficas e das entrevistas com os alunos, consegue-se justificar a satisfação ou não destes estudantes expondo um outro olhar sobre os reais motivos que levam a escolha da profissão.

¹Graduandos do Curso de Psicologia da Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES, micheilasantos84@gmail.com;

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Uma pesquisa quantitativa e qualitativa foi realizada com o recolhimento de dados. O instrumento utilizado foi uma enquete com cinco questões de múltipla escolha que indagavam os fatores que influenciaram a pessoa a ingressar na universidade, a escolha do curso adotado, sua satisfação e se já cogitou mudar de curso. Foram questionados cem universitários de cursos variados, sendo cinquenta homens e cinquenta mulheres dentro da faixa etária de 18 a 60 anos da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim, ES. Após apurados, foi apresentado o resultado final com a elaboração de gráficos, visando assim sinalizar o que foi mais considerável no momento da escolha da graduação e se houve satisfação frente a ela.

2 DESENVOLVIMENTO

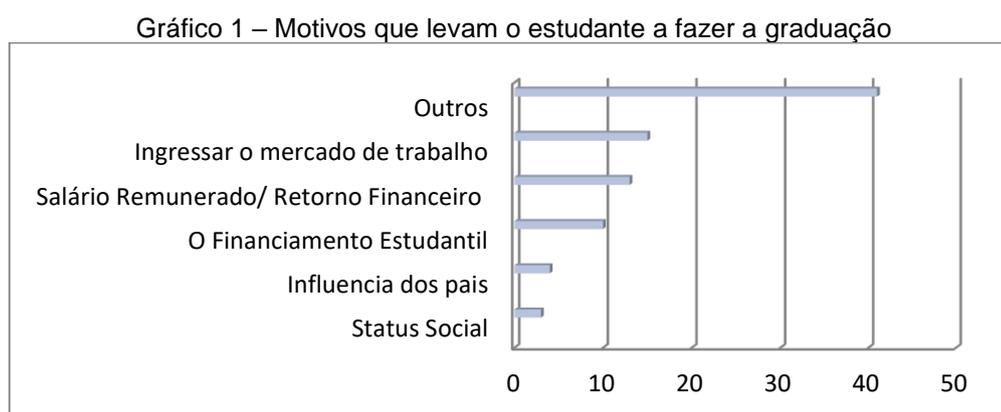
O tema abordado foi sobre os motivos que a escolha da graduação e a satisfação do aluno frente a ela. O questionamento informal com alunos de diversos cursos apresentou imagens de variáveis, vocacional e permeada por incertezas e falta de conhecimentos sobre os aspectos da profissão que escolheu. Para elucidar as dúvidas e questionamentos, encontraram-se no contexto das teorias vocacionais argumentos e conceitos aderentes ao tema. A exploração dessas teorias limitou-se lhes observar a colaboração na explicação dos fatores de influência na escolha. Silva (1996) também conclui sobre a parcialidade das teorias existentes, mas garante que duas instâncias – afetiva e socioeconômica – são determinantes na escolha da graduação e aponta a necessidade de mediação e articulação entre elas.

As teorias concebidas sob esta abordagem destacam a influência da cultura e da sociedade no processo de escolha. Assim, são relacionados como determinantes da escolha vocacional: a classe social, as oportunidades de educação e cultura, qualificação profissional e de trabalho, família, religião e outros agentes transmissores de valores. Complementarmente aos modelos teóricos selecionados buscou-se em estudos e abordagens relacionados ao tema. Os prováveis motivos que levam os estudantes a optarem por um determinado curso ou carreira tem sido avaliados, em especial, na esfera da Orientação Profissional e desenvolvimento de carreira, junto a uma área específica de atuação ou para um conjunto de áreas, e com estudantes em

diferentes estágios. Neste quadrante, as razões identificadas, em geral, são muito semelhantes, e pouco caracterizadas como específicas a um determinado curso ou área.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados ilustrativos foram apresentados e analisados, buscando realizar conexões entre a teoria e as respostas obtidas. Algumas vezes foi observado que os estudantes colocaram mais de uma resposta, o que foi levado em conta quando se apresentaram os números. Avaliou-se que 41% dos estudantes recebeu influência de outros fatores para iniciar a graduação, apenas 4% responderam que foi por influência dos pais ou retorno financeiro e 15% consideraram que a graduação é necessária para ingressar no mercado de trabalho. Como pode se observar no gráfico 1.



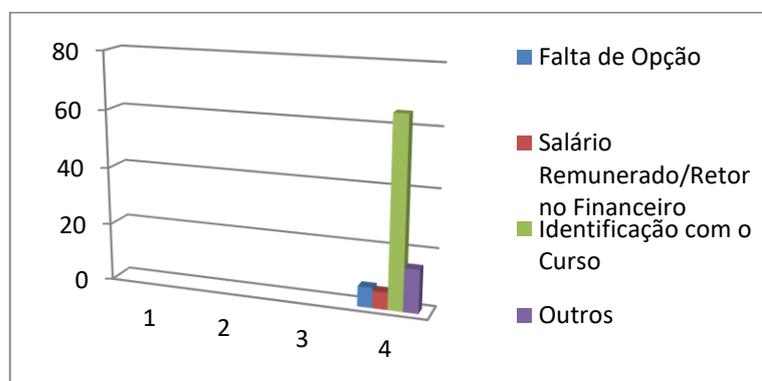
Fonte: O Autor (2017)

De acordo com Azevedo e Faria (2006) a escolha da universidade tem sido uma escolha cada vez mais cedo pelos jovens, com o propósito de alcançar uma formação acadêmica a fim de estarem mais preparados para encarar o mercado de trabalho que está mais exigente. Indagados sobre as razões que os levaram a escolher por determinado curso, 65% respondeu que é a identificação com ele, como pode ser verificado no gráfico 2.

É sabido que há inúmeros aspectos para se avaliar na escolha profissional, mas é necessário aconselhar e estimular o jovem ingressante na graduação a decidir por si mesmo, ponderando aquilo que tem mais inclinação vocacional e o que almeja em

sua carreira, para que, após formado, não venha a ser um especialista desinteressado na área.

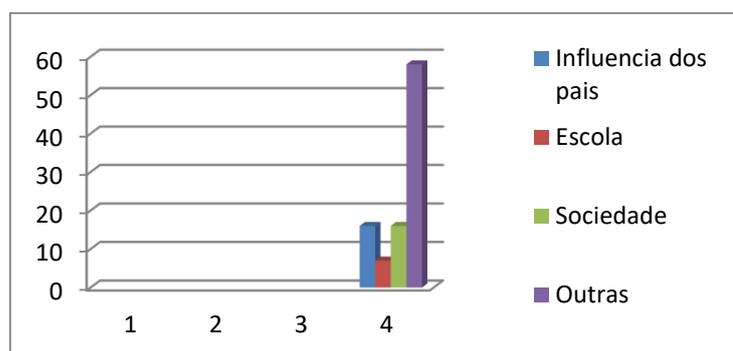
Gráfico 2 – Fatores que influenciam o estudante na escolha da graduação



Fonte: O Autor (2017)

Avaliou-se que 58% dos estudantes foram incentivados por outros fatores na escolha da graduação (Gráfico 3) (No questionário aplicado não havia um campo para descrever quais foram estes outros fatores), não apenas a família, sociedade e a escola de onde vieram, já que esses aspectos somam apenas 39% das respostas. De acordo com Bohoslavsky (2007) os estudantes projetam-se no futuro ao escolher determinado curso, pois eles se imaginam exercendo certa profissão. Assim, tomam a decisão que especificamente estão relacionados com figuras parentais ou não.

Gráfico 3 – O que mais influencia o estudante a escolher o determinado curso

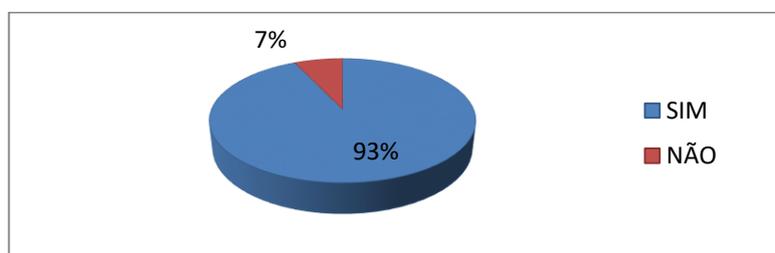


Fonte: O Autor (2017)

Outro ponto a se observar é que a grande maioria de 93% está satisfeita (Gráfico 4), apesar de 42% (Gráfico 5) terem respondido que já cogitaram mudar de curso. Um estudo realizado por Azevedo e Faria (2006) mostra que os alunos tomam decisões

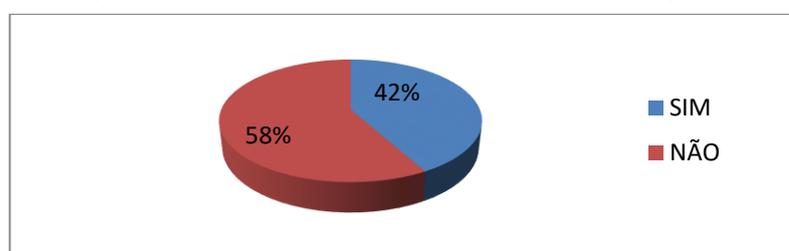
precipitadas, na escolha por cursos que por algum motivo irão possibilitar a um emprego de mais fácil acesso ou menor empenho na sua realização profissional.

Gráfico 4 – Sobre a satisfação com o curso



Fonte: O Autor (2017)

Gráfico 5– Distribuição proporcional do número de alunos que já cogitaram mudar de curso



Fonte: O Autor (2017)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da coleta de dados com a pesquisa, foi possível concluir que são fatores particulares que influenciam o sujeito a querer ingressar em uma graduação e ele procura como princípio, escolher um curso no qual se identifique. Apesar de 65% escolher com base nesse princípio, 93% estar satisfeito com essa escolha, 42% já cogitou mudar de curso. Sendo assim, eles escolheram exercer uma profissão que lhes é atrativo, mas ao iniciar a graduação, sobrevém a dúvida se realmente almejavam a melhor opção e muitos pensam em trocar de área.

É possível perceber que uma parcela considerável das pessoas que adentram a universidade, escolhe sua graduação com base em gostos pessoais. Elas estimariam exercer determinada profissão, mas, por diversos fatores particulares, acabam desistindo e formulando uma segunda alternativa profissional.

5 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ângela Sá; FARIA, Luísa. Motivação, sucesso e transição para o ensino superior. *In: Psicologia*, v. 20, n. 2, p.69-93, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/psi/v20n2/v20n2a04.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

BARDAZI, Marúcia Patta. Trajetória Acadêmica e Satisfação com a Escolha Profissional de Universitários em Meio de Curso. *In: Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v.4 n.1-2, 2003, p. 153-166. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v4n1-2/v4n1-2a13.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

BOHSLAVSKY, R. **Orientação vocacional**: a estratégia clínica. 12 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Disponível em:<<http://www.espacoseressencial.com/resources/BOHOSLAVSKY-Orientacao-Profissional-%20A%20Estrategia-Clinica.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

BOMTEMPO, Maurício Scagliante; SILVA, Dirceu da; FREIRE, Otávio Bandeira De Lamônica. Motivos da escolha do curso de administração de empresas por meio da modelagem de equações estruturais. *In: Revista Pretexto*, v.13, n. 3, jul.-set. 2012, p. 108-129. Disponível em: <<file:///C:/Users/USUARIO-PC/Downloads/1262-1905-1-PB.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2017.

VALORE, L. A. A problemática da escolha profissional: a possibilidades e compromissos da ação psicológica. SILVA, A. F. *et all.* (org.) **Cidadania e participação social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em:<<http://books.scielo.org/id/hn3q6/pdf/silveira-9788599662885-07.pdf>>Acesso em: 28 ago. 2017.

PSICOLOGIA SOCIAL EM FETICHISMO DE MERCADORELAÇÕES DE MERCADO E PSICOLOGIA

JUBINI, Rita de Cássia Moreira
SILVA, Carlos Eduardo
SANTOS, Caroline Temporim
CESAR, Deborah Barbosa Lourenço
CATARINOZI, Eduardo Rigo
SÁ, Maria Karolliny Rodrigues Barbosa
MOREIRA, Rhamon Novato¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas desde o século XVIII, durante as Revoluções Burguesas, determinaram, nitidamente, os “padrões” do século XXI. A partir do engajamento da indústria, motivando o capitalismo, o ser humano, naturalizou características que não são consideradas inatas pela Ciência. Chama-se, este fenômeno, de “fetichismo de mercadoria”. De acordo com a crítica de Karl Marx (O Capital), o fetichismo da mercadoria é oriundo de um processo social e psicológico em que as mercadorias apresentam-se como necessidades independentes de seus produtores. O resultado é uma relação “coisificada”, invertendo a relação social: as pessoas agem como objetos e os objetos são percebidos como pessoas.

Causando, assim, dependência dos produtos, pois a necessidade está instalada. Pretende-se, ao longo da pesquisa, verificar a relação existente entre o indivíduo e a mercadoria. Além disso, analisar se, realmente, o esforço físico e psicológico em prol do “possuir” e do “ser” são inatos ou foram naturalizados de acordo com o período histórico e social em que vive-se. Além disso, perceber se, através do diálogo e da exposição de ideias, de uma realidade subjetiva, o indivíduo pode lidar melhor com as

¹Graduandos em Psicologia pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

“pressões” cotidianas, lembrando-se que estas fazem parte de um determinado tempo e espaço.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio, o conceito “fetiche” se refere ao “objeto animado ou inanimado, feito pelo homem ou produzido pela natureza, ao qual se atribui poder sobrenatural e se presta culto” (HOLANDA, 1993, p. 429). Foi através desse significado que Karl Marx conferiu o termo ao fenômeno da Era Moderna, referente as relações sociais envolvidas na produção como relações econômicas, entre o sistema monetário e os interesses do mercado. Isto é, o Fetichismo da Mercadoria transforma, ideologicamente, os fatores subjetivos em padrões. Com o propósito de realizar a intervenção social, com base na teoria do Fetichismo de Mercadoria, fora produzido um banner, composto por figuras de marcas conhecidas, uma pessoa acorrentada às marcas, e um questionamento, considerado pelo grupo, impactante: “VOCÊ É, REALMENTE, LIVRE?”

O trabalho foi estruturado com base em acervos literários que fazem menção e análise a sociedade capitalista que visa o consumo como forma de prazer, dessa forma utiliza-se o estudo do indivíduo inserido no universo capitalista. A abordagem a ser realizada se dá pela observação inicial à distância, tendo seu público alvo aqueles que detêm produtos e serviços que são considerados inatos pelo senso comum, como por exemplo: celulares, roupas, produtos em geral de grandes empresas que fazem uso da propaganda como forma de acrescentar nas pessoas o desejo de compra exacerbado, bem como aponta Marx (O Capital).

Posteriormente, foi desenvolvido um questionário acerca das questões de consumo e propaganda, disseminados na região de Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante e Cachoeiro de Itapemirim, ES.

3 DESENVOLVIMENTO

De acordo com Fontenelle (2005, p.06), “[...] quando “falamos de uma sociedade de consumo, temos em mente algo mais que a observação trivial de que todos os

membros dessa sociedade consomem”. Sendo assim, as grandes questões refletidas pela Filosofia, no século XIX, pós Revolução Industrial, foram provocadas pelo Romantismo, enfatizando a preocupação com o ceticismo radical e a impossibilidade de apreensão da verdade.

O grande tema refletido, nessa época, e que tem raízes profundas na tradição, foi o tema sobre o absoluto, sobre a possibilidade de uma nova metafísica, de uma nova verdade absoluta. Ora, se na Idade Média essa verdade era o místico e o Clero, na Idade Moderna, o produto será determinante. Ou seja, numa sociedade industrial, o que se possui, o que se é, o que se veste, determina quem domina, quem está no topo da pirâmide social, traçando a filosofia marxista (O Capital). A disfunção, nisso, é a questão do aprisionamento de um indivíduo para outro, subordinados a uma verdade subjetiva e elitizada, que fora, estrategicamente, instalada como objetivo a ser atingido.

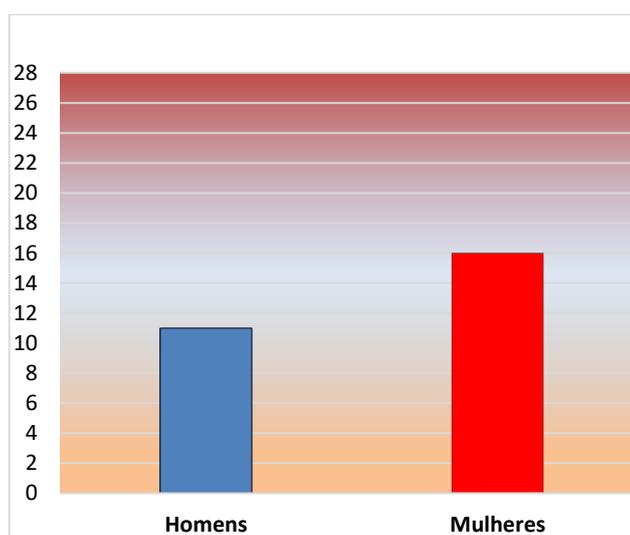
Através da maiêutica socrática, entende-se que, essa “verdade” ou essa “razão” seja, questionável. Seja subjetiva, não sendo “coisificada” ao ponto de causar desconfortos paradoxais, (GAARDER, 1996). Hegel atribui ao termo razão à soma de todas as manifestações humanas, pois, segundo ele, só o homem possui um “espírito”. Ou seja, sua filosofia defende que o ser humano não se trata de uma espécie de consciência adormecida, mas sim, despertada. Isto é, Hegel defendia que a verdade era algo subjetivo e questionava a possibilidade de haver apenas uma verdade, pois todo o conhecimento é conhecimento humano.

Para ele, através da exteriorização da ideia, independente das “coisas”, o pensamento cria o mundo, sendo toda verdade essencialmente vinculada a determinado contexto histórico. Segundo a sua filosofia, o mundo sempre existiu, mas, através da cultura humana, o mundo desperta cada vez mais a sua consciência. Mas a dialética de Hegel não se resume somente à história. Isso quer dizer que, quando se debate ideias, discute-se dialeticamente, pois tenta-se identificar erros em certa forma de pensar. Esse fato é definido, por Hegel, de “pensamento negativo”. Para ele, no decorrer da discussão, ao se detectar essas falhas, ao mesmo tempo, preservam-se os pontos positivos, (GAARDER, 1996). Segundo pesquisas de *suicidologia*, quando se volta ao ano de 1930, durante o período da quebra de valores de Nova Iorque, registrou-se um

número significativo de suicídios, em relação ao ocorrido. Ron Maris, ex-diretor do Centro sobre Suicídios da Universidade da Carolina do Sul observou um aumento do índice de suicídios, em períodos de recessão.

Baseando-se nessas informações, pode-se concluir como o poder aquisitivo dos séculos industriais são determinantes na vida física e psicológica dos indivíduos, o que leva a problemática: o enguiço do “ser”, do “estar no padrão” e do “possuir” pode causar depressão entre outros transtornos psicológicos; pois isso é considerado “verdadeiro” nesta época, objetivando, de uma forma falaciosa, que o fato de não “ser”, não “estar” e não “possuir” torna o sujeito menos “valioso” socialmente. Sendo assim, o objetivo à solução da problemática é: intervenção direta, na sociedade, apresentando a subjetividade dessa “verdade”. Ou seja, será possível que, as pessoas estando conscientes disso, podem tornar-se menos propícias ao controle de massa industrial?

Figura 1: Índice de Consumismo de Desempregados



Fonte: Os autores, 2017.

4 DISCUSSÃO

Conforme a Filosofia de Sócrates, o autoconhecimento é chave para a percepção e para a “saída da caverna” de Platão. Conclui-se, assim, que a intervenção se mostrou eficaz para a teoria, pelo fato de atingir pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho como mão de obra, sejam elas, presentes, no meio acadêmico, praças

públicas ou pontos comerciais da cidade; dentre elas, principalmente, mulheres. O fato de o contexto sociocultural estar inserido numa realidade machista, decorrente dos séculos, contribui para que a indústria perpetue esta condição, se oportunizando da mesma, tornando padrão, comportamentos construídos com a finalidade de vender; sendo assim, este fato, baseado na dialética marxista, demonstra a eficácia da pesquisa.

“É que fora do processo histórico não existe qualquer critério capaz de decidir sobre o que é mais verdadeiro e o que é mais racional. [...] Para Hegel, não podemos separar uma filosofia ou um pensamento de seu contexto histórico.” (GAARDER, 1998, p. 384). Em relação ao gráfico, conclui-se que a intervenção se mostrou eficaz para a teoria, pelo fato de atingir pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho explicitando, assim, o contexto sociocultural machista, impulsionado por indústrias e propagandas que se oportunizam de comportamentos construídos com a finalidade de vender; dessa forma, este fato, baseado na dialética marxista, demonstra o êxito da pesquisa.

O resultado é uma relação “coisificada”, invertendo a relação social: as pessoas agem como objetos e os objetos são percebidos como pessoas. Causando, assim, dependência dos produtos, pois a necessidade está instalada, estimulando desconfortos e transtornos psicológicos, em vários graus, estimulado pela vontade de possuir algo que naturalizou-se, que padronizou-se, gerando uma falsa sensação de liberdade. O propósito de observar a reação das pessoas a respeito do questionamento de sua realidade, foi realizado com êxito, apesar da surpresa de algumas percepções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nítido que o Fetichismo de Mercado está tão naturalizado, que, ao se falar do tema, a resposta da sociedade é o desdém. Foi identificado, também, ao realizar as observações, o que já se tornou praxe: a preocupação excessiva com o celular. Embora o trabalho tenha o objetivo de alcançar todas as idades e pessoas que passaram pelo banner; foi identificada uma atenção maior em relação às pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho como mão de obra, sejam elas, presentes, no

meio acadêmico, praças públicas ou pontos comerciais da cidade. Ou seja, houve um maior interesse da base de sustento da pirâmide social. E isso foi muito relevante, pois estas são as protagonistas da história.

Pelo ponto de vista da macro-história, a sociedade moderna, baseada em ideias liberais do século XVII e XVIII, ainda é muito recente. Sendo assim, conclui-se, que a intervenção, mesmo não atingindo o número esperado de pessoas, se mostrou eficaz para a teoria. Estas pessoas, deste determinado contexto histórico e social, precisam ser o ápice de pesquisa dos Psicólogos atuais, pois são as mesmas que se desgastam para alcançar um padrão abstrato e subjetivo. Acredita-se que as mazelas da sociedade contemporânea se dão por meio desta busca inalcançável. Ou seja, ela está presente, em todos os momentos de nossas vidas.

A maiêutica socrática continua como o “ponto chave”. As discussões saudáveis, as indagações e problematizações acerca do Fetichismo do Mercado são extremamente significantes dentro da ciência psicológica e subjetiva. Afinal, as transformações sociais, historicamente, sempre ocorreram através delas.

6 REFERÊNCIAS

FONTENELLE, Isleide Arruda. **O trabalho da ilusão: produção, consumo e subjetividade na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GAARDER, Jostein. **O Mundo de Sofia**. São Paulo: Editora Schwarcz LTDA, 1996.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio**. São Paulo: Positivo Editora, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

A NEUROBIOLOGIA DAS EMOÇÕES

RIBEIRO, Victória Pinheiro de Souza

LIMA, Leandra Maria Furtado de Freitas

OLIVEIRA, Otávio César

COLLE, Luiz Mengalli

NALESSO, Barbara Secato

FERREIRA, Maryellen Veronez

VIEIRA, Iasmin dos Santos¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

De um problema genuinamente filosófico, as relações entre corpo e mente e entre razão e emoção passaram a ser também investigadas no âmbito teórico de outros saberes, como a psicologia, a psicanálise e a biologia, a partir da segunda metade do século XIX e princípios do século XX. O que marca esse período é o interesse científico voltado para os processos cognitivos, os quais incluem as atividades mentais relacionadas à aquisição de conhecimento e conectadas ao raciocínio e à memória. Esse anseio elucidativo explica-se pela maior comensurabilidade da cognição, levando ao desenvolvimento da chamada "revolução cognitiva". A partir de então, realizaram-se inúmeras investigações, as quais culminaram na proposição dos mecanismos envolvidos na percepção, atenção e memória. Ademais, os poucos autores que se voltavam às emoções, concebiam-nas de modo "segmentado", tratando os "circuitos emocionais" como eventos à parte e independentes das demais atividades neurais.

Mais recentemente – a partir do desenvolvimento de novas técnicas especializadas de pesquisa em neurofisiologia e em neuroimagem –, vem-se ampliando o interesse pelo estudo das bases neurais dos processos envolvidos nas emoções, a partir da

¹Graduandos do curso de Psicologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com;

caracterização e das investigações sobre o sistema límbico (SL). Sabem-se, com base em diferentes resultados, que há uma profunda integração entre os processos emocionais, os cognitivos e os homeostáticos, de modo que sua identificação será de grande valia para a melhor compreensão das respostas fisiológicas do organismo ante as mais variadas situações enfrentadas pelo indivíduo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Os procedimentos utilizados no presente trabalho foram: O método utilizado foi à análise de algumas conceituações de neurobiologia emocional encontrada a partir de pesquisa - Pesquisa bibliográfica sobre o tema nas principais bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), pesquisa em livros neurocientíficos de cunho acadêmico. Reflexão crítica sobre o material obtido e elaboração de sínteses a respeito do tema.

3 DESENVOLVIMENTO

Há muito tempo o homem tenta conhecer e explicar o que ocorre no processo de aprendizado. Neste trabalho, abordar-se-á o papel das emoções no processo de cognição. O interesse pela compreensão dos processos mentais e cerebrais também pode ser identificado nas investigações pioneiras desenvolvidas, no século passado – pelo fisiologista e psicólogo vienense Sigmund Exer, pelo psicanalista Sigmund Freud e pelo médico francês Israel Waynbaum –, nas quais começou a se desenhar um conhecimento sobre redes neuronais e possíveis estruturas que comporiam os circuitos emocionais. Inicialmente, o bebê está exclusivamente submetido às impressões orgânicas e dispõe de reações orgânicas. Aos poucos, estes movimentos ligados à vida afetiva se vincularão à vida de relação, fundindo-se na mãe, pois "a sensibilidade da criança se estende ao ambiente; ela reproduz os seus traços e não se sabe distinguir deles" (WALLON, 1968, p. 151). É um período predominantemente emocional, pois a criança não sabe falar e se expressa através do choro.

Os sistemas das emoções – ao menos como vêm sendo entendidos recentemente – parecem estar organizados em rede; nestas não existem componentes morfofuncionais regulatórios mais pronunciados, ou seja, todos os elementos exercem

papéis regulatórios semelhantes entre si. Pode-se, então, compreender que tais sistemas dependem da integração de seus componentes de uma forma complexa, não hierárquica, a qual necessita ainda ser mais bem explicada. Outra estrutura importante na integração emoção/razão é a ínsula - lobo da ínsula é um lobo profundo, situado no fundo do sulco lateral, no encéfalo - a qual é ativada durante a indução de recordações de momentos vividos por um indivíduo, as quais provoquem uma sensação específica, seja de felicidade, tristeza, prazer, raiva ou qualquer outra.

Entretanto, a ínsula não é ativada quando a mesma sensação é provocada no mesmo indivíduo por um filme, por exemplo, sugerindo que tal estrutura esteja envolvida nos aspectos de avaliação, experimentação ou de expressão de uma emoção gerada internamente. Com base no que se discutiu, é possível considerar que a tomada de decisões se torna diretamente dependente da associação emocional realizada pelo indivíduo ao vivenciar determinadas situações cotidianas. Além disso, o emprego de tal informação adquirida depende de respostas motoras – como, por exemplo, correr, sorrir ou comer – e de respostas autonômicas, como elevação ou redução da frequência cardíaca. Tais respostas autonômicas são diretamente influenciadas pelo hipotálamo e este, por sua vez, age mediante o processamento de todas as informações que chegam ao cérebro.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pinto defende:

A emoção é uma experiência subjetiva que envolve a pessoa toda, a mente e o corpo. É uma reação complexa desencadeada por um estímulo ou pensamento e envolve reações orgânicas e sensações pessoais. É uma resposta que envolve diferentes componentes, nomeadamente uma reação observável, uma excitação fisiológica, uma interpretação cognitiva e uma experiência subjetiva (PINTO, 2001).

Por seu lado, Goleman afirma:

Quanto a mim, interpreto emoção como referindo-se a um sentimento e aos raciocínios aí derivados, estados psicológicos e biológicos, e o leque de propensões para a ação. Há centenas de emoções, incluindo respectivas combinações, variações, mutações e tonalidades (GOLEMAN, 1997).

Como podem ser entendidas as emoções: Uma definição de emoção, numa simplificação do processo neurobiológico, consiste numa variação psíquica e física, desencadeada por um estímulo, subjetivamente experimentada e automática e que coloca num estado de resposta ao estímulo, ou seja, as emoções são um meio natural de avaliar o ambiente que nos rodeia e de reagir de forma adaptativa (VAITSMAN, 2000).

Emoções e Sentimentos: Verifica-se que muitas vezes, uma confusão conceitual entre sentimentos e emoções, pois são dois processos que se relacionam, no entanto são diferentes entre si, e são usados de certa forma como se fosse o mesmo conceito. O que distingue essencialmente sentimento de emoção é: enquanto a primeira é orientada para o interior, o segundo é eminentemente exterior; ou seja, o indivíduo experimenta a emoção, da qual surge um “efeito” interno, o sentimento. Os sentimentos são gerados por emoções e sentir emoções significa ter sentimentos. Na relação emoção/sentimento, apesar de alguns sentimentos estarem relacionados com as emoções, existem muitas que não estão, ou seja, todas as emoções originam sentimentos, se estivermos atentos, mas nem todos os sentimentos provêm de emoções.

Classificação das Emoções: Na classificação das emoções, divide em primárias e secundárias. As primárias são inatas, evolutivas e partilhadas por todos, enquanto as secundárias são sociais e resultam da aprendizagem. Emoções Primárias: o medo, a raiva, a tristeza e a alegria: As emoções primárias são inatas e estão ligadas à vida instintiva, à sobrevivência. Haverá concomitante contração generalizada dos músculos flexores, sendo possível adotar-se uma atitude regressiva fetal, vasoconstricção periférica, palidez da face e esfriamento das extremidades, com brevíssima parada dos movimentos respiratórios e dos batimentos cardíacos.

As emoções primárias podem ser adaptativas ou desadaptativas. Emoções Primárias Adaptativas são: raiva, tristeza e medo. Tais emoções possuem uma relação com a sobrevivência e ao bem-estar psicológico. São aquelas rápidas quando aparecem e mais velozes ainda quando partem. As Emoções Primárias desadaptativas, são as emoções das quais as pessoas lamentam tê-las expressado de maneira tão intensa ou equivocada e frequentemente se arrependem.

Emoções Secundárias (ciúme, inveja, vergonha): São estados afetivos de estrutura e conteúdo mais complexos que as primárias. Na realidade as emoções secundárias, embora levem o nome de emoções, já se constituem em sentimentos sensoriais. Abreu e Cangelli Filho afirmam que:

As emoções secundárias são aquelas que, ao atingirem a amígdala e produzirem uma emoção, sofrem a influência e o possível domínio do córtex cerebral, mudando sua natureza primária. Neste sentido, estas emoções tornam-se respostas ou evitações (intelectualizadas) às emoções primárias [...]. As emoções secundárias tornam-se então uma categoria de emoções usadas pelo indivíduo para se proteger das primárias que muitas vezes são vergonhosas, ameaçadoras, embaraçosas ou dolorosas por natureza. Por exemplo: uma pessoa pode estar se sentindo deprimida, mas sua depressão pode estar encobrindo um sentimento primário de raiva. Aparecem frequentemente quando ocorrem as tentativas (fracassadas) de controle ou julgamento das emoções primárias – ou seja, quando se procura evitar ou negar aquilo que se está sentido, acaba-se por sentir-se mais mal ainda. É assim que se tornam desadaptativas, pois levam o indivíduo a se autodesorganizar (ABREU; CANGELLI FILHO; 2005, p. 45-58).

A Neurobiologia das emoções: Segundo Machado (2006), as emoções são respostas neurológicas e fisiológicas a estímulos (externos e internos), coordenados pelo próprio pensamento que envolve as estruturas do sistema límbico. Os estudos na área neurológica vêm crescendo e as pesquisas têm confirmado a relação somática com o centro das emoções.

Tanto Bear (2002), Connors (2002) e Paradiso (2002), acreditam que o ser humano possui em seu cérebro uma estrutura chamada de sistema límbico, responsável pelas emoções e sentimentos. O sistema límbico, quando recebe um estímulo, sensitivo (Audição, paladar, visão, olfato), envia essas informações para o tálamo e hipotálamo que elabora respostas aos estímulos através do sistema endócrino e do sistema nervoso autônomo. Automaticamente produzem repostas, ativando esses sistemas, e então temos um estado, que são as emoções e sentimentos manifestos. Sistema Límbico é o nome dado às estruturas cerebrais que coordenam o comportamento emocional e os impulsos motivacionais e é formado por diversas estruturas localizadas na base do cérebro.

Perspectiva Evolutiva sobre as Emoções: A primeira teoria sobre as emoções surge no Século XIX, em 1872, onde Darwin dedicou-se ao estudo das emoções, tanto no Homem como nos animais, chegando à conclusão de que as emoções ou a sua

expressão, era algo inato a ambos. A fim de reforçar a ideia que já tinha de uma origem comum, levantou a questão da utilidade da expressão das emoções para a sobrevivência dos indivíduos. Darwin identificou seis emoções inatas ou universais - alegria, tristeza, surpresa, cólera, desgosto e medo, que serviriam como uma ferramenta para ajudar o indivíduo e a sua comunidade a sobreviverem (através da observação dos sinais emitidos pela expressão das emoções).

Perspectiva Cognitivista das Emoções: As teorias cognitivistas afirmam que os processos cognitivos, como as percepções, recordações e aprendizagens, são fundamentais para se perceberem as emoções. Uma situação provoca uma reação fisiológica e procuramos identificar a razão (compreender) dessa excitação fisiológica de modo a nomear a emoção que lhe corresponde.

Perspectiva Culturalista das Emoções: A perspectiva culturalista diz que as emoções são comportamentos apreendidos no processo de socialização. Cada cultura tem diferentes formas de exprimir as diferentes emoções. As emoções são uma construção social que exige aprendizagem e que, por isso, dependem da cultura em que o indivíduo está inserido. O tipo de emoções que se manifesta em cada situação, a forma como são demonstradas, e o conjunto de regras de cada cultura específica é própria em cada cultura e para cada uma delas, há uma linguagem da emoção específica que é reconhecida por todos aqueles que nela estão inseridos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação das estruturas neurais e de suas características anatomofuncionais relacionadas ao controle motivacional e às emoções continua a ser motivo de interrogação e de fomento à pesquisa. O estudo das emoções é muito importante com relação a sobrevivência enquanto seres humanos. Se não mantivermos nossas emoções bem estruturadas, nossas chances de sobrevivência ficam bem reduzidas. Mas é imprescindível que essas atividades emocionais sejam harmonizadas e equilibradas com o uso da racionalidade e do pensamento analítico e investigativo.

A despeito desses conhecimentos já construídos – os quais permitem a proposição de diferentes, mas integrados, sistemas das emoções –, um longo percurso ainda há

de ser trilhado, para que se adquira melhor compreensão dos mecanismos neurobiológicos fundamentais relacionados às –prováveis determinantes das – emoções, pressupõe-se, poderá ser capaz de aproximar o homem da compreensão de sua própria condição de homem.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Cristiano Nabuco de; CANGELLI FILHO, Raphael. A abordagem cognitivo-construtivista de psicoterapia no tratamento da anorexia nervosa e bulimia nervosa. *In: Rev. bras. ter. cogn.*, v.1, n.1, 2005, p. 45-58.

BEAR, M. F.; CONNORS, B. W.; PARADISO, M. A. **Neurociências**: desvendando o sistema nervoso. 2 ed. Porto Alegre: Artmed; 2002.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**. Disponível em: <<http://repositorioaberto.univ-ab.pt/bitstream/10400.2/1529/1/Diserta%C3%A7%C3%A3o%20Maria%20Jo%C3%A3o%20Rosa%20Silva.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2017.

MACHADO, A. B. M. **Neuroanatomia funcional**. 2 ed. São Paulo: Atheneu; 2006.

PINTO, Amâncio da Costa. **Psicologia Geral**. Disponível em: <<http://repositorioaberto.univ-ab.pt/bitstream/10400.2/1529/1/Diserta%C3%A7%C3%A3o%20Maria%20Jo%C3%A3o%20Rosa%20Silva.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2017.

VAITSMAN, Heliete. Novas pesquisas revelam como as emoções comandam nosso cérebro. *In: Jornal do Comercio*, 1998. Disponível em <http://www2.uol.com.br/JC/_1998/2306/fa2106h.htm>. Acesso em 17 nov. 2017.

ENSINO JURÍDICO EM CRISE? PERCEPÇÕES DOS DISCENTES SOBRE AS AULAS MINISTRADAS NO CURSO DE DIREITO

MARVILA JÚNIOR, Ademilson
SOUSA, Dion Carlos da Fonseca
BRANDÃO, Lucas Amaro¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Existe uma grande discussão quanto ao sistema crítico do ensino jurídico dispensado aos discentes no Brasil e as várias formas aplicadas junto ao conjunto de cursos de Direito no país, as responsabilidades que devem ser atribuídas àqueles que têm o poder nas mãos e também aqueles que em tamanho menor se apresentam como acadêmicos em cada universidade do País. Engloba o fato dos gestores no ensino jurídico não serem tão criteriosos na questão da escolha de profissionais, junto a grande quantidade de faculdade de Direito que numa concorrência acirrada para atrair “consumidores” desqualificam cada vez mais o sistema de ingresso e até mesmo a permanência, formando estudante mais obsoletos, acomodados e desinteressados. Foi apresentado um questionário desenvolvido a partir de um estudo minucioso que será objeto da pesquisa e discriminação por toda expansão deste trabalho intitulado “*ensino jurídico em crise? Percepções dos discentes sobre as aulas ministradas no curso de Direito.*”

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada no curso do presente resumo foi o método indutivo, auxiliado de revisão de literatura, pesquisa bibliográfica e pesquisa quantitativa como técnicas de pesquisa.

¹Graduandos do 6º período do Curso de Direito da Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor Orientador. Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

3 DESENVOLVIMENTO

Muito se discute hoje em dia, tanto por acadêmicos, como por professores e profissionais do direito de uma forma geral, que o ensino jurídico vive uma crise, outros já dizem que não há crise, mas que o que está acontecendo faz parte do processo evolutivo do ensino jurídico. Carrion (2000) defende esse ponto de vista ao afirmar que como todo o mundo, o universo jurídico está em constante movimento, (o que nem sempre seria uma evolução), mas esse movimento faz parte da problemática constante em todos os seguimentos e que tem que acompanhar a evolução da sociedade. Novos temas, novas abordagens, novos sistemas, tudo isso apontam para que se encontre novos meios de se ensinar o direito.

Contudo, o que não se pode negar é que esse movimento, que teve origem em meados do século XIX, ou seja, no nascimento do ensino jurídico no Brasil, passa pelo mesmo processo em que a sociedade brasileira atravessa.

A formação acadêmica no ensino jurídico brasileiro sofreu desde seu nascimento, em meados do século XIX até os dias de hoje influência do contexto histórico, tendo em vista que a função basilar da época era manter a ordem e valores de um Estado escravocrata, recentemente independente e deficiente. (SOUZA; NEIVA; PEREIRA, 2013, p. 2).

Ao olhar para o passado se entende o que aconteceu e acontece com o ensino jurídico, e é possível explicar a crise que se instaura em seu meio.

Desta forma, pode-se destacar que antes da vinda da família Real para o Brasil o curso de Direito era realizado na Universidade de Coimbra em Portugal, este por sua localização era uma dádiva concedida a poucos, ou seja, apenas alguns filhos da “alta sociedade” tinham o poder aquisitivo necessário para se manter na metrópole durante seus estudos. (SOUZA; NEIVA; PEREIRA, 2013, p. 2).

Ipsa facto, afirmam Paiva *et all* (2011) que, por ser parte de uma elite, o Direito era algo de difícil acesso para os brasileiros, e por muitos anos assim continuou. E com cada nova era, o direito exercia papel fundamenta e também sofria mutação. Foi assim com o Brasil Império com suas políticas escravocratas. Depois sofreu mudanças com a revolução de 1934, e sua nova constituição. Com o regime militar e seu governo linha dura o Direito também passou por transformações. Até para atender as demandas das diversas fases que o Brasil passou, houve a necessidade de que o

Direito e seu ensino jurídico passasse por essas modificações, uma vez que o Direito está intimamente ligado ao Estado.

Com o advento da nova Constituição, a de 1988, e com seus ideais de igualdade, fraternidade e liberdade, e com a bandeira da dignidade da pessoa humana, em seus direitos e igualdade levantada pela nova constituição, veio à luz novas políticas de acesso ao ensino jurídico, pode-se destacar alguns fenômenos apontados tais quais:

Considerando o aumento da oferta de cursos de graduação em Direito no país após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, e a precariedade a que essa formação tem-se sujeitado, conforme apontado por Freitas (2000), a discussão em torno da formação de competências profissionais do bacharel em Direito entra em uma agenda de pesquisa interdisciplinar, principalmente no que se refere aos campos da Pedagogia, do Direito e da Administração. (PAIVA *et all*, 2011, p. 357).

Houve um aumento de curso de direito espalhado por todo o país, e nem todos eles se preocupam com a qualidade de ensino que é ofertado aos discentes, confirmando o que fora afirmado temos:

Embora não existam estatísticas precisas, os 1078 cursos de direito do País empregam cerca de 10 mil a 11 mil professores, dos quais apenas 15% seriam portadores de um diploma de especialização, mestrado ou doutorado e somente 10% teriam tido algum envolvimento com pesquisas científicas, em sua carreira acadêmica. A maioria esmagadora do corpo docente é formada por advogados, juízes e promotores contratados pelo regime de 20 ou 40 horas semanais — poucos são aqueles que optam por lecionar direito no regime de dedicação integral e exclusiva. (QUITO, 2008, s.p).

Como foi destacado, houve uma evolução na sociedade, mudanças conceituais e comportamentais, o ensino jurídico precisa acompanhar essas mudanças. Martins, inclusive, leciona:

[...] o desafio imediato dos cursos de Direito no país deve passar pela reformulação das políticas pedagógicas estabelecendo um novo paradigma, capaz de romper com o tradicional modelo positivista e formar profissionais humanistas dentro de uma abordagem interdisciplinar aptos a compreender e mensurar os fenômenos jurídicos e suas implicações sociais, utilizar as técnicas e aliar a teoria à prática. (MARTINS, 2005, s.p.).

“Talvez a crise do ensino jurídico seja explicada pelo surgimento de cursos que complementam o ensino nas faculdades, com objetivo de prestar exames de concursos e o da própria Ordem” (CARRION, 2000, s.p.). E o que se vê é mais do

mesmo. Poucos são os que mudam, ou que inovam, os discentes se queixam da falta de entusiasmo por parte dos professores na hora de ensinar o que é proposto pelos estabelecimentos de ensino.

Em termos concretos, isso significa que falta massa crítica no âmbito do ensino jurídico. Com uma visão essencialmente forense e uma abordagem meramente formalista do direito, a maioria dos professores limita-se a repassar sua experiência na magistratura, Ministério Público ou advocacia. Ou seja, há um desprezo à interdisciplinaridade e a uma formação de qualidade e uma valorização excessiva da dogmática jurídica, o que resulta num ecletismo teórico, na falta de rigor científico e num apego ao 'princípio da autoridade doutrinária' alicerçado em autores anacrônicos e obsoletos. (QUITO, 2008, s.p.).

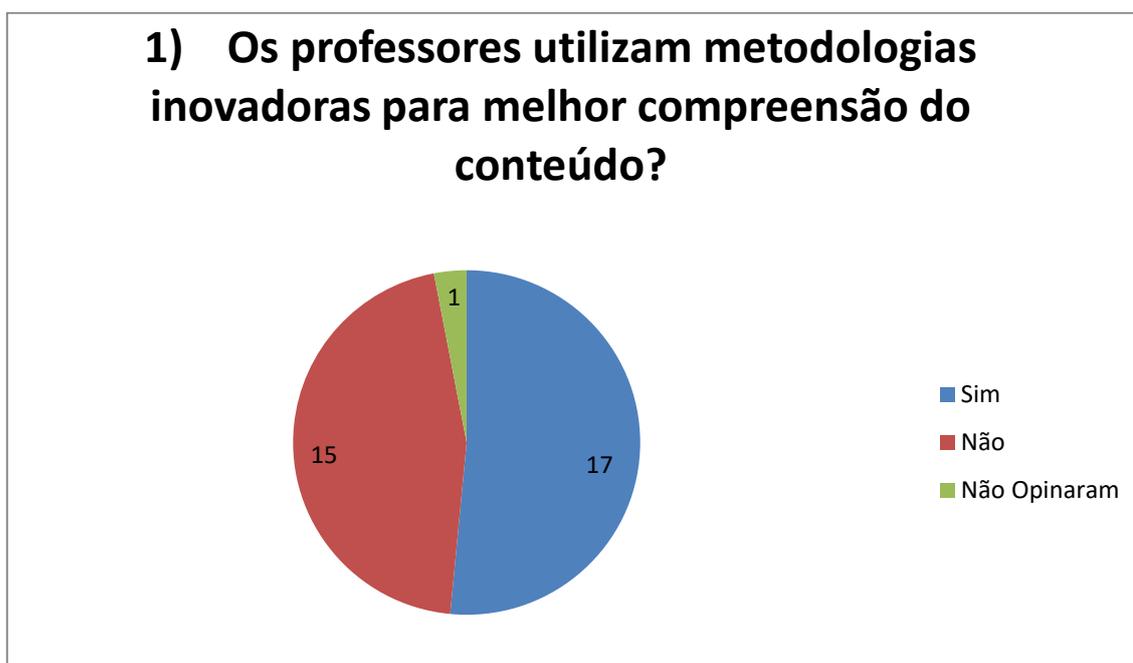
É possível compreender a dificuldade encontrada pelos discentes pela simples análise do contexto histórico encontrado nos dias atuais, com relação ao ensino jurídico, pois ao utilizarem métodos já sobrepujados e superados pela sociedade contemporânea, as faculdades inserem no mercado uma vasta gama de profissionais, que sedentos por informações a eles negadas durante o ensino jurídico, buscam cada vez mais complementação através de “cursinhos”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Devido a essa discussão quanto ao sistema crítico do ensino jurídico que é dispensado aos discentes no Brasil e as várias formas aplicadas junto ao conjunto de cursos de Direito no país, a partir dessas informações fora desenvolvido um questionário sobre o *ensino jurídico em crise? Percepções dos discentes sobre as aulas ministradas no curso de Direito*. Onde se apresenta aos alunos, na média de idade de 18 e 62 anos, alunos estes da Faculdade Multivix Campus I, situada no bairro Independência, em Cachoeiro de Itapemirim/ES, o referido questionário nas seguintes perguntas:

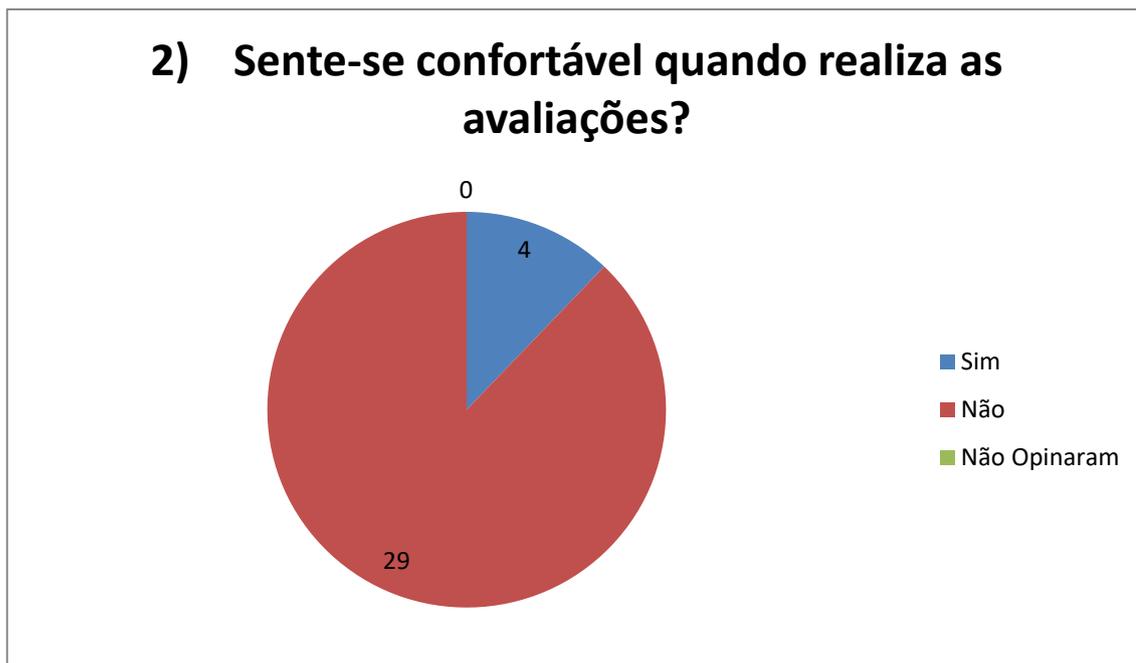
Tal questionário composto por oito questões, onde as alternativas se limitavam em afirmativas “Sim” ou Negativas “Não”, mas nota-se que alguns discentes evadiram as regras e alguns não opinaram ou deram alguma informação fora do contexto, tal fato fora contabilizado como uma terceira opção, a de “Não Opinaram”, tal resultado não se tornou um empecilho, mas apenas enriqueceu o questionário.

Cada questão tornou-se um instrumento com o intuito de tornar-se uma fonte na qual os professores e as instituições pudessem beber dela, pois este conteúdo não tem a intenção de denegrir a imagem de professores ou da instituição, mas sim o condão de aperfeiçoar e enriquecer o conteúdo pedagógico de todos. Quanto aos resultados, para melhor entendimento, foram selecionados quatro gráficos, estes mais surpreendentes e que tocam as pesquisas realizadas, mostrando que tais resultados abrangem todo o país, são eles;



Fonte: Os autores, 2017.

Neste primeiro gráfico, nota-se que houve praticamente uma divisão e que os que afirmaram que os professores utilizam métodos inovadores foram no total de 51,51% e 45,45% disseram que os professores não utilizam tais metodologias inovadoras, percebe-se uma nítida divisão.



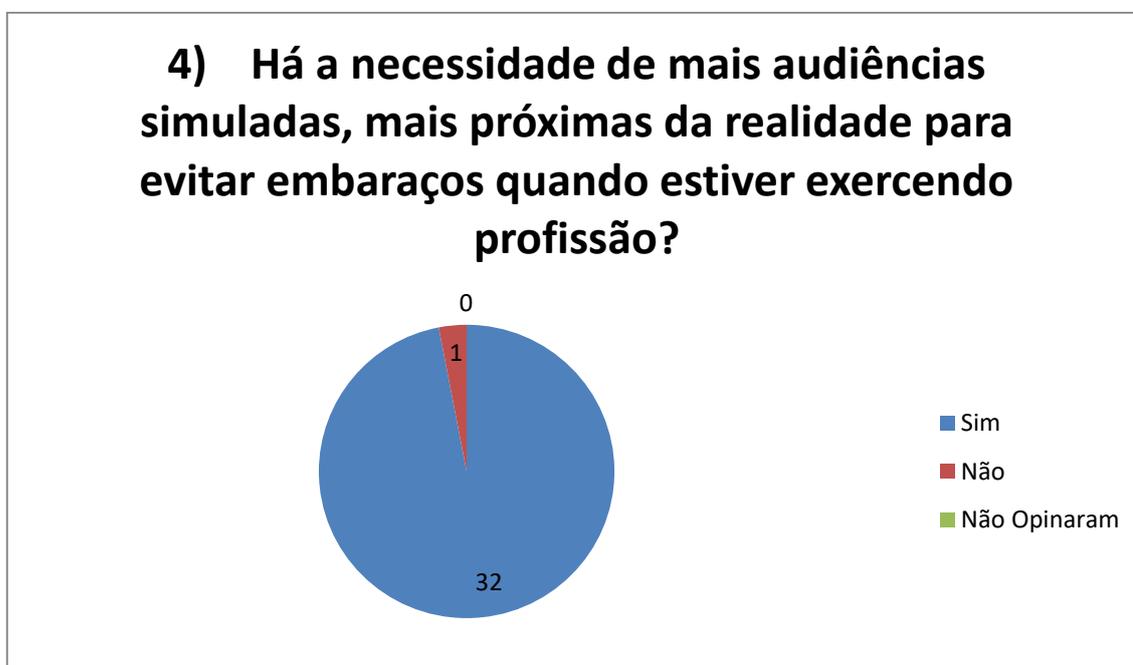
Fonte: Os autores, 2017.

Neste segundo gráfico, fica notório que apenas 12,12% dos discentes sentem-se confortáveis ao realizar avaliações e, que a maioria 87,87% afirmou não se sentirem confortáveis.



Fonte: Os autores, 2017.

Neste terceiro gráfico, quanto à pretensão dos alunos em exercer a advocacia, também ficaram divididas as respostas, onde 39,39% não pretendem advogar e, 48,48% pretendem advogar e, 12,12% não opinaram.



Fonte: Os autores, 2017.

Neste quarto gráfico, quanto à necessidade de mais audiências simuladas, quase que unânime responderam afirmativamente, ou seja, 96,96% dos alunos, apenas 3,03% responderam negativamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observado que existe uma grande discussão inclusive entre os professores, profissionais, e acadêmicos explanando que há a problemática no ensino jurídico, alegando um constante movimento do processo de ensino (o que nem sempre poderá ser visto como uma evolução). Os alunos têm aprendido que ao entrar na faculdade, que o Direito nunca para, é uma ciência social que todo dia muda, não sendo estática, mas sim dinâmica em constante evolução. Talvez isso justifique os intensos cursinhos que se estabeleceram para o chamado “exame da ordem” bem como as variadas aulas que se conhece hoje para especializações, profissionalização, busca por concursos públicos e etc. Após a pesquisa apresentada, pode se ter uma noção de tamanha descrença dos alunos na qualificação dos professores, isso mostra uma

grande falha existente no ensino tanto comum quanto jurídico, e o grande abismo que é passado nas faculdades, reunindo a questão da escolha profissional dos professores, não como seres humanos pensantes, capazes de transmitir conhecimento com eficácia aos alunos, mas sim como seres com títulos capazes de engrandecer o nome da Instituição perante a sociedade (que se fazem consumidores) e perante também aos institutos governamentais que regulamentam as Instituições de ensino como, por exemplo, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), tudo isso reunido com o avanço e a descrença no ensino pelos alunos, fazem a crise jurídica se estabelecer.

6 REFERÊNCIAS

CARRION, Eduardo Kroeff Machado. Crise do Direito e ensino jurídico. In: **Revista Jus Navigandi**, Teresina, 2000. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/43/crise-do-direito-e-ensino-juridico>>. Acesso em: 30 Out. 2017.

MARTINS, F. P. O positivismo como obstáculo à interdisciplinaridade no ensino jurídico. jun. 2005. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2116/O-Positivismo-como-obstaculo-a-interdisciplinaridade-no-ensino-juridico>>. Acesso em: 30 Nov. 2017.

PAIVA, Kely César Martins de et al. Competências profissionais e interdisciplinaridade no Direito: percepções de discentes de uma faculdade particular mineira. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 2, mai-ago. 2011, p. 355-373. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n2/v37n2a10.pdf>>. Acesso em: 31 Out. 2017.

QUITO, Karina. A crise no ensino jurídico. In: IBCCRIM: portal eletrônico de informações, 2008. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_editorial/222-186-Maio-2008>. Acesso em: 31 Out. 2017.

SOUZA, Lucas Freitas de; NEIVA, Delander da Silva; PEREIRA, Maria Luiza Homero. A influência do contexto histórico do ensino jurídico brasileiro na formação de profissionais acrítricos e o papel do educador. In: **Revista Jurídica On line**, 2013, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.atenas.edu.br/Faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAJUR12013/n1/3%20A%20INFLU%20ANCIA%20DO%20CONTEXTO%20HIST%20RICO%20DO%20ENSINO%20JUR%20BRASILEIRO%20NA%20FORMA%20ACR%20TICO%20S%20E%20O%20PAPEL%20DO%20EDUCADOR.PDF>>. Acesso em: 30 Out. 2017.

DIREITOS DA PERSONALIDADE

MIRANDA, Amanda Gomes Correia

VALERIANO, Fernanda Marchetti

LOURENCI, João Marcos Morais de

ALTOÉ, Larissa Deschievone

GAMES, Roany Feletti¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O direito civil é a parte do direito privado responsável por reger as relações familiares, patrimoniais e obrigacionais que acontecem entre os indivíduos que são membros de uma sociedade. A sociedade se transforma a cada dia, dessa forma o conceito de direito civil também passou por mudanças. Uma dessas alterações possui relação direta com a criação de novos modelos familiares, baseados não somente por vínculos biológico, como também, afetivos.

Para tal transformação foi preciso alterações no Código Civil. Dessa forma, no texto do Código Civil de 1916, a Lei 10.406/2002 dedicou um capítulo, o segundo do Livro I, com 10 artigos, em que discorre a respeito do conceito e estabelece a proteção dos direitos da personalidade. “A princípio cumpre asseverar que o estudo dos Direitos da Personalidade tem por base a evolução da pessoa que é considerado o valor-fonte de todos os demais valores, sendo o principal fundamento do ordenamento jurídico. ” (REALE, 2007)

O direito de personalidade é um tema de grande importância. Uma vez que através dele pode-se: a) expor a relação existente entre direitos de personalidade e o direito

¹ Graduandos do Curso de Direito da Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES;

²Professor Orientador. Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

à vida; b) dialogar sobre os princípios constitucionais e suas relações com os direitos de personalidade. Desse modo, o presente estudo tem por objetivo realizar uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, para explicitar a importância dos direitos de personalidade na vida de cada indivíduo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada no presente foi o método indutivo, auxiliada de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica como técnicas de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

O Código Civil Brasileiro começou a ter a sua vigência no dia 11 de janeiro de 2003, este é a Lei nº 10.406/02, tendo o elenco dos direitos da personalidade os artigos 11 a 21. Uma vez que podem ser relacionados aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988. Pode-se elencar também que, a dignidade da pessoa humana é uma cláusula geral de proteção e promoção da pessoa humana, não trazendo o Código Civil, como se disse, um rol taxativo de direitos da personalidade.

Os Direitos da Personalidade se dispõem em dois níveis, na Constituição Federal (1988) e no Código Civil (2002), neste último se expressa de forma mais específica. A honra, a boa fama, o respeito da pessoa não deve ser atingido, e se afetada tem valor indenizatório. A imagem da pessoa é uma projeção do direito de personalidade, ninguém tem direito de usar a imagem de outra pessoa sem permissão, e seu uso indevido pode acarretar consequências indesejadas para a pessoa física, como abuso e constrangimento.

É inquestionável direito da pessoa, posto que respeitante à personalidade, em não ter divulgada a sua imagem, tenha ou não a divulgação fins lucrativos. Caso em que a autora, em logradouro público, se viu enredada em cena de cunho constrangedor e que, posta solicitada, desautorizou fosse reproduzida em programa de televisão, o que, no entanto, não impediu a emissora de fazê-lo, o que, segundo alega, causou-lhes situações embaraçosas e consequências negativas para o meio social em que vive. TJRJ - 10ª Câm. Cível; Ac nº 987 /2000-RJ; Rel. Des. Jayro dos Santos Ferreira; j. 4-4-2000; v.u.).

De acordo com Conrado (2017), os direitos de personalidade são definidos como aqueles que têm por objeto os atributos físicos, psíquicos e morais do indivíduo em si. A diferença entre eles e o direitos fundamentais é que, os direitos fundamentais são os que se referem a liberdade, igualdade e fraternidade e que estão positivados na Constituição Federal. Já os direitos de personalidade os direitos reconhecidos à pessoa humana, em suas projeções na sociedade, previstos no ordenamento jurídico exatamente para a defesa de valores inatos ao homem.

Os direitos da personalidade são considerados imprescindíveis e essenciais por funcionarem como conteúdo mínimo da personalidade humana pode ser definido como uma categoria especial de direitos subjetivos que, fundados na dignidade humana, garantem o gozo e o respeito ao seu próprio ser, em todas as suas manifestações espirituais e físicas. (BELTRÃO, 2005, p. 25)

Sendo assim, de acordo com Bittar (1995) os direitos da personalidade são reconhecidos à pessoa humana tomada em si mesma e em suas projeções na sociedade, já que estão previstos no ordenamento jurídico para defesa de valores inatos do homem, como a vida, a intimidade, a honra e tantos outros. Segundo Gagliano e Pamplona, “Os direitos da personalidade são: absolutos; gerais; extrapatrimoniais; indisponíveis; irrenunciáveis; imprescritíveis; impenhoráveis e vitalícios” (GAGLIANO, PAMPOLHA, 2017, p. 206)

Os direitos da personalidade são absolutos, pois dão ao seu titular o direito ao respeito. Para César Fiuza (2006, p. 173), são absolutos por que “o titular do direito poderá exigir de toda a comunidade que o respeite”. Ou seja, seu titular pode protegê-lo de quem quer que seja. Dirigido ao Estado e às demais pessoas, exige-se um dever de abstenção desses atores no que se refere à interferência indevida na existência e na vida alheia:

Nesse sentido, temos como segunda característica o fato de tal direito ser geral e essencial. Esse caráter, correlato aos direitos da personalidade, se dá em face de atingirem todas as pessoas e, por serem direitos originários que nascem com a própria pessoa e tomam lugar próprio no sistema jurídico. (SILVA, 2008, p.26)

Deste modo, de acordo com Silva (2008) é relevante afirmar que os direitos que dão conteúdo à personalidade são imprescindíveis na medida em que sem eles a pessoa não existiria como tal. Ou seja, são essencialmente fundamentais, pois sem os quais

a personalidade estaria privada de todo o seu valor concreto e não restaria completamente realizada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os direitos da personalidade são relativamente indisponíveis. Nessa linha de pensamento, os direitos da personalidade não são, sempre, indisponíveis. César Fiuza (2006) fala em indisponibilidade no sentido de que os direitos da personalidade não podem ser transferidos a terceiros. No entanto, assevera que alguns direitos são disponíveis, tais como “os autorais, os direitos à imagem, ao corpo, aos órgãos, por meio de contratos de concessão, de licença ou de doação”. Além disso, seriam extrapatrimoniais, por não comportarem avaliação econômica. Para Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenthal:

É certo e incontroverso que a honra, a privacidade e demais bens jurídicos dos personalíssimos de uma pessoa não comportam avaliação pecuniária. Não são susceptíveis de aferição monetária. Entretanto, uma vez violados tais bens jurídicos, independentemente de causar prejuízo material, surge a necessidade de reparação do dano moral caracterizado, como forma de diminuir o prejuízo da vítima e sancionar o lesante, inclusive com o caráter educativo (preventivo) de impedir novos atentados (FARIAS; ROSENVALD, 2005, p. 106-107).

Os direitos da personalidade são imprescindíveis à existência do ser, de tal sorte, que ao nascerem com a pessoa, indissociáveis dela se tornam e a acompanham por toda a sua existência. Além de serem irrenunciáveis devido à impossibilidade de serem eliminados pela vontade de seu titular. Desse modo, não pode o ser humano dispor a sua vida, sua imagem e sua intimidade.

A indisponibilidade seria apenas uma expressão genérica dos direitos da personalidade, pois abarca tanto a intransmissibilidade quanto a irrenunciabilidade, explicam Gagliano e Pamplona Filho (2002). Já segundo Gonçalves (2007), a intransmissibilidade e a irrenunciabilidade acarretam a indisponibilidade dos direitos da personalidade pelo fato de que seus titulares não podem deles dispor, nem transmitir a terceiros e, sequer renunciá-los. É importante ressaltar que, os direitos da personalidade estão restritamente interligados com várias situações práticas vivenciadas pelos sujeitos portadores de direito no exercício de seus mais variados direitos no seio da sociedade.

Dessa forma, direitos de personalidade se configuram como essenciais. Uma vez que tem por objetivo garantir condições fundamentais da vida da pessoa e o desenvolvimento físico e moral de sua existência. Preceitos que funcionam como o conteúdo mínimo necessário e imprescindível da personalidade e da dignidade humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da seguinte pesquisa pode-se afirmar a grande relevância dos direitos de personalidade. Os direitos de personalidade estão imensamente presentes no dia-a-dia. Percebe-se que a personalidade cada vez mais se firma como valor, pelo fato de estar próxima ao conceito de dignidade humana. A personalidade é, portanto, um direito essencial valorado como princípio, uma vez que a lista de valores a ela ligados constitui bens jurídicos fundamentais ao desenvolvimento da dignidade da pessoa humana.

6 REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Sílvio Romero Beltrão. **Direitos da Personalidade – De Acordo com o Novo Código Civil**. São Paulo: Atlas, 2005.

BITTAR, Carlos Alberto; BITTAR FILHO, Carlos Alberto. **Direito Civil Constitucional**. 3 ed., rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 18 nov. 2017.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 18 nov. 2017.

CONRADO, Gustavo. Uma análise teórica e prática dos direitos de personalidade e seu impacto na sociedade. In: **Revista Jus Navigandi**, Teresina, out. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/61308/uma-analise-teorica-e-pratica-dos-direitos-de-personalidade-e-seu-impacto-na-sociedade>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Parte Geral e LINDB**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2005

FIUZA, César. **Direito civil (curso completo)**. 10 ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de Direito Civil: Parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2002.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: Parte geral**. v. 1. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

HALL, Calvin S.; LINDZEY, Gardner; CAMPBELL, John B. **Teorias da Personalidade**. 4 ed. São Paulo: Editora Artmed, 2000.

OLIVEIRA, N. M.; ESPINDOLA, C. R. **Trabalhos acadêmicos: recomendações práticas**. São Paulo: CEETPS, 2003.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia científica: abordagem teórico-prática**. 10. ed., rev. e atual. Campinas: Papyrus, 2004.

REALE, Miguel, **Os Direitos da Personalidade**. Disponível em: <<http://www.miguelreale.com.br>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

SILVA, Aida Sumaré da. **Direitos Da Personalidade – direito à identidade: a autonomia jurídica sobre o direito ao nome, sob o viés constitucional civilista**. 82f. Monografia (Bacharel em Direito) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2008. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/Direitos_da_personalidade.pdf>. Acesso em 18 nov. 2017.

ENTRE O IDEAL E A REALIDADE: A RESSOCIALIZAÇÃO DA PENA À LUZ DA APAC

LEITE, Amanda Oggione¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo a compreensão do desenvolvimento progressivo do Direito Penal referente ao seu contexto histórico junto às suas teorias, bem como o de ressaltar os benefícios de uma correta aplicação das penas na utilização de um modelo de Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), pautado em uma política mais humanizada de trabalho e estudo, que garante a redução de reincidência criminal, inserindo o reeducando ao convívio social de maneira digna, e por consequência, gerando menos gasto ao Estado no tocante a manutenção dos presídios.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa desenvolvida sob o método indutivo, auxiliada de revisão bibliográfica e de pesquisa de literatura como técnicas de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

Disciplinado por normas e princípios, o Direito Penal, se caracteriza como uma ferramenta essencial para manutenção da convivência em sociedade. São regidos pelos preceitos primários e secundários. “Norma primária é a que cuida do âmbito do proibido (quais condutas são proibidas, quais são determinadas); norma secundária é a que norteia o castigo (a sanção)” (GOMES, 2006).

¹Graduanda em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF - Linha de Pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos. Mestre em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

A pena é uma sanção imposta ao condenado pelo Estado quando da prática da conduta descrita na lei como crime, mas que tem como finalidade principal a sua readaptação social e a prevenção de novas práticas ilegais por se sentirem intimidados. (CAPEZ; BONFIM, 2004). Diante disso, o objetivo dessa pesquisa é salientar os benefícios de atuação e os métodos utilizados pelas APAC's, tal como a importância de um sistema que garanta a real finalidade da pena - a ressocialização - dentro de um sistema de proteção ao condenado, visando o trabalho, a valorização da pessoa humana, a confiança, o respeito e o estudo como medida de reconstrução social.

No site da APAC-Itaúna (www.apacitauna.com.br), em 2009, foi estatisticamente comprovado que no sistema carcerário de execução penal comum, o índice de reincidência é cerca de 85%, quando no sistema *apaqueano*, esse número equivale a 8,62%, resultado 80% maior em eficácia contra a reincidência. (VELOSO *et al*, 2016).

Mário Ottoboni, fundador da APAC, diz que o método *apaqueano* é uma forma de proteção à sociedade, visto que através desse mecanismo, devolve ao convívio da população homens transformados, capazes de respeitá-la. Segundo ele, trata-se de uma metodologia que se difere totalmente do sistema penal que não executa com sua principal finalidade de preparar o apenado para o retorno do convívio pacífico com a coletividade. O princípio básico é a valorização do reeducando. É um auxiliador da justiça que visa o bem comum. (OTTOBONI, 2001)

Cabe ressaltar, que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), se pronunciou sobre visão da APAC, que considera os presos como seres humanos recuperáveis, a partir de um tratamento apropriado, com assistência no âmbito moral, religioso e profissional, seguidos pelos princípios de tratamento individual com atuação da família e da própria sociedade no processo de ressocialização, diminuindo a diferença entre a vida livre e a vida na prisão. (BRASIL, 2002)

Destaca-se, que a realidade vivida dentro dos presídios interfere diretamente na vida do apenado em seu retorno ao corpo social, mas que havendo capacitação de mão de obra atenua-se o problema principal, tal como os gastos do Estado na manutenção dos presídios.

Desse modo, a presente pesquisa irá abordar a evolução e o desenvolvimento do Direito Penal, seu contexto histórico, bem como sua finalidade, fragmentando suas teorias e funções desde os tempos primitivos, explanando seus conceitos e características. Após pretende-se enfatizar a importância da realidade jurídico-social na aplicação da punição dentro de um método capaz de cumprir a tríplice função da pena, busca-se explicar os doze elementos essenciais para a composição e efetivação da APAC, salientando que esse é um mecanismo plenamente capaz junto a alternativas de recuperação ao condenado.

Concernente a real função da pena, esta deve ser analisada dentro do Direito Penal - local onde se estabelece a aplicação das mesmas-. Capez e Bonfim (2004, p. 632), entendem a pena como:

[...] a sanção penal de caráter aflitivo, imposta pelo Estado, em execução de uma sentença, ao culpado pela prática de uma infração penal, consistente na restrição ou privação de um bem-jurídico, cuja finalidade é aplicar retribuição punitiva ao delinquente, promover a sua readaptação social e prevenir novas transgressões pela intimidação dirigida à coletividade (CAPEZ; BONFIM, 2004, p. 632)

Diante disso, destacam-se as suas principais finalidades: retribuir, reeducar e reinserir o apenado na volta à vida na sociedade, que está diretamente ligada à teoria retributiva da pena. Contudo, é através da prevenção especial positiva que o Direito Penal junto ao Estado evitaria novos crimes através da ressocialização do delinquente, nessa percepção, aplica-se o castigo não como o mal retribuído, mas com o fim de impedir a reincidência e auxiliar na reinserção do apenado na sociedade.

A teoria de prevenção especial positiva, enxerga que a ressocialização abrange desde o criminoso, até a sociedade que por hora foi afetada. O delinquente, diante de um tratamento humanizado e de educação, volta ao corpo social não mais com sua dignidade afetada pelo delito cometido, mas com um novo pensamento e postura diante da falta que cometeu, com condições humanas e iguais diante da população, e em contrapartida, a sociedade observa a redução dos índices de criminalidade e reincidência (MUNHOZ; CONDE; HASSEMER, 2008).

Existem mecanismos e institutos previstos na Lei de Execução Penal que tem o escopo de garantir o início da reinserção. A remissão de pena adquirida através de estudo e/ou trabalho, dentro e fora das prisões, é um desses exemplos, onde o reeducando passa a ter contato com os valores que dignificam o homem e trazem consigo uma expectativa de regresso diferente e de trabalho justo fora do cárcere.

A pena, em sua finalidade reeducadora, bem como na função de reinserir o apenado de volta à sociedade, entra em conflito junto à inefetividade da Lei de Execução Penal, porém, a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), traz consigo um pensamento de mudança e esperança através de um novo método capaz de exercer a execução penal de forma humanizada trabalhando com a valorização do apenado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ottoboni (2001) faz uma comparação do sistema penitenciário e o método APAC, onde em sua concepção, o primeiro “mata” o homem e o delinquente que existe nele, mata-se por completo pelas condições e estruturas encontradas, já o segundo, sustenta-se em “matar o criminoso e salvar o homem”, trazendo-o de volta com novas ideologias, pensamentos e comportamentos modificados.

A promoção humana, segundo a filosofia APAC, dá-se pela confiança, pelo respeito, pela solidariedade interna e externa. O condenado se sente acolhido pela sociedade e aprende a acolher. Constroem-se paradigmas novos na relação interpessoal e social (OTTOBONI, 2001, p.19).

Dentro da APAC vigoram 12 elementos fundamentais para o real funcionamento deste método. Fundamentam-se na participação da comunidade dentro desse sistema, onde a sociedade acompanha-os de perto para romper as barreiras do preconceito e ajuda no próprio serviço; no auxílio mútuo entre os recuperandos, onde um ajuda o outro agindo com disciplina e ordem, assim reaprendendo a viver em sociedade; fundamentam-se no trabalho, onde através de cursos profissionalizantes aprendem uma nova profissão e que traz consigo a esperança de mudança de vida com o término de sua pena; na assistência jurídica, tendo o reeducando direito a assistência gratuita de um advogado, que lhe auxiliará em todos os seus benefícios; na religião,

na ajuda oferecida por esta; assistência à saúde, tanto física, odontológica, quanto psicológica; na valorização humana, que é a base da Associação, firmados na reformulação da autoimagem do homem que errou tratando-os com dignidade. Outro elemento imprescindível é a presença da família, onde o recuperando conta com este apoio dentro do processo de “reconstrução mental”; temos ainda o voluntariado e o curso para sua formação, onde ganham um casal de padrinhos para apoiá-los; outro elemento fundamental é o Centro de Reintegração Social (CRS) e o Mérito do reeducando; e por fim, como último elemento, a jornada de libertação com Cristo.

Diante dessa humanização do ambiente prisional, afirma a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) que reduz a 30% a reincidência criminal quando passam por um sistema *apaqueano*. Roberto Donizetti, gerente do sistema da FBAC, em uma pesquisa constatou que a não reincidência criminal em média é de 70%, chegando a um percentual de até 98% em algumas APACs. Afirmou ainda que no Brasil, não chega a 10% a reincidência no crime quando a execução é feita nas Associações de Proteção e Assistência ao Condenado.

5 CONCLUSÃO

Contudo, é evidente que o sistema *apaqueano* traz uma diferença substancial e um benefício vultoso para todos que participam dessa Associação, uma vez que promove a humanização das prisões, agindo em conformidade legal e obtendo assim a tríplice finalidade da pena: retribuir, reeducar e reinserir o apenado quando voltar ao corpo social.

Sendo assim, a APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado), desempenha um papel de auxiliadora da Justiça e da própria comunidade, tendo como principal objetivo a valorização da pessoa humana, obtendo dessa forma os resultados almejados. Como destaca Ottoboni (2001), “Não existem condenados irre recuperáveis, mas tão somente, os que não receberam tratamento adequado”.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84625-apac-metodo-de-ressocializacao-de-presos-reduz-reincidencia-ao-crime>>. Acesso em 05 nov. 2017.

_____. **Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm>. Acessado em: 24 set. 2017.

CAPEZ, Fernando; BONFIM, Edilson Mougnot. **Direito Penal: Parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2004.

HASSEMER, Winfried; CONDE, Francisco Muñoz. **Introdução à criminologia**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

OTTOBONI, Mário. **Ninguém é irrecuperável: APAC: a revolução do sistema penitenciário**. São Paulo: Cidade Nova, 2001.

POLUIÇÃO, DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E O DIREITO

ALVES, Andrea da Silva Longue
MONTOVANI, Cláudio José
LOYOLA, Daniele Delfino
OBOLARI, Filipe Lopes
ANDRADE, Yasmim Betini¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo mantinha-se o paradigma que os recursos naturais eram infinitos e os homens poderiam utilizá-los por ser tratar de bens livres e de acesso irrestrito. Até a Revolução Industrial, tais recursos conseguiam manter sua capacidade de autorregeneração. Com a evolução da atividade econômica, principalmente o da indústria, ocorre o aceleração do processo de degradação do meio ambiente de forma excessiva contribuindo e muito com a escassez desses recursos.

Porém, é neste período que a degradação do meio ambiente, desinente do desmatamento, da poluição e de aspectos sociais, levou o homem buscar um modelo de desenvolvimento econômico sustentável. O papel do Estado, das empresas e da sociedade é fundamental nesse desenvolvimento na organização de diretrizes e instrumentos que deem possibilidade de apropriar das reservas naturais sempre com vistas à proteção e manutenção do equilíbrio ecológico.

2 MATERIAL E METODOLOGIA

A metodologia empregada no presente artigo foi o método introdutivo, auxiliada de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica como técnicas de pesquisa.

¹Graduando do 6º período em Direito na Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

3 DESENVOLVIMENTO

Em todas as eras se tem notícia de que o ser humano usufruiu da terra e seus recursos para sobreviver. No entanto, percebe-se que ao longo do tempo os indivíduos não mais se contentaram com o que já os sustentava e se impulsionaram a satisfazer uma pseudonecessidade de consumir o dobro, estopim de uma poluição e degradação ambiental que só foi notada a longo prazo.

De todos os eventos históricos que poderiam marcar essa drástica mudança de comportamento humano, pode-se destacar a Revolução industrial iniciada no século XVIII. Foi a partir desta, que o consumismo exacerbado se expressou como consequência do surgimento de máquinas que produziam em massa e motivavam essa vontade de se ter mais do que o suficiente, com os danos notados mais de um século depois.

[...] o principal marco histórico para a intensificação da alteração do meio natural pelas sociedades a emergência da Revolução Industrial e suas posteriores transformações. Com a industrialização, ampliou-se o consumo e a pressão sobre os recursos naturais renováveis e não renováveis, como o solo, as florestas, os minérios e os recursos hídricos (PENA, s.d., s.p.).

Além da exploração descontrolada, acelerada e mal planejada dos recursos naturais, as indústrias contemporâneas são indicadas como principais emissores de gases poluentes, o que aumenta a concentração de CO₂ na atmosfera, contribuindo com o aquecimento global. E muito embora já se tenha a intervenção do Direito, com regulamentação de leis que limitam as emissões de poluentes por parte das indústrias, ainda não foi alcançado o equilíbrio entre a produção e a conservação ambiental, algo difícil quando se pensa que a cultura da sociedade atual é altamente consumista e dependente das indústrias.

Considerando o cenário econômico e social atual, faz-se relevante a observação do fenômeno social do Multiculturalismo, que consiste na convivência pacífica de várias culturas num mesmo ambiente, o qual está estritamente ligado ao fenômeno da globalização, formando uma rede de conexões que deixam distâncias cada vez mais curtas, permitindo, com isso, uma relação cultural e econômica mais rápida e eficiente.

Diante do conceito acima citado, considerando ainda o contexto ambiental vigente, a globalização trouxe a ampliação do consumo, exigindo a diversificação e a produção de bens em volume cada vez maior, com a conseqüente pressão sobre recursos naturais renováveis e não renováveis, produzindo o aumento dos impactos ambientais, diversos tipos de poluição e o crescente acúmulo de lixo. Essas alterações causadas ainda podem trazer um impacto bem mais profundo, como a intensificação do efeito estufa e o avanço do Aquecimento Global.

Com a intensificação dos problemas ambientais, despertou-se a necessidade de uma conscientização ecológica em escala global, o que só é possível graças ao avanço da globalização, que possui, por outro lado, aspectos de cunho positivo. O conceito de desenvolvimento sustentável foi criado na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o qual foi introduzido na Agenda 21, que se trata de um plano de ações e metas com várias recomendações, e foi anexado as agendas internacionais para a sua promoção. "É aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades" (MIRANDA, 2014, s.p.).

Uma das principais conferências sobre o meio ambiente com o objetivo de controlar os potenciais poluidores foi a Conferência de Kyoto (1997). O Protocolo de Kyoto é um tratado internacional que possui como objetivo fazer com que países desenvolvidos, como os EUA e a China, assumissem o compromisso de reduzir a emissão de gases que agravam o efeito estufa, para aliviar os impactos causados pelo aquecimento global. Em 1992 foi realizado a ECO 92, decidindo que os países deveriam se responsabilizar pela conservação do clima. Porém, os EUA, um dos países mais ricos e o segundo país que mais emite carbono, negou-se a ratificar o protocolo.

Um dos fatores que pressionam os EUA a não assinarem o Protocolo é a enorme pressão política exercida pelo setor industrial desse país, formado por poderosas empresas, que receiam perder lucros, pois todas as ações sugerem que elas devem substituir as atuais fontes de energia, altamente poluidoras, por outras, mais limpas (MIRANDA, 2014, s.p.).

O meio ambiente ecologicamente equilibrado, no Brasil, é uma prerrogativa constitucional expressa no art. 225, caput, da Constituição Federal de 1988, sendo

que esse equilíbrio proporciona a qualidade de vida digna para o ser humano que essencialmente depende de forma contínua e ininterrupta dos recursos naturais oriundos da natureza. Os recursos naturais são representados pelo ar, pela água, o solo e tudo aquilo que é necessário para a sobrevivência do homem no planeta.

Baseado em um conjunto de normas e padrões considerados como adequados é que se avalia a qualidade ambiental levando em consideração valores e referências preestabelecidos como parâmetro para o processo de controle ambiental. Constituem os recursos ambientais o ar atmosférico, as águas superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora (art. 3º, V, da Lei n. 6.938/81). A poluição ambiental por sua vez, na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente é conceituada como:

A degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos (Art.3º, III, da Lei nº. 6.938/81).

Destarte, a definição de poluição e degradação da qualidade ambiental, de acordo com a lei 6.938/81, em seu art. 3º, inciso II: é toda alteração adversa das características dos recursos ambientais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do cenário histórico apresentado, o homem em sua essência é depredador, sendo capaz de desconsiderar o direito das gerações futuras, em razão de ambições financeiras e de poder, comprometendo até a manutenção do próprio sistema capitalista, dependente de recursos naturais.

Considerando isso, nações se mobilizam para a conscientização dos potenciais poluidores para mudança de comportamento. Um trabalho árduo que visa a implantação de uma nova cultura: a de preservação, viabilizada por um processo de educação ambiental, que torna-se um grande desafio.

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade **constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências** voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Assim, tem-se Desenvolvimento Econômico *versus* Desenvolvimento Sustentável. A principal resistência está nas alterações necessárias no modelo e processo de produção. Geralmente o processo de transição é oneroso, pois demanda a implantação de tecnologias mais limpas além de Sistemas de Gestão Ambiental, despesas que anteriormente não eram contabilizadas, mas que, na verdade, mais que adequações para a sustentabilidade são investimentos para todos os envolvidos, mesmo que em longo prazo.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu pela primeira vez, com o nome de ecodesenvolvimento, no início da década de 70. Foi uma resposta à polarização, exacerbada pela publicação do relatório do Clube de Roma, que opunha partidário de duas visões sobre as relações entre crescimento econômico e meio ambiente: de um lado, aqueles, genericamente classificados de possibilistas culturais (ou 'tecnocêntricos' radicais), para os quais os limites ambientais ao crescimento econômico são mais que relativos diante da capacidade inventiva da humanidade, considerando o processo de crescimento econômico como uma força positiva capaz de eliminar por si só as disparidades sociais, com um custo ecológico tão inevitável quanto irrelevante diante dos benefícios obtidos; de outro lado, aqueles outros, deterministas geográficos (ou 'egocêntricos' radicais), para os quais o meio ambiente apresenta limites absolutos ao crescimento econômico, sendo que a humanidade estaria próxima da catástrofe. Mantidas as taxas observadas de expansão de recursos naturais (esgotamento) e de utilização da capacidade de assimilação do meio (poluição) (ROMEIRO, 2010, p. 2).

É nesse ponto que o Direito faz interferência, buscando impor pontos de equilíbrio no conflito, através de legislações que preveem uma série de ferramentas regulatórias das atividades econômicas. No Brasil, a Constituição Federal, em seu artigo 225, apresenta o meio ambiente como sendo um bem coletivo de responsabilidade de todos, impondo limitações genéricas às atividades econômicas e prevendo sanções penais e administrativas aos infratores, bem como designa ao Estado, dentre outros atributos, a tutela de controle e educação ambiental. Nesse sentido, pontuam Lustosa, Cánepa e Young:

[...] a política ambiental é necessária para induzir os agentes econômicos a adotarem postura e procedimentos menos agressivos ao meio ambiente, ou seja, reduzir a quantidade de poluentes lançados no ambiente e minimizar a depleção dos recursos naturais". (LUSTOSA; CÁNÉPA; YOUNG; 2010, p.164).

Visando a ampliação do espectro de proteção ambiental, outras ferramentas legislativas surgiram no Brasil, tais como: a Política Nacional do Meio Ambiente; a Política Nacional dos Recursos Hídricos; a Política Nacional dos Resíduos Sólidos; o Código Florestal Brasileiro, dentre outras. Tais legislações são exemplos de formas de controle e gestão ambientais, obedecendo ao que prevê o artigo 170, VI, da Constituição Federal um tratamento diferenciado aos potenciais poluidores, ou seja, requisitos para a liberação de empreendimentos que causem passivos ambientais, através de regras definidas e instituídas pela Resolução CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) 237/97. “Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” (BRASIL, 1988).

Assim, percebe-se a grande preocupação do Direito em trabalhar as questões ambientais. Sendo interessante notar que, apesar do Direito ser matéria que se relaciona de forma direta com a cultura de determinado lugar, limitando-se a um território específico, conforme art. 7º do decreto-lei 4.657/42, uma vez que cada nação possui particularidades sociais, morais e culturais próprias, são universais a conceituação e o entendimento de preservação. Isso se dá, pois, os efeitos da poluição não são apenas locais, demandando ações mútuas para mitigação do problema, conforme BORTOLI:

Muitos dos problemas ambientais são problemas globais: o desgaste da camada de ozônio, o aumento do efeito estufa, a perda de biodiversidade. Estas são apenas algumas questões que demonstram o âmago dos conflitos sobre a sustentabilidade, que é a dificuldade de preservar e expandir as liberdades desfrutadas pelas pessoas/sociedade atualmente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de desfrutarem de liberdade semelhante (BORTOLI, 2007, s.p.).

Assim sendo, fica evidente a necessidade de conscientização efetiva dos empreendedores, agindo com responsabilidade socioambiental, mas também da sociedade em exigir produtos com selos de produção sustentável, tais como os da série ISO 14.000, cada vez mais em alta como marketing mercadológico. É uma mudança cultural em favor do hoje e do amanhã.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dever de preservação do meio ambiente é de todos. Tanto é, que a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 225, caput, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Uma das formas de proteção seria o que é chamado de Princípio do Poluidor-Pagador. Instrumento importante na orientação da preservação de aspecto preventivo, em que procura dificultar a conduta danosa a ser praticada pelo “potencial” poluidor, atuando também na repressão por meio da responsabilização administrativa e judicial do mesmo para reparação do dano.

É de fundamental importância que tanto o Estado, as empresas e a sociedade participem e conscientizem-se ecologicamente na preservação do meio ambiente e seus recursos naturais tanto para a atual como as futuras gerações.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 07 nov. 2017.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 13 nov. 2017.

BORTOLI, Andrey De. Sociedade, Globalização, Riscos Ambientais Globais e Desenvolvimento Sustentável. *In: Boletim Jurídico*, Uberaba, a. 5, n. 254. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1889>> Acesso em: 12nov.2017.

LUSTOSA, M. C. J.; CÁNEPA, E. M.; YOUNG, C. E. F. Política ambiental. *In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MIRANDA, Ângelo Tiago de. Desenvolvimento Sustentável: Conferências da ONU. *In: Uol*: portal eletrônico de informações, 06 jan. 2014. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/desenvolvimento-sustentavel-3-conferencias-da-onu.htm>> Acesso em 08 nov. 2017.

ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. *In: MAY, Peter (org.). Economia do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

ABORTO: UMA REFLEXÃO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

SEVERINO, Barbara
ALMEIDA, Yasmin Leal de
SANTANA, Beatriz Santos¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de um importante assunto com a temática aborto. Com índices altos de abortos clandestinos no Brasil o grupo se sentiu com imenso desejo de falar sobre esse problema, que gera muitas discussões e repercussões na sociedade e nas altas cortes do Brasil. Existem alguns tipos de aborto e entre os mais comuns estão: o Aborto espontâneo, aborto acidental e aborto induzido. Segundo a organização mundial da saúde, a cada dois dias, uma mulher morre no país vítima de aborto clandestino. Será abordado conceito, pesquisas, dados estatísticos e irá se basear na lei com apoio do Vade Mécum, Código Penal e Código Civil.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A palavra aborto tem origem latina e é empregada as mulheres que cometem ou sofrem um aborto espontâneo ou aborto clandestino. Ao decorrer será observado dados estatísticos, incluindo pesquisas no Brasil, ao longo da elaboração do presente trabalho a metodologia empregada no presente foi o método indutivo, auxiliada de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica como técnica de pesquisa e se desenvolveu por caminhos discussões entre o grupo e pesquisas por sites e leis como a do código penal que está explícito que cometer aborto proposital é crime. Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque: (Vide ADPF 54) Pena – detenção, de um a três anos. É convicto que a constituição da república federativa do Brasil é suprema e está em primeiro lugar na pirâmide de Kelsen e ela

¹ Graduandos do Curso de Direito da Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES.

² Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

traz em seu Art. 5º da constituição de 1988 a garantia de todos o Direito a vida, o código civil de 2002 adota em seu Art. 2º a compreensão da teoria fatalista, mas coloca a salvo desde a concepção os Direito do nascituro. Contudo estes artigos foram utilizados como referência para os pensamentos e discussões do grupo para elaboração do conteúdo no trabalho a seguir e para a apresentação da 2º amostra científica da faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim.

3 DESENVOLVIMENTO

O aborto para fins medicinais é conceituado como a interrupção da gravidez até a 20ª semana de gestação, no meio jurídico o aborto é reconhecido em qualquer momento da gestação. O caso em tela emanado de maneira induzida é entendido como crime deste os tempos antigos, e passou a ser positivado pelo código penal de 1940. Atualmente o aborto é considerado crime no Brasil levantando imensa polêmica, e intermináveis discussões sobre o tema.

Criminalização do aborto está prevista nos artigos 124,125, 126 do código penal. O artigo 124 do Código Penal é concernente a aprovação da gestante para que se possa consumir o aborto, sendo tratado como crime quando a gestante comete o aborto ou permite que outras pessoas o efetue, podendo ser aplicada pena de 1 (um) a 3 (três) anos. O artigo 125 discorre acerca de terceiros provocar o aborto na gestante sem que ela permita, e poderá receber pena de 3 (três) a 10 (dez). O aborto emanado com a permissão da gestante não muito diferente do artigo 124 também está previsto no artigo 126, não obstante a pena aplicada para este ato pode ser de 1 (um) a 4 (quatro) anos de detenção. (NUCCI, 2008)

Entretanto, o código penal também prevê esta pratica como licita sendo obtida de maneira legal, onde prevê em seu artigo 128, que é permitido o aborto realizado por médicos, este mesmo artigo se divide em:

- Aborto necessário: quando já obteve inúmeras tentativas e o único meio de proteger e salvar a mãe é a retirada do feto;
- Aborto quando a gravidez provém de estupro: pode se realizar o procedimento para a retirada do feto se a gestante autorizar ou se for incapaz pelo seu representante. (NUCCI, 2008)

Contudo, concernente ao que está positivado no código penal, que considera aborto como crime, aumenta diuturnamente fervoras discussões no que tange ao tema aborto, devido ao grande índice de mulheres que vem a óbito, pelo fato de adquirir gravidez indesejada e por via de consequência realizam aborto voluntariamente e de maneira indevida, sendo constatado com maior número em mulheres de classe baixa, que asseveram não ter acesso a métodos contraceptivos, informações indispensáveis ao manuseios desses métodos, e não adquirir condições financeiras de efetuar de forma legal em clinica medica. Por este fato são inúmeras as polemicas no que concerne descriminalizar ou não o aborto.

As discussões pautadas nas mais altas cortes Brasil são intermináveis, na última quarta-feira dia 8 (oito) foi realizada uma sessão na câmara dos deputados no congresso nacional, onde aprovaram a PEC 181/15 concernente aos casos de estupro e uma possível gravidez indesejada, a PEC propõe que o aborto também será criminalizado nesses casos, alterando o que está posto no artigo 128 do código penal em seu inciso segundo.

Mais uma polêmica levantada pela sociedade concernente a um retrocesso na legislação brasileira. A frente feminista de esquerda de São Paulo e a frente contra a criminalização das mulheres pela legação do aborto, do Rio de Janeiro levantam debates e demostram revolta contra 18 (dezoito) votos masculinos que aprovaram a PEC 181/15 alegando retrocesso a legislação vigente e desrespeito aos direitos das mulheres de efetuarem de forma legalizada o aborto, fruto de uma gravides tão indesejada quanto no caso do estupro. Esses dois grupos já se organizam para manifestação contra este ato na segunda dia 13 (treze). A Psicóloga Rosângela Talib demonstrou revolta em uma entrevista à radio Brasil atual afirmando que 18 (dezoito) deputados homens não poderiam de forma alguma decidir o que as mulheres podem fazer com o próprio corpo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O caso em tela analisado constata-se grande necessidade de implantação de políticas públicas eficazes onde se possa diminuir consideravelmente o número de óbitos realizados por aborto clandestinamente por mulheres mais precisamente pobres,

estima-se aproximadamente cerca de 1(um) milhão de mulheres morrem por ano no Brasil em decorrência do aborto induzido a maioria delas tem em média 15 a 19 anos.

Figura 1. Estimativa de aborto realizado no Brasil durante um ano.



Fonte: (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAUDE)

Pesquisas comprovam que aproximadamente 16.733 mulheres procuraram em 2016 o sistema único de saúde (SUS) para realizar procedimento de curetagem, ou seja, há cada uma hora duas mulheres em média comentem o aborto.

Tabela – 1 Numero de aborto realizado por região no Brasil

Região	Numero	Porcentagem
Norte	108.000	10,10%
Nordeste	419.000	39,20%
Centro-Oeste	55.000	5,10%
Sudeste	412.000	38,50%
Sul	74.000	6,90%

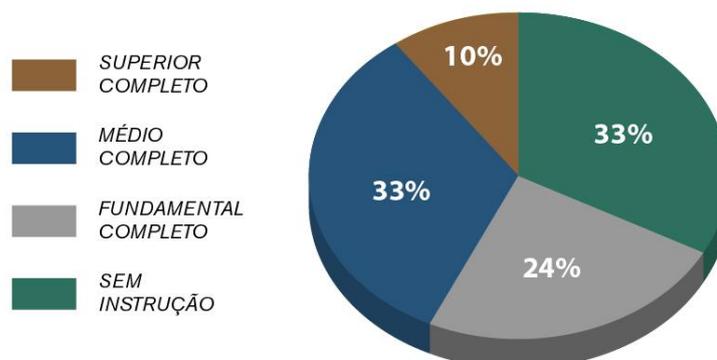
Fonte: (IBGE, SIDRA)

Devido à falta de políticas públicas eficazes, o número do aborto é mais elevado principalmente em áreas com mulheres que não recebem instrução suficiente para tratar o assunto, um exemplo é a região nordeste com porcentagem de 39,20% de abortos realizados clandestinamente.

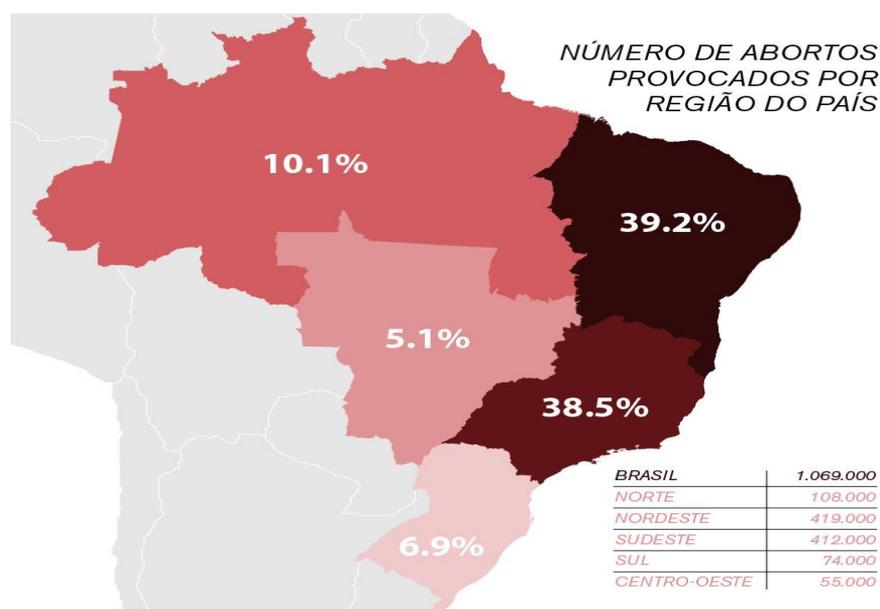
4.1 Pesquisa Com Pessoas (Dados Estatísticos)

Veja, abaixo quais são as regiões onde houve mais abortos provocados no Brasil, e o perfil de escolaridade das mães:

TOTAL DE MULHERES QUE FIZERAM ABORTO
PROVOCADO NO BRASIL, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Diante desses dados podemos observar que a escolaridade e a falta de conhecimento, cultura influência nas atitudes das abortantes.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados é notável que o aborto é um assunto que precisa ser discutido. A falta de conhecimento é vigente, com isso, adotar praticar de campanhas socioeducativas é uma alternativa para diminuir os índices que ano pós ano é tendência de só aumentar. É necessária a conscientização das futuras mães, pois, como dito o Direito permite a garantia de vida de todos.

Diante da gama de aspectos que envolvem não somente questões de natureza política, sociais e éticas, mas também, as questões socioeconômica, psicológica e, sobretudo de saúde pública, colocando o aborto como um problema cuja existência não pode ser ignorada, na atualidade, exigindo uma ampla discussão social e novas legislações para o tema.

A realização deste trabalho foi-nos permitido aprofundar os conhecimentos sobre esta problemática que, cada vez mais, está presente nos nossos dias. Concluimos que não é de todo fácil proferir uma opinião sólida sobre o aborto, não é inteligível defender a legalidade ou ilegalidade deste, pois existem argumentos a favor e contra a prática do aborto. Nenhuma vida se tira em benefício próprio.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 24 out. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em 13 nov. 2017.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em 13 nov. 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 8 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

DIREITO A SAÚDE E ACESSO A SAÚDE: REFLEXÃO COM BASE NOS RELATOS DA POPULAÇÃO

MACHADO, Beatriz
RIBEIRO, Juliana de Souza
BARBOSA, Patrick dos Santos¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Todo cidadão brasileiro tem pleno direito à saúde assegurada pela Constituição Federal de 1988 na sua categoria dos Direitos Fundamentais, pois a saúde é diretamente interligada a vida e a existência digna do indivíduo. Neste sentido, “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” (BRASIL, 1988).

Anteriormente a constituinte de 1988, a saúde era restrita a determinados grupos como, os trabalhadores de carteira assinada e os que possuem condições financeiras de arcar com os ônus, aos demais quando conseguiam dispor da saúde pública era considerado como um favor por parte do Estado. A partir da promulgação da Carta Magna Brasileira o país foi contemplado com o SUS (Sistema Único de Saúde) que tinha como principal objetivo oferecer ao cidadão brasileiro acesso gratuito a serviços de saúde. Com essa implantação a legislação a saúde passou a fazer parte do planejamento da política pública. O Brasileiro tendo seu direito assegurado pelo Estado a saúde, por meio de pesquisas populacionais será exposto neste trabalho como o brasileiro faz uso desse direito e como é o acesso a saúde pública e sua eficácia.

¹Graduando do Curso de Direito na Faculdade Multivix, na unidade Cachoeiro de Itapemirim, patrick.barcello@gmail.com;

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa qualitativa e quantitativa, desenvolvida com o auxílio de revisão bibliográfica da temática proposta e índices de pesquisas populares conjugada com o entendimento jurídico sobre o assunto.

3 DESENVOLVIMENTO

A situação precedente constituinte de 1988 da saúde no Brasil era o direito de dispor da saúde pública restrito apenas para contribuintes da previdência social e seus familiares. A igualdade no direito à saúde foi uma conquista do movimento da Reforma Sanitária refletindo na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Sua diretriz era prestar atendimento, medicamentos, exames, e tratamentos para a população, conforme esta exigida em lei. Com o passar dos anos e a evolução do ministério da saúde, o SUS evoluiu também, aprimorando seu atendimento, dando orientação e erradicando doenças, prestando atendimento oncológico e infecciosos (PORTAL EDUCAÇÃO, 2014).

A situação atual da Saúde no Brasil é de crise devido à falta de investimento na saúde consequente a isso a quantidade de profissionais no ramo da saúde pública vem caindo assim como a qualidade e quantidade de hospitais e postos de saúde , tem se degradado também os fármacos e instrumentos de trabalhos para os profissionais da área , porém demanda de pacientes atendidos pelo SUS tem crescido aceleradamente causando um inchaço no sistema causando assim um déficit na agilidade e qualidade do atendimento.Com essa situação faz-se notar a grande diferença em ter direito a saúde e ter acesso a ela, o programa criado pelo governo com foco de promover atendimento e auxílio para a população não vem correspondendo o objetivo do projeto, inúmeras falhas tanto no atendimento quanto na demora para realização de procedimentos laboratoriais, consultas medicas e outros serviços (COSTA; SOUZA, 2017).

O indivíduo que dispõe de condições financeiras opta em adquirir planos de saúde, pois se vê neles maior segurança é celeridade no acesso ao atendimento e auxílio nos serviços de saúde, causando assim novamente uma desigualdade no acesso à

saúde no Brasil, pois os que não possuem condições de arcar com planos privados de saúde permanecem na precariedade da fila do sistema público, em alguns casos vindo a óbito antes de gozar do atendimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os gráficos da pesquisa abaixo mostram os índices de satisfação da população com o Serviço de Saúde Pública.



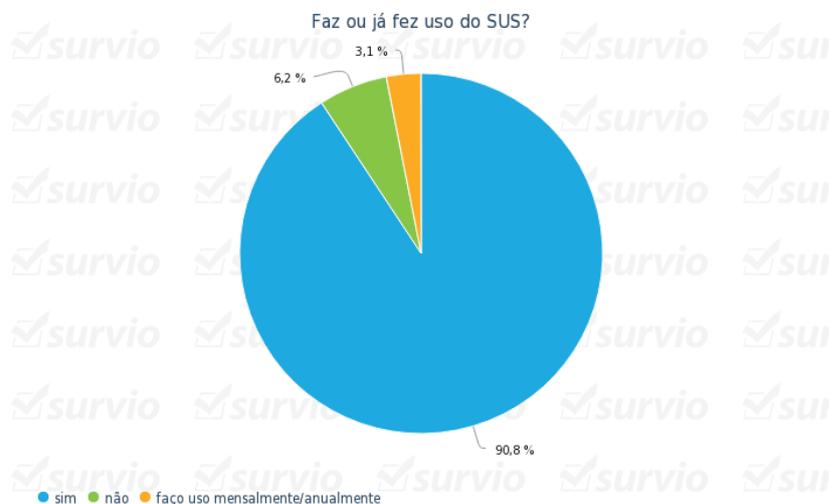
Fonte: Os autores, 2017.

Neste primeiro gráfico, nota-se que houve uma divisão entre a população em que 30% dizem que conhecem seus direitos, 34% não sabem dos seus direitos resguardados e 36% sabe que têm direitos, mas conhecem pouco de lei.



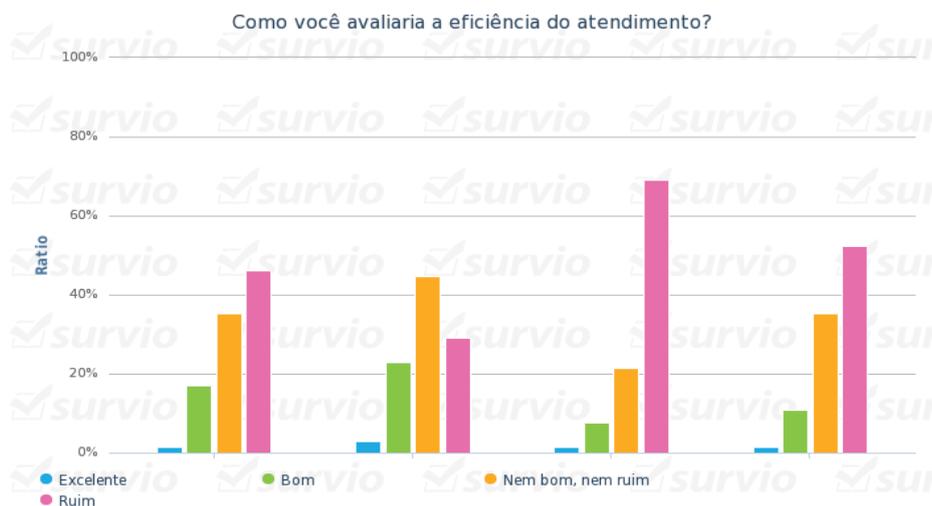
Fonte: Os autores, 2017.

Neste segundo gráfico fica notório que apenas 3,1% da população não conhecem o SUS (Sistema Único de Saúde) e, que a maior parte 96,9% afirmaram conhecer.



Fonte: Os autores, 2017.

Neste terceiro gráfico, quanto ao uso do SUS fica claro que 3,1% faz uso anualmente ou mensalmente de acordo com as necessidades, 6,2% não usam pois tem convênio com hospitais privados e grande parte da população 90,8% faz uso em massa.



Fonte: Os autores, 2017.

Neste quarto gráfico relacionado ao atendimento, 2% consideram excelente, 10% bom, 38% nem bom e nem ruim, e maioria da população insatisfeita com o atendimento chegando a 50% da pesquisa realizada.



Fonte: Os autores, 2017.

Foi observado um número negativo nesta tabela acima, quanto a avaliação em geral sobre o SUS, de 5 estrelas foram alcançadas somente 2.3 estrelas, dados estes que mostram insatisfação do povo quanto o atendimento em geral na saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É competência e responsabilidade do poder Público, União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde, desta forma, todos os entes da Federação têm a obrigação de zelar pela adequada e necessária assistência à saúde dos cidadãos brasileiros. O Direito à saúde está diretamente relacionado com o direito à vida digna da pessoa humana, porém como relatado nos índices das pesquisas a atual situação do acesso à saúde brasileira tem se mostrado precária e demorada causando a insatisfação como dos seus usuários, os cidadãos brasileiros.

6 REFERÊNCIAS

A evolução histórica das políticas de saúde no Brasil. In: **Portal Educação:** portal eletrônico de informações, 23 abr. 2014. Disponível em:

<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/a-evolucao-historica-das-politicas-de-saude-no-brasil/56457>>. Acesso em 06 nov. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 06 nov. 2017.

COSTA, Rodolfo; SOUZA, Renato. **O drama do acesso à saúde no Brasil**.

Disponível em: <<https://www.abramge.com.br/portal/index.php/pt-BR/abramge-na-midia/816-o-drama-do-acesso-a-saude-no-brasil>>. Acesso em 06 nov. 2017.

OS DIVERSOS TIPOS DE ABANDONO DO IDOSO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

FERREIRA, Bruna Guimarães

SOUSA, Gustavo Gomes Félix

SALDANHA, Joyce Mendes

MATTA, Mayla Clevelares Miranda

ROSA, Vanessa Ferreira¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Dados estatísticos mostram que o Brasil está se tornando cada vez mais um país de pessoas idosas. Isso se deve a queda de nascimentos e a alta da expectativa de vida. Com a população idosa aumentando, as problemáticas correlacionadas com o quesito idade acompanha esse crescimento. Os índices apontam que as principais violações contra o idoso são abandono, negligência, violência física e psicológica. A inobservância faz com que fechemos os olhos para o que realmente necessita de atenção do Estado, da família e da sociedade. Os idosos são esquecidos e abandonados por todos que não prestam amparo que os mesmos têm garantido constitucionalmente. A nossa essência é além dos nossos direitos e deveres, lutamos para que tenhamos um futuro e presente melhor, nada mais justo que aqueles que lutaram pelo presente. Sejam defendidos sua dignidade e valores. Esse é o dever.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada no curso do presente resumo foi o método indutivo, auxiliado de revisão de literatura, pesquisa bibliográfica e pesquisa quantitativa como técnicas de pesquisa.

¹ Graduandos do Curso de Direito da Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES.

² Professor orientador: Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

3 DESENVOLVIMENTO

De acordo com o art. 5º, CRFB/88, todos são iguais perante a lei, desta forma não deve haver qualquer tipo de tratamento que prive ou ameasse os direitos fundamentais. O legislador para não ferir o artigo 230 da Constituição, agregou a Lei 10.741/03, Estatuto do Idoso, que protege a parte que necessita ser acolhida pelo Estado. Neste sentido, adiciona:

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (BRASIL, 1988).

No artigo 230 fica expresso o dever de todos da sociedade em relação a amparar as pessoas idosas, ele ainda pode ser representado pelo seu sentido sociológico definido por Ferdinand Lassalle em sua obra *“Que é uma Constituição”*, que refere-se a Constituição como a soma dos fatores reais de poder que regem a sociedade. A visão de Lassalle (1993) é o próprio propósito da criação da Lei 10.741/03, ou seja, a Constituição não atingiria seu objetivo final em todos os aspectos, com isso a necessidade do poder legislativo atingir o destinatário imediato, desta maneira distinguia a constituição real da jurídica. Tem-se a Constituição como a lei regedora das éticas e axiologias, tendo o princípio de Kelsen as regras positivadas devem ser respeitadas pela nossa sociedade, deste modo, tanto a teoria de Lassalle quanto a de Kelsen não demonstra a motivação da sociedade de maneira cruel em “riscar” o artigo 230, da CRFB/88.

O abandono de idosos se trata de uma problemática social, ética e moral, e pode se manifestar de várias formas, o abandono afetivo é o que mais se destaca entre a população de idosos no Brasil. O abandono infelizmente em sua grande maioria vem acompanhado de violência física, psicológica, maus tratos e os agressores em sua maioria são os próprios familiares, indo de encontro com o artigo 229 da CRFB/88, pois a família representada pelos filhos devem ampara os pais em sua velhice, assim sendo um ciclo em que mantém a união. “Art. 229. Os pais têm o dever de assistir,

criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade” (BRASIL, 1988).

O ponto chave para entender o abandono de idosos vai além da falta de relação interpessoal, mas a falta de atenção e respeito que a família, sociedade e Estado não supre. O Estado tem como objetivo fundamental dar ou ajudar na falta daquilo que os idosos necessitam. Art.3º, IV, CRFB/88.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
[omissis]
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

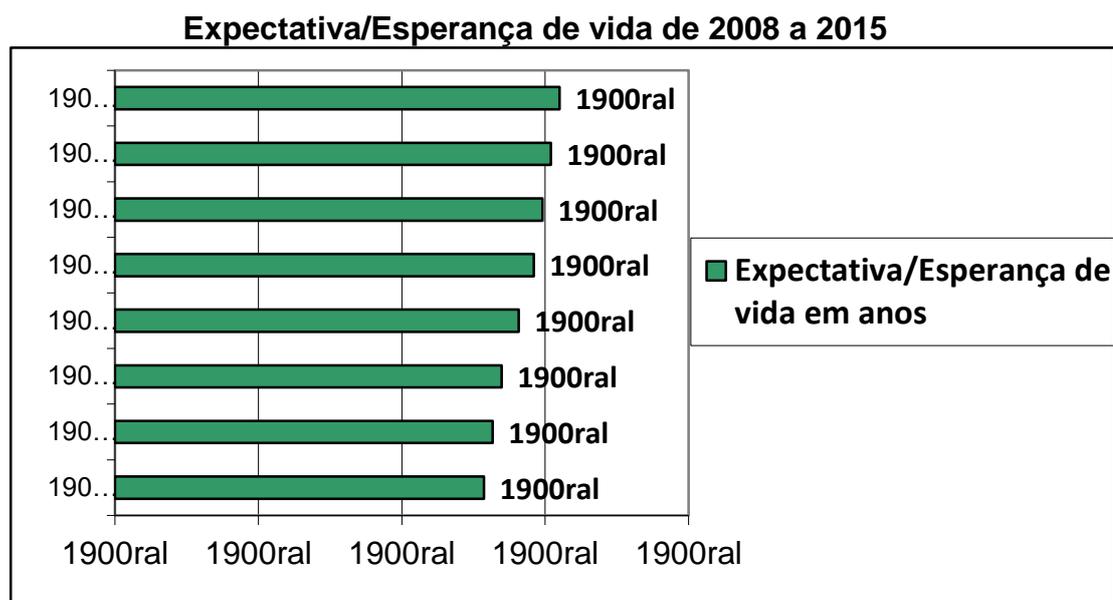
Assim, o dever em relação ao amparo dos idosos vão além de leis, mas em ética e consciência da sociedade. Agra do Ó faz uma alusão quanto a visibilidade e invisibilidade no que se refere a velhice:

[...] vivemos numa época em que um notável desenvolvimento científico mescla-se a um silenciamento ou a uma espetacularização acerca da morte (...) Cada vez mais sabemos sobre o corpo e a velhice e, ao mesmo tempo, isolamos a morte no espaço privado e privatizado do interior das câmaras inacessíveis dos hospitais. Mais que isso: somos cada vez menos capazes de nos sensibilizar frente ao momento em que o corpo dá sinais de que se transforma. O nosso desejo é a permanência, é a vida eterna, é a eterna juventude, a rigidez, a força e a beleza. Os nossos maiores temores são o inesperado e a finitude, e deles nos afastamos com vigor. Em tal contexto o velho passa a ser um sujeito vazio, impossível de ser compreendido, em relação ao qual o jovem não consegue construir nenhuma identificação. Consequentemente não é possível, sem esforço, a solidariedade (entendida como um jogo entre iguais). O idoso é jogado para as margens da experiências social e cultural, e seu acolhimento dependerá de sua incorporação ao mercado. (O, 2008, p. 388-399)

O preâmbulo de nossa Constituição atribui a sociedade como fraterna, portanto devemos fazer com que se realize, tornando não somente política, mas valorosa a ética de todos. Além da questão ética e moral, o abandono, maus tratos e outras violações contra idoso é crime como disposto nos artigos 95 ao 108 do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03).

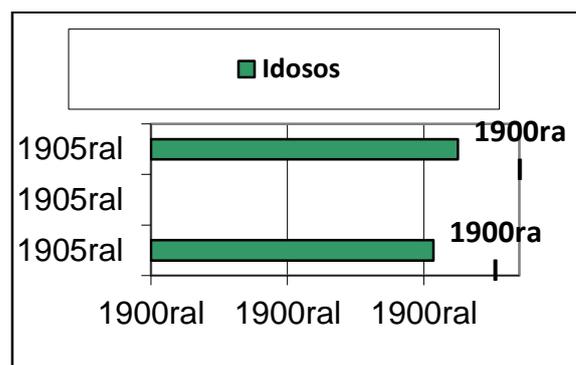
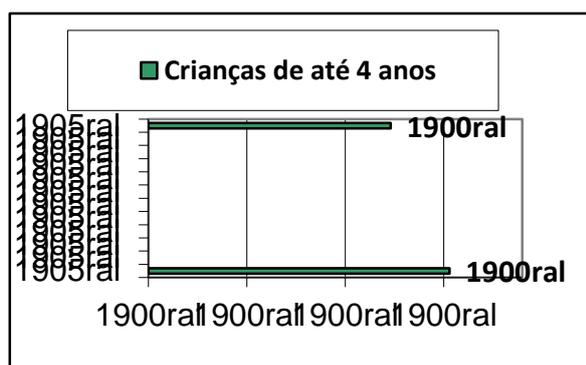
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O número de pessoas idosas tem demonstrado um crescimento notável. Segundo o IBGE, a expectativa de vida é de 75,5 anos, dados realizados em 2016 com base no ano de 2015. Em 2008 a expectativa de vida era de 72,86 anos, ou seja, um crescimento de 3,623% em oito anos.



É demonstrado o principal motivo para que as pessoas tomem consciência que os idosos devem ser amparados, pois a expectativa de vida vem aumentando com os anos, com isso a população idosa cada vez será maior; afinal como o crescimento expressivo subte-se que seremos idosos. O IBGE ainda estima que o número com 80 anos ou mais deve crescer 27 vezes de 1980 a 2060. O número de crianças com até 4 anos e idosos é algo que deve ser observado:

Crianças de até 4 anos Crescimento de idosos em 2 anos.



É notória a ineficácia do Estado/Família para a forma de tratamento que a sociedade emprega sobre os idosos. O ministério dos Direitos Humanos disponibilizou dados gerais do DISQUE 100 (disque denúncia) de janeiro a novembro de 2012, onde foram 234.839 mil atendimentos, sendo que 66,1% dessas denúncias no módulo de idoso, tendo um aumento de 199% com relação ao ano anterior, onde passou de 7.160 mil para 21.404 mil casos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo, não queremos acreditar que a velhice é algo natural para o ser humano, talvez seja o motivo pelo qual não há aceitação dos idosos. Isso leva a pensar se quando a velhice chegar para o nosso corpo as pessoas pensaram assim, ou até mesmo trataram nós os idosos da forma que não queremos ser tratados.

Saber lidar com o idoso é uma tarefa que exige paciência, compreensão e principalmente amor, pois a idade vem acompanhada de diversos outros fatores que imitam as capacidades motoras e racionais dessas pessoas. Contudo, fazem parte da criação de uma família, assim como o bom costume, família não se abandona.

Portanto, o abandono de idosos é algo existente em nossa sociedade, a falta de bons costumes faz com que a nossa ética perca valores; o Estado não cumpre os seus objetivos fundamentais, a família não respeita aqueles de mais idade e a sociedade ver isso tudo como normal. O problema pode ser resolvido, mas depende de todos.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em 13 nov. 2017.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**: Esperança de vida. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=esperan%C3%A7a%20de%20vida&searchphrase=all&Itemid=6830>>. Acesso em 29 out. 2017.

_____. **Lei 10.741, de 1º de Outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em 13 nov. 2017.

_____. **Ministérios dos Direitos Humanos**: Envelhecimento no Brasil. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadosobreoenvelhecimentoonoBrasil.pdf>>. Acesso em 08 nov. 2017.

LASSALLE, Ferdinand. **Que é uma Constituição?** São Paulo: Edições e Publicações do Brasil, 1993.

Ò, Alarcón Agra do. Nibert Elias e uma narrativa acerca do envelhecimento e da morte. In: **Hist. Cienc. Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, abr.-jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 13 nov. 2017.

FEMINISMO E O DISCURSO DO EMPODERAMENTO

VANELI, Caio Paulino
RIBEIRO, Iasmin Emily Candal
COSTA, Yagho Arruda da¹
RANGEL, Tauã Lima Verdã²

1 INTRODUÇÃO

Ao falar de feminismo, a primeira coisa que vem à cabeça de muitos, que não conhecem a trajetória do movimento, é uma guerra que as pessoas do sexo feminino iniciaram para acabar com os direitos dos homens e se tornarem superiores. Entretanto, ao procurar o significado da palavra "Feminismo" no dicionário, conseguimos perceber a real intenção do movimento: Uma doutrina que preconiza o aprimoramento e a ampliação do papel e dos direitos da mulher na sociedade.

Antes do século XIX, era extremamente deplorável a situação na qual vivia a mulher. Sem direitos, tratadas como subordinadas de seus pais e maridos, tendo-os como palavra final para todas suas ações. Sem possibilidade de conseguir emprego e sem direitos democráticos, as mesmas eram escravas de seus lares. No Brasil, tem-se como exemplo da busca por direitos iguais, Dionísia Gonçalves Pinto, que foi uma mulher à frente de seu tempo, que não temeu desafiar tudo aquilo que era imposto pela sociedade machista. Deve-se, então, ter em vista que, o movimento feminista, não prega uma superioridade da mulher sob o homem, mas sim, uma luta em busca de direitos iguais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Sendo a explanação do assunto o objetivo desse resumo, foi utilizado como principal fonte de informações para a confecção do mesmo, referências bibliográficas, sites que debatem sobre o tema e pesquisas feitas por questionário em grupo.

¹Graduandos do curso de Direito da faculdade Multivix - Campus I de Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES, E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

3 DESENVOLVIMENTO

Com o passar do tempo, o Feminismo tem sido um tema muito discutido em várias plataformas de comunicação, seja contra ou favorável ao assunto. Muitos ícones públicos mundiais sentem-se atraídos e pregam a equidade de gêneros. Com o início no final do século XIX, a primeira onda feminista foi marcada pela luta por igualdade política e jurídica, e levou para as ruas principalmente mulheres brancas e de classe média, o direito ao voto e uma vida fora do lar, estavam entre suas principais reivindicações. (BRASIL, 2017)

No Brasil, o grande nome ligado à primeira movimentação feminista foi da nordestina Nísia Floresta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, que desafiou os limites do seu tempo (1810-1885) para tornar-se educadora e escritora, e é dela o primeiro livro a tratar sobre o direito das mulheres. (BRITO, 2014). Nas décadas de 1960 e 1970 entra a segunda movimentação feminista mundial, que tinha como pauta o direito ao corpo e ao prazer. Sendo tratado o aborto, a violência sexual e a homossexualidade que ganhavam atenção do mundo, e foi principal debate na imprensa Brasileira, através de plataformas alternativas da época, e tendo como figura principal figura a escritora francesa Simone de Beauvoir.

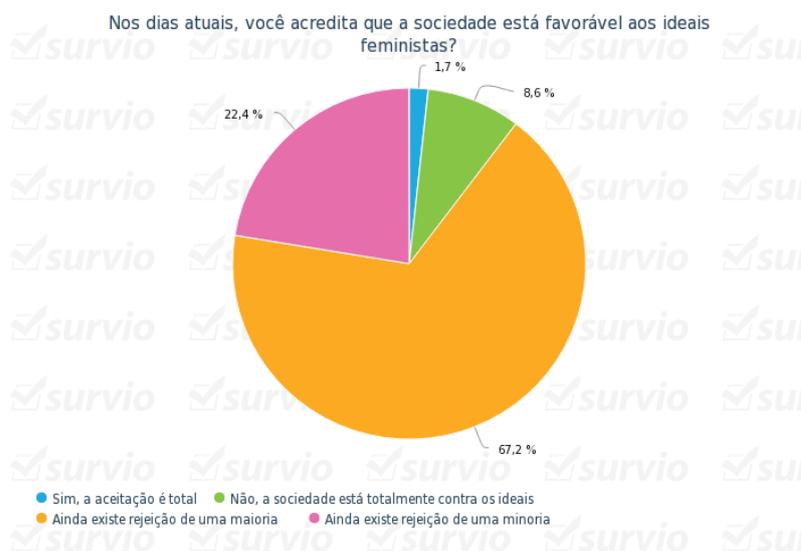
Na passagem para a década de 1980, as demandas trazidas pelas mulheres negras são incorporadas, Angela Davis e Patricia Hill Collins são alguns nomes ícones das mulheres negras, que defendiam o gênero associado às categorias de raça e classe, fragmentando discurso universal. (FONTINELE, 2015). Voltando à 1940, surge o maior símbolo do movimento, que começou a ser usado apenas a partir do final do século XX *We Can Do It!* (Nós podemos fazer isso!), é a frase estampada em uma das imagens mais utilizadas pelo movimento, uma mulher trabalhadora com um lenço vermelho na cabeça, arregaçando as mangas e mostrando os bíceps, com a ideia de que "nós somos mulheres, mas também podemos fazer isso", foi a imagem popular criada durante a segunda guerra, para incentivar as mulheres ao trabalho extradoméstico. Isto é, os homens eram liberados de seus postos para irem à guerra e as mulheres trabalhavam em seus respectivos lugares. Porém, a imagem foi pouco vista durante a segunda guerra, e só depois de décadas foi vista como uma inspiração de empoderamento feminino.

Depois de vários movimentos durante as décadas e da passagem de grandes nomes do feminismo no Brasil e no mundo, hoje o reflexo de toda essa luta é visível: a conquista do voto feminino, a entrada da mulher no mercado de trabalho, o direito de engravidar ou não, através do anticoncepcional e de outros métodos contraceptivos, a luta da violência contra a mulher, grandes nomes femininos serem considerados ícones em áreas importantes, como a política e a jurídica, por exemplo.

O feminismo trouxe aos dias de hoje muitas conquistas, e com ela a coragem. Fala-se muito a respeito do empoderamento da mulher, que significa "dar poder", "conceder poder". O empoderamento hoje é necessário, para trazer à tona o que cada mulher tem dentro de si, e fazer com que cada uma acredite que ela pode, sozinha ou não, vencer e conseguir seus objetivos independente de gênero.

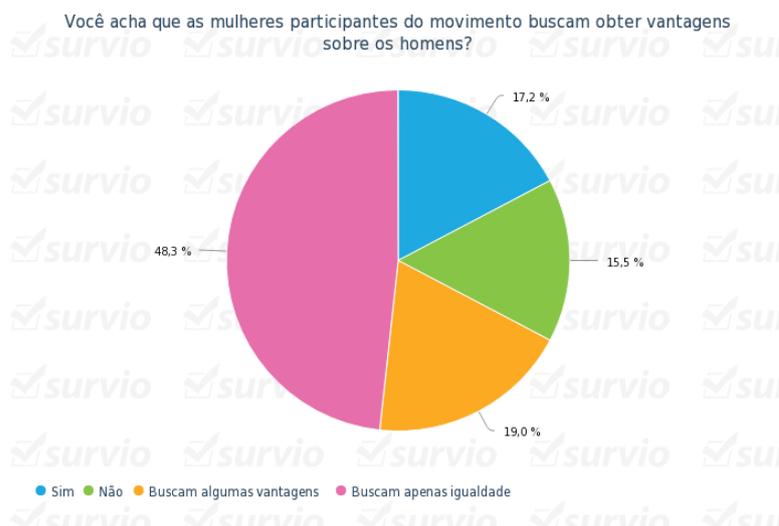
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Fundamentado a partir de um questionário, foram apresentadas algumas questões sobre o feminismo nos dias atuais, e levando em conta os resultados, o feminismo ainda é um enfoque para grandes debates, como ele é visto pela sociedade, por exemplo. Cerca de 89,6% das pessoas que participaram do questionário acreditam que o feminismo ainda não é bem visto aos olhos da sociedade, e ainda tem uma certa rejeição, como é observado no gráfico abaixo.

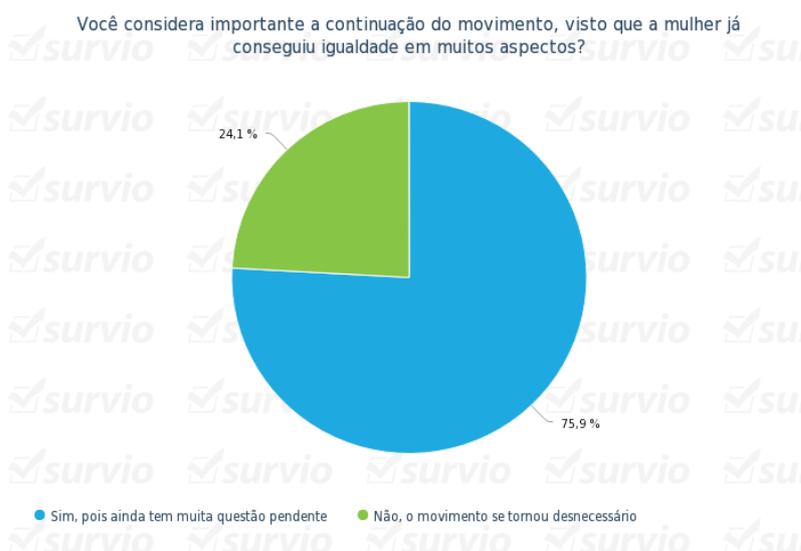


Fonte: Os autores, 2017.

Mesmo não obtendo absoluto apoio social, muitos sabem que o feminismo é um movimento de luta pela igualdade. Foi um ressalve importante nas respostas, visto que se tem uma visão errônea sobre o movimento e seu propósito, e por vezes, pode levar à cabeça das pessoas que as mulheres querem ser mais que os homens, e não é bem assim que acontece.



Ademais, muitos ainda acreditam que o movimento pode ir além, sendo de total importância para atuais e futuros debates de outros assuntos, e tira de questão que o movimento se limita em apenas um assunto, ou luta por apenas uma coisa, sendo que, o foco principal é a igualdade em todos os aspectos.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, então, que tal luta feminina, tem obtido êxito com o decorrer dos anos, visto os direitos que foram conquistados. As mulheres hoje são livres para ter emprego fora de casa, para votar, para comandar seu próprio lar, não sendo subordinadas a alguém. Este movimento cresceu e ganhou muita força com o decorrer do tempo. As mulheres perderam o medo de buscar por direitos iguais e, a tendência é que continue a crescer. O movimento é apoiado por uma grande massa, de ambos os sexos, e deve seguir assim, para que a igualdade prevaleça entre todos. No entanto, ainda existem diferenças as quais o movimento feminista procura remover, para que os direitos, de homens e mulheres, sejam totalmente igualitários. Perante a lei, todos iguais, a busca agora é por igualdade dentro da sociedade.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conheça as principais lutas e conquistas das mulheres.** Brasília: Ministério da Justiça e da Cidadania, 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/conheca-as-principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres>>. Acesso em 04 nov. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 04 nov. 2017.

BRITO, Rafaella. **Nísia Floresta, a primeira feminista brasileira.** Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/08/nisia-floresta-a-primeira-feminista-brasileira/>>. Acesso em 04 nov. 2017.

FONTINELLE, Thalia. **Um breve olhar histórico sobre o feminismo.** Disponível em: <http://obviousmag.org/the_insolitus/2015/um-breve-olhar-historico-sobre-o-feminismo.html>. Acesso em 04 nov. 2017.

MINORIAS SEXUAIS EM PAUTA E A CONSTRUÇÃO DA SUBCULTURA: UM EXAME DA TEORIA QUEER E AS IMPLICAÇÕES NO DIREITO

GOMES, Camilla Santos
FREITAS, Emelly Dalfior de
GODINHO, Luisa Cipriano Santana¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Hoje em dia muito se fala sobre a ideologia de gênero, a luta por direitos iguais entre homens e mulheres, a luta dos homossexuais, travestis e transexuais para serem aceitos na sociedade. Essas são algumas das lutas de minorias em busca de igualdade na sociedade, que se mostra cada vez mais preconceituosa e intolerante. Tornou-se muito comum assistirmos nos telejornais e outros meios de comunicação, protestos de ativistas, lutando por seus direitos. E nesses protestos é muito comum ouvirmos sobre a Teoria Queer, mas, afinal o que seria a Teoria Queer? O que é Queer? Qual o significado desse termo?

Teoria Queer surgiu na década de 90 nos Estados Unidos e, teve como referência teórica Judith Butler e Teresa Lauretis. Queer é uma palavra inglesa, que era usada para definir os vagabundos, as prostitutas e todos os outros tipos de pervertidos. Hoje em dia queer é usado como palavra de ofensa para os homossexuais e travestis.

Neste presente trabalho iremos abordar a luta das minorias sexuais na sociedade e, a aplicação da Teoria Queer e as implicações no direito. Iremos mostrar também uma análise, de uma pesquisa de campo, feita com o intuito de verificar como a sociedade reage diante de um tema, que hoje em dia é visto como um tabu, e ao mesmo tempo tão presente no dia a dia.

¹Graduanda do Curso de Direito da Multivix de Cachoeiro de Itapemirim –ES.

²Professor Orientador. Bolsista CAPES. Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Integrante da Linha de Pesquisa “Direito Processual e Acesso à Justiça” e Coordenador da sublinha “Direito Fraternal e Mediação”, do Grupo de Estudo e Pesquisa “Constitucionalização de Direito” do Centro Universitário São Camilo, taua_verdan2@hotmail.com.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado foi a realização de pesquisas qualitativas por meio de formulários online, com o fim de angariar informações acerca dos pensamentos de uma parcela da população a respeito do tema sobre o qual se busca discorrer.

3 DESENVOLVIMENTO

“A Teoria Queer é uma linha de pensar filosófico e sociológico: Queer é tudo que o discurso da sociedade transforma em anormal, em estranho, em abjeto, em subalterno” (MISKOLCI, 2012). O objetivo de tal teoria não é inserir os denominados queer na sociedade, mas sim transformar a sociedade atual, desrotulando as definições de “normal” e “anormal” existentes.

No Brasil tal teoria vem sendo conhecida a pouco tempo e não tem tanta força quanto em outros países. Todavia recentemente vem sendo levantado, principalmente no cenário político brasileiro, algumas teorias e questionamentos que se assemelham ideias defendidas pela teoria queer. “Butler, define o “gênero” como “significados culturais que aceita o corpo sexuado”. Ela não se centra simplesmente na dimensão cultural do “ser homem” e do “masculino” ou o “ser mulher” e o “ser feminino” em si mesmos, mas através de que meios e com que finalidades se realiza esta construção.” (CLAR, 2016).

A ideologia de gênero, assunto que tem sido extremamente debatido entre os brasileiros nos últimos tempos, é uma ideia da Teoria Queer. Essa ideologia, assim como a teoria, preconiza que a estrutura biológica do indivíduo não determina seu gênero, isso se constrói ao longo da vida, ou seja, mesmo nascendo com órgãos genitais masculinos, o gênero do indivíduo se construirá ao longo do tempo.

Criada pelos deputados Jean Wyllys e Érika Kokay, a lei João W. Nery, ou, Lei de Identidade de Gênero, composta por 14 artigos, gerou grandes embates e discussões no cenário nacional. Os artigos do referido projeto de lei tratavam da identificação de todos que assim desejassem de seu gênero, mudando nome, documentos, dentre outras coisas.

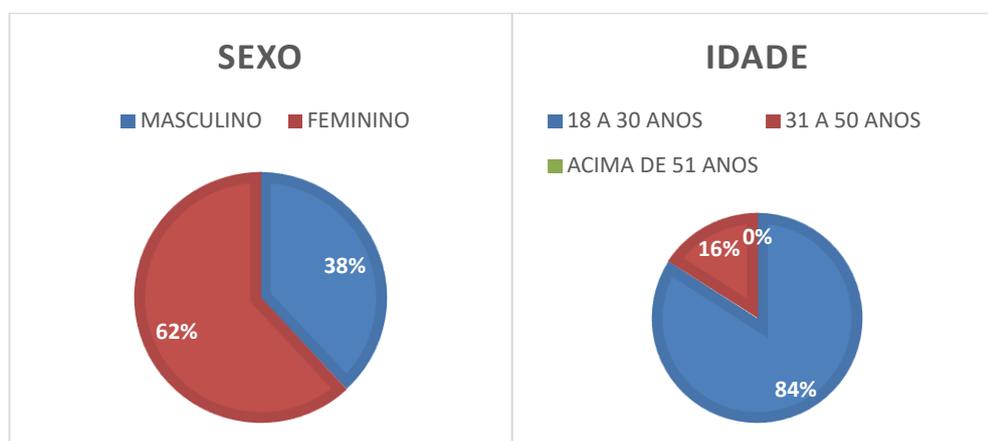
O artigo 1º da Constituição de 1988 e seus incisos dispõem que, toda pessoa tem direito ao reconhecimento de sua identidade de gênero, ao livre desenvolvimento de sua pessoa conforme sua identidade de gênero, a ser tratada de acordo com sua identidade de gênero e, em particular, a ser identificada dessa maneira nos instrumentos que acreditem sua identidade pessoal a respeito do/s prenome/s, da imagem e do sexo com que é registrada neles. (BRASIL, 1988.)

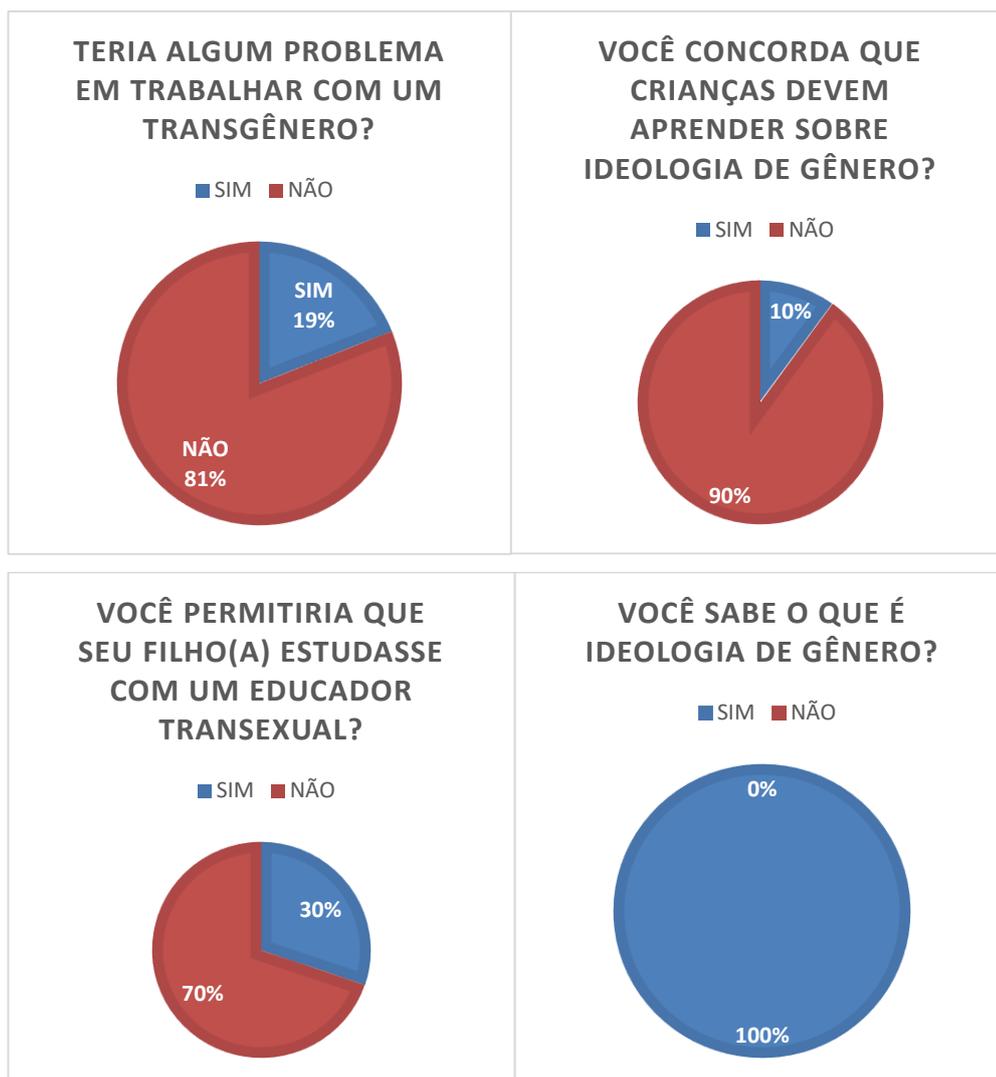
Além dessa lei, posteriormente o surgimento de cartilhas que compunham o Plano Nacional de Educação, e que seriam distribuídas e ensinadas aos alunos do ensino básico, com o tema “ideologia de gênero” e “orientação sexual”. Ademais, tais cartilhas continham imagens de cunho inadequado para serem apresentadas a crianças e adolescentes.

Correlacionando as teorias mencionadas e o Direito brasileiro, teremos o seguinte parâmetro, o caput do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil vai dizer que, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988). Isso significa que, na aplicação da lei, a definição do gênero não será relevante, a não ser nos casos específicos como na qualificação do Homicídio por Femicídio.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi feita uma pesquisa de campo, na qual 63 pessoas responderam por intermédio do site www.onlinepesquisa.com, gerando os seguintes resultados:





5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando somente os resultados da pesquisa qualitativa expostos anteriormente como base, constata-se que uma porcentagem preocupante ainda possui pré-conceitos acerca de pessoas transexuais, transgêneras e afins.

Dentre os 63 entrevistados, 19% se recusariam a trabalhar com essa parcela da população, enquanto aproximadamente 70% não permitiriam que seus filhos fossem educados por um professor transgênero. O questionário respondido não fornece nenhuma informação sobre o indivíduo em questão, nada sobre sua moral, ética, ideologias ou qualificações, somente sua identidade de gênero, o que torna esses resultados preocupantes, já que evidenciam o preconceito e a ignorância de grande parte dos entrevistados.

O combate à discriminação é imprescindível para o melhor funcionamento da sociedade e qualidade de vida de seus cidadãos como um todo, mas, para atingir esse objetivo, é preciso entender, pelo menos de maneira perfunctória, o porquê da sua existência e persistência na sociedade, isto só sendo possível através da conversação e do debate aberto, envolvendo ambas as partes que integram a questão.

Entre às inúmeras ações fundamentais que visam a diminuição da intolerância às pessoas transgêneras, a principal talvez seja educar e informar a população, priorizando indivíduos jovens, buscando dessa forma prevenir o desenvolvimento de pré-conceitos infundados como os que integram grande parte da sociedade brasileira contemporânea.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Câmara dos Deputados: Projeto de lei nº 5.002/2013**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesweb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446>. Acesso em: 01 nov. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_5_.asp>. Acesso em: 01 nov. 2017.

CLAR, Marta. Judith Butler e a Teoria Queer. *In: Esquerda Diário: portal eletrônico de informações*, 2016. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Judith-Butler-e-a-Teoria-Queer>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

MISKOLC, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *In: Sociologias*, Porto alegre, n. 21, jan.-jul. 2009. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/salaestudo/materiais/p206631d11402/material3.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

SISTEMA PRISIONAL E A RESSOCIALIZAÇÃO NO BRASIL

PEREIRA, Carlos Eduardo Gonçalves Costa

BARBOSA, Daiane Viana

RIBEIRO, Henrique Gomes

OLIVEIRA, Luana Paiva

OLIVEIRA, Luanderson Santiago

SILVA, Palomada Silva¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista que, existe uma grande discussão em razão do atual sistema prisional do Brasil, é possível analisar diversos conflitos paralelos, que denotam falhas na atual estrutura do sistema carcerário e nos métodos que de fato deveriam promover a ressocialização, para devolver os reeducando na sociedade. Todavia, ao fazer uma análise em torno da realidade é observado que é indiscutível a precariedade das instituições carcerárias e as desumanas condições que vivem os presos, dentre elas a superlotação, onde a mesma impede que os detentos possuam condições mínimas de conforto e higiene, está precariedade eleva a violência entre os presos ocasionando tentativas de fuga e rebeliões. Portando, é colocado como foco questionamentos que abrangem a inerência do papel Estado em assegurar a estes indivíduos prevenção do retorno para o presídio como a promoção de melhorias no cumprimento das penas privativas de liberdade, e a direitos basilares de qualquer cidadão como a dignidade da pessoa humana.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada no presente foi o método indutivo, auxiliada de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica como técnicas de pesquisa.

¹Graduandos do Curso de Direito da Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Professor orientador: Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com; novembro de 2017.

3 DESENVOLVIMENTO

Na sociedade contemporânea é discutível constantemente a respeito da respectiva questão crítica do atual sistema carcerário do país e da decadente ressocialização que não tem agregado valor para a vida do ex-detento. Pesquisas realizadas apontam péssimas condições degradantes à saúde humana, tais como: o ex-detento F.S (*) 25 anos, definiu após vivenciar por oitenta e quatro meses a realidade dentro das celas de um presídio no sul do Estado do Espírito Santo (PRCI). “É horrível dividir uma cela que tem capacidade para quatro pessoas comportando o dobro e geralmente a comida vem azeda, mal higienizada. ” (ENTREVISTADO 1). Todavia, são perceptíveis demais nocivos presentes no sistema penitenciário infracitado. Conforme Gevan Carvalho de Almeida:

Ingressando na prisão, o condenado se ‘socializa’, isto é, aprende a viver em uma nova sociedade que tem leis próprias, classes, e uma rígida hierarquia que ele se vê na contingência de respeitar até por uma questão de sobrevivência. E o chamado fenômeno da ‘prisonização’, que atinge inclusive os funcionários do sistema penitenciário que convivem com os presos. Aos poucos, sem que percebam, vão adquirindo sua linguagem, o jargão próprio dos presidiários, que finda sendo usado até pelos médicos, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais. (ALMEIDA, 2004, p.110).

Segundo Noronha:

No que diz respeito a superlotação, o Brasil apenas perde para a Bolívia [...]. O excesso de presos provisórios responde por quase metade da população carcerária brasileira. Já a falta de vagas no sistema carcerário cria uma situação prejudicial, que é desproporcionalidade de tratamento dos presos. (NORONHA, 2012, p.198).

Nilo Batista *et all*, com maestria, prelecionam:

Os ricos de homicídios e suicídios em prisões são mais de dez vezes superiores aos da vida em liberdade, em meio a violenta realidade de motins, abusos sexuais, corrupção, carência medicas, alimentares e higiênicas, além de contaminações devido a infecções, algumas mortais, em quase 80% dos presos provisórios. Assim, a prisonização é feita para além de sentença, na forma de pena corporal e eventualmente de morte, o que leva ao paradoxo da impossibilidade estrutural da teoria. Quando uma instituição não cumpre sua função, por regra não deve ser empregada. Na realidade paradoxal do continente latino – americano, as penas não deveriam ser impostas se se mantivesse, coerentemente, a tese preventista especial positiva. A circunstância de que sequer seja mencionada tal possibilidade prova que prevenção especial não passa de um elemento do discurso. (BATISTA et all, 2003, p.126).

Enfim, os nocivos supracitados demonstram-se insolúveis. Todavia a ressocialização é uma possível medida para esta problemática. Raúl Cervini professa:

A prisão, como sanção penal de imposição generalizada não é uma instituição antiga e que as razões históricas para manter uma pessoa reclusa foram, a princípio, o desejo de que mediante a privação da liberdade retribuísse à sociedade o mal causado por sua conduta inadequada; mais tarde, obrigá-la a frear seus impulsos antissociais e mais recentemente o propósito teórico de reabilitá-la. Atualmente, nenhum especialista entende que as instituições de custódia estejam desenvolvendo as atividades de reabilitação e correção que a sociedade lhes atribui, o fenômeno da prisionização ou aculturação do detento, a potencialidade criminalizante do meio carcerário que condiciona futuras carreiras criminais (fenômeno de contágio), os efeitos da estigmatização, a transferência da pena e outras características próprias de toda instituição total inibem qualquer possibilidade de tratamento eficaz e próprias cifras de reincidência são por si só eloquentes. Ademais, a carência de meios, instalações e pessoal capacitado agravam esse terrível panorama. (CERVINI, 2002, p.46).

Merece destaque o apontamento de Cezar Roberto Bitencourt:

O conceito de ressocialização deve ser submetido necessariamente a novos debates e a novas definições. É preciso reconhecer que a pena privativa de liberdade é um instrumento, talvez dos mais graves, com que conta o Estado para preservar a vida social de um grupo determinado. Este tipo de pena, contudo, não resolveu o problema da ressocialização do delinquente: a prisão não ressocializa. As tentativas para eliminar as penas privativas de liberdade continuam. A pretendida ressocialização deve sofrer profunda revisão. (BITENCOURT, 1993, p.132).

Deve-se atentar para a finalidade desta: fazer sua reinserção do agente a partir de sua recuperação. Contudo, cabe destacar que está, primeiramente, compete ao Estado, pois se trata de um nocivo político-social. Segundo Cezar Roberto Bitencourt:

A prevenção especial não busca a intimidação do grupo social nem a retribuição do fato praticado, visando apenas àquele indivíduo que já delinuiu para fazer com que não volte a transgredir as normas jurídico-penais. (BITENCOURT, 1999, p.81).

Por outro lado, a partir das pesquisas realizadas no respectivo item: retorno para sociedade, os ex-detentos apontaram dificuldades. F.S (*), 25 ANOS, aponta: "Po mano, o bagulho aqui fora é tenso, nego te olha mal, tá ligado ?, ce ja não consegue um trampo por causa disso (suspiro)... a maioria do pessoal já corta rolo quando sabe que nois tem passagem."(ENTREVISTADO 1).L.G (*), 23 ANOS, vivenciou por sessenta meses o que realmente se passa dentro das celas no presídio feminino no sul do estado do Espírito Santo (PRCI), assevera: " Não foi nada fácil conviver com

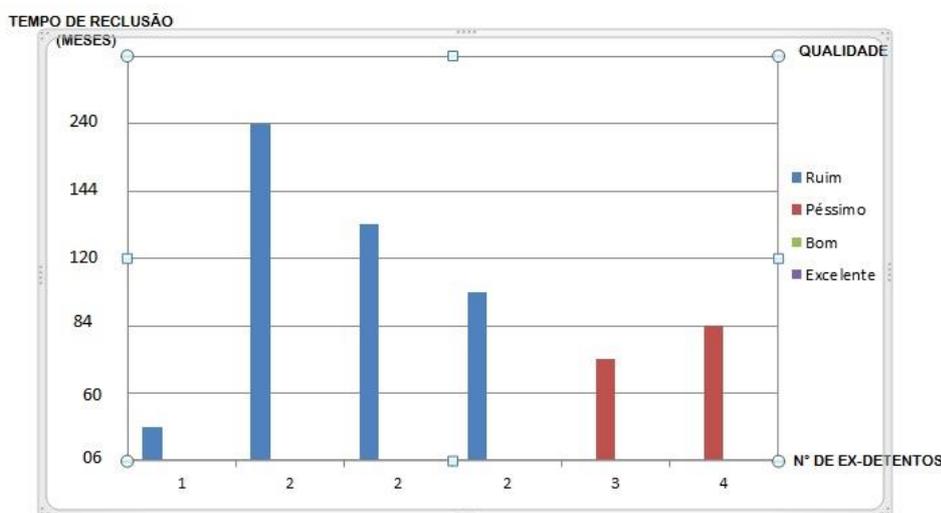
os olhares torto para meu lado, as pessoas julgam muito a gente, acha que porque você cometeu um crime, vai tornar a fazer de novo, sem contar que não temos oportunidade nenhuma por que somos ex-detentos."(ENTREVISTADA 2).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Devido a uma grande discussão quanto ao sistema prisional brasileiro e a ressocialização dos presos na sociedade que vem sendo assunto importante em todo o Brasil, as dificuldades que o ex-detento enfrenta nos dias atuais por causa de preconceito, a dificuldade de conseguir um trabalho e a má qualidade de vida dentro dos presídios serviu de base para que possibilitassem ser feitas pesquisas relacionadas ao tema "SISTEMA PRISIONAL E A RESSOCIALIZAÇÃO NO BRASIL". Onde se apresenta aos alunos, na média de idade de 18 e 62 anos, alunos estes da Faculdade Multivix Campus I, situada no bairro Independência, em Cachoeiro de Itapemirim/ES, a referida pesquisa que resultou na seguinte conclusão:

Tal pesquisa teve como base a qualidade do sistema carcerário atual do Brasil, pesquisas que mostram que é muito difícil a vida depois da cadeia, sendo por esse motivo a difícil ressocialização dos indivíduos após o tempo de reclusão. Com base nas pesquisas realizadas foram apresentados dados que apontam o atual desfasamento dos sistemas carcerários brasileiros em que foi feita uma tabela com os dados da pesquisa levando em consideração o número de detentos e o tempo de reclusão de cada um, todos os entrevistados não quiseram se identificar resultando na seguinte conclusão:

Classificação segundo ex-detentos, referente à qualidade do sistema carcerário.



FONTE: O AUTOR (2017).

Na tabela, pode que todos os entrevistados acharam o sistema carcerário brasileiro ruim ou péssimo, sendo que cada um ficou em uma média de tempo de 109 meses. Em pesquisas com levantamento de dados ou experimentais que utilizam entrevistas, prontuários, avaliações de pessoas é necessário inserir os principais resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa. Poderão ser inseridas figuras e tabelas. É importante destacar que em pesquisas de revisão sistemática da literatura, o trabalho pode também ser apresentado com resultados e discussões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o atual cenário do regime prisional brasileiro observa-se o caos presente, em que se encontram grandes deficiências no mesmo, a superlotação sendo o fator mais preocupante onde a mesma impede com que os detentos tenham mínimas condições de conforto e higiene pessoal. Entre tanto o Estado tem-se elevados os gastos e todo esse dinheiro gasto não até o presente momento não foi convertido em resultados positivos. A partir da possibilidade de se obter efeitos positivos a ressocialização tem a prioridade de prevenir o retorno para a prisão e implantar a direita liberdade do ser humano.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gevan de Carvalho. **O crime nosso de cada dia**. Niterói: Editora Impetus, 2004.

BATISTA, Nilo *et al.* **Direito Penal Brasileiro**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão**. São Paulo: Saraiva, 1993.

_____. **Manual de Direito Penal: Parte geral**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CERVINI, Raúl. **Os processos de descriminalização**. São Paulo: RT, 2002.

POR UM ESTADO MÍNIMO DE SAÚDE ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL ENTRE A UTOPIA HUMANÍSTICA E A REALIDADE CAÓTICA

Cassiano Silva Araujo
Hebner Peres Soares¹
Tauã Lima Verdán Rangel²

1 INTRODUÇÃO

O hodierno artigo científico desdobrar-se-á de maneira concisa sobre as normas programáticas desde o seu limiar até o seu ápice, sendo que o seu limiar iniciou por meio da Constituição Italiana no ano de 1947, que tratou de assuntos inerentes a normas programáticas, a partir desse momento histórico algumas constituições começaram a inserir em seu texto legal, normas que viabilizavam e garantia os direitos sociais para o povo, dessa forma, iniciou-se uma grande conquista no mundo ao se criar leis constitucionais que obrigassem os Estados a serem responsabilizados e também ter que proporcionar a manutenção do bem-estar social, isto era algo novo, porque os Estados sempre foram detidos de soberania, ou seja, nada podia abalar a sua estrutura econômica, assim, por força desta soberania jamais se responsabilizavam os Estados. De fato, os Estados não estavam preparados para enfrentarem este novo enredo, mas com diversos movimentos ocorrendo no mundo, meio e que o povo foi conquistando os seus direitos, um exemplo de conquista de direito que vale apenas citar neste trabalho foi em relação à Carta do Rei João Sem Terra do ano 1215, que foi o pontapé inicial para garantir os Direitos Civis para todo mundo, limitando a intervenção do Estado absolutista.

Não saindo da ótica desta pesquisa, cabe ressaltar um segundo ponto a ser abordado em relação ao direito à saúde e o comentário geral da ONU nº 14: por um estado mínimo de saúde. Logo o direito à saúde estar positivado dentro da Constituição da República

¹Discente Curso de Direito da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (2013-2015). Especialista em Práticas Processuais – Prática Civil, Prática Penal e Prática Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES (2014-2015). Líder do Grupo de Pesquisa “Direito e Direitos Revisitados: Fundamentalidade e Interdisciplinaridade dos Direitos em pauta”. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

Federativa do Brasil em seu artigo 6º, que trata de assunto inerente aos direitos sociais e com mais clareza no artigo 196 até 200 CRFB/88, onde se criou o Sistema Único de Saúde para atender toda a sociedade brasileira. Cabe ainda, enaltecer a nossa constituição devido o contexto do artigo 196, que diz “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). Por isto, observa-se que realmente o constituinte originário preocupou-se com o povo brasileiro.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa desenvolvida a partir do método hipotético-dedutivo, auxiliada por revisão bibliográfica específica para a temática eleita.

3 DESENVOLVIMENTO

Logo após a Primeira Guerra Mundial, especificamente no momento do desequilíbrio econômico que ocorreu em 1920, originou-se o Estado Social, ou seja, a partir desse período iniciou-se uma preocupação por parte de alguns Estados influentes no mundo a respeito do bem-estar e do estado de providência, de modo que existia uma cultura que moldava os Estados da época de não ser responsáveis pelas políticas públicas e muito menos da promoção dos direitos sociais. Dessa forma, a gênese do Estado Social advém de uma grande carnificina¹, ou seja, do descaso que os Estados faziam com o seu povo. Assim, naquele período houve uma mutação sistêmica por parte dos Estados, pelo fato que os países de forma contínua predominaram sobre a economia de seu povo, tomando o crucial papel de protagonista em relação ao enredo econômico e social. Cabe ressaltar a opinião do Doutrinador Edvaldo Brito, ao asseverar que: “em lugar da liberdade que oprimia, a intervenção que libertaria” (BRITO, 1982, p. 19).

¹Carnificina “Extermínio de muitas pessoas; massacre coletivo; matança ou chacina: a carnificina provocada pelos ataques terroristas deixou milhares de mortos”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/carnificina/>> . Acesso em: 30 de set. 2017;

Dessarte, as Cartas Magnas passaram a crescer em seus diplomas legais direitos sociais e econômicos, ao invés de limitar-se à legitimação das liberdades políticas e de direitos civis. Essa metamorfose de posicionamento das Leis Maiores implicou na eflorescência das normas programáticas, na proporção de resultar de fórmula conveniente de aceitação em âmbito constitucional como novos direitos, contudo, com ausência de eficácia técnica satisfatória. Esse déficit técnico das normas programáticas levou a doutrina a uma intrigante discordância em derredor da sua validade. Salienta-se ainda, que início acreditavam-se que os elementos socioideológicos não sucediam de estímulos morais, manifestações descauteladas de qualquer válida. Ulteriormente, contudo, com grande apoio e influxo do direito italiano, temerosa com a presença de um vasto número de regulamentos de normas programáticas na Carta Magna italiana de 22 de dezembro de 1947, um hodierno posicionamento surgiu. Dessa forma, de acordo com o professor Paulo Roberto Lyrio Pimenta, está seria a corrente moderna (PIMENTA, 1999).

Um ponto interessante que vale apenas enaltecer é que os elementos socioideológicos em análise são eficazes, no entanto, a forma como de sua eficácia se exterioriza é díspar, em referência às demais normas constitucionais. Deveras, como as searas dos elementos normativos padecem de déficit, por serem automaticamente definidas, há um obstáculo em sua aplicabilidade imediata e direta das normas programáticas. Apesar disso, as normas programáticas geram resultâncias forenses, que se ampliam por todo ordenamento constitucional, pelas seguintes razões: a) constituem um encadeamento compulsório para a Administração Pública; b) regulam os atos dos órgãos do Poder Legislativo; c) definem as normas abaixo da Magna Carta que contraria o seu poder originário; d) veda a criação de leis que fere o esteio constitucional; e) assentam como componente de inserção dos demais mandamentos constitucionais; f) estabelecem diretrizes para o Poder Derivado; g) dispõem regramento para a apreciação dos fatores infraconstitucionais (TEIXEIRA, 1991).

Sob a ótica brasileira, o delineamento dos Direitos Fundamentais Programáticos se rótula dentro do nosso Estado Democrático por meio das normas originadas pela Magna Carta de 1988, assim, cabe destacar o artigo 186, diz que “a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei [...]” (BRASIL, 1988), além do artigo 174, §

1º, que afirma: “a lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento [...]” (BRASIL, 1988), portanto poderia apontar mais artigos da Constituição Federal Brasileira com, por exemplos, artigo 173, §4º e artigo 144.

O direito à saúde está elencado na Lei Maior de 1988, dentro do rol de direito sociais, conforme previsto no artigo 6º, que busca o bem-estar social. Dessa forma, o artigo 6º da CRFB/88, diz que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Sendo assim, o artigo 2º da Lei nº 8.080/90, diz que “a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (Art. 2, Lei nº 8.080/90). Outro ponto que crucial é em relação é que o constituinte ordinário disse que a “saúde é direito de todos e dever do esta” (BRASIL, 1988).

Destarte que o princípio da dignidade da pessoa humana oxigena o direito à saúde, de modo que não tem como falar em dignidade quando o mínimo é a vida, e para ter direito à vida é necessário ter direito à saúde, dessa forma-se este tripé dentro da constituição brasileira (BARROSO, 2009, p. 10).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mister se faz salientar que as normas programáticas se tratam de normas com elevado grau de imprescindibilidade para o ordenamento forense, pelo fato que as normas programáticas abarcam uma vasta quantidade de delineamentos constitucionais (DINIZ, 1988, p.371).

Some-se a isto, outro ensinamento de José Afonso que “denominar normas constitucionais de princípio aquelas em que se subdividem as normas constitucionais de eficácia limitada, ou seja, aquelas que dependem de outras providências para que possa surtir os efeitos essenciais colimados pelo legislador constituinte” (SILVA, 2007, p. 118).

Assim, a conexão programática do delineamento geral concernente à Constituição de 1988, não exclusivamente solicita como prevalece acima de leis ordinárias, depreende-se os seus impactos interpretativos sobre as normas infraconstitucionais, sendo que jamais podem contrariar o delineamento de onde deriva. Por isso, que as normas programáticas têm sua composição híbrida, ao passo que quando atua como delineamentos constitucionais alcança sua própria finalidade na orbita forense, pelo fato de ser concedidas essência normativo-jurídica (DINIZ, 2001). Destaca-se a classificação ventilada pela Magna Carta de 1988 a respeito das normas programáticas, conforme se vislumbra na jurisprudência inframencionada do Egrégio Tribunal de Justiça de SC:

APELAÇÃO CÍVEL – REPRESENTAÇÃO – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – VAGAS EM PROJETO SOCIAL MUNICIPAL (PROGRAMA SENTINELA-ACORDE) – AUSÊNCIA DE PESSOA ESPECIALIZADO – POLÍTICA SOCIAL DERIVADA DE NORMA PROGRAMÁTICA E NÃO IMPERATIVA – IMPOSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA DO JUDICIÁRIO NA COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO – RECURSO PROVIDO.

As normas programáticas caracterizam-se por terem sua aplicação procrastinada, isto é, pressupõem a existência de uma legislação posterior para sua efetiva aplicação no âmbito jurídico, sendo destinadas, pois, ao legislador infraconstitucional, não conferindo aos seus beneficiários o poder de exigir a sua satisfação imediata, haja vista a ausência de qualquer delimitação de seu objeto e da sua extensão.

Ao Poder Judiciário falece competência para interferir na política educacional implementada pelo Poder Executivo, quando esta é derivada de norma programática e não imperativa (AC n. 2002.006812-3, da Capital, Des. Luiz César Medeiros).

Conclui-se, a luz do entendimento extraído dessa decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tendo como Desembargador-relator o Douto Luiz César Medeiro, o qual proferiu uma brilhante decisão a respeito da Ação de Apelação Cível em epígrafe, que envolvia matéria inerente às normas programáticas, a qual já era para ter sido legislada, contudo, houve uma deficiência por parte do Poder Legislativo em legislar a respeito desse conteúdo tão essencial para manutenção da estabilidade do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Portanto, importa destacar que o Poder Judiciário detém uma competência impar sobre os demais poderes, pelo fato que quando o legislativo fica inerte na elaboração de uma norma ou Executivo não cumprir o que está na lei, é necessário qualquer um do povo garantir o seu direito de petição, direito este que movimenta as engrenagens do Poder Judiciário para garantir o direito que a Carta Magna de 1988 no proporcionou. Devido a esta situação

manifestada em epígrafe, a uma grande temática por parte da doutrina em relação ao ativismo judiciário, logo fica claro que não é ativismo, mais sim os poderes não estão cumprindo com sua obrigação institucional que viola a Magna Carta de 1988, nestas causas o Supremo Tribunal Federal tem se posicionado com a fita a prover tudo aquilo que foi firmado pelo Constituinte de 1988..Assim, o Poder Judiciário tem uma ampla competência para julgar matérias da competência do Poder Legislativo e do Poder Executivo, para garantir o Estado Democrático Brasileiro.

Imperioso destacar que a saúde a partir da CRFB/88 foi oferecida para todos, independentes de sua contribuição ou situação financeira, assim, obrigou o Estado a ter que custear com tal instituto. Logo, o Estado também passou a ter que se responsabilizar também sobre a promoção da saúde, por meio de políticas públicas e sociais na busca de reduzir as moléstias. Salienta-se que há um paralelo entre o princípio da dignidade da pessoa humana, direito a vida e direito a saúde, de modo que o princípio da dignidade da pessoa humana que oxigena os demais, contudo, para que os três paralelos surte efeito dentro do nosso estado democrático é necessário mais uma aplicação dentro de tripé que relação aos princípios da igualdade e universalidade, sendo que ambos direitos tem que ser ofertado para todos de maneira igual e estes direitos tem que atender todos que estão dentro da órbita federal, portanto, caberá ao Poder Público em fiscalizar, controlar e regular (Silva, 2010).

É patente a vasta quantidade de norma que o Texto Constitucional de 1988 trouxe para beneficiar a sociedade, de modo que antes da Lei Maior de 1988, havia muito conflito e discursão a respeito das políticas públicas do Brasil, e muito brasileiros viviam em situações lastimáveis, ou seja, a margem da sociedade, sem ter nenhum amparo nem pelos seus familiares que pouco tinha para prover o seu próprio sustento e também não havia norma concreta que obrigava Estado a solucionar estas situações. É notório que a Magna Carta de 1988, foi à luz no meio de um período de treva, o qual vivenciava o Brasil a respeito à saúde pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É patente, que as normas programáticas refere-se automaticamente as normas que se veiculam a um programa social, que será inserida dentro da sociedade pelo Estado, estas normas programáticas assumem um papel crucial dentro do nosso estado democrático brasileiro, ao passo como foi vislumbrado no contexto deste dispositivo científico que a partir da segunda guerra mundial esta corrente de Direito Social ganhou mais força. Embora doutrinariamente falando, esta concepção manifestou desde promulgação da Carta do Rei João Sem Terra em 1215, a qual garantia direitos individuais para os seus cidadãos. Assim, dando um passo na história, cabe destacar a Revolução Francesa, a qual trouxe no seu molde revolucionário três lemas que são fundamentais até os dias atuais para oxigenar o nosso estado democrático que são a Liberdade, Igualdade e Fraternidade, onde o constituinte de 1988, agregou estes vetores dentro da nossa Magna Carta. Com isso, fica evidente que a fraternidade está estritamente ligada ao vetor da fraternidade, onde o Estado é obrigado a promover os direitos sociais com esteio no princípio da dignidade da pessoa humana.

A Lei Maior de 1988 em seu artigo 6º consagrou o direito a saúde entre os direitos sociais, o qual foi um grande passo do constituinte de 1988, pelo fato que poucas Constituições do mundo tivera a ousadia em impetrar tal instituto dentro de seus direitos sociais de modo que seria uma responsabilidade muito grande por parte do Estado em ter que custear com todo este custo, devido que a moléstia é biológica inerente ao ser humano. Portanto, por força do artigo 196 a 200 da Constituição Federal, firmou mais ainda, tal entendimento. Assim, ficou a cargo do Sistema Único de Saúde (SUS) em integrar em todo o território brasileiro o sistema de saúde, para tratamento e acompanhamento médico para todos aqueles que habitem no Brasil. Além disso, ficou a cargo da seguridade social em angariar recurso para manter o Sistema Único de Saúde.

6 REFERÊNCIAS

BARROSO, Luis Roberto. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva: Direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial.** Revista de Direito Social, 2009;

BRITO, Edvaldo. **Reflexos Jurídicos da atuação do Estado no domínio econômico: desenvolvimento econômico, bem estar social.** São Paulo: Saraiva, 1982;

CURY, Ieda Tatiana. **Direito fundamental à saúde: evolução, normatização e efetividade.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005;

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico.** v. 3. São Paulo: Saraiva, 1999;

PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. **Eficácia e aplicabilidade das Normas Constitucionais Programáticas.** São Paulo: Max Limonad, 1999;

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais.** 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2007;

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 28 ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2010;

TEIXEIRA, J. H. Meirelles. **Curso de direito constitucional.** Rio de Janeiro: Forense, 1991;

_____. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 set. 2017;

_____. **LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em: 30 set. 2017;

PROVA NA SEARA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DICIPLIVA SOB O VIES DA TEORIA DA ARVORE DO FRUTO ENVENENADO.

ARAUJO, Cassiano Silva

SOARES, Hebner Peres¹

RANGEL, Tauã Lima Verdan²

1 INTRODUÇÃO

A temática do sugerido trabalho científico buscou trabalhar com pesquisas bibliográficas, para trazer aos seus leitores uma compreensão mais simples no tocante ao entendimento das provas dentro do Processo Administrativo. Assim, este trabalho desdobrará a respeito do instituto da prova, abordando de forma concisa sobre a concepção do instituto da prova dentro do conteste processual. Cabe enaltecer as palavras de Malatesta, o qual asseverou que “constatando que a natureza de toda relação é determinada pela natureza dos seus limites, e, na consideração dos dois limites daquela relação temos a prova” (MALATESTA, 2001, p.91), ou seja, prova seria tudo aquilo que sofre alteração mediante a transformação do mundo naturalístico devido ao um fato jurídico.

Assim, o presente dispositivo desdobrará a respeito do conceito de prova na seara administrativa. Cabe ressaltar que o instituto da prova segue o mesmo entendimento do processo civil. Contudo a prova no processo administrativo se dá no âmbito da sindicância ou do processo administrativa disciplinar, sendo que a sindicância é uma espécie de processo administrativo que sua penalidade máxima é a suspensão do servidor público em até 30 dias, já o processo administrativo disciplinar poderá penalizar com suspensão acima de 30 dias, e ainda gera de demissão desse servidor público que é submetido a tal procedimento.

¹Discentes do Nono Período do Curso de Direito da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (2013-2015). Especialista em Práticas Processuais – Prática Civil, Prática Penal e Prática Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo - ES (2014-2015). Líder do Grupo de Pesquisa “Direito e Direitos Revisitados: Fundamentalidade e Interdisciplinaridade dos Direitos em pauta”. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

E por fim, dissertará a respeito da teoria da árvore do fruto envenenado, fazendo um paralelo entre a prova ilícita com a prova ilegítima, sendo que a teoria da árvore do fruto envenenado aplicar-se-á nas provas ilícitas, de modo que o direito administrativo segue o mesmo entendimento do Processo Penal. Se a prova ilícita for utilizada dentro do processo administrativo, não terá validade nenhum pelo fato que ela fere o princípio da legalidade, ou seja, ela terá que ser desentranhada dentro do processo, mesmo se ela for à única dentro do processo.

2 MATERIAL MÉTODOS

Cuida-se de pesquisa desenvolvida a partir do método hipotético-dedutivo, auxiliada por revisão bibliográfica específica para a temática eleita.

3 DESENVOLVIMENTO

O instituto da prova, nada mais é do que a conexão privativa e existente entre a persuasão e a realidade, “constatando que a natureza de toda relação é determinada pela natureza dos seus limites, e, na consideração dos dois limites daquela relação temos a prova.” (MALATESTA, 2001, p. 91). Provar dimana do verbo *probare*, ou seja, (demonstrar, examinar, verificar). No jargão forense é corroborar pela indubitabilidade de uma ocorrência, agregando-se da veracidade que se justifica. Em outras palavras, o substantivo prova poderá ser aplicado em qualquer coisa, seja ela material ou imaterial, apropriada para movimentar uma ligação lógico-demonstrativo. Sob a ótica processual, prova sintetiza-se na união de elemento determinado a fascinar o juiz no tocante da fidedignidade de uma circunstância de fato. Importa salientar, então, o condicionamento da prova é dominado pela específica legalidade, ao passo que há certa dissonância pelo tão conhecido sistema da prova legal – no qual as diretrizes, pré-estabelecidas, denominam-se como regramento para a mais sensata averiguação da veracidade.

Assim, o instituto da legalidade da prova tornou-se um instrumento com objetivo crucial para tutelar proteção do estado democrático de direito, de modo que o seu ponto essencial se dá na proteção aos direitos dos acusados. Examinando o questionário preliminar, analisa-se uma organização persecutória por parte do Estado,

princiando por seus administradores com a averiguação levada para proporcionar a constituição da confiança por parte da autoridade competente, na tentativa de buscar o processo administrativo disciplinar (MELLO, 2006, p. 446).

Desse modo, analisando o estímulo que rodeia o processo disciplinar com relação na busca de reprodução do fato delituoso, resguardando para o estudo, inúmeros parâmetros pertinentes para o acontecimento de uma condenação. “Deve-se ter a consciência de que o que se descobre é uma verdade obtida por vias formalizadas, ou seja, uma verdade processual” (ZILLI, 2003, p. 114). Destarte que divisão da omissão ou ação punível no tocante aos diversos requisitos reclamáveis para a reprovação conduz a um comportamento instrutória. Neste período processual, confluindo para as provas razoáveis em lei, pretende-se a produção de uma conduta humano culpável, antijurídico e típico no âmbito administrativo, acolhido, ainda, diversos pressupostos de punições aparente na lei ou nos estatutos. Portanto, o instituto da prova manifesta o liame entre fato e causa, ou seja, uma ação que está em desarranjo com a previsão legal vigente relacionada a um sujeito. Mister se faz esclarecer que no passado equidistante a doutrina entendia que a definição de prova se dava como a averiguação da verdade. Diante disso, a prova foi abalizada como um meio com que chegava até na alma do julgador, produzindo um entendimento racional no tocante a ilicitude dos fatos explanados nos autos. No entanto, tal concepção forense não mais confirma a doutrina contemporânea.

Sobre a ótica do processo administrativo disciplinar, com esteio na Lei nº 8.112/90, conhecida como regime jurídico dos servidores públicos civil da União, evidencia que tal dispositivo legal se baseia concretamente na prova produzida por meio lícito que levará a verdade dentro do processo. Assim, extrai desse entendimento que só é verdadeiro o que está legalmente provada. Nesse sentido, a produção de provas torna-se condição fundamental e necessária para o cumprimento do direito material. Vislumbra-se que a prova é o único caminho que leva a verdadeira materialização do que é certo ou errado, por meio dela alcança-se o direito, refletindo a luz para comissão processante em se guiar no tão obscuro túnel chamado processo. Desta forma, atribuem-se poderes instrutórios praticamente imensurável, procedendo sempre com objetivo de restabelecer a veracidade dos fatos, mesmo que não alegado dentro do processo administrativo, formado um quebra cabeça com peças chaves.

Não obstante, o legislador se direcionou no caminho inverso da doutrina progressista, de modo que a remontagem de fatos decorridos estabelece tarefa tendente a inadvertências, no qual sempre será realizada de maneira indireta, e assim sendo, imperfeita. Imprescindível destacar os artigos 143 a 182 da Lei nº 8.112/90, ao passo que determina que o processo administrativo disciplinar seja aplicado aos agentes públicos federal. A mencionada legislação estabelece que a duas direções que suportem o processo administrativo disciplinar para fazer o levantamento de eventual sanção de servidores públicos, a saber: o processo administrativo disciplinar e a sindicância (PIETRO, 2004, p. 544).

Cabe ressaltar que a aplicação de sanções pressupõe no tocante aos direitos e garantias fundamentais. Sendo que a restrições de direitos tem aspecto notável, e sofre reflexo direto dos decorrentes delineamentos: presunção de inocência, impulso oficial, motivação, devido processo legal, ampla defesa contraditório. Assim, regulamento torna-se necessário em face da possibilidade de persecução a um definido agente público por razões particulares, paradigmas religiosos, aspectos inerentes à sua situação pessoal, tal como por índole política. Outro ponto interessante questionado que havia na jurisprudência, era que tinha certa indispensabilidade em relação ao advogado para intervenção do agente público no processo disciplinar administrativo. Dessa maneira, entendeu o STJ³, cristalizando a súmula de nº 343, no discernimento que a defesa promovida pelo patrono era substancial em todas as etapas do processo. Conquanto, a problemática chegou até ao STF⁴, o qual se manifestou de forma contrária ao que havia firmado pelo STJ, assim, cabe enaltecer a súmula de efeito vinculante nº 5 do Supremo Tribunal Federal: “a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição”.

Rebateu de maneira clara, contudo, contraditória a tese deferida pelo Supremo Tribunal Federal, a ilustríssima docente Cristina Fartoni pontifica que:

³Superior Tribunal de Justiça (STJ). Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/portal/site/STJ> >. Acesso em: 08 de set. 2017;

⁴Supremo Tribunal Federal (STF). Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp> >. Acesso em: 08 de set. 2017;

O entendimento exposto na Súmula Vinculante nº 5 não apenas representa um retrocesso no processo de lutas e conquistas a favor do cidadão e do servidor, como destoa do princípio da eficiência, cuja aplicação no processo administrativo disciplinar clamará pela busca da solução ótima, resultado de ponderações e diálogos que só se fazem presentes quando as partes estão minimamente niveladas, usufruindo de instrumentos/armas similares. A presença do advogado proporcionará a defesa real do acusado e contribuirá para a construção do entendimento correto sobre o caso, salvaguardando, em última análise, o interesse público. (FORTINI, 2012, p. 14).

Concerne frisar que, no momento que se inicia o processo disciplinar dar-se por meio de denúncia, sendo fundamental a identidade do denunciado em conjunto com seu domicílio, vedada, à vista disso, a denúncia falsificada com base no artigo 144 da Lei de nº 8.112/90. Como já aludido, existem duas formas de otimização das penalidades praticadas pelos agentes públicos, consoante o diploma legal de nº 8.112/90. A averiguação seda por meio de uma sindicância ou por meio de um processo administrativo disciplinar dependera da conduta delituosa praticada. Dessa forma, a primeira fase da inquirição é instaurada como período preliminar do processo disciplinar ou para averiguação de condutas sancionada com pena de suspensão ou advertência, sendo que a pena de suspensão poderia ser aplicada em até 30 dias, assim, dentro da primeira fase escusado ampla defesa e contraditório quando a matéria for inerente da sindicância preparatória. A segunda fase é instaurada para adoção de erro mais árduo como suspensão maior que 30 dias ou demissão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Logo, para dar continuidade no procedimento administrativo é necessário garantir a sua finalidade dentro do devido processo legal, um instituto que habilitara toda a instrução processual é o instituto da prova. Importa destacar que o ordenamento jurídico brasileiro não suporta dentro de sua tramitação legal, as provas que advém de manifestação ilícita dentro do processo. Dessa maneira, um ponto interessante dentro desta ótica processual é no tocante da teoria da árvore do fruto envenenado, de forma que sobrevém da derivação da concepção forense do direito norte-americano, de jeito que se concluiu que toda prova oriunda dentro do processo, seja ele qual for, terá que ser oxigenada pelo instituto da licitude, ou seja, para que se garante o devido processo legal, torna-se necessário que toda descoberta materialmente falando dentro de um processo, ficara sobre condão do instituto da licitude, para que assim haja eficácia plena dentro da instrução processual e ocorra a

dicotomia processual. No entanto, há uma grande discursão no âmbito forense brasileiro, ao passo que boa parte da sociedade não conseguiu compreender a essencialidade e magnitude de tal teoria. Dessa forma, para que se gere o estado democrático de direito, faz-se inescusável a utilização de vários institutos dentro do ordenamento forense brasileiro, contudo preservando sua forma harmônica. Assim, conforme as palavras do Professor Dezem, ao salientar que "a teoria *The fruits of the poisonous tree*, ou teoria dos frutos da árvore envenenada, cuja origem é atribuída à jurisprudência norte-americana, nada mais é que simples consequência lógica da aplicação do princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas" (DEZEM, 2008, p. 134).

Imperioso destacar que não há conexão ao ilícito administrativo com a tipicidade que forma o ilícito penal. Sendo que grande parte das sanções não é estabelecida com certeza, consubstanciando-se a lei, na generalidade, a exprimir em ausência de implemento dos deveres, ausência de zelo no cumprimento da obrigação, desobediência grave, procedimento desproporcional, imoderação pública, pequeno número são de sanções definidas como, por exemplo, os ilícitos que coincide a contravenções ou infrações. "Isso significa que a Administração dispõe de certa margem de apreciação no enquadramento da falta dentre os ilícitos previstos na lei, o que não significa possibilidade de decisão arbitrária". (PIETRO, 2005, p. 534).

Por fim, de maneira proporcional, a lei estabelece as prováveis sanções a serem imposta aos agentes públicos. Sendo a primeira sanção contida no diploma legal nº 8.112;/90, é a sanção de advertência. Trata-se de uma sanção de natureza considerada tranquila se relacionada com as outras sanções, possuindo particularidades: sendo o prazo para prescrever decorre dentro do lapso de 180 dias; advertência por escrito; o documento no lançamento operacional do agente público. De mais a mais, o registro só poderá ser extraído dentro de 03 anos, caso não exista nenhuma reincidência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salienta-se que a prova é todo meio pelo qual se busca demonstrar uma verdade na seara processual, ou seja, tudo aquilo que sobre alteração por um fato ou ato que

causa reflexo no mundo naturalístico, ao passo que a prova é a pedra da esquina que leva juiz a vislumbrar o que realmente ocorreu em um fato posterior.

Dessa maneira, no Processo Administrativo não é diferente, de modo que o Processo Administrativo possui dois ritos processuais, sendo que o primeiro é a sindicância e outro o processo administrativo disciplinar. Enseja que o primeiro é composto por casos menos complexos e o segundo é composto por casos mais complexos. Ressalta-se que tanto a Sindicância quanto o Processo Administrativo Disciplinar são instrumento pelo qual administração pública pratica o seu poder-dever, de modo que só por meios destes instrumentos que a administração pública poderá dentro da ótica do princípio do devido processo legal chegar à verdade das causas apresentadas diante o seu âmbito de atribuição.

É evidente que a mesma essência do Processo Administrativo segue a orbita Constitucional, pelo fato que a Magna Carta em seu artigo 37, regulamente de forma brilhante a respeito dos poderes da Administração Pública que oxigenará todo a seara do Processo Administrativo, com observa que até em relação da matéria das provas permanece o mesmo entendimento que é aplicado para os demais ramos do direito dicotomicamente falando. Assim, os Direitos Administrativos em nenhum de seus ritos processuais não permitem a ingerência das provas ilícitas e nem as suas derivações, incidindo a teoria da árvore envenenada no âmbito administrativo.

6 REFERÊNCIAS

COSTA, Nelson Nery. **Processo administrativo e suas espécies**. Rio de Janeiro: Forense, 2007;

DEZEM, Guilherme Madeira. **Da Prova Penal**. 1ª edição. São Paulo: Millenium, 2008;

FORTINI, Cristiana. **Processo Administrativo Disciplinar no Estado Democrático de Direito**: o devido processo legal material, o princípio da eficiência e a súmula vinculante nº 05 do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/REDE-25-MARCO-2011-CRISTIANAFORTINI.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017;

MALATESTA, Nicola Framarino dei. **A lógica das provas em matéria criminal**. Tradução: Paolo Capitanio. 2. ed., Campinas: Bookseller, 2001;

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 17^o ed. São Paulo: Malheiros: 2006;

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito Administrativo**. 18^o ed. São Paulo: Atlas: 2005;

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. **A iniciativa instrutória do juiz no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003;

_____. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Acessado: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Disponível em: 08 de out. 2017;

EUTANÁSIA E A MORTE DIGNA

RAIMUNDO, Cíntia Maria Dos Santos¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

A tecnologia científica vem evoluindo ao longo dos anos, em prol de prolongar a ainda mais a vida humana, mas o processo de adiantar a morte também evoluiu, de forma que seja com menos sofrimento. Pois a única certeza que temos desde os primórdios até os dias atuais é a morte. O termo eutanásia, mesmo é um assunto antigo, e ao mesmo tempo muito atual, que acaba gerando um grande questionário, com relação a dignidade do ser humano em ter uma morte serena, de viver ou até mesmo de esta apenas vivo.

O direito a uma morte com dignidade envolve um enorme questionário, como: até quando uma vida humana deve ser mantida? Até quando prolongar o sofrimento dos que estão ao seu redor? Dar uma morte digna a quem vem sofrendo por anos com uma doença incurável? A vida humana independente de sua qualidade ela deve ser mantida?

Referente ao questionário acima, a eutanásia, ganhou grandes defensores, mas ainda é um assunto com uma grande divergência com relação entre o direito, a psicologia, a religião, e entre pacientes e familiares. A presente pesquisa visa estudar sobre o quem vem a ser a ciência da prática eutanásia, com suas respectivas modalidades dentro da realidade social de um mundo globalizado, levando em consideração, o respeito ao ser humano, com referência à sua dignidade, o seu direito de poder escolher em cessar uma causa que lhe vem trazendo tanto sofrimento de angústia e dor.

¹Graduanda em Direito pela Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim/ES

²Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF - Linha de Pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos. Mestre em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

Esta pesquisa se justifica por ser tema bastante questionado no âmbito jurídico, psicológico, e também religioso, causando discussões favoráveis e também desfavoráveis por se tratar da vida e da morte de uma pessoa sofrendo por doenças incuráveis, em estado irreversível ou terminal, tendo em vista buscar mais clareza sobre o presente tema.

2 MÉTODOLOGIA

A metodologia aplicada nesta pesquisa, foi o método introdutivo, buscando saber mais sobre este assunto, auxiliada de revisão de literatura, pesquisas bibliográficas, artigos científicos, monografias, como técnicas de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

A Eutanásia é uma palavra de origem grega, subdividida em duas palavras – *eu (bom)* e *thanatos (morte)*, cujo a sua junção dá o significado de: “*uma morte boa*”, “*morte serena*”, “*morte sem sofrimento*”. Há quem diz que a primeira vez que este termo apareceu, foi na obra de Na obra *Historia Vitae et mortis*, do filósofo Francis Bacon, no ano de 1623, no século XVII. (CORREIA; GREGOLIN, 2017, p.02). Mas ainda temos outros relatos que a palavra eutanásia utilizada pela primeira vez pelo historiador latino Suetônio, no século II d.C., quando descrevia a morte do imperador: “A morte”.

Ao longo dos anos a palavra eutanásia vem sofrendo constantes mudanças em seu conceito, passando a ser polissêmico, ou seja, com várias definições, como a distanásia, ortotanásia, mistanásia e, suicídio assistido. A eutanásia é utilizada nos países que a permitem como forma de amenizar os sofrimentos das pessoas que sofrem de doenças incuráveis, que estão em estado terminal ou vegetativo irreversível e por invalidez. (CORREIA; GREGOLIN, 2017, p.02).

Para Namba (2015, p. 219), a eutanásia se caracteriza quando há: morte provocada por sentimento de piedade, compaixão, e quando a pessoa é acometida por sofrimento e doença incurável. Já quando provoca a morte de outrem com a intenção de obter alguma vantagem econômica, ou por vingança, caracteriza-se como

homicídio privilegiado, e não eutanásia, se enquadrando então no artigo 121, §1º do Código Penal Brasileiro:

Art. 121 - Matar alguém:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.

§1º - se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça.

Pena – Reclusão de dois a seis anos, se o suicídio se consuma, ou reclusão de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

A prática da eutanásia, no momento em que ela é permitida, ela pode ser praticada por um profissional da área da saúde, como um médico ou um enfermeiro, e até mesmo por membro familiar. As suas práticas advêm de algumas modalidades, sendo eutanásia ativa e eutanásia passiva. Segundo Namba (2015, p. 220), a eutanásia ativa vem acontecer quando é provocada a morte sem sofrimento ao paciente, como por exemplo de injeção letal. Na passiva acontece por omissão, deixando de oferecer a devida assistência devida ao paciente.

Bioética é uma palavra oriunda da filosofia. Palavra *bioética*, foi utilizada pela primeira vez no ano 1927 por Fritz Jahr, no ano de 1927, na Alemanha, onde produziu um artigo que fora publicado na revista Kosmos. (MABTUM e MARCHETTO, 2015, p.03) Edison Tetsuzo Namba, em seu “Manual de bioética e Biodireito (2015)”, diz que existem apenas três (3) princípios fundamentais, o princípio da autonomia, princípio da beneficência e o princípio da justiça. Já Maria Helena Diniz, em “O estudo atual do Biodireito (2014)” acrescenta um, o princípio da não beneficência.

Princípio da autonomia: propõe aos profissionais, o respeito a vontade dos pacientes, levando em conta os valores morais e crenças religiosa (Código de Ética Médica, artigos 24 e 31). Princípio da beneficência: traduz-se na obrigação de reduzir os riscos aos pacientes (NAMBA, 2015, p.11). Princípio da Justiça: ou da não imparcialidade na distribuição dos riscos e dos benefícios, relata o princípio da isonomia, devendo tratar todos os iguais de forma igual, e os desiguais de forma desigual. Princípio da não maleficência: se resume em quando o médico não tem nenhuma intenção de causar a morte do paciente

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer da pesquisa, foi observado que a existe além da eutanásia, a distanásia, a ortotanásia, a mistanásia, e o suicídio assistido. A distanásia é sinônimo de tratamento fútil, ou inútil, sem benefícios para a pessoa em sua fase terminal. É o processo pelo qual se prolonga meramente o processo de morrer, e não a vida propriamente dita, tendo como consequência morte prolongada, lenta e, com frequência, acompanhada de sofrimento, dor e agonia. (BIONDO, SILVA, SECCO, 2009, p. 02). A distanásia é uma forma cruel de prolongar a vida artificialmente, ao máximo o sofrimento do paciente, sem ter uma expectativa de melhora, passando a ser uma morte causada lentamente.

A ortotanásia diferentemente da distanásia, ela abrevia o processo da morte, devendo ser somente praticada por um especialista da área da saúde, sendo então por um médico. (NAMBA, 2015, p. 222). Ocorrendo a morte no seu devido tempo, sendo proporcionado a morte natural. O artigo 1º, da resolução 10.805/2006, deixa a entender que é permitida então a prática da ortotanásia, pois fala que é permitido ao médico, suspender procedimentos de tratamentos em doentes de fase terminal. (RESOLUÇÃO CFM Nº 1.805/2006).

[...] a resolução 1.805/2006, de 28.11.2006, do Conselho Federal de Medicina. Antes dos considerando, asseverou-se que “na fase terminal de enfermidades graves e incuráveis são permitidos os médicos limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente, garantindo-lhe os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, na perspectiva de uma assistência integral, respeitada a vontade do paciente ou de seu representante legal”. O art. 1º, *caput*, foi redigido com o seguinte teor: É permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente na fase terminal, de enfermidade grave e incurável, respeitada a vontade da pessoa ou de seu representante legal”. (NAMBA, 2015, p. 223).

A mistanásia acontece em todo e qualquer lugar, acontece geralmente por omissão de socorro, precariedade do sistema de saúde, por negligência, imprudência e até mesmo por imperícia. Geralmente acontece por negligência, quando é omitido um tratamento ao paciente sem motivo justo, causando o seu óbito. Por imprudência o médico acaba prescrevendo medicamento errado para o paciente. Já por imperícia o

paciente chega a óbito, pelo médico não estar com os seus conhecimentos atualizados. (NAMBA, 2015, p. 224)

O suicídio assistido, acontece mediante a vontade do paciente, ele manifesta a vontade de cessar com a própria vida. (NAMBA, 2015, p. 225.). Existem pouquíssimos países que legalizaram a prática da eutanásia e do suicídio assistido, que foi a Colômbia, o Canadá, a Califórnia, e na Holanda é permitida desde o ano 2012, na Bélgica, desde 2002, em Luxemburgo e na Suíça desde 1984, nos Estados Unidos Da América a pratica é permitida desde o ano de 1994, sendo Oregon a primeira cidade. (CASTRO, 2016.) (MARTINEZ; BERSOT 2015, p. 296). No Brasil a prática da eutanásia não é legalizada, sendo considerada um ato ilícito ao Código Penal Brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta o que foi observado acima, pode-se afirmar que o assunto Eutanásia é muito antigo, mas ainda há muito o que se falar sobre, em seu aspecto social, cultural e religioso. No entanto a sua prática é somente em alguns países, e nestes países ela só pode ser praticada por profissionais da saúde, como um médico ou por um enfermeiro, já no Brasil a pratica da eutanásia é proibida, sendo aplicada de acordo com o Código Penal Brasileiro como crime de homicídio privilegiado, violando então a Constituição Federal de 1988 e os seus princípios fundamentais, no que se refere ao direito a “vida”, e não a de liberdade de escolha.

6 REFERÊNCIAS

BIONDO, C. A.; SILVA, M. J. P.; SECCO, L. M. D. Distanásia, Eutanásia e Ortotanásia: percepções dos enfermeiros de unidades de terapia intensiva e implicações na assistência. *In: Rev. Latino-am Enfermagem*, n. 17, v. 5, set.-out. 2009, p. 1-8. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v17n5/pt_03.pdf>. Acesso 02 out. 2017

CASTRO, Mariana Pereiras Reis de, et al. Eutanasia e suicídio assistido em países ocidentais: revisão sistematica. *In: Rev. Bioét.* [online], v.24, n. 2, 2016, p.335-367. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-80422016000200355&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso 02 out. 2017

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARTINEZ, Sergio Rodrigo; BERSOT Livia Gava. **Análise crítica da proibição do suicídio assistido no Brasil**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/593-2513-1-pb.pdf>>. Acesso 03 out. 2017.

MABTUM, M. M.; MARCHETTO, P. B. Concepções teóricas sobre Bioética, Biodireito e dignidade humana. In: **O debate bioético e jurídico sobre as diretivas antecipadas de vontade**. São Paulo: Editora UNESP, 2015. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/qdy26/pdf/mabtum-9788579836602-02.pdf>>. Acesso 03 out. 2017.

NAMBA, Edison Tetsuzo. **Manual de Bioética e Biodireito**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BIOCENTRISMO NO STF? O RECONHECIMENTO IMPLÍCITO DE DIGNIDADE ENTRE ESPÉCIES A PARTIR DA ANÁLISE DOS PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS

SILVA, Daniel Moreira¹
RANGEL, Tauã Lima Verdan²

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, cuida destacar, com fincas na moderna concepção biocêntrica da ética e do direito ambiental, concebe-se a ideia de que os animais são dotados de dignidade e valores próprios, superando inegavelmente a perspectiva extrema antropocêntrica que enleia e reduz o meio ambiente a um mero instrumento de satisfação da dignidade humana na função de sujeição, inclusive, por concebê-los como uma mera coisa, objeto do direito de propriedade humana, o inciso VII, § 1º do art. 225, da Constituição Federal respalda a referida concepção biocêntrica, conferindo uma tutela constitucional ao bem-estar dos animais.

Houve seguramente uma grande evolução com a passagem do crescimento econômico a qualquer custo para as formas de desenvolvimento menos agressivas ao meio. As estruturas políticas, sociais e econômicas tornaram-se insensíveis à degradação generalizada do mundo natural. (MILARÉ, 2013). Neste sentido, observa-se uma nítida relação existente entre meio ambiente, dignidade da pessoa humana e mínima existencial. Contudo, o sistema jurídico é uno e inter-relacionado, devendo ser interpretado de maneira indivisível, respeitados os princípios e a hierarquia das normas. Além do mais, em se tratando de Meio Ambiente, requer-se uma interpretação sistemática da Constituição. Assim, a Carta Constitucional de 1988 alargou significativamente o campo dos direitos e garantias individuais

¹Graduando do 4º período do curso de Direito da Multivix-ES, danielmoreira.er@gmail.com

²Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista *lato sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Multivix – Unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com. Cachoeiro de Itapemirim – ES, outubro de 2017.

fundamentais, na construção de um Estado Democrático de Direito que se afirma através dos fundamentos e objetivos perseguidos pela nação.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa está alicerçada em análise documental, dialogada a partir da jurisprudência constitucional, Suprema Corte Nacional, nos julgados do Supremo Tribunal Federal, em especial no que toca à vedação de práticas cruéis e degradantes envolvendo animais.

3 DESENVOLVIMENTO

A redação do artigo 225 da Constituição Federal 1988 se desdobra em vários dispositivos que detalham desde um rol de obrigações do Estado (listados nos sete incisos do § 1º), assim como determinam a obrigação de reparação dos danos ambientais, por parte dos agentes que exploram recursos minerais (§ 2º) e frisam a punição administrativa e criminal, com o dever geral de reparação por violações ambientais (§ 3º) É importante assinalar, neste ponto, que a cláusula inscrita no inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição da República, além de veicular conteúdo impregnado de alto significa do ético-jurídico, justifica-se em função de sua própria razão de ser, motivada pela necessidade de impedir a ocorrência de situações de risco que ameacem ou que façam periclitare todas as formas de vida, não só a do gênero humano, mas, também, a própria vida animal, cuja integridade restaria comprometida por práticas aviltantes, perversas e violentas contra os seres irracionais.

Portanto, a vedação da crueldade contra animais na Constituição Federal de 1988, neste contexto, considera-se uma norma autônoma, de modo que sua proteção não se dê unicamente em razão de uma função ecológica ou preservacionista, e a fim de que os animais não sejam reduzidos à mera condição de elementos do meio ambiente. Além disso, é importante assinalar, o reconhecimento imprescindível ao valor eminentemente moral que o constituinte lhe conferiu ao propô-la em benefício dos animais sencientes. Esse valor moral está na declaração de que o sofrimento animal importa por si só, independentemente do equilíbrio do meio ambiente, da sua função ecológica ou de sua importância para a preservação de sua espécie.

À luz do antropocentrismo, o reconhecimento a crueldade praticada em animais apenas se manifesta em caso da prática submeter o animal a um sofrimento além do absolutamente necessário. Isto é, “se a prática contra o animal não tiver por finalidade proporcionar ao homem uma sadia qualidade de vida ou, na hipótese de estar presente esse propósito, os meios empregados não forem absolutamente necessários à atividade.” (FIORILLO, 2012, p. 288). Nesse paradigma, o homem ainda está no centro das preocupações, mas interage com a natureza de maneira muito mais respeitosa e compromissada, primando pela sustentabilidade e pela preservação dos recursos naturais para as próximas gerações. O antropocentrismo alargado inclui o conceito de responsabilidade social perante o meio ambiente, a ser executado pelo Estado e por toda a coletividade. (RANGEL, 2010, p. 94)

O contrário sensu, a corrente biocêntrica retira o homem da centralidade valorativa, gerando um equilíbrio deste em relação à fauna e à flora. O biocentrismo coloca o próprio ecossistema como centro e reconhece o valor da vida dos animais não-humanos e da flora, todos em interdependência com a raça humana. A ética, outrora centrada no ser humano, verte-se para uma consideração profunda sobre o equilíbrio da teia da vida e da sustentabilidade ecológica. Nesse contexto, o artigo 225, §1º, VII da Constituição Federal defere aos animais a titularidade de direitos e de dignidade, de maneira que quaisquer atos humanos que atentem contra a sua vida, integridade física ou psicológica, não importando o motivo, devem ser alvo de reproche e sanção penal.

Embora a norma constitucional presente no art. 225, *caput*, tenha feição nitidamente antropocêntrica, a Constituição a equilibra com o biocentrismo por meio de seus parágrafos e incisos. Logo, aceita-se afirmar que o constituinte não endossou um antropocentrismo radical, mas sim optou por uma versão moderada, em sintonia com a intensidade valorativa conferida ao meio ambiente pela maioria das sociedades contemporâneas. Além disso, o fato de a Constituição Federal de 1988 ser a primeira entre as constituições brasileiras a se importar com a proteção da fauna e da flora é bastante representativo dessa opção antropocêntrica moderada feita pelo constituinte. A legislação brasileira apregoa uma multiplicidade de entendimentos quanto à Natureza jurídica dos animais em desconformidade com os entendimentos dos doutrinários mais contemporâneos, ainda que, influencia no tratamento diário

conferido aos mesmos. No entanto, percebe-se em inúmeros julgados e casos levados aos tribunais uma possibilidade de mudança, com destaque no presente artigo quanto ao Supremo Tribunal Federal, em julgamentos que geraram a discussão quanto ao conflito de algumas formas de manifestação cultural e entretenimento com utilização de animais e crueldade. (CHALFUN, 2016, p. 57)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal nos casos de colisão entre as normas envolvendo, de um lado, a proteção de manifestações culturais (art. 215, caput e § 1º) e, de outro, a proteção dos animais contra o tratamento cruel (art. 225, § 1º, VII), tem sido firme no sentido de interditar manifestações culturais que importem crueldade contra animais. O Supremo Tribunal Federal demonstra a sustentação de repudiar a autorização ou regulamentação de qualquer prática, ainda que esta, sob justificativa de preservar a cultura, submeta animais a práticas violentas ou cruéis, por contrariar o teor do art. 225, § 1º, VII, da Constituição da República.

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou em quatro casos envolvendo a colisão entre a proteção de manifestações culturais e a vedação de crueldade contra animais. No Recurso Extraordinário 153.531, esteve em discussão se a manifestação pretensamente considerada cultural, chamada “farra do boi”, encontraria respaldo na Constituição. Por maioria de votos, a Segunda Turma entendeu que pela improcedência, pois a referida prática, ao submeter animais a atos de crueldade, violava o art. 225, § 1º, VII, embora não lhe tenha sido negado o caráter de manifestação cultural. O caso recebeu a seguinte ementa:

COSTUME - MANIFESTAÇÃO CULTURAL - ESTÍMULO - RAZOABILIDADE - PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA - ANIMAIS - CRUELDADE. A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância da norma do inciso VII do artigo 225 da Constituição Federal, no que veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Procedimento discrepante da norma constitucional denominada “farra do boi”. (RE 153.531 Rel. Min. Francisco Rezek. Rel. para o acórdão Min. Marco Aurélio, j. em 03.06.1997, DJ 13.03.1998).

No que concerne à demanda das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 1.856 e 2.514, julgadas do SFT como procedentes, respectivamente, dos Estados do Rio de

Janeiro e de Santa Catarina, observa-se a Corte diante da contestação a respeito da regulamentação de competições conhecidas como “brigas de galo”, autorizadas por leis estaduais, representariam práticas que submetem animais a crueldade. Nesta linha de exposição, observa-se na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.514 o relator Ministro Eros Grau asseverou em seu voto que “ao autorizar a odiosa competição entre galos, o legislador estadual ignorou o comando contido no inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição do Brasil, que expressamente veda práticas que submetam os animais a crueldade”. (Rel. Min. Eros Grau, j. em 26.06.2005, DJ 02.12.2005) Logo, a Suprema Corte decidiu a procedência do pedido por unanimidade, deixando assentado na ementa que “a sujeição da vida animal a experiências de crueldade não é compatível com a Constituição do Brasil”. (BRASIL, 2005). A lei catarinense questionada na Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.856, diferentemente a normatização fluminense, regulamentava-se a referida prática, ainda, que, traçava um completo regime organizacional prevendo, entre outras coisas, o reconhecimento da legalidade da briga de galo, incentivando-a amplamente na condição de atividade econômica. O Supremo Tribunal Federal decidiu, igualmente por unanimidade:

“à promoção de briga de galos, além de caracterizar prática criminosa tipificada na legislação ambiental, configura conduta atentatória à Constituição da República, que veda a submissão de animais a atos de crueldade, cuja natureza perversa, à semelhança da “farra do boi” (RE 153.531/SC), não permite sejam eles qualificados como inocente manifestação cultural, de caráter meramente folclórico”. (ADI 1.856. Rel. Min. Celso de Mello, j. em 26.05.2011, DJe 13.10.2011)

Merece destaque a seguinte parte da ementa:

Essa especial tutela, que tem por fundamento legitimador a autoridade da Constituição da República, é motivada pela necessidade de impedir a ocorrência de situações de risco que ameacem ou que façam periclitir todas as formas de vida, não só a do gênero humano, mas, também, a própria vida animal, cuja integridade restaria comprometida, não fora a vedação constitucional, por práticas aviltantes, perversas e violentas contra os seres irracionais, como os galos de briga (“gallus gallus”) (ADI 1.856. Rel. Min. Celso de Mello, j. em 26.05.2011, DJe 13.10.2011)

Prosseguindo na exposição, a ADI 3.776 (Rel. Min. Cezar Peluso, j. em 14.06.2007, DJe 28.06.2007), na qual se questionava lei do Estado do Rio Grande do Norte, também sobre brigas de galo, o Supremo Tribunal, novamente por unanimidade,

reafirmou sua orientação no sentido da proteção dos animais contra crueldade. Cabe destacar, o entendimento posto pelo Ministro Cezar Peluso afirma a postura da Corte:

[...] repudiar autorização ou regulamentação de qualquer entretenimento que, sob justificativa de preservar manifestação cultural ou patrimônio genético de raças ditas combatentes, submeta animais a práticas violentas, cruéis ou atroztes, porque contrárias ao teor do art. 225, § 1º, VII, da Constituição Federal. (Rel. Min. Cezar Peluso, j. em 14.06.2007, DJe 28.06.2007)

Como reflexos cristalinos, em 6 de outubro de 2016, o Plenário do Supremo Tribunal Federal - STF julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4983, ajuizada pelo Procurador-Geral da República contra a Lei nº 15.299/2013, que regulamenta a vaquejada como prática desportiva e cultural no Estado do Ceará. Outro aspecto salutar no julgamento da ADI nº 4983 aconteceu durante o voto do Ministro Ricardo Lewandowski, que fez uma interpretação biocêntrica do Direito e ressaltou que os animais não podem ser tratados como “coisas”, citando os princípios da Carta da Terra, declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade justa, sustentável e pacífica.

Os bens ambientais não se afiguram como valor absoluto e prevalecente sobre os demais valores constitucionais. Porém, a vaquejada e as normas que a regulamentam contrariam a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pois não têm finalidades socialmente relevantes (Art. 225, § 1º), não condizem com a dignidade humana (Art. 1º, III), não contribuem para construção de uma sociedade livre, justa e solidária (Art. 3º, I) e submetem os animais à crueldade (Art. 225, § 1º, VII).

Em suma, com fincas nessa moderna concepção biocêntrica da ética e do direito ambiental, em que os animais são dotados de dignidade e valores próprios, superando a perspectiva antropocêntrica que os reduzia a um mero instrumento de satisfação da dignidade humana e os sujeitava, inclusive, a alienações, por concebê-los como uma mera coisa objeto do direito de propriedade humana, o inciso VII, § 1º do art. 225, da Constituição Federal respalda a referida concepção biocêntrica, conferindo uma tutela constitucional ao bem-estar dos animais. (ARMANDO, 2014, p.182)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consagração do meio ambiente como um direito fundamental da pessoa humana introduz no Estado e no seu corpo social um paradigma axiológico que deve ser respeitado e seguido por todos, pois esse é o caminho escolhido politicamente pelos fundadores da nossa ordem jurídica para assegurar a sobrevivência da espécie humana. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, de igual modo, é um direito fundamental. Uma das maneiras para assegurar a efetividade desse direito é por meio da proteção à fauna, expressamente assegurado no artigo 225, § 1º, VII, da Constituição Federal de 1988. Tal dispositivo protege a fauna como um todo, seja ela silvestre, doméstica ou domesticada. Portanto, todos os animais estão sob tutela jurídica. (RANGEL, 2010, p. 107)

A sucessiva decisão paradigmática tomada pelo STF reconhece a centralidade do pensamento biocêntrico que o Supremo Tribunal outrora vem perseguindo. Não obstante, pois à luz da regra da proporcionalidade e das circunstâncias das práticas culturais que levem os animais a atos de crueldade, em favor da proteção dos animais contra tais atos de crueldade, deve eclipsar *in concreto* e transitoriamente o direito à manifestação cultural, ainda, que, mereça o julgamento de método e consistência argumentativa. Neste cenário, compreende-se as adoções de posições extremadas e fomenta uma hierarquização de valores e direitos fundamentais no plano abstrato. De todo modo, a priorização da defesa da fauna em contraposição a interesses de ordem cultural, em casos como o que se cuida, mostra que o Brasil se harmoniza com o esforço transnacional de priorização da defesa do meio ambiente natural, afinado aos novos paradigmas da sustentabilidade ecológica.

6 REFERÊNCIAS

ARMANDO, Nicanor Henrique Netto. A vedação de tratamento cruel contra os animais *versus* direitos culturais: breve análise da ótica do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 153531/SC, **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 29, p. 171-183, abr. 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/32568>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

_____. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

CHALFUN, Mery. Paradigmas filosóficos - ambientais e o direito dos animais. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 6, n. 5, p.209-246, jan.- jun. 2010. Disponível em: <<https://www.animallaw.info/sites/default/files/brazilvol6.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2017

_____. A questão animal sob a perspectiva do supremo tribunal federal e os “aspectos normativos da natureza jurídica”, **Revista de Biodireito e Direito dos Animais**, Curitiba, v. 2, n. 2, jul.-dez. 2016, p. 56-77.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 13 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 8 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2013.

RANGEL, Helano Marcio Vieira, Proteção da cultura ou proteção da fauna? Uma análise da farrã do boi a luz da jurisprudência do STF, **Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC**, v. 30, n. 1, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/index.php/nomos/article/view/1238>>. Acesso em: 22 fev. 2017

DIGNIDADES ENTRE ESPÉCIES: UMA REFLEXÃO ACERCA DO RECONHECIMENTO DOS ANIMAIS SENCIENTES E O ALARGAMENTO DO CONCEITO DE DIGNIDADE

SILVA, Daniel Moreira¹
RANGEL, Tauã Lima Verdan²

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, cuida destacar, com fincas na moderna concepção biocêntrica da ética e do direito ambiental, concebe-se a ideia de que os animais são dotados de dignidade e valores próprios, superando inegavelmente a perspectiva extrema antropocêntrica que enleia e reduz o meio ambiente a um mero instrumento de satisfação da dignidade humana na função de sujeição, inclusive, por concebê-los como uma mera coisa, objeto do direito de propriedade humana, o inciso VII, § 1º do art. 225, da Constituição Federal respalda a referida concepção biocêntrica, conferindo uma tutela constitucional ao bem-estar dos animais.

Desta feita, a consagração do meio ambiente como um direito fundamental da pessoa humana introduz no Estado e no seu corpo social um paradigma axiológico que deve ser respeitado e seguido pela sociedade, haja vista, que a ideologia adotada pelo legislador remete ao desejo deontológico de assegurar a sobrevivência da espécie humana. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cuida salientar, é um direito fundamental, erigido a partir da Constituição Federal de 1988. Logo, paulatinamente, a constituição assegura a efetividade desse direito por meio da proteção à fauna, e a flora expressamente no artigo 225, § 1º, da Constituição Federal de 1988. Tal dispositivo protege a fauna como um todo, seja ela silvestre, doméstica ou domesticada. Portanto, todos os animais estão sob tutela jurídica. (RANGEL, 2010, p. 107)

¹Graduando do 4º período do curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista *lato sensu* em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Multivix-Unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com. Cachoeiro de Itapemirim – ES, outubro de 2017.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa está alicerçada em análise documental, dialogada com a jurisprudência na Suprema Corte Nacional, no que concerne à proteção contra a crueldade aos animais, elevando-os como seres sencientes, dignos e tutelados pelo Direito Ambiental.

3 DESENVOLVIMENTO

A noção de dignidade projeta-se no campo da moral e da ética, inserida em uma filosofia que tem como base de seu pensamento o ser humano, dentro e uma perspectiva histórico-cultural em que o conceito foi construído através de reivindicações históricas realizadas pelos homens. Contudo, ainda que a concepção de dignidade se dê a partir do humano, atualmente, diante das novas considerações filosóficas e científicas que fomentam debates, já se inicia o entendimento de que a noção deve ser ampliada para nela se incluam outras formas de vida, aceitando-se que também essas possuem valor intrínseco a ser respeitado e protegido.

Etimologicamente, a palavra “dignidade” vem do latim *dignus*, que tem o significado de “aquele que merece estima e honra”. Embora a dignidade seja, obviamente, objeto de difícil conceituação, é possível que se ofereça sobre ela alguns contornos básicos. Neste sentido, a doutrina de Ingo Sarlet apresenta modernamente uma proposta para sua compreensão, mais especificamente quanto à dignidade da pessoa humana, formulando sua conceituação nos seguintes termos:

[...] temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (SARLET, 2006, p. 62)

Contudo, no decurso da antiguidade o uso do conceito de dignidade referiu-se sempre às pessoas humanas, sendo o cristianismo um dos primeiros a se apropriar de seu significado. O termo dignidade possui uma valoração de honra, de respeito, de

humanidade (GOMES, 2010, p. 645). Nesta perspectiva, o direito brasileiro convencional atribui a relação entre a espécie humana e inclui as demais espécies animais, limitado à tutela dos animais pelo poder público em função da sua utilidade enquanto fauna brasileira intrínseca ao meio ambiente equilibrado e ao instituto da propriedade dos animais domésticos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste diapasão, a inserção do meio ambiente nas relações abarcadas pelo direito se mostra cada vez mais importante, sucedendo a ciência jurídica o papel intercessor para a educação e mudança de perspectiva do homem com o ambiente que o envolve e lhe proporciona o maior bem tutelado, a vida, superando, segundo Azevedo (2005, s.p.), “a insuficiência da ética vigente, antropocêntrica, individualista, incapaz de perceber a íntima ligação entre todos os organismos vivos, em interconexão entre eles e com o meio inorgânico”. A construção (reconhecimento) de um novo Estado de Direito, de cunho biocêntrico, de ordenamentos jurídicos que não coloquem o homem como ator-fim único de todo o enredo social, são passos essenciais para a conscientização de que somos apenas parte integrante no meio ambiente planetário. (FERREIRA, 2009, p. 8). Trata-se, portanto, de uma racionalidade ecológica presente nas mais variadas dimensões e perspectivas.

O processo histórico, cultural, econômico, político e social gestado ao longo do século XX determinou o momento que se vivencia hoje no plano jurídico-constitucional, marcando a passagem do Estado Liberal ao Estado Social e chegando-se ao Estado Socioambiental (também Constitucional e Democrático), em vista do surgimento de direitos de natureza transindividual e universal que têm na proteção do ambiente o seu exemplo mais expressivo. (FENSTERSEIFER, 2008, s.p.)

O rompimento paradigmático, a partir das mudanças de hábitos, dos valores morais, e da descoberta por parte da ciência de fatores que podem influenciar na vida digna da pessoa humana, estabeleceu o relacionamento no sentido de inserção da questão ambiental na ideia de dignidade; tendo em vista a presente degradação ambiental e o mínimo existencial necessário para que a dignidade entre as espécies seja plausível. No mesmo sentido, Sarlet destaca tendo como paradigma a Constituição Federal de 1988:

[...] a relação entre dignidade e os direitos fundamentais é uma relação *sui generis*, visto que a dignidade da pessoa assume simultaneamente a função de elemento e medida dos direitos fundamentais, de tal sorte que, em regra, uma violação de um direito fundamental (meio ambiente ecologicamente equilibrado) estará veiculada com uma ofensa à dignidade da pessoa. (SARLET, 2005, p. 103)

Nesse enfoque, a atual natureza comunicativa do princípio da dignidade, onde os valores humanos figuram relativizados frente à necessidade de proteção ambiental, e a fungibilidade entre dignidade e vida, nos faz refletir a respeito de uma abertura de valores sobre a condição jurídica da dignidade, uma abordagem crítica a respeito da perspectiva de valor inerente apenas ao homem, de forma que outros seres vivos também sejam detentores de dignidade. (PEREIRA, 2009, p. 22). Ao lado disso, a garantia da dignidade da pessoa humana em nada será útil se a própria vida humana for extinta o que passa, sem sombra de dúvidas, pela manutenção de outras vidas e condições naturais do planeta.

Com reflexos cristalinos, a *contrário sensu*, a corrente biocêntrica retira o homem da centralidade valorativa, gerando um equilíbrio deste em relação à fauna e à flora. Desta feita, se caracterizam por atribuir uma dignidade própria aos elementos naturais, encarando-os como portadores de um valor intrínseco e pela exigência de que seus interesses e valores sejam objetos de consideração jurídica e moral. O biocentrismo coloca o próprio ecossistema como centro e reconhece o valor da vida dos animais não-humanos e da flora, todos em interdependência com a raça humana.

A ética, outrora centrada no ser humano, verte-se para uma consideração profunda sobre o equilíbrio da teia da vida e da sustentabilidade ecológica. (RANGEL, 2010, p. 95). Nesse contexto, o artigo 225, §1º, VII da CF/88 defere aos animais a titularidade de direitos e de dignidade, de maneira que quaisquer atos humanos que atentem contra a sua vida, integridade física ou psicológica, não importando o motivo, devem ser alvo de reproche e sanção penal. Sarlet e Fensterseifer defendem a necessidade de repensar a concepção individualista e antropocêntrica de dignidade e avançar rumo a uma compreensão ecológica da dignidade da pessoa humana e da vida em geral:

De forma expressa a vedação de práticas que “provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade”, o que sinaliza o reconhecimento, por parte do constituinte, do valor inerente a outras formas de vida não-humanas, protegendo-as, inclusive, contra a ação humana, o que

revela que não se está buscando proteger (ao menos diretamente e em todos os casos) apenas o ser humano. É difícil de conceber que o constituinte, ao proteger a vida de espécies naturais em face de sua ameaça de extinção, estivesse a promover unicamente a proteção de algum valor instrumental de espécies naturais; pelo contrário, deixou transparecer uma tutela da vida em geral nitidamente não meramente instrumental em relação ao ser humano, mas numa perspectiva concorrente e interdependente. (SARLET; FENSTERSEIFER, 2008, p.197)

No que concerne às duas correntes, urge claramente novos paradigmas nas concepções da existência, no que se entende por vida, por indivíduos portadores de uma vida merecedora de respeito. Uma vida que não necessita do reconhecimento de outra para ser valorizada. Concepções que vão além de qualquer corrente ético-filosófica em defesa dos animais. (PEREIRA, 2009) A irrenunciável e necessária relação homem-meio ambiente impede que o Direito e conseqüentemente o enfoque da dignidade exaltem diferenças espécies para exclusão da justiça, de forma a menosprezar outras vidas sencientes e, numa visão holística, ignorar a responsabilidade que temos com a natureza. Ademais, ainda que, de certa forma antagônica – utilitarismo e/ou direito dos animais – a concepção da dignidade inerente a outros animais, é reconhecer a valorização intrínseco aos animais não-humanos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, evidencia-se, a vida com um direito universalmente reconhecido como um direito humano básico ou fundamental, o seu gozo é condição essencial para a fruição de todos os demais direitos humanos, aqui incluso o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A integridade do meio ambiente, erigida em direito difuso pela ordem jurídica vigente, constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva. Isso reflete, dentro da caminhada de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas num contexto abrangente da própria coletividade.

Assim, a consagração do meio ambiente como um direito fundamental da pessoa humana introduz no Estado e no seu corpo social um paradigma axiológico que deve ser respeitado e seguido por todos, pois esse é o caminho escolhido politicamente pelos fundadores da nossa ordem jurídica para assegurar a sobrevivência da espécie humana. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, de igual

modo, é um direito fundamental. Uma das maneiras para assegurar a efetividade desse direito é por meio da proteção à fauna, expressamente assegurado no artigo 225, § 1º, VII, da Constituição Federal de 1988. Portanto, todos os animais estão sob tutela jurídica. (RANGEL, 2010, p. 107)

De todo modo, a priorização da defesa da fauna em contraposição a interesses de ordem cultural, em casos como o que se cuida, mostra que o Brasil se harmoniza com o esforço transnacional de priorização da defesa do meio ambiente natural, afinado aos novos paradigmas da sustentabilidade ecológica. E nessa perspectiva, uma vez garantido o direito à vida, a preservação do meio ambiente correlaciona-se com a dignidade da pessoa humana, na medida em que uma vida digna pressupõe uma vida saudável, que só pode advir de um meio ambiente equilibrado.

A proteção e preservação dos animais é um ato de cidadania, onde a colaboração da sociedade é de suma importância, cobrando uma efetiva aplicação legislativa, disseminando uma consciência ecológica, ou seja, uma cultura de preservação. Assim, deve-se afastar da ideia de utilização dos animais para satisfação humana, minimizando os problemas ao regulamentar uma forma de causar sérios danos aos seres vivos, uma postura mais sensível em relação aos Direitos dos Animais, caminhando para uma regulamentação mais avançada quanto às experimentações em animais. Dessa forma, a reflexão bioética visa adequar à pesquisa nos fundamentos do respeito à vida e da tolerância. O respeito à vida dignifica o animal como merecedor de considerações éticas, trazendo consigo a possibilidade de manter a realização de experimentos, desde que adequadamente justificados e planejados com um mínimo de impacto sobre a vida dos animais participantes.

6 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Ecocivilização**: ambiente e direito no limiar da vida. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FENSTERSEIFER, Tiago. Estado socioambiental de direito e o princípio da solidariedade como seu marco jurídico-constitucional. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1669, 26 jan. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/10887>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

FERREIRA, Marcilene Aparecida. Pacha Mama: Os Direitos da Natureza e o novo constitucionalismo na América Latina. **Revista de Direito Brasileira**, a. 3, v. 4, jan.-abr. 2013, p. 400-423. Disponível em: <<http://www.rdb.org.br/ojs/index.php/rdb/article/view/19>>. Acesso em 20 jul. 2016.

GOMES, Marcus Vinícius Coutinho. **O Descomissionamento Ambiental**. 118p. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito de Campos, Centro Universitário Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2006.

PEREIRA, Renato Silva, **A dignidade da vida dos animais não-humanos: uma fuga do antropocentrismo jurídico**, Artigo extraído do trabalho de conclusão de curso Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/documentos/dignidadeanimais.PDF>>. Acesso em 02 out 2017.

RANGEL, Helano Marcio Vieira, Proteção da cultura ou proteção da fauna? Uma análise da farra do boi à luz da jurisprudência do STF, **Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC**, v. 30, n. 1, Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/index.php/nomos/article/view/1238>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

_____. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2006.

PRECONCEITO ÉTNICO E A INTOLERÂNCIA ENRAIZADA NA CULTURA BRASILEIRA

LEAL, Deisy

SÁ. Elton

PICOLI, Tosta Willian Marcos¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Antes de adentrar ao tema proposto, é preciso trazer alguns fundamentos que norteia a etnia brasileira. Haja vista, que o Brasil não é uma nação oriunda de uma única raça, todavia, este advém de uma vasta miscigenação de povos e com eles uma diversidade de culturas arraigadas a suas origens. Logo, o Brasil é um país riquíssimo de etnias indígenas, africanas, europeias e asiáticas das quais formam a base histórica do país. É claro, que desde que mundo pode-se dizer que o preconceito existe e não somente a cor de pele, mas como a tudo, nessa vida dentro deste mundo capitalista, dos quais o que importa é o que o homem tem e não o que o homem é. Logo, vemos em especial o preconceito étnico e a intolerância as culturas destes seres, que são uma das mais cruéis e devastadoras já vista em nossa sociedade.

Vemos no decorrer da história que o Brasil caminhou a passos lentos no que tange a leis que amparam os oprimidos, tais como, podemos observar na transição de tempo e espaço das leis entre 1850 a 1888. Como por exemplo: Em 1850 Euzébio de Queirós – Proibia o tráfico negreiro no Oceano Atlântico. Em 1871 Criou-se a Lei do Ventre Livre – Onde os filhos de escravos nascidos a partir da lei eram libertos daquele cativo. Em 1885 Criou-se a Lei do Sexagenário – Onde os escravos com mais de 60 anos eram livres da escravidão. Em 1888 Cria-se a Lei Áurea – Esta abolia a escravidão no Brasil libertando todos os escravos. Contudo, de todas estas, a mister

¹Graduandos do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor Orientador. Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

que impõem o respeito, a dignidade, a educação, entre uns aos outros é a que está expressa no artigo 5º da Carta Magna de 1888, dizendo que 'TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI, SEM DISTINÇÃO DE QUALQUER NATUREZA'. (ANDREUCCI,2016).

Sobretudo, com todas essas criações e sanções de leis, até nos dias de hoje a lei é morosa, salvo dizer, que muito tem sido feito, mas muito há que se fazer. Prova disto, vemos os índios sendo discriminados e arrebatados de suas terras, não tão diferente vemos os africanos e todo o conjunto que abarca esses povos, sendo terrivelmente sendo massacrados nos dias atuais como se ainda estivessem sendo escravizados por seus senhores. As sanções são até aplicadas em alguns casos, mas nem todos são punidos, e isto advém do famoso ditado popular “manda quem pode e obedece quem tem juízo”, quem tem dinheiro é quem dita as regras. (GUILHERME,2004).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizou-se como metodologia para realizar esta pesquisa, à luz das literaturas feitas sites da internet aos quais puderam fomentar a construção do presente.

3 DESENVOLVIMENTO

Destarte, pergunta-se: “QUEM É O BRASIL? ” Ora, o Brasil é nação heterogênea, formada de índio, negros, brancos, e de tantas outras raças que adentram em seu território para somar promovendo o crescimento desta nação, bem como formação e constituição de família brasileira. Vale salientar que raça são grupos que se subdividem em espécies homem e animal, cujas características se dão através das gerações, como por exemplo: raça branca, amarela, negra, etc. A cor nada mais é que os pigmentos da pele. E por fim a etnia é a coletividade de indivíduos que se diferencia por sua socioculturalidade, refletida na língua, religião e maneiras de agir, entre outros.

Porém, faz se necessário trazer discursões sobre o tema PRECONCEITO. Para tanto, vamos analisar em amplo sentido o que é racismo, discriminação e preconceito. RACISMO advém de um conjunto de crença e teorias das quais narram uma

hierarquia entre raças, etnias e ainda atitudes hostis em relação a um determinado grupo de pessoas, infelizmente isso já vem enraizado na história humana. DISCRIMINAÇÃO traz a ideia da quebra do princípio da igualdade, como por exemplo, a distinção, exclusão, restrição, ou preferência, instigado por raça, cor, sexo, idade, credo, política entre outros. PRECONCEITO expressa opinião ou sentimento em favor ou desfavor de algo, concebido sem exame crítico algum, ou ainda, parecer insano, sentimento, atitudes, enfim. Assumindo em consequência generalizada de um todo, de algo imposto ou de experiências pessoais alheias conduzindo sempre a intolerância ao próximo (ANDREUCCI,2016).

De modo que, racismo ou preconceito é quem amplia a discriminação ao seu próximo. Por conta das imensas violências e desrespeito que o ser oprimido vinha sofrendo por conta desse preconceito é que no dia 20 de julho de 2010, criou-se a Lei nº 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial, que veio para somar as demais leis já existentes, que cingiu assuntos como discriminação e desigualdade racial e de gênero, políticas públicas entre outras, com objetivo de dar ainda mais ênfase a um tema que não era nem para existir. Podemos também observar outras leis pertinentes ao assunto em tela, contido no código penal.

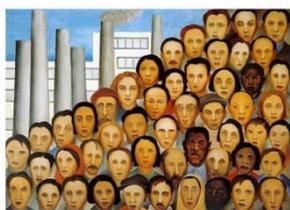
Dado o exposto, podemos dizer que, mesmo estando em pleno século XXI, as pessoas ainda insistem em alimentar um passado escravo que não perdura mais que reflete latentemente na intolerância as culturas brasileiras, estas insistem em colocar grupos distintos em condições desfavoráveis de submissão a senhores que foram abolidos junto com a escravatura. É justamente estes preconceitos que estão arraigados a cultura brasileira, pois os negros foram os primeiros a sentir a desigualdade social na pele de uma triste realidade, bem como sentiram pré-conceitos e discriminações de seus credos religiosos. (ANDREUCCI, 2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Grandes foram os avanços que o Brasil já teve no combate ao preconceito e a desigualdade racial, porem a muito que se colocar em pauta. Há que se implantar nas legislações brasileiras, políticas essenciais e emergenciais, para tentar conter os

abusos sofridos por mulheres, homens, crianças, velho e novo, negros e negras, bem como as mortes que acontecem a cada minuto em nosso país.

É de suma importância tirar o Estado da inercia e fazer valer a legislação que criminaliza o racismo já presente desde a Constituição Federal de 1988, se o judiciário não acompanhar as denúncias feita sobre o mesmo e a punição na integra do agressor, o sistema fica defasado e fragilizado. Cabem os protagonistas principais deste enredo, fazer valer frente tanto em debates, quanto nas lutas e mobilizações dos movimentos sociais, o seu direito, bem como, não temer denunciar abusos e violações. Isso é fazer valer o direito do ser humano. (ANDREUCCI, 2016)



Exemplo clássico é a obra “Operários”, de Tarsila do Amaral, na década de 1930, que traça os movimentos transitórios de diversas etnias, raças e classes sociais para um polo industrial em busca de uma vida melhor, uma vida mais digna.

(AMARAL, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude, dos aspectos analisados, o ser humano aprende o que lhe é ensinado, sendo assim, é preciso aprender a abominar o preconceito, atacar o racismo, abater qualquer tipo de forma de discriminação e formar um senso de recíproco de respeito entre TODOS que formam esta rica e vasta geografia e identidade cultural chamada BRASIL.

Em face de tudo que já foi mencionado, o racismo, a discriminação, o preconceito e a intolerância racial e cultural, são artigos existentes não somente em nossa nação, mas como em todo o globo terrestre, salvo dizer que, em terras brasileiras no que abrange as leis que beneficiam esse povo, elas estão caminhando para erradicação da discriminação e da intolerância em razão da raça, etnia, religião, origem, sexo, portador de DST's, entre outros. Promovendo assim, cada dia mais a dignidade onde é direito de todos.

6 REFERÊNCIAS

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Preconceito, Discriminação e Intolerância**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/preconceito-discriminacao-e-intolerancia-no-brasil/>>. Acesso em 13 nov. 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.Php?Script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100001>. Acesso em 13 nov. 2017.

AMARAL, Tarsila, **Conheça Operários, de Tarsila do Amaral**. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2012/05/22/934979/conheca-operarios-tarsila-do-amaral.html>>. Acesso em 14 nov. 2017.

MINORIAS SEXUAIS EM PAUTA E A CONSTRUÇÃO DA SUBCULTURA: UM EXAME DA SUBCULTURA TRANS E AS IMPLICAÇÕES NO DIREITO

SILVA, Diogo Romão da
VIEIRA, David do Nascimento
DIAS, Marcos Natan Almeida
PEREIRA, Wesley dos Santos¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Hoje, segundo um estudo da ONU pelo Departamento dos Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (Desa). “À população global atual é de 7,6 bilhões de habitantes” (ÁFRICA 21 DIGITAL, 2017). Conforme o artigo 5º da Constituição Federal diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (PLANALTO, 1988.)”. Tendo como base essas duas informações, pode se traçar uma visão ampla sobre o tema “minorias”.

Seguinte perspectiva quando analisada reduzidamente, verse surgiu grupos distintos, com diferentes aspectos, sendo esses aspectos relacionados por suas características religiosas, cor de pele, país de origem, situação econômica, étnicas, orientação sexual, entre outros. Essas características tornam as pessoas dessemelhantes, levando-as a não serem atendidas pelo direito que acolhe a maioria. E o que são minorias? Dizer que um grupo faz parte de uma minoria não significa dizer que o mesmo está em um grupo pequeno, tal pensamento está errôneo, e sim significa dizer que o mesmo faz parte de um grupo com desvantagens sociais advindas das características particulares de cada um deles.

¹Graduandos em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor Orientador. Bolsista CAPES. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF - Linha de Pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos, Mestre em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense; Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo/ES; Pesquisador e Autor de diversos artigos e ensaios na área do Direito, taua_verdan2@hotmail.com.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a concepção resumo expandido e a formulação de ideias e tópicos apresentados ao longo de todo o texto, houve a reunião de todos os integrantes, com a coleta de informações antecipadamente, usando como base, a pesquisa em jornais eletrônicos, revistas, sites de inteira confiança, que abordam assuntos sobre o grupo que é a fonte para ideias presentes.

A pesquisa se desenvolve na sua forma alto explicativa, expondo ao longo do texto e introduzindo as informações com o pensamento atual sobre os ideais, e como são abordados os pensamentos do coletivo sobre o seguinte tema, além de buscar a causa e efeito ao longo da história sobre o mesmo. Aborda, também, o surgimento de Direitos que antes eram “nublados” pelo preconceito, e o que ainda falta para que se tenha uma justa mediada para todas as minorias. Abordando um pouco de cada grupo que hoje são colocados como minorias, dando enfoque nas minorias LGBTI, por reunir diversas minorias que a princípio compartilham um mesmo ideal.

3 DESENVOLVIMENTO

Diante dessas desigualdades sociais muito se falam sobre a equidade de direitos, mas o que seria isso? Equidade é tratar as pessoas de maneira diferente na medida de sua desigualdade. Ou seja, ter conhecimento das diferenças sociais de cada grupo, e tratá-los de maneira devida. Assim como diz Aristóteles:

[...] De fato, a lei não prevê todas as situações porque é impossível estabelecer uma lei a propósito de algumas delas.... Com efeito, quando uma situação é indefinida a regra também tem de ser indefinida, como acontece com a régua de chumbo usada pelos construtores em Lesbos; a régua se adapta à forma da pedra e não é rígida, e o decreto se adapta aos fatos de maneira idêntica (ARISTÓTELES, 1985, p. 109-110 *apud* ZANETTI JÚNIOR, 2009).

Então, dessa maneira deve funcionar o Direito, como a Régua de Lesbos, sendo flexível e moldando-se a realidade ao qual lhe é imposta. Todavia, nem tudo é perfeito, e por mais que a equidade se molde de acordo com as necessidades não é possível suprir todas subculturas de maneira fácil. Como exemplo, o direito de igualdade das mulheres, a busca de melhores condições sócias aos negros e mais amparo aos mais

necessitados, que ainda hoje não são objetivos alcançados em sua integralidade, mas estão longe de uma realidade desumana do século passado. E esse preconceito enraizado na sociedade impede essas pessoas à conquista de Direitos essenciais, como a acessibilidade para encontrar emprego, entre outros. Muitos transexuais enfrentam transtornos nas bilheterias de cinema, tendo que explicar sua vida para justificar seu RG com outro nome, no incomodo que lhe é submetido ao frequentarem banheiros masculinos ou femininos.

Para o âmbito jurídico é um assunto muito delicado e de grande divergência, por lidar com toda uma estrutura básica social. O artigo 5º da Constituição Federal já supracitado e em seu inciso primeiro diz: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (BRASIL, 1988.). A Carta Magna não deixa brecha para outro entendimento de gênero além de homem e mulher, e essa vem sendo uma enorme barreira, que aos poucos, por meios de jurisprudência, vem sendo afastada. Ao longo do tempo, as minorias têm sido excluídas, ou ignoradas pela sociedade, se alguma pessoa não faz parte da “maioria” social, o mesmo acaba sofrendo “penalizações” sociais, desde preconceitos e agressões físicas e verbais, como também ter seus direitos mitigados. Traçando uma linha do tempo sobre o tema, busca-se na história como tais minorias se comportaram ao longo das décadas.

Um dos grupos que no século atual está em pauta é a minoria LGBTTTIS mais conhecida internacionalmente como LGBTII. Tendo como exemplo datado historicamente a Grécia antiga, que não via as relações sexuais entre homens como algo imoral ou pecaminoso, a pederastia, uma relação socialmente reconhecida na Grécia antiga, entre os adultos e jovens gregos do mesmo sexo, era entendida como uma relação perfeita, pôr o homem representar a perfeição. Em Roma, a relação homoafetiva era bem comum, como em muitas de suas províncias. Particularmente eram aceitas, não sendo discriminadas pela sociedade. Com a “chegada” da Idade Média, conhecida como a “idade das trevas”, a Igreja Católica teve um grande aumento em relação aos seus seguidores e influência política, que causou a perseguição para muitas das minorias na época, os punindo por estarem sobre a “influência de demônios” e praticarem tais atos.

Os indígenas se tornam excluído na sociedade ao longo de toda colonização, os povos indígenas com o tempo começam a ser explorado e por não aceitarem a imposição de Portugal acabam perdendo mais do que terras, o próprio termo “indígena” teve origem do período da colonização, bem como, os mesmos se chamavam pelos nomes de sua determinada tribo. Com a exploração, vários povos indígenas foram exterminados, atualmente são poucos grupos indígenas existentes no Brasil. Neste sentido,

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988.).

A lei impõe um direito que em sua realidade não é cumprido, trazendo desigualdade para uma minoria que ao longo das décadas vem sofrendo e sendo deixada de lado. A sociedade passou por várias transformações, sejam elas, culturais, sociais, econômicas, religiosas, e isso teve um grande impacto na forma de como as pessoas vivem suas vidas, com o passar dos anos houve uma flexibilização moral, o que antes era visto como imoral passou a ser tratado apenas como diferente, pode ser dizer que a sociedade se secularizou, mas em contrapartida continua bastante conservadora.

Muitos movimentos lutam por mais direitos, principalmente quando se trata da comunidade LGBTI, que tem uma grande militância em grupos distintos, e razoável representatividade no Congresso Nacional, representados por vozes como o Deputado Federal do Estado do Rio de Janeiro Jean Wyllys (PSOL-RJ), a Deputada Federal do Estado do Rio Grande do Sul Maria do Rosário (PT-RS). A Constituição Federal do Brasil traz um rol de direitos e garantias, que segundo a mesma independem de sexo, raça ou religião para serem aplicadas, entretanto muitos insistem em fazer uma interpretação de modo grosseiro e descabido, ignorando o princípio da dignidade humana, ou seja, á ignorando.

A sociedade deve apoiar essas minorias, para que as mesmas possam ser socializar de maneira saudável e garantir seu lugar como um ser humano, detentor de direitos assim como qualquer outra pessoa, esse apoio deve partir do princípio da dignidade da pessoa humana e também dos direitos fundamentais, que fazem parte da Constituição Federal.

[...] Constitui pressuposto essencial para o respeito à dignidade da Pessoa Humana a garantia de todos os seres humanos, que, portanto, não podem ser submetidos a tratamento discriminatório e arbitrário, razão pela qual não podem ser toleradas a escravidão, a discriminação racial, perseguições por motivos de religião, sexo, enfim, toda e qualquer ofensa ao princípio isonômico na sua dupla dimensão formal e material. (SARLET, 2001, p. 91-92.)

Como citou o jurista Ingo Wolfgang Sarlet, o ser humano não pode ser privado de seus direitos fundamentais por motivos tais como raça, religião ou sexo, esses argumentos já não são mais válidos em pleno ano de 2016, e não deveriam ser usados por ninguém para privar minorias de seus direitos, países Ocidentais como o Brasil tem uma tendência de não intervir na vida particular das pessoas, ou seja, o Estado na prática respeita a vida íntima de todos os cidadãos e estrangeiros.

A aprovação da homossexualidade aumentou em 27 países, e diminuiu apenas em quatro: Rússia, República Tcheca, Chipre e Letônia. Os cinco países com maior nível de aceitação da homossexualidade são Holanda, Dinamarca, Noruega, Suíça e Bélgica. Os últimos da lista foram sete ex-repúblicas socialistas, países da América Latina e da Ásia Oriental, além de Chipre, África do Sul e Turquia. Na Rússia, 59% da população achava em 1991 que ter uma conduta homossexual era algo errado, proporção que aumentou para 64% em 2008, indica a pesquisa. (JORNAL DO BRASIL, 2011, p.1).

Infelizmente, os dados acima são alarmantes, pois alguns países que já possuíam uma postura mais dura para tratar suas minorias sexuais às endureceram ainda mais, tendo um dos casos mais emblemáticos como a Rússia, que criminalizou a propaganda gay feita a menores de idade, entendendo se tratar de pedofilia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esses grupos de minorias esperam que cada vez mais possam ser criadas medidas para lhes integrar junto à sociedade, para que possam ter uma vida pautada na dignidade da pessoa humana, sem ter medo de andar pelas ruas e ser agredido, seja verbalmente ou fisicamente, hoje o grande desafio é fazer as pessoas aceitarem que o diferente não é ruim, e que é perfeitamente possível conviver com todo tipo de diferença.

Por isso, o Estado precisa trabalhar com todos os meios disponíveis no combate a propagação de todas as formas de preconceitos contra as minorias, o Estado precisa

dissuadir essa informação para a sociedade como um todo, principalmente nas escolas, onde as crianças e os adolescentes ainda estão em processo de formação, e quanto mais cedo tiverem acesso a esse tipo de abordagem do assunto, melhor será sua capacidade de aceitar as diferenças na fase adulta.

Uma grande vitória já alcançada pelas minorias sexuais, foi o reconhecimento do casamento homoafetivo pelo STF (Supremo Tribunal Federal), através do julgamento da ADPF-RS 132 e da ADI-DF 4277, um sinal positivo de que eles têm o direito de constituir uma família, cuja sua função é a realização dos anseios e pretensões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda existe um caminho muito longo a ser percorrido, até que atinja um patamar de igualdade em direitos em comparação com os demais grupos sociais, uma vez que o Governo Federal trabalhe políticas públicas que abordem temas como respeito pela diversidade sexual e religiosa, igualdade de gênero, combate a homofobia e o Racismo, discriminação no mercado de trabalho, alcance do estado a aqueles que não têm essa oportunidade, entre outros clamores, dessa forma essas pessoas poderão ter uma perspectiva melhor acerca do futuro que lhes aguarda. Porém, nunca haverá uma paridade exata entre os direitos dos homens, das mulheres e transexuais, pois cada um possui uma necessidade própria, o que nada impede de que todos tenham o devido tratamento social digno.

As diferenças entre todos os grupos que compõem ou não a maioria e minoria sempre vão existir, diferenças não torna uma pessoa melhor que o outro, só as fazem ser diferentes, como o próprio sentido da frase estabelece. A busca de um futuro perfeito é uma utopia, mas o respeito ao próximo pode se tornar uma realidade.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Milenia. Casamento Homoafetivo: a luta pela igualdade. In: **Jusbrasil:** portal eletrônico de informações, s.d. Disponível em:

<<https://mileniandrade.jusbrasil.com.br/artigos/113831499/casamento-homoafetivo-a-luta-pela-igualdade/>> Acesso em: 28 out. 2017.

BARROSO, Sérgio Luiz. Direito das minorias: um privilégio ou uma necessidade. In: **Jusbrasil**: portal eletrônico de informações, s.d. Disponível em: <<https://sergioluizbarroso.jusbrasil.com.br/artigos/405711710/direito-das-minorias-um-privilegio-ou-uma-necessidade>> Acesso: 27 out. 2017.

BORNIN, Daniela Queila dos Santos. A dignidade da pessoa humana e igualdade: breve estudo sobre a declaração universal dos direitos humanos e a pessoa com deficiência. In: **Boletim Jurídico**, Uberaba, a. 12, n. 752. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2102>> Acesso em: 13 out. 2017

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 13 nov. 2017.

CHAVES, Marianna. O julgamento da ADPF 132 e da ADI 4277 e seus reflexos na seara do casamento civil. In: **Revista Jus Navigandi**, Teresina, 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20672/o-julgamento-da-adpf-132-e-da-adi-4277-e-seus-reflexos-na-seara-do-casamento-civil/>> Acesso: 28 out. 2017.

CID 10 F 64.0: Transexualismo Classificação Internacional de Doenças. Disponível em: <<http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/640/transexualismo>> Acesso: 28 out. 2017.

ENRICONI, Louise. O que são minorias? In: **Politize**: portal eletrônico de informações, s.d. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/o-que-sao-minorias/>> Acesso: 27 out. 2017.

FREITAS, Eduardo de. "Indígena no Brasil". In: **Brasil Escola**: portal eletrônico de informações, s.d. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/o-indigena-no-brasil.htm>>. Acesso em 27 out. 2017.

JORNAL DO BRASIL. O mundo mais tolerante à homossexualidade, diz estudo. In: **Terra**: portal eletrônico de informação, 29 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2011/05/29/o-mundo-esta-mais-tolerante-a-homossexualidade-diz-estudo/>> Acesso: 28 out. 2017.

MATTOS, Alessandro Nicoli de. Conservadorismo político explicado em 4 pontos. In: **Politize**: portal eletrônico de informações, s.d. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/conservadorismo-pensamento-conservador/>> Acesso: 27 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. In: **Unicef**: Portal eletrônico de informações, s.d. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm> Acesso: 13 out 2017.

POPULAÇÃO mundial atingiu 7,6 bilhões de habitantes. In: África 21 Digital: portal eletrônico de informações, 21 jun. 2017. Disponível em: <<https://africa21digital.com/2017/06/21/populacao-mundial-atingiu-76-bilhoes-de-habitantes/>> Acesso em: 28 out. 2017.

TURCI, Érica. História da Escravidão Exploração do trabalho escravo na África. In: **Uol**: portal eletrônico de informações, s.d. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/historia-da-escravidao-exploracao-do-trabalho-escravo-na-africa.htm>> Acesso: 27 out. 2017.

ZANETI JÚNIOR, Hermes Zaneti. Falsa Simetria - Princípio da Equidade - Régua de Lesbos. Disponível em: <<http://hermeszanetijr.blogspot.com.br/2009/10/falsa-simetria-principio-da-equidade.html>> Acesso: 27 out. 2017.

PULSÕES E DESEJOS NA CULTURA: MEU CORPO, MINHAS REGRAS!

ALCÂNTARA, Diovagner Santos

SILVA, Juliana A. R. Monteiro¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O corpo feminino vem sendo desenhado pela sociedade por muito tempo. Basta observar a publicidade, o cinema, os programas de televisão, entre tantos outros, que verificará que o corpo feminino é moldado de acordo com um interesse social, uma beleza introduzida por um mercado capitalista. Ocorre que o capitalismo se fixou de tal maneira que passou a fazer parte da cultura, e tais recomendações, relacionadas a estética feminina, tornaram-se populares. Elas estão impregnadas na sociedade e são vistas habitualmente com normalidade. Contudo, nota-se que o movimento feminista vem defrontando com essas imposições e, hoje, muito se ouve falar sobre a liberdade de escolha das mulheres, sobre o seu direito de decisão.

Infelizmente, este desafio não é fácil de ser superado, pois, as regras colocadas pela sociedade para as mulheres e seu corpo já estão fixadas no dia a dia de cada uma delas, sendo algo cultural. E a pulsão de se encaixar na cultura impregnada supera os interesses individuais. O presente trabalho visa apresentar um estudo sobre “pulsões e desejos na cultura: meu corpo, minhas regras”. Para o seu desenvolvimento foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o conceito de pulsão, um breve estudo sobre a interferência da cultura na vida das pessoas e construção do corpo feminino.

¹Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Professor Orientador. Bolsista CAPES. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF - Linha de Pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos, Mestre em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense; Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo/ES; Pesquisador e Autor de diversos artigos e ensaios na área do Direito, taua_verdan2@hotmail.com.

Além disso, fora realizada uma pesquisa às mulheres de 19 a 55 anos de idade, para verificar acerca da existência de um padrão de beleza corporal ditado pela sociedade, que acaba interferindo no direito de escolha de cada mulher. Através da pesquisa também será possível identificar como as mulheres são julgadas por não encaixar neste suposto padrão beleza, sendo criticadas constantemente, em relação a sua aparência física.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Foi desenvolvida pesquisa qualitativa acerca do tema “PULSÕES E DESEJOS NA CULTURA: meu corpo, minhas regras”, sendo desenvolvida com o subsídio de revisão bibliográfica da temática proposta, juntamente com pesquisa de campo realizada tão-somente com pessoas do sexo feminino. Foi aplicado questionário ao número de 442 mulheres, entre 19 e 55 anos de idade, onde foi perguntado se:

- I. Você é satisfeita com o seu corpo?
- II. Você acredita que atualmente existe um padrão de beleza corporal?
- III. Você já tentou de alguma forma se encaixar dentro deste suposto padrão de beleza?
- IV. Você já recebeu alguma crítica relacionada ao seu corpo?
- V. Caso a resposta do questionário anterior seja SIM, favor dizer qual crítica recebeu?

3 DESENVOLVIMENTO

De acordo com o dicionário brasileiro da língua portuguesa Michaelis, pulsão é “pressão constante e inconsciente que impele o indivíduo a uma ação que possa conter ou suprir o estado de grande tensão do organismo”. Silva Neto (2009) explica que a primeira noção de conceito de pulsão por Freud pode ser observada a partir da leitura do texto “Como se origina a angústia do Rascunho E (1987 [1894])”. Freud acredita que a angústia de seus pacientes neuróticos possui ligação com a sexualidade. Trata-se de uma vinculação entre o aparecimento da angústia e a acumulação da tensão sexual física. Para entender essa relação entre a sexualidade e a angústia, Freud acredita que deve-se observar a excitação que se tem no interior do organismo, uma tensão endógena.

Quanto à cultura, Laraia (1986) explica que a cultura interfere no plano biológico. Vários exemplos são citados em sua leitura para validar a sua compreensão. Segundo autor, os africanos que foram transportados para uma terra estranha, de diferente contexto cultural, em sua maioria, morreram por suicídio ou por banzo, uma vez que a saudade traz essa moléstia (LARAIA, 1986). Segundo Laraia (1986) a cultura interfere nos horários de alimentação. Em determinadas regiões do país é normal que as 12h as pessoas sintam fome, contudo, em outras localidades (cidades ou países) foram estabelecidos horários muito diferentes deste. Além disso, o autor explica que a cultura também é capaz de provocar as curas de doenças reais ou imaginárias. Para Geertz (1989), as tentativas de encontrar o homem dentro dos seus costumes alcançaram diversas direções e táticas, mas todas elas agiram dentro de uma questão: analisar as relações entre os fatores biológico, psicológico, social e cultural do ser humano.

O homem é formado por diversos níveis e cada um deles é colocado acima dos inferiores, e assim seguidamente. A cada vez que se analisa o homem, remove uma camada, sendo cada uma delas completas em si mesma, a qual revela outra camada amplamente diferente abaixo dela. São retiradas as diversas formas de cultura e se deparam com as simetrias estruturais e funcionais da organização social. Alcança-se os fatores psicológicos, as necessidades básicas que o ser humano possui, e retirando os fatores psicológicos encontram-se os fatores biológicos e fisiológicos da pessoa (GEERTZ, 1989). Geertz (1989) acredita que a cultura modela o ser humano como espécie única, bem como os modela como indivíduos separados. Trata-se do que as pessoas possuem em comum, que não é um ser subcultural imutável, tampouco um consenso de miscigenação cultural estabelecida. Segundo Boris e Cesídio (2007) o modelo de subjetividade e de corpo é construído de acordo com o histórico e a cultura. Cada comunidade possui o seu conceito de corpo e subjetividade, e as características de cada um relaciona a sua forma de expressar, comportar e do seu estilo de vida. A cultura moda as pessoas, criando-as de acordo com as os valores e as crenças do período.

Atualmente as mulheres possuem sua liberdade, podendo opinar ou praticar qualquer outro ato sem a permissão de um homem, contudo, ainda existe, uma parcela de mulheres que se colocam diante de imposições patriarcais, em virtude da cultura

(BORIS; CESÍDIO, 2007). Para Boris e Cesídio (2007), atualmente, o corpo não é espontâneo e natural, tendo em vista que foi condicionado aos interesses da sociedade que pensa, apenas, em consumo e lucro. De acordo com Souza (2007), as cirurgias estéticas têm sido mais frequentes entre as mulheres, uma vez que são expostas pela mídia e por um contexto social que configuram a forma de enxergar o corpo feminino. A imagem da mulher busca alcançar um ideal de identificação feminina criada pela sociedade. Muito embora, atualmente, as mulheres tenham mais liberdade relacionadas ao seu corpo, observa-se que grande são os números de cirurgias que buscam corrigir imperfeições que, na maioria das vezes, são “criadas” pela sociedade (SOUZA, 2007).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No formulário aplicado a sociedade, foram entrevistadas 442 mulheres, de idade entre 19 e 55 anos. Ao serem questionadas sobre a satisfação do corpo, 72,9% das entrevistadas responderam não serem satisfeitas com o seu corpo, contra 27,1% que estão de acordo com o seu corpo. Ao serem perguntadas se acreditam que atualmente existe um padrão de beleza corporal o percentual de 88,9% das entrevistadas dissera possuir, enquanto 11,1% acreditam que não exista um padrão de beleza de corporal.

Ao serem questionadas se já tentaram de alguma forma se encaixar dentro deste suposto padrão de beleza, 79,9% das entrevistadas disseram que sim, e 20,1% disseram que não. No questionário aplicado também foi questionado se as entrevistadas já receberam alguma crítica relacionada ao seu corpo, e 84,6% responderam que já receberam críticas, enquanto 15,4% nunca receberam esse tipo de crítica. Por fim, foi perguntado as entrevistadas que responderam sim no quesito anterior “qual crítica recebeu”, e diversas foram as respostas, conforme destaca-se algumas delas a seguir.

Grande parte das entrevistadas disseram que receberam críticas relacionadas ao peso, umas por serem muito magras e outras, a maioria, por estarem acima do peso. As entrevistadas também responderam receber críticas relacionadas a estatura (muito alta ou muito baixa), ao cabelo, olhos, boca, nariz e relacionadas a flacidez da pele.

Muito embora as mulheres tenham conquistado avanços relacionados ao mundo feminino e vivenciado uma nova maneira de compreender o seu corpo, não se importando as regras impostas pela sociedade, como explica Boris e Cesídio (2007), nota-se que a cultura enraizada na sociedade interfere significativamente na vida das mulheres, tendo em vista que a maior parte das entrevistadas informaram existir, atualmente, um padrão de beleza corporal e que, grande parte delas (79,9%) não se encaixam dentro deste suposto padrão de beleza. Além disso, as entrevistas mostraram que a maioria das entrevistadas já receberam críticas relacionadas ao seu corpo. Logo, vê-se que a sociedade molda as mulheres, e dita quais são as regras que elas devam seguir para serem aceitas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa proposta sobre “Pulsões e desejos na cultura: meu corpo, minhas regras”, visou verificar como as mulheres são criticadas pela sociedade em relação a sua aparência física, e, para se amoldar ao padrão de beleza cultural, optam por transformar o seu corpo através de cirurgias plásticas. As mulheres acabam sendo pressionadas pela cultura social estética que rodeia o mundo feminino através da pulsão. E em virtude de o desejo de ser aceita e de se encaixar dentro de um padrão de beleza social muitas optam por fazer cirurgias estéticas ou acabam virando mulheres frustradas, insatisfeitas com a própria aparência.

O termo “meu corpo, minhas regras” relaciona a mulher a seguir suas escolhas pessoais e não as instruções invasivas da sociedade. Contudo, lamentavelmente, observa-se que as regras sociais são seguidas pelo temor de não ser aceita, ou de propriamente não se aceitar. Pois, como visto no desenvolvimento do trabalho, a cultura interfere na crença das pessoas. E através da crença é possível curar ou provocar doenças. Pelo estudo realizado, verifica-se que o movimento sobre o direito de as mulheres fazer as próprias escolhas relacionadas ao seu corpo, sem interferência da sociedade e dos padrões que lhe acompanham, é trabalhoso, uma vez que é preciso mudar a cultura impregnada de que para se ser aceita é preciso se encaixar a um padrão de beleza social.

6 REFERÊNCIAS

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 nov. 2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

SOUZA, Karina Carvalho Veras de. **O Feminino na Estética do Corpo: uma leitura psicanalítica**. Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica, pela Universidade Católica de Pernambuco, na linha de pesquisa em Psicanálise e Psicopatologia Fundamental. Recife, 2007.

SILVA NETO, Isaac Vilanova e. **A teoria das pulsões em Freud e Lacan: pontos de convergência e de divergência..** Dissertação submetida à coordenação de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre. Fortaleza: 2009.

A CONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA

MARQUES, Drielle Porto

SANTO, Cláudio Renato Silva do Espírito¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O princípio da presunção da inocência, está presente no rol de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, não considerando culpado ninguém antes da sentença penal condenatória transitado em julgado. Tonando se assim discutível nesse contexto a possibilidade de aplicação da Lei de Execução Penal ao preso provisório, sendo ele ainda não condenado, infringem os princípios constitucionais ou não. É possível a aplicação da Lei de Execução Penal ao preso provisório? Sendo ele ainda não condenado. Infringem-se os princípios constitucionais ou não? Com o objetivo de levantar questões pertinentes à execução provisória da pena e a exploração de sua constitucionalidade e seu discernimento em um Estado Democrático de Direito.

Inicialmente, discernir-se-á sobre as garantias e princípios constitucionais presentes na Constituição Federal de 1988, principalmente em virtude de sua prevalência sobre as normas jurídicas, por serem cláusulas pétreas; daí direciona a compreensão do princípio da presunção da inocência (art.5º, inciso LVII, da CF) e sua função no processo penal. Analisando o texto constitucional e a jurisprudência relativa às prisões cautelares, daí especifica-se o estudo da razoabilidade e da constitucionalidade da prisão decorrente de acórdão penal recorrível. O propósito desta pesquisa define-se na verificação de equivalência da execução penal provisória com o ordenamento constitucional, considerando aspectos processuais e razoabilidade da decretação,

¹Graduandos do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor Orientador. Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

além de sua regularidade com os preceitos do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica, à luz das literaturas foi possível ter acesso a todas as informações constantes deste trabalho de conclusão de curso. Pela importância da pesquisa bibliográfica com base do conhecimento científico produzido na Universidade, destaca-se, aqui, a conceituação proposta por Severino:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Severino (2007), também destaca as forças motoras da ciência – os raciocínios. Quer pela indução (de fatos particulares a princípio geral) ou pela dedução (de uma proposição geral chega-se a uma conclusão). Em geral, os conceitos fundamentais são baseados no jeito positivista de produzir conhecimento científico. “Na Universidade, o conhecimento deve ser construído pela experiência ativa do estudante e não mais ser assimilado passivamente, como ocorre o mais das vezes nos ambientes didático-pedagógicos do ensino básico”. (SEVERINO, 2007, p. 25).

3 DESENVOLVIMENTO

O princípio da presunção da inocência (não culpabilidade) é universalmente conhecido por estar presente na Declaração dos Direitos humanos da ONU no seu art. II, que no texto diz: “Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não se prova sua culpabilidade, de acordo com a lei e em processo público na qual se assegurem todas as garantias necessárias para sua defesa” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948). Aplica-se este princípio tanto no período probatório, também na análise de um acusado em estado de inocência. Na primeira situação, o acusado deve ser declarado inocente, cabendo à

outra parte que o acusa comprovar a veracidade dos fatos, e a culpa do acusado. Somente depois disto a sentença condenatória transitada em julgado, vindo de um processo judicial, é que ele pode ser considerado culpado de acordo com o art. 5º, inc. LVII, CF/88: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (BRASIL, 1988).

O acusado aqui não pode ser obrigado a ajudar na apuração dos fatos, uma vez amparado pelo art. 5º LIV da CF/88, que dá a ele o direito de não produzir provas contra si mesmo, permanecendo em silêncio (art. 5º, LXII CF/88), pois esse se não amparado desta forma poderia se tornar objeto de investigação, quando na verdade é sujeito processual. Ainda aqui, verifica-se correlação do princípio da presunção de inocência com o do “in dubio pro reo”, visto que ocorrido o correto processo legal, e as provas não forem suficientes, e ao juiz ficando alguma dúvida quanto à culpa do acusado, deve ele decidir em favor do acusado, que será declarado inocente.

Em uma segunda situação, no decurso do processo penal, é considerado inocente enquanto não for definitivamente condenado. Sendo assim durante as investigações e o processo, o acusado não deve ser punido antecipadamente, tratado como culpado deve-se apenas aplicar as medidas necessárias, limitando o mínimo de direitos possíveis, uma vez que ainda não se sabe de sua total inocência ou culpa. Discernindo as garantias e princípios constitucionais, segundo o art.5 da nova constituição federal que fala dos direitos fundamentais ao cidadão, tais como: direito à vida, direito à liberdade, direito à igualdade, direito à segurança e direito à propriedade; também nos fala em seu inciso LVII que: “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (BRASIL, 1988).

Isto significa que o réu para ser sentenciado a pena definitiva e cumpri-la, tem o direito de recorrer a todas as instancias que a lei lhe dá direito; todavia, um dos assuntos mais polêmicos hoje no poder judiciário é a aplicação da lei de execução penal ao preso provisório e se isso fere os princípios constitucionais confrontando assim a constituição da república federativa do Brasil de 1988. O recurso que foi levado ao STF pela defesa de um réu de São Paulo e começou a ser analisado em setembro de 2016 pedindo para que fosse indeferida a sentença já julgada pelas instancias ordinárias, foi também negado na instancia superior por maioria de votos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No entender dos ministros, são nas instancias ordinárias que todo o processo passa por sua fase física, se assim é possível dizer. São nelas que o processo se inicia com ampla investigação e conclusões de fatos ou provas. Segundo a maioria dos ministros do Superior Tribunal Federal, após o recurso passar pelas instancias ordinárias e usando o princípio da razoabilidade (bom-senso), o penitenciado já pode ir cumprindo a pena, pois o mesmo já teve condenação nas instancias acima citadas. Para alguns ministros, o fato de o processo ainda não estar definitivamente encerrado por estar em tramite na instancia superior, não significa que a sentença proferida pelas instancias ordinárias não possa já ter efeito imediato, deixando claro assim que é possível aplicar a Lei de Execução Penal sem infringir os princípios constitucionais.

Segundo a ministra Carmen Lucia (presidente do STF) em seu voto, há a necessidade de preservação do sistema de confiabilidade, que é à base das instituições democráticas (site do STF). Concluimos assim, que todas as instancias passam a ter mais "autonomia" e não deixando um criminoso em liberdade esperando a morosidade do sistema judiciário e que talvez nem venha a ser punido porque o processo do mesmo poderá prescrever e não atender aos anseios da sociedade. Levando em conta o princípio da razoabilidade, não faz sentido que um já apenado continue impune durante todas as fases de seu processo.

Poder-se-ia dizer que seria até uma afronta aos integrantes das instancias ordinárias, já que o réu passou duas vezes em julgamento. O entendimento da maioria dos ministros do Superior Tribunal Federal é que a lei seja para todos conforme manda na Constituição e que a hierarquia do sistema judiciário caminhe de comum acordo em todas as instancias, não deixando duvidas a sociedade e levando assim, a dar maior eficácia e transparência ao poder judiciário e não deixar que o sistema já precário prejudique ainda mais a celeridade da justiça.

A posição do judiciário em relação a esta questão tão discutida no meio jurídico e que ainda será muito questionada, já que também é dividida no mesmo. Para que a Execução provisória da Pena vire lei, é preciso que o legislador também faça sua parte como representante do povo e trabalhe mais junto com o judiciário a fim de resolver

questões confrontantes como esta, pois a importância de uma nova lei e a revogação de outra(s), seria fundamental para que no futuro não haja questionamentos. Assim facilitaria mais o andamento dos processos e não causaria divergências dentro do meio jurídico.

Diante do exposto, vê-se que, de acordo com o Princípio da Presunção de Inocência, assegurado pela Constituição da República em seu Art. 5º, LVII, todo réu tem que ser tratado como inocente até que se prove o contrário, em sentença irrecorrível. Não obstante das mais variadas críticas e interpretações discutidas, existe sim a conformidade entre o Princípio da presunção de inocência e a prisão processual, haja vista que se evidencie o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, pressupostos do art. 312 do NCPD (ESTUDOS NOVO CPCD, 2015), garantia de ordem econômica, garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e garantia da aplicação da lei penal.

Não se pode falar de impunidade, insegurança jurídica, desrespeito ao primeiro e segundo graus do sistema judiciário, estas decisões do Supremo vêm somente para legitimar um entendimento que já se estava tendo nos últimos julgados, não sendo surgidos de agora, mais sempre estando presentes no ordenamento jurídico. Somo um país que mais oferta meios e recursos para réus se defenderem, sendo a problemática estando no fato de se respeitar o estado de inocência de alguém que recorre, mais no sistema que dá tantas chances para que ele recorra. A morosidade do sistema é grande, analisando dados, em 2008, dos 440 mil presos no país, 189 mil eram presos provisórios, e em alguns estados esses presos provisórios chegam a representar 80% dos encarcerados. É dever do Estado solucionar as lides em tempo hábil, para que não se precise, manter presos os inocentes e nem deixar os culpados livres.

Seguindo este raciocínio, afirma-se que o processo é o principal instrumento para se exercer a jurisdição, devendo ser interpretado à luz do constitucionalismo, firmado na ideia de que é a partir da Constituição Federal que extraímos os valores fundamentais humanos. Sendo assim, o processo deve se adaptar compreendendo o Direito Infraconstitucional, compondo assim as leis ordinárias (STRECK, 2002, p. 30-31). E, nesse aspecto, pontua Gerber (2003, p. 81):

[...] as ideias de liberdade, igualdade e fraternidade acabaram por fornecer ao direito penal um caráter de racionalidade e, conseqüentemente, de menos danosidade ao indivíduo, eis que este passou a contar com direitos que serviam de obstáculo à intervenção estatal, limitando esta última frente às liberdades individuais. Sobre tal entendimento é que se fulcra a matriz garantista (GERBER, 2003, p. 81).

Interpretar o Processo Penal a luz da Constituição, não se prova como entende a maioria, guia-se através da exegese em especificamente em casos isolados, mais sim compreendê-los sistematicamente, como um todo, sendo o pilar os princípios constitucionais, direcionando assim a melhor hermenêutica. Sendo assim, na esfera do direito penal, um processo penal, não deve somente considerar o respeito às garantias penais e processuais do réu, e sim lhe conceder a oportunidade de efetivos meios de defesa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da presente pesquisa empírica na área do Direito, pode-se constatar que o mundo jurídico tem medo dos fatos e a incorporação dos fatos ao universo do Direito implica sempre uma redução de sua complexidade e sua adaptação “à capacidade genérica dos guardiães da lei” (GEERTZ, 1997, p. 257). O sistema brasileiro de justiça criminal passou por uma reforma sistemática em 1984, com o objetivo de se modificar o sistema de penas, privilegiando-se a aplicação de medidas alternativas à prisão. Por meio da Lei de Execuções Penais, e com vistas à justificação do novo sistema proposto, os legisladores pretenderam estabelecer, inclusive, parâmetros objetivos para a aplicação das penas em regime fechado e semiaberto, definindo-se quantidade de metros quadrados das instalações, condições de aeração, ventilação etc. Apesar das intenções, o que a realidade dos últimos trinta anos demonstrou largamente foi que a reforma de 1984 não funcionou. Os dados apresentados dão conta de algumas dimensões desta “falência” da proposta de reforma do sistema de penas em dois Estados do Brasil.

Relativizar o alcance e a precisão dos comandos normativos e compreender que a realidade negocia com as normas, numa constante adaptação em duas vias, são as premissas que fazem possível reconhecer a importância da pesquisa empírica. Através da pesquisa é possível ter um vislumbre da distância cognitiva entre a

programação normativa – e o discurso institucional – por um lado, e a concretude das instituições e de seu funcionamento, por outro. É conhecendo as instituições como elas se apresentam de fato, nos seus resultados práticos, que se torna possível estabelecer as regularidades que orientam, também de fato, o seu operar.

Nesses termos, o projeto político de implementação de um Estado Democrático de Direito no Brasil encontra um obstáculo considerável no modo de funcionamento do sistema penal. Não somente no âmbito do Poder Judiciário, mas também na esfera do sistema penitenciário, a gestão das populações submetidas ao controle penal tem se pautado pelo estabelecimento cada vez mais usual de políticas públicas que podem ser chamadas de “políticas de exceção” (SANTOS, 2007). O fortalecimento de um modelo de Estado democrático, porém, importa evitar a justificação de uma política pública de “emergência” ou de “exceção”. Os processos de legitimação que aproximam o Estado brasileiro de uma prática autoritária repousam na percepção e utilização da atividade repressiva como grande “remédio” para uma situação de desordem, de “guerra civil”, de conflitos internos.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 12 nov. 2017.

_____. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 12 nov. 2017.

GEERTZ, Clifford. **O Saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparada**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GERBER, Daniel. **Prisão em flagrante: uma abordagem garantista**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 17.ed. Rev. Atual. São Paulo: Atlas, 2005.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php> Acesso em 02 nov. 2017.

SANTOS, Rogerio Dultra dos. Algumas notas sobre o RDD e as políticas públicas de exceção no Brasil. *In: [Boletim do] Centro de Estudos Direito e Sociedade*, Rio de Janeiro, dez. 2006. Acesso em: 09 nov. 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

STRECK, Lênio. **Hermenêutica Jurídica e(m) crise**: uma exploração hermenêutica na construção do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

APLICABILIDADE DA LEI PENAL NO TEMPO

BAPTISTA, Eduardo Canzian

ROCHA FILHO, Fabiano Augusto Cesar da

BAPTISTA, Gustavo Canzian

SERRA, Raian Jácomo¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo demonstrar a aplicabilidade da lei penal no tempo e suas causas e efeitos perante a sociedade, buscando de forma simples mostrar as vertentes da aplicação penal e sua importância para sua eficácia, cumprindo os objetivos almejados pelo legislador e explicar de forma coesa a hermenêutica utilizada pelos doutrinadores e outras fontes do direito. Cabe destacar a suma importância para a sociedade em ter ao seu alcance os resultados da justiça de fato, não somente em teorias e provas cabais da atual incapacidade do Estado de cumprir seus objetivos gravados e traçados como objetivo em nossa “Constituição Cidadã” de 1988.

As normas do código penal obedecem uma hierarquia, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que operando em harmonia com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (BRASIL. 1942.), definem prazos para a vigência de normas (*Vacatio Legis*) e seu prazo de eficácia legal bem como duração em casos de leis temporárias, que possuem prazos fixados na norma e utilizadas para casos excepcionais como na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, Art. 5º inciso III que versa sobre a entrega de armas sem penalidades até a data de 31 de dezembro de 2008, configurando o ato de entregar armamento após esta data em infração a norma. No caso de edições de textos legais, tais alterações tem efeito imediato, que podem causar alterações nos rumos da sequência do processo legal, causando em alguns casos falhas ou omissões legislativas, que ensejam remédios constitucionais

¹ Graduandos em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Professor Orientador. Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

e ações do mesmo molde como por exemplo Jurisprudências, Súmulas, Ações Diretas de Constitucionalidade (ADI) e Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) , que servem para remediar ou afirmar perante instancias superiores ou inferiores e a sociedade a validade de atos legislativos ou jurídicos que podem afetar a celeridade devido à sobrecarga processual gerada no nosso sistema judiciário.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia aplicada no presente foi o método indutivo, auxiliada de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica, a acervos literários físicos e virtuais como técnicas de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

O código normativo brasileiro segue o modelo e filosofia positivista de Hans Kelsen e Augusto Comte, isto é, a lei escrita é seguida à risca, mas devido a evolução filosófica e doutrinária que se sucedeu desde a obra destes autores, podemos afirmar que vivemos numa era neopositivista que permite uma interpretação jurídica do código, sem no entanto ferir a letra da lei como afirmado por Kelsen “A norma é a fonte comum de validade de todas as normas pertencentes a uma e mesma ordem normativa, o seu fundamento de validade comum” (KELSEN, 1996) , a legislação sofreu diversas mutações e influencias de outras filosofias que persistem até os dias atuais.

O tempo e a legislação penal mudam constantemente, seguindo o processo de nossa sociedade de evolução tecnológica e moral, sendo que infelizmente nossos legisladores não conseguem acompanhar de ponto tais mudanças, que acaba criando problemas e paradigmas sociais e prejudicando a eficácia legal do códex. A sociedade tende a utilizar meios para gerar um equilíbrio entre as partes, que fica evidenciado no Código Civil, mas no caso da área penal, em que as leis são rígidas e qualquer erro na aplicação pode gerar danos que são irreparáveis, pois ninguém é capaz de restituir o tempo perdido por uma detenção injusta ou a demora para prender um cidadão condenado devido a morosidade do judiciário, passando assim a sensação de injustiça para a sociedade. Atualmente utilizamos o conceito tripartite, que tem por

objetivo manter o equilíbrio de forças entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas necessitamos utilizar o conceito da razoabilidade para evitar excessos ou negligência do dever de gerir e agir do Estado. De acordo com Pedro Lenza que esclarece esta ideia.

Ao expor a doutrina de Karl Larens Coelho Esclarece: “utilizando, de ordinário, para aferir a legitimidade das restrições de direitos – muito embora possa aplicar-se, também. Para dizer do equilíbrio na concessão de poderes, privilégios ou benefícios - , o princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade, em essência, consubstancia uma pauta de natureza axiológica que emana diretamente das ideias de justiça, equidade, bom senso, prudência, moderação, justa medida, proibição de excesso, direito justo e valores afins; precede e condiciona a positivação jurídica, inclusive de âmbito constitucional; e, ainda, enquanto princípio geral de direito, serve de regra de interpretação para todo o ordenamento jurídico”. Trata-se de princípio extremamente importante especialmente na situação de colisão entre valores constitucionalizados (LENZA, 2008, p. 75).

O código cresceu em tamanho e conseqüentemente na absorção de novas doutrinas e teorias que se converteram em novas leis que convivem com o legado legislativo, tornando o código amplo, porém extenso, que possuem uma infinidade de leis, doutrinas e jurisprudências requerendo atenção dos operadores do Direito, como por exemplo o Código Penal que sua base vem de lei de 1940 (BRASIL.1940).O código penal sofreu alterações até a presente data, tendo a influência do princípio da intervenção mínima e o de última instância legal ou último recurso (Ultima Ratio), com a revogação de alguns delitos não mais considerados crimes como o de sedução que estava previsto no art. 217 do Código Penal, e segundo a redação do texto: “seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de catorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”, sendo que o exemplo citado acima veio da visão do legislador em modificar e ajustar a lei conforme o estado moral, cultural e ético da sociedade.

Agora a lei seguindo o princípio da anterioridade (art. 5, inciso XXXIX da Constituição de 1988), se algum cidadão antes da revogação tenha cometido o crime de “sedução” e seguindo o princípio citado após a revogação, o mesmo cidadão teria sua infração extinta, pois tal infração penal foi abolida (Abolitio Criminis). Conforme a orientação do professor Paulo Nader:

Admite-se a retroatividade da lei: a) no Direito Penal, quando as disposições novas beneficiam réus na exclusão do caráter delituoso do ato ou no sentido de minorarem a penalidade; b) no tocante às leis interpretativas; c) quanto às leis abolitivas, que extinguem instituições sociais ou jurídicas, incompatíveis com o novo sentimento ético da sociedade. Por outro giro, admite-se o efeito imediato da nova lei: a) em relação às normas processuais; b) quanto às normas cogentes ou taxativas; c) quanto às normas de ordem pública (NADER, 1996, p. 237).

Além deste conceito passado, o código processual, que engloba todas as áreas jurídicas, inclusive as normas penais se submetem ao princípio da força normativa como ensina Lenza (2008. p. 74), “os aplicadores da Constituição, ao solucionarem conflitos, deve conferir a máxima efetividade às normas constitucionais”, sendo assim cabe a sociedade, propor mudanças para otimizar a eficácia jurídica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A lei penal brasileira tem o objetivo maior de prevenir as infrações legais, isto é, crimes e delitos, o código penal tem por objetivo secundário dar uma resposta efetiva a sociedade e fomentar regras de convivência pacífica entre as pessoas. Nosso judiciário atualmente encontra-se estrangulado devido à demanda da sociedade, em parte devido a “moda” da judicialização no âmbito civil e na esfera penal há um aumento de leis que torna o sistema mais lento. O Estado Brasileiro também não se preparou para o aumento populacional, com setores como educação, segurança e saúde sucateados, culminando na sobrecarga do judiciário, que seu efetivo de funcionários e magistrados abaixo da demanda e todo aparato de suporte ao judiciário à beira do limite. Conforme consta no site do Conselho Nacional de Justiça:

O conselheiro falou sobre a superlotação do sistema prisional, que abriga 660 mil pessoas, mas conta com apenas 401 mil vagas. Rogério Nascimento detalhou que, deste universo, 243 mil são presos provisórios (sem condenação), 296 mil do regime fechado, 105 mil do semiaberto e cerca de 9 mil do aberto (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2017).

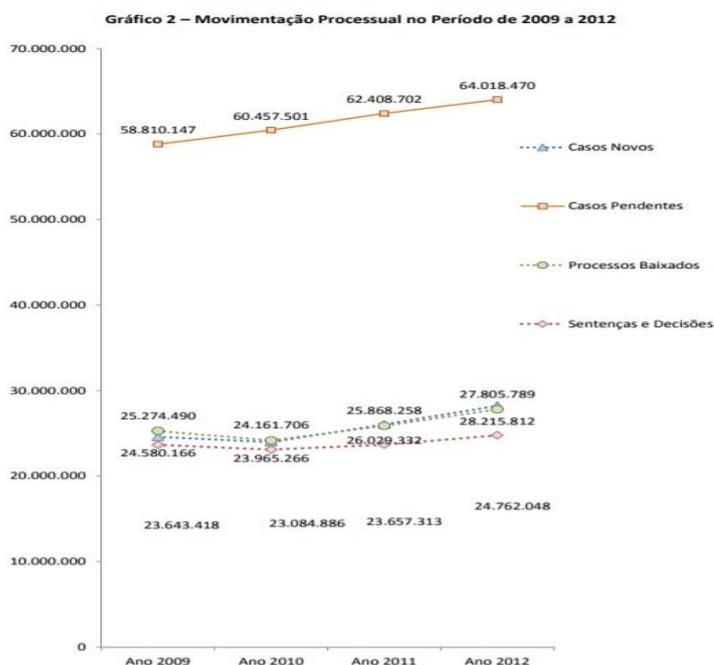
Figura 01: A realidade do sistema carcerário.



Fonte: CNJ, 2017.

Como observado, vemos que há uma sobrecarga no sistema judiciário causado pela falta de planejamento governamental que se reflete no sistema carcerário e conseqüentemente em toda sociedade, sendo que este fato poderia ser contornado com medidas de planejamento a longo prazo que não foram feitas.

Figura 02: Movimento processual no período de 2009 a 2012.



Fonte: CNJ, 2017.

Se observa que na figura 02 há um crescente aumento no número de processos pendentes no intervalo analisado, que é especialmente nocivo na esfera penal, pois muitos réus estão reclusos, em centros de detenção provisória, aguardando a sentença, gerando custos ao Estado e danos aos próprios réus que aguardam

juízo, entretanto cabe reafirmar que nossa legislação muda constantemente e alguns crimes deixam de existir neste período que estes réus estão aguardando sentença encarcerados, sendo assim, a morosidade se torna um motivador da injustiça, ferindo os conceitos da retroatividade .

E devido à ineficiência do Estado brasileiro são constantemente lesados conceitos como a irretroatividade da lei mais severa e a retroatividade da lei mais benigna com tais conceitos elencados na constituição federal de 1988, precisamente no artigo 5º, incisos XXXVI e XL, que diz “a lei não prejudicará o direito adquirido” (BRASIL, 1988) e a seguinte diz “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu” (BRASIL, 1988), tendo assim, o Estado em sua supremacia negligenciando sua lei suprema. O uso da tecnologia e a simplificação legal podem ser possíveis soluções para mitigar tais problemas, sendo que elas contribuem para a agilidade do sistema processual e permitem um controle maior da sociedade dos atos públicos proferidos, entretanto devemos ter em conta que tais atos dependem de uma mudança do pensar e interesse dos que detém o poder de fato.

Devido a tecnologia atual e a facilidade de obter informações , a sociedade está mais esclarecida embora há a necessidade de mudança da legislação visando simplificar e sintetizar o emaranhado de leis brasileiras em poucas leis coesas, fato tal que por si só já aumentaria a agilidade e eficácia das leis como um todo, melhorando o tempo de resposta e facilitando procedimentos como a ampla defesa e diminuindo custos, que reflete diretamente em mais recursos para fiscalização e retorno social em educação, saúde, segurança, diminuindo a quantidade de demandas judiciais e a cultura da judicialização que vem aumentando e sendo incentivado pelo próprio Estado, sem estudos e projetos que permitam o acesso pleno de todos os cidadãos ao sistema judiciários

5 CONCLUSÃO

Apesar das dificuldades e desafios do nosso sistema jurídico, há muito o que se fazer para melhorar a eficácia e o tempo de resposta a sociedade, é crucial a aplicação das leis respeitando a sucessão da lei penal e sua aplicação imediata, visando educar, mas acima de tudo inibir a ocorrência de infrações penais. Este trabalho de projetar

todo um sistema efetivo depende de vontade política dos três poderes em conjunto com a sociedade para otimizar processos ao mesmo tempo melhorar resultados sociais.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CIEGLINSKI, Thaís. **Sistema carcerário é doente e mata, diz Rogério Nascimento, do CNJ**. C.N.J. , 2017. Disponível em:<<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85245-o-sistema-carcerario-e-doente-e-mata-diz-rogerio-nascimento-do-cnj>> Acesso em 11 nov. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA(CNJ).**Justiça em números**. C.N.J. , 2013. Disponível em:<http://www.cnj.jus.br/images/variados/sumario_executivo09102013.pdf> Acesso em 11 nov. 2017.

KELSEN, Hans. **Teoria geral das normas**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1996.

JESUS, Damásio. **Direito Penal: Parte Geral**. v. 1. 32 ed. São Paulo:Saraiva 2011.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo:Saraiva,2008.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 38 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ATO INFRACIONAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

MARTINS, Elias Corrêa
OLIVEIRA, Emerson de
SALVADOR, Natália Ribeiro
SILVA, Nathan Lopes da
GOMES, Wesley Brito¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Acerca do tema escolhido “Ato Infracional e Suas Consequências”, serão explanados alguns aspectos considerados importantes. De modo a fundamentar também a pesquisa e dar melhor entendimento foi realizada uma entrevista com um profissional que atua diretamente na área, conhecendo assim o pleno funcionamento do previsto no Estatuto.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada no curso do presente resumo foi o método indutivo, auxiliado de revisão de literatura, pesquisa bibliográfica e pesquisa quantitativa como técnicas de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

O Resumo Expandido aqui trabalhado abordará a parte do Ato Infracional, que se encontra no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). "Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal", conforme clara dicção do artigo 103 do ECA (BRASIL, 1990). Assim esse artigo deixa claro que tanto o adolescente quanto a criança não cometem crimes, mas sim podem praticar

¹Graduandos do Curso de Direito da Multivix - Unidade Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor orientador. Doutorado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

atos infracionais, logo, caso há ocorrências os menores infratores ficarão subordinados ao descrito na legislação especial.

O ECRriad visa à proteção integral das crianças e dos adolescentes, em que assim estabelece idades específicas determinadas por lei. "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescentes aqueles entre doze e dezoito anos de idade" (ECA, 1990 art. 2.º). Em decorrência disso as crianças que por ventura em razão de sua conduta vir a cometer um ato infracional, ficarão sujeitas as medidas elencadas no Art.101 do Estatuto.

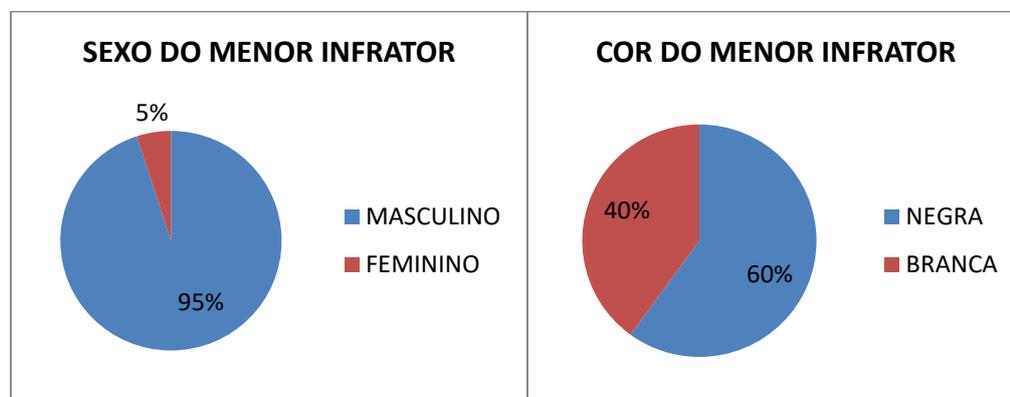
Assim, verificada qualquer das hipóteses previstas no art.98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: (i) encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; (ii) orientação, apoio e acompanhamento temporários; (iii) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; (iv) inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; (v) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; (vi) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; (vii) colhimento institucional; (viii) Inclusão em programa de acolhimento familiar; (ix) colocação em família substituta (BRASIL, 1990).

Já no caso do adolescente cometer algum ato infracional, ele ficará assim sujeito ao descrito no Art.112 do ECRriad: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; bem como qualquer uma das previstas no art.101, I a VI.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

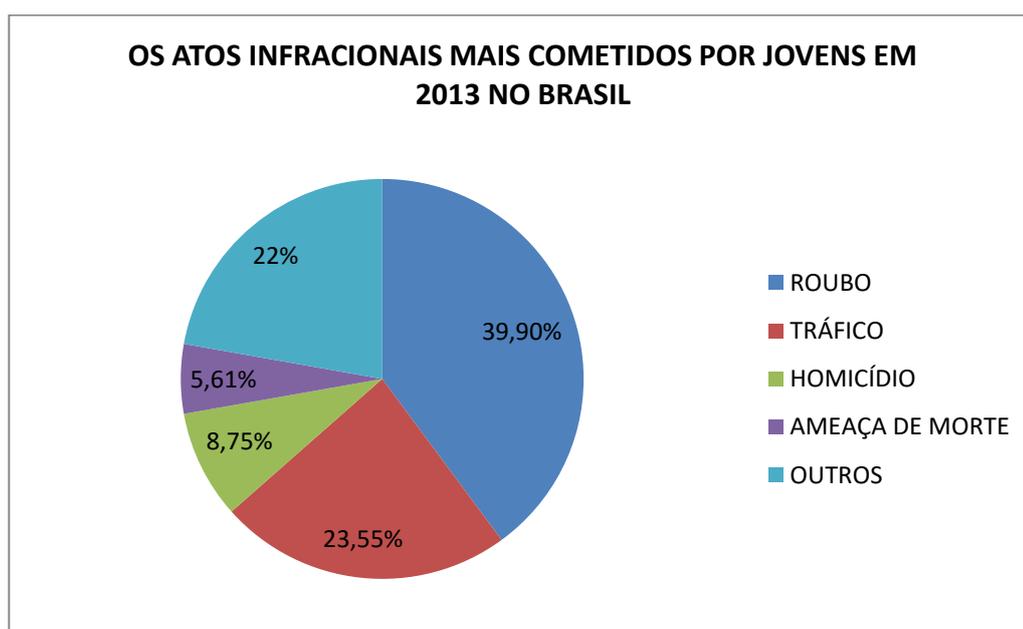
Nesse espaço foram reservados alguns dados, pesquisas e opiniões acerca da temática "Ato Infracional e suas Consequências". Segundo um estudo divulgado pela IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2015 foi possível traçar o perfil

do menor infrator, no qual foram abordadas as seguintes características acerca dos adolescentes que estão cumprindo Medidas Socioeducativas:



Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministério da Justiça e do Ministério Público numa compilação feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2013.

Nesse primeiro gráfico é possível verificar a presença quase total do sexo masculino na prática delitivas, representando assim 95 %, em contrapartida o sexo feminino tem a apenas 5% de participação. No segundo gráfico observa-se a cor do menor infrator, verificando assim que a maioria é negra, com cerca de 60%. O outro gráfico abaixo mostra quais são os principais tipos de delitos cometidos pelos jovens em 2013 no país:



Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministério da Justiça e do Ministério Público numa compilação feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2013.

Assim destaca-se principalmente a instituição denominada Família, o grupo familiar é de extrema importância para o assunto, pois é na família que o menor tem o seu primeiro contato social. Assim a família constitui uma parte do processo de desenvolvimento, logo se o núcleo familiar está fragilizado o indivíduo pertencente ao grupo também pode se fragilizar. Estas fragilidades acarretam dificuldades para a vinculação entre o jovem e a família, resultando em um enfraquecimento do controle sobre o comportamento do adolescente (SHOEMAKER, 1996 *apud* ZAPPE; DIAS, 2012). O grupo familiar tem um papel fundamental na constituição dos indivíduos, atuando na construção da personalidade e influenciando no comportamento individual através das práticas educativas adotadas no âmbito familiar (SCHENKER; MINAYO, 2003 *apud* ZAPPE; DIAS, 2012).

Não faltam autores e pesquisas que mostram como a influência familiar e a vulnerabilidade social podem influenciar ao menor cometer um ato infracional e se tornar um reincidente no futuro. Feijó e Assis (2004) ao pesquisarem acerca do núcleo familiar dos jovens que cometeram atos infracionais graves perceberam estruturas familiares totalmente abaladas, em que foram constatadas algumas características, como isoladas do amparo social, pobreza, analfabetismo, violência física, desemprego, etc. Oliveira e Assis (1999 *apud* ZAPPE; DIAS, 2012) constatam que muitas vezes devido à família mal estruturada o jovem preferiu a rua, ainda assim durante a internação os menores não recebiam nenhuma visita dos seus pais, o que prejudica o processo de ressocialização do menor.

As Medidas podem até não ter o efeito esperado pela Lei, entretanto é necessário resolver questões externas, como o problema das drogas, do desemprego, da pobreza, entre outros. As Medidas Socioeducativas e Protetivas devem ser aplicadas aliadas à uma melhoria no contexto social do menor, pois não adianta punir e deixar sem o devido amparo social. Outro ponto a ser destacado são as menções de um profissional da área jurídica e de uma delegada aposentada a respeito do ECRID, pois como essa legislação tão moderna não consegue cumprir de forma plena o que está positivado. A delegada aposentada Marilisa Boehn cita:

O Estatuto foi a Lei mais bem elaborada, mas precisa de recursos para fazer valer essas medidas. Precisamos de vagas, psiquiatria, acompanhamento,

cursos profissionalizantes gratuitos que, de preferência, sejam ministrados nos bairros. (CLIC, s.d., s.p.).

“É uma lei de primeiro mundo, mas falta estrutura. Se tudo funcionasse de acordo com o ECA, o retorno do jovem à sociedade seria muito melhor” (CLIC, s.d., s.p.) – complementa o juiz da Vara da Infância e da Juventude de Joinville, Márcio René Rocha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho contou com a utilização do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA, 8.069/90) e outros mecanismos como a utilização de sites. Assim com fulcro em colher dados acerca dos menores infratores, dados estes fundamentados em fonte original do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), porém recolhidos em sites jornalísticos, e também pesquisa realizada via “Whatsapp” com o Conselheiro Tutelar de Cachoeiro de Itapemirim, Leandro Vieira das Neves. No qual buscou fazer alguns questionamentos sobre a problemática abordada e por fim pesquisas realizadas no site acadêmico “SCIELO”.

Conforme visto alhures no trabalho abordado, foi possível traçar o perfil destes adolescentes em unidades de internação. Esses são em sua maioria: negros, usuários de drogas, moradores de periferia e vem de famílias de classe pobre e desestruturadas. Tais dados demonstram que, mesmo com as evoluções no tocante aos direitos sociais, a desigualdade social ainda é fator determinante quando se trata do aumento da criminalidade.

O Brasil mantém uma cultura punitiva, onde o Estado no papel de repressor pune principalmente a população mais carente, pobre. Não é questão de que os atos cometidos pelos menores devem ser aceitos, ou mesmo desconsiderados pelo nosso Judiciário. No entanto, com investimento em políticas sociais destinadas para essa população, não seria necessário discutir acerca de ressocialização ou diminuição da maioridade penal.

Portanto, é necessário mais investimento em políticas sociais, de modo que o Estado ofereça melhores condições de vida, investindo na educação e na profissionalização

da população carente mais pobre, afastando assim os adolescentes das práticas delitivas. Além disso, deve-se principalmente cumprir a legislação ECA, pois é um Estatuto moderno, mas que deve ser aplicada com mais recursos pelo Estado.

6 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rita. 4 dados reveladores sobre os meninos infratores no Brasil. *In*:

Exame: portal eletrônico de informações, 2015. Disponível em:

<<https://exame.abril.com.br/brasil/4-dados-reveladores-sobre-os-meninos-infratores-no-brasil/>> . Acesso em 25 out. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 11 nov. 2017.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 11 nov. 2017.

PERFIL do jovem em conflito com a lei. *In*: **CLIC**: portal eletrônico de informações, s.d. Disponível em <http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/an_segunda-chance/perfil.htm>. Acesso em 25 out. 2017;

PESQUISA do Ipea traça perfil do menor infrator: 66% vivem em famílias extremamente pobres e 60% são negros. *In*: **Post Brasil**: portal eletrônico de informações, 16 jun. 2015. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2015/06/16/pesquisa-do-ipea-traca-perfil-de-menor-infrator-66-vivem-em-fa_a_21683146/>. Acesso em 25 out. 2017;

ZAPPE, Jana Gonçalves; DIAS, Ana Cristina Garcia. Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. *In*: **Estud. Psicol.**, Natal, v. 17, n. 3, set.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300006&lang=pt> . Acesso em 25 out. 2017.

TRANSTORNO DE CONDUTA

VASCONCELOS, Fabíola Bastista

SILVEIRA, Glaucia Favares

HEMETÉRIO, Lorena Beninca de Jesus

ALVES, Lorena da Silva

MARTINS, Mayra Ataíde

ABJAUD, Naara Marcolino Florêncio¹

RANGEL, Tauã Lima Verdã²

1 INTRODUÇÃO

É cediço que o transtorno de conduta leva a criança ou adolescente a comportar-se de maneira agressiva e impulsiva, além disto, os indivíduos podem passar a furtar objetos de valor, mentir e afastar-se das atividades escolares, com isto os mesmos começam a infringir regras e leis do estado, cometendo tais atos sem demonstrar arrependimento. No entanto, nem toda ação fora da normalidade pode ser diagnosticada como transtorno de conduta, faz-se necessária à avaliação de comportamentos de indisciplina, além da influência do meio ambiente que os mesmos vivem em que leva a crianças e adolescentes a agir de forma inadequada. Na fase de infância e adolescência o indivíduo encontra-se em constante desenvolvimento nos parâmetros biológicos, sociais e psicológicos.

Dessa forma, o meio em que vive exerce grande influência na construção de sua personalidade. Ao desenvolver-se em um ambiente desestruturado, com a ausência de vínculo afetivo, presença de drogas lícitas e ilícitas, sofrendo maus tratos, lidando com situações de miséria, violência doméstica, abandono, entre outros, a criança ou adolescente tendem a apresentar comportamentos inadequados para a sociedade, devido ao contexto do que vivenciou ao longo de sua vida. Tal circunstância podem levar os mesmos a desenvolver o transtorno de conduta e/ou comportamentos

¹Graduandos do Curso de Psicologia da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

indisciplinados, baseados na “revolta” ou até mesmo a crença de que os atos presenciados são corretos, além disto, o transtorno pode ser desenvolvido devido a questões biológicas. Mediante isto, é necessário delimitar critérios ao efetuar o pré-diagnóstico, em sua maioria realizado por pessoas próximas ao avaliar uma conduta inadequada, devido à ausência de conhecimentos clínicos. A ideologia de que tais atos são apenas consequências de uma má criação, pode privar a criança ou adolescente de um tratamento adequado ou proporcionar um tratamento tardio de um transtorno mental.

2 MATERIAS E MÉTODOS

O presente projeto expandido empregou o método hipotético-dedutivo que visamos construir uma possível resposta para o problema. O método quantitativo, que considerou a moralidade da sociedade como uma estrutura complexa de um conjunto de pessoas e indivíduos na realidade social. Pesquisa exploratória que concluímos com uma hipótese de estudo para uma solução do problema e experimental com o objetivo de observar os efeitos na problemática, auxiliando da revisão de fonte bibliográfica.

3 DESENVOLVIMENTO

O transtorno de conduta envolve padrões de comportamento no qual a criança e adolescente, violam normas e regras sociais. Essas consequências, associadas às constantes críticas, causam baixa autoestima, vale lembrar que crianças e adolescentes com transtornos de conduta experimentam rejeição social, isolamento e, em muitos casos, apresentam autoestima comprometida, o que lhes causa sofrimento e desconforto. Nesse contexto, somente profissionais especializados saberão estabelecer prioridades entre as diversas condutas terapêuticas disponíveis, recomendando ao paciente aquela(s) que julgarem mais adequada(s), conforme cada caso. Segundo Rutter (2002, p.95) “a probabilidade de que os adultos iniciem ou mantenham trocas aversivas ou contra-ataques em resposta à agressividade das crianças — conflito entre pais e filhos.”

Problemas de conduta requerem um trabalho conjugado, sendo válida a tentativa de aproximação da escola com a assistência social e as famílias. O tratamento mais efetivo é aquele que envolve a combinação de diferentes estratégias junto à criança/ao adolescente, à família e à escola, havendo um esforço conjunto de todos eles. Conforme a classificação proposta por Rutter (2002). O meio biológico e social em que a criança vive, exerce influência na construção de sua personalidade. Sendo assim, se desenvolvida em ambiente desestruturado como o divórcio, violência, abuso sexual e preconceitos a criança apresentará comportamentos inadequados.

Segundo Winnicott (1994, p.211 *apud* RUTTER, 2002) “privação afetiva desencadeante para comportamentos antissociais se relaciona ao apego um laço construído na infância com pais e cuidadores, o qual tem influência durante o curso da vida”. A criança e ao adolescente pode apresentar comportamentos agressivos e impulsivos, sem demonstrar arrependimento algum sobre seus atos. Salienta-se que nem a família, nem a escola, sozinhas, darão conta dessas questões. É preciso, sem dúvida, um trabalho integrado, no qual a família possa estar inserida no contexto escolar, participando e acompanhando o crescimento das crianças e dos adolescentes que carecem, na atualidade, de atenção e investimento adequados.

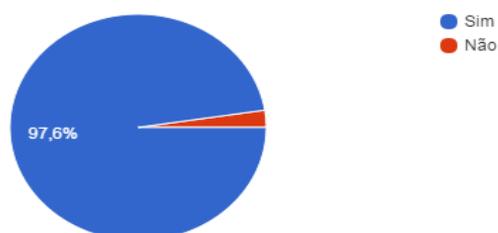
Boa comunicação, atenção e afeto serão sempre norteadores para atitudes mais acertadas com relação às crianças e adolescentes [com transtorno de conduta], visando ao alívio do sofrimento desses sujeitos e a um prognóstico mais favorável às suas questões. Conforme a classificação proposta por Winnicott (2008). É de extrema importância o apoio e a atenção da família para crianças que apresentam estes comportamentos. Não pode ser diagnosticado como transtorno de conduta, quaisquer ações fora da normalidade. É necessário primeiro uma avaliação psíquica do comportamento de indisciplina.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Há uma dificuldade em abordar o tema transtorno de conduta infantil na instância do pré-diagnóstico realizado por pais e responsáveis. Dados que mostram a necessidade de uma reconstrução na maneira de pensar sobre o assunto.

O responsável tem obrigação de acompanhar o desenvolvimento escolar da criança?

41 respostas

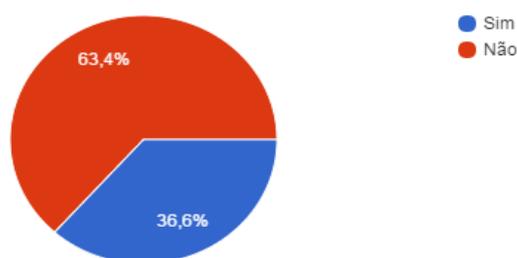


Fonte: os autores, 2017.

Neste gráfico apresenta quase 100% de respostas em que os pais se sentem responsáveis pelo desenvolvimento dos filhos na escola.

Você já levou seu filho (a) para uma consulta com um psicólogo?

41 respostas

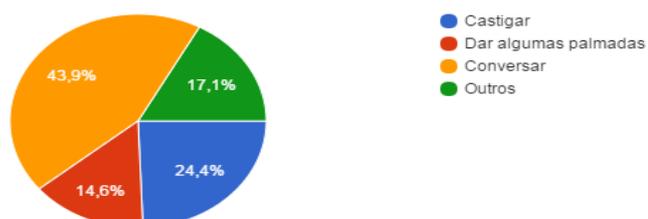


Fonte: os autores, 2017.

Pode se perceber que a maioria não procura uma ajuda psicológica, devido à falta de conhecimento, rotina exaustiva, preconceito ou a falta de recursos do próprio município.

Qual a melhor formas de punição, caso seu filho (a) destrua uma propriedade?

41 respostas

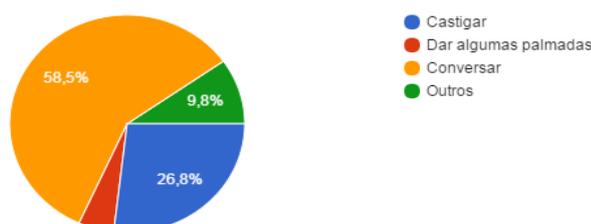


Fonte: os autores, 2017.

Neste gráfico pode perceber que a maioria dos pais 43,9% optaram por conversar, 24,4% dos pais optaram por castigar e 14,6% dar algumas palmadas. É de extrema importância que os pais procurem um profissional para a saúde mental de seus filhos para auxiliar orientação da educação infantil.

Qual a melhor forma de punição, caso seu filho (a) tenha o hábito de violar regras?

41 respostas

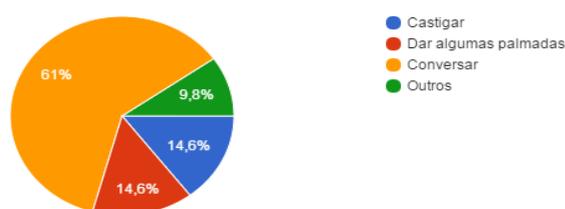


Fonte: os autores, 2017.

O percentual de 58,5% dos pais que optaram por conversar em forma de punição em caso de hábito de violar regras de determinados locais como escola, igreja e reuniões com outras crianças. Os percentuais de 26,8% demonstram que menos da metade dos pais optam por castigar ao invés de conversar. É necessária uma orientação de um profissional para conduzir de uma forma correta a punição infantil.

Qual a melhor forma de punição, caso descubra que seu filho (a) tem o hábito de praticar pequenos furtos?

41 respostas



Fonte: os autores, 2017.

Neste gráfico a maioria dos pais 61% optaram por conversar com seus filhos em caso de furto. A porcentagem de 14,6% de dar algumas palmadas e 14,6% de castigar. A maioria tem um melhor método de conduzir o erro da criança por conversa, é necessário o entendimento no que se passa no desenvolvimento da criança. A presente pesquisa foi realizada na região sudeste do Brasil, por meio de um formulário online, tendo por público alvo pais ou responsáveis de crianças e pré-adolescentes de até 14 anos incompletos. Obteve as respostas de 41 pessoas dentre homens e

mulheres, a perguntas que abordavam os comportamentos apresentados por crianças que possuem o transtorno de conduta. Os pesquisadores visavam avaliar a conduta de pais e responsáveis ao lidar com atitudes como furtar, agredir colegas, violar regras, destruir propriedades, apresentadas com persistência por seus filhos(as). Contudo a procura de um profissional é necessária para qualquer comportamento inadequado para uma criança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este resumo expandido se propôs, com objetivo geral, elaborar um conjunto de representações bibliográficas e pesquisa em campo. Para que o trabalho não se limitasse a teoria, buscou junto com os autores uma pesquisa feita em um questionário com o resultado de um gráfico para demonstrar a gravidade da problemática em questão. Pode-se chegar assim e algumas conclusões: os indivíduos que sofrem com transtorno de conduta é resultante de um meio social a que convive, pois, os pais segundo a pesquisa não procuram um profissional (psicólogo) quando há algum comportamento anormal. Contudo, é necessário que os pais procurem uma ajuda profissional para acompanhar o desenvolvimento do seu filho (a).

6 REFERÊNCIAS

ABRAM, Karen. **DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSUMPÇÃO JÚNIOR, Francisco Baptista; KUCZYNSKI, Evelyn. **Tratado de Psiquiatria da Infância e Adolescência**. Rio de Janeiro: Ed. Atheneu, 2003.

BORDIN, Isabel A. S.; OFFORD, David R. Transtorno da Conduta e Comportamento Anti-Social. *In: Revista Brasileira de Psiquiatria*, n. 22, ed. supl. 2, 2000, p. 12-15. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v22s2/3789.pdf>>. Acesso em 04 nov. 2017.

NUNES, Maura Marques de Souza; WERLANG, Blanca Susana Guevara. **Transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade e transtorno de conduta: aspectos familiares e escolares**. Disponível em <http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/conscientiae_saude/csauade_v7n2/cnsv7n2_3g.pdf> Acesso em 08.09.2017

RUTTER, Taylor. **Child and Adolescent Psychiatry**. 4 ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2002.

MACHISMO EM ANÁLISE: O PRECONCEITO NOSSO DE CADA DIA

RIBEIRO, Geferson Scherrer

SANTOS, Renianne Maria

SILVA, Fernanda Adriana¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade mostrar que houve nas últimas décadas um grande avanço na área profissional, estudantil, financeira, pessoal, dentre outros, envolvendo as mulheres. Elas vêm ganhando força e cada vez mais espaço na sociedade, na mídia em cargos importantes, como por exemplo, a presidência da República. É indiscutível a capacidade e o empenho das mulheres para realizar qualquer atividade, claro que devem ser abertas exceções como em todos os casos, pois mesmo que a mulher queira, não foi criada com a mesma força física que os homens, porém, já foi comprovado que apesar da força ser menor, a mulher é mais organizada e seu raciocínio lógico é mais rápido do que o dos homens, sendo assim uma coisa deveria suprir a outra.

Mesmo ante a todo esse avanço feminino, o crescimento nas diversas áreas, ainda sofrem preconceitos pelo fato de ser “MULHER”. O passado de submissão ainda tem força em tempos de grande avanço e tecnologia, pois muitas empresas ainda dão preferência na contratação de homens, para evitar desfalque no quadro de funcionários que a licença maternidade causa, muitos homens recebem remuneração maior que as mulheres ocupando o mesmo cargo, o presente trabalho abordará o preconceito que as mulheres enfrentam na sua luta diária por igualdade social num tempo de grande avanço.

¹Graduandos em Direito na Instituição Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor Orientador. Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa, desenvolvida com o auxílio de revisão bibliográfica da temática, sites com a proposta, conjugada com revistas que abordam o assunto. Ainda, foram feitas análises comparativas entre os dados femininos e os masculinos conseguidos, demonstrando o presente contraste ainda presente devido único e exclusivamente ao gênero.

3 DESENVOLVIMENTO

Apesar do desenvolvimento e das conquistas das mulheres ao longo dos anos, ainda há muito a se fazer, ainda muitas lutas serão travadas, pois o conceito antigo implantado na mente das crianças que, a mulher foi criada para cuidar da casa, filhos e marido sendo submissa e os homens para prover o sustento do lar, se estendeu pelo tempo de gerações em gerações, nos alcançando hoje, muitos ainda pensam assim, acreditam que a mulher é demasiadamente frágil, mas esse tempo já passou, muitas mulheres trabalham duro para cuidar de suas famílias, seus filhos, sustentar suas casas, e às vezes fazem isso sozinhas e não deixam de ser mães, esposas e cuidadoras do seus lares, elas conciliam tudo, pois os maridos muitas das vezes, é que ficam em casa cuidando dos filhos porque perderam suas posições no mercado de trabalho e encontram dificuldade para retornar ao mercado.

A igualdade de gêneros deveria ser trabalhada ainda na infância onde as mentes das crianças estão sendo formadas e preparadas para a vida, não me refiro à igualdade dos sexos, mas me refiro que tanto homens quanto mulheres podem trabalhar exercendo os mesmos cargos, com os mesmos salários e benefícios, que não é só a mulher que deve trocar a fralda dos filhos, os homens também podem fazer isso, sem perder sua masculinidade.

O ensino antigo que a mulher cuidará da casa e os homens de ganhar o pão de cada dia, o sustento do seu lar, ainda perdura até hoje, e não é só os homens que ensinam isso para os filhos, essa cultura está tão enraizada, que até mesmo as mulheres acabam passando isso para os filhos e mais tarde serão suas filhas que sofrerão as

consequências, tentando conseguir um cargo que só um homem pode ocupar, ou até ocupam, mas com salário inferior ao deles (VITOR, 2013, s.p.).

Eu sei que o preconceito é difícil de passar, ainda é grande, e eu falo de cátedra. Eu não preciso do testemunho de ninguém para saber que há preconceito contra a mulher. Tem contra mim. Claro que a manifestação contra mim, enquanto juíza do STF, é diferente de uma mulher que não tem um trabalho, uma independência financeira, independência psicológica ou que não tem condições de uma formação intelectual, mas ele [preconceito] existe contra mim e é exercido, ainda que não dito. Também não preciso de ninguém para me lecionar isso", disse a ministra que também é presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (BRASIL247, 2017).

Muitos foram os avanços conquistados pelas mulheres nos últimos tempos, não há o que se contestar sobre isso, direito ao voto, ingressar na política, a criação do Estatuto da Mulher Casada em 1962, que garantiu que a mulher não necessitava mais ser autorizada pelo marido para trabalhar, receber herança e em caso de separação, a mesma poderia requerer a guarda dos filhos; a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006, que protegia à mulher da violência doméstica, a Lei do Feminicídio, sancionada em março de 2015 que tornou hediondo o homicídio de mulheres em razão do gênero, dentre muitas outras conquistas, porém, o preconceito e o machismo ainda existe, a luta não acabou, o preconceito contra as mulheres sempre existirá, cabe a elas nunca desistir e sempre avançar para obter cada vez mais conquistas, o número de casos de violência contra à mulher são assustadores e crescentes, mesmo com a criação de Leis específicas para crimes cometidos contra as mulheres pela sua condição e ou violência doméstica, denunciar na primeira agressão é de suma importância, isso poderá inibir a ação e até mesmo resguardar a vida, mesmo com todos os avanços de nossa Legislação em favor das mulheres, se faz necessário a criação de Leis mais severas para punir os agressores, devido o número elevado desses crimes (BRAZIL, 2015).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente resumo demonstrou que as mulheres já tiveram grandes conquistas em várias áreas de sua vida financeira, profissional, social. Conquistas em âmbito jurídico, como por exemplo, a criação da Lei Maria da Penha e do Feminicídio, todavia o preconceito e a discriminação ainda existente é algo impregnado na educação das crianças, onde são ensinados que os homens devem trabalhar e as mulheres devem

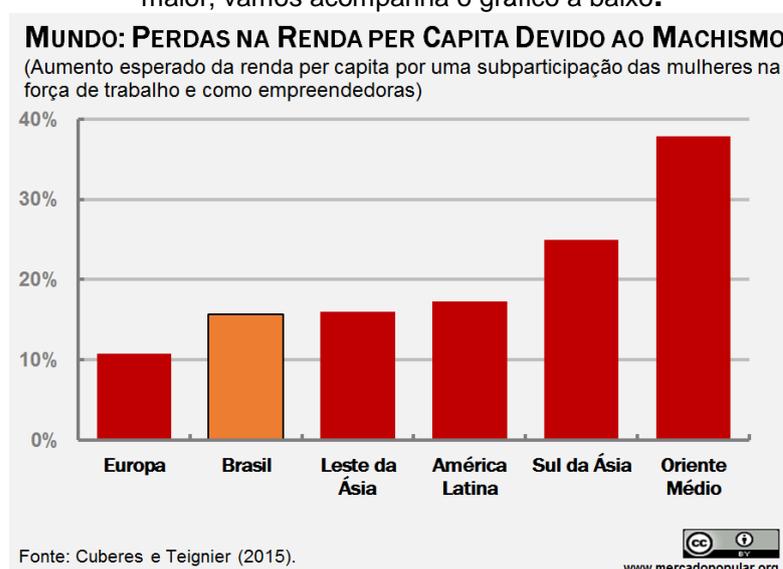
cuidar da casa e dos filhos, se faz necessário mudar essa forma de ensino, reduziu muito as desigualdades entre os sexos, mas ainda não é extinta, diante disso é necessário continuar na luta pela igualdade, haja vista que as mulheres são tão capazes quanto os homens. Pode-se verificar alguns dados através de gráficos das desigualdades entre gêneros e que ainda se torna mais graves quando misturamos o preconceito com as mulheres e a cor de sua pele.

Gráfico1: Através do gráfico apresentado podemos ver a diferença entre homens e mulheres e como se torna ainda mais crítico quando fundido com o preconceito racial.



Fonte: **TABNET/PRO-AIM,2005/ IPE. 2013** (os valores foram ajustados de acordo com o IPCA de dezembro/2015).

Gráfico 2: Entre países diferentes os índices de preconceito e machismo contra a mulher é ainda maior, vamos acompanhar o gráfico a baixo.



Fonte: Cuberes e Leignier, Dezembro de 2015. <https://exame.abril.com.br/PorAna> 4 out 2016, 20h0

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após explanação sobre os avanços e conquistas femininas, conclui-se que a mulher não é vista mais como o sexo frágil, exercendo um papel importante no mercado de trabalho, política, mídia, e mesmo assim ainda brilha como a cuidadora da família, do seu lar, sua capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo a coloca em pé de igualdade ante a sociedade que está inserida, mostra sua capacidade e sua força, infelizmente a cultura machista vinda de herança do passado ainda existe em nosso meio, que declara que lugar de mulher é em casa cuidando dos filhos, e por isso a luta pela igualdade sempre seguirá firme, mas às vezes o preconceito não é tão declarado assim, ele vem, por exemplo, disfarçado dentro do mercado de trabalho, onde mulheres e homens realizam o mesmo trabalho e recebem remuneração diferentes.

As mulheres também obtiveram avanços dentro da legislação, com a criação de leis específicas por sua condição de ser “Mulher” e ao combate a “Violência Doméstica”, Lei Maria da Penha 2006 e Lei do Feminicídio 2015, dentre outras. Faz-se necessário trabalhar com as crianças que homens e mulheres são capazes de fazer as mesmas coisas, mesmas funções sem ter sua dignidade e ou sexualidade alteradas, essa formação desde a infância inibirá o preconceito, tornando-os adultos cada vez mais receptivos e maduros para as mudanças.

6 REFERÊNCIAS

BRAZIL, Luciana. No século XXI mulheres ainda travam batalhas contra preconceito e discriminação. In: Jusbrasil: portal eletrônico de informações, 28 de ago. 2015. Disponível em: <<http://www.sedhast.ms.gov.br/no-seculo-xxi-mulheres-ainda-travam-batalhas-contrapreconceito-e-discriminacao/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

MACHISMO e preconceito sustentam violência contra mulher, diz Cármen Lúcia. In: **Brasil 247**: portal eletrônico de informações, 18 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/312498/Machismo-e-preconceito-sustentam-viol%C3%A2ncia-contramulher-diz-C%C3%A1rmen-L%C3%BAcia.htm>>

VITOR, Frederico. Mesmo com avanços, mulheres ainda são vítimas de preconceito. In: **Jornal Opção**: portal eletrônico de informações, 16 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/mesmo-com-avancos-mulheres-ainda-sao-vitimas-de-preconceito>>. Acesso em 06 nov. 2017.

QUAL É O ACORDO DOUTOR? A CULTURA DO ACORDO NOS JUIZADOS ESPECIAIS

COSTA, Giander Pablo da Silva

FREITAS, Marcos Michel Silva

SILVA, Dayane Marvila da¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Criados por meio da Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995, os Juizados Especiais tiveram sua origem por interesse do Estado em tutelar de forma diferenciada os direitos dos cidadãos, tendo em vista a conciliação, execução e julgamento de causas de menor complexidade, que não excedam 40 salários mínimos. Logo, tornou-se um dos mais importantes segmentos da máquina judiciária brasileira, por suas qualidades de justiça célere, acessível e eficiente. Referido instituto, passou a receber inúmeras demandas, visto que o lapso temporal em resolver os conflitos era menor se comparado as demais competências judiciárias, surge então, a figura do acordo como marco solucionador de demandas e faz com que os Juizados Especiais fiquem conhecidos por sua colossal “onda” de acordos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O presente resumo expandido, utilizou como metodologia a pesquisa doutrinária e jurisprudencial, bem como, pesquisa em diversos meios de comunicação possíveis para chegar as informações adequadas e convenientes ao tema proposto.

¹Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Multivix; E-mail:

²Professor da disciplina Antropologia Aplicada ao Direito do 6º Período Noturno B da Faculdade Multivix. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

2 DESENVOLVIMENTO

Os Juizados Especiais trouxeram consigo a importante missão de pacificação social, de modo que representou para a sociedade, um mecanismo democrático de solução dos litígios, com uma proposta mais acessível aos jurisdicionados de parcas condições econômicas, ou seja, possibilitando a estes cidadãos o acesso à justiça. Segundo Hermann (2010), os Juizados Especiais representam iniciativa fundamental no caminho da superação dos obstáculos à garantia do pleno acesso à Justiça e do resgate da credibilidade popular no Judiciário; resultam de uma experiência inovadora, marcada pela aproximação efetiva do Judiciário à sociedade.

Neste diapasão, buscou o legislador permear em todo o corpo da Lei 9.099/95, princípios norteadores que garantissem a efetivação de um processo mais rápido na solução dos litígios, mais econômico para as partes processuais e para o Estado, mais simples em sua forma, de modo que utilizasse procedimentos menos formalizados e predominantemente orais. Oportunamente, Hermann (2010) leciona, que a inacessibilidade da justiça se constitui em ingrediente decisivo para o aumento de tensões sociais, comprometendo com isso a legitimidade do Poder Judiciário. Daí a constatação de que havia a necessidade de criação de uma agenda de reformas, para a construção de alternativas que, por um lado ampliasse o acesso à justiça, dando vazão à chamada “litigiosidade contida” e, por outro, elevasse a base de legitimação do Judiciário. Neste sentido, é pertinente enfatizar que:

Os Juizados Especiais encaixam-se nessa tendência. Visam apresentar ao jurisdicionado um caminho de solução das controvérsias mais rápido, informal e desburocratizado, capaz de atender às necessidades do cidadão e do direito postulado. Têm sua origem nos Conselhos de Conciliação e Arbitragem, instituídos pelo Rio Grande do Sul, em 1982, figura depois disseminada pelos vários Estados da federação brasileira, o que culminou com a edição, em 1984, da Lei 7.244, que instituiu no Brasil os Juizados de Pequenas Causas. Diante do sucesso da instituição, sua ideia evoluiu, adquiriu contornos institucionais (art. 98, I e seu §1º, da CF) e chegou ao atual estágio, com a criação, pela Lei 9.099/95, dos “Juizados Especiais Cíveis e Criminais”, e ainda, mais recentemente, por meio da Lei 10259/2001, com a instituição dos denominados “Juizados Especiais Federais” (MARINONI; ARENHART, 2006, p.690).

É fundamental destacar que distintas foram as preocupações que motivaram a conjugação de esforços para a criação da Lei: enquanto os juízes encontravam-se

preocupados com as pressões sociais por direitos e a criação de espaços em que tais direitos pudessem ser buscados, ampliando e aproximando o Judiciário da sociedade. Deste modo, além da visão dos princípios ora analisados pela ótica tecnicamente processual, de aproveitamento dos atos processuais, surge outra perspectiva em relação aos acordos pertinentes a essa sistemática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Não se pode olvidar que, ao lado do objetivo da prevalência do direito ao amplo acesso à justiça para as partes, através do barateamento dos custos processuais, redução de gastos para o Poder Público e celeridade processual, existe também o objetivo do legislador da Lei dos Juizados Especiais de priorizar a composição dos litígios de forma pacífica. Entretanto, tal instituto com tamanhas demandas ficou abarrotado de acordos, pois em outras vias do judiciário, muitas das vezes o indivíduo depara-se com um sistema moroso, formal e de alto custo, logo desestimula a maioria desses cidadãos e faz com que muitas de suas questões não sejam tuteladas pela Justiça, causando sentimento de impunidade.

Contudo, pode-se afirmar com veemência que os Juizados Especiais enraizaram uma cultura de acordo, a qual, o processo deve ter uma solução rápida, de forma que possa atender à sua finalidade, devendo satisfazer o interesse do cidadão que submeteu seu litígio à tutela jurisdicional quando necessitava de uma solução eficaz em relação ao tempo em que ela seja útil. Esta é a pedra de toque que diferencia o processo a ser albergado pela Justiça Comum daquele outro que correrá pelas vias da Justiça Especializada, pois na transação as partes fazem concessões mútuas, com o objetivo de compor a lide. Termina-se com o acordo, o processo de forma amigável, de maneira que o juiz sobre o pedido feito pelo autor, propriamente dito, não tem necessidade de se manifestar. A existência de direitos indisponíveis ou irrenunciáveis, ou manifestados sob controle, impede qualquer acordo.

Todavia, com a discrepância entre novas demandas e essa aculturação de acordos é preciso ter cautela para que os Juizados Especiais não percam a sua essência, que é a prestação de serviços rápidos, eficientes e para aqueles que realmente necessitam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acerca deste instituto, que se mostra de grande importância crucial para a solução das querelas de pequena expressão econômica no ordenamento jurídico brasileiro, os Juizados Especiais, possuem como objetivo a transposição dos obstáculos de formalismos exagerados e de exigências burocráticas comuns à justiça não especializada. Cumpre salientar que, além de atender uma garantia Constitucional, os Juizados Especiais desafogam o Judiciário, podendo este, dedicar-se a casos mais complexos.

A conciliação buscada pelo mesmo, pode dar mais celeridade aos processos, diminuindo assim o tempo estimado para a satisfação dos direitos inerente às partes, cumprindo um excelente trabalho na efetivação e fruição das demandas judiciais, tendo em vista os acordos realizados para solucionar os conflitos, porém, as exacerbadas quantidades de acordos podem lesionar a eficiência dos Juizados Especiais, portanto, devem atentar-se a cultura de acordos que carregam consigo.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 09 nov. 2017.

GOLDEMBERG, Arnaldo. **Juizado Especial Cível: reflexos do elevado limite do valor da causa e seus reflexos**. Teresina, 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17410/juizado-especial-civel-reflexos-do-elevado-limite-do-valor-da-causa-e-seus-reflexos>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

HERMANN, Ricardo Torres. **O tratamento das demandas de massa nos Juizados Especiais Cíveis**. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de Processo Civil: Processo de conhecimento**. 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Perfil do acesso à justiça nos juizados especiais cíveis**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/06/b5b551129703bb15b4c14bb35f359227.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

O DIREITO À SAÚDE E OS OBSTÁCULOS PARA O EFETIVO ACESSO À SAÚDE

SOUZA, Gilcilene Faria

REIS, Gabriella Almeida

VENTURA, Jean Lucas Roque

SOARES, Mariane Guizzard¹

RANGEL, Tauã Lima Verdand²

1 INTRODUÇÃO

Um direito fundamental do ser humano é a saúde, que pode ser definida como qualidade de vida, o direito à saúde é um direito social que está presente na nossa Constituição Federal, portanto é um direito de todos e dever do Estado. Pretende-se abordar a questão do direito fundamental a saúde e o acesso à saúde, em sua previsão constitucional que está escrito que o objeto da obrigação assistencial de saúde não está no dever apenas de fornecer medicamentos, mas também dando assistência ao tratamento, o que é necessário e fundamental a saúde naquele momento.

Ao abordar a saúde como um direito fundamental verá a questão central que envolve a própria razão de ser do Estado, que através dele é garantido o bem-estar dos cidadãos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi desenvolvido com base no método indutivo, auxiliado de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica, bem como pesquisa empírica, realizada sob a forma de dados primários, como técnica de pesquisa.

¹Graduandos em Direito na instituição Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor Orientador. Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

3 DESENVOLVIMENTO

O entendimento geral é que o direito social à saúde é tão fundamental por está diretamente ligado à vida. De acordo com Dirley da Cunha Júnior

Nada obstante, a Constituição brasileira dispôs que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas públicas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao *acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção e proteção e recuperação* (art. 196). Assim, constitui exigência inseparável de qualquer Estado que se preocupa com o valor da vida humana, o reconhecimento de um direito subjetivo público a saúde (CUNHA JÚNIOR, 2013, p. 731).

Com base na atual Carta Política sobre prestação dos serviços públicos relativos a saúde foi ampliada para todos os brasileiros e para estrangeiros que residem no país. Com a redemocratização, aumentou o debate sobre a universalização de serviços públicos de saúde. Com base na constituição federal de 1988, o fornecimento do serviço público de saúde não ficaria mais restringido aos trabalhadores colocados no mercado de trabalho. No artigo 6º diz “São direitos sociais e educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

O constituinte de 1988 proporcionou uma grande evolução ao direito constitucional brasileiro ao prever no artigo 196 da Magna Carta, o que estabeleceu a saúde como um direito para todos e dever do Estado. Em seguida viu-se no artigo 197 que a saúde é um serviço de interesse público e que é necessário para a preservação da vida, e no artigo 198 no inciso II, estabeleceu que os serviços públicos e as ações sócias referentes à saúde devem ter um atendimento integral e priorizado o reconhecimento do direito à saúde deve-se ao fato de ser basicamente um direito fundamental do homem, tendo em vista que a saúde é essencial para a vida humana. Com isso a saúde esta liga ao direito à vida.

A saúde pública no País vive grande crise econômica, a falta de recursos básicos para a população ter a garantia mínima de um atendimento de qualidade. Muitas comunidades que vivem em área de vulnerabilidade, se querem se tem o acesso aos

tratamentos de saúde, o que dizemos então dos os idosos e os acamados pela falta de recursos também, não se tem o tratamento adequado.

A saúde em órgãos privado se torna muito caro, o desemprego que assombrou o País nos últimos anos fez com que os cortes fossem necessários para subsistência da sociedade, já para os idosos continuar mantendo o sistema privado de saúde ficou cada vez mais difícil, o alto custo dos planos e seus salários não acompanhados o aumento do plano, assim não dá para adquirir seus remédios de rotina. Não é novidade que a saúde no Brasil vive uma grande deficiência, que por sinal chega a níveis alarmantes se for feita a comparação entre os estados da federação brasileira, mas com toda essa dificuldade o país ainda tem o SUS (Sistema Único de Saúde), que é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, atendendo a população desde exame simples à transplantes de órgãos.

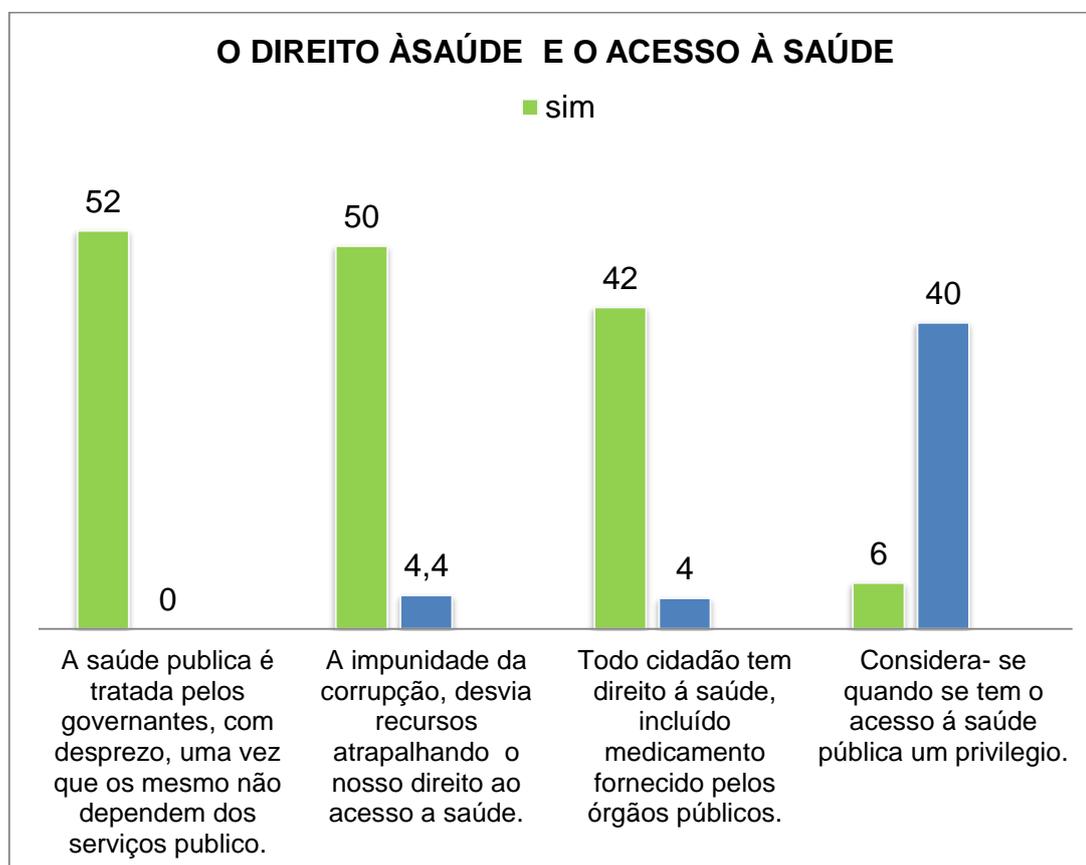
Sabendo que o Estado é protagonista nos deveres relacionados à saúde, se tornado obrigatório a prestação de ações e serviços para melhor efetivação, o SUS tem como finalidade atender a todos, de forma integral, sem prejuízos, independe de classe social, cor, religião ou etnia. Vale lembra que o direito à saúde que o Estado tem o dever de oferecer a todos está relacionado tanto à na prevenção de doenças, como também em manter o indivíduo são, incluindo nisso ainda que tenham dever de evitar que ele se torne doente. A saúde é um direito social com garantias constitucionais e que o Estado deve oferecer pelo menos as condições mínimas, mas o Estado ainda falho na gestão de seus recursos para que o direito à saúde seja mais eficiente. Portanto são necessários mais investimentos na saúde, o aumento de procura hospitalar na rede pública ficou mais alto, por conta do desemprego família, que não tinham necessidade dos serviços público passaram a buscar e assim a o governo não se preparou para tantas demandas e mudanças na vida da sociedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente resumo tem como propósito demonstra o que a sociedade está vivendo por conta do governo, que vem fazendo sua má gestão, e que as consequências dessa calamidade quem sente são as pessoas a grade sociedade, que em época de

eleição aí o governo lembra que necessita do povo e mais uma vez fazem promessas que não se cumprem.

Gráfico: A insatisfação da sociedade com relação à saúde pública.



Fonte: Os autores, 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que se efetivem o direito de todos é essencial o direito à saúde, e tratar como um direito fundamental. Aborda-se que o Brasil é um país de amplas desigualdades, e a partir desse fato foi criado o sistema SUS para uma ampliação de saúde no nosso país. Desenvolveu-se um estudo sobre princípios do nosso sistema de saúde brasileira, visando transformações e mudanças que vem ocorrendo no nosso país, decorrentes ao SUS, planos de saúde. Buscando proporcionar a igualdade para as diversas classes, fazendo com que cada indivíduo tenha um sistema de saúde de qualidade e digno.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 13 nov. 2017.

CONASS(org). **Direito à saúde**. Disponível em <<http://www.conass.org.br/biblioteca/direito-a-saude>>acesso 08Nov.17.

CUNHA JR, Dirleyda. **Curso de Direito Constitucional**. Salvador: Jus Podivm, 2013.

COSTA, Renato Souza Rodolfo. **O drama do acesso à saúde no Brasil**. Disponível em: <<https://www.abramge.com.br/portal/index.php/pt-BR/abramge-na-midia/816-o-drama-do-acesso-a-saude-no-brasil%3E>>. Acesso 10 nov. 17.

A CULTURA NA PERIFERIA: AS LETRAS DE DENÚNCIA NO FUNK

FERNANDES JÚNIOR, Gilmar Alves

MANZANO, Arielle Fontoura

REIS JÚNIOR, Valter da Silva¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Criado nos Estados Unidos por músicos afro-americanos e adotado nas favelas cariocas, o funk hoje é, sem dúvidas, um fenômeno entre todas as idades. Mas, junto com o fenômeno, vieram os inúmeros preconceitos, já que tal ritmo musical teve sua origem em classes periféricas. Músicas animadas e dançantes, que eram direcionadas à vida e aos problemas da sociedade tiveram seus valores invertidos, sendo visto, pela mídia, como principal culpado pelos problemas sociais. Jovens, e até crianças saem do anonimato para a fama em questão de dias após terem suas músicas e vídeos postados em redes sociais, e, logo em seguida, voltam à obscuridade. Uma grande discussão é gerada, seria o funk um movimento cultural ou uma apologia ao crime. Necessária é a busca por um estudo detalhado para melhor entendimento.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de resumo expandido, desenvolvido com o auxílio de material doutrinário, jurisprudencial e em sites que abordam o tema proposto.

3 DESENVOLVIMENTO

Nos Estados Unidos, no ano de 1960, originou-se o Funk. Um novo gênero musical criado por músicos afro-americanos, que fizeram a fusão de soul, jazz e rhythm and

¹Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Professor da disciplina Antropologia Aplicada ao Direito do 6º Período Noturno B da Faculdade Multivix. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com;

blues. Com seu ritmo de batidas sincopado e fortes seções metais veio a cativar o público, sendo assim considerada uma ótima modalidade musical dançante. Com o passar do tempo, na década de 70, esse novo gênero chegou ao Brasil, sendo adotado pelas favelas do Rio de Janeiro.

O funk iniciou-se no Estado do Rio de Janeiro por moradores das favelas que tinham o intuito de denunciarem a pobreza, a violência e a miséria vivenciadas por eles dia após dia. As músicas compostas na época significavam a manifestação das condições insatisfatórias das favelas e dava a elas uma voz na sociedade. Por esse motivo, abordavam temas polêmicos, como a discriminação social e racial, a violência, além de discursar em desfavor das brigas entre gangues que aconteciam nos bailes funk. Um bom exemplo que tentava destruir o preconceito e expor esse sentimento existente no ambiente é a canção “Som de preto”, da dupla Amilcka e Chocolate.

Na década de 2000, nota-se que o objetivo do funk ganhou uma nova vertente. Tendo como foco o conteúdo sexual, consequentemente influenciando o pensamento machista, o qual já é presente desde os tempos primitivo e implantou-se nesse gênero musical. Sendo assim, o objetivo que antes era servir como um meio de manifestação social, por sua popularidade, agora se tornou uma ferramenta de influência, podendo-se dizer, de proporção mundial. Pode-se citar como exemplo de músicas ambíguas, ou seja, com duplo sentido, as quais faziam menção à erotização, sensualidade, malícia, estimulando a violência e desvalorização das mulheres, as composições do grupo “Bonde do Tigrão”, tais como “Um tapinha não dói”, que usa uma linguagem acriançada, sustentando a brutalidade contra mulher, e também a canção “Cerol na mão”, que exagera nas frases de duplo sentido sendo quase imperceptíveis pelos ouvintes.

O grupo, por utilizar letras mais simples e, geralmente, infantis, conseguiu conquistar uma gama de seguidores, desde os mais novos, digamos, inocentes, até os mais velhos, os mais conscientes. Com um novo objetivo, o funk brasileiro passou a denominar-se funk ostentação, ou funk ousadia, que tinha como foco principal transmitir a ideia do consumismo, ou seja, sobrepor a posse de bens materiais ao valor humano. Tal conceito, associava a mulher a mais um objeto de uso do homem, convindo apenas para satisfazer seus anseios sexuais, caracterizando-as como mais

uma forma de ostentar. Um bom exemplo desse juízo seria a música “Plaquê de 100”, composta pelo cantor MC Guimê, a qual caracteriza a mulher como interessada apenas por homens com poder aquisitivo alto e inúmeros bens materiais, conhecida como “mulher mercenária”.

Nesse mesmo contexto, surge o funk ousadia, na cidade de São Paulo, no ano de 2013. A finalidade desse novo discurso predomina o sentido de erotismo, a apologia ao sexo e a objetificação da mulher. Segundo Belmiro (2015), “a objetificação, termo cunhado no início dos anos 70, consiste em analisar um indivíduo a nível de objeto, sem considerar seu emocional ou psicológico”, isso significa pronunciar que o corpo da mulher é visto como sendo mais importante que todas as outras qualidades existentes em uma pessoa. Nesse sentido, em pesquisa relatada através de artigo publicado na revista *Matrizes*, da USP, Laignier descreve:

As canções pornográficas embalavam a maior parte do baile, sendo eventualmente substituídas por alguma menção à facção criminosa. Uma letra em especial chamou a atenção do pesquisador: um arremedo de canção, com a repetição incessante do seguinte trecho, “ajeita e bota com raiva, bota com raiva, bota com raiva”, em nítida menção a uma relação sexual intensa. De modo um tanto surpreendente, o pesquisador observou que as mulheres cantavam e dançavam esta canção com mais ênfase do que os homens. Até mesmo duas integrantes do grupo em que o pesquisador se encontrava, as primas de sua colega, dançavam com muita sensualidade esta e outras letras pornográficas. No baile em questão, juntamente com a presença intimidadora das armas, a pornografia ou, nos termos do próprio funk carioca, a “putaria rolava solta” (LAIGNIER, 2012, p 218).

O cantor MC Livinho compôs algumas melodias, as quais continham conteúdos extremamente eróticos e de teor sexual explícito, como nas músicas “Picada fatal” e “Na ponta do pé”, o artista mostra a mulher como objeto sexual do homem e deprecia sua imagem perante a sociedade; além disso, faz apologia ao estupro. Com um ambiente e a sociedade familiarizados em relação ao machismo, as letras de funk atuais foram facilmente aceitas pelo público que as ouve, e esses, geralmente, não refletem acerca do assunto.

Outro ponto importante e vivenciado diariamente é onde essas músicas estão sendo reproduzidas: comumente em shows, eventos e festas. Deste modo, as pessoas nestes locais não irão refletir sobre o que está ouvindo e nem se atentar quanto as mensagens implícitas existentes nas letras da composição, visto que o ambiente é

meramente de entretenimento, distração e não de debate ou reflexão sobre quanto o machismo está evoluindo em nossa sociedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 1º de setembro de 2009, foi promulgada a Lei 5543/09, a qual define o funk como um movimento cultural e musical de caráter popular, porém a lei não se aplica a conteúdos que façam apologia ao crime. A lei também é contra qualquer tipo de preconceito e discriminação, seja de natureza social, racial, cultural ou administrativa contra o movimento funk ou seus complementares, os quais, conforme a lei, devem ter seus direitos respeitados.

O Funk é uma manifestação cultural tão legítima quanto o Samba. Seguindo parâmetros diferentes, elas são forma de aversão e revelação e já foi, também marginalizada e criticada. Esses estilos estão ligados principalmente às classes economicamente menos favorecidas. Mesmo com o projeto encaminhado para o Senado, no Rio de Janeiro, os bailes funk já são lenda desde a implementação das UPP's nos morros. O foco era o tráfico, porém o projeto desenraizou uma fonte de renda autêntica daquela população e sua principal opção de lazer, ou seja, dar uma trégua à realidade. Seria nos bailes o lugar de discurso e bate-papo com a juventude da comunidade.

Criada por Marcelo Alonso, a proposta de tornar o funk crime teve início em sua rede social, mais especificamente, em uma página no Facebook nomeada “Funk é lixo”, onde o webdesigner conquistou milhares de apoiadores. Sua ideia baseava-se na defesa da criança e do adolescente, que segundo ele os “bailes de pancadões” tinham como objetivo o recrutamento de jovens para a prática de delito, tão como atender as obsessões dos traficantes, estupradores e pedófilos, os quais se aproveitavam de sua inocência e fragilidade.

Pelo grande número de seguidores, Alonso conseguiu que o projeto se transformasse na “Sugestão Legislativa 17/2017”, a qual tramita na Casa, podendo se transformar em Lei. O Plano já possui um relator, o Senador Romário (Podemos-RJ), e já se encontra em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. No

Brasil, a apologia ao crime em qualquer nível é considerada um delito. Sendo assim, Marcelo acredita estar combatendo crime de Saúde Pública, insistindo no conceito de que funk não é cultura.

Partindo da premissa de que o funk tem ultrapassado as barreiras invisíveis das favelas e ganhado força como um movimento cultural no país, o deputado estadual do Espírito Santo, Sergio Majeski, criou a Lei 10.616. Tal norma institui o Dia Estadual do Funk no calendário oficial do Estado, determinando que a data será celebrada todo dia 30 de junho. Segundo o deputado, o mesmo foi procurado por membros e líderes de movimentos ligados ao funk, para discutir e reconhecê-lo como manifestação cultural. Por esse motivo, criou-se essa lei com o objetivo de legitimar tal manifestação cultural e musical de caráter popular, e garantir que ela seja digna do zelo do poder público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos narrados neste estudo, pode-se concluir que dizer que o funk não é cultura, resume-se em uma maneira de discriminar aqueles grupos que vivem à margem da sociedade e que descobriram neste gênero uma forma de expressão. O funk não é apenas uma manifestação cultural das classes mais baixas, ele também é muito dançado pela classe média, inclusive as novelas têm colocados personagens para dançar nos bailes para mostrar a realidade social. O estilo musical, além de ter liberdade de expressão, também move a economia nas regiões onde o consumo musical é insuficiente.

Porém, faz-se necessário diferenciar os tipos de compositores e músicas, tendo em vista que alguns deles estimulam a violência, a sexualidade, e a promiscuidade ligada aos seus bailes na periferia, os quais são geralmente financiados por traficantes, conseqüentemente não podem ser consideradas como cultura. Abonando esses exemplos, o funk é um estilo que já faz parte da cultura e do cenário musical do país e negar isso é simplesmente pura ignorância.

6 REFERÊNCIAS

BELMIRO, Dalila Maria Misa et all. Empoderamento ou Objetificação. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1863-1.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

FUNK é cultura, sim! 2014. Disponível: <<http://ideiasembalsamadas.blogspot.com.br/2014/05/funk-e-cultura-sim.html>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

FERNANDES, Dirley. Projeto no Senado propõe transformar o funk em crime contra a saúde. In: **O Dia**: portal eletrônico de informações, 09 jul. 2017. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/brasil/2017-07-09/projeto-no-senado-propoe-transformar-o-funk-em-crime-contra-a-saude.html>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

LAIGNIER, Pablo César. Pedagogias do funk carioca: Deus e o Diabo na terra do som. In: **Matrizes (USP)**, São Paulo, v. 6,n. 1, jul.-dez. 2012, p. 207-230.

ROCHA, Julia Pires da. O retrocesso do discurso proferido nas músicas de funk. In: **Webartigos**: portal eletrônico de informações, 2017. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/o-retrocesso-do-discurso-proferido-nas-musicas-de-funk/150702>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PAPEL DO CONCILIADOR NO DIREITO BRASILEIRO

PIN, Giullyanna M. Del
JERÔNIMO, Magno Moreti da Costa
CRUZ, Ryan Santos¹
RANGEL, Tauã Lima Verdan²

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, a sociedade vem passando por uma rápida fase de evolução, tanto no âmbito judicial quanto no âmbito econômico ou tecnológico, em razão dessa evolução cada vez mais pessoas entram em contatos com outras, sejam estes contatos profissionais, casuais ou até mesmo amorosos. Devido a esse aumento de proximidade, ocorrem também os crescentes litígios, onde assim entra o Direito, que é recorrido como uma forma de resolução do problema, porém muitas vezes as partes envolvidas têm pressa em solucionar o ocorrido, só que na realidade não acontece simplesmente assim.

Recorrer aos judiciários se tornou uma longa fila de espera – devido à alta demanda e aos números de autos tramitando- e custos mais altos, assim proporcionando que as partes resolvessem seus conflitos por si só ou que estes só se agravassem ao longo do tempo. Além disso, quando o litígio enfim tinha seu trânsito julgado, muitas vezes alcançava o objetivo de uma parte e da outra não, assim causando novos conflitos.

Idealizando solucionar de forma rápida e segura certos conflitos que em tempos atuais foi criada a conciliação, forma essa de resolver conflito que caracteriza se pelo papel do conciliador como um auxiliar das partes, que visa que estas cheguem a uma conclusão benéfica e justa para ambas.

¹Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Multivix. Cachoeiro de Itapemirim – ES.

²Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

Portanto, o objetivo geral dessa pesquisa é observar e avaliar os aspectos da Conciliação no Direito brasileiro juntamente com o papel do conciliador, nos parâmetros da legislação, de forma que venham sanar todas as dúvidas sobre o presente assunto.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada nessa pesquisa será pesquisas bibliográficas, legislação seca, artigos e pontos sobre o referente assunto da visão de autores inseridos na temática, assim apresentando os principais pontos, discussões e relevâncias sobre a pesquisa em questão.

3 DESENVOLVIMENTO

Conforme Lília Maia Moraes Sales conciliação é:

(...) meio de solução de conflitos em que as pessoas buscam sanar as divergências com o auxílio de um terceiro, o qual recebe a denominação de conciliador. A conciliação em muito se assemelha à mediação. A diferença fundamental está na forma de condução do diálogo entre as partes. (SALES, 2007, p.42)

Portanto a conciliação veio com o propósito de suprir a necessidade dos judiciários, tanto em questão de tempo como em questão de gasto - mencionado acima- assim resolvendo a lide de forma mais rápida e eficaz. Por meio do papel do conciliador tem se tornado possível tais mudanças. Conciliadores podem ser servidores da justiça, advogados, estudantes do curso de Direito ou pessoas de confiança de ambas as partes. Obrigatoriamente quem se dispuser a papel de conciliador deverá conhecer o conflito, demonstrando as partes tanto as vantagens quanto as consequências da lide em questão, mostrando de fato como funciona essa autocomposição, com o objetivo de que os envolvidos sintam-se confiantes em continuar na busca pela melhor solução. Pois este tem o papel apenas do auxílio onde a decisão final partirá das partes. Vezzula descreve como um conciliador deve ser (2001, p.16), a conciliação exige um profissional que conheça técnicas, se ele é imparcial e pratique a escuta ativa. O Professor Rodrigo de Almeida Magalhães brevemente comenta sobre o assunto:

O terceiro interventor (conciliador) atua como elo de ligação [sic]. Sua finalidade, (...), é levar as partes ao entendimento, através da identificação de problemas e possíveis soluções. Ele não precisa ser neutro [diferente do mediador], ou seja, pode interferir no mérito das questões. O conciliador não decide o conflito; a decisão cabe às partes. (MAGALHES, 2008, p. 28)

Geralmente os casos que se é possível recorrer à conciliação, são situações em que os agentes envolvidos não se conhecem, não possuem vínculos emocionais, são acontecimentos em que uma simples conversa com possíveis soluções resolveria o problema, por exemplo, um simples acidente de trânsito onde os envolvidos nunca se viram. Então o conciliador será o meio pelo qual auxiliará para que esse problema seja resolvido, por isso que esse ilustre é de extrema importância dentro do contexto da conciliação. É importante destacar o que diz o advogado Adilson Batista Amélio:

O conciliador então não é juiz, não é árbitro e nem negociador, o que significa dizer que ele não julga as partes, não impõe sentenças, não representa o Estado, não tem interesse direto no resultado da questão. Ele é somente a pessoa nomeada pelo juiz para facilitar o diálogo entre as partes e estas depositam confiança na capacidade pacificadora do conciliador que poderá levá-las à solução satisfatória do problema. (AMELIO, 2013, s.p.)

Esse terceiro deve cumprir tudo que está prescrito na Lei nº 9.958, de 12 de janeiro de 2000, diploma alterador da CLT, que trouxe a necessidade de ser realizada uma conciliação previa de “qualquer demanda de natureza trabalhista, se na prestação de serviços houver instituído a comissão no âmbito do sindicato da categoria ou no âmbito da empresa” (art.625-D). Portanto deixando bem visível o interesse do poder legislativo em resolver certas causas de forma rápida e com custos mais baixos. Principalmente no Juizado Especial em que a conciliação é um dos seus principais fundamentos. Todas as causas iniciam pela conciliação (Lei 9.009/95). Além disso, o NCCP/2015 trouxe em sua roupagem, especificamente em seu artigo 334, onde trata sobre a audiência de conciliação e mediação, regras essas que devem ser constantemente observadas e cumpridas.

Por fim, a figura do conciliador brasileiro é indispensável, sem ele não haverá uma conciliação de sucesso. Espera-se que com o passar dos anos ocorra à realização do propósito do legislador, onde a conciliação por meio do seu terceiro interventor – conciliador- resolva os litígios de forma veloz e imparcial, onde ambas as partes envolvidas saiam satisfeita com o resultado final e não venham mais a ter problemas relacionados ao mesmo assunto. Vale ressaltar também que essa nova função traz

mais oportunidades no mercado de trabalho, onde existem conciliadores que lucram com conciliações de sucesso, assim além de diminuir o número de autos que tramitam nos judiciários, também gera novos empregos e oportunidades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando as questões acima citada a conciliação é uma forma mais tranquila para se resolver o problema, evita todo o desgaste que existiria caso o assunto fosse tratado nos judiciários com todos os procedimentos rotineiros que um processo enfrenta fora o receio de uma audiência onde as partes sentem a tensão que é estar diante de um Juiz, pois nas audiências de conciliação a ponte para um bom resultado é a confiança e a tranquilidade que os envolvidos têm com o terceiro imparcial, onde este faz o necessário para que a conversa seja a mais natural possível, caminhando assim para um final praticamente feliz.

A jurisdição tem se preocupado em resolver casos mais concretos, então ficando para essas novas formas de resolver conflito os casos menos preocupantes, nota se que a demanda – apesar de continuar sendo altíssima- tem diminuído nos judiciários brasileiros e a única explicação lógica para isso é a conciliação, mediação e arbitragem, em especial se tratando de conciliação acredita ser que em anos futuros esta será mais aperfeiçoada e produzirá grandes vantagens no âmbito judicial, assim por meio de seus conciliadores resolvendo litígios de forma eficaz e com um grande resultado no fim.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conciliador é uma das peças mais importantes do quebra cabeça conciliação, sem este não seria possível chegar a um resultado positivo, seu auxílio é necessário para que os agentes envolvidos cheguem a um acordo. Espera-se que a conciliação cresça cada dia mais, de forma que seja possível transferir para esta todos os casos mais simples que chegam todos os dias às portas dos judiciários.

Sem dúvidas ainda existem muitos pontos desse assunto que devem ser melhorados – pois é um tema extenso – porém acredita ser que será possível fechar todas as

lacunas aos longos dos anos. Assim segue os magistrados cuidando dos casos mais concretos, enquanto dirigem-se para os cuidados dos conciliadores os litígios menos trabalhosos, de uma forma ou outra atendendo a necessidade da sociedade brasileira, que é ter menos problemas e mais soluções.

6 REFERÊNCIAS

AMELIO, Adilson Batista. **O importante papel do Conciliador na Justiça brasileira**, 2013. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-importante-papel-do-conciliador-na-justica-brasileira/109956/>>. Acesso em: 07 set.2017.

BORGES NETO, Arnaldo de Lima. O Papel do Mediador: Agente Multiplicador dos Meios de solução de Conflito. **Boletim Jurídico**, 20 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2404>>. Acesso: 08 set.2017

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em 07 set. 2017.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Os reflexos do tempo no Direito Processual Civil: uma breve análise da qualidade temporal do processo civil brasileiro e europeu. *In: Revista Jurídica UNIJUS*, Uberaba, v. 8, n. 9, nov. 2005, p. 139-153. Disponível em: <<http://myrtus.uspnet.usp.br/pesqfdrp/portal/professores/fernando/pdf/reflexos.pdf>>. Acesso em 06 set. 2017

MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. **Formas alternativas de resolução de conflitos**. Belo Horizonte: RHJ, 2008.

SALES, Lília Maia de Moraes. **A mediação de conflitos e a pacificação social**. Estudo sobre mediação e arbitragem. São Paulo: ABC Editora, 2007.

SILVA, Roberta Pappen da A. Audiência de conciliação no juizado especial civil. *In: Revista Jus Navingandi*, Teresina, a. 8, n. 402, 13 ago.2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5590/a-audiencia-de-conciliacao-no-juizado-especial-civil>>. Acesso em: 06 set. 2017

VENEZZULLA, Juan Carlos. **Teoria e Prática da Mediação**. Curitiba: Instituto de arbitragem e mediação do Brasil, 2001.

UMA ANÁLISE DO PAPEL DESEMPENHADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA CONCREÇÃO E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS¹

SOARES, Hebner Peres

ARAUJO, Cassiano Silva²

RANGEL, Tauã Lima Verdán³

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda um tema cujo estudo é permanente e contínuo, haja vista a atual conjectura brasileira. Sua relevância é precípua e progressivamente levada a lume, vez que a Lei Fundamental tem conquistado nos últimos tempos verdadeira força normativa e efetividade no país. Observa-se com clareza que, as normas constitucionais não mais são olhadas e analisadas como complemento de um documento, literalmente político, simples convocação ao legítimo exercício dos Poderes Legislativo e Executivo. Elas passaram a gozar de aplicabilidade direta e imediata por juízes e tribunais. É nesse universo jurídico que os direitos constitucionais em sentido amplo, e os direitos sociais à parte, transformaram-se em direitos subjetivos em sua magnitude absoluta, permitindo e suportando tutela judicial específica. Destarte serão abordadas as questões relevantes no que concerne ao tema, de modo a não esgotar a matéria, vez que se trata de matéria complexa e de uma grandiosidade relevância para o direito.

Sabe-se que, a judicialização e o ativismo judicial são, na atual conjectura brasileira e até mesmo mundial, fatos que permeiam os relacionamentos econômicos, políticos, sociais e científicos do corpo social. Segundo alguns autores e doutrinadores que se aplicaram com maior atenção ao tema, são vários os fundamentos que lhe deram saída, porém, seus pensamentos são comuns no que se concerne em asseverar que, a Constituição é o espaço de convergência e concretização de todas estas

¹Artigo vinculado ao Grupo de Pesquisa “Direito e Direitos Revisitados: Fundamentalidade e Interdisciplinaridade dos Direitos em pauta”.

²Graduandos em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³ Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

circunstâncias, mais especificamente naquelas readaptadas no período pós-segunda guerra mundial. (JUCATELLI; SILVA, 2015).

Barroso (2012, s.p.) esclarece que tais fenômenos, não é apenas uma realidade do Brasil, mas sim, uma verdade fática que tem alcançado um desdobramento mundial. Registra-se, que neste país, ditos fenômenos é potencializado por uma Constituição analítica e por um momento de certo desprestígio da política majoritária. Sendo assim, pode-se afirmar tratar-se de fenômenos precípuos à administração da justiça, conservação e garantia da ordem democrática Constitucional, mediante a problemática de representação dos poderes eletivos – Executivo e Legislativo, para com aqueles que representam.

2 MATERIAL MÉTODOS

Trata-se de pesquisa desenvolvida a partir do método hipotético-dedutivo, auxiliada por revisão bibliográfica específica para a temática eleita.

3 DESENVOLVIMENTO

A judicialização, atualmente, é um assunto constante nos diálogos e debates entre estudiosos e doutrinadores. As discussões a respeito do referido tema são progressivamente colocadas em pauta, não só na área jurídica, mas em diferentes ambientes acadêmicos, de modo que, a partir dos estudos especializados e profundos desenvolvidos nesta seara, pode-se claramente vislumbrar capítulos determinados desta questão, dentre os quais se encontram a judicialização da política, judicialização social, judicialização da educação, judicialização da saúde entre outros. (JUCATELLI; SILVA, 2015).

De mãos dadas à judicialização, porém com ela não se confundindo, há o fenômeno do ativismo judicial, expressão que identifica uma opção comportamental de conduta proativa no exercício interpretativo do texto Constitucional, que resulta em certa expansão de seu conteúdo e aplicabilidade. Procura extrair o máximo das potencialidades do texto constitucional, sem, contudo, invadir o campo da criação livre do direito. (JUCATELLI; SILVA, 2015, p. 62).

Há primeiro momento, seguindo as linhas de Jucatelli e Silva (2015, p. 62), os quais trazem a precisa lição de Luiz Roberto Barroso, em que este define o fenômeno da judicialização como sendo o qual, temas precipuamente essenciais a partir da perspectiva política, social e moral estão sendo dirimidos, em última análise, pelo poder judiciário, se faz necessário esclarecer que, embora judicialização se entrelace com o ativismo judicial, com este não se confunde, pois citado fenômeno se caracteriza pelo comportamento proativo do Judiciário, na função interpretativa da Lei Maior, resultando, conseqüentemente, na ampliação de seu conteúdo e aplicabilidade.

O sistema de averiguação da constitucionalidade das leis infraconstitucionais pelo Poder Judiciário é uma concepção do constitucionalismo norte-americano. Vários precedentes judiciais conduzem a um conjunto de instrumentos, que por sua vez formam um mecanismo de verificação judicial da adequação vertical das normas com o Texto Constitucional, até o surgimento do primeiro precedente, conhecido caso *Marbury versus Madison*, descrito pelo Presidente da Suprema Corte norte-americana John Marshall em 1803. Essa conceituada doutrina do controle de constitucionalidade das normas pelo Poder Judiciário como uma resultante inelutável da superioridade da Constituição escrita em face às demais leis, consolidou-se na jurisprudência norte-americana. (BARROSO, 2009).

O Brasil foi inspirado por esse paradigma, razão pela qual passou a reconhecer o controle judicial da constitucionalidade a partir da primeira Constituição Republicana, em 1891. Enquanto na Europa, a partir do século X, com preceitos fundamentados nas concepções de Kelsen, avultou-se outro padrão para garantir a soberania das normas constitucionais. Foi estabelecido o controle de constitucionalidade em abstrato, realizado por um órgão que não pertencia ao Poder Judiciário, um Tribunal ou uma Corte Constitucional, examinando a lei em tese e com efeitos *erga omnes*. Em que pese esse outro modelo de controle constitucional, desenvolvido a partir das ideias fundamentais de Kelsen, foi definitivamente introduzida no Brasil em 1965, com a Emenda Constitucional n. 16 à Constituição de 1946. No entanto a Constituição de 1934 já abarcava a possibilidade de representação interventiva por ação do Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal. (CUNHA JUNIOR, 2013).

A soberania da Constituição é a base, é o sustentáculo de todo Estado Democrático de Direito, haja vista assegurar o respeito à ordem jurídica, bem como proporcionar a efetivação dos valores sociais. Mas essa superioridade constitucional restaria prejudicada se não existisse um sistema que pudesse garanti-la e, conseqüentemente, assegurar tal supremacia e força normativa da Carta Magna, afastando toda e qualquer contradição que venha agredir os preceitos constitucionais. É nesse contexto que aumenta o mérito do controle de constitucionalidade como um mecanismo de garantia da soberania das normas constitucionais traçado pelo próprio Texto Maior. (MELO, s.d., p. 104).

É, exatamente, na garantia de uma superior legalidade, que o controle judicial de constitucionalidade das leis encontra sua razão de ser: e trata-se de uma garantia que, por muitos, já é considerada com um importante, se não necessário, coroamento do Estado de direito e que, contraposta à concepção do Estado absoluto, representa um dos valores mais preciosos do pensamento jurídico e político contemporâneo. (CAPPELLETTI *apud* CUNHA JUNIOR, 2013, p. 258).

Nesse sentido, tem-se que o ordenamento jurídico é um sistema, onde pressupõem ordem e unidade, devendo todo esse complexo conviver de maneira harmoniosa, ou seja, em razão da supremacia constitucional, todas as normas jurídicas devem compatibilizar-se, formal e materialmente com a Constituição, caso contrário, a norma lesiva a preceito constitucional, através do controle de constitucionalidade é invalidada e afastada do sistema jurídico positivado, como meio de assegurar a supremacia da Carta Maior. Em outras palavras, a quebra dessa harmonia deverá deflagrar mecanismos de correção destinados a restabelecê-las. (BARROSO, 2009).

Portanto, o controle de constitucionalidade é um desses mecanismos de garantia da soberania Constitucional como já mencionado, senão o mais importante, consistindo na verificação de compatibilidade entre lei ou qualquer ato normativo infraconstitucional e a Constituição, além de se apresentar também como um relevante meio de conter os excessos, abusos e desvios de poder, garantindo os direitos fundamentais, de modo a torna-los aplicáveis, quando não estão sendo efetivamente aplicados pelos poderes legítimos a fazê-lo, ou seja, diante uma evidente inefetividade desses direitos fundamentais essenciais, necessário é o controle de constitucionalidade para torna-los efetivo, para que se garanta a aplicação das normas constitucionais. (MEDEIROS, 2013).

A ordem jurídica não é um sistema de normas jurídicas ordenadas no mesmo plano, situadas umas ao lado das outras, mas é uma construção escalonada de diferentes camadas ou níveis de normas jurídicas. A sua unidade é produto da relação de dependência que resulta do fato de a validade de uma norma, se apoiar sobre essa outra norma, cuja produção, por seu turno, é determinada por outra, e assim por diante, até abicar finalmente na norma fundamental–pressuposta. A norma fundamental hipotética, nestes termos – é, portanto, o fundamento de validade último que constitui a unidade desta interconexão criadora (KELSEN, 1999, p. 155).

Nesta seara, judicialização quer dizer que, alguns assuntos de grandiosa importância política ou social estão sendo decididos por órgãos do Poder Judiciário, e não por aqueles que, a princípio são competentes para decidi-los, como o Congresso Nacional e o Poder. É axiomático que, a judicialização compreende uma transmissão de poder para juízes e tribunais, com modificações relevantes na linguagem, na fundamentação e na forma de cooperação do corpo social. O supramencionado fenômeno possui diversas razões. Algumas decorrem de uma tendência mundial, enquanto outras estão intrinsecamente ligadas ao padrão institucional brasileiro. (BARBOSA; KOZICKI, 2012, p. 59-86)

Barroso (2012, p. 23-32) esclarece que a redemocratização do Brasil, cujo ápice se deu com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, foi o princípio, o marco inicial que deu ensejo à judicialização. Nos últimos tempos, em razão da reassunção das garantias do Poder Judiciário, este se converteu, verdadeiramente num poder político, legítimo a torna a Carta Maior e as normas efetivas, inclusivamente quando não cumpridas pelos demais Poderes. Registra-se que, dantes o Judiciário era tão somente um departamento técnico-especializado. A partir da redemocratização do país surge no Supremo Tribunal Federal (STF), um moderno grupo de Ministro cuja investidura não mais dependia do regime militar, eis que sua investidura no cargo se deu sob a égide do regime democrático de direito. Investidos no cargo por representantes eleito pelo povo brasileiro.

Junto à redemocratização veio à percepção, a compreensão de direitos a diversas e diferentes partes da sociedade. Devido essa luz que emanou no subconsciente da sociedade que, outrora se encontrava as sombras da incompreensão, da ignorância dos próprios direitos, a busca de proteção e garantia de seus interesses se tornou incessante perante juízes e tribunais. Nessa mesma circunstância, sucedeu-se a

ampliação institucional do Ministério Público, com considerável acréscimo de sua função, estendendo-a para outras áreas além do Direito Penal. Outro ponto relevante foi assiduidade progressiva da Defensoria Pública em inúmeras partes do país. Essencialmente vislumbra-se tão logo que, a redemocratização arrobustou, fortificou o Poder Judiciário, tal como aumentou o anseio por justiça no corpo social brasileiro. (BARROSO, 2012, p. 23-32)

A constitucionalização abrangente foi o segundo fundamento da judicialização no Brasil. Tal fundamento transportou para a Constituição diversas matérias que, outrora ficavam a cargo do processo político predominante e da legislação regular. A constitucionalização abrangente foi da mesma forma, uma inclinação mundial, a começar pela Constituição Portuguesa de 1976, assim como pela Constituição Espanhola de 1978, que foi efetivamente incrementada no direito brasileiro com a Constituição Federal de 1988. É evidente que, constitucionalizar um determinado tema é antes de qualquer coisa converter aquilo que num momento era caracterizado como Político em Direito. Na proporção em que um assunto, seja ele um direito individual, uma prestação estatal ou um objetivo público como assevera Luiz Roberto Barroso, é tratado numa norma constitucional, ele se converte, efetivamente, em um anseio jurídico, que pode ser efetivado por meio de uma demanda jurídica. (BARBOSA; KOZICKI, 2012, p. 59-86)

O complexo brasileiro de controle de constitucionalidade é a terceiro e derradeiro fundamento da judicialização. Registra-se que, referido sistema é um dos mais amplos do mundo. É conhecido como sendo híbrido ou eclético, eis que harmonizam características de dois sistemas diferentes, quais sejam o americano e o europeu, os quais já foram abordados em parágrafos anteriores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desta forma, o fenômeno da judicialização dos direitos fundamentais, no cenário brasileiro é uma causa, uma eventualidade que se dá devido ao paradigma constitucional admitido no país, e não a uma prática ordenada de escolha política. Registra-se que, em diversos casos que determinada matéria foi levada à apreciação do Poder Judiciário, este as decidiu porque era o que lhe competia fazer, não podendo

obstar-se a tal. Destarte, se uma norma específica possibilita que dela se presuma uma aspiração, subjetiva ou objetiva, compete ao Poder Judiciário da lhe provimento, decidindo a matéria, de modo a conhecer tal pretensão. (PEREIRA, 2015, p. 290-308)

Com base nas prévê lições apresentadas nos parágrafos anteriores, à ingerência do Poder Judiciário está pautada na legitimidade de garantir, assegurar efetividade aos direitos sociais, como por exemplo, ao direito à saúde. Ademais é exatamente a peculiaridade de dever do Estado, que justifica tal intervenção. Entretanto a problemática do tema encontra-se, primordialmente, na justificativa de que compete exclusivamente aos Poderes Legislativo e Executivo aplicar e dar destinação aos recursos públicos, de modo que a intervenção do Judiciário em estabelecer a aplicação dos ditos recursos em determinada área, ultrapassa os limites de competência, tal como afronta ao sistema de freios e contrapesos, instituído pela própria Lei Fundamental. (SAMPAIO, s.d., p. 01-21)

A maior desaprovação à ingerência do Poder Judiciário para assegurar a efetiva aplicação dos direitos sociais prestacionais está solidificada na ideia de que tal ato fere frontalmente o princípio da separação dos poderes, haja vista tratar-se, precipuamente, de assuntos orçamentários, ou seja, assuntos que não se estende a esfera de atribuição do Poder Judiciário. (BEDIN, 2009, p. 12-28). Todavia, Luiz Roberto Barroso (2012, p.23-32) assevera de forma majestosa que existem duas justificativas a legitimar a intervenção do Judiciário em casos determinados, conforme ocorre na atualidade do país, *in verbis*:

Os membros do Poder Judiciário – juízes, desembargadores e ministros – não são agentes públicos eleitos. Embora não tenham o batismo da vontade popular, magistrados e tribunais desempenham, inegavelmente, um poder político, inclusive o de invalidar atos dos outros dois Poderes. A possibilidade de um órgão não eletivo como o Supremo Tribunal Federal sobrepor-se a uma decisão do Presidente da República – sufragado por mais de 40 milhões de votos – ou do Congresso – cujos 513 membros foram escolhidos pela vontade popular – é identificada na teoria constitucional como *dificuldade contramajoritária*⁶. Onde estaria, então, sua legitimidade para invalidar decisões daqueles que exercem mandato popular, que foram escolhidos pelo povo? Há duas justificativas: uma de natureza normativa e outra filosófica. (BARROSO, 2012, p. 27-28)

De acordo Luiz Roberto Barroso (2012, p. 27-28), a primeira justificativa possui natureza normativa devido ao fato de a Lei Fundamental atribuir categoricamente

referido poder ao Judiciário, particularmente à Suprema Corte deste país, pois é esta guardiã das normas constitucionais. Para assegurar o controle entre os Poderes, e evitar abusos daqueles a quem o poder é investido, uma parte significativa dos Estados democráticos de direito garantem uma fração deste poder político a agentes públicos que não são investidos no cargo pelas vias eleitorais, para que o executem de modo imparcial, sem nenhuma margem de interesse pessoal, pois em regra, a natureza do exercício de suas funções é, preponderantemente técnica e neutra, justa.

Neste sentido e, de acordo com o entendimento predominante, juízes não possuem vontade política própria. Quando colocam em prática as normas constitucionais e infraconstitucionais, estão automaticamente materializando deliberações tomadas pelo constituinte ou pelo legislador que são, por sua vez, representantes eleitos pelo povo para que por meio daqueles exerçam o poder, nos termos da Constituição República Federativa do Brasil de 1988. Barroso (2012, p. 27-28), adverte que essa asserção, que contempla o fundamento da separação de Poderes, deve ser acolhida com certa moderação, vez que magistrados não atuam uma função tão somente prática. Isto quer dizer que, na proporção e razoabilidade em que lhes competem dar significado, de modo coerente e harmônico com preceitos fundamentais, a expressões carentes de sentido, que não tenham forma própria e que sejam imprecisas, tais como dignidade da pessoa humana, direito de privacidade ou boa-fé objetiva, transformam-se, em muitas ocasiões, coparticipantes do processo de criação do Direito.

Barroso (2012, p. 27-28), ao prosseguir com essa análise teórica acerca das justificativas que legitimam a jurisdição constitucional e a atuação do Judiciário na vida institucional do país, assevera que a justificativa de natureza filosófica é um pouco mais moderna, se comparada à justificativa de natureza normativa. O Estado constitucional democrático é razão de duas bases fundamentais que, embora juntas e harmônicas entre si, não se embaralham. Constitucionalismo significa controlar o poder do Estado, para que Este não o exerça de forma abusoluto; tal como obediência aos direitos fundamentais. O Estado de direito como representação do bom senso, do equilíbrio. Democracia por sua vez, tem o seu sentido, sua interpretação na supremacia popular, governo do povo. O poder emerge do querer da maioria popular, cosoante parágrafo único do artigo 1º da CRFB/88. “Entre democracia e constitucionalismo, entre vontade e razão, entre direitos fundamentais e governo da

maioria, podem surgir situações de tensão e de conflitos aparentes. ” (BAROSSO, 2012, p. 27-28).

Por essa razão, a Constituição deve desempenhar dois grandes papéis. Um deles é o de estabelecer as regras do jogo democrático, assegurando a participação política ampla, o governo da maioria e a alternância no poder. Mas a democracia não se resume ao princípio majoritário. Se houver oito católicos e dois muçulmanos em uma sala, não poderá o primeiro grupo deliberar jogar o segundo pela janela, pelo simples fato de estar em maior número. Aí está o segundo grande papel de uma Constituição: proteger valores e direitos fundamentais, mesmo que contra a vontade circunstancial de quem tem mais votos. E o intérprete final da Constituição é o Supremo Tribunal Federal. Seu papel é velar pelas regras do jogo democrático e pelos direitos fundamentais, funcionando como um fórum de princípios – não de política – e de razão pública – não de doutrinas abrangentes, sejam ideologias políticas ou concepções religiosas. (BAROSSO, 2012, p. 27-28).

À vista disso, a jurisdição constitucional, quando exercida de maneira excelente, satisfatória e conveniente é antes de tudo uma garantia para a democracia do que um risco. E, a partir dessas ideias fundamentais que se analisa o próximo, de modo que um complementa o outro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Ferreira (s.d., p. 01), “o Judiciário tem o dever-poder de dizer o direito e deve fazê-lo sempre com a observância do disposto em nossa Magna Carta”. Uma democracia não é construída tão somente da vontade das maiorias, mas também da garantia e preservação dos direitos fundamentais de todos. Portanto, é responsabilidade do Poder Judiciário protegê-los. Sendo assim, é possível notar-se que o Judiciário se expande, sobretudo, nas situações em que o Legislativo não pode, não quer ou não consegue atuar e, enquanto perdurar essas problemáticas, o Supremo Tribunal Federal prosseguirá desempenhando, com intensidade, os dois papéis que lhe conferem: o contramajoritário, que importa em estabelecer limites às maiorias; e o representativo, que consiste em dar uma resposta às demandas sociais não satisfeitas pelas instâncias políticas tradicionais. BARROSSO (2012, s.p.).

Caminho para o final de que o Supremo Tribunal Federal, ao desenvolver a atribuição que lhe confere a Constituição Federal, qual seja, de guardião da Carta Maior, tem a possibilidade assegurar a extensão e aplicabilidade de direitos a um grupo minoritário,

que sofria, e ainda sofre, com a intolerância, preconceito e discriminação, situação esta ocasionadora de variadas formas de insegurança, como social, cultural, política e jurídica, passando assim a respeitar preceitos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Pacto de San Jose da Costa Rica, dentre inúmeros outros. (FERREIRA, s.d., p. 03).

Portanto, é de considerável importância o debate, no que concerne ao papel contramajoritário do STF, posicionado na circunstância do mesmo deliberar decisões em contra qualquer tipo de oposição à vontade dos poderes representativos, diga-se de passagem, representantes da vontade popular, quando da não apreciação sobre determinadas questões. Esse contramajoritarismo tem por finalidade proteger os direitos fundamentais de determinado grupo da sociedade, que não obteve sucesso na consecução dos direitos dentro do sistema político (BARROSO, 2012, s.p.).

6 REFERÊNCIAS

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; KOZICKI Katya. Judicialização da Política e Controle Judicial de Políticas Públicas. In: **Revista Direito GV**, São Paulo, a. 8, n. 1, jan.-jun. 2012, p. 59-86.

BARROSO, Luís Roberto. A Tênu Fronteira. A ascensão política das Supremas Cortes e do Judiciário. In: **Conjur**: portal eletrônico de notícias, 06 jun. 2012. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2012-jun-06/luis-roberto-barroso-ascensao-politica-supremas-cortes-judiciario#top> >. Acesso em 02 nov. 2017.

_____. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. In: **[Syn]Thesis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2012, p.23-32.

_____. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. 4 ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 02 nov. 2017.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 2 ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.

CUNHA JUNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 7 ed. Salvador: JusPodivm. 2013.

FERREIRA, Renato Ângelo Salvador. **A importância do papel contramajoritário assumido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132.** Disponível em:

<<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1092/R%20MP%20-%20A%20importancia%20papel%20contramajoritario%20-%20Renato.pdf?sequence=1>>. Acesso em 02 nov. 2017.

JUCATELLI, João Paulo; SILVA Juvêncio Borges. Judicialização da saúde, ativismo judicial e o conseqüente desequilíbrio do orçamento público. In: Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, **Anais...**, n. 3, out. 2015, p. 59-65.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito.** MACHADO, João Baptista (trad.). 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MEDEIROS, Orione Dantas. O controle de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988: do modelo híbrido à tentativa de alteração para um sistema misto complexo. **Revista de Informação Legislativa**, a. 50, n. 200, out.-dez. 2013, p. 183-210.

MELO, Flávia Fernandes de. **Controle de Constitucionalidade.** Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/2/Controle_de_Constitucionalidade_104.pdf>. Acesso em 02 nov. 2017.

PEREIRA, Fernanda Tercetti Nunes. Ativismo Judicial e Direito à Saúde: a judicialização das políticas públicas de saúde e os impactos da postura ativista do Poder Judiciário. In: **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 5, n. especial, 2015 p. 290-308.

SANTOS, Bruna Izídio de Castro; ARTEIRO, Rodrigo Lemos. **O princípio contramajoritário como mecanismo regulamentador da soberania.** Disponível em: <<http://eventos.uenp.edu.br/sid/publicacao/artigos/8.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2017.

O DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS: NÓS CONTRA ELES

BRAUL, Inês
OLIVEIRA, Patrícia Aparecida de
SANTOS, Vagna das Neves¹
RANGEL, Tauã Lima Verdan²

1 INTRODUÇÃO

As redes sociais são muito presentes na vida dos brasileiros. São milhares de acessos diariamente. Nos dias atuais é difícil conhecer alguém que não possua ao menos uma conta em rede social. Assim, verifica-se que existe um mundo externo ao que vivemos, o chamado “mundo virtual”. Na internet as pessoas exteriorizam suas opiniões, muitas vezes sem observar a ética, o respeito e a norma legal. São muitos os comentários ofensivos lançados na internet, bem como o discurso de ódio contra determinados grupos sociais.

Por meio da rede social são cometidos muitos ilícitos por alguns usuários, violando os direitos fundamentais de outras pessoas. Essa problemática tem se tornado maior a cada dia, acredita-se que devido ao aumento de acessibilidade das pessoas às redes sociais. Os discursos de ódios são cada vez mais proferidos na internet, atingindo um número imensurável de pessoas, em especial, aos grupos minoritários, que geralmente são alvos no mundo virtual, sendo lhe pronunciado diversos comentários de repudição.

Em razão disso, o presente resumo visa apresentar um estudo sobre o discurso de ódio nas redes sociais, como ele é proferido, por qual motivo, quais são as suas consequências, versar sobre normas e decisões do judiciário envolvendo esta temática. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, bem como

¹Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Professor Orientador. Bolsista CAPES. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF - Linha de Pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos, Mestre em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense; Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo/ES; Pesquisador e Autor de diversos artigos e ensaios na área do Direito, taua_verdan2@hotmail.com

formulado um questionário aplicado a sociedade para identificar se o discurso de ódio é visto frequentemente nas redes sociais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa qualitativa, desenvolvida com o auxílio de revisão bibliográfica da temática proposta, combinada com a análise de formulário aplicado a sociedade com as seguintes perguntas:

- 1 Qual seu sexo? (feminino ou masculino)
- 2 Qual a sua idade?
- 3 Você possui redes sociais? Quais?
- 4 Com que frequência você acessa suas redes sociais? (diariamente, duas vezes por semana, três vezes por semana, outro: qual?).
- 5 Você já viu algum discurso de ódio nas redes sociais?
- 6 Se sim, favor marcar as opções relacionadas ao discurso de ódio nas redes sociais que você já viu:
- 7 Discurso de ódio sobre religião,
- 8 Discurso de ódio sobre raça,
- 9 Discurso de ódio sobre cultura,
- 10 Discurso de ódio sobre time de futebol;
- 11 Discurso de ódio sobre opção sexual.
- 12 Outras: qual?

3 DESENVOLVIMENTO

Silva et. al (2011) explicam que o discurso de ódio é composto por dois discriminação e externalidade. Trata-se de uma manifestação segregacionista, que se sustenta na divisão entre o emissor e o atingido, que passa a ser conhecida por terceiro que não é o próprio autor. Para Rothenb e Stroppa (2015), o discurso do ódio incide na veiculação de mensagens que estimulam o ódio de diversas origens (racial, homofóbica, religiosa, etc.) baseadas na intolerância e que afrontam s limites éticos de convivência.

Os discursos de ódio são proferidos ofendendo e violando a dignidade da pessoa humana de um determinado grupo de pessoas. Geralmente é feito de forma escondida, tendo em vista a facilidade de se esconder através de falsos perfis e comentários autônomos, e incita a violência, desmoralizando àquele que não possui as mesmas características que o autor do comentário ou que tenha ideias diferentes da dele. Ao proferir tais comentários, o autor fere a dignidade da pessoa humana (ROTHENB e STROPPA, 2015). O discurso de ódio estabelece uma inversão de ideias do plano abstrato para o plano concreto. O discurso de ódio que não se externaliza é apenas um pensamento que permanece na mente do autor, mas, por si só, não causa dano à outra pessoa (SILVA et. al., 2011).

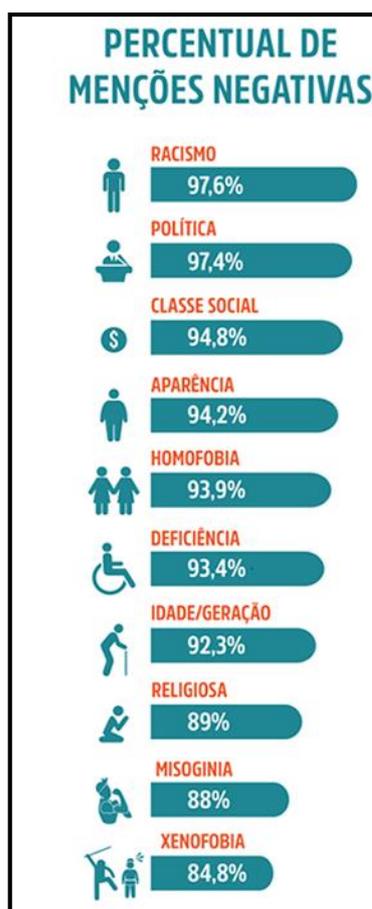
Contudo, quando alguém profere um discurso de ódio contra o outro, a dignidade do ofendido é vulnerada em toda sua extensão, atingindo um grupo social e não apenas a vítima, inicialmente, atingida. Todos os que compartilham com as mesmas características da vítima, também, são violados na sua dignidade. Logo, é difícil (ou impossível) contabilizar quantas pessoas serão atingidas pelo discurso de ódio pronunciado (SILVA et. al., 2011).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o período de abril a junho de 2016 o blog “Comunica que muda (CQM)” da agência “nova/sb” realizou o monitoramento de dez tipos de intolerância nas redes sociais, relacionados à: aparência das pessoas, classes sociais, deficiências, homofobia, misoginia (aversão às mulheres), política, idade/geração, racismo, religião e xenofobia. Sempre que uma palavra ou expressão relacionada a um desses assuntos surgia em alguma postagem nas redes sociais (facebook, twitter, instagram) ou blog e sites da internet, eram recolhidos pela equipe da Comunica que muda (CQM) e analisado, com o auxílio de um software de monitoramento chamado de Torabit³.

³De acordo com o fornecedor o Torabit é uma plataforma de aferição de presença, análise de sentimento, comparação de perfis e construção de rankings para quem já se move ou pretende se mover no ambiente digital. Ao processar grandes quantidades de dados, compor gráficos, elaborar planilhas, emitir relatórios, fazer comparações entre marcas, produtos e nomes, o Torabit permite análises em profundidade do comportamento dos internautas em relação a qualquer assunto, nome, instituição ou empresa – e de forma rápida e intuitiva. (TORABIT, **Conheça**. Disponível em: <<http://www.torabit.com.br/>>. Acesso em: 02 nov. 2017).

No total foram analisadas 542.781 menções, sendo que nos temas consultados a percentagem de abordagens negativas é acima de 84%. A pesquisa demonstrou que a negatividade nos temas que versam sobre racismo e política é de 97,6% e 97,4%. Abaixo, exibe-se uma imagem ilustrativa do percentual de menções negativas captadas pela equipe da Comunica que muda (CQM) sobre cada tema coletado:



Fonte: Comunica que muda (CQM, 2016).

Através da pesquisa realizada pela equipe da Comunica que muda (CQM), observa-se como é extenso o discurso de ódio na internet, ainda que a análise tenha sido realizada em um período curto de três meses. As pessoas fazem diversos tipos de comentários nas redes sociais sem se importar com próximo sob a alegação de que estão exercendo o seu direito à liberdade de expressão. No entanto, a liberdade de expressão assegurada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e pela Constituição Federal brasileira no seu artigo 220, não pode atentar a qualquer direito e liberdade fundamental (ROTHENB e STROPPIA, 2015).

Logo, o discurso de ódio nas redes sociais não pode ser tolerado. A Constituição Federal dispõe no artigo 5º, inciso XLI que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”. Assim, verifica-se que deverá ser aplicada punição àqueles que apresentam discurso de ódio nas redes sociais.

Rothenb e Stroppa (2015) apresentam em seus estudos algumas decisões judiciais relacionadas ao discurso de ódio em redes sociais. Sendo uma decisão de 2004 proferida pelo Supremo Tribunal Federal pelo fato Elwanger ter publicado uma mensagem racista que negava o holocausto judeu, tendo sido condenado e punido pela sua conduta⁴. Outra decisão, interlocutória, proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no ano de 2014, condenando a página jornalística “Portal Apuí” a remover todas as publicações de cunho ofensivo e discriminatório relacionadas aos indígenas da etnia Kagwahiva⁵. E uma decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, também no ano de 2014, solicitando ao Google a retirada de vídeos no YouTube com mensagens de intolerância contra religiões afro-brasileiras⁶.

Foi realizada pesquisa para verificar sobre discurso de ódio nas redes sociais. A pesquisa alcançou o número de 87 entrevistados, sendo 63% do público feminino e 37% do público masculino. A pesquisa foi respondida por pessoas de 13 a 49 anos de idade. Cerca de 99% dos entrevistados possuem conta em rede social. Foi questionado aos entrevistados quais redes sociais eles possuem, sendo dada as opções de: FACEBOOK, WHATSAPP, INSTAGRAM, TWITTER e OUTROS. 97% dos entrevistados disseram possuir WHATSAPP; 83% possuem FACEBOOK; 56% possuem INSTAGRAM, 12% possuem TWITTER. 1% dos entrevistados também informaram possuir SNAPCHAT.

Grande parte dos entrevistados disseram acessar as redes sociais diariamente (95%). 2% responderam acessar as redes sociais duas vezes por semana e 2% dos entrevistados disseram acessar a rede social três vezes por semana. Mais de 90%

⁴BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 82.424/RS, rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, DJU de 19/03/2004.

⁵BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Decisão interlocutória. Ação Civil Pública nº 0002206-34.2014.4.01.3200. Juiz federal substituto Érico Rodrigo Freitas Pinheiro. DJ 14/02/2014.

⁶BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Acórdão de decisão que deu provimento parcial ao Agravo de Instrumento. Agravo de Instrumento 201400001010430. Rel. Reis Friede. DJ: 28/08/2014

dos entrevistados disseram já terem visto algum discurso de ódio nas redes sociais. O discurso de ódio mais visto pelos entrevistados nas redes sociais é sobre opção sexual, cerca de 64% dos entrevistados disseram ter visto discurso de ódio sobre esse tema. 51% dos entrevistados já viram discurso de ódio sobre religião. 46% dos entrevistados já viram discurso de ódio sobre raça. 44% dos entrevistados já viram discurso de ódio sobre futebol. 31% dos entrevistados já viram discurso de ódio sobre cultura. 3% dos entrevistados também disseram ver discurso de ódio sobre política nas redes sociais e 2% informaram ter visto discurso de ódio sobre segurança pública.

Por meio desta pesquisa verifica-se que as redes sociais são muito presentes na vida das pessoas, sendo que quase todos os entrevistados disseram possuir alguma conta em rede social. Além disso, os acessos são frequentes, haja vista que a maioria dos entrevistados disseram realizar os acessos diariamente. O discurso de ódio é muito presente nas redes sociais, sendo notado por 93% dos entrevistados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar um breve estudo sobre o discurso de ódio nas redes sociais. Tendo em vista o aumento de número de usuários de internet e também de usuários de redes sociais, muito tem se falado sobre este tema. Através do desenvolvimento do trabalho foi possível verificar que os comentários são feitos nas redes sociais sem observar as regras, sendo simplesmente lançados, recheados de ódio, por pessoas que não aceitam um determinado grupo que possui uma ideologia diferente.

As pessoas que proferem o discurso de ódio nas redes sociais tentam se esconder atrás de uma alegada “liberdade de expressão”. Contudo, não observam que, até mesmo a liberdade de expressão, necessita respeitar os demais direitos fundamentais, também, presentes na Constituição Federal. O estudo demonstrou que as redes sociais são constantemente acessadas pelo público. Contudo, os reflexos do discurso de ódio pronunciado nas redes sociais não ficam restrito a esse meio. O discurso de ódio alcança um número infinito de pessoas e grupos sociais, e por esse motivo, os efeitos são desmedidos.

6 REFERÊNCIAS

BAPTISTELA, Tiago; CALDAS, Claudete Magda Calderan. O discurso de ódio nas redes sociais contra migrantes internacionais: liberdade de expressão ou violação da dignidade da pessoa humana. In: XII Seminário internacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea. VIII Mostra de trabalhos jurídicos científicos. Departamento de direito, curso de direito. CEPEJUR, **ANAIS...**, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 nov. 2017.

COMUNICA QUE MUDA, CQM. **Dossiê intolerâncias visíveis e invisíveis no mundo digital**. Intolerâncias nas redes: Um problema crescente. Agência nova/sb: 2016. Disponível em: <<http://www.comunicaquemuda.com.br/dossie/intolerancias-nas-redes/>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

ROTHENB, Walter Claudius; STROPPIA, Tatiana. Liberdade de expressão e discurso do ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. *In*: 3º Congresso internacional de direito e contemporaneidade e 5º Congresso Iberoamericano de investigadores e docentes de direito e informática, **ANAIS...** 27-29 mai. 2015, Santa Maria.

SILVA, Rosane Leal da; NICHEL, Andressa; MARTINS, Anna Clara Lehmann e BORCHARDT, Carlise Kolbe. Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. *In*: **RevistadireitoGV**, São Paulo, n. 7, v. 2, jul.-dez. 2011, p. 445-468.

PULSÕES E DESEJOS NA CULTURA: MEU CORPO, MINHAS REGRAS!

SCHERRER, Ingrid Oliveira

MACEDO, Julia da Silva

RIBEIRO, Raysa Bonifácio¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O corpo é algo que mais temos de importante, embora cada um nasce com o seu ele sofrerá mudanças ao decorrer todo da vida o entanto, é importante que os indivíduos reflitam sobre essas imposições e percebam que há diferentes maneiras de ver o mundo e de se relacionar consigo e com os outros. Nas últimas décadas, conforme o conceito de direitos humanos foi sendo disseminado ao redor do mundo, obtivemos muitos avanços associados a esta temática. Transgêneros, mulheres e seu empoderamento foram tornando destaque na sociedade, que atualmente, faz com que as pessoas fiquem cada vez mais prisioneiro da sua imagem.

Estamos cada vez mais próximos do rompimento da ideologia opressora. Abordaremos questões relevantes que são consideradas tabus da sociedade, mas que é preciso ser mostrada sua principal ideia e objetivo a respeito daquilo que mais nos pertence. Nosso corpo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa de campo com coleta de dados através de questionários, na qual foram ouvidos 200 indivíduos jovens, adultos de todos os gêneros, com o objetivo de qualificar sobre a cultura de movimentos feministas, como “meu corpo, minhas regras! ”, visto a autoridade da mulher sobre seu corpo. Desenvolvida com o auxílio de estudos sobre proposta, conjugada com o entendimento social.

¹Graduandos do Curso de Direito na faculdade MULTIVIX Cachoeiro de Itapemirim

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com;

3 DESENVOLVIMENTO

É de conhecimento geral que, há tempo era visto o Pátrio Poder, onde existia uma cultura enraizada de repressão e desigualdades, da qual a mulher era submissa ao homem, seja ele como seu pai, irmão mais velho ou companheiro, consequência disso restrições de direito e da sua liberdade de expressão. O homem no papel do pai é visto como chefe do lar, cabendo a ele decidir o que era útil e necessário para a família ou não. Quando a mulher cassasse, este costume era passado para seu esposo. Tudo acontecia de maneira simples e natural, como de costume.

Percebe-se que, com o passar do tempo, este Poder veio perdendo seu valor, e assim a mulher ganhando espaço em seu convívio social. Decorrente disso é o seu progresso a partir de meados do século XX, para o século XXI, quando começa a deixar de ser dona de casa para ganhar o mundo fora de suas quatro paredes do lar, afetando suas áreas como profissional, econômica, psicológica, e até conjugal. Hoje a mulher contemporânea, sai cedo pra trabalhar, leva os filhos para a escola, pratica exercícios físicos, divide os afazeres com o marido, como as responsabilidades do lar, contas a pagar, educação dos filhos, etc. Além disso, muitas mulheres atualmente tem o papel principal no lar, na qual é dela que sai o sustento da casa e dos filhos, e dessa forma, tem o papel de assumir essas responsabilidades sem a ajuda e colaboração de terceiros, como um companheiro, ente familiar ou até mesmo do pai da criança.

Com essa introdução da mulher na sociedade na sociedade criou-se movimentos feministas com a intenção de prevalecerá igualdade de direitos e garantias que a Constituição Federal traz expressamente em seu artigo 5º.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988);

Este progresso criou-se um “padrão ideal” de mulher a ser seguido, na qual a grande mídia tem parte nisso com preponderância, de maneira que possa influenciar em sua beleza e seu comportamento, que a própria sociedade induz ser. Simone de Beauvoir

filosofa francesa, disse uma das principais frases dos movimentos feministas. “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Dar-se-á entender que a mulher tornou-se uma, devido ao meio social que vive, e não de suas características biológicas, resultando, rótulos de modelos de mulher a ser seguido, cabendo cada uma escolher a que melhor se enquadra em sua personalidade.

O corpo feminino tem sido tratado como um objeto de demonstração, como em uma propaganda de televisão, no carnaval onde o corpo é o principal foco das câmeras que cerca o público. Por isso é frequente ouvir a respeito das regras que a mulher cria sob o próprio corpo, onde incide que o corpo dela e dessa forma vai agir. Muito se discute sobre o aborto, que para os movimentos feministas é preciso à legalização, pois existe muito mais que um feto, por trás tem a família da mulher, sua estrutura psicológica, financeira, a sociedade que lhe envolve, a falta de acompanhamento do pai e até pela incerteza de como será a vida da criança após seu nascimento. Isto são fatores que induzem a mulher a levar ao aborto. No Brasil ele é apenas aceito quando a criança é fruto de um estupro, ou quando é prejudicial à gestante, conforme o art. 128 do Código Penal.

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico.

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante.

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal (BRASIL, 1940)

Além disso, o STF decidiu que pode ocorrer o aborto quando em caso de gravidez de feto anencéfalo, por maioria dos votos, julgou procedente a ADPF nº54 para declarar a inconstitucionalidade da interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é conduta tipificada nos artigos 124, 126, 128, I e II, do Código Penal.

Aborto é crime contra a vida. Tutela-se a vida em potencial. No caso do anencéfalo, não existe vida possível. O feto anencéfalo é biologicamente vivo, por ser formado por células vivas, e juridicamente morto, não gozando de proteção estatal. [...] O anencéfalo jamais se tornará uma pessoa. Em síntese, não se cuida de vida em potencial, mas de morte segura. Anencefalia é incompatível com a vida”, afirmou o relator da ação, ministro Marco Aurélio Mello (SANTOS, 2012, s.p.).

Existe uma luta constante sobre a legalização do aborto com os movimentos feministas, onde as mulheres debatem sobre esta escolha, independentes se for resultante de estupro, feto anencéfalo, ou simplesmente por não ter tomado medidas

preventivas para a gravidez indesejada. Relatam que essa escolha parte delas, e não da imposição da sociedade ou do poder Público. Além disso, se tratando de seus trajés e comportamentos, quando um terceiro dita regras, julgando a utilização de determinada vestes, ou escolha de um companheiro é motivo para ser desrespeitada. Ditando regras de como é um modelo ideal de mulher.

A própria sociedade julga como errado, querendo impor o certo e o errado. Dessa forma, desvalorizando a personalidade que foi criada desde o nascimento, quando foi envolvido em um misto de cultura da sociedade que vive. No Brasil á números absurdos de violência quanto a gênero. A sociedade trata a mulher como culpada, passando de vítima a ré, quando é privada de sua liberdade de expressão, pois colocam culpa na própria, pelo abuso causado, por simplesmente gozar de seu direito de liberdade, ao usar vestimentas não aceita pela sociedade, ou quando se relaciona com uma pessoa de seu mesmo gênero, existe um preconceito causado pela grande sociedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O termo Empoderamento Feminino foi criado recentemente, mas esse já é um processo que vem sendo manifestado há muito tempo. É uma forma de conceder o poder de participação social às mulheres, assegurando que possam estar conscientes a respeito das lutas pelos seus direitos, como igualdade de gêneros. Essa manifestação busca o poder das mulheres de inteirar-se nos diversos assuntos tratados na sociedade, participando de debates públicos e tomar decisões que sejam importantes para o futuro da sociedade, principalmente nos assuntos que se tratam das mulheres. Atualmente, existem várias ONGS e instituições que oferecem totalmente a área que trata do empoderamento feminino, e foi desenvolvida uma lista com 7 (sete) princípios básicos no âmbito social e profissional:

- Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
- Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não discriminação.
- Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.
- Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.

- Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing.
- Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.
- Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero (ONU, 2015, s.p.).

Esse movimento é em decorrência de conquistas que as mulheres vêm adquirindo nos últimos anos, mas não se trata de um movimento natural, se não existir estímulo e incentivo, não será atingido os objetivos que desejam. Refere-se basicamente em dar poder para cada mulher, em assumir seu papel individual, fazendo com que haja crescimento e fortalecimento do papel de todas na sociedade. Essa busca pelo empoderamento começa quando surge o respeito de uma pela outra, ganhando vida no ano de 1911, quando é criado o Dia Internacional da Mulher, em resultado de um incêndio que vitimou mais de cem operárias na cidade de Nova York, e ao passar alguns anos, em 1932 a mulher ganha direito de voto opcional no Brasil, em 1946, ele se tornou obrigatório, tal como o dos homens.

A partir de então, as mulheres vem enfrentando um caminho muito complicado, mas que vem alcançando seus principais objetivos, como a publicação dos princípios do Empoderamento Feminino pela ONU em 2010. Esse movimento é algo muito importante para o avanço da ciência e tecnologia, sendo que as mulheres são maioria em pós-graduação do Brasil. Hoje em dia, já existem prêmios importantes dedicados as mulheres. Elas tem se tornado cada dia maiores nomes em diversas áreas de conhecimento, mesmo ainda não tendo chegado a total igualdade, já deram muitos passos. Cita-se como Exemplo Dilma Rousseff -ex-presidente no Brasil; Tarsila do Amaral - que teve uma das obras brasileiras mais valorizadas, cujo seu nome foi um dos principais na primeira fase do modernismo artístico no Brasil; Gisele Bündchen – ganhou seu lugar logo no início de sua adolescência; Kyra Gracie – que foi uma das principais marcas no Jiu-jitsu brasileiro feminino, essas e entre outras inúmeras que ganhou seu espaço na sociedade. É necessário que esse movimento no mundo possa influenciar no contexto histórico e social que vive. Permanecendo seus valores e princípios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aparência sempre foi algo crucial no convívio entre pessoas. Os valores eram confundidos facilmente. Na realidade, até os dias de hoje a aparência vale mais que a essência. Na maioria das vezes, os indivíduos são incapazes de se colocarem no lugar do outro, sendo que pensam e agem de acordo com sua própria concepção. Quando a sociedade diz como o outro deve se vestir, como deve falar como deve ser sua aparência, esta reprimindo a pessoa, que se encontra impossibilitado de mostrar a sua verdadeira identidade.

Com o decorrer do tempo a importância das propriedades do corpo vem ganhando espaço na sociedade e conscientização da população. Mesmo ainda existindo muitas barreiras a ser quebrada, o movimento vem ganhando força, e é a partir daí que a sociedade vai ser capaz de lutar e romper conceitos e julgamentos prepotentes.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10 nov. 2017.

_____. **Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.**Código Penal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10 nov. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Lideranças empresarias discutem Princípios de Empoderamento das Mulheres. *In: Onumulheres*: portal eletrônico de informações, 26 mar. 2015. Disponível em: <www.onumulheres.org.br/noticias>. Acesso em 13 nov. 2017.

SANTOS, Débora. Supremo decide por 8 a 2 que aborto de feto sem cérebro não é crime. *In: G1*: portal eletrônico de informações, 12 abr. 2012. Disponível em: <g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/supremo-decide-por-8-2-que-aborto-de-feto-sem-cerebro-nao-e-crime.html>. Acesso em 13 nov. 2017

A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENA NAS RELAÇÕES FAMILIARES HOMOAFETIVAS

Isabela Louzada de Almeida¹

Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O instituto da família no Estado Democrático de Direito Contemporâneo possui uma proteção especial, é base da sociedade e importante instrumento de socialização e educação, recebendo, inclusive, no Texto Constitucional de maneira expressa. Contudo, nem sempre foi assim, já que a família contemporânea é fruto das modificações vivenciadas pela sociedade. A priori, no início da civilização, em decorrência da formação judaico-cristã, a concepção de família girava em torno da autoridade patriarcal advinda de um incontestável poder divino, o pai era a representação de Deus e deveria ser formada obrigatoriamente por casais de sexos opostos e cultivar relações sexuais monogâmicas.

Contudo, esta união nem sempre no passado resultou de uma forma afetiva, mas sim, os arranjos matrimoniais ficavam a cargo dos pais, de modo que eles poderiam escolher os pretendentes de suas filhas. Logo, pode-se observar que nem sempre estas escolhas traziam bons frutos, de modo que a mulher no decorrer da história sempre foi reprimida por uma sociedade machista. Enseja que no momento em que a mulher foi conquistando certas liberdades e direitos, passou-se a aumentar de forma significativa o número de denúncias no tocante da violência doméstica, de modo que tal fato sempre ocorreu no passado, no entanto a sociedade fechava os olhos para tal fato social.

¹Discente do Curso de Direito da Faculdade Multivix – Unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

Com isso a problemática do tema em análise advém da Lei Maria da Penha, a qual foi originada como um mecanismo de proteção da mulher em situação de risco nas relações abusivas no seio familiar e doméstico. Desta feita, a pesquisa se justifica por ser tema contemporâneo no âmbito direito penal e constitucional, haja vista as recentes decisões da corte e de tribunais espalhados pelo país que decidiram por aplicar a Lei Maria da Penha no âmbito das relações familiar, independente da sua conjuntura.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa desenvolvida a partir do método hipotético-dedutivo, auxiliada por revisão bibliográfica específica para a temática eleita.

3 DESENVOLVIMENTO

A ideia que se tem hoje a respeito da conceituação e formação no núcleo familiar não é o mesmo de há tempos atrás, nem mesmo de 10 anos atrás, um passado recente, a epistemologia da palavra vem do latim *famulus* e significa grupo de escravos ou servos pertencentes ao mesmo patrão. (MEDEIROS, 1997, p.31-2)

Já na antiga Roma, o núcleo familiar era predominantemente o patriarcal, patrimonial e matrimonial. Neste modelo existia a figura do “chefe de família”, que era o líder e o centro do grupo familiar e principal e único responsável pela tomada das decisões. Era tido como o provedor e suas decisões deveriam ser seguidas por todos.

Foi a partir do século V, com o desaparecimento de um Estado equilibrado que se esteve presente durante séculos, ocorreu uma transformação do poder de Roma para o chefe da Igreja Católica Romana, o Papa, período no qual se fortaleceu o Direito Canônico organizado em um arcabouço normativo dualista, ora Laico ora religioso, que iria se manter até o século XX. O resultado disto foi que, na Idade Média, o Direito, embaraçado com a justiça, era dito pela Religião, que possuía autoridade e poder, se intitulava como tradutor do próprio Deus na terra.

Assim, começaram surgir diferenças na ideia de família e de como elas deveriam ser constituídas, segundo Wald (2004) citado por Nogueira (2007) , havia uma diferença elementar entre a concepção católica do casamento e a concepção medieval. Enquanto para a aquela em princípio, o matrimônio dependia do simples consenso das partes, esta reconhecia no matrimônio um ato de repercussão econômica e política para o qual devia ser exigido não apenas o consenso daqueles que pretendiam casar-se, como também a autorização das famílias a que pertenciam.

Tal perspectiva quadro não sobreviveu à revolução industrial, que fez aumentar a demanda por mão de obra, principalmente para desempenhar atividades terciárias. Foi desta forma que a mulher ingressou no mercado de trabalho, deixando o homem de ser a única fonte de subsistência da família. Sobre a nova estrutura da família pós-revolução industrial afirma Dias:

A estrutura da família se alterou. Tornou-se nuclear, restrita ao casal e a sua prole. Acabou a prevalência do seu caráter produtivo e reprodutivo. A família migrou do campo para as cidades e passou a conviver em espaços menores. Isso levou à aproximação dos seus membros, sendo mais prestigiado o vínculo afetivo que envolve seus integrantes. Surge a concepção da família formada por laços afetivos de carinho, de amor. (DIAS. 2016, p.48)

Atualmente, ao se discutir sobre família não pode se vislumbrar apenas no modelo nuclear patriarcal, já que o mesmo vem se modificando e construindo novos vínculos a partir de transformações vivenciadas pela sociedade. Ora, as transformações que acontecem em todo o ambiente acabam por influenciar e afetar família de uma forma geral, como o desenvolvimento de novos modelo de núcleo família, e de uma forma particular, a partir da formação, do pertencimento social e da história de cada um destes agrupamentos. .

Contemporaneamente, a família é compreendida não apenas tendo como base os laços consanguíneos, e de parentesco, mas primordialmente nas relações de afeto e cuidado. Szymanski (2002) entende família como “uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças e adolescentes”, tal conceito não leva em conta, por exemplo a real existência de laços consanguíneos ou de parentesco.

Com isso, já que os laços consanguíneos não garantem mais os laços afetivos entre pais e filhos, pois segundo Santana et. al. (2013, s.p) “Quando as separações acontecem, muitos pais preferem não continuar mantendo uma relação com seus filhos e há ainda aqueles que nunca participaram da criação dos filhos ou se mantêm ausentes por diversos outros fatores.” É diante destas separações que surge uma das primeiras inovações na entidade familiar e surge a família monoparental que como aponta Lobo e tem como definição.

Define-se como a entidade familiar integrada por um dos pais e seus filhos menores. Pode ter causa em ato de vontade ou de desejo pessoal, que é o caso padrão da mãe solteira⁹⁴, ou em variadas situações circunstanciais, a saber, viuvez, separação de fato, divórcio, concubinato, adoção de filho por apenas uma pessoa. Independentemente da causa, os efeitos jurídicos são os mesmos, notadamente quanto ao poder familiar e ao estado de filiação. (LOBO. 2011, p.88)

Não só a família monoparental é um novo modelo de entidade familiar trazida pelas mudanças na sociedade, como também as uniões homoafetivas que, por sua vez, ganharam o status de entidade familiar não pela via legislativa, tendo em vista que não permissão de maneira expressa na Lei, mas sim por via judicial, tendo em vista o julgamento do STF ao apreciar o Recurso Especial 477.554, cuja relatoria foi do Ministro Celso de Mello, que trouxe reconhecimento à união civil entre pessoas do mesmo sexo. Em análise do RE 477.554, traz Abreu, Silva e Rangel:

Paralelamente as mudanças na estrutura e conceito da entidade familiar, surgem mudanças legislativas, nem sempre em tempo para abarcar todas as alterações da sociedade, tendo em vista a rapidez com que os fatos sociais acontecem em detrimento da própria legislação, porém ocorrem, sejam advindos da legislação ou mesmo de decisões judiciais e ainda atos administrativos que visam por fim equiparar direitos. Como exemplo de tais mudanças advindas de decisões judiciais cita Lobo:

O STJ orientou-se, firmemente, em diversas decisões nos últimos anos, pela primazia da paternidade socioafetiva, precisando o espaço destinado à origem genética, o que coloca o Tribunal na vanguarda da jurisprudência mundial, nessa matéria. (LOBO, 2011 p.32)

Apesar das muitas transformações que a entidade familiar sofreu, para Dias (2016, p.49) “Sempre se considerou que a maior missão do Estado é preservar o organismo familiar sobre o qual repousam suas bases.” E por isso que tanto na Carta Magna em

seu Art. 226, quanto na Declaração Universal dos Direitos do Homem estabelece em seu Art. 26 inc. III “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado” (DIAS, 2011 p.49)

Como exemplo dessa proteção legislativa a entidade familiar no ordenamento brasileiro tem a Lei nº 11.340/06 que tem o nome de Lei Maria da Penha, tem como objetivo proteger a mulher no âmbito familiar e doméstico de violências, física, psicológica, moral, dentre outras, de modo expresso a referida Lei traz em seu art. 5º parágrafo único dizendo que independem de orientação sexual todas as situações que configuram violência doméstica e familiar serão protegidas por tal legislação (DIAS, 2006, s.p).

Diante disto é possível perceber que a Lei Maria da Penha, surge no âmbito do Direito Penal para garantir um bem constitucionalmente tutelado, seja a dignidade da pessoa humana ou o núcleo familiar, porém, muito embora o objeto principal da referida lei seja a mulher, é possível que a violência doméstica não ocorra somente contra mulheres em relações heteroafetivas, é necessário notar que a violência é fato que pode e ocorre em todos os tipos de relação, sejam elas heteroafetivas ou homoafetivas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A violência doméstica familiar pode ser entendida como toda e qualquer agressão cometida por membros da entidade familiar contra qualquer de seus próprios integrantes, podendo se manifestar através de violência física, psicológica, moral, verbal, Para Day et. (2013) entende que a violência intrafamiliar é assim, toda ação ou omissão que venha a prejudicar o bem estar do seio familiar ou mesmo a liberdade de direito ao pleno desenvolvimento de um integrante da família e de qualquer dele, abrangendo a todos os integrantes. O art. 5º da Lei 11.340/2006 define os tipos de violência:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (BRASIL, 2006)

No surgimento da Lei Maria da Penha, ela veio para proteger apenas mulheres em situação de perigo, e apenas menciona no parágrafo único do art. 5º a orientação sexual como um fator que não há de excluir a proteção legislativa devida, protegendo-as, principalmente de qualquer agressão física, psicológica, moral vinda do seu companheiro, de certo a violência física quando ocorre vem sempre ao lado uma agressão psicológica.

Ressalte-se, com isso, que a visão plural das estruturas familiares, trouxe a inclusão das famílias homoafetivas, por tanto neste sentido aponta Dias e Reinheimer (2013) que quando duas pessoas formam uma entidade família, realizando obrigações assistenciais e os deveres domésticos, com convívio estável e duradouro isso gera direitos que não podem ficar à margem da tutela jurídica. A partir desta ideia é possível depreender que, embora ocorra a delimitação do âmbito de atuação da violência doméstica pelo art. 5º inc. I e II da LMP, ela abrange a sua aplicação no seu parágrafo único, ressaltando à época e em tempo que mesmo a violência ocorrida dentro de um ambiente doméstica onde a orientação sexual não seja de heteros também haverá amparo normativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dispositivo científico em tela objetiva demonstrar de forma clara a fragilidade com que o gênero feminino pode ser agredido dentro de sua própria residência, sendo que estas agressões podem ser físicas e psíquicas. Embora, com o advento da Lei 11.340/2006 conhecida como Lei Maria da Penha, veio com o objetivo de tentar sanar este conflito conjugal, ao passo que conforme mencionado no trabalho à violência doméstica tem sido palco de grande discussão, pelo fato que a mulher não é objeto sexual de homem, assim, vice-versa.

Por fim, o trabalho não buscou esgotar toda matéria em relação à violência doméstica, mas buscou enaltecer a visão dos seus leitores e principalmente das mulheres no tocante aos seus direitos, de modo que toda mulher vítima de violência doméstica tem o direito de denúncia. E cabe salientar que tal dispositivo pode ser arguido por qualquer tipo de relação, sejam elas heteroafetivas ou homoafetivas.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Carlos Antônio Silva; SILVA, Renan Benedito Batista da; RANGEL, Tauã Lima Verdan. O reconhecimento da união estável homoafetiva como entidade familiar. In: **Revista Jus Navigandi**, Teresina, 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/29234/o-reconhecimento-da-uniao-estavel-homoafetiva-como-entidade-familiar>>. Acesso em: 01 out. 2017

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 01 out 2017.

_____. **Lei Maria da Penha**: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

_____. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 01 out 2017.

DAY, Vivian Peres et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. In: **Revista de Psiquiatria**, Porto Alegre, n. 25 (suplemento), abr. 2003, p. 09-21. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>>. Acesso em: 25 set. 2017

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 4 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

_____; REINHEIMER, Thiele Lopes. **Violência doméstica e as uniões homoafetivas**. 2013. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/violencia-domestica-e-as-unioes-homoafetivas-por-maria-berenice-dias-e-thiele-lobes-reinheimer/>>. Acesso em: 02 out. 2017.

_____. Violência doméstica e as uniões homoafetivas. In: **Revista Jus Navigandi**, Teresina, a. 11, n. 1185, 29set. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8985>>. Acesso em: 3 out. 2017.

LÒBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 4. ed. São Paulo : Saraiva, 2011.

MEDEIROS, Noé. **Lições de Direito Civil: Direito de Família, Direito das Sucessões**. Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições, 1997.

NOGUEIRA, Mariana Brasil. **A Família: conceito e evolução histórica e sua importância**. 2007. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/18496-18497-1-PB.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

OLIVEIRA, NHD. **Recomeçar: família, filhos e desafios** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SANTANA, Vagner Caminhas; OLIVEIRA, Daniel Coelho de; MEIRA, Thiago Augusto Veloso. **Novos arranjos familiares: uma breve análise**. 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd177/novos-arranjos-familiares-uma-breve-analise.htm>>. Acesso em: 3 out. 2017.

SZYMANSKI, Heloísa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo de mudança. In: **Serviço Social e sociedade**, a. 22, n. 71; Cortez, 2002.

MINORIAS SEXUAIS EM PAUTA E A CONSTRUÇÃO DA SUBCULTURA: UM EXAME DA SUBCULTURA TRANS E AS IMPLICAÇÕES NO DIREITO

NASCIMENTO, Isabela Marques

MOREIRA, Yarley Santiago

MUZZY, Carla Rodrigues

SABINO, Victor Emanuel¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Este presente trabalho busca, em síntese, apresentar as características de uma minoria sexual, trazendo tal conceito ao emprego e concepção de subcultura. Desta feita, necessário se faz que, através de revisão bibliográfica, busque-se salientar acerca das minorias LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e transgênicos) dando o enfoque principal em relação à subcultura trans e quais as suas implicações no direito, tanto brasileiro quanto mundial.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Tendo por objetivo obter informações e opinião pública acerca do tema proposto, foi realizada pesquisa online de cunho quali-quantitativo, onde os 78 entrevistados puderam responder a 3 questões de múltipla escolha, visando, desta forma, manifestar e demonstrar sua opinião acerca do assunto abordado. Para o desenvolvimento do texto, bem como para embasar os argumentos ora apresentados, foi utilizada a revisão bibliográfica, sendo analisado artigos científicos, bem como, a utilização da Constituição Federal e demais leis e resoluções que abordassem tal tema.

¹Graduandos de Direito pela Faculdade MULTIVIX Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com;

3 DESENVOLVIMENTO

A comunidade LGBT, apesar de seu crescente número de adeptos a ela, é caracterizada como uma minoria sexual. Não se trata, portanto, de assim ser denominada apenas pelo número de pessoas que se relacionam com esta comunidade, e sim, com o quanto estas pessoas são subordinadas a outras culturas dominantes, discriminando e reprimindo tal grupo. Desta feita, a comunidade LGBT no Brasil sofre, principalmente, com a subordinação cultural baseado na religiosidade. A religião predominante no território nacional traz como abominável a prática homoafetiva e, portanto, reflete sua força naqueles que são tidos como pecadores e depravados.

Assim sendo, compreende-se, portanto, como minoria sexual não apenas a condição numérica, e sim o quanto tal grupo tem-se por reprimido e isolado de direitos na sociedade por questões unicamente relativas às suas orientações sexuais. Neste sentido, Silva Junior conceitua minorias sexuais como sendo:

As minorias sexuais se inserem no contexto dos grupos minoritários e vulneráveis, sendo formadas por pessoas de interesses multifacetados e que sofrem preconceito, discriminação e intolerância em razão de contrariarem a heteronormatividade ou de serem percebidas como pétreo discordantes. (SILVA JUNIOR, 2013, s.p.)

Entretanto, segundo Aristóteles, o homem como um animal social, vivendo em comunidade, desenvolverá entre si a ideia de cultura. Neste sentido, conceitua Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, tendo como base para o raciocínio Edward Tylor:

(...) cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideais e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica. (SILVA; SILVA, 2006, s.p.)

Portanto, tendo o conceito acima exposto como norte, há de se observar que, em uma sociedade, passível é que haja uma diversidade cultural, ou seja, há presente nas mais diversas comunidades a diversidade de ideias e crenças. Tendo isto em vista, apesar de haver certa diversidade, há também a denominada “cultura dominante”, ou

seja, aquela que possuirá, frente às outras, maior força, tanto numérica quanto de subordinação. Em relação ao tema em tela, ou seja, acerca das minorias sexuais, sendo estas inseridas dentro de uma cultura, há em relação aos trans (transexuais e transgêneros) o possível surgimento de uma subcultura. Pode-se conceituar, seguindo o que doutrina Ruth Correa Cardoso, como subcultura, o ato de um grupo, segundo suas particularidades culturais se conectando de certa forma à cultura dominante, entretanto, podendo se distinguir desta.

Acerca da orientação sexual, necessário se faz a conceituação desta para melhor compreender acerca dessas minorias sexuais. Há três tipos de orientação sexual: Homoafetiva, Heterossexual e bissexual. A homoafetividade é a atração erótico-afetiva por pessoas do mesmo sexo. Por heterossexualidade, podemos compreender a atração por pessoa do sexo distinto e, bissexualidade, por pessoas do mesmo sexo. Há também aquelas que não sentem atração erótico-afetiva por nenhum dos sexos, sendo denominadas assexuais. Dentre outras orientações sexuais que a comunidade LGBTTT dispõe, para a desenvoltura do presente teremos enfoque apenas nestes três conceitos.

Entretanto, há também, além das orientações sexuais, as identidades de gênero, também inseridas dentro da didática LGBT. Compreende-se por identidade de gênero o fato de, independentemente de sua orientação sexual, a pessoa se sentir desconexa ao corpo o qual nasceu. Assim sendo, não se sentem satisfeitos com a sua identidade culturalmente estabelecida e buscam migrar para o outro gênero. Assim sendo, em seus comportamentos, sentimentos e formas de se vestir, andar e viver estão ligas àquele sexo o qual se considera fazer parte. Portanto, são homens, culturalmente definidos por possuir pênis, que são portadores de uma feminilidade e, de outro lado, mulheres, também culturalmente definidas por possuir vaginas, portadoras de masculinidade. Desta feita, há uma subdivisão dentro do movimento transgênero compreendido por dois grupos, transexuais e travestis. Silva Junior em relação a este assunto discorre:

As(os) transexuais são pessoas que se sentem em desconexão psíquica com o sexo do seu nascimento, ou seja, há uma dissociação entre o seu sexo biológico e sua identidade de gênero. As(os) travestis, por sua vez, não possuem essa desconexão, embora sua identidade de gênero se volte mais

para o sexo oposto, o que se verifica nas suas formas de ser, agir, vestir-se e comportar-se (SILVA JÚNIOR, 2006, s.p.)

Desta maneira, há de ser observada a diferença entre estas duas subculturas. Em relação ao grupo transexual, estes, por se sentir em desconexão ao corpo o qual está inserido se recorrem à cirurgia que visa a modificação de seu sexo e ao uso de hormônios. De outro lado, o grupo travesti não recorrem à cirurgia, entretanto, se comportam, agem, vestem e utilizam de hormônios para que tenham em seu corpo características ao gênero o qual julgam pertencer, entretanto, não julgam ser necessário a cirurgia para a mudança de sexo. Em relação à comunidade LGBT, esta passa, ainda na atualidade por muitos empecilhos jurídicos. Não é raro encontrar lugares ao redor do mundo onde no passado não pertencer à hétero normatividade era motivo de repressão, social e oficial. Tal repressão acontecia de forma com que tal membro desta comunidade fosse condenado à castração química, prisão ou até mesmo a morte, de acordo com a lei do país onde pertença.

Desta maneira, há historicamente a busca para que haja o reconhecimento de direitos a estas pessoas. Entretanto, em relação aos ordenamentos jurídicos brasileiros, esta comunidade, embora não seja reprimida de forma oficial/legal, não encontra, de outro lado, embasamento para que reste assegurados todos os seus direitos. Tendo por fundamento a dignidade da pessoa humana, inserido no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal, onde é assegurado todo aquele aqui inserido o reconhecimento de sua dignidade, este ainda é no nosso ordenamento jurídico a única disposição que assegura aos LGBT's seu direito de não ser tratado com diferença e preconceito frente ao direito brasileiro.

Necessário se faz com que tais pessoas, lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros gozem da igualdade e da não discriminação. Direito destes é o tratamento igual enquanto indivíduo, tendo em vista a sua inclusão social, passando estes a gozarem dos mesmos privilégios do que os héteros.

O senso de solidariedade e respeito entre as pessoas seria suficiente para evitar a exclusão das minorias sexuais. Isto deve ser buscado pelo Estado e pela sociedade, a fim de garantir que os componentes deste grupo minoritário ou vulnerável sejam reconhecidos e tenham acesso, tal qual as pessoas hétero concordantes, aos direitos humanos e fundamentais garantidos no ordenamento jurídico brasileiro. Para tal desiderato, as políticas públicas

constituem valioso instrumento para a inclusão social das minorias sexuais, por meio das quais se pretende efetivar direitos e deveres a esse grupo minoritário ou vulnerável. (SILVA, 2013, s.p.)

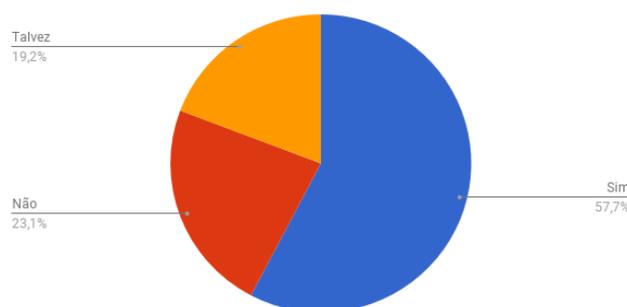
Portanto, conforme acima doutrinou Silva, tal projeção de reconhecimento de direitos dos homoafetivos não denota de um grande esforço estatal, e sim, da necessidade deste de proteger e incluir estes que se encontram fora da normatividade do Estado. A não inserção destas culturas no ordenamento jurídico causa a esta comunidade prejuízos. Desta forma, difícil foi o reconhecimento da união homoafetiva, sendo esta, reconhecida apenas através de decisões jurídicas. De igual forma, só foi possível o reconhecimento do casamento homoafetivo após portaria do Conselho Nacional de Justiça, em 2013, proibir que haja por parte do cartório impedimento a esta manifestação de vontade. Outra vitória LGBT foi a possibilidade de adotar crianças, tendo em vista que, até o ano de 2011, onde ainda não eram reconhecidas as uniões estáveis homoafetivas, tal possibilidade de atoar era complexa e dependia do entendimento de cada juiz. Atualmente a jurisprudência brasileira nada impede que haja a adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo.

Entretanto, embora gozem destes direitos, nenhum destes (união estável, casamento e adoção) é derivado de lei, ou seja, tal construção social não surgiu com a atuação estatal neste sentido. Tendo em pauta a subcultura trans, outra dificuldade jurídica que estes enfrentam é quanto ao procedimento de mudança de sexo e de sua retificação quanto aos seus registros públicos. Não há no ordenamento jurídico nenhuma possibilidade desta modificação ser menos burocrática. Desta feita, tal procedimento é de difícil acesso tendo que, portando, o indivíduo recorrer ao judiciário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em pesquisa realizada na internet, foram propostas em análise três questionamentos: “Acerca da comunidade LGBT, segundo seu entendimento, todos os seus direitos fundamentais, garantidores da Dignidade da Pessoa Humana e Personalidade, estão assegurados a este grupo? ” “Quais destes você julga ser um DIREITO que deve ser assegurado legalmente aos homoafetivos? ” “Em relação à população trans, o estado é obrigado a custear a cirurgia de mudança de sexo caso seja solicitado pelo transgênero? ”. Ao final, foram coletadas 78 respostas ao questionário.

GRÁFICO 1: Acerca da comunidade LGBT, segundo seu entendimento, todos os seus direitos fundamentais, garantidores da Dignidade da Pessoa Humana e Personalidade, estão assegurados a este grupo?



Fonte: Os Autores, 2017

Deste modo, pode-se analisar que mais da metade do público entrevistado (57,7%) acredita que os direitos fundamentais à cultura e comunidade LGBT já estão assegurados. Nesta linha, foi indagado aos entrevistados quais direitos LGBT necessitavam de amparo legal. Quanto a este questionamento, apenas 63 dos 78 entrevistados responderam, sendo que 47% julgou ser necessário legalizar acerca do “Direito da personalidade, ou seja, pode mudar de sexo e nome” e 42% defendeu a necessidade de legalizar acerca da adoção por casais homoafetivos.

Entretanto, 5 das 63 respostas julgaram não haver necessidade de nenhuma lei assegurando direito desta comunidade. Para este questionário foi oportunizada a oportunidade de os entrevistados inserirem direitos que julgassem serem necessários. Nesta dinâmica, foi inserido por um dos entrevistados o “Direito a Pensão”. Em relação ao custeio por parte do Estado para a realização de cirurgia para mudança de sexo, 89,7% dos entrevistados (70 respostas) julgaram não ser de responsabilidade do Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, após a análise bibliográfica e, bem como, a pesquisa formulada, constata-se que não há por parte da sociedade grande movimentação, mobilização ou preocupação para com a proteção destes que estão às margens da lei, tendo seus direitos garantidos apenas com muito esforço, desgaste emocional e, em regra, tendo que recorrer ao judiciário para serem atendidos.

Encontra-se também grande ambiguidade, tendo em vista que, de acordo com a pesquisa formulada, mais da metade (57,7%) dos entrevistados julgaram que os direitos fundamentais desta comunidade estariam já assegurados, entretanto, o que se observa é que a comunidade LGBT necessita de um desgaste maior para que goze destes direitos, enquanto os heteronormativos possuem menos burocratização para alcançar os mesmos, exemplo disto é quanto ao reconhecimento do casamento, tendo em vista que até 2013 os homoafetivos não possuíam previsibilidade para realizar casamento civil, sendo possível apenas após a resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça.

Necessário frisar que, em relação à subcultura trans, esta talvez seja a área que ainda goze de menos direitos, isto se dá pelo preconceito para com este grupo e a falta de informação acerca destes. Deste modo, embora sejam cidadãos e beneficiados dos direitos constitucionais pátrio, a população entende que não necessitam de ajuda e benefício estatal quando buscarem o exercício do direito fundamental de todos, Direito da Personalidade.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 07 nov. 2017.

CARDOSO, Ruth Correa. **Sub-Cultura: uma terminologia adequada?**. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n14/n14a01.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

GIRARD, Gabriel; Castro, Daniela Rojas. **Direitos das minorias sexuais, uma luta mundial**. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/direitos-das-minorias-sexuais-uma-luta-mundial>>. Acesso em: 28 out. 2017.

JUNIOR, Assis Moreira Silva. As minorias sexuais e as políticas públicas do governo federal: entre avanços e retrocessos. *In: Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas*, São Paulo, v. 1, 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. Disponível em: <http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito_CULTURA.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

O FETICHE DA LEI: ASPIRAÇÕES DOS DISCENTES DO CURSO DE DIREITO NAS CARREIRAS JURÍDICAS

AMARAL, Júlia Peixoto do
BATISTA, Alice Schiavo
MOREIRA, Bianca Gatinho Ruas
SOUZA, Patrícia Duarte Rezende de¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo tratar do fetiche da lei: Aspiração do discente no curso de direito nas carreiras jurídicas. No âmbito jurídico a pretensão recorrente dos discentes é pleitear a tão sonhada aprovação em um concurso ou até mesmo ser aprovado na prova da ordem, esquecendo que na verdade há vários desafios a serem conquistados.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um trabalho qualitativo, desenvolvido de forma intelectual com o auxílio bibliografias, unida ao entendimento acadêmico sobre o assunto.

3 DESENVOLVIMENTO

Apresente dissertação tratará de um texto expandido acerca do Fetiche das leis. Fetiche é um substantivo masculino com origem no termo *fetiché*, do idioma Frances e pode significar um comportamento enfeitado, desejo por objetos, partes do corpo ou sensações, que leva o ser humano na busca em satisfazê-lo de alguma maneira. Um desejo muitas vezes incontrolável para algumas pessoas. Porém, como em nosso

¹Graduandos em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

² Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

belíssimo idioma, há vários significados para uma mesma palavra, o sentido de “fetiche” para nós discentes do curso de Direito se dá de outra maneira.

No curso de Direito, pode se comparar o fetiche ao sentimento do aluno que, ao ser aprovado no vestibular, vislumbra sua carreira de advogado ou alguma das inúmeras áreas do curso antes mesmo de ter o conhecimento do que realmente está por vir, e com o início das aulas, o discente empolgado acredita que fará toda a diferença ao planeta, pois, está disposto a mover tudo que for necessário para garantir a “aplicação correta da lei.” (grifo nosso). É evidente que no decorrer do curso, se o discente não tiver seu objetivo convicto, a desilusão irá frustrá-lo ou desencantá-lo, pois, são muitas as possibilidades dos legisladores para tornar o que é inaceitável para um cidadão comum em leis para os operadores do direito.

Como já dito, o discente tem uma gama de opções para atuar no mundo do direito, podendo escolher entre ser um advogado e com isso, ser dono de seus próprios caminhos, ser um Promotor ou Defensor, e buscar agir em favor da sociedade de forma justa no enquadramento das leis, almejar um cargo de Magistrado, na esperança de corroborar com a correta aplicação da justiça, ou até mesmo para os mais valentes, se tornar um Delegado de Polícia, no intuito de trazer para as barbas da lei, infratores que acreditam ser intocáveis. Entretanto, diante de todo um processo necessário para a construção de um operador do direito, independente da escolha de sua atuação, deparamo-nos com os legisladores. Aqueles que elegemos para formular nossa legislação e que muitas das vezes não possuem sequer o conhecimento básico para ocupar um cargo de tanta importância para o país e a sociedade.

Criam-se assim, legislações sem qualquer pudor onde sua aplicação é questionável, pois, não se sabe ou acredita-se não saber a quem irá favorecer. Legislações que trazem indignação para alguns e satisfação para muitos. Não são poucas as vezes que ao sancionar e publicar uma lei, seja ela de função penal, civil ou tributária, se deparam com a complexidade de sua funcionalidade, o que deveras traz a necessidade de permanecer estudando e pesquisando para não cometer erros e prejudicar o cidadão ou a sociedade.

O Discente, envolto a sua expectativa na carreira de direito, envolvido pelo glamour das possibilidades, sente-se atraído a acreditar que fará muita ou toda diferença no contexto jurídico. Porém, alguns não imaginam o que lhes espera no final do curso de direito ao receber o tão sonhado canudo das mãos de seu mestre paraninfo, escolhido com amor pela turma, por ser exemplo a ser seguido. O término do curso de Direito tão almejado pelos estudantes é apenas o início de uma grande jornada que se está por vir, agora o Bacharel em direito tem como primeiro grande desafio em sua vida profissional passar pela prova da Ordem Dos Advogados do Brasil (OAB), Pois como todos sabemos, um estudante de direito formado nada mais é que um bacharel e sem a prestação de um concurso público a opção que se tem é a de advogar.

Os governos nacionais, durante os anos, vêm embalando os sonhos do nosso oceano de miseráveis e das dilaceradas classes médias e trabalhadoras, através de seus aparelhos de divulgação, propagando a miragem de uma sociedade justa, bem como do desenvolvimento econômico. Para tanto, em regra, basta se ativar, assiduamente, a milagrosa fórmula de mutação ou de criação de leis, a fim de que a magiada transformação socioeconômica realize-se no futuro. Norberto Bobbio caracterizou o fetiche das leis como atitudes dos Juristas e dos Juizes de se ater escrupulosamente aos códigos. Desta forma, o código seria para o Magistrado, uma espécie de prontuário que lhe servia infalivelmente e no qual não poderia se afastar do mesmo.

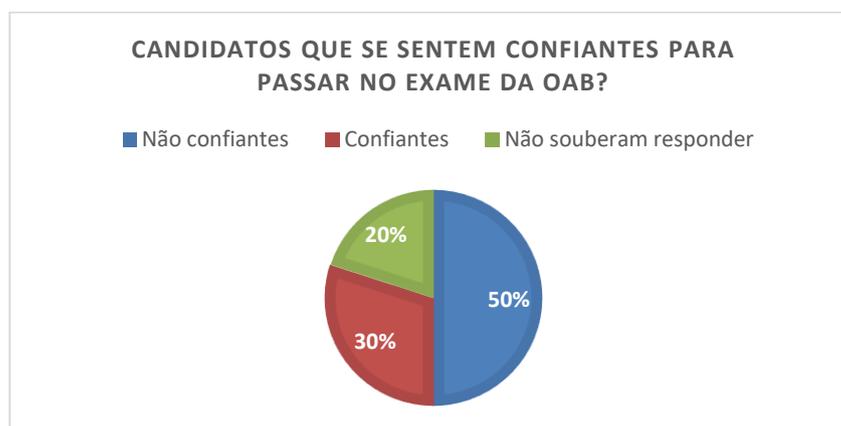
A cada grande codificação desenvolveu-se a tendência de ater-se escrupulosamente aos códigos; atitude esta que foi chamada com referência aos juristas franceses em relação aos códigos napoleônicos, mas que se poderia estender a cada nação com Direito codificado, de fetiche da lei. (BOBBIO, 1997 p. 121).

Ocorre, porém, que “num ordenamento onde o juiz está autorizado a julgar segundo a equidade, não tem nenhuma importância que o ordenamento seja preventivamente completo, porque é a cada momento completável” (BOBBIO, 1997 p.119). E este é exatamente o caso do ordenamento brasileiro, que prevê expressamente autorização para julgamento do juiz por equidade, não sendo a lei única nem mesmo a última razão na aplicação do direito. Desta maneira, sabendo-se que a equidade é a justiça para o caso concreto e que a completude afasta a possibilidade de correrem julgamentos por equidade dado que há previsão para autorização para que decisões sejam proferidos com base na equidade é inquestionável que formalmente o

ordenamento brasileiro não se baseia na norma da dita plenitude. Por fim, sabe-se que tal alegação é imprescindível para nortear a importância do afastamento da permanência do fetichismo da lei em nosso ordenamento jurídico.

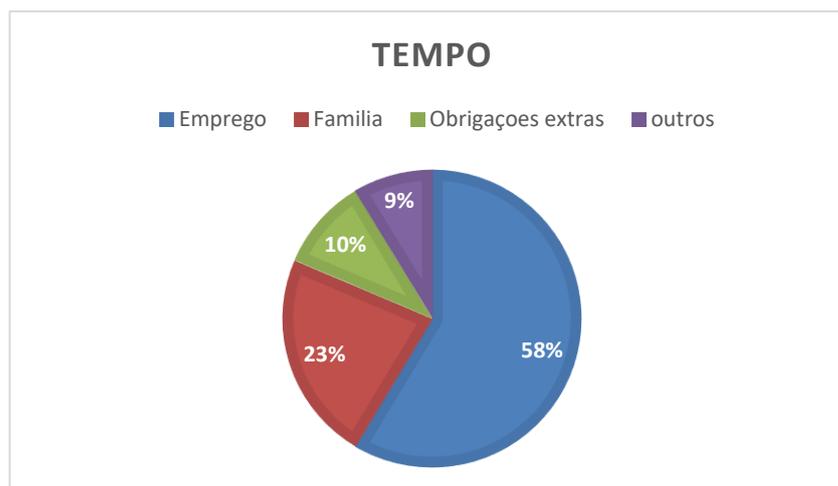
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Devido a essa discussão sobre o “Fetichismo da lei: aspirações dos discentes do curso de direito nas carreiras jurídicas”. A partir das informações adquiridas em meio a este trabalho, foi desenvolvido um questionário sobre os estudantes que se sentem preparados para fazer a tão esperada prova da OAB (ordem dos advogados brasileiros). Onde se sentem preparados para obter um bom resultado e assim se saindo bem e conseguindo conquistar seu objetivo? Segue abaixo o gráfico.



Fonte: Os autores, 2017.

Nesse gráfico nota-se que o número de pessoas que não se sentem preparados para fazer a prova da OAB-Ordem dos advogados brasileiros, estão em número maior se igualando as pessoas que se sentem preparados junto as pessoas que não souberam responder. Em meio as entrevistas foram citadas vários motivos para que os estudantes se sentissem confiantes ou não. Entre elas, em sua maioria a falta de tempo. Quais os deveres que retiram de sua importância o tempo que lhe resta para poder se dedicar ao exame.



Fonte: Os autores, 2017.

Nesse outro gráfico, vê-se que, conciliar trabalho e estudo tem sido a maior de suas batalhas para obter seu grande sonho realizado, e no caso desses estudantes de Direito, seu grande sonho e poder passar na OAB da forma mais eficaz possível. Família e obrigações extras entram em suas posições, também dando uma grande dificuldade conforme está no gráfico. O gráfico foi feito a partir de entrevistas reais a alunos da faculdade particular de Cachoeiro de Itapemirim.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discentes no curso de direito nas carreiras jurídicas se deparam com diversas realidades não enfatizadas antes da sua vida acadêmica, o que faz ter a aspiração de modificar o país e viver tranquilo com a sua graduação, pois acredita que depois de formado terá um emprego relevante ao grau de estudo que o curso impõe, não bastando isto, em toda trajetória acadêmica a legislação não é interpretada conforme a realidade da sociedade a utiliza, sendo tratados como um instrumento de consumo para as instituições acadêmicas.

6 REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 10. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CLARK, Giovani. **O Fetiche das Leis**. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2004;3000699315>>. Acesso em 13 nov. 2017

PIRES, Valdemir. **Fetichismo na Teoria Marxista**: um comentário. Rio de Janeiro: Impulso, 1999.

LAICIDADE DO ESTADO EM DEBATE: A EXPRESSÃO “SOB A PROTEÇÃO DE DEUS” DO PREÂMBULO CONSTITUCIONAL EM ANÁLISE

FACIN, Juliana de Souza

FONSECA, Thaís Borsoi

GOMES, José Alexandre da Silva

MASSOLARI, Thiago Onofre

SILVA, Glauco Almeida¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Este resumo expandido tem por finalidade abordar a polêmica sem fim em volta de nosso preâmbulo. Com a exceção da Constituição imperial, a primeira, diga-se de passagem, todas as outras foram cuidadosamente redigidas para que o Estado brasileiro não tivesse uma religião oficial. Sim, vive-se num Estado Democrático de Direito que preza pela laicidade. Ou seja, em linhas gerais “Estado e Igreja” não se incorporam. Assim sendo, por que o texto do preâmbulo evoca “DEUS”? As explanações deste trabalho darão o apontamento adequado para as considerações finais.

2 MÉTODOS

A metodologia empregada no presente foi o método indutivo, auxiliada de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica como técnica de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

O preâmbulo é uma espécie de carta de intenções do constituinte originário. Expressa, em poucas palavras, quais os objetivos principais bem como os valores principais que

¹Graduandos do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Professor orientador: Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; taua_verdan2@hotmail.com.

norteiam o texto constitucional. Não se pode recusar ao Preâmbulo um relevante papel, todavia, no âmbito da interpretação e aplicação do direito constitucional. Ao desvendar as linhas estruturantes da Constituição, os objetivos que movem a sua concepção, o Preâmbulo se torna de préstimo singular para a descoberta do conteúdo dos direitos inscritos na CRFB/88 e para que se descortinem as finalidades dos institutos e instituições a que ela se refere; orienta, enfim, os afazeres hermenêuticos do constitucionalista.

Sobre o preâmbulo, tem-se a seguinte conceituação “definido como documento de intenções do diploma, e consiste em uma certidão de origem e legitimidade do novo texto e uma proclamação de princípios...” (MORAES, 2003, p. 39). A questão que se pode colocar é a de saber se esse preâmbulo possui valor jurídico. O disposto no Preâmbulo pode consistir no único argumento para estabelecer a inconstitucionalidade de uma lei? É possível extrair direitos, exigíveis em juízo, do Preâmbulo? O disposto no Preâmbulo obriga e vincula os Estados-membros, quando elaboram o seu próprio Texto constitucional?

Esta última indagação foi respondida pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão que revela qual o *status* jurídico a ser atribuído ao Preâmbulo entre nós. Afirmou o STF que o Preâmbulo:

não constitui norma central da Constituição, de reprodução obrigatória na Constituição do Estado-membro. O que acontece é que o Preâmbulo contém, de regra, proclamação ou exortação no sentido dos princípios inscritos na Carta. Esses princípios, sim, inscritos na Constituição, constituem normas de reprodução obrigatória (BRASIL, 2002).

Adequadamente, Moraes (2003) em sua obra versa sobre a ausência de força normativa ao lecionar o seguinte:

apesar de não fazer parte do texto constitucional propriamente dito e, conseqüentemente, não conter normas constitucionais de valor jurídico autônomo, o preâmbulo não é juridicamente irrelevante, uma vez que deve ser observado como elemento de interpretação e integração dos diversos artigos que lhe seguem. Apesar de não fazer parte do texto constitucional propriamente dito e, conseqüentemente, não conter normas constitucionais de valor jurídico autônomo, o preâmbulo não é juridicamente irrelevante, uma vez que deve ser observado como elemento de interpretação e integração dos diversos artigos que lhe seguem (MORAES, 2003, p. 40).

A expressão destacada “sob a proteção de Deus” no enfoque abordado no presente projeto, diz respeito a uma expressão genérica, ou seja, a palavra “Deus” refere-se a uma entidade comum e diversificada e não apenas religiosa. Cabe destacar, que tal palavra pode ser aplicada em diversas e distintas religiões, de modo que, não faz referência ou alusão ao tema proposto. Ainda nesta linha, Pedro Lenza (2017) enfatiza que o “Estado brasileiro é laico” (não confessional), porém, não é ateu. Assim sendo, “todas as manifestações religiosas são toleradas” (LENZA, 2017, p.69). Por exemplo, a presença de crucifixos em repartições públicas é prática comum. O caso mais clássico é a imagem deste ícone personificado do cristianismo no plenário do STF. A presença deste não fere o princípio da laicidade. A bem da verdade, como afirma o próprio Lenza, trata-se de uma “questão cultural”.

O Supremo Tribunal Federal julgou a ADI 2076 em 2002. O pleno manteve a supressão da frase “sob a proteção de Deus na constituição estadual do Acre”. Na época dos fatos, o então Partido Social Liberal (PSL), hoje renomeado “LIVRES”, alegava ofensa ao preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, que mantém a expressão. O relator da ação, ministro Carlos Velloso, sustentou em seu voto que o preâmbulo constitucional não cria direitos e deveres tampouco força normativa, refletindo apenas uma posição ideológica (e também política) do constituinte. Disse o ministro, “o preâmbulo, portanto, não contém norma jurídica”. Alegou Velloso que o texto constitucional acreano, não dispõe de forma contrária aos princípios consagrados na CRFB/88, pois enfatiza os princípios democráticos e a soberania popular. “Só não invoca a proteção de Deus que, posta no preâmbulo de nossa Norma Suprema Fundamental, reflete simplesmente um sentimento religioso”.

Isso não significa que o preâmbulo seja totalmente desprovido de eficácia como indicativo do pensamento. O próprio STF, que outrora reconheceu e ainda mantém o posicionamento, já se utilizou de parte de seu conteúdo como fundamento de suas decisões. Por exemplo, na ADI 3510, que tratou da constitucionalidade da Lei de Biossegurança. O ministro Ayres Brito (relator da ação), fundamentou que “o constitucionalismo fraternal” e o princípio da fraternidade, decorrente do próprio preâmbulo constitucional. Em parte de seu despacho, extraiu-se o prolatato:

Não se pode afirmar que esse preâmbulo (da Constituição do Acre) está dispondo de forma contrária aos princípios consagrados na Constituição Federal. Ao contrário, enfatiza ele, por exemplo, os princípios democrático e da soberania popular. Só não invoca a proteção de Deus. Essa invocação, todavia, posta no preâmbulo da Constituição Federal, reflete, simplesmente, um sentimento deísta e religioso, que não se encontra inscrito na Constituição, mesmo porque o Estado brasileiro é laico, consagrando a Constituição a liberdade de consciência e de crença (CF, art. 5º), certo que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política (CF, art. 5º, VIII). A Constituição é de todos, não distinguindo entre deístas, agnósticos ou ateístas (BRASIL, 2002).

Ainda nesta seara, este princípio não ofende e/ou não traz prejuízos para o conceito que os ateus e agnósticos possuem do assunto supramencionado. Nesse sentido o mencionado autor Daniel Sarmiento, citado por Pedro Lenza (2017) professora que o “Estado laico não significa estado ateu, pois o ateísmo não deixa de ser uma concepção religiosa. Na verdade, o estado laico é aquele que mantém uma postura de neutralidade e independência em relação a todas as concepções religiosas, em respeito ao pluralismo existente em sua sociedade”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em sucessivas pesquisas e consultas faz-se necessário destacar bem como apresentar o resultado e discussão. Mesmo com a invocação a Deus, se mantém a liberdade de consciência e de crença, já que são possíveis todas as manifestações religiosas, inclusive com proteção dos locais de culto e suas liturgias. O “Deus” do chamamento preambular é ecumênico, por ser a sociedade brasileira pluralista e não confessional. Para não ser “mais do mesmo” e tornar a temática repetitiva e maçante, a discussão é pilarizada se a expressão “Deus” ofende o princípio da laicidade. De forma sucinta e tendo base a corrente majoritária, é pacífico o entendimento de que o Estado brasileiro continua laico. Pois, não são proposituras culturais que alterarão este princípio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo um preâmbulo não tendo força normativa, ele é de suma importância, pois serve de orientação para a interpretação da constituição. O Brasil é um Estado que defende a existência de Deus, mas sem pender para qualquer direção. A referência à “proteção de Deus” homenageia pessoas que seguem determinadas orientações

religiões, em detrimento de outras, incluindo ateus, ainda que minorias. Assim sendo, apesar de sofrer forte influência da religião (herança portuguesa), vivemos sob o prisma de um Estado Laico.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=59125&caixaBusca=N>>. Acesso em 11 nov. 2017.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 13 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

VIOLÊNCIA SEXUAL NO ESPÍRITO SANTO: UM IMPACTO FÍSICO, PSICOLÓGICO E SOCIAL

PIERIM, Laís Regina
ALMEIDA, Carlos Lenneker Ferreira¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Recentemente o estupro coletivo de uma jovem de 16 anos em uma favela do Rio de Janeiro chocou o país. Após opiniões divergentes, matérias, entrevistas e críticas, se constatou o que já era de se imaginar: mesmo no século XXI, a vítima ainda é culpada, casos são mal resolvidos e agressores permanecem impunes. Segundo o G1 (2016), um caso de Violência Sexual é denunciado a cada 40 horas no Espírito Santo, porém existem milhares de outros casos que nem passam pela importantíssima fase da denúncia. Além do mais, quando a acusação ocorre, também são baixíssimos os números em que o violentador sofre as devidas consequências, o que acarreta em uma população preocupada e indignada com o sistema penal brasileiro.

O grande obstáculo se encontra nos métodos utilizados para a prevenção do fato, que na verdade só pune os agressores (mesmo que na minoria das vezes), quando o que deveria acontecer é não deixar brechas para as agressões. O foco deveria ser em evitar que aconteça e não tentar consertar após ter acontecido. No caso do Brasil, em especial o Espírito Santo, além de apenas tentar reparar a situação, isso não é feito de forma eficiente, deixando sequelas em vítimas desamparadas, violentadores nas ruas e uma sociedade doente, ainda acreditando em ideais antiquados, ignorando a luta das mulheres e sem qualquer resquício de respeito às Leis que parecem quase banais.

¹Graduandos do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

2 MATERIAL E MÉTODOS

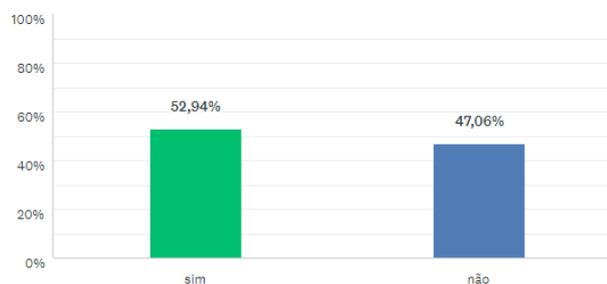
A pesquisa desenvolvida pautou-se na utilização do método indutivo, auxiliada de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica como técnicas de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

A violência sexual não atinge apenas a um determinado grupo de pessoas, porém, as vítimas são em sua maioria mulheres e adolescentes. O caso da menina Araceli, que foi raptada, drogada, estuprada, morta e carbonizada por jovens de classe média alta, em Vitória, fez com que o dia 18 de maio se tornasse o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, completando 44 anos em 2017. Com o passar do tempo, protestos foram levantados por mulheres e homens sensibilizados com a situação e Leis foram criadas (como a Lei Maria da Penha, que já está em vigor há 11 anos) e moldadas para juntas servirem de alimento para a esperança de um dia ter o problema solucionado. Entretanto, essas medidas sempre tiveram caráter punitivo, o que apenas pretende resolver o fato após o ocorrido e não com o fim de evitá-lo.

Apesar das punições terem se tornado mais rigorosas, essa não é a única forma de sanar este transtorno, tendo em vista que os números de casos só cresce no Brasil. No Espírito Santo, apenas em 2016, foram registradas mais de 250 ocorrências de violência sexual contra a criança, estatística que prova que essas medidas não estão sendo suficientes e que a sociedade precisa lutar e exigir por um método mais eficaz. A conscientização, que é a base para resolver todos os problemas em tese, parece não ter muita relevância no estado. Uma pesquisa feita com homens e mulheres do Espírito Santo constatou que cerca de metade dessas pessoas não tiveram em suas respectivas escolas nenhum artifício com a intenção de informar os alunos acerca do tema. Número que contrasta com a porcentagem mais alta de pessoas que acreditam que a conscientização é a melhor forma de evitar o dilema. Isto posto, reconhece-se que é preciso uma mudança na maneira de lidar com a dificuldade.

A sua escola já apresentou algum tipo de palestra, distribuiu cartilhas ou utilizou de qualquer outro método de conscientização sobre Violência Sexual?



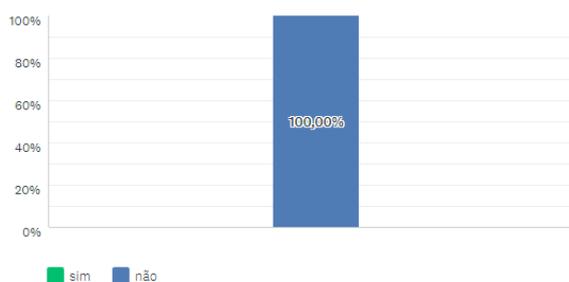
Fonte: (O Autor, 2017).

O feminismo é um movimento que vem lutando justamente por essa transformação, não só na mente da sociedade em relação à informação, mas também na busca por um lugar mais respeitoso e justo com as mulheres, que tanto sofrem e sofreram. O assunto tem tomado certa visibilidade maior, inclusive sendo tema da redação do ENEM 2016, o que faz com que todas as atenções se voltem contra ele e com que a população pense mais acerca do que vem acontecendo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Existem variados outros fatores que englobam a Violência Sexual, e dentre eles está a assistência à violentada. Após o trauma, vem uma denúncia dolorida, onde a cena é revivida diversas vezes; a culpa é encarregada à vítima pelo fato de usar uma roupa curta ou qualquer outro motivo, que é na verdade absolutamente irrelevante e mesmo passando por tudo de uma única vez, na maioria dos casos a vítima não tem assistência psicológica, para apoiá-la e ajudá-la a passar por esta fase.

A vítima obteve assistência psicológica gratuita?



Fonte: (O Autor, 2017).

A psicóloga Luciana Bicalho (2016), afirma que essa assistência é fundamental: “É pouco provável que uma pessoa que passe por uma situação assim se recupere totalmente sem nenhum tipo de auxílio”. Sofrer de um crime, infelizmente quase corriqueiro na vida das mulheres, e ainda não ter um suporte, torna tudo mais difícil e faz com que as Leis pareçam não ter resultados. Outro fator relevante, é que a maioria dos casos de violência sexual é praticada de forma intrafamiliar, ou seja, os próprios parentes cometem atos libidinosos com mulheres ou crianças de sua genealogia. Com a veracidade dos homens serem considerados o chefe da família, se sentem no direito de fazer o que quiserem. A violência sexual é, na verdade, uma relação de posse e não apenas sobre desejo, como avalia a psicóloga Mirian Cortez (2016): “Na ação do estupro está colocada uma posição de poder sobre o outro. E muitas vezes é esse poder exercido sobre o outro que mais dá prazer. Não é nem o ato sexual em si”.

Além de todos os desafios diários que as mulheres enfrentam com relação ao assunto, ainda tem de lidar com pensamentos e ideais machistas, como por exemplo que tinha culpa; que não foi bem assim; que é melhor ficar quieta. Por conta de todos os fatores, muitas mulheres e adolescentes se sentem envergonhadas de denunciar, o que prejudica ainda mais para que o caso seja resolvido. A situação ocorre como um ciclo, uma coisa leva a outra e assim muitos casos se repetem o tempo inteiro. A vítima é influenciada a não denunciar e violentadores continuam nas ruas. Quando a vítima pode e consegue realizar a denúncia, acontece uma burocracia chamada processo. Ela passa por uma série de exames, relatos e provas para comprovar o que houve, mesmo num estado pós-trauma e inclusive, para ressaltar, sem apoio psicológico. Quando termina essa fase, ainda existem casos onde o agressor acaba não sendo preso e nem passando por qualquer tratamento, e o sentimento de injustiça vem à tona. O estado diz que existem funcionários capacitados para atender às vítimas, porém a real situação é que ainda tem muito o que mudar, e isso não começa no poder judiciário, mas de dentro para fora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Violência Sexual acomete principalmente mulheres e crianças, sendo consideradas mais frágeis e indefesas. Apesar de Leis específicas e uma maior atenção para o assunto nos dias atuais, os métodos para a prevenção do fato ainda não são suficientes.

É preciso priorizar a conscientização, para evitar o problema e não medidas punitivas falhas para corrigi-lo, pois mesmo sendo juridicamente resolvido, o trauma deixa sequelas eternas.

6 REFERÊNCIAS

CHAGAS, Katilane; BANDEIRA, Mayra. Violência sexual: um caso é denunciado a cada 40 horas no ES. In: **G1**: portal eletrônico de informações, 30 mai. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/05/violencia-sexual-um-caso-e-denunciado-cada-40-horas-no-es.html>>. Acesso em 04 nov. 2017;

CORTEZ, Mirian. Violência Sexual: Crime Invisível. In: **Gazeta Online**, 01 jun. 2016. Disponível em: <<http://especiais.gazetaonline.com.br/violenciasexual/>>. Acesso em 16 nov. 2017;

LEITE, Franciele Marabotti Costa *et all*. Violência contra a mulher em Vitória, Espírito Santo, Brasil. In: **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, 10 abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S0034-89102017000100223>. Acesso em 04 nov. 2017;

PIMENTEL, Adelma; ARAÚJO, Lucivaldo da Silva. Violência Sexual Intrafamiliar. In: **Revista Paranaense de Medicina**, v. 20, n. 3, set 2017. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-59072006000300008>. Acesso em 16 nov. 2017;

REDAÇÃO FOLHA VITÓRIA. Espírito Santo registra mais de 250 casos de violência sexual contra criança em 2016. In: **Jornal Folha Vitória**, 17 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.folhavitória.com.br/geral/noticia/2017/05/espírito-santo-registra-mais-de-250-casos-de-violencia-sexual-contra-crianca-em-2016.html>>. Acesso em 16 nov. 2017;

DIREITO NATURAL

ALVES, Leonardo¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho destina-se ao estudo dos direitos humanos e fundamentais vistos como direitos naturais. A partir das ideias e pensamentos de autores que estiveram durante a história abordando este assunto, a pesquisa tem como objetivo analisar a historicidade do Direito Natural diante dos pensamentos desses autores os quais defendiam a ideia de um Direito Natural de origem na natureza humana. A Filosofia do Direito tem como tema recorrente o estudo do Direito Natural, assim como do Direito Positivo. Neste resumo serão considerados aspectos históricos das relações entre Direito Natural e Direito Positivo, sendo que serão ressaltados os fundamentos dos mesmos. O cotejo entre naturalismo e positivismo será analisado de maneira a tornar fácil o entendimento dos conceitos e fundamentos, assim como as opiniões de alguns pensadores.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Neste estudo, analisaremos a evolução dos pensamentos, as teorias fundamentadoras do Direito Natural, e alguns dos principais pensadores naturalistas. Para uma abordagem ampla em relação ao Direito Natural foi feita revisão de leitura de livros relacionados ao tema. Diante desse direito analisaremos todo um contexto histórico as quais esse direito esteve presente e a sua evolução. O presente resumo buscou também fundamentar suas principais ideias diante da análise dos pensamentos de autores que tratam sobre o Direito Natural, assim como, o Direito Positivo.

¹Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

3 DESENVOLVIMENTO

Primeiramente, deve-se conceituar Direito Natural e Direito Positivo. O Direito Natural pode ser entendido como o direito que adquirimos ao nascer, e ninguém pode modificar “não é escrito, não é criado pela sociedade, nem é formulado pelo Estado”. (NADER, 2012). Não depende de lei alguma, é válido universalmente, é imutável e não é afetado pelo tempo. É abstrato, não podemos tocá-lo, apesar de saber que ele existe. O Direito Natural ensina aos homens através da experiência e da razão. Direito positivo, que tem sua origem e fundamento no Direito Natural, é o conjunto concreto de normas jurídicas que apresentam formulação, estrutura e natureza culturalmente construídas, isto é, as leis que temos que nos submeter. É criado por meio de decisões voluntárias e depende da manifestação de vontade, por exemplo, de uma autoridade ou da sociedade.

O Direito Natural não corresponde a nenhum tipo de ordenamento escrito, nem mesmo criado pela sociedade, ele apenas se origina da natureza humana fruto da consciência e da razão. John Locke (1632-1704), a respeito do Direito Natural diz ser “um direito que já nasce incorporado ao homem, este é maior que tudo até o poder do Estado. é algo que não se materializa, mas que existe independente de qualquer coisa”. Em relação ao Direito Natural, vejamos a postura de Oliveira:

[...] antes de surgir o Estado, é evidente que já havia homens sobre a face da terra, e onde houve homens, ali estava o Direito. Certamente, não era o direito positivo como hoje o conhecemos; era o Direito natural, impregnado de religião, moral, credences, e superstições, que, a princípio, vigorou nas sociedades primitivas, fazendo a vez do Direito Positivo (OLIVEIRA, 2006, p. 49).

Pode ser classificado o Direito Natural como um direito que antecede a todas as ramificações do direito e subordina o Direito Positivo, está ligada à origem política ou social, nunca devendo o Direito Natural ser coativo, assim como o Direito Positivo, pois se fosse perderia a sua validade tornando-se positivo. O Direito Natural, assim concebido, procura aproximar o direito próprio, positivo, de cada povo, em torno dos postulados básicos, intransponíveis, do respeito aos direitos fundamentais do homem, àqueles direitos, isto é, cujo desconhecimento afetaria a própria natureza humana; e

procura, ademais, inspirar e conduzir todos os sistemas positivos de direito em relação a um ideal supremo de justiça.

Portanto, a origem do direito natural é advinda do próprio homem baseado em comportamentos e conhecimentos advindos de costumes sócios e culturais passado para as diversas gerações levando aos conceitos divinos, mergulhado em conceitos de religião e credo. Já o Direito Positivo pode ser definido como um direito produzido pelo próprio homem sendo posto pelo Estado, criando, assim, normas e regras dotadas de uma força coercitiva para reger a conduta humana em sociedade buscando o “bem comum”. O Direito Positivo deve ser respeitado por toda a sociedade não devendo violar tais leis prescritas.

A Constituição Federal do Brasil cita um princípio fundamental para o Direito Positivo o qual está prescrito no art. 5º, inciso III que diz: “ninguém será obrigado a fazer o deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei.” Percebemos neste artigo que podemos sim considerar este como um dos princípios fundamentais do direito positivo, pois se trata de fazermos aquilo que está prescrito em lei, que não devemos fazer aquilo que está em desacordo com a lei escrita. Até o final do século XVIII o direito foi dividido em duas correntes, o naturalismo e o positivismo. Ambas as correntes são consideradas iguais quanto a sua qualificação, porém são analisadas em planos diferentes. Na Época Clássica o Direito Natural era visto como um direito comum, enquanto que o Direito Positivo era visto como direito especial, sendo assim, o Direito Positivo prevalecia sobre o Natural nos casos em que houvesse conflito.

Já na Idade Média há algumas contradições entre as duas espécies invertendo a relação. Nesta época, o Direito Natural não era mais visto como um direito comum, mas como uma norma fundada através da vontade de Deus, e assim derivou-se a tendência permanente no pensamento jusnaturalista de considerar o Direito Natural como superior ao Positivo. Acreditavam alguns pensadores que existe um Direito Natural permanente e eternamente válido, independente de legislação, de convenção ou qualquer outro expediente imaginado pelo homem. Quando o Direito Positivo e o Direito Natural não são mais considerados direito no mesmo sentido, o Direito Positivo passa a ser considerado como direito em sentido próprio, então vemos a concepção do positivismo jurídico e por obra deste, ocorre a redução de todo o direito a Direito

Positivo e, assim, o Direito Natural é excluído da categoria do direito, pois é considerado positivismo jurídico aquela doutrina segundo a qual inexistem outros direitos senão o Positivo.

Porém, para os naturalistas, o Direito Natural pode ser considerado uma base do direito, ou seja, o critério para se determinar o que é justo, e seguindo este pensamento podemos considerar que o Direito Natural é permanente e eternamente válido, independente da legislação, já que o mesmo surge da necessidade de princípios gerais que possam valer para qualquer povo em qualquer tempo e território. Em explicação ao Direito seria a razão, porém o fundamental no Direito Natural eram as leis infundidas por Deus no coração do homem, assim sendo, o homem teria liberdade de seguir essas leis ou não, o que ocasionaria inúmeros conflitos posteriores já que as leis naturais seriam cumpridas de acordo com a vontade humana e não poderiam intimidar o homem com castigos reais, apenas sua moral seria atingida. (GUSMÃO, 2008)

Então, acredita-se que para que os homens não pudessem apenas seguir suas paixões, Deus teria aprovado a criação das sociedades humanas, onde por mais que todos os cidadãos fossem iguais, seriam escolhidos governantes que teriam o direito e obrigação de fazer cumprir os preceitos estipulados por Deus, e estes poderiam aplicar castigos efetivos a quem os descumprisse. Neste momento o direito não mais seria interpretado como antigamente, mas deveria ser cumprido no presente estágio de sujeição civil, porém era o Direito Natural que daria as características da humanidade.

Seja como for, existem uma justiça natural e uma justiça que não é natural. É possível ver claramente quais as coisas entre as que podem ser de outra maneira que são como são por natureza, e quais as que não são naturais, e sim legais e convencionais, embora ambas as formas sejam igualmente mutáveis. Porém, por necessitar de elementos reais e concretos de sociedade diversificada em que as noções de Direito Natural pudessem crescer e reproduzirem-se, essa diferença entre o Direito Positivo e o Direito Natural ainda era considerada mais filosófica do que técnico-jurídica. Muitos outros pensadores formularam conceitos acerca das divergências entre Direito Natural e Direito Positivo, porém, vamos observar as diferenças citadas por Bobbio

(1995): O direito natural é universal e imutável (*semper*) enquanto o civil é particular (no tempo e no espaço); O direito natural estabelece aquilo que é bom (*bonum et aequum*), enquanto o civil estabelece aquilo que é útil: o juízo correspondente ao primeiro funda-se num critério moral, ao passo que o relativo ao segundo baseia-se num critério econômico ou utilitário.

Sendo assim, podemos concluir que o Direito Natural é o critério que permite valorar o Direito Positivo e medir sua intrínseca justiça. Embora os dois contrastem entre si, o intérprete não estará desempenhando bem o seu papel caso deixe de considerar o Direito Natural em suas decisões, já que mesmo que o Direito Positivo possa vir a se afastar dos princípios do Direito Natural ou deste possa divergir por diversos motivos, ele jamais os excluirá inteiramente, ou seja, mesmo que o Direito Positivo altere alguns princípios do Direito Natural, nem assim o Direito Natural perderá o seu valor.

Partindo dos princípios positivistas poderíamos dizer que a conclusão que podemos chegar acerca do Direito Natural são basicamente poucas, já que não há sequer um conjunto de leis que legitimem a existência do *jusnaturalis* como direito. Mas depois deste estudo concluímos que o Direito Natural faz parte dos princípios gerais e serve como inspiração na criação das leis no positivismo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com isso, entendemos que os princípios gerais de Direito Natural podem mesmo ser considerados insuficientes na aplicabilidade de normas assim como na eficácia da mesma. Contudo, é graças a existência do Direito Natural que pudemos nos organizar e contar com o surgimento do Direito Positivo, este que assegura os direitos e deveres mesmo que jamais tenhamos resultados absolutos em qualquer decisão de intérpretes, visto que o comportamento do cidadão varia de caso em caso, bem como a hermenêutica.

Pode-se observar ainda, que o dever de todos não se encontra apenas na lei positiva, mas na dignidade da pessoa e da natureza humana. Não se pode olvidar o fato de o Direito Positivo ter trazido grandes conquistas ao direito, porém, também não se pode esquecer que o Direito Positivo busca no Direito Natural soluções de conflitos. Por fim,

conclui-se que embora o Direito Natural e o Direito Positivo possam parecer totalmente divergentes, o interprete não deve prender-se a apenas um deles durante a hermenêutica, mas deve considerar tanto o Direito Positivo como o Direito Natural para desempenhar plausivelmente seu papel.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assunto tratado é de interesse de todos os cidadãos, independente de espaço, razão pela qual se justifica o estudo e a importância do assunto. Na atualidade o conhecimento acerca do Direito Positivo e do Direito Natural é importante dada a preocupação do homem moderno diretamente com o indivíduo, suas condições particulares, suas diferenças.

O fato é que a natureza humana deve sempre ser respeitada, independente do nome dado a esta imposição de respeito. (PERNAMBUCO, 2016). Importante também lembrar que os chamados Direitos Humanos, ou Direitos Fundamentais, em sua maioria surgem da natureza do ser humano, constituindo assim formulações históricas acerca do Direito Natural. Mas o Direito Natural não pode reduzir-se apenas aos interesses do homem individual, deve inserir-se sempre em uma visão muito mais ampla e filosófica do homem e do universo.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. 40. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 34 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.

OLIVEIRA, Nelci Silvério. **Introdução ao Estudo do Direito**. 2 ed. Goiânia: AB, 2006.

PERNAMBUCO, Silvia Collares. Direito Natural. In: **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, a. 14, n. 95, dez. 2016. Disponível em: <ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10785&revista_caderno=15>. Acesso em 17 out. 2017

A IMPUTABILIDADE DE DEPENDENTES QUÍMICOS NOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

SILVA, Letycia Lemos da
ALMEIDA, Marciele Filgueiras de
BERNARDO, Mariana Elmira Lopes¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Há uma grande discussão a respeito da imputabilidade do dependente químico em relação aos casos de violência contra a mulher. É fato que a incidência de violência está intimamente relacionada aos casos de violência doméstica no Brasil. Cerca de 90 % dos agressores estão sob o efeito de alguma substância entorpecente durante o ataque.

Por que os índices são tão elevados e as denúncias são tão baixas? Tais questionamentos assim como a busca de soluções efetivas de fato serviram como incentivo para o desenvolvimento do tema proposto para que de alguma forma seja possível auxiliar na quebra do ciclo de violência que assola a sociedade brasileira contemporânea e na abolição do dito popular de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada no decorrer do presente resumo foi o método indutivo, auxiliado de revisão de literatura, pesquisa bibliográfica e entrevistas com profissionais qualificados como técnicas de pesquisa.

¹Graduandos do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor Orientador. Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

3 DESENVOLVIMENTO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (ONU), a violência contra a mulher é democrática, acontecendo em todos os grupos sociais, religiosos, culturais e econômicos. Segundo a Lei Maria da Penha, a mulher pode sofrer violência física que é caracterizada por ofensa à integridade e saúde corporal; violência psicológica, onde sua principal consequência são os danos emocionais; violência sexual que é definida como qualquer conduta que constranja ou force uma relação; violência patrimonial que é aquela que impede o acesso da mulher aos bens, documentos e /ou recursos financeiros e, por fim à violência moral que configura os crimes de calúnia, injúria e difamação.

A razão de toda essa problemática relacionada a agressão contra a mulher é histórica. A igualdade de gênero perante a lei é algo recente, já que até o ano de 1940 existia dentro do ordenamento jurídico a Lei da Honra que tornava isento de culpa o marido que matasse sua esposa após descobrir que havia sido traído. Durante a década de 1950 era denominada de violência intrafamiliar. Vinte anos mais tarde passa a ser denominada de violência contra a mulher. A partir dos anos 80 recebe o nome de violência doméstica e, finalmente na década de 90, passa a ser tratada como violência de gênero.

Os anos da década de 60 são marcados pelo início da luta do movimento feminista em denunciar a violência contra a mulher que ainda era praticada de maneira escondida e mantida no ambiente privado. Na década de 70 o movimento feminista deixou bem evidente que tal realidade de crueldade e maus tratos eram bem evidentes na sociedade, porém invisível, e com a medida da Organização das Nações Unidas (ONU) de delegar o ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher, fica claro a importância da busca de conhecimento intelectual nessa área tão pouco explorada até então. A realidade da violência doméstica ganha espaço nas notícias e pesquisas. O termo gênero é visto como uma forma de explicar a relação social que existe entre homem e mulher a partir de diferenças culturais e não biológicas. Silva explica:

(...) Em todo o mundo os seres humanos nascem basicamente iguais: machos e fêmeas. Através de processos ideológicos aprendem a ser homens e mulheres, incorporando estereótipos necessários aos interesses de

preservação de ordem vigente numa dada sociedade (...) Assim, a sociedade delimita, através da divisão sexual de papéis, os lugares onde a mulher e o homem podem atuar. (SILVA, 1991, p.62).

É de suma importância a compreensão de que a presença de violência na vida da mulher é grande parte consequência do tipo de educação diferenciada a qual faz das mulheres seres inferior e que devem obediência aos homens, resultado da cultura patriarcal tão evidente ainda na atualidade. Os homens são educados de forma diferenciada, não sendo necessário evitar sentimentos agressivos, são muitas vezes incentivados a demonstrá-los como prova de masculinidade. Estes mesmos autores relatam que episódios de violência são vistos como aceitáveis e até mesmo justificáveis, já que tais expressões de raiva são enquadradas e características do universo masculino, como forma de demonstrar controle e superioridade em relação às mulheres.

Para Bertoline (2002), a violência contra a mulher é algo ainda velado, já que muitas vezes é encoberto pelos próprios familiares por traz do discurso que naturaliza tais atos absurdos de violência, pressupondo que por se tratar de algo familiar não pertence a esfera pública. Heise Pitanguy e Germain (1995, *apud* GOMES, 2003) relatam que uma das principais formas de violência contra a mulher é percebida na figura da esposa agredida por aquele que deveria protegê-la. Para Brito, a relação da mulher com seu marido agressor é vista da seguinte forma:

Traduz uma concepção de culpabilização que oscila entre o homem (agressor) ou a mulher (que não sai da situação de vítima) e que frequentemente agrega outros conflitos aos já existentes. É uma concepção de tudo ou nada, com possibilidades limitadas que coloca a família em dilemas de lealdade, dificilmente solucionáveis, por raciocínios lógicos (BRITO, 2006, p.65).

O consumo de substâncias entorpecentes tornou-se um problema de proporções endêmicas na sociedade contemporânea e que está intimamente relacionado com o aumento da violência contra a mulher. Segundo a legislação penal vigente no Brasil na atualidade para que o agressor seja penalizado é necessário que seja verificado se o agente possui sua condição como imputável. Tais fatores estarão relacionados com a possibilidade de atribuir ao agente em questão a culpabilidade no que diz respeito a conduta ilícita face a sua capacidade de compreender e assumir sua ação de fato. Segundo Capez, a imputabilidade é:

A capacidade de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento. O agente deve ter condições físicas, psicológicas, morais e mentais de saber que está realizando um ilícito penal. Mas não é só. Além dessa capacidade plena de entendimento, deve ter todas as condições de controle sobre sua vontade. Em outras palavras, imputável é não apenas aquele que tem capacidade de inteligência sobre o significado da conduta, mas também de comando da própria vontade, de acordo com esse entendimento. (CAPEZ, 2013, p. 332).

Dependência química é caso de saúde pública, entretanto, é fato que a maioria dos casos apresentados de violência contra a mulher foi cometida por agressores sob algum efeito de drogas lícitas ou ilícitas. Minayo (1997) destaca que não se deve confundir associação com causação e que outras variáveis devem ser incluídas. Porém alguns dados tem mostrado que a violência tem relação direta com o uso abusivo de álcool ou outras drogas. É possível compreender que de fato é de vital importância estabelecer um paralelo entre o uso de substâncias entorpecentes e a violência para que assim possa estabelecer métodos capazes de diminuir tais índices que são tão elevados, sobretudo no estado do Espírito Santo.

Apesar da criação da Lei Maria da Penha e da instalação do Botão do Pânico, que consiste em uma tecnologia moderna que assim que acionada pela vítima faz com que a viatura mais próxima chegue até a mulher ameaçada, em algumas cidades brasileiras, ainda é possível perceber o baixo número de denúncias por parte das mulheres. Por que essas mulheres não acabam com isso? A maioria delas teme por um desfecho fatídico após a denúncia, temendo pelas suas próprias vidas ou de familiares. É válido ressaltar que a grande maioria é dependente financeiramente ou emocionalmente de seus agressores. É possível compreender a dificuldade para sanar essa problemática que afeta a sociedade brasileira, já que ainda está emersa em uma cultura patriarcal, onde as mulheres ainda são expostas como “mercadorias” quando associadas a marcas de bebidas, por exemplo, ou são consideradas culpadas por sofrerem alguma violência devido a sua roupa ou conduta.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Devido a problemática em relação à situação crítica, opressiva e vulnerável que a mulher se encontra na atualidade graças ao grande índice de violência, foram feitas

algumas entrevistas acerca do assunto para que se possa compreender e encontrar possíveis considerações sobre a problemática em questão. É fato que o uso abusivo de álcool está presente em cerca de 70% dos casos de estupro e que quando se trata de violência física, foi constatado que 53,3% dos agressores estavam também sob efeito de álcool.

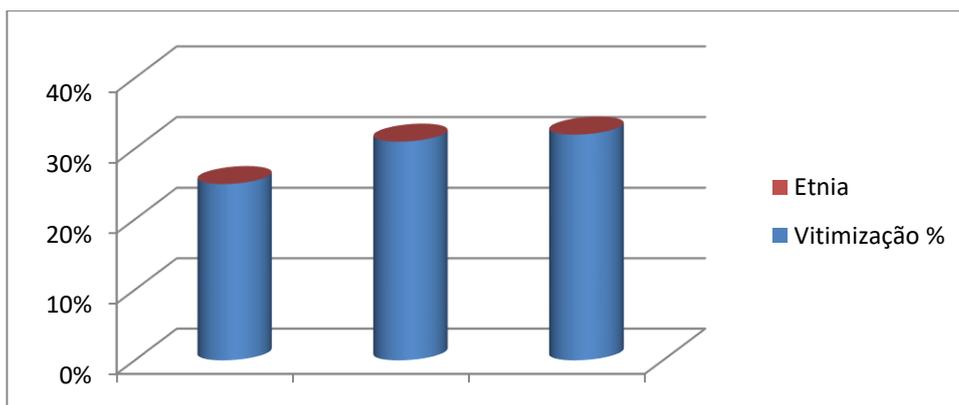
Muitos especialistas concordam que há uma grande interação entre o uso de álcool e violência e que se trata de um caso de saúde pública o elevado índice de dependência química. É possível constatar que o grande índice de violência contra a mulher ocorre devido aos ciúmes e ao consumo de bebidas alcoólicas ou drogas. É muito complexo averiguar a ligação entre violência e uso de substâncias ilícitas ou lícitas que causam algum tipo de desordem mental. “As evidências empíricas sugerem que drogas ilícitas e álcool desempenham importante papel nos contextos onde são usados, porém sua importância fica em grande medida dependente de fatores individuais, sociais e culturais.” (MINAYO, 1997, p. 7).

Cerca de 70% das mulheres que sofrem violência são agredidas por seus atuais companheiros ou ex-companheiros em suas casas ou em outros ambientes. A realidade ainda é mais espantosa quando é notório que em média a cada 17 minutos uma mulher é agredida fisicamente no Brasil, enquanto que no espaço de trinta minutos outra mulher sofre violência psicológica. Em um mesmo dia 8 mulheres são agredidas sexualmente de alguma forma e 33 mulheres são assassinadas por semana. Àquelas que sobrevivem toleram os ataques que geralmente são semanais e tal situação se perpetua em média por cinco anos. O cenário de violência atinge a parte mais vulnerável da família, já que 78% das mulheres agredidas são mães e em 80% dos casos os filhos presenciam ou sofrem a agressão ao lado de sua genitora. O ciclo da violência se perpetuando como define o Psicólogo Forense e Professor de Psicologia Jurídica Walter Amaro de Salles:

É necessário denunciar esse tipo de crime. Existe a questão do ciclo da violência. Se uma família foi criada em um lar em que a violência está presente, vamos imaginar a seguinte situação: uma família constituída por pai, mãe e um menino. E esse menino observa a relação dos pais e observa que toda vez que o pai fica irritado bate na mãe. A chance, está certo que não é 100% dos casos, a possibilidade desse menino crescer, estabelecer relacionamentos afetivos e quando ele ficar estressado com a mulher a resposta será agredi-la. Por isso que se fala de ciclo da violência, pois a

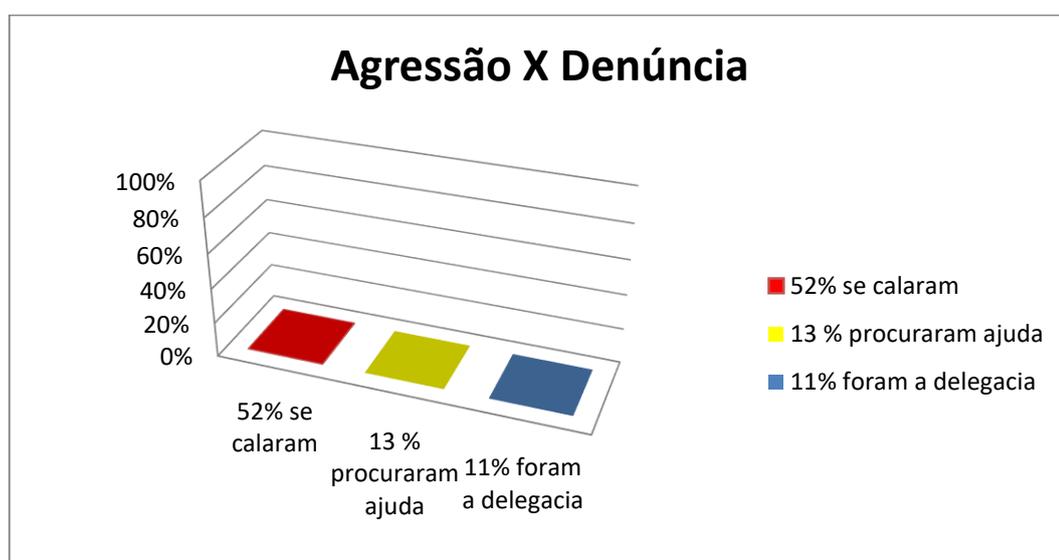
violência começa lá naquela família e acaba sendo transmitida de geração em geração. Se nós estamos realmente numa iniciativa de frear a violência é necessário estancar pela raiz, por isso que é necessário trabalhar a situação familiar para que ela não se perpetue nas gerações seguintes por conta dessa dinâmica familiar. (SALLES, Walter Amaro de, 10.11.2017).

De janeiro a dezembro de 2016, 503 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora e 29% relataram que sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses.



Fonte: Datafolha 2017.

É válido observar que a maioria das mulheres a sofrer algum tipo de agressão é a negra, seguida pelas pardas e brancas, respectivamente.



Fonte: Datafolha, 2017.

Através da análise do gráfico acima é possível observar que ainda há uma baixa incidência de mulheres que procuram as autoridades competentes para denunciar as agressões sofridas. Vários fatores são relevantes para que essas denúncias sejam

tão baixas: medo de agressões posteriores a denúncia, receio de serem julgadas como vilãs, dependência econômica e emocional, falta de apoio de familiares e conhecidos e a falta de punição adequada, pois segundo a maioria das mulheres entrevistadas o agressor fica apenas de 3 meses a 3 anos preso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observado que existe ainda uma grande discussão acerca da relação existente entre consumo desenfreado de álcool e drogas e o aumento de casos de violência contra a mulher. Entretanto é relevante a constatação que boa parte de tais crimes ocorrem devido a cultural patriarcal que remonta o período da colonização brasileira. Independente do baixo número de denúncias efetivadas de fato é de vital importância que o ciclo de violência seja quebrado no seio familiar através de políticas educativas de conscientização por parte das escolas em relação às crianças, de acompanhamento psico social e de intervenção terapêutica quando necessário em casos em que a dependência química for constatada de fato.

Na verdade, tais índices serão reduzidos quando houver de fato uma melhora nas dinâmicas familiares e os pré-conceitos estabelecidos ao longo de décadas forem deixados de lado e a visão machista de domínio for excluída da sociedade. Tais fatores poderão ser construídos através da educação, já que este é o único caminho para a construção de um país livre de preconceitos de qualquer espécie e voltado para o desenvolvimento da população como um todo, independente de raça ou gênero.

6 REFERÊNCIAS

BERTOLINE, Vera Lúcia. **E na violência contra a mulher. O estado mete acolher?**- O dito e o feito na Política de Segurança de Cuiabá – Mato Grosso. Brasília-UnB – Pós -Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, 2001.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em 13 nov. 2017.

BRITO, Valéria. Nem crime, nem castigo: O modelo de Atendimento Psicossocial do Núcleo Psicossocial Forense e as Possibilidades de Intervenção Clínica com Casais em Situação de Violência. In: ROQUE, Elizângela Caldas Barroca, MOURA, Marília

Lobão Ribeiro de, GHESTI, Ivânia (orgs.) **Novos Paradigmas da Justiça Criminal:** relatos de experiências do Núcleo Psicossocial Forense do TJDF. Brasília: TJDF, 2006.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** parte geral, 17. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MINAYO, Cecília de Souza, A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. In. BAPTISTA, Marcos; INEM, Clara (org.). **Toxicomanias:** uma organização multidisciplinar. Rio de Janeiro: NEPAD/UERJ; Sette Letras, 1997.

SALLES, Walter Amaro de. Entrevista concedida em 10 nov.2017. BERNARDO, Mariana Elmira Lopes.

SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher:** quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.

MACHISMO EM ANÁLISE: O PRECONCEITO NOSSO DE CADA DIA

TOLEDO, Lorenza Emmanuela Leal

SILVEIRA, Lucas Leal Toledo

NASCIMENTO, Cleusimere¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Verifica-se, sobretudo nas últimas décadas, o avanço da mulher no mercado de trabalho, entretanto tal avanço originou-se de muitas lutas. A história mundial, por exemplo, marcada pela Primeira e Segunda Guerra Mundial traz a comprovação de que as Mulheres, há muito, lutam para assumir o mercado de trabalho sem discriminação. Entre os anos de 1914 a 1918 e 1939 a 1945, mulheres já podiam ser vistas assumindo o papel que era notadamente assumido por homens. Estes enfrentavam diretamente as batalhas, deixando os negócios da família, que ficavam sobre os cuidados de suas esposas.

Com o término da Guerra os poucos homens sobreviventes, que se encontravam gravemente feridos, não podiam voltar à rotina que tinham, o que os impossibilitava de dar continuidade ao trabalho. A partir de então suas esposas decidiam deixar suas casas para dar continuidade nos projetos, trabalhos iniciados por seus maridos. Como fora mencionado acima, há muito, nota-se a capacidade feminina na realização de trabalhos, contudo, estas ainda enfrentam muita resistência para o exercício de funções assumidas, não raro, por homens e para o reconhecimento da igualdade salarial. Como visto acima, as mulheres só assumiam o trabalho dos maridos em caso de extrema necessidade, ou porque os maridos encontravam-se na guerra, ou quando os cônjuges não possuíam saúde suficiente.

¹Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Multivix-Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor Orientador. Bolsista CAPES. Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Integrante da Linha de Pesquisa “Direito Processual e Acesso à Justiça” e Coordenador da sublinha “Direito Fraternal e Mediação”, do Grupo de Estudo e Pesquisa “Constitucionalização de Direito” do Centro Universitário São Camilo, taua_verdan2@hotmail.com

No passado, a mulher casada necessitava sempre da autorização do marido para dar eficácia a seus atos no âmbito civil. Era genitora e responsável por seus filhos, no entanto o pátrio poder, para ela, era de forma subsidiária. No mercado de trabalho não havia respeito. A mulher sofria discriminação e era explorada trabalhando sempre acima de seus limites físicos por até 16 horas diárias, recebendo salários sempre inferiores ao salário do homem. Contudo, as mulheres contribuíram de forma significativa para o crescimento e o desenvolvimento da sociedade, tendo sido pouco valorizada na história, indignaram-se, e se viram obrigadas a lutar por seus direitos principalmente nas relações de trabalho.

2 METODOLOGIA

O presente Resumo Expandido tratará uma reflexão sobre o machismo que está inserido nas atitudes do dia-dia de muitos cidadãos devido , não raro, a educação passada de geração para geração.

3 DESENVOLVIMENTO

No atual contexto histórico alcançado através de tantas lutas, é assustador encontrar tantas atitudes machistas. Com isso muitos se perguntam: De onde vem atitudes tão atroz? A resposta para tal questionamento encontrasse na palavra – Enraizamento-. Isso porque atitudes violentas que remontam ao machismo estão inseridas na história da humanidade, e ao longo dos anos criaram raízes tão profundas que, nem mesmo o avanço da igualdade entre homens e mulheres, conseguiram desconstruí-las. Vinicius Siqueira definiu o machismo:

O machismo está impregnado na cultura. Logo, a cultura é, também, machista. Não se trata de um conjunto de práticas, mas daquilo que dá validade e significação para este conjunto de práticas e para aquilo que, em última instância, define quais práticas estão neste conjunto (SIQUEIRA, 2013, s.p.).

De acordo com o dicionário de língua portuguesa o Machismo é o comportamento, expresso por opiniões e atitudes, de um indivíduo que recusa a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros sexuais, favorecendo e enaltecendo o sexo masculino

sobre o feminino. Apesar das conquistas alcançadas pelas mulheres na luta pelos direitos, ainda há muito para ser alcançado.

Devido ao cometimento de uma atrocidade por parte dos empregadores de uma fábrica de tecidos em Nova York, no dia 08 de março de 1857, 129 trabalhadoras foram mortas por reivindicarem melhores condições de trabalho, melhores salários e diminuição da jornada de trabalho de 16 horas. As trabalhadoras ao iniciarem a manifestação, foram acuadas pela polícia para dentro da fábrica. Os patrões fecharam as portas da fábrica e atearam fogo no prédio. Infelizmente as tecelãs morreram carbonizadas. Com isso, em 1975, a ONU incluiu o dia 08 de março em seu calendário oficial de comemorações metamorfoseando o dia em uma sublime expressão das lutas e conquistas das mulheres.

Vale lembrar o fato de que as mulheres não tinham o direito de votar, e antes mesmo da proclamação da república, iniciaram a luta para o alcance de tal direito. Essa luta só começou demonstrar êxito no ano de 1932, mas ainda assim, de forma parcial, já que continham algumas restrições, como a permissão do voto somente às mulheres casadas, com autorização dos maridos, o direito era concedido também às viúvas e solteiras que comprovassem a obtenção de renda própria. Em 1934 tais restrições foram eliminadas, e somente em 1946 fora considerado obrigatório o voto feminino.

No início do século XIX, as guerreiras conhecidas pelo “sexo frágil” encontraram mais lutas em suas trajetórias. No referido século, a ideia da mulher engessar na rotina acadêmica era algo quase impossível, entretanto a corajosa Myrthes Gomes de Campos, além de ingressar na faculdade livre de ciências jurídicas e sociais do Rio de Janeiro, também se formou e atuou como advogada. Myrthes, concluiu o curso no ano de 1898, entretanto, devido ao preconceito, só conseguiu exercer a profissão no ano de 1906. Rudolf Von Ihering:

O direito é um labor contínuo, não apenas dos governantes, mas de todo o povo. A vida do direito, vista de relance, mostra-nos o mesmo espetáculo sem descanso e o trabalho de uma nação, que se baseia no que oferece a produção econômica e intelectual. Cada um que se encontra na situação de precisar defender seu direito participa desse trabalho nacional, levando sua contribuição para a concretização da ideia de direito sobre a terra (IHERING, 1998, p. 27).

No século XIX houve a consolidação do sistema capitalista, isso proporcionou inúmeras mudanças no contexto industrial. Com o desenvolvimento tecnológico, grande parte da mão de obra feminina fora transferida para as fábricas. Desde então, algumas leis passaram a beneficiar mulheres. A começar pela constituição de 32, que previa a igualdade salarial entre homens e mulheres. Todavia, referidas conquistas não cessaram as desigualdades, como jornadas entre 14 e 18 horas, e diferença salarial. Após grandes lutas e tentativas de melhoria e igualdade, as mulheres conseguiram ter seus direitos e deveres garantidos por lei, alcançando proteção em diversos âmbitos, como também no âmbito trabalhista. Atualmente as mulheres têm direito aos salários iguais aos dos homens, podem assumir cargos de chefia como tantos outros direitos que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho passaram assegurar.

Outro fator de grande importância para a história da mulher foi o Estatuto da mulher casada, criado em 1962. Este conferiu às mulheres, entre vários, o direito de requerer a guarda dos filhos em caso de separação. É notório o avanço conquistado por aquelas que foram conhecidas por muitos anos como o “sexo frágil”. Entretanto, estas, ainda sofrem com atitudes machistas enraizadas. A começar pela misoginia, que não se resume apenas em agressão física, mas em qualquer tipo de desconforto causado à mulher. Alguns homens acreditam que cantar uma mulher é uma atitude normal, mas isso é visto como uma atitude machista e de desrespeito para com as mulheres, afinal, alguns além de dizer coisas que fere o pudor, ainda exigem que sejam correspondidos, quando não o são se acham no direito de gritar, bater, ofendendo ainda mais o sexo feminino. Os homens precisam aprender a colocarem-se em seus lugares, respeitando o limite do próximo, principalmente da Mulher, que tem sido tão desrespeitada. O homem ao ver uma mulher que demonstra beleza exterior, deve saber admirá-la com respeito, sem causar situações desconfortáveis.

No ano de 2006 foi promulgada uma lei de suma importância para a segurança da mulher. Esta lei ficou conhecida como Lei Maria da Penha. Objetivou o enfrentamento a qualquer violência doméstica contra mulher. Além disso, foi promulgada também a Lei do feminicídio que contraria qualquer violência contra mulher, igualando tais violências a crime hediondo. Tanto homens quanto mulheres, por não conhecerem seus direitos e deveres acabam agindo em desconformidade com a lei, ou permitem

que situações criminosas passem, como se nada tivesse acontecido. Em atitudes que houver ofensa às mulheres, por exemplo, os homens podem ser punidos pelo código penal, que traz pena de detenção ou multa para contravenções penais de importunação ofensiva ao pudor e perturbação da tranquilidade, e pena para os crimes de injúria e ato obsceno. Com isso nota-se que basta a divulgação das leis, aliada com a coragem, para fazer com que as mulheres denunciem atitudes desrespeitosas, o que possibilitará uma espécie de freio nas ilegalidades do sexo masculino para com o sexo feminino.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a realização do referido trabalho foi necessário buscar informações sobre o desenvolvimento da mulher, ao longo dos anos, em livros e sites que trazem reportagens sobre o tema, vale lembrar que tais meios de pesquisas estão todos mencionados nas referências. Além do que fora mencionado acima houve uma pesquisa realizada entre homens e mulheres com as seguintes perguntas: (1) O que é machismo para você? (2) você acha que ele está relacionado com a educação? E especificamente para os homens foi feita uma pergunta extra: (3) Você se considera machista?

Após a obtenção dos resultados, foi possível concluir que a maior parte dos homens não se considera machista, e que o machismo não possui relação com a educação. 100% das mulheres concordaram com ideia de que o machismo está inteiramente ligado à educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, torna-se possível concluir que para que se arranque toda raiz do machismo do cotidiano dos cidadãos é necessário que as mulheres continuem lutando, porque na luta diária elas alcançaram seus direitos e poderão plantar hoje para que seus descendentes colham os bons frutos provenientes da luta pelo direito. Além disso, é necessário que o código penal seja aplicado com mais eficácia, e que os pais eduquem seus filhos sem qualquer orientação machista.

6 REFERÊNCIAS

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo Direito**. Disponível em:

<<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/luta.html>>. Acesso em 07 nov. 2017.

MELO, Alexandre de. Os fatos históricos que marcaram as conquistas das mulheres.

In: **Nova Escola**: portal eletrônico de informações, 01 mar. 2013. Disponível em:

<<https://novaescola.org.br/conteudo/3522/os-fatos-historicos-que-marcaram-as-conquistas-das-mulheres>>. Acesso em: 26 out. 2017

MISOGINIA: desprezo às mulheres. In: **Uol Notícias**: portal eletrônico de

informações, s.d. Disponível em: <<http://especiais.ne10.uol.com.br/raizes-da-intolerancia/misoginia.php>>.

Acesso em: 26 out. 2017

O dia internacional na mulher. In: **Clickideia**: portal eletrônico de informações, 08 mar. 2010. Disponível em:

<<http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/36/17918>>. Acesso em: 26 out. 2017.

PAULINO, Wladimir. Desculpe o transtorno, preciso falar de machismo. In: **Uol**

Notícias: portal eletrônico de informações, 16 set. 2016. Disponível em:

<<http://noticias.ne10.uol.com.br/grande-recife/noticia/2016/09/16/desculpe-o-transtorno-preciso-falar-do-machismo-637741.php>> Acesso em: 26 out. 2017.

REDES SOCIAIS E A CULTURA DA INTOLERÂNCIA

BATISTA, Luana da Costa

MORAES, Valquiria Alcântara Mendes

PENHA, Karine dos Reis¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

“Com a popularização da internet a partir dos anos 2000, outro tipo de serviço de comunicação e entretenimento começou a ganhar força: as redes sociais.” (DAQUINO, 2012). Atualmente, existe uma grande variedade de produtos neste mercado, sendo seu público vasto e diversificado. Com alternativas que possibilitam aos usuários utilizarem de meios como Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp, etc, as redes sociais estão cada dia mais presentes no cotidiano das sociedades e acabam influenciando tanto positiva como negativamente na vida dos indivíduos.

O resultado de tudo isso é que muitas pessoas acabam expondo grande parte de suas atividades diárias nesses veículos de comunicação, tendo a consciência de que pessoas, conhecidas ou não, terão acesso a esses conteúdos. Sob a égide do anonimato, usuários dessas redes sociais praticam diversos tipos discriminatórios e se utilizam de discursos de ódio e intolerância, sem a perspectiva de punição. Para Rothemberg e Stroppa, a liberdade de expressão é utilizada nas redes sociais de forma abusiva. Pessoas saem da posição de receptores da informação e passam a assumir o papel de criadores de conteúdos, os quais podem ser divulgados de maneira instantânea nas mídias existentes, com acentuada velocidade de propagação e uma aparente possibilidade de anonimato. O presente estudo busca gerar uma reflexão a respeito de como o comportamento dos usuários das redes sociais influencia na construção de uma cultura de intolerância generalizada.

¹Graduandos em Direito na Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi realizado com base em uma pesquisa de campo, onde 50 pessoas foram entrevistadas por meio de um questionário digital que abordou as seguintes perguntas: 1) Você está inserido em algum tipo de redes sociais? 2) Você já presenciou ou sofreu alguma situação de intolerância nas redes sociais? Se sim, como você reagiu a isso? 3) Você acha que as pessoas utilizam mal as redes sociais? Por quê? 4) Na sua opinião, o que leva as pessoas a serem intolerantes sobre vários assuntos nas redes sociais?

Essas perguntas foram direcionadas a qualquer tipo de pessoa que se interessasse em respondê-las, sem que houvesse nenhum tipo de regra para tal. Os resultados dos dados coletados serão demonstrados por meio de gráficos. Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica fundamentada em materiais como artigos científicos e artigos de sites relacionados ao assunto.

3 DESENVOLVIMENTO

“Apesar da grande popularidade atual, os serviços baseados na sociabilização de dados e criação de laços sociais online vêm sendo construídos desde que a Internet começou a ser disponibilizada para o grande público.” (CALAZANS e LIMA, 2013). Com o desenvolvimento socioeconômico da população em geral, o acesso à internet começou a se estender, abrangendo um grande percentual de indivíduos. Segundo Mira e Bodoni (2015), na esteira deste desenvolvimento, surgiram então os sites de relacionamento. De interface simples e amigável e proposta atraente, as redes sociais se alastraram rapidamente, trazendo prazer para alguns e problemas para outros.

Esse avanço no âmbito tecnológico da comunicação tem trazido muitos benefícios para seus usuários, entretanto, observa-se que algumas pessoas utilizam esse meio para prejudicar terceiros, propagar discursos de ódio e disseminar a intolerância. “Após os avanços das lutas sociais que buscavam direitos iguais e melhores condições de vida, não se pode admitir que esses direitos já conquistados sejam violados.” (RÊGO, 2017, s.p.). Segundo Alves (2015, s.p.), discurso de ódio pode ser definido como “qualquer expressão que espalha, promove ou justifica ódio racial,

xenofobia, antissemitismo ou qualquer outra forma de intolerância podendo ser causada por nacionalismo agressivo e etnocentrismo, discriminação e hostilidade contra minorias, migrantes e pessoas de origens estrangeiras”.

No Brasil, tem-se como base o artigo terceiro da Constituição Federal no seu inciso IV que diz: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). Essa excessiva utilização das redes sociais contribui para que pessoas mal intencionadas e de má índole causem polêmicas, radicalizando toda e qualquer opinião divergente. O fato é que um simples comentário pode gerar uma grande repercussão e causar traumas na vida das pessoas. Existem muitos casos onde pessoas foram prejudicadas devido à comentários maldosos, preconceituosos e muitas vezes inverídicos sobre algum fato “postado” em redes sociais. Isso é comum no mundo das celebridades, que têm sua vida privada exposta, de forma exacerbada, por meio desses veículos de entretenimento. De acordo com as ideias apresentadas por Alves (2015), o bullying, por exemplo, sempre existiu, mesmo antes do surgimento da internet. Bullying, para Barros *et al*, “são atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo (do inglês bully, tiranete ou valentão) ou grupo de indivíduos causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder”.

Com o advento das redes sociais, essa forma de intolerância veio a se expandir consideravelmente, o que é conhecido hoje como cyberbullying. É possível ainda citar muitas outras formas de intolerância praticadas por indivíduos maldosos nas redes sociais, como a discriminação social, sexual ou racial, por exemplo. Observa-se, portanto que cada ato de intolerância gera outro, ocorrendo o que chamamos de um “efeito bola de neve”, onde cada pessoa, influenciada por opiniões alheias, manifesta outras opiniões ainda mais inconvenientes sobre um assunto que muitas vezes sequer tem conhecimento.

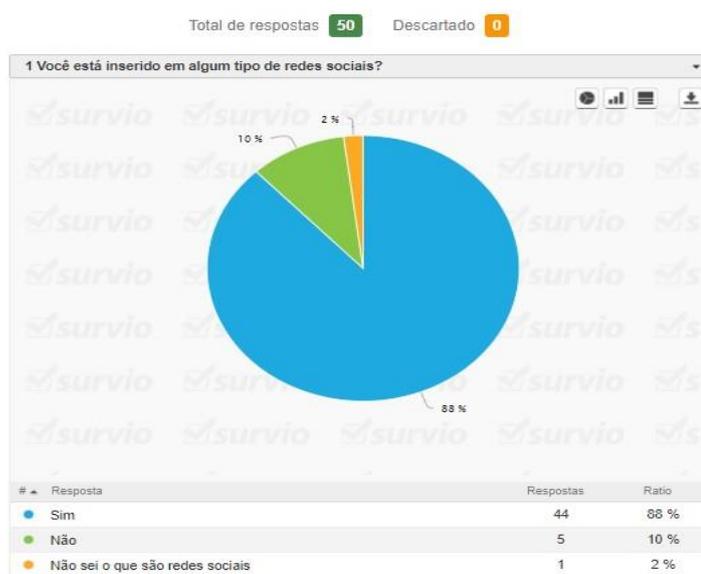
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É possível observar através dos dados coletados por meio de questionário online, que a maioria das pessoas entrevistadas está inserida em alguma rede social e já sofreu

algum tipo de intolerância. Através das respostas colhidas por meio das perguntas subjetivas, pode-se concluir que a maior parte das pessoas entrevistadas, diante de uma situação de intolerância nas redes sociais, prefere não se manifestar.

Além disso, grande parte das pessoas acredita que os usuários expõem demasiadamente sua vida privada nas redes. Acreditam também que as postagens são carregadas de conteúdos “não construtivos”. Alguns entrevistados afirmam que a intolerância nas redes sociais se manifesta, além de outros motivos, pelo fato de os usuários quererem impor suas opiniões a todo custo, não respeitando as opiniões divergentes. Conforme demonstrado abaixo, os entrevistados concordam que há uma má utilização das redes sociais e que o motivo de tanta intolerância acaba sendo o anonimato e a “certeza” de que não serão punidas.

Gráfico 1: Percentual de pessoas inseridas em algum tipo de rede social



Quadro 1 – quadro contendo respostas da questão 2

2 Você já presenciou ou sofreu alguma situação de intolerância nas redes sociais? Se sim, como você reagiu a isso?			
Já presenciei, fingi que não vi	Não (14x)	Já presenciei (4x)	Sim. Fiz nada!
Quando presenciamos intolerância à terceiros, fica uma sensação de revolta, porém em muitos casos, não temos muito o que fazer. Se comentamos algo contra ou favor, aumenta-se ainda mais a polêmica e nada acontece ao final.	Já presenciei. Esfriar os ânimos.	Sim, não me manifestei.	Sim e não reagi
	Não... nenhuma.	Fiquei triste, mas não revisei.	Não, porque não posto nada que possa criar algum tipo de discussão, justamente pela intolerância do próximo.
	Não.	Sim, ignorei.	Sim, fiquei revoltada mas não fiz nada
	Sim, Não fiz nada	Sim, deixei pra lá	Não me lembro.
Vi vários casos no jornal, mas está longe de mim.	Sim, debati com a pessoa	Sim, geralmente religiosa, ou sobre orientação sexual. Costumo me abster.	Não sei opinar.
Eu vejo muita intolerância religiosa.	Já vi várias discussões. Amo interferir e também dar minha opinião.	Não	Sim, inicialmente tentei argumentar. Entretanto, percebi que não valia a pena e nem adiantaria, então ignorei.
Apenas olhei. Rede social não resolve nenhum tipo intolerâncias.	Assédio. Discutimos pela rede social.	Não devolvi. Bloqueei.	Sim. Não fiz nada
	Sim, não fiz nada (2x)	Sim, preconceito racial	
	Sim. Nada	Sim, denunciei	

Quadro 2 – quadro contendo respostas da questão 3

3 Você acha que as pessoas utilizam mal as redes sociais? Porquê?			
Sim, pois colocam tudo sobre a própria vida, colocando em risco a segurança daqueles que e estão próximos	Algumas sim (5x)	Sim, porque expõem muito a vida privada!	Sim. Postam muitos atos violentos contra pessoas e animais, fofocas, fake news, e outras coisas que não acrescentam nada.
Sim, falam de seus problemas pessoais expõe suas vidas de uma maneira desnecessária. Discutem sobre tudo!	Sim. Pq expressam opiniões vazias.	Sim, bastante gente não tem o que fazer	Não (3x)
Sempre tem uma minoria que utiliza as coisas para o mal... Não so as redes sociais....	Uma grande parte sim, por falta de tolerância ou até de conhecimento no assunto abordado.	Sim. Se expõem desnecessariamente.	Por que são solitárias.
Sim, pois a maioria não sabe se expressar adequadamente.	Sim. Porque não aceitam a opinião dos outros e querem só criticar.	Algumas sim mas a maioria não	Algumas sim. A utilizam como uma forma de semi-anonimato dizendo e fazendo coisas que não fariam de outra forma.
Sim, só querem ouvir o que lhe convém	Algumas pessoas sim. Não é culpa da internet e sim do mal caráter da pessoa.	Sim. Porque na maioria das vezes não aceitam opiniões contra e agredem verbalmente as pessoas.	Sim, pois muitas praticam a violência de forma direta ou indireta
Sim. Gastam muito tempo nelas ao invés de ler um livro.	Sim, só querem fazer fofoca da vida dos outros	Muito mal, só pra prenderem as pessoas	Na maior parte do tempo sim. Usam para espalhar ódio e opiniões sobre a vida alheia.
Sim, por que não sabem se relacionar nem pessoalmente, imagina na internet.	Usam sim. Ao invés de estudar e trabalhar, só querem saber de fofoca.	Usam muito mal, pq não entendem o intuito de uma rede social	Não sei o que são.
Sim. Muro das lamentações, mandar indiretas, mostrar o que não é, achar que é super inteligente, fingir sempre a felicidade, e etc.....	Algumas vezes sim.	Acho que não. Cada um usa do jeito que quer.	Algumas. Provocação e guerras frias.
Sim, por falta de amor ao próximo	Sim, pois as pessoas acham que a internet é terra de ninguém por isso agem sem escrúpulos.	Sim. Devido ao fato da "liberdade" que o meio virtual oferece, aliado a noção de anonimato que algumas redes sociais oferecem.	Sim, pq se expõe demasiadamente
	Sim, porque são mal educadas	Porque não tem respeito pelas outras	Porque são burras
	Porque são insensíveis	Sim. Pq repudiam e julgam a vida alheia	Sim, porque não tem respeito ao próximo
	Sim. Mal educação		Sim. Porque são mal educadas

Quadro 3 – quadro contendo respostas da questão 4

4 Na sua opinião, o que leva as pessoas a serem intolerantes sobre vários assuntos nas redes sociais?			
Elas acham que só a opinião delas é que é a verdadeira	O anonimato	Anonimato (4x)	Porque querem impor suas opiniões quando devem apenas discutir, debater sadamente.
Falta de serviço	A certeza de que não serão "punidas".	Falta de educação.	Por de trás de um celular ou um computador todos são quem querem ser de verdade.
Homossexualismo	Por não terem que responder por seus atos na maioria das vezes.	O fato de estarem atrás de uma tela, os encoraja a "expressar" determinadas opiniões	A sensação de impunidade.
A falta de convivência pessoal com outras pessoas, falar na rede é fácil, difícil é pessoalmente.	Falta de compaixão e amor ao próximo. Não se colocar no lugar do outro.	Exposição em excesso	A falta de respeito... Devemos respeitar o próximo independente da opinião que eles tenham.
Cada um tem uma maneira de enxergar a vida.	Falta do q fazer e amor ao próximo.	Não aceitarem as opiniões alheias	Não sei
A falta de sensibilidade com a vida alheia	O egoísmo	Falta de respeito, pois se deve respeitar a opinião de todos perante um determinado assunto	Falta do que fazer
O relativo anonimato, o fato de não estarem cara a cara.	A falta de conhecimento correto	Não aceitam a opinião das outras pessoas	Intolerância é crime.
Muita das vezes mostra coisas indevidos.	Falta de educação. Egoísmo também. A opinião dos outros não importa diante da delas.	Não sei. Devem ter problema	Falta de conhecimento e se basear em senso comum.
Posicionamentos particulares e fundamentalismo de todos os lados	Falta de instrução e leis que garantem os direitos dos que são ofendidos.	A falta de conhecimento.	Falta de educação (3x)
Ignorância (2x)	Não	Estar atrás de uma tela de celular ou computador, pois podem dizer o que quiser sem tomar uma porrada na cara .	Falta de respeito
Falta de amor ao próximo	Por falta de respeito com o próximo		Falta de bom senso (2x)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, foi possível chegar à reflexão de que as redes sociais são um importante meio para comunicação no mundo atual, e que contribuem significativamente para a propagação de informações de relevância para toda a sociedade. No entanto, tais meios se tornam nocivos se utilizados de forma inconsciente a fim de disseminar discursos de ódio e prejudicar a vida alheia. Os próprios usuários dessas mídias sociais acreditam haver uma utilização indevida das informações divulgadas, restando muitas pessoas prejudicadas com determinados atos de intolerância e falta de educação. Por isso, é importante saber o que dizer nas redes sociais, utilizando o bom senso e o respeito sempre em primeiro lugar.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Gabriel Fonseca. **Ética nas Redes Sociais**. Disponível em: <<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1211390813.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2017.

BARROS, Arthur de Alvarenga; CARMO, Michelle Fernanda Alves do; SILVA, Rafaela Luiza da. **A influência das redes sociais e seu papel na sociedade**. Disponível em:

<<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/viewFile/3031/2989>>
Acesso em: 0 nov. /2017.

CALAZANS, Janaina de Holanda Costa; LIMA, Cecília Almeida Rodrigues.
Sociabilidades virtuais: do nascimento da Internet à popularização dos sites de redes sociais. Faculdade Boa Viagem/Pernambuco, 2013. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-istoria-da-midia-digital/sociabilidades-virtuais-do-nascimento-da-internet-a-popularizacao-os-sites-de-redes-sociais-online>> Acesso em: 03 nov. 2017.

DAQUINO, Fernando. **A história das redes sociais: como tudo começou.** Nov. 2012. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/33036-a-historia-das-redes-sociais-como-tudo-comecou.htm>> Acesso em: 03 nov.2017.

MIRA, José Eugênio; BODONI, Patrícia Soares. Os impactos as redes sociais virtuais nas relações de jovens e adultos no ambiente acadêmico nacional. In:
Revista de Educação: portal eletrônico de informações, 09 mai. 2015. Disponível em: <<http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/educ/article/viewFile/1815/1723>>
Acesso em: 02/11/2017.

RÊGO, Alisson Jordão. **O abuso da liberdade de expressão nas redes sociais e as violações de direitos humanos graduando.** Disponível em:
<https://www.fdsu.edu.br/graduacao/arquivos/nucleo_de_pesquisa/iniciacao_cientifica/anais_2016/artigos/19.pdf> Acesso em: 01 nov. 2017.

ROTHENBURG, Walter Claudius; STROPPIA, Tatiana. Liberdade de expressão e discurso do ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. In: 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede. **ANAIS...**, mai. 2015. Disponível em:
<<http://www.ufsm.br/congressodireito/anais>> Acesso em: 05 nov. 2017.

Questionário realizado no site:
<<https://my.survio.com/X9W4K8M6H7R4M9S8R1A2/data/index>>

O FETICHE DA LEI: ASPIRAÇÕES DOS DISCENTES DO CURSO DE DIREITO NAS CARREIRAS JURÍDICAS

CEZÁRIO, Patrick Cassago
MONTEIRO, Marcelo da Silva¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa esclarecer os fatores que levam os jovens a escolher como carreira a área jurídica, abordando suas pretensões para com a carreira que deseja seguir, visto que o bacharel em Direito tem uma vasta opção ligadas a sua área. Podendo, se aprovado no exame da OAB, seguir carreira como advogado ou seguir uma carreira jurídica dentro de órgão público ou escritórios privados. Serão apresentados e discutidos possíveis motivos influenciadores dessa escolha, assim como dados com fim de gerar informação sobre o crescimento da área profissional jurídica e quais os reflexos desse crescimento nos cursos oferecidos aos dispostos a entrar em uma área de tamanha complexidade e de carreiras promissoras e respeitadas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Todo o trabalho aqui apresentado iniciou-se no dia 30 de outubro de 2017 e teve sua conclusão em 06 de novembro de 2017. O conteúdo abordado (O fetiche da lei: aspirações dos discentes do curso de direito nas carreiras jurídicas) teve como incentivador o professor orientador³ da disciplina Antropologia Aplicada ao Direito, da Faculdade MULTIVIX de Cachoeiro de Itapemirim. O estudo foi pautado em referências bibliográficas contemporâneas, reportagens veiculadas, questionários de elaboração própria e na apostila apresentada para acompanhar o estudo da disciplina.

¹Graduandos do curso de Direito da MULTIVIX – Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com;

3DESENVOLVIMENTO

O fetiche da lei, tema abordado neste trabalho, traz como subtema a seguinte questão: As aspirações dos discentes do Curso de Direito nas carreiras jurídicas. Tal questão, aborda entre outras coisas, qual seria o sentimento que leva um aluno a escolher o curso de Direito como alicerce para sua ascensão profissional, será que versa sobre o leque de possibilidades que o curso proporciona? Será que é o brilho extravagante que circunda aqueles que fazem o mesmo? Ou será a possibilidade de entender como se cria ou se aplica as leis? Bom, o que se pode garantir é que, tal curso meche com todas essas possibilidades, proporcionando o ingresso do discente em uma carreira jurídica que lhe propiciará dentre outras coisas, o conhecimento mais aprofundado das leis, uma carreira cheia de indagações e sonhos.

Quando em um primeiro dia de aula o professor pergunta o que o aluno quer ser ao procurar aquele curso, alguns dizem que querem seguir a profissão de advogado, outros seguir carreira pública optando por um concurso e, tem aqueles que preferem se omitir, mas na verdade, ainda estão tentando entender a profundidade da empreitada. Mas em todos os casos resta apenas um sentimento, o sonho de entrar de cabeça na carreira jurídica e dar certo. Mas e quanto às leis? Para um estudante de direito nos primeiros semestres fica até difícil compreender, são leis de todas as formas e gostos, a aquela que defende o inocente e o “bandido”, que explora o fraco e favorece o forte. Existe até leis que derrubam as leis.

O fator que desperta a atenção em quem escolhe as carreiras ligadas à advocacia é a rentabilidade que o setor apresenta ter, segundo reportagem veiculada no site InfoMoney, o mercado jurídico movimenta em torno de R\$ 50 bilhões ao ano, sendo um setor que cresce aproximadamente 20% ao ano, tanto recurso e expectativa de desenvolvimento atraí os que estão em busca de uma carreira promissora. Segundo reportagem do site Guia do Estudante (2017), o Brasil possui 1.240 cursos superiores de Direito, esse número é maior do que a soma de todos os demais países, que juntos chegam em torno de 1.100 cursos. Isso demonstra uma grande demanda do referido curso, mas também um inchaço na quantidade de bacharéis em Direito. Hoje o Brasil tem mais de 1 milhão de inscritos na OAB, cerca de um advogado para cada 200

habitantes, segundo o site InfoMoney o número de advogados cresceu 80% em 11 anos.

Mesmo frente à grande concorrência gerada, podemos presenciar constantes editais para contratação de estagiários e contratação efetiva na carreira pública, isso é reflexo da grande demanda de processos que a cada dia só aumenta nas mesas dos judiciários. O fato do crescente número de faculdades oferecendo cursos de Direito, abre mais uma oportunidade, o de Docente, formadores de novos profissionais que tem responsabilidade de gerar nos seus discentes a capacidade de pensar, criar, solucionar problemas aumentando ainda mais o seu fetiche pela profissão. A OAB Ensino Jurídico, em sua obra *O futuro da universidade e os cursos de direito: novos caminhos para a formação profissional*, destaca que:

A educação tem como tarefa, também, possibilitar apropriação do instrumental técnico-científico e tecnológico de uma cultura. No entanto, isso não deve acontecer como processo cego, encomendado e apropriado pelos poderes dominantes, que escapa à consciência e à vontade dos próprios cientistas, mas, sim, como processo de produção de saberes críticos no campo do pensamento político, social, econômico e sobre a cultura, para que os seus sujeitos sejam capazes de pensar e produzir soluções. (OAB, 2016, p. 52)

Desta forma, verifica-se que o desejo de seguir uma carreira jurídica deve partir do próprio discente e não de uma classe dominante, que encabresta uma população que até pouco tempo não sabia onde ir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base em pesquisa de campo (ANEXO 1), realizada exclusivamente para elucidar dúvidas que surgiriam neste trabalho, observa-se que, a grande maioria dos discentes que optam pelo curso de direito, faz essa opção pelo leque de opções que o curso trás, chegando a uma porcentagem de 43,3%, ficando em segundo lugar o desejo de seguir uma carreira como advogado com seu percentual na casa dos 26,7%, no qual, empata com o desejo de passar em um concurso público inerente da área. Presenciamos na tabulação da pesquisa, que apenas um percentual irrisório teve como vertente o incentivo familiar.

Na sequência da pesquisa, foi questionado quando já no curso, qual é ou foi a principal dificuldade enfrentada pelo discente. Pode-se observar que para uma gama de alunos, a dificuldade financeira fala ou falou mais alto, tendo um índice de 43,3%, ganhando até da distância que alguns enfrentavam para chegar a faculdade, em contra partida, apenas 10% dos entrevistados relataram que não tiveram dificuldades durante seu aprendizado. Observa-se que ainda no Brasil, estudar custa caro, e pode ser considerado um dos principais motivos para as evasões do curso em tela.

A conclusão do curso de direito, gera sonhos, e o discente após formado logo pensa em se colocar no mercado de trabalho de preferência na sua área de formação, assim, na pesquisa citada, foi dado quatro patamares de salário, onde o discente pontuou qual seria o mais adequado aos esforços dispensado por ele até o momento, frente a tanto estudo, e um percentual afirmou que desejaria ganhar acima de R\$10.000,00 (dez mil reais) por mês, deixando para trás uma minoria que aceitaria ganhar apenas o valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) por mês. Essa discrepância pode ser acarretada pela insegurança ou despreparo que alguns alunos, ou mesmo, alguns cursos despejados no mercado.

Fugindo um pouco e abordando aqueles que já estariam com o pé fora da faculdade, a pesquisa procurou afunilar as possibilidades que o curso de direito tem como leque, e mitigou em cinco opções. A opção que mais foi lembrada foi a de delegado da polícia civil com 30% de escolha, ficando a de Juiz de Direito com apenas 10%, perdendo para a escolha de advogado, que ficou com 23,3% e promotor com 16,7%. Observou-se que mesmo com o curso já concluso, ou quase, alguns não tinham uma resposta definida, totalizando 20% de indecisos. Este fato pode ser observado na pergunta seguinte, onde uma quantidade significativa de discentes, relatou ter a necessidade de estudar de quatro a seis anos a mais, para assim, fazer uma escolha com maior base de saber. No geral, a grande maioria dos discentes, cerca de 56,7%, ao serem entrevistados, relataram que para um grau de dificuldade, considerava o curso com o grau médio, confrontando os outros 36,7% que elegeu o curso como um curso de grau de dificuldade elevada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte dos discentes escolhe o curso de Direito devido ao seu vasto campo de atuação, na expectativa de uma dessas colocações do mercado proporcionar o tão almejado salário de mais de R\$10.000,00 (dez mil reais) por mês, salário este superior ao médio para a função de “Advogado Pleno” em uma empresa de médio porte no Brasil, que seria de R\$ 5.034,74 (cinco mil e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos) conforme pesquisa do SINE (Site Nacional de Empregos). Para tal os discentes demonstraram ter a consciência do alto grau de dificuldade para seguir a carreira jurídica e de que somente a formação como bacharel não será suficiente, sendo preciso dedicar mais anos e esforços para alcançar os seus objetivos, esse fato também demonstra a perseverança dos discentes, pois mesmo frente às dificuldades durante o curso, principalmente financeira como apontada pela pesquisa, eles querem ir mais longe e ampliar seus conhecimentos.

Essa busca continua por conhecimento, inerente a área jurídica, levará a maior competitividade entre os já formados, o que se torna saudável para o mercado, exigindo maior qualificação e busca diária por inovações e diferenciais para se destacar dos demais concorrentes.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL tem mais cursos de Direito do que todos os outros países do mundo juntos. In: **Guia do Estudante**: portal eletrônico de informações, 16 mai. 2017. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/brasil-tem-mais-cursos-de-direito-do-que-todos-os-outros-paises-do-mundo-juntos/>> Acesso em 02 nov. 2017.

MÉDIA Salarial. Disponível em: <<https://www.sine.com.br/media-salarial-para-advogado>>. Acessado em 06 nov. 2017.

MERCADO jurídico movimenta em torno de R\$ 50 bilhões ao ano e número de advogados cresce 80% em 11 anos. www.infomoney.com.br. <<http://www.infomoney.com.br/negocios/noticias-corporativas/noticia/7031610/mercado-juridico-movimenta-torno-bilhoes-ano-numero-advogados-cresce-anos> > Acesso em 02 nov. 2017.

OAB Ensino Jurídico - **O futuro da universidade e os cursos de direito: novos caminhos para a formação profissional**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2006.

EMANCIPAÇÃO À LUZ DO CÓDIGO CIVIL

CARDOSO, Maria Carolina Marchiori

SANTANA, Crislane Marino

BOSGAGLIA, Carlos Rodolpho Medeiros

FERREIRA, Mirian

FARIAS, Iuri¹

RANGEL, Tauã Lima Verdan²

1 INTRODUÇÃO

A emancipação é a antecipação civil plena, que só deveria ocorrer aos 18 (dezoito) anos de idade. Com a emancipação, o menor alcança a capacidade de praticar atos sem a mediação, assistência de seus pais ou responsável legal. É um ato irrevogável, o menor emancipado pode casar-se, caso o matrimônio seja dissolvido por divórcio ou falecimento este não volta a ser incapaz. A emancipação pode ser voluntária, judicial e legal. A emancipação tem por seu objetivo analisar as formas da antecipação da capacidade civil plena à luz do Código Civil vigente.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada no presente foi o método indutivo auxiliada de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica como técnicas de pesquisa. Usando como base o Código Civil vigente junto com os livros de Maria Helena Diniz, Flávio Tartuce, Sílvio de Salvo Venosa, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho.

3 DESENVOLVIMENTO

A emancipação dá ao menor o direito de poder administrar os seus próprios bens. É um ato jurídico que permite a uma pessoa que não tenha atingido a sua capacidade

¹Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Multivix – Unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES, E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

plena, de poder praticar os atos da vida civil sem a ajuda ou assistência de seus pais ou responsáveis legal. Segundo Maria Helena Diniz (2012, p. 138) “para ser ‘pessoa’ basta que o homem exista, e, para ser ‘capaz’, o ser humano precisa preencher os requisitos necessários para agir por si”.

“Todo direito deve corresponder a um sujeito, ou seja, uma pessoa, que detém sua titularidade” (TARTUCE, 2006, p. 116). Além disso, o art. 1º do CC atual prescreve: “toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”. Sendo assim, o direito a emancipação no Brasil tem algumas regras, sendo elas: o menor ter 16 anos (dezesesseis) ou mais e ser menor de 18 anos (dezoito) e os pais devem estar cientes da decisão e consequência de tal ato, podendo não ser revogada assim que consumada em cartório ou por sentença judicial.

De acordo com o código civil Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, a incapacidade do menor também cessará pelo ato do matrimônio, ao exercer emprego de efetivo em órgãos públicos, pela formação em ensino superior e pela comprovação de renda própria em estabelecimento civil ou comercial. Em caso de casamento o ato vier a acabar em divórcio ou falecimento de seu parceiro (a) o menor não volta a ser incapaz, uma vez emancipado por tal ato não há como voltar atrás. Segundo Gagliano e Pamplona Filho (2002, p. 113): “mesmo havendo a dissolução da sociedade conjugal (pelo divórcio, separação judicial ou morte), o emancipado não retorna à anterior situação de incapacidade civil”.

A emancipação além das descritas na lei acima pode ocorrer também de 3 (três) formas: a emancipação judicial, a legal e a voluntária. A emancipação judicial na falta dos pais ou em caso destes estarem destituídos do poder familiar, a emancipação poderá se dar por meio de sentença judicial, após ser ouvido o tutor do menor. Ou quando um dos pais não concorda e o caso é levado ao Poder Judiciário. Em ambos os casos requer-se que o menor tenha no mínimo dezesseis anos completos. Após a sentença, o juiz comunicará o oficial ao cartório para preceder o registro.

A emancipação voluntária é a mais comum e ocorre mediante concessão dos pais. Nesse caso é necessário que o menor tenha pelo menos dezesseis anos completos e deverá ser feita em cartório com a presença do pai e da mãe. Caso um dos pais não

concorde com a emancipação, será necessário que o menor interessado juntamente com o genitor concordante, ajuíze uma ação pleiteando o suprimento da autorização do pai discordante pela autorização do juiz. A emancipação legal que vai de acordo com o art. 5º do código civil que só ocorre quando os critérios nele forem atendidos. São elas:

- a) Pelo casamento - ou seja, toda pessoa poderá contrair casamento a partir dos dezesseis anos, desde que autorizados pelos pais ou tutores. A partir do momento que o pai autoriza o filho menor a se casar, tacitamente está autorizado a sua emancipação, para que tenha capacidade plena e iniciar uma nova família.
- b) Pelo exercício de emprego público - apesar de no sistema brasileiro ser quase impossível um menor exercer serviço público, caso isso ocorra, considerar-se-á emancipado e tem plena capacidade. Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2002) afirmam que perderá o sentido lógico a regra do art. 440 da CLT, se, a partir dos dezesseis anos, ele já for emancipado pela celebração de contrato de trabalho subordinado.
- c) Pela colação de grau em curso de ensino superior - novamente esta espécie de emancipação legal é quase impossível, considerando a extensão do ensino fundamental e médio do sistema educacional brasileiro.
- ~~e)a)~~ Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego - desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria, isto é, adquire a emancipação o menor que se estabelecer como comerciante ou que tenha relação empregatícia nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), desde que, para esses dois casos, adquira economia própria, isto é, tenha meios financeiros próprios para se sustentar, não precisando, não dependendo dos pais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A emancipação se dá de três formas. Mediante concessão dos pais (emancipação voluntária). Um dos pais na falta do outro (óbito, suspensão ou destituição do poder familiar), a emancipação poderá ser dada por meio de sentença judicial, após ser ouvido o tutor (emancipação judicial).

É, de forma automática, quando as situações previstas no Código Civil (art.5, parágrafo único, inciso I a V) são alcançadas (emancipação legal), são elas: pelo casamento, pelo exercício de emprego público, pela colação de grau em curso de ensino superior, e pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria. Em regra, e em ambas as situações, o menor deverá ter no mínimo 16 anos completos e 18 anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O menor adquire capacidade para praticar atos pessoalmente, mediante autorização de seus pais, de um juiz, ou ainda por ocorrência de fato prevista em lei, com a emancipação. Cumpre destacar que menor emancipado não passa a ser um adulto, mas sim passa de uma incapacidade relativa ou total, para uma situação de plena capacidade civil, podendo gozar de direitos e deveres; não podendo se confundir com a responsabilidade criminal (penal).

Segundo Venosa (2006, p. 124): “capacidade de agir pessoalmente ou por meio de outra pessoa que o represente”. Considerando que nem todas as pessoas possuem capacidade de fato ou de exercício, que nada mais é do que a capacidade plena de direitos e deveres, Venosa caracteriza a capacidade plena como sendo “a aptidão para pessoalmente o indivíduo adquirir direitos e contrair obrigações”.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 24 out. 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: Teoria Geral do Direito Civil. 29 ed. São Paulo: Saraiva 2012.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil para Concursos Públicos**: Lei de Introdução e Parte Geral. v. 1. 2. ed. São Paulo: Editora Método, 2006.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Parte Geral. v. 1. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

O PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO NA ERA DIGITAL¹

JESUS, Marija Zita Chaves de²

RANGEL, Tauã Lima Verdán³

1 INTRODUÇÃO

Os princípios não são apenas fontes de integração do direito mas possuem em si a essência da própria norma jurídica, com isso é possível extrair a finalidade da norma sem mesmo precisar alterá-la e ainda é possível entender como pensaram os legisladores e a sociedade da época com base neste leque que preceitos fundamentais que a nortearam, o tema o qual o artigo se propõe a abordar é sobre o princípio do livre convencimento motivado na contemporaneidade da era digital, tendo em vista as recentes decisões judiciais que ultrapassam os limites de sua competência processual para decidir com base em fatos não arguidos pelas partes.

No âmbito do Direito Processual Civil, os princípios gerais do direito funcionam tanto como fonte, quanto como forma de integração da norma nos casos de lacunas legislativas, tais princípios advêm tanto da Constituição de 1988, ex: o juiz natural (art. 5º, XXXVII), a publicidade das audiências (art. 5º, LX e 93, IX), como também de normas infraconstitucionais, como é o caso do próprio Código de Processo Civil que trata do princípio da persuasão racional do juiz, onde o juiz não é desvinculado das provas e dos elementos existentes nos autos e sua análise depende de início que sejam verificados as normas legais, de acordo com o art. 371 do Código de Processo Civil Brasileiro de 2015.

Diante disto já é possível perceber que diante das normas jurídicas variadas existem princípios basilares e essenciais expressos, apesar destes não serem uma

¹Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa “Direito e Direitos Revisitados: Fundamentalidade e Interdisciplinaridade dos Direitos em Pauta”, coordenado pelo prof. Me. Tauã Lima Verdán Rangel.

²Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

³Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais – Processo Civil, Processo Penal e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

exclusividade no ordenamento jurídico, tendo em vista que é possível encontrar outros princípios os quais são na verdade uma abstração teleológica da formação da norma, que podem ser analisados na doutrina ou mesmo na própria jurisprudência, que atendem a casos determinados, não solucionáveis de outro modo, e que logo se impuseram na consciência jurídica geral, graças à força de convicção a eles inerente, o objetivo deste trabalho é analisar a aplicação do princípio do livre convencimento motivado na era digital e suas implicações ao caso concreto.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa qualitativa desenvolvida à luz do método hipotético-dedutiva e auxiliada por revisão bibliográfica.

3 DESENVOLVIMENTO

Conceitualmente falando, princípios são pelo seu significado lógico “certos enunciados lógicos admitidos como condição ou base de validade das demais asserções que compõem dado campo do saber” (REALE, 2011. p.285). E enquanto preceitos fundamentais da norma contribuem para o desenvolvimento do direito, o justifica e direciona o ordenamento jurídico, são para Larenz (1991) “pautas-diretivas de normação jurídica” de tal sorte que influenciam a norma desde sua ideia até a sua aplicação no caso concreto. Larenz, diz ainda que:

Enquanto “ideias jurídicas materiais” são manifestações especiais da ideia de Direito, tal como esta se apresenta no seu grau de evolução histórica. Alguns deles estão expressamente declarados na Constituição ou noutras leis; outros podem ser deduzidos da regulação legal, da sua cadeia de sentido, por via de uma “analogia geral” ou do retorno à Ratio legis. (LARENZ, 1991. p.674)

No ordenamento jurídico brasileiro, mais precisamente no âmbito do processo civil, os princípios se apresentam tanto na Constituição Federal, como por exemplo o princípio da ampla defesa assegurado em seu art. 5º inciso LV, que visa a garantir a todos as partes do processo judicial e administrativo, o contraditório e ampla defesa com meios os recursos a ela inerentes, encontram-se se ainda em normas

infraconstitucionais, tal qual o princípio do livre convencimento motivado, encontrado no art. 371 do Código de Processo Civil de 2015.

Tal princípio, objeto do presente artigo, tem como finalidade garantir que o juiz ao decidir estará adstrito ao que conste nos autos, garante aos litigantes um processo com paridade de armas, no qual as partes conhecem suas dimensões, para Cintra, Grinover e Dinamarco (2014, p. 87) “O juiz só decide com base nos elementos existentes no processo, mas os avalia segundo critérios críticos e racionais”, os autores apontam ainda que tal convicção não é resultado de uma formação arbitrária mas sim motivado, sendo-lhe vedado inclusive pela norma vigente que o magistrado decida o mérito além dos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer questões que não foram mencionadas, cujo respeito à lei exija iniciativa das partes, decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito à lei exige iniciativa da parte, art. 141 CPC/2015, assim desvirtuando-se o princípio, desvirtua também a norma e com isso a Lei não atingirá a finalidade pretendida.

Muito embora seja garantido ao juiz no art. 370, *caput* CPC determinar as provas para o julgamento do mérito, seja de ofício ou a pedido das partes, ainda assim o juiz deve se ater as provas constantes nos autos, mesmo que produzidas por eles, o que não pode é não haver provas que embasem a sua decisão, ressalte-se ainda que o princípio do livre convencimento motivado, não é o único princípio, nem o único dispositivo o qual resguarda que o juiz deve se ater ao que consta nas provas para fundamentar sua decisão, e adiante no art. 371 do CPC ele traz que “o juiz apreciará a prova constante dos autos independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento” (BRASIL, 2015), desta feita, a prova produzida por qualquer das partes deverá ser apreciada pelo magistrado, inclusive aquelas que ele determinou a produção, o que não pode é não haver provas que fundamentem a sua decisão constante nos autos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante destes preceitos, surge a necessidade de analisar as novas decisões judiciais que trazem como fundamento a vida pública dos litigantes, mesmo que estas não

constem nos autos, tendo sido arguidas pelas partes ou não, muito embora se trate de clara violação ao princípio da ampla defesa e do contraditório, é de se ressaltar que para além de princípios consagrados na Carta Magna deve de também se respeitar de maneira sistemática os princípios consagrados e expressos pela lei que regula o processo, tal seja o Código de Processo Civil.

O juiz é o destinatário final das provas, a quem cabe desconsiderar aquelas inúteis ao seu convencimento, sem que, com isso, seja configurada a existência de cerceamento de defesa, porém ele não é único, a prova pertence aos autos e a quem nele se encontre nos polos passivo, ativo e também o Estado-Juiz, com isso, ao valorar uma prova que ultrapassa os limites do próprio processo está o juiz ultrapassando os limites de sua própria competência, assim, o princípio do dispositivo e da livre investigação das provas garante não apenas a fundamentação mas também a imparcialidade do magistrado para com a lide, desta forma ressalta Cintra, Grinover e Dinamarco, “O mais sólido fundamento do princípio do dispositivo parece ser a necessidade de salvaguardar a imparcialidade do juízo” Cintra, Grinover e Dinamarco (2014, p. 83), resguardando a imparcialidade do juiz, resguarda-se toda a ordem jurídica.

A busca pela verdade formal e pela verdade real é essência do processo, que no fim busca resolver a lide quando se aproxima ainda mais da verdade, no âmbito processual civil em princípio o magistrado pode se satisfazer pela verdade formal, ou seja, para Cintra, Grinover e Dinamarco (2014) esta verdade é o que resulta ser verdadeiro em face das provas elencadas nos autos.

Porém, diante da contemporaneidade há de se falar das mais recentes decisões que contrastem com os preceitos até agora elencados, já fora citado no presente artigo que o juiz é o destinatário das provas e inclusive tem a faculdade de promovê-las, porém diante da Era da Modernidade, onde alguns fatos pessoais passam a ser públicos e ainda a superexposição nas redes sociais, os juízes usando da prerrogativa de constituir prova nos autos tem buscado fundamentar suas decisões nestas publicações, como foi o caso do processo de nº 0100473-82.2013.8.20.0138 no qual o juiz de Direito, Marcus Vinícius Pereira Júnior, de Cruzeta/RN, que decidiu indeferir a gratuidade da justiça com base em postagens de uma rede social, pois as postagens

não condiziam com o pedido feito pela parte ré, em sua sentença assim registrou o Juiz Marcus Vinícius Pereira Júnior.

Ao analisar as redes sociais, especialmente o facebook, observo claramente que a promovida alterou a verdade dos fatos para tentar a isenção do pagamento das custas processuais, quando na verdade tem perfeitas condições para o pagamento, isso partindo do pressuposto que uma pessoa, ao divulgar a presença no 'showzão de Jorge e Mateus com os friends' na Vaquejada de Currais Novos, não está preocupada com o sustento da família, conforme alegou na contestação. Do mesmo modo, a "prainha show", bem como os momentos felizes, E CAROS, assistindo aos Jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, dão conta de que a xxxxx tem perfeitas condições de arcar com as custas processuais, bem como que é litigante de má-fé ao afirmar o contrário...(RIO GRANDE DO NORTE, 2014)

Destarte, é notório que o juiz ultrapassou os limites de suas atribuições analisando provas que não constavam nos autos ao proferir sua decisão e assim, por mais que fundamentando sua decisão, esta não é válida pois se vale de matéria que não foi contraditada pelas partes.

Muito embora a vida nas redes sociais sejam públicas, não cabe ao magistrado sem provocação da parte contrária decidir a respeito, e tão pouco deve decidir com base em provas que não foram contraditadas, ferem princípios básicos da ampla defesa e do contraditório e ainda o do livre convencimento motivado, para Streck (2016) os limites da atuação jurisdicional no que diz respeito a constituição de provas tem o seu limite imposto pelo bem da vida em litígio assim leciona Streck:

Em suma: pela melhor leitura do artigo 370 à luz do paradigma da intersubjetividade, o juiz só poderá determinar de ofício as provas necessárias ao julgamento de mérito quando se tratar de questão que verse sobre direitos indisponíveis a respeito dos quais as partes não possam transigir. (STRECK, 2016, s.p.)

Desta forma, segundo o autor, não poderá o juiz usar da oficiosidade para determinar provas que versem sobre direitos disponíveis, ou mesmo regras as quais os litigantes não estão a par, julgando acima dos princípios, das leis, jurisprudência e ainda da doutrina, o juiz como aplicador do direito e o destinatário da prova, deve resguardar a ordem jurídica, a fim de evitar caos normativo e jurisprudencial (STRECK, 2016).

5 CONCLUSÕES

A partir do Novo Código de Processo Civil é possível perceber uma nova percepção a respeito dos princípios do livre convencimento motivado e do princípio da livre persuasão racional, estabelecendo que o juiz pode, para formar o seu convencimento, também pedir de ofício que se produzam provas, cabe ressaltar que embora ele tenha essa prerrogativa ele deve ainda se ater aos autos processuais e das provas que estão constituídas nele, produzidas pelas partes ou pelo próprio juiz.

Porém, a liberdade dada o juiz para indicar as provas a serem produzidas, esbarra nos limites impostos pelo direito pretendido, ou seja, caso o direito pretendido pelo autor seja disponível, o juiz não poderá substituir a vontade da parte a respeito de uma necessidade que a própria deveria alegar e provar e não o fez, ferindo assim o princípio da imparcialidade.

Portanto, é possível concluir que é necessário haver limite da atuação jurisdicional, que é determinada pelo próprio processo e o que consta nele, o juiz por tanto só poderá decidir com base no que fora ali mencionado, fundamentando sua decisão, para não ferir os princípios do livre convencimento motivado e ainda o da persuasão racional, por isso apesar da contemporaneidade das relações sociais e a publicidade dos atos na era digital, o juiz não pode se valer de tais dados sem antes passar pelo crivo do contraditório, e com isso garantir a justa aplicação do direito e a garantia da segurança jurídica.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015**. Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 05 nov. 2017.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. GRINOVER. Ada Pellegrini. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 30 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/625/1/Karl_Larenz_Metodologia_da_Ci%C3%ancia_do_Direito.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 25 ed. 22 tir. São Paulo: Saraiva, 2011.

RIO GRANDE DO NORTE (ESTADO). Tribunal de Justiça. Sentença nº 20. Autor: Município de Cruzeta - RN. Ré: Ohana Galvão de Góes Bezerra. Cruzeta, RN, 05 de outubro de 2014. **Desapropriação**. Cruzeta, 10 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/arquivos/2014/10/art20141014-02.jpg>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

STRECK, Lenio Luiz. Limites do juiz na produção de prova de ofício no artigo 370 do CPC.In: **Conjur**: portal eletrônico de informações, 15 set. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-set-15/senso-incomum-limites-juiz-producao-prova-oficio-artigo-370-cpc>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

HIPOSSUFICIÊNCIA E A PROMOÇÃO DO ACESSO A JUSTIÇA: OBSTÁCULOS ESTRUTURAIS À LUZ DA DEFENSORIA PÚBLICA

FERRAZ, Matheus Silva

NOGUEIRA, Renzo Magno

OLIVEIRA, Leandro Scherrer de

ROMOALDO, Natan Carreiro¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

No decorrer das últimas décadas, a sociedade moderna tem se tornado ainda mais maior e complexa, isto, aliado à crescente demanda judicial, livre acesso à justiça e extrapolação de lides de âmbito administrativo, tem sobrecarregado o poder judiciário brasileiro de forma geral. Nunca a questão da democracia e cidadania tem sido alvo de tantos debates, especialmente quando se tratam do convívio social e da política, tendo como pilar, a ideia de que os indivíduos são iguais perante a lei, sendo assim, desfrutam dos mesmos direitos, minorias tem buscado amparo judicial, cidadãos tem se tornado cada vez mais críticos e politizados e a justiça tem sido a válvula de escape e resolução de todas suas demandas.

A necessidade de equiparar esses mesmos direitos, pautadas no reconhecimento das diferenças, se fez exigir de juristas, historiadores e psicólogos uma expansão de suas teorias de forma categórica. Diante do carregamento estrutural jurídico, da quebra de paradigma e evolução crítica social, da maior oferta de informação e educação, obstáculos estruturais têm surgido, afinal, o livre acesso à justiça tem sido realmente garantida? Seu uso tem sido realizado de forma responsável? O resultado de toda essa carga jurídica é debatido a anos. A morosidade jurídica brasileira, a falta de publicidade e informação acerca do funcionamento dos órgãos de amparo e o baixo índice de contratação e funcionários públicos desse âmbito são problemas presentes

¹Graduandos do curso de Direito da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES, E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

que persistem a décadas, permitindo a perduração de processos durante anos, enrijecendo a máquina pública, promovendo insegurança jurídica, frustrando direitos e desejos e provocando toda sorte de prejuízos materiais e imateriais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa qualitativa e quantitativa, desenvolvida com o auxílio de revisão bibliográfica e jurisprudencial da temática proposta, além de pesquisa de campo realizada na cidade de Cachoeiro de Itapemirim – ES.

3 DESENVOLVIMENTO

Objetivando fornecer algumas medidas de adequação a partir desses debates, a Constituição Federal de 1988, conhecida como Carta Cidadã, veio para encontrar respostas para essa questão, e buscando tornar o Poder Judiciário mais acessível para todos, principalmente as sociedades mais vulneráveis, criou a Defensoria Pública, órgão com papel de grande relevância: efetivar a função jurisdicional do Estado, na promoção dos direitos humanos, na orientação jurídica, promovendo o livre acesso à justiça para todos os cidadãos brasileiros, principalmente àqueles considerados hipossuficientes, ou seja de baixo poder aquisitivo e pouca ou nenhuma formação. Atuando em todo território brasileiro, considerada símbolo da democracia, a Defensoria Pública engloba diversos temas e objetivos, concedendo apoio e aconselhamento jurídico a todas matérias de direito, seja na área cível e criminais, ou até mesmo os direitos individuais e coletivos.

Objetivando avaliar esse atendimento público prestado pela Defensoria, sua abrangência e efetividade, foi realizada uma pesquisa, com o tema relacionado à hipossuficiência e a promoção do acesso à justiça, e os obstáculos à luz da Defensoria Pública. Contendo três perguntas objetivas e uma pergunta subjetiva, todas elas relacionadas opinião pessoal do entrevistado (questionário disponível em: <https://www.surveio.com/survey/d/C9W1M9T8S4Q7W5L8T>), acerca da real efetividade dos serviços da defensoria e de seu uso em geral, como por exemplo: se já utilizaram alguma vez os serviços, se o auxílio e orientação prestados foram satisfatórios, qual a nota que poderiam atribuir ao atendimento e por último, foi perguntado se havia

algum sugestão de melhora para o atendimento e auxílio em demandas judiciais. Um simples questionário de opinião, mas que felizmente demonstrou um excelente feedback.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como as perguntas eram relacionadas a um órgão que tem por natureza jurídica proporcionar acesso à justiça a aqueles que são considerados vulneráveis financeiramente, boa parte das pessoas entrevistadas, foram pessoas de um bairro considerado “carente”. Sendo assim, cinquenta e oito pessoas foram entrevistadas, onde 55,2% (cinquenta e cinco vírgula dois por cento) nunca utilizaram os serviços da Defensoria e os outros 44,8% (quarenta e quatro vírgula oito por cento) utilizaram ao menos uma vez. Dentre os cidadãos que utilizaram os serviços, quase 40% (quarenta por cento) achou os serviços satisfatórios, e o restante foi distribuído em pessoas que não gostaram da prestação, nunca utilizaram ou não tem a necessidade da prestação, tendo como média de nota atribuída ao serviço o valor de 03 (três) pontos.

Quando questionados sobre quais procedimentos podem ser tomados para o melhor acesso ao Poder Judiciário, os entrevistados responderam que para um melhor funcionamento da máquina pública, algumas medidas devem ser tomadas, sendo elas: maior celeridade na resolução dos processos, desenvolvimento de um plano de conscientização educacional a respeito de direitos e deveres de um cidadão, e contratação de mais funcionários, ou seja, abertura de novos concursos.

Através de uma análise mais criteriosa, foi possível constatar a dificuldade de muitas pessoas em opinar a respeito do tema, o que, de certa forma, reforça a tese da ausência de informação a seu respeito. Em relação a esse obstáculo, particularmente fruto de um meio cultural insípido intelectualmente, é indébito apontar que a maioria da população carente, usuária do serviço disponibilizado pela Defensoria Pública, que necessita de auxílio ao acessar a justiça, não possui conhecimento de causa, não conhece seus direitos, e tampouco sabe como e onde cobra-los, levando a um cenário que Gustavo Augusto Soares dos Reis, Daniel Guimarães Zveibil e Gustavo Junqueira definem como:

Um obstáculo cultural, onde a doutrina basicamente aponta o desconhecimento dos direitos como óbice ao acesso à justiça. A pessoa que desconhece seus direitos tem menos chances de fazê-los valer, afinal, ela sequer sabe que possui (REIS, ZVEIBIL; JUNQUEIRA, 2013, p. 20-22).

Continuando nesse aspecto cultural, existe uma certa desconfiança da população carente em relação ao advogado, tanto pelo sentido de pecúlio alto, e mais ainda pela prestação jurisdicional, muitas vezes, não corresponder com seus anseios. Este também é o entendimento de Cappelletti e Garth:

Além dessa declarada desconfiança nos advogados, especialmente comum nas classes menos favorecidas, existem outras razões óbvias por que os litígios formais são considerados tão pouco atraentes. Procedimentos complicados, formalismo, ambientes que intimidam, como o dos tribunais, juízes e advogados, figuras tidas como opressoras, fazem com que o litigante se sinta perdido, um prisioneiro num mundo estranho (CAPPELLETTI; GARTH, 1988, p.24).

Solidificando ainda mais a carência cultural e informacional latente na sociedade de menor renda e estudo. Indivíduos, que, em várias ocasiões, deixam de procurar quem poderia lhes fornecer auxílio por medo ou desconfiança. Em relação a baixa contratação de efetivo especializado, a solução é simples: responsabilidade fiscal e planejamento. Afinal são princípios da administração pública a alocação efetiva de recursos, que muitas vezes são empregados de forma equívoca, como é o caso de inúmeros escândalos de corrupção e outros de benefícios injustos. Outro ponto pode ser relacionado também ao melhor aparelhamento no primeiro grau jurisdicional, não apenas em relação ao número de juízes, mas também aos servidores, melhorando o aspecto material da prestação jurisdicional, que irá expandir o poder de eficiência e aumentar sua agilidade.

Quanto a celeridade processual, assunto extremamente debatido na literatura em geral, além do aumento de efetivo já discutido, é necessário também que aja uma drástica diminuição nos processos judiciais, otimizando a resolução de lides processuais através de métodos de resolução que levem a autocomposição das partes, como por exemplo a audiência de conciliação, mediação e arbitragem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ora, é perceptível a complexidade do problema discutido, todavia o esforço em sua resolução deve ser contínuo e praticado por todos os órgãos e cidadãos envolvidos. O que, infelizmente, não reduz o desafio. Uma vez superados estes obstáculos, a concessão da justiça gratuita para quem realmente necessita passaria, de fato, a ser um Direito disponível a todos indivíduos deste perfil, e não apenas mais um serviço público de má qualidade, moroso e abarrotado de deficiências, concedendo à justiça social para quem de fato a carecer, evitando litigâncias com baixa probabilidade de êxito e proporcionando a plena satisfação jurídica.

Outrossim, faz-se muito importante a iniciativa estatal responsável e consciente de investimentos não só na estrutura da Defensoria Pública e do judiciário, mas em todos os setores sociais, afinal o problema é complexo e tem suas raízes espalhadas por toda a estrutura governamental e social da sociedade, desde o sistema educacional até a estrutura política de governo.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

REIS, Gustavo Soares dos; ZVEIBIL, Daniel Guimarães; JUNQUEIRA, Gustavo. **Comentários à Lei da Defensoria Pública**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

ABORTO: MORTE SEM VIVER

CHAGAS, Milena Caetano
OLIVEIRA, Jonathan Pereira
OLIVEIRA, Marvus Vinicius
SILOTTI, André Leandro
SOUZA, Breno Oliveira¹
RANGEL, Tauã Lime Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Desde os alvares da Civilização, a prática do aborto foi reprovada pelo Direito. A Bíblia Sagrada não diz nada diretamente a respeito do aborto, porém em algumas passagens trata do assunto de forma indireta como nos livros de (Ex 21, 22) onde trata de multa para quem provoca um aborto em luta.

O documento mais antigo que se conhece sobre o aborto é da China: relata a prática, entre 515 e 500 a. C., de abortos provocados em concubinas reais. Da China igualmente provém uma lenda, a da Imperatriz Xinangue, que, há mais ou menos cinco mil anos, teria prescrito o uso de mercúrio para induzir abortos. (MENDONÇA, 2007, s.p. *apud* A ALDEIA, s.d.)

O aborto é um tema que vem sido discutido nos últimos 20 anos, grande parte das temáticas discutidas se baseiam em opinião própria sem nenhum tipo de pesquisa ou artigo sério, para cada uma pesquisa empírica, há cinco sem fontes. No início do ano 2000 houve uma intensificação nas pesquisas de aborto na adolescência, graças a grande necessidade de pesquisas acerca da reprodução e sexualidade nesta idade.

O aborto possui riscos muito grandes para a gestante, riscos de vida, e alguns que podem deixar sequelas para sempre. Alguns desses riscos são perfuração do útero, retenção de restos da placenta que pode levar à infecção uterina, tétano por utilizar

¹Graduandos do curso de Direito da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com;

objetos cortantes contaminados, esterilidade Por provocar danos irreversíveis ao aparelho reprodutor da mulher, inflamações nas trompas e no útero que podem se espalhar por todo corpo, colocando em risco a vida da mulher, sentimento de culpa com crises de arrependimento que podem surgir sempre que se lembrar do ato, variações de ânimo, depressão, medo e pesadelos podem acontecer nas primeiras semanas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada no curso do presente resumo foi o método indutivo, auxiliado de revisão de literatura, pesquisa bibliográfica e pesquisa quantitativa como técnicas de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

Uma das grandes polêmicas acerca do aborto é o fato do judiciário querer intervir em assuntos biológicos, querendo decidir quando começa a vida, indo de encontro com a biologia. A história do aborto começou na Babilônia, desde o código de Hammurabi.

Começou por ser proibido na Babilônia, pelo *Código de Hammurabi* (1748-29 a. C.). Na Assíria, o aborto foi punido pela coleção de leis dos séculos XIX-XVIII a. C. com o empalamento. Na Pérsia, veio a ser punido com a morte. O mesmo se passou entre os Hebreus(JOSEFO, s.d., s.p. *apud* A ALDEIA, s.d.)

Um grande defensor da proibição do aborto é a igreja, visto seus preceitos religiosos, devem preservar a vida como parte fundamental da religião. Porém, dados atuais mostram que seus seguidores não se baseiam mais somente na religião, cometendo aborto induzido, sem se preocupar com seus princípios da religião.

Os poucos estudos analíticos com amostras selecionadas de mulheres indicam que entre 44,9% e 91,6% do total das que têm experiência de aborto induzido declaram-se católicas. Entre 4,5% e 19,2% declaram-se espíritas, e entre 2,6% e 12,2% declaram-se protestantes. (BRASIL, 2009, p. 18)

O aborto na adolescência, apesar de ainda ser a minoria, ocorre em uma escala elevada, pesquisas apontam que boa parte das adolescentes tentam o aborto antes de continuar com a gestação.

O aborto na adolescência ocorre entre 7% e 9% do total de abortos realizados por mulheres em idade reprodutiva. A maior parte dos casos ocorre no segmento de 17 a 19 anos, ou seja, entre as adolescentes mais velhas. Estudos com adolescentes puérperas indicam que entre 12,7% e 40% delas tentam o aborto antes de decidir dar prosseguimento à gestação. (BRASIL, 2009, p. 28)

O maior problema do aborto clandestino é a grande taxa de mortalidade materna, se submetendo a tratamentos cruéis e desumanos.

O tema da mortalidade materna esteve na pauta permanente de debates em saúde reprodutiva desde o início da década de 1990. Os periódicos de ginecologia e obstetrícia, as dissertações e as teses acadêmicas ofereceram um mapa da magnitude da morte materna no Brasil. Nos anos 1990, o aborto induzido se manteve entre a terceira e a quarta causas de mortalidade materna em várias capitais brasileiras. (BRASIL, 2009, p. 31)

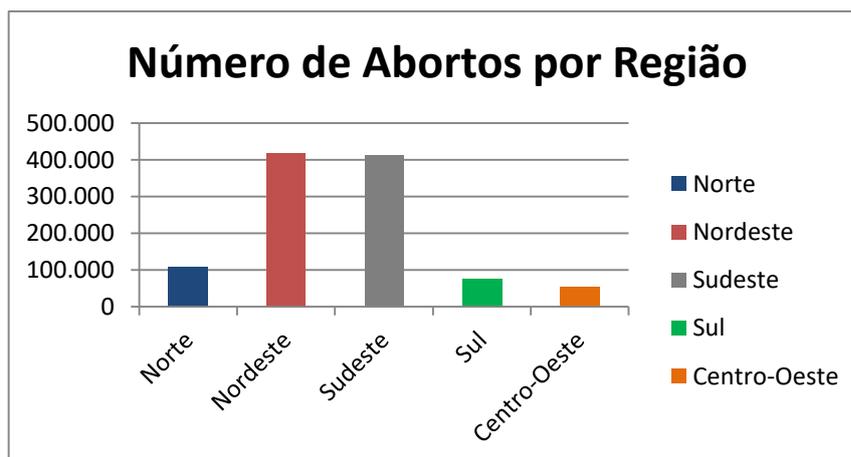
Após a prática do aborto a mulher desenvolve a Síndrome Pós-Aborto que leva a alterações no corpo e na mente que levam a sentimentos de desprezo, angústia e ansiedade que são difíceis de ser controlados, podendo ser necessária a internação para uso de medicamentos para reduzir os problemas causados. Mostrando assim, que mesmo que feito de forma legal, ainda causaria altos riscos a mulher.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo a Organização Mundial da Saúde uma mulher morre a cada 2 dias vítimas de aborto clandestino.

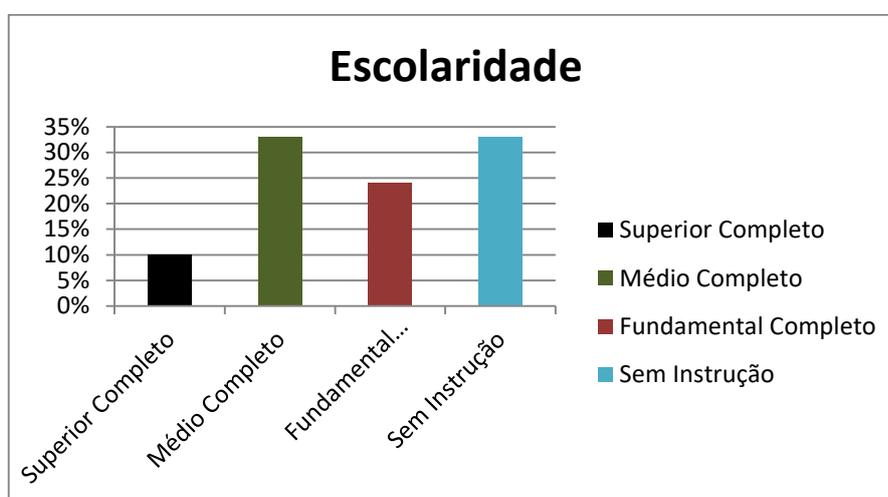
Um milhão de mulheres abortam todos os anos na França. Elas abortam em condição arriscada por causa da clandestinidade a que são condenadas, ainda que essa operação, se praticada sob supervisão médica, seja muito simples. Silenciamos sobre esses milhões de mulheres. Declaro ser uma delas. Declaro ter abortado. Da mesma maneira que demandamos acesso livre aos métodos contraceptivos, nós pedimos o aborto livre (BEAUVOIR, 2016 apud BERTH, 2017)

No Brasil esses números se mantêm em um patamar bem alto, mostrando que também há uma cultura abortiva muito inerente ao país. Números de aborto cometidos no Brasil de acordo com o IBGE (2015):



Fonte: IBGE, 2015

A grande questão acerca deste assunto gira em torno da liberação ou não do aborto. A permissão deste ato cruel resolveria sim o problema de clínicas clandestinas, porém, não seria um meio ético de resolver o problema, mas sim um jeito prático, se baseando na solução mais rápida. A grande resolução se basearia no investimento em educação e infraestrutura no país, pois os dados apontam que a maioria das mulheres que cometem este ato são de origem humilde e vivem em situações precárias. Sendo assim, aumentar o investimento em educação e conceder oportunidades melhores para este tipo de pessoa, faria com que o conhecimento adquirido pela mesma pudesse ser utilizado para evitar este tipo de problema, tornando-a mais consciente do que está prestes a fazer e a conscientizando dos problemas que podem acarretar caso não haja a utilização dos preservativos.



Fonte: IBGE, 2015

A opinião jurídica e médica que foi investigada na pesquisa é majoritária em

dizer que o aborto não deve ser permitido, foi ouvido ao todo de 2 juizes, 3 biólogos e um psicólogo. O voto a favor do aborto veio somente de um especialista, o psicólogo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo fato de a grande maioria do país ser cristã, a decisão majoritaria acerca do aborto ainda é de proibição, baseando suas decisões em principios e preceitos religiosos. Por fatores históricos, esta decisão se manterá por muito tempo. Ademais, o Judiciário também condena a prática do aborto, analisando o tema como uma solução anti-ética. A grande conclusão desta história irá se realizar com o passar do tempo e com a maturidade da população, só assim será possível chegar a uma conclusão acerca do assunto, tendo assim a liberação ou proibição total, ou a liberação em alguns casos.

6 REFERÊNCIAS

A REPROVAÇÃO legal do aborto. In: **A Aldeia**: portal eletrônico de informações, s.d. Disponível em: <<http://aborto.aaldeia.net/a-reprovacao-legal-do-aborto/>>. Acesso em 15 nov. 2017.

BERTH, Joice. Mortes por aborto no Brasil: a legitimação da nossa ignorância. In: **Justificando**: portal eletrônico de informações. 14 nov. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/09/28/mortes-por-aborto-no-brasil-legitimacao-da-nossa-ignorancia/>>. Acesso em 15 nov. 2017.

BRASIL. **Aborto e Saúde Pública no Brasil: 20 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_aborto.pdf>. Acesso em 15 nov. 2017.

A CARACTERIZAÇÃO DO DANO EXISTENCIAL: UMA ANÁLISE DO TEMPO OCIOSO COMO ELEMENTO ENSEJADOR

MELO, Mírian Márcia Real Lendez de¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O artigo discorrerá, de forma sucinta, sobre o dano moral e o cabimento do mesmo na relação do direito do trabalho. Desse modo o estudo do tema busca argumento interpretativos para compreender a responsabilidade civil por danos morais no meio laboral. A partir daí, uma análise ampla de critérios de mensuração de quantum indenizatório de responsabilidade civil por danos morais é cabível na relação empregado e empregador.

O Código Civil art. 186, a CF/88, art. 5º discorrem acerca da caracterização do dano moral. Dano esse aplicável no âmbito das relações trabalhistas. A Lei 13.103/2015, que regularizar as condições do motorista carreteiro, acabou por dificultar a interpretação dos juristas acerca dos danos e dos direitos pertinentes aos mesmos, pois esta classe trabalhadora está sujeita a se dispor por horas incalculáveis, se submetendo a condições precárias à espera de uma carga ou descarga de mercadorias. Então nos dias que correm pergunta-se, pode ou não haver um dano em questão das condições da saúde física e psicológica e condições do ambiente em que os empregados se encontram?

Ressalta-se assim a importância do tema, pois ao estudar a Lei 13.103, pode-se observar mudanças que descaracteriza o dano existencial e a perda de direitos dos motoristas carreteiro, porém esses direitos continuam a existir, desde que sejam provado pelo trabalhador. A lei somente tenta apaziguar o excesso de horas extras,

¹Graduanda em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF - Linha de Pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos. Mestre em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

busca legalizar a redução do ordenado nas horas de tempo de espera, porem isso não retirar do empregador a responsabilidade no âmbito de proporcionar um local de trabalho saudável, com pelo menos o mínimo de dignidade para assegurar a integridade psicologia e social dos seus empregados.

2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa desenvolvida sob o método indutivo, auxiliada de revisão bibliográfica e de pesquisa de literatura como técnicas de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

Apresenta-se o Direito Italiano, o conceito do dano existencial por responsabilidade civil aos poucos incorporou-se as organização jurídica de outros países. No Brasil, a magnitude da responsabilização dos danos extrapatrimoniais adveio de forma efetiva e explicitamente com a vinda da CF/88, por meio do seu artigo 5º, “X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.” O código Civil de 2002, por intermédio dos artigos 186 e 927, igualmente aplicou de forma concreta a reparação do dano moral.

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito (BRASIL, 2002).

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem (BRASIL, 2002).

Inevitável observar, que a Consolidações das Leis Trabalhistas (CLT), proclamada desde 1943, já constituía em seu texto o dano moral e sua resolubilidade. Encontrase previsto no art. 483, alínea “e”, ao presumir a dispensa indireta consequente de ações do empregador ou de seus representantes que ofendam a honra e boa reputação do empregado, como também de pessoa da sua família.

Art. 483 – O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando: [omissis]
e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama (BRASIL, 1943).

A responsabilidade civil busca recuperar um equilíbrio patrimonial e moral violados. Com a evolução do direito positivista brasileiro, temos um aumento na proporção que visam buscar a reparação de danos causados por atos ilícitos, daí temos, que ao praticar o ato, gera entre as partes ofensor e ofendido um vínculo obrigacional que remete o ofendido exigir a reparação cujo se obrigou o ofensor no momento em que praticou o ato injusto. Acerca desta obrigação Carlos Roberto Gonçalves diz:

O intuito da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta, para o seu autor, de reparar o dano, obrigação está de natureza pessoal, que se resolve em perdas e danos. (GONÇALVES, 2012, p.2).

Doutrinas e jurisprudenciais dominante, configura-se dano moral como tudo o que afeta de forma subjetiva a honra do indivíduo, seja na forma patrimonial ou extrapatrimonial. Neste sentido, Cahali conceitua que dano moral é:

A abstenção ou minoração daqueles bens que tem valor substancial na vida do homem e que são a paz, a tranquilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral (honra, reputação, etc.), e dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.). (CAHALI, 1998, p. 17).

A Lei nº 12.619/2012, afamada por lei dos motoristas, pois constitui termo das jornadas e intermitências concernentes ao descanso dos motoristas. A referida lei adentrou uma linha de direitos laborativas para o motorista, todavia a Lei 13.103/2015, revogou e alterou alguns dos dispositivos da lei vigente anterior, destaca-se a exigência de limitação de jornada que adveio a ser explicitamente exigida, compelindo as empresas de transportes a implantar controle por meio de apontamento em diário de bordo ou formulário de trabalho externo e ainda em aparelho eletrônicos inseridos nos veículos. Em seu art. 2º diz: “ter jornada de trabalho controlada e registrada de maneira fidedigna mediante anotação em diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, ou sistema e meios eletrônicos instalados nos veículos, a critério do empregador” (BRASIL, 2015).

Tem-se, ainda, apreciação quanto ao período enquanto aguarda a mercadoria e o período despendido durante a fiscalização do produto a ser transportado; diminuição do ordenado dos intervalos em que está à espera, para compensação tão-somente 30% do ordenado-hora normal (anteriormente compunha o custo da hora adicionada de 30%). Vale ressaltar que essas horas de espera não se configuram como horas extras.

Art. 235-C [omissis]

§ 8º São considerados tempo de espera as horas em que o motorista profissional empregado ficar aguardando carga ou descarga do veículo nas dependências do embarcador ou do destinatário e o período gasto com a fiscalização da mercadoria transportada em barreiras fiscais ou alfandegárias, não sendo computados como jornada de trabalho e nem como horas extraordinárias.

§ 9º As horas relativas ao tempo de espera serão indenizadas na proporção de 30% (trinta por cento) do salário-hora normal (BRASIL, 1943).

Probabilidade de considerar-se período de intermitência ou descanso perdurante enquanto aguarda, havendo alojamentos apropriados.

Art. 235-C. [omissis]

§ 4º Nas viagens de longa distância, assim consideradas aquelas em que o motorista profissional empregado permanece fora da base da empresa, matriz ou filial e de sua residência por mais de 24 (vinte e quatro) horas, o repouso diário pode ser feito no veículo ou em alojamento do empregador, do contratante do transporte, do embarcador ou do destinatário ou em outro local que ofereça condições adequadas (BRASIL, 1943).

Alusivo aos artigos acima mencionados, temos o parecer do Sr. Elias Brito Spoladore, presidente do Sindicatos do Rodoviários do Sul do Estado do Espírito Santo, e o Sr. Giovany Nazareno Barbosa de Melo, motorista carreteiro, funcionário de conceituada transportadora do Sul do Estado do Espírito Santo, que enunciam quanto: a dinâmica de desempenho da atividade dos motoristas; Os motoristas são contratados para conduzir o veículo dentro de seus limites da sua jornada de trabalho, zelando pelo caminhão e a carga que está transportando. (SPOLADORE, 2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pertinente as suas principais dificuldades para o exercício da atividade eles denotam que a dificuldade dos motoristas são os pontos de apoio ao longo do trajeto que praticam. Os postos de gasolina e ponto de apoio não estão adequados para atender esses profissionais. (SPOLADORE, 2017). O stress do transito do dia-a-dia, os

companheiros morrendo por falta de sinalização, por falta de orientações, as vezes por imprudência mesmo, isso acaba acarretando uma tristeza no motorista, uma angustia, porque você sai de casa e não sabe se você volta. (MELO, 2017).

Atinente a profissão influenciar diretamente na saúde dos trabalhadores, os mesmo apontam que: é muito relativo. É a minha opinião, porque a profissão em si não é uma profissão pesada, o que leva as vezes o trabalhador a ter problema de saúde e as vezes a longa jornada que eles tem, são submetido, alguns por exigências dos patrões e outros pela cultura do próprio motorista. (SPOLADORE, 2017). Neste sentido, o Sr. Giovany diz: Sim, com certeza é, a gente fica estressado, fica com angustia, fica triste, fica magoado, por causa de ficar muito tempo na estrada, sozinho, sabendo que a gente tem família. (MELO, 2017).

Respectivo a existência de comprometimento a saúde, são apresentados alguns pontos; Isso ai depende de cada caso, as vezes temos ai muitos motoristas com o caso de depressão devido não dormir à noite e quando estão em casa não conseguem relaxar devido essa rotina deles de trabalho, e a gente vê muitos motoristas também com problema de articulação, coluna, devido ficar muito tempo sentado, muitos deles as vezes dependendo do veículo que está dirigindo. (SPOLADORE, 2017). Ficar três, quatro dias parado num lugar esperando carga, sem tomar banho, comendo comida fora de hora as vezes, não se alimenta direito, fica dentro de uma cabine 24 horas, então isso acaba acarretando uma série de coisas na gente, stress, angustia, depressão. (MELO, 2017).

Com relação a esse transtorno que pode ser causado na saúde do trabalhador e longas jornadas de trabalho mencionadas aqui, você considera a possibilidade de desencadear um dano moral advindo desses problemas? Afirma o Sr. ELIAS BRITO SPOLADORE que a rotina excessiva poderá trazer um dano moral e um dano existencial, com certeza, porque se agente comprovar que o funcionário está se submetendo além de sua capacidade normal, isso daí traz vários danos, danos à saúde, isso daí poderá ser interpretado como um dano mora, dano existencial. (SPOLADORE, 2017). Nesse sentido afirma o Sr. Giovany Nazareno Barbosa de Melo, Sim, com certeza, eu não sei de onde esses parlamentar tiraram que essa lei vai beneficiar os motoristas. (MELO, 2017).

A submissão do empregado a exaustivo regime de trabalho, ocasiona a formação da perda do intento de vida e à sua existência, pois priva-lhe de tempo para o lazer, para a família e para o desenvolver-se pessoalmente, cultural, artístico e intelectual, afetivo, entre outros. Pode também resultar em prejuízo para a saúde do trabalhador, motivo pelo qual deverá ser duplamente combatido. Com fundamento nas pesquisas e estudos elaborados, observa-se a presença do dano existencial na ociosidade dos trabalhadores, no entanto com o surgimento da Lei nº 13.103/2015, tornaram-se difíceis provar aos juristas a existência desse dano, pois a lei procurando regulamentar os períodos trabalhados e o tempo de espera, acabou por camuflar e reduzir os direitos para os motoristas. Discuta-se também a respeito das empresas, pois essas estão tendo uma certa dificuldade para se adaptar as mudanças que a lei vem exigindo, e até mesmo as próprias rodovias Estaduais e Federais não estão adequadas para dar segurança e apoio a esses profissionais que são de suma importância para todo o país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se existir redução dos direitos com a vinda da Lei nº 13.103/2015, embora, permanecem conservados estatutos significativos para o motorista. Conquanto, observa-se, nos dias que correm a dificuldade das empresas em concretizar a inclusão e acatamento dos direitos fundamentais. Todavia, os mesmos precisam ser acatados, constituindo direitos trabalhistas possíveis de indenização diante do inadimplemento destes.

Em conformidade com a lei, o período em que os motoristas estão à espera não são contadas como período trabalhado ou horas extras. Essas horas pertinentes ao período de espera equivalem a uma indenização de 30% do ordenado-hora normal. Na ocasião em que durante espera for obrigatória a permanência do motorista no local onde se encontra o veículo, e houver condições apropriadas, o período será considerado como de repouso, no entanto conforme entrevista vimos que essa não é uma realidade nos dias atuais, não há uma estrutura para abrigar esses profissionais ao longo de suas jornadas laborais. Então em que podemos dizer que a referida lei protege o motorista?

Diante de tais comprometimentos relacionados a saúde do trabalhador, as avarias pertinentes a existência, a moralidade e a dignidade humana, quando incorporada e provada são passíveis de dano existencial, pois esse se caracteriza como um dano imaterial de responsabilidade, ou seja, um dano com condão de ofensa à moralidade, a dignidade da pessoa humana, pois viola os direitos e garantias fundamentais do indivíduo tutelado pela Constituição Federal, alterando de forma danosa o maneira de ser da pessoa ou as atividades por ela executadas com relação ao seu propósito de vida. Daí temos a atuação da responsabilidade civil, pois tal responsabilidade busca recuperar um equilíbrio patrimonial e moral violados.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 06 nov. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 06 nov. 2017.

_____. **Lei nº 10.402, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 06 nov. 2017.

_____. **Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015**. Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 06 nov. 2017.

CAHALI, Yussef Said. **Dano moral**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 14. ed. rev. São Paulo, Saraiva, 2012.

MELO, Giovany Barbosa de, **A caracterização do Dano Existencial no trabalho do motorista**. Cachoeiro de Itapemirim, E.S.,2017.

SPOLADORE, Elias Brito, **A caracterização do Dano Existencial no trabalho do motorista**. Cachoeiro de Itapemirim, E.S., Sindicato dos Rodoviários do Sul do Estado,2017.

FEMINISMO E O DISCURSO DO EMPODERAMENTO

MATA, Pablo dos Santos Costa
PERMANHANE, Sabrina Elias Oliveira
MATIELLO Jéssica Félix Feu,
Ana Carolina Bufollo¹
VERDAN, Tauã Lima²

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, com os movimentos feministas, consoante às lutas pela causa da mulher de empoderamento, promoção do acesso à justiça dada à lei de defesa da mulher (Lei Maria da Penha), as questões relacionadas à mulher (direitos, proteção e autonomia) têm chegado ao Poder Judiciário, num crescendo e se reflete e incide sobre a sociedade nos mais variados setores. Luta-se pela igualdade de direitos, por espaço na sociedade ao longo dos tempos, para mudar a história de discriminação, preconceito e exclusão da mulher, tentar eliminar sua invisibilidade posto que, durante muito tempo, a história fora escrita sob a ótica masculina.

Com discursos empoderados, opondo-se às restrições de suas épocas e abriram espaço para a 'voz ativa' na sociedade no que diz respeito à educação, mercado de trabalho, ciência, política. Algumas, pagaram alto preço por suas lutas. Todavia, ainda há muito que avançar para se alcançar a igualdade de direitos entre homens e mulheres na sociedade, e é justamente sobre o feminismo e o discurso do empoderamento que se pretende discorrer aqui.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho trata-se de resumo expandido desenvolvido tendo como suporte o material de referência sobre o tema, relacionando à realidade histórica e antropológica

¹Graduanda em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

da condição da mulher na sociedade no decorrer do tempo, dos movimentos e ações de empoderamento.

3 DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, a ênfase ao feminismo e o discurso do empoderamento recaem sobre as distinções entre feminismo e machismo, uma vez que não representam a mesma ideia. Segundo a escritora gaúcha, Clara Averbuck, “Machismo é um sistema de dominação e feminismo é a luta por direitos iguais”. (OTTO, 2015, s.p). Dada essa distinção, considera-se a definição antropológica e histórica de feminismo a partir do conceito de gênero, ideologia de gênero e identidade de Gênero, para distinguir o “sexo biológico” da “construção social do masculino e feminino”, é teorizado esse conceito. (CAMPOS, 2006)

Foi somente nos anos 60 que, segundo Miriam Grossi, a mulher, finalmente, surge como indivíduo, um sujeito moral que não aceita seu papel imposto pela sociedade e reivindica direitos sociais, educação, trabalho e respeito, espaço no panorama da política nacional. Sumariamente pode-se afirmar que, enfim, luta-se por uma vida justa e igualitária, tendo como célula geradora os ideais propostos pela Revolução Francesa (“Igualdade, Liberdade e Fraternidade”), no século XIX, numa sociedade marcada, historicamente, pelo patriarquismo (GROSSI, s.d, p.5-8). Para análise desse contexto histórico, toma-se a obra clássica “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, como divisor de águas dentro do discurso de empoderamento feminino, já à época de sua publicação (1949) consistia em um ato de coragem. (BEAUVOIR, 1949, s.p).

4 RESULTADOS E *DISCUSSÕES*

Assim, para responder aos vários impasses da questão do feminismo e do discurso de empoderamento da mulher e permitir analisar tanto as relações de gênero, vem, elencada a esta, a construção da Ideologia de Gênero e da Identidade de Gênero.

- *Gênero*, trabalhado inicialmente pela Antropologia e pela Psicanálise, apresenta o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do

qual se estabelece como masculino e feminino e se assume os papéis sociais destinados a cada um na sociedade;

- “*Ideologia de gênero*” é uma expressão usada pelos críticos da ideia de que os gêneros são, na realidade, construções sociais. Para os defensores desta “ideologia”, não existe apenas o gênero “masculino” e “feminino”, mas um espectro que pode ser livremente escolhido pelo indivíduo, o que presume os princípios da Identidade de Gênero (GROSSI, s.d, p.5-8);

“*Identidade de gênero*” é o gênero com que a pessoa se identifica. Há quem se perceba como homem, como mulher, como ambos ou mesmo como nenhum dos dois gêneros: são os chamados não binários. Assim, é cisgênero quem se identifica com o mesmo gênero que lhe foi dado no nascimento; transexual e/ou transgênero, isto é, quem se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi dado no nascimento e pode, ou não, sentir a necessidade de adequar o corpo físico ao ideológico (MACHADO, 2017, s.p), (GROSSI, s.d, p.5-8).

A conquista do direito à identidade de gênero: Observa-se a constituinte e/ou no Código Civil ainda se está estabelecendo alguns dos direitos firmemente buscados. Tramita na Câmara o Projeto de Lei 5002/13, que estabelece o direito à identidade de gênero definida como a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa o sente, que pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento. Mas ainda não foi aprovado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto a mulher luta por empoderamento, ainda em pleno 2017, observa-se nas estatísticas o crescente feminicídio, a violência doméstica, o assédio moral às mulheres no ambiente profissional, estupros e abusos contra a mulher ainda são uma terrível e cruel realidade. Assim, serve de exemplo o discurso empoderado de mulheres como a cantora e pianista clássica americana Nina Simone (1933-2003) cuja carreira foi achatada por defender os direitos da mulher negra em seu país; a ativista paquistanesa Malala Yousafzai (que levou um tiro na cabeça, em 2014 tornou-se a mais nova a receber o prêmio Nobel, pela defesa dos direitos humanos das mulheres e do acesso à educação).

No Brasil tem-se mulheres como Dionísia Gonçalves Pinto (educadora, escritora e poetisa brasileira, uma das pioneiras do feminismo); Celina Guimarães Viana (professora, primeira mulher a exercer o direito de voto no país, em 1927); Mietta Santiago (a primeira mulher no país a exercer com mandado de segurança, direito de votar e o de ser votada); Bertha Lutz (bióloga que teve participação direta pela articulação política que resultou nas leis que deram direito de voto às mulheres e igualdade de direitos políticos nos anos 20 e 30), Laudelina de Campos Melo (que fundou do primeiro sindicato de trabalhadoras domésticas do Brasil, 1938), e muitas outras na atualidade que lutam por igualdade de direitos e pelo empoderamento da mulher como cidadã nessa sociedade tão machista (EBC, 2016, s.p.).

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Câmara dos Deputados**: Projeto de Lei 5002/2013. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973.

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446&filename=PL+5002/2013>. Acesso em 13 nov. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 13 nov. 2017.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Disponível em:

<<http://www.opoderosoresumao.com/livros/resenha-o-segundo-sexo>>. Acesso em 13 nov. 2017.

CONHEÇA 8 mulheres que influenciaram a luta pelos direitos femininos no Brasil. In: **EBC**: portal eletrônico de informações, 08 mar. 2016. Disponível em:

<<http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/03/feminismo-conheca-mulheres-precursoras-da-luta-pelos-direitos-da-mulher-no-brasil>>. Acesso em 13 nov. 2017.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Disponível em:

<http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf>. Acesso em 13 nov. 2017.

MACHADO, Bruno. Qual a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual. In:

Mundo Estranho: portal eletrônico de informações, 19 set. 2017. Disponível em: <<https://mundoestranho.abril.com.br/saude/qual-a-diferenca-entre-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual/>>. Acesso em 13 nov. 2017.

OTTO, Isabela. **Mas, afinal, o que é feminismo?** Disponível em:

<<https://capricho.abril.com.br/vida-real/mas-afinal-o-que-e-feminismo/>>. Acesso em 13 nov. 2017.

AS FUNÇÕES DO DIREITO PENAL E AS DIFICULDADES PARA CONCRETIZÁ-LAS NO ÂMBITO DA VIDA EM SOCIEDADE

CASTILHO, Ramon Gabriel Uliana

COELHO, Luciano de Oliveira

FELIPPE, Weverton Barbosa

MANZOLI, Fabieli Pessin

ROSSETTO, Ana Júlia Turini¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O Direito Penal, tão importante para manutenção da ordem social, onde as pessoas tenham seguridade de direitos e deveres, enfrenta sempre enormes discussões. Independente da época em que se analise essa área de determinado ordenamento jurídico, sempre será possível encontrar barreiras que impedem a plena eficiência deste ramo. Em tempos atuais, uma matéria penal que é cada vez mais abarcada por debates é a dificuldade da concretização das funções do direito penal na sociedade.

Um dos problemas mais revoltantes que assombra a vida em sociedade representa-se pela falta de coação para que os agentes considerados de risco à sociedade passem a agir conforme as regras de conduta estabelecidas socialmente. Por não se sentirem coagidos pelo Estado, acabam destruindo o ambiente de equilíbrio e paz minimamente necessário para uma convivência pacífica e que é, também, função do próprio Estado oferecer.

A notória relevância jurídica deste tema na atual realidade destaca-se também pela discussão de até que ponto o réu deve ser sempre beneficiado nos aspectos legislativos. Existe enorme importância em observar quando isso passa a ser uma

¹Graduandos do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Professor Orientador. Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

ameaça iminente à maior parcela da sociedade que não trouxe problemas para o Estado e, por sua vez, não deveria ficar à mercê do perigo. Desta forma, pretende-se demonstrar que esse ramo do ordenamento jurídico é um fator imprescindível para a criação de uma sociedade pacífica. Por isso, é necessária a constituição de condições e propostas que efetivamente concretizem as funções do sistema punitivo na realidade atual.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O modo como o Direito Penal se apresenta deriva de todos os fatores que o condicionam. Desse modo, nada mais justo que uma análise histórica para melhor compreensão sobre o que leva a tal comportamento do Direito Penal. A história do Direito Penal, como a de qualquer outro ramo do conhecimento, pode ser contada a partir de sua criação até os dias de hoje seguindo um único caminho. Mas nesses caminhos houve diversas bifurcações, onde o Direito Penal passa a adotar determinada ideia ou rejeitá-la.

Ademais, serão utilizados métodos estatísticos para representar as ideias que compõem a pesquisa no plano do material. Para tanto, serão manuseadas pesquisas acadêmicas, tabelas, entre outros materiais, produzidos por importantes pesquisadores e revistas de grande destaque e respeito no país. Inicialmente, julgando as estatísticas somente, observa-se que o Brasil possui um sistema penal eficiente: os mais de 700 mil presos que se encontram cumprindo penas no país em regime de encarceramento mais ou menos rígido fazem do Brasil o país com a terceira maior população prisional, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mas, saindo de termos numéricos absolutos, o Brasil enfrenta uma grande crise de eficiência do sistema penal: apesar da imensa quantidade de apenados existentes no país, muitos agentes que deveriam ser apenados não estão submetidos à punição.

Assim como uma consulta médica de nada vale sem um tratamento para a enfermidade diagnosticada, de nada adianta a descoberta de um delito se este não for tratado pelo Direito Penal com a pena, para que seja alcançada a justiça. Nesse sentido, abordar-se-á a seguir o que impede a execução do Direito Penal e quais consequências essa falta de execução gera na sociedade.

3 DESENVOLVIMENTO

A natureza do direito penal lhe dá extrema personalidade coercitiva. Esse fato é o pilar que sustenta toda a ordem social e o pilar sobre o qual se propõe a construção de uma futura sociedade ideal. Essas atribuições ao direito penal provêm da sua capacidade de penalizar condutas, imputando àquelas consideradas negativas uma sanção, para que, assim, os indivíduos estejam menos dispostos a cometer tais delitos.

Essa descrição do direito penal leva ao apontamento de duas finalidades de sua existência: a primeira é punir condutas reprováveis socialmente e que ameacem bens jurídicos alheios. A punição serve para a sociedade e para o indivíduo entenderem que, de fato, as normas jurídicas devem ser observadas e seguidas. Porém, acompanhando o raciocínio de Marciano (2015) e Nucci (2011, p. 391), enquanto a pena não for certa e efetivamente cumprida, não será possível alcançar sua finalidade de retribuir na mesma medida, prevenir novas condutas criminosas, intimidar e ressocializar agentes infratores. A segunda função do direito penal, que na verdade existe em decorrência da primeira, é a prevenção de futuros delitos.

Além da morosidade dos processos no sistema penal, típico do judiciário brasileiro, existe outra problemática: a fragilização das leis que possibilita a abertura de brechas legislativas, acabando por gerar a impunidade. Esta, quando se alastra pela sociedade, passa a causar nos transgressores o sentimento de que, se ameaçarem ou lesarem um bem jurídico de outrem, não serão punidos por isso ou, se forem, serão em medida irrelevante, que é exatamente o efeito contrário ao das leis. Os reflexos desse efeito na sociedade são extremamente visíveis no cotidiano de todos, em decorrência desses efeitos, parafraseando com Habib (1994), todo cuidado é pouco para que o que sobra de uma sociedade apedrejada pela falta de esperança e descaso estatal, não seja aniquilado pela “Cultura da Impunidade”.

No mais, cabe ressaltar que, prevê o art. 5º da Constituição Federal: “(...) garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança (...)” e o art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a

segurança, (...) na forma desta Constituição.”. Quando o Estado não cumpre com sua função de garantir à sociedade a segurança, como direito fundamental, o Estado se torna falho na sua missão de promover a pacificação social, podendo estar, assim, a ferir artigos constitucionais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao falar-se em impunidade, cogita-se que o indivíduo ainda não tenha passado por uma prisão temporária, nem tampouco por um julgamento. Mas, nos estados brasileiros, mesmo com a prisão temporária decretada os mandados de prisão não são executados. Para melhor entendimento do infortúnio relatado, temos abaixo o ranking da impunidade dos estados brasileiros:

Tabela 1 - Número de mandados de prisão em vigência segundo estados, 2015.

RANKING DA IMPUNIDADE			
<i>Número de mandados de prisão em vigência segundo estados, 2015, Brasil.</i>			
Estados	Número de mandados de prisão vigentes	(%)	Ranking
São Paulo	109203	24.57%	1º
Minas Gerais	46588	10.48%	2º
Rio de Janeiro	37321	8.40%	3º
Pernambuco	36957	8.32%	4º
Paraná	28183	6.34%	5º
Goiás	23763	5.35%	6º
Espírito Santo	20355	4.58%	7º
Bahia	15776	3.55%	8º
Ceará	13789	3.10%	9º
Mato Grosso do Sul	10176	2.29%	10º
Rio Grande do Sul	10089	2.27%	11º
Rio Grande do Norte	9993	2.25%	12º
Rondônia	9508	2.14%	13º
Mato Grosso	9395	2.11%	14º
Maranhão	8748	1.97%	15º
Pará	8727	1.96%	16º
Distrito Federal	8299	1.87%	17º
Paraíba	7978	1.80%	18º
Santa Catarina	7063	1.59%	19º
Amapá	5371	1.21%	20º
Acre	4845	1.09%	21º
Sergipe	4122	0.93%	22º
Piauí	3103	0.70%	23º
Amazonas	2345	0.53%	24º
Tocantins	1360	0.31%	25º
Roraima	1210	0.27%	26º
Alagoas	161	0.04%	27º
444428			
Total Mandados de prisão em vigência			

Fonte: Banco Nacional de Mandados de Prisão/CNJ/Brasil

Na tabela 1 exposta acima, encontram-se as pessoas com mandados de prisão vigentes, que ainda não foram punidos devidamente podendo colocar a vida de muitas pessoas em risco, bem como interferir nas investigações judiciais. De acordo com a

tabela, com dados de 2015, 444.428 é o número de pessoas que estão com mandados de prisão em aberto. Essa impunidade do Brasil se reflete para todos os tipos de crimes, um exemplo absurdo é envolvendo o estupro que, de acordo com o levantamento da revista ISTOÉ, “se comparada à estimativa de 500 mil agressões sexuais anuais, à média de 13 mil pessoas presas pelo delito, somente cerca de 3% dos casos de violência sexual contra mulheres terminam em condenações”, essa média foi retirada entre os anos de 2013 e 2014.

Os índices de impunidade nos crimes de corrupção também assustam. De acordo com o procurador da República Deltan Dallagnol, em 2016, “em 97% dos casos de crimes de corrupção no Brasil há impunidade”, e quando são punidos recebem até quatro anos de pena. Dessa forma, eles quase não sofrem punição, fortalecendo ainda mais essas práticas criminosas, caracterizadas como um dos maiores problemas que o país está a enfrentar.

Essa corrupção reflete e serve como causa para diversos tipos de impasses no país, levando em consideração que os responsáveis pela elaboração das leis que punem os criminosos, são aqueles que cometem o crime (corrupção). Mas por que eles não criam uma lei para erradicar a corrupção? É a pergunta que todo cidadão em busca da sua dignidade efetiva se faz, mas que, na verdade, já sabe a resposta: se os representantes do Estado pararem de favorecer a soberania e começarem a oferecer o que a população realmente merece ficará cada vez mais difícil de obterem-se vantagens pessoais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das pesquisas realizadas, é possível observar como o Brasil possui problemas com sua legislação e com a aplicação de suas leis. Tal contratempo deveria ser visto com olhos mais preocupantes pelo Estado, pois vem trazendo uma enorme crise na segurança do país, em decorrência, principalmente, da impunidade e da lentidão nos trâmites processuais. Os dados atuais revelam uma triste realidade: a impunidade apresenta-se absurdamente no país e uma das explicações para isso é a falta de assistência por parte do Estado e a falta atitude em relação às leis. Se as leis fossem supridas de forma a não beneficiar tanto o réu e pensando mais na proteção

à coletividade, que é superior aos interesses individuais, haveria uma mudança nesse cenário tão preocupante.

Em síntese, nota-se que a Justiça deve seguir a eficácia do Direito. E o direito penal prático é tão diferente do teórico quanto do direito civil, um ramo completamente diferente do ordenamento jurídico. As maiores dificuldades da aplicação prática da teoria, que foram descritas no presente trabalho, faz com que a impunidade seja um problema tão grande a ser enfrentado quanto o próprio combate à criminalidade.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcelo Cunha de. **Só é preso quem quer!**: Impunidade e Ineficiência do Sistema Criminal Brasileiro. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Brasport, 2010;

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 nov. 2017.

CAMARA. **97% dos crimes de corrupção ficam impunes no Brasil, diz Dallagnol**. Câmara Notícias, Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/politica/514429-97-dos-crimes-de-corrupcao-no-brasil-ficam-impunes,-diz-dallagnol.html>>. Acesso em: 25 out. 2017.

CATOPER. Mapa da impunidade do Brasil. **Geografando, Blogspot**. Disponível em: <<http://catoper.blogspot.com.br/2015/04/mapa-da-impunidade-do-brasil-mais-de.html>>. Acesso em: 23 out. 2017

CNJ. **Cidadania nos presídios**. CNJ. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/cidadania-nos-presidios>>. Acesso em: 23 out. 2017.

HABIB, Sérgio. Brasil: **Quinhentos Anos de Corrupção (enfoque sócio-histórico-jurídico-penal)**. Sérgio Antonio Fabris Editor. Porto Alegre: 1994, p. XV da Introdução.

MARCIANO, Augusto Frigo de Carvalho. **Os Tipos de Pena à Luz do Código Penal**. JusBrasil, 2015. Disponível em: <<http://augustomarciano.jusbrasil.com.br/artigos/112322003/os-tipos-de-pena-a-luz-do-codigo-penal>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza, **Manual de Direito Penal**, p. 391, 7ª Edição, 2011, São Paulo, Ed. RT. p. 391.

Revista ISTOÉ. Por que o estupro continua impune no Brasil. Disponível em: <<https://istoe.com.br/por-que-o-estupro-continua-impune-no-brasil/>> Acesso em 21 out. 2017.

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO NOS JULGADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NO ANO DE 2016

BALDOTTO, Renier Milanez

GOBETTI, Lauromir

MACEDO, Renan Morelo Beate de

SOUZA, Raphael Cândido de

VIANA, Lucas Muniz Sobreira¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Com base nas doutrinas inerentes ao princípio do *in dubio pro reo*, procuramos inebriar-nos de seus mais profundos conceitos para que pudéssemos, com maior clareza e sapiência, analisar os casos julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no que concerne ao suso mencionado princípio, durante o ano de 2016. Entrando no mérito do tema em pauta, insta ressaltar que, os estudos realizados se deram sobretudo, com lastro nas decisões prolatadas pelo egrégio tribunal, onde foi possível verificar que o princípio do *in dubio pro reo* é um dos pilares da legislação penal, culminando com o princípio da legalidade; ou seja: não há crime sem lei anterior que o defina e nem pena sem prévia cominação legal.

Para tanto, a seguinte indagação que norteou os estudos da presente temática foi: de que modo está sendo aplicado o Princípio do *in dubio pro reo* nos julgamentos do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo?

Nesse diapasão, procuramos abstrair dos julgados, o cerne que motivou os magistrados a decidirem favoravelmente aos réus, quando lhes faltavam provas reais e contundentes para uma efetiva condenação. Assim sendo, percebemos que, quando

¹Graduandos do Curso de Direito da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF - Linha de Pesquisa: Conflitos Socioambientais, Rurais e Urbanos. Mestre em Ciências Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES. Professor do Curso de Direito da Faculdade Multivix – Unidade Cachoeiro de Itapemirim-ES. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

não se tem evidências exteriorizadas de maneira clara e certa, não se pode condenar apenas com base em indícios, ainda que os mesmos apontem para uma “quase prova”.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada através do método indutivo, utilizando-se de técnica bibliográfica e jurisprudencial, relacionando-a com julgados proferidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, de modo a evidenciar a aplicação do princípio em questão em situações de casos concretos. Dessa forma, foram utilizadas doutrinas importantes acerca do assunto, bem como foi utilizado o acesso ao site do TJ-ES para coleta dos julgados que serão debatidos à frente.

3 DESENVOLVIMENTO

Primeiramente cabe destacar o conceito de princípio, que, segundo Ruy Samuel Espíndola (2002, p. 53) trata-se de “[...] um sistema de ideias, pensamentos ou normas por uma ideia mestra, por um pensamento chave, por uma baliza normativa, donde todas as demais ideias, pensamentos ou normas derivam, se reconduzem e/ou se subordinam”. Noutra giro, cabe destacar que o próprio Código de Processo Penal, em seu artigo 3º, faz alusão da aplicabilidade de princípios que dispõe: “a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito” (BRASIL, 1941). Assim, é importante conceituar o princípio do *in dubio pro reo*:

Não se trata de um favor, no sentido de consagrar uma graça, um agrado ou uma simples benevolência; trata-se de um dever legal para declarar primordial o estado de não culpabilidade. Não se liga, ainda, ao privilégio a uma das partes, desequilibrando-se a relação processual, mas cumpre visualizá-lo como um reconhecimento ao interesse da sociedade de que todos sejam inocentes, desde o nascimento, até a inversão desse status, dependente do devido processo legal. A dúvida é um estado comum no espírito humano; a hesitação pode ser fruto da ponderação e da prudência. De toda forma, o estado natural do indivíduo, constitucionalmente de inocência, pode ser alterado em virtude da certeza da culpa, advinda das provas colhidas no processo. Inexistindo persuasão íntima razoável, por simples lógica, mantém o status vigente: inocência. No geral, a mesma postura deve ser adotada. Entre decretar uma prisão cautelar e assegurar a liberdade individual, em caso de fundada dúvida, deve prevalecer o estado natural, fruto da inocência: liberdade. Idêntica atitude, quando se está

hesitante entre invadir a intimidade alheia ou preservá-la. A prevalência do interesse do réu não pode servir de obstáculo à persecução penal do Estado, com vista à garantia da segurança pública; todas as medidas restritivas necessárias não eliminam o estado de inocência e muito menos o interesse prevalente do acusado, pois este somente emerge em caso de dúvida. (NUCCI, 2015, p. 301).

Vale dizer que o princípio do *in dubio pro reo* está relacionado a outro princípio, qual seja, o da presunção de inocência. Esse por sua vez, cabe destacar:

No cenário penal, reputa-se inocente a pessoa não culpada, ou seja, não considerada autora de crime. Não se trata, por óbvio, de um conceito singelo de candura ou ingenuidade. O estado natural do ser humano, seguindo-se fielmente o princípio da dignidade da pessoa humana, base do Estado Democrático de Direito, é a inocência. Inocente se nasce, permanecendo-se nesse estágio por toda a vida, a menos que haja o cometimento de uma infração penal e, seguindo-se os parâmetros do devido processo legal, consiga o Estado provocar a ocorrência de uma definitiva condenação criminal. (NUCCI, 2015, p. 294).

O princípio da presunção de inocência encontra respaldo na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LVII que determina “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (BRASIL, 1988). Desse modo, é importante dizer que a presunção de inocência não se confunde com a presunção de não culpabilidade. Isso porque, “uma situação é a de presumir alguém inocente; outra, sensivelmente distinta, é a de impedir a incidência dos efeitos da condenação até o trânsito em julgado da sentença, que é justamente o que a Constituição brasileira garante a todos” (CUNHA, 2016, p. 99).

Ao analisar a sistemática desses princípios, nota-se que há uma derivação entre um princípio e outro. Dessa forma, esses dois princípios já relacionados, derivam do princípio da dignidade da pessoa humana. Referente a este é importante destacar a existência de dois prismas:

Segundo nos parece, o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana possui dois prismas: objetivo e subjetivo. Objetivamente, envolve a garantia de um mínimo existencial ao ser humano, atendendo as suas necessidades vitais básicas, como reconhecido pelo art. 7.º, IV, da Constituição, ao cuidar do salário mínimo (moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, previdência social). Inexiste dignidade se a pessoa humana não dispuser de condições básicas de vivência. 5 Subjetivamente, cuida-se do sentimento de respeitabilidade e autoestima, inerentes ao ser humano, desde o nascimento, quando passa a desenvolver sua personalidade, entrelaçando-se em comunidade e merecendo consideração, mormente do Estado. (NUCCI, 2015, p. 29 - 30).

Logo, para que o ser humano tenha preservada sua dignidade, é necessário o essencial respeito aos direitos e garantias individuais. Por isso, esse princípio é base mestre do Estado Democrático de Direito, não suportando ser contrariado, nem onerado de qualquer cenário, principalmente o contexto penal e processual penal. (NUCCI, 2015). Atento a essa situação, “a ninguém pode ser imposta pena ofensiva a dignidade da pessoa humana, vedando-se reprimenda indigna, cruel, desumana ou degradante. Este mandamento guia o Estado na criação, aplicação e execução das leis penais” (CUNHA, 2016, p. 100).

Ademais, é imperioso fazer menção ao princípio da humanidade que se destaca ao prever que “o poder punitivo estatal não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana ou que lesionem a constituição físico-psíquica dos condenados” (SALDARRIAGA *apud* BITENCOURT, 2012, p. 30). No mesmo diapasão, “[...] recomenda que seja reinterpretado o que se pretende com ‘reeducação e reinserção social’, uma vez que se forem determinados coativamente implicarão atentado contra a pessoa como ser social” (RAMIREZ *apud* BITENCOURT, 2012, p. 30).

Entretanto, não se pode esquecer que o Direito Penal não é essencialmente assistencial, mas visa primeiramente à Justiça distributiva, responsabilizando o infrator pela transgressão da ordem jurídica (BITENCOURT, 2012). Tal feito, entretanto:

[...] não pode ser conseguido sem dano e sem dor, especialmente nas penas privativas de liberdade, a não ser que se pretenda subverter a hierarquia dos valores morais e utilizar a prática delituosa como oportunidade para premiar, o que conduziria ao reino da utopia. Dentro destas fronteiras, impostas pela natureza de sua missão, todas as relações humanas reguladas pelo Direito Penal devem ser presididas pelo princípio de humanidade. (JESCHECK *apud* BITENCOURT, 2012, p. 30).

Não obstante, “resulta ser inconstitucional a criação de um tipo ou a cominação de alguma pena que atente desnecessariamente contra a incolumidade física ou moral de alguém [...]” (CAPEZ, 2011, p. 41). Diante disso, passa-se para análise do *in dubio pro reo* e sua aplicação em algumas decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo no ano de 2016.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O posterior julgado remete ao tema tráfico de drogas e a dúvida quanto à propriedade das substâncias entorpecentes apreendidas. Veja-se:

APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, § 4º, C/C ART. 40, INCISO VI, DA LEI Nº 11.343/06)– DÚVIDA QUANTO À PROPRIEDADE DAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES APREENDIDAS – INSUFICIÊNCIA DE PROVAS – IN DUBIO PRO REO – ABSOLVIÇÃO – NECESSIDADE – RECURSO PROVIDO. 1. No âmbito de um processo penal digno de um Estado Democrático de Direito, estruturado a partir de uma Constituição Federal que estabelece um amplo rol de direitos e garantias individuais, dentre os quais está a presunção de inocência, é absolutamente vedado ao Poder Judiciário presumir a culpa de qualquer pessoa sem um juízo de certeza de sua autoria. 2. Se as provas produzidas ao longo da persecução penal não são suficientes para superar a dúvida a respeito da propriedade ou posse das drogas apreendidas, visto que encontradas no chão, do lado de fora da residência e próxima do local onde estavam os apelantes e outras várias pessoas, sem que ninguém tenha visto quem as dispensou, revela-se imprescindível absolvê-los, em respeito ao princípio do in dubio pro reo . 3. Recurso provido, a fim de absolver todos os apelantes da prática do crime de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06), nos termos do art. 386, inciso V, do Código de Processo Penal.(TJ-ES - APL: 00284398720148080048, Relator: SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA, Data de Julgamento: 13/07/2016, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 22/07/2016).

No caso em tela, é possível observar que houve dúvida em relação à propriedade das drogas apreendidas. Dessa forma, o tribunal declarou insuficientes as provas produzidas durante a fase de instrução e aplicou o princípio objeto de análise desta pesquisa absolvendo os réus. Trazendo à baila mais um julgado do TJ-ES também relacionado ao crime de tráfico de drogas é possível observar:

APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGO 33, CAPUT DA LEI Nº 11.343/06. ABSOLVIÇÃO. RECURSO MINISTERIAL. CONDENAÇÃO NO CRIME DE TRÁFICO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE I) ROVA SUFICIENTE QUANTO À AUTORIA DELITIVA. IN DUBIO PRO REO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Há dúvidas fundadas e sérias acerca da autoria delitiva do Apelado do delito de tráfico de drogas, pelo qual foi denunciado. Meras presunções de que o recorrido estaria praticando o tráfico não são suficientes a ensejar uma condenação. Sabe-se que as provas semiplenas não são capazes de afastar o princípio do in dubio pro reo do caso em análise e, consequentemente, coadunar com a determinação necessária quanto à autoria delitiva. Nesse sentido, a prudência recomenda que sejam os mesmos absolvidos, por imperiosa aplicação do princípio do in dubio pro reo. Com efeito, em observância ao supracitado princípio, o fumus boni iuris, suficiente para instauração da ação penal, diante dos indícios de autoria e prova da materialidade, quando não confirmados em juízo, não sustentam um decreto condenatório, já que a condenação criminal pressupõe certeza quanto à autoria e materialidade delitiva. (TJ-ES - APL: 00105064220158080024,

Relator: SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA, Data de Julgamento: 22/06/2016, SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 01/07/2016).

No caso supracitado, foi levado em conta a falta de provas quanto à autoria delitiva. Sendo assim, o *fumus boni iuris*, suficiente para instauração da ação penal, diante dos indícios de autoria e prova da materialidade, quando não ratificados em juízo, não sustentam um decreto condenatório, já que a condenação criminal pressupõe certeza quanto à autoria e materialidade delitiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o exaurimento das pesquisas realizadas sobre o caso em tela, urge salientar que o poder judiciário, investido do poder judicante, através de seus árbitros, deve agir com coerência e imparcialidade, a fim de aplicar a legislação pertinente a cada caso, fazendo com que a justiça possa ser praticada do modo mais justo possível; mesmo sabendo da inexistência do seu absolutismo.

Em um Estado Democrático de Direito é imprescindível a aplicação do princípio do in dubio pro reo, visando respeitar os direitos e garantias fundamentais que cominam com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Desta feita, podemos concluir que, em todos os casos onde parem dúvidas por falta de provas reais e concretas, o deferimento de sentenças deverá ser sempre em favor do réu.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 07 nov. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>>. Acesso em: 01 set 2017.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CUNHA, Rogério Sanchez. **Manual de Direito Penal**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

ESPINDOLA, Ruy Samuel. **Conceito de princípios constitucionais:** elementos teóricos para uma formulação dogmática constitucionalmente adequada. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ESPIRITO SANTO (ESTADO). **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.** Disponível em: <www.tjes.jus.br>. Acesso em 07 nov. 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015..

CULTURA DO ESTUPRO EM PAUTA: UMA REFLEXÃO DA OBJETIFICAÇÃO DA MULHER

BARROS, Roberto Coutinho

LIMA, Anderson Petilde

VIANNA, Wagner Cateim¹

RANGEL, Tauã Lima Verdand²

1 INTRODUÇÃO

A temática em epígrafe aborda um assunto delicado e cheio de meandros, que afeta o aspecto físico e psicológico das vítimas, e mantém as mulheres, principalmente, cativas de maneira tão intensa e cruel, que o cativo torna-se comum e socialmente aceitável. Com efeito, nota-se que uma postura histórica de tolerância, tem permitido que a confusão quanto aos papéis no cenário que envolve o estupro e seus aspectos se enraíze cada vez mais na mentalidade coletiva.

Diante disto, este trabalho pretende explicitar como se construiu, historicamente, a cultura do estupro, abordando o seu combate na legislação atual e sua evolução no ordenamento jurídico pátrio. Observar-se-á qual o tratamento legal dispensado aos casos de estupro no Brasil. Será apresentada a opinião da população, por meio de estatísticas extraídas de entrevista, quanto aos pontos nevrálgicos da cultura do estupro.

2 METODOLOGIA

A pesquisa em tela é qualitativa no que tange a revisão de literatura por meio de fontes teóricas sobre a temática, baseada do ordenamento jurídico e quantitativa a partir da

¹ Graduando do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, wagnercateim@hotmail.com;

² Professor Orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (2013-2015). Especialista em Práticas Processuais – Prática Civil, Prática Penal e Prática Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES (2014-2015). Líder do Grupo de Pesquisa “Direito e Direitos Revisitados: Fundamentalidade e Interdisciplinaridade dos Direitos em pauta”. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

aferição de respostas a questionário realizado por meio digital, no qual foram entrevistadas 116 pessoas.

3 DESENVOLVIMENTO

A cultura do estupro se construiu a partir de um modelo de poder patriarcal com ênfase na objetificação da mulher. O termo “cultura do estupro” foi cunhado por feministas dos anos 70 para explicar o ensino difundido socialmente, mesmo que de maneira informal, de ao invés de não se estuprar, não ser estupro, esclarecem Santos e Alves (2015).

Hodiernamente, os meios de comunicação e veículos de mídia trazem informações e novos casos em que pessoas são vítimas de estupro, na grande maioria dos casos são mulheres, que são atingidas por este crime que causam sequelas graves na vida do indivíduo agredido (SOUSA, 2017). Neste diapasão, muitos casos vêm tomando os noticiários, e levando a sociedade a refletir, em que os agressores apalpam os órgãos genitais e outras partes da mulher, em que há a masturbação e a ejaculação na vítima, em situações em que o agressor se aproveita da vítima não sendo em locais ermos e de fácil ocultação do crime, mas atualmente ocorrendo em locais públicos e comumente lotados (SOUZA, 2017).

De fato, a indignação e revolta, são sentimentos que dão a tônica para estes casos, porém o que a maior parte da população desconhece é que os aplicadores do Direito estão atrelados, na verdade amordaçados, a um código penal arcaico de 1940 que mesmo com todas as modificações ainda continua não prevendo a maioria das condutas atuais (BARBOSA, 2017). Em verdade, em 1940 a ideia era de que a mulher constava apenas como sujeito passivo do crime de estupro, que apenas seria consumado mediante a penetração do pênis com a vagina, conceitos estes que mudaram tornando o artigo 213 mais abrangente quanto aos indivíduos do polo passivo e também incluindo os atos libidinosos no rol, esclarece Sousa (2017).

Todavia, o ato de apalpar a vítima, ejacular nela e outros atos em que não seja constatada a violência e grave ameaça da vítima são considerados meras contravenções penais que geram apenas uma multa para o agressor da vítima

(SOUZA, 2017). As condutas descritas bem como as de cunho verbal expõem o quão defasado é o código penal brasileiro, e do mesmo modo como a corrente machista afetou a tutela dos direitos das mulheres, e também o trabalho o poder judiciário que da mesma maneira sofre ao ter ferramentas precárias de trabalho, neste caso leis que não refletem a realidade.

Ao contrário, o que é presenciado não somente pelas vítimas de estupro como do mesmo modo por milhares de brasileiras, é que os agressores se debruçam em atos e gestos machistas que são passados até estes como coisas naturais, ou culturais, e que evidenciam a posse do homem sobre a mulher, como um *status* hierárquico cultural que foi cunhado pelo sistêmico Estado patriarcal que massacrou, e massacra as mulheres em seu dia-a-dia (SOUZA, 2017). Deste modo, esta cultura que banaliza a violência contra a mulher, aliada com um arcabouço jurídico que fora desenvolvido em sua integralidade por legisladores que viviam este tipo sistema patriarcal, e código este que continua vigente o resultado é que mesmo que o aplicador do direito queira a realidade é que a própria lei sendo aplicada de forma correta ainda trará um gosto de injustiça a todos que se revoltam com este tipo de crime.

Assim, a raiz do problema está na incoerência da lei com a realidade atual no Brasil, gerando a necessidade de mudanças urgentes. O que não pode ocorrer de forma nenhuma é que haja uma invasão nas particularidades de cada poder para que se faça algum tipo de correção, como exemplo a interpretação deturpada e ou desviante da lei, pois este tipo de ação além de ferir o equilíbrio entre os três poderes, abre precedente para a aplicação arbitrária da lei, o que sem dúvidas deve ser evitado em um Estado democrático de direito, elucida Castro (2017).

Neste diapasão, o objetivo deve ser sempre a evolução do direito e da sociedade para a justiça e a aplicação correta da lei, e o papel do legislativo é desenvolver leis que não só represente a sociedade, mas que também possa auxiliar na aplicação do judiciário a fim de reformar o ser humano e punir na medida correta de seus crimes sem excessos e sem ficar aquém e que se finde em impunidade este tipo de agressão.

A um observador desavisado parecerá que o estupro, bem como a cultura que o envolve estão alicerçados na violência do homem contra a mulher para satisfação de

um desejo sexual que não controla por não querer controlar, por sofrer de algum desvio sexual, ou mesmo por ser criminoso potencial ou contumaz. Ocorre que a cultura do estupro não necessariamente se conecta a tais fatores. Isto porque, seu alicerce, quando se analisa mais profundamente, está vinculado a reafirmação do poder masculino.

Historicamente, a sociedade se construiu com uma hierarquia que colocava o homem acima da mulher. Esta hierarquia carecia de constante reafirmação para manutenção do poder, o que se manifestava tanto nos lares quanto nas relações sociais fora dele. Por isso, Brownmiller afirma categoricamente que o “crime de estupro não está relacionado a sexo ou desejo sexual, estupro é reflexo da hierarquia sexista, que intimida mulheres e as mantém em um estado permanente de medo” (BROWNMILLER apud OLIVEIRA, SOUZA, CANUTO, VASCONELOS, 2015, p. 2).

O cerne da cultura do estupro vigora em discursos machistas que tem por foco a ideia do poder sexual concentrado no homem, que teria direito de efetivar seu poder sobre a mulher ou outros homens como e quando entender ser melhor, inclusive de forma acentuada, dentro do contexto do casamento. Souza (2017) ressalta que a perspectiva do poder é tão evidente quando se trata de estupros, que é uma prática corriqueira nos conflitos armados o estupro tanto de homens quanto de mulheres para subjugar a moral da tropa adversária.

A hierarquização das relações entre homem e mulher foram determinantes para gerar e implementar a cultura do estupro. O prazer da mulher era sinônimo de perversão. As mulheres tidas como “recatadas” eram dignas de compromisso e as que eram desaprovadas socialmente não tinham valor a elas atribuído. A forma de se vestir e o modo de agir determinavam este valor, observam Diotto e Souto (2016). Nota-se que a cultura do empoderamento masculino frente a suposta fragilidade feminina delineou os contornos de uma cultura do estupro cada vez mais enraizada na sociedade. E, com o advento da tecnologia, novas formas de objetificação da mulher pautadas na cultura do estupro ganharam vulto.

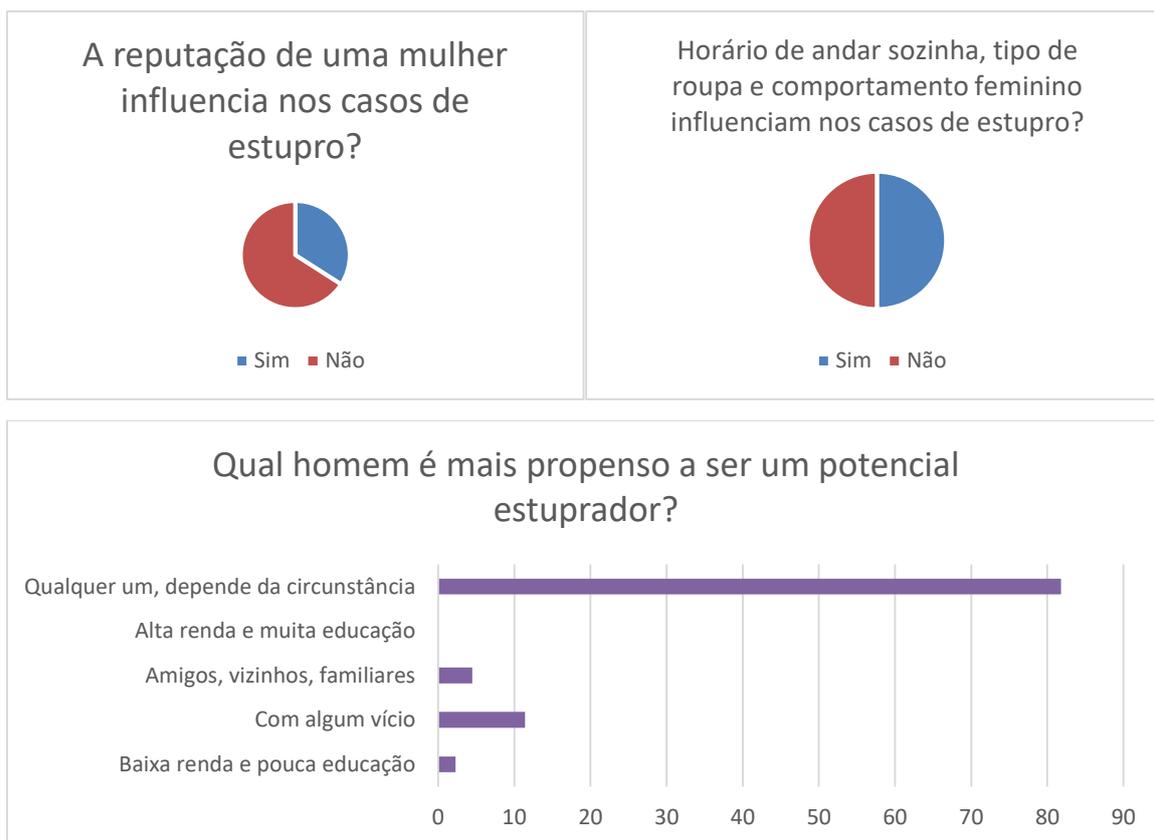
Como já visto, a cultura do estupro se baseia no poder que o homem julga ter e que pretende exercer sobre a mulher. Desta forma, quando esvaziado deste poder a

tendência do homem que perde, a partir de sua perspectiva, um objeto que lhe pertence, é de reagir de maneira vingativa e criminosa contra a mulher que, em sua visão, usurpou tal poder. Com o advento da internet e posteriormente das redes sociais, a cultura em discussão encontrou meios de manifestação nos meios virtuais. Cenas íntimas passaram a serem gravadas e divulgadas como forma de retaliação contra as mulheres quando estas, por quaisquer motivos, não aceitavam ser objetificadas continuamente nos relacionamentos.

Um dos primeiros casos que se tem notícia no Brasil, é o de Francielle S. P., de Goiânia, que em 2013, com 19 anos de idade, gravou vídeos com seu namorado Sérgio A. A. de intercursos sexuais nos quais apenas ela era identificada. Após o término do relacionamento, os vídeos foram divulgados ao público. Outro caso gerou o suicídio de Giana L. F. que a época tinha 16 anos de idade, quando uma foto sua foi veiculada na internet com seios à mostra, comenta Barros (2017). Conhecida como “pornografia de vingança” a atitude de divulgar cenas íntimas ou fotos com conteúdo sexual, é a expressão virtual da cultura do estupro, pois se baseia da ideia difundida socialmente da mulher como objeto e se expressa como reafirmação do poder masculino, no caso, agindo de maneira a causar dano ao “objeto” que não mais lhe pertence. Uma vez que o valor da mulher está em sua conduta, principalmente sexual, desvalorizá-la significa expor que ela é um “objeto” usado por muitos outros homens, e não representa poder se relacionar com ela. A ferida é contumaz contra a dignidade da ofendida, que suporta dados sociais e psicológicos semelhantes àquela violentada na realidade fática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi realizada pesquisa com 116 pessoas através de questionário divulgado no site www.onlinepesquisa.com, com os seguintes resultados:



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão envolvendo a cultura do estupro é, de fato, um problema a ser enfrentado pela inter-relação entre diversas ciências mutuamente. O caráter antropológico, psicológico e psiquiátrico, bem como judicial tem que ser revistos constantemente na busca de soluções eficazes contra a postura adotada por toda a sociedade neste sentido. Punições mais severas sem o devido cuidado às vítimas e mesmo aos ofensores, são ações paliativas que tendem, apenas, a responder de maneira imediatista e insuficiente a um costume enraizado causador de inúmeros males.

6 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ruchester Marreiros. Cultura do estupro e cultura do deturpo são a mesma coisa?. **Consultor Jurídico**: portal eletrônico de informações, 28 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-mar-28/academia-policial-cultura-estupro-cultura-deturpo-sao-mesma-coisa>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

BARROS, Roberto Coutinho. O desafio contemporâneo da responsabilidade civil digital frente ao uso indevido da imagem: aspectos relevantes. **Revista Ambiente Acadêmico**, Cachoeiro de Itapemirim, v. 3, n. 1, 2017.

CASTRO, Pedro Soliani de. A cultura do estupro na lei penal. In: **Carta Capital:** portal eletrônico de informações, 06 abr. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/06/cultura-do-estupro-na-lei-penal/>>. Acesso em: 05 Nov. 2017.

DIOTTO, Nariel, SOUTO, Raquel Buzatti. Aspectos históricos e legais sobre a cultura do estupro no Brasil. In: XIII Seminário Internacional – Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, **ANAIS...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. Disponível em <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15867>> Acesso em 31 Out. 2017.

OLIVEIRA, Francisca Moana A. de et all. O crime de estupro e a cultura de culpabilização da vítima. In: VIII Encontro de Pesquisa e Extensão da Faculdade Luciano Feijão, **ANAIS...**, Sobral-CE, Nov. 2015. Disponível em <http://flucianofejiao.com.br/novo/wp-content/uploads/2016/11/O_CRIME_DE_ESTUPRO_E_A_CULTURA_DE_CULPABILIZACAO_DA_VITIMA> Acesso em: 31 Out. 2017.

SOUZA, Franklin Andrade Ribeiro de. O crime de estupro à luz do código penal. In: **Jusbrasil:** portal eletrônico de informações, 05 set. 2017. Disponível em: <<https://1983.jusbrasil.com.br/artigos/495786778/o-crime-de-estupro-a-luz-do-codigo-penal>>. Acesso em: 05 Nov. 2017.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, Abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Nov. 2017.

O PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

ALMEIDA, Sâmela Emanuella Monteiro

CARREIRO, Stephanie Tambarotto

GUIMARÃES, Amanda Santos

OLIVEIRA, Ygor Falcão

SIQUEIRA, Wallace Fernandes¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

É de conhecimento unânime, por parte dos operadores do direito, que o judiciário brasileiro encontra-se em situação delicada: poucos servidores, muitos processos, e jurisdicionados insatisfeitos com a justiça estatal. Tendo em mente estes e outros fatores, os legisladores brasileiros elaboraram um novo Código de Processo Civil, visando à modernização e agilidade do poder judiciário. A Constituição de 1988 já abordava normas de direito processual e estabelecia regras basilares para o bom andamento do processo. No novo CPC, preocupou-se em valorizar os preceitos processuais versados pela constituição, nossa norma máxima. O presente estudo teve por objetivo analisar a inserção do Princípio da Razoável Duração do Processo no novo Código de Processo Civil e observar se, na prática, tal alteração foi eficaz.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada no curso do presente resumo foi o método indutivo, auxiliado de revisão de literatura, pesquisa bibliográfica e pesquisa quantitativa como técnicas de pesquisa.

¹Graduandos em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

3 DESENVOLVIMENTO

É inerente ao ser humano viver em sociedade; o homem, para os filósofos defensores da teoria do impulso associativo natural, é um ser gregário. Mas, simultaneamente aos benefícios, a vida em sociedade traz consigo a característica de destacar as diferenças de pensamentos existentes nos homens, e por isso a existência de conflitos é também algo já esperado.

Nas sociedades mais primitivas, podemos dizer que não existia a figura do Estado e seu poder soberano; "não só inexistia um órgão estatal que, com soberania e autoridade, garantisse o cumprimento do direito, como não havia sequer as leis (normas gerais e abstratas impostas pelo Estado aos particulares)" (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 1992, p.24). Então, na ocorrência de algum conflito, como saber quem tinha razão? Sem a existência de um juízo, as divergências eram resolvidas pelos próprios envolvidos. Tal método ficou conhecido na história como autotutela, que é a justiça feita com as próprias mãos.

Com o aumento da complexidade e do número de pessoas que viviam nesses grupos, surgiu a necessidade de pacificar a conduta a ser assumida em casos de conflitos de interesses. O responsável por julgar o mérito da causa era geralmente o líder do grupo, que aplicava a punição ao transgressor ou permitia que a própria vítima a fizesse, e a esse sistema deu-se o nome de arbitragem, onde um terceiro teria poder decisório sobre o conflito. Cada sociedade estabelecia essas punições de acordo com seus costumes, visando a pena desagravar uma divindade ofendida pelo mal causado, ou apenas vingar a vítima.

Com o surgimento das primeiras organizações políticas, o Estado se torna este terceiro, chamando para si o *jus punitiois*, cabendo a ele manter a ordem social e julgar os conflitos, já que "o Estado, já suficientemente fortalecido, impõe-se sobre os particulares e, prescindindo da voluntária submissão destes, impõe-lhes autoritariamente a sua solução para os conflitos de interesses" (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 1992, p.26). A esse fenômeno dá-se o nome de jurisdição estatal, ou seja, o Estado é quem diz o direito.

No Brasil, a jurisdição estatal é garantida pela Constituição, que prevê em seu artigo 5º, inciso XXXV que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;” (BRASIL, 1988, s.p.). Tal artigo assegura o direito constitucional de ação; de levar ao poder judiciário os conflitos da sociedade. O processo, alvo do presente estudo, é o instrumento através do qual os jurisdicionados levam suas ações ao poder judiciário, portanto, a existência da relação jurídica se dá pelo processo. O direito material prevê as regras que regulam a convivência em sociedade, mas sua inobservância incide no direito processual, que ditará, a partir do surgimento de uma ação, as regras que garantirão, ou pelo menos espera-se que garantirão, a efetividade e isonomia do processo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A atual situação do poder judiciário brasileiro é conhecida por todos, e a fama de termos o judiciário mais caro do planeta não significa que possuímos um judiciário rápido e confiável:

O Brasil mantém a Justiça mais cara do planeta, comprovam os pesquisadores Luciano Da Ross, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Matthew M. Taylor, da American University, que mapeiam as mudanças no sistema judicial a partir da redemocratização do país.

O Poder Judiciário consome anualmente 1,3% do Produto Interno Bruto, ou 2,7% de tudo que é gasto pela União, pelos estados e municípios. Significa uma despesa anual de R\$ 306,35 (US\$ 91,2) no bolso de cada um dos 200 milhões de habitantes.

Da Ross e Taylor continuam tentando entender por que os brasileiros pagam tão caro por um serviço judiciário cuja característica é a lentidão, onde dois em cada três processos remancham nos tribunais e alguns demoram mais que uma vida para julgamento (CASADO, 2016, s.p.).

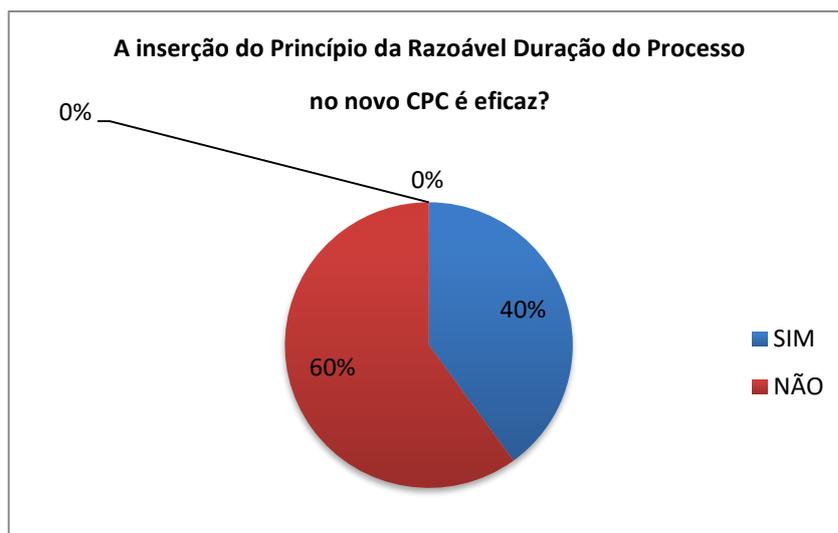
O legislador brasileiro achou então como forma de melhorar nosso poder judiciário, elaborar um novo Código de Processo Civil, onde foram inseridos princípios processuais antes abordados apenas pela constituição, como o Princípio da Razoável Duração do Processo, que se encontra no artigo 5º da Constituição de 1988, inciso LXXVIII, onde encontramos que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”(BRASIL, 1988, s.p.). Reforçando a norma constitucional, o Código de Processo Civil sancionado em 2015, leciona em seu artigo 4º que “as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade

satisfativa." (BRASIL, 2015, s.p.). Tal inserção tem o claro objetivo de fazer com que os processos transitem em julgado no menor tempo possível, para que o judiciário possa de fato cumprir com seu objetivo de entregar a prestação jurisdicional, solucionando um conflito, já que

Não se poderia conceber um processo extremamente demorado, que feriria frontalmente o escopo para o qual existe que é o de entregar a prestação jurisdicional com a maior brevidade possível, dando a quem tem o direito tudo aquilo que obteria caso tivesse havido satisfação voluntária daquele direito. (FUX; NERY; WAMBIER, 2006, p.141).

Em pesquisa feita com os operadores do direito de nossa região, visamos constatar se o novo código de processo realmente trouxe maior celeridade ao trâmite processual e o resultado obtido mostrou que para uma verdadeira mudança no poder judiciário brasileiro, um novo código não é suficiente. Foi unânime entre os pesquisados o entendimento que o código trouxe mudanças tímidas, e que algumas delas, como a contagem de prazos em dias úteis, abordada pelo artigo 219 do novo CPC, até mesmo agrava o andamento processual.

Foi destacada, também, a falta de preparo por parte dos servidores do Poder Judiciário para trabalhar com o novo código. Os poucos operadores que elogiaram a mudança de código deram ênfase ao incentivo dado à conciliação, que antes só poderia ser proposta no decorrer do processo pelo juiz, e agora, por força do artigo 3º § 3º pode e deve ser estimulada por todos aqueles detentores de capacidade postulatória: "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial." (BRASIL, 2015, s.p.).



Fonte: Os autores, 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o cenário exposto, foi possível concluir que ainda é cedo para se observar os efeitos do novo código, mas pode-se perceber que o necessário para que a justiça no Brasil seja, de fato, eficiente, vai muito além de uma alteração legislativa. É preciso infraestrutura, compromisso por parte não só do Estado, como também dos jurisdicionados, já que "devem ser levadas em consideração para ser apreciado o tempo razoável de duração de determinado processo, que seriam: (a) a complexidade do assunto; (b) o comportamento dos litigantes; (c) a atuação do órgão jurisdicional" (FUX; NERY; WAMBIER, 2006, p.142). O novo código trouxe consigo mudanças, ainda que tímidas no trâmite processual, mas para que a justiça possa se manifestar de forma eficaz, ainda há muito para ser feito.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10 nov. 2017.

_____. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código De Processo Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10 nov. 2017.

CASADO, José. A justiça mais cara do mundo. *In: O Globo*: portal eletrônico de informações, julho. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/a-justica-mais-cara-do-mundo->>. Acesso em 10 nov. 2017.

CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria geral do processo**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 1992.

FUX, Luiz; NERY JÚNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Processo e Constituição**: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

CULTURA EM TRANSFORMAÇÃO: O IMPACTO DA MÍDIA NA MODIFICAÇÃO DOS HÁBITOS CULTURAIS

CALDEIRA, Samuel Brito

BARBOSA, Amanda Reis

BASÍLIO, Karina Silva¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

A comunicação sempre foi um grande fator para o desenvolvimento do homem e da sociedade, principalmente, para a formação de sua cultura. O homem está em constante mutação, e com ele a cultura também passa por grandes transformações ao longo das eras. De geração em geração é possível observar grandes mudanças na cultura de uma civilização e, um dos grandes responsáveis para esta transformação, é a mídia e a comunicação.

A cultura é a identidade de um povo, a sua essência, seu modo de viver, enxergar a vida e a comunicação são de suma importância para a cultura de uma sociedade, pois é através da dela, por exemplo, que as sociedades antigas transmitiam os seus ensinamentos para as novas gerações. Isto é, a comunicação é a chave para o relacionamento inter-humano. Hodiernamente, as mídias controlam a comunicação. Isto, porque as mídias, são as grandes propagadoras de informação que chegam até as pessoas, tais como, jornais, revistas, televisão e, sobretudo, a internet. Grande parte da midiatização se dá por meio da internet, e esta, desempenha o seu papel com profunda maestria sociedade. Nota-se, sobretudo nas últimas décadas, o uso exacerbado da internet, especialmente, das redes sociais diversas.

O uso da internet pode trazer vários benefícios para a sociedade, principalmente para a disseminação da cultura por todas as regiões. Todavia, este uso pode trazer

¹Graduandos do do Curso de Direito da Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com.

consequências negativas para a sociedade, uma vez que, não há um filtro dos conteúdos e não há como limitar o uso, o que pode prender, além da conta, a atenção das pessoas para as redes sociais fazendo com que elas esqueçam outras áreas de suas vidas, principalmente, da experiência da convivência em sociedade aproximando, quem está longe, e afastando quem está perto. Assim, o presente trabalho trata-se de pesquisa qualitativa que traz esclarecimento sobre a influência da mídia na sociedade, tendo por escopo, tecer crítica sobre o modo de vivência da contemporaneidade ante as redes sociais e os prejuízos que tal postura pode acarretar à sociedade.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Desenvolvido com o auxílio de revisão da bibliografia do tema proposto, bem como a observação da sociedade em geral e sua postura em redes sociais que demandam grande aceitação do público; além de, utilizar-se de artigos, doutrinas, pesquisas e outros trabalhos que versem sobre a mesma temática a fim de, trazer ao leitor uma perspectiva crítica da influência da mídia, principalmente as redes sociais, na transformação da cultura.

3 DESENVOLVIMENTO

A midiatização pode ser entendida como a exposição que algum determinado assunto através da mídia. Hodiernamente, percebe-se, acima de qualquer coisa, que as informações são transferidas e alcançadas pela mídia. As formas mais comuns de se perceber são através de redes sociais, que são os meios mais usados cotidianamente pela grande massa. Grandes fontes de informação, as redes sociais chegam a alcançar quase a totalidade das sociedades, sendo usadas para doutrinar as pessoas, uma vez que, todas elas recorrem aos "ensinamentos" trazidos pelos chamados "influencers", estes, são os que têm grande número de seguidores e são considerados líderes em determinados seguimentos.

As pessoas são dadas à comodidade e se a informação chega sem muitos esforços, logo, não será necessário buscar fontes alternativas de conhecimento, e é nesta perspectiva que desperta-se os grandes perigos, pois quando não se busca outras

fontes de informação faz-se, assim, um potencial receptor passivo de ideias e ideais. Um dos maiores exemplos de que as redes sociais envolvem as pessoas e as convencem de vários ideais é o movimento "#vemprarua" que se originou a partir de convocações pelas redes sociais para que em determinados dias as pessoas saíssem de suas casas para protestar e logo se presenciou a mudança de um povo que até era pacífico e não dado às manifestações à um povo que ao não concordar com o estava sendo estipulado saem às ruas para manifestar-se.

Assim, fica bem provado que as redes sociais influenciam as pessoas de maneira tal que as fazem agir de forma diferente, transformando-os. Logo, percebemos que a cultura vai sendo também afetada, pois a cultura acompanha as mudanças do homem, à medida que este se transforma tem-se uma nova cultura sobre determinados assuntos e posicionamentos. Hoje, cumpri-se então salientar que, as redes sociais são grandes influenciadoras nas culturas das sociedades podendo até, manipular as pessoas de certo modo, uma vez que, as pessoas se tornam iguais àquilo que elas seguem e acreditam ser verdadeiro.

Logo, se convencer a maioria sobre determinado ideal ou pensamento, ter-se-á uma mudança de pensamentos e paradigmas na sociedade. Fica ainda mais evidente o poder de manipulação que as mídias tem, em especial as redes sociais, pelo que Javier Salas (2017, s.p.), do jornal El País publicou, disse ele: "[...] a própria equipe de Trump quem reconhece que cavalgou para a Casa Branca nas costas das redes sociais, aproveitando sua enorme capacidade de alcançar usuários tremendamente específicos com mensagens quase personalizadas". Javier Salas continua dizendo:

[...] revelou uma representante da equipe digital de Trump à BBC, o Facebook, o Twitter, o YouTube e o Google tinham funcionários com escritórios próprios no quartel-general do republicano. "Eles nos ajudaram a utilizar essas plataformas da maneira mais eficaz possível. Quando você está injetando milhões e milhões de dólares nessas plataformas sociais [entre 70 e 85 milhões de dólares no caso do Facebook], recebe tratamento preferencial, com representantes que se certificam em satisfazer todas as nossas necessidades" (SALAS, s.d, apud, MISTO BRASÍLIA, 2017, s.p.).

Além de manipular as massas, as redes sociais trazem às pessoas uma necessidade de se expor e serem reconhecidas, isto é, ficarem "famosas" nas redes sociais. Como bem explica Sodré (2002, s.p.) "a sociedade contemporânea está imersa em um espaço midiaticizado". A midiaticiza o está se manifestando na forma heterogênea, em que a maioria, pelos avanços,

onde a natureza tecnológica, não é de modo algum, homogênea e linear. Segundo Fausto Neto (2005, p.03), por muito tempo os paradigmas nas teorias das comunicacionais apostavam na ideia de que a convergência das tecnologias nos levaria a estruturação de uma sociedade uniforme, com gostos e padrões, em função de um consumo homogeneizado. Vemos assim, uma geração de fenômenos distintos e que se caracterizam pelas disjunções entre estruturas de oferta e de apropriação de sentidos.

Para Castells (2004, p.287), a internet é considerada como “tecido de nossas vidas”, sendo um meio de comunicação e relação essencial, como se fosse o coração sociotécnico. Nesse sentido, a internet não é simplesmente uma tecnologia; é o meio de comunicação que constitui a forma organizativa de nossas sociedades... O que a internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos. Tudo o que fazemos, sentimos, agimos ou até mesmo locais onde visitamos, é postado, publicado, em redes sociais como: Facebook, Messenger, Whatsapp, Twitter, Snapchat, Instagram, como forma de exposição, ou como apelidamos de “blogueiros”. Isso faz com que as pessoas sejam escravas de uma sociedade midiaticizada, apesar de seus benefícios, como a forma de comunicação e a aproximação de pessoas que gostamos e que moram longes, ao passo que, concomitantemente afastam aqueles que nos ladeiam.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a psicóloga Jemima Morais Veras (s.d, apud, RIBEIRO, 2017, s.p.): “as pessoas falam de si mesma, de como se sentem, do que fizeram, do que vão fazer, enchem as páginas com mensagens prontas. Elas são assim. Talvez na vida real não encontrem tanto espaço, nem tenham tantos amigos. Então, na rede social elas vão satisfazer as necessidades de interagir, de serem ouvidas”. A busca para ter um status nas redes sociais é gradativamente alta, a necessidade de ter seguidores, curtidas e afeto do público fazem com que as pessoas tenham atitudes extrapoladas e, em certas vezes, até ridículas.

Veras (s.d, apud, RIBEIRO, 2017, s.p.) percebe que, algumas pessoas, de tão carentes e solitárias, compartilham nas redes sociais detalhes de suas vidas como se estivessem conversando em uma roda de amigos. Criou-se uma necessidade de se estar conectado, as pessoas acordam, caminham, se alimentam e pior, muitas vezes

não dormem fazendo uso das redes sociais. Elas precisam de pessoas, de serem vistas, ouvidas, se tornam egocêntricas e trabalham com afinco para a promoção da própria imagem.

Na busca de "curtidas" ou comentários, as pessoas as mais egocêntricas possível, não suportando que outras pessoas tenham mais acesso do que elas próprias, alguns chegam a criar contas privadas apenas para denegrir a imagem de outras, estes são conhecidos como "haters", que criticam sempre negativamente as publicações de outras pessoas. Tanto egocentrismo pode gerar um etnocentrismo, no qual as pessoas acreditarão estarem acima de outras, não aceitam culturas ou opiniões diferentes. Porém, todo este esforço pelo reconhecimento é efêmero, tudo é passageiro, a fama, as curtidas. Notícias a todo momento, atualização, e assim vai enchendo nossa caixa de memória, tanto física, quanto virtual e, ao passar do tempo, novas pessoas vão chegando, e se apossando do lugar que um dia também foi seu.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do disposto, fica evidente que, a mídia influencia na mudança da cultura, transforma as sociedades, até mesmo, controlam as pessoas que, excessivamente se entregam ao uso das redes sociais, que hoje são os principais veículos da midiatização da sociedade. Faz-se mister, o uso moderado de tais redes sociais, pois a modificação nos hábitos da sociedade deve ser de forma positiva, que é o contrário do que se tem presenciado. A evolução do ser humano é algo inerente à sua existência, as mídias hodiernamente desempenham um papel primordial e indispensável na mudança da cultura, isto é, são detentoras de parte significativa na transformação da cultura na sociedade, mas que, é necessário ser usada com cautela, pois podem trazer uma série de malefícios à sociedade.

6 REFERÊNCIAS

A Manipulação das redes sociais. *In: Revista Misto Brasília*, 29 out. 2017. Disponível em: <<http://www.mistobrasilia.com.br/noticia-6361-A-manipula%C3%A7%C3%A3o-das-redes-sociais>>. Acesso em: 12 nov 2017.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FAUSTO NETO, A. **Midiatização, prática social - pratica de sentido**. Apostila de conteúdos, UNISINOS, 2005.

SODRÉ, Muniz. **O ethos midiaticizado**. *In*: Antropológica do espelho. Por uma teoria da comunicação linear em rede. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

RIBEIRO, Isaac. Exposição nas redes sociais. *In*: **Tribuna do Norte**: portal eletrônico de notícias, 2012. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/exposicao-nas-redes-sociais/223183>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

A CULTURA NA PERIFERIA: AS LETRAS DE DENÚNCIA NO FUNK

SILVA, Thiane Lugão Faber da

SILVA, Joice Gomes da

MANOEL, Nátaly Ferreira¹

RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Os populares Bailes Funk, tiveram suas origens na década de 70, originados das periferias, suas letras eram baseadas na realidade do local onde viviam e por isso tiveram grande aceitação não só por parte daqueles que moravam nas periferias mas também daqueles se enquadravam nas canções que falavam sobre a luta e o dia a dia de pessoas comuns. Ao longo das décadas o estilo foi se modificando e adotando uma identidade mais ousada e liberal, a partir da década de 2000, o que antes era uma forma de entretenimento e um modo de criticar a sociedade por marginalizar os moradores das grandes periferias se torna mais popular e conquista o restante das classes sociais. Fonte de grande notoriedade midiática, o Funk se torna um meio de ‘desabafar’ sobre as práticas de uma sociedade machista, preconceituosa e desigual. Há aqueles que discordam e associam esse grito da favela com a destruição dos bons costumes e valores e por isso criminalizam o funk e aqueles que se denominam funkeiros.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Todo o trabalho aqui apresentado iniciou-se no dia 28 de agosto de 2017 e teve sua conclusão em 06 de novembro de 2017. O conteúdo abordado, A cultura na periferia: as letras de denúncia no Funk, tiveram como incentivador o professor orientador³ da disciplina Antropologia Aplicada ao Direito, da Faculdade MULTIVIX de Cachoeiro de Itapemirim. O estudo foi pautado em referências bibliográficas contemporâneas, leis

¹Graduandos do curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com;

positivadas, projeto de lei e na apostila apresentada para acompanhar o estudo da disciplina.

3 DESENVOLVIMENTO

A sociedade vive em constante evolução, seja para a produção de novos saberes, na evolução da produção de medicamentos, seja para evolução de tratamentos ou mesmo no que envolve sua própria identidade cultural. Tal cultura pode ser vista de diversas formas. Uma arte contemporânea onde um “Ator/artista” fica nu em plena galeria, onde transita crianças e adolescentes acompanhados de seus respectivos pais, pode causar repúdio ou mesmo ser considerado “normal” por ser “arte”. E se considerarmos as atuais composições comparando-as com as de outrora, onde tínhamos Djavan com sua música “Oceano”, ou mesmo Tom Jobim com sua composição “Águas de Março” e na atualidade “Beijinho No Ombro” cantada por Valesca Popozuda, ou mesmo, “Deu Onda” de MC G15, podemos observar com clareza que algo mudou!

Com o advento da Internet acessível a todos, seja por celular, tablet, computador e outros dispositivos, veio à tona as músicas e letras do estilo Funk, oriundo das classes mais “desfavorecidas” onde tentam através de suas letras passar um recado a grande massa da sociedade. No entanto, alguns utilizam este meio para derramar o ódio, fazer apologia ao crime e ao uso de drogas, incitando desta forma atos criminosos, já tipificados no código penal. Em Junho de 2017 o tema de criminalização do Funk criou força na mídia brasileira, isso porque um empresário Marcelo Alonso, de São Paulo, criou uma Ideia Legislativa sob a ementa “Criminalização do Funk como crime de saúde pública à criança, aos adolescentes e a família”. Na Ideia Legislativa numerada em 65.513 ele argumenta que:

Os chamados bailes de "pancadões" são somente um recrutamento organizado nas redes sociais por e para atender criminosos, estupradores e pedófilos a prática de crime contra a criança e o menor adolescentes ao uso, venda e consumo de álcool e drogas, agenciamento, orgia e exploração sexual, estupro e sexo grupal entre crianças e adolescente, pornografia, pedofilia, arruaça, sequestro, roubo e etc. (IDEIA LEGISLATIVA nº 65.513)

No período de 24/1/2017 a 16/5/2017 a ideia alcançou 21.985 apoiantes, segundo o site do Senado federal, com isso foi designado o Senador Romário como relator do

processo Sugestão, que foi numerado de nº17 de 2017. O então relator junto com a Comissão aprova a realização de audiência pública para instruir a Sugestão e o resultado apurado em 27/10/2017 teve 52.896 votos a favor do processo Sugestão e 38.479 votos contra. Mesmo o voto de seguimento do processo ter sido alcançado, pela audiência pública, o voto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, foi de rejeição da proposta, conforme o Parecer (SF) nº 32 de 20/09/2017. Na análise da comissão, ao adentrar ao mérito da proposta, destaca que o funk é uma manifestação artística e cultural não podendo ligar diretamente os casos de violência ao funk. A proposta ainda destaca que:

Os bailes entretêm a juventude. Trazem divertimento para uma grande parcela da população, justamente para aquela que já se sente marginalizada pela pobreza e exclusão social. Vemos o funk como uma forma de manifestação de pensamento desses jovens, uma maneira de serem vistos e de se sentirem participantes da sociedade civil. (PARECER SF nº 32, 2017)

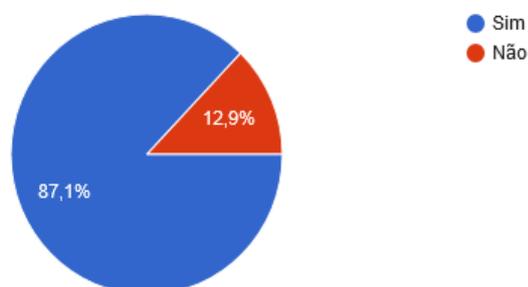
A comissão ainda defende que os atos de criminalidade que acontecem durante os chamados Bailes Funk devem ser rigorosamente punidos dentro da legalidade, apontando que já é positivado no direito penal as penas aplicadas a cada caso, como exemplo o de crimes contra a vida, contra a honra, contra a dignidade sexual, contra a exploração sexual de menores, de tráfico de drogas etc. Não sendo preciso positivar mais um crime para evitar tais atos. Na análise da comissão ela ainda destaca que juridicamente a proposta de Lei fere a Constituição Federal, pois o art. 5º, inc. IV, da Constituição Federal garante o direito de livre manifestação musical e artística.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos estudos e buscas realizadas, foi proposta uma pesquisa com cerca de 70 pessoas, abordando o tema em discussão. Cinco perguntas foram colocadas à resposta dos participantes. Dessa forma, partindo dessas questões, foram elaborados cinco gráficos:

Em sua opinião as letras de funk valorizam o crime organizado?

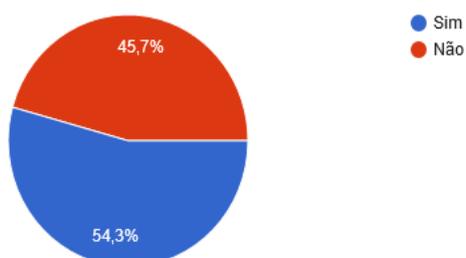
70 respostas



Fonte: Os autores, 2017

É comum caracterizar o funk como machista, sensual, homofóbico, e erótico, porém há quem os defenda af...m. Você concorda com tal afirmação?

70 respostas

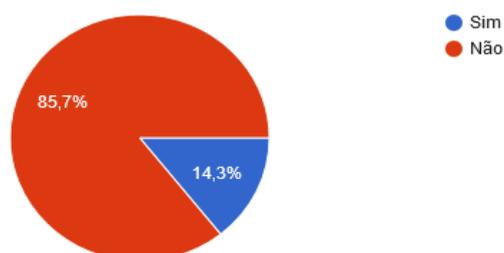


Fonte: Os autores, 2017.

Pergunta completa: É comum caracterizar o funk como machista, sensual, homofóbico, e erótico, porém há quem os defenda afirmando se tratar apenas de uma música a qual reflete a sociedade onde vivem. Você concorda com tal afirmação?

Você concorda com a transformação de clássicos como "Asa Branca" de Luiz Gonzaga em versões de funk onde...ização e a sensualidade predominam?

70 respostas

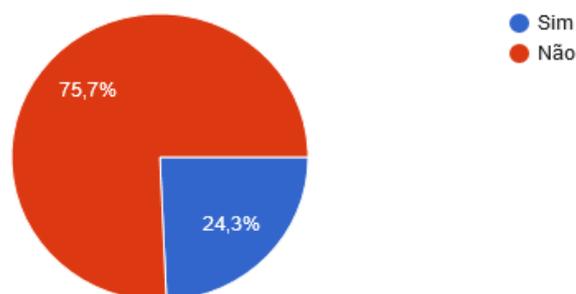


Fonte: Os autores, 2017.

Pergunta completa: Você concorda com a transformação de clássicos como “Asa Branca” de Luiz Gonzaga em versões de funk onde a erotização e a sensualidade predominam?

Você é a favor da criminalização do funk?

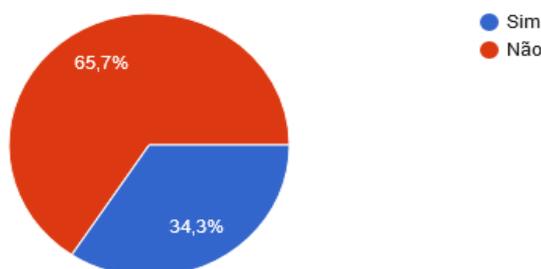
70 respostas



Fonte: Os autores, 2017.

Do seu ponto de vista a proibição do funk geraria uma diminuição da criminalidade nas periferias?

70 respostas



Fonte: Os autores, 2017.

Levando em consideração tais respostas é possível notar que a maioria das pessoas acredita que o funk é um fator que valoriza o crime na sociedade, através de letras apelativas e que fazem apologia à prática de atos contra a lei no país. Em contrapartida no segundo questionamento, a resposta foi que o funk é um ritmo que reflete a sociedade onde está inserido. Conclui-se que a sociedade acredita que tais letras são o reflexo da sociedade atual, uma sociedade ainda machista, homofóbica e preconceituosa.

Com base nos dados acima retirados, na questão da criminalização do funk, as pessoas acreditam que criminalizar tais músicas não mudaria em nada a questão da

violência e crimes praticados, uma questão a ser ressaltada, já que afirmaram que o funk reflete o que é vivido socialmente e não o contrário. Na questão da proibição do funk ter a ver com a criminalidade das periferias, os participantes responderam que tal ato de proibição não mudaria o fato da ocorrência diária e desenfreada de atos delituosos, mais uma vez afirmando que as letras destas músicas apenas refletem o dia a dia social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto neste resumo à cerca do funk e as letras de denúncia nele abordadas, é possível afirmar que a sociedade atual acredita que o funk pode ser sim, um dos influenciadores da criminalidade, porém ao mesmo tempo reflete o que é diariamente vivido pela grande parte das pessoas, não somente as moradoras de periferias das cidades, mas também abrangendo as demais classes sociais, pois de fato, a criminalidade está concentrada onde a população carece de conhecimento e oportunidades, mas este caso não exclui as demais classes privilegiadas de estarem inseridas neste contexto de crimes e violência.

Quanto à criminalização é possível notar que, criminalizar tais letras não fará diferença no número de delitos, já que o contexto social influencia muito mais do que uma música considerada “proibida”, sendo a sociedade o próprio resultado que inspira a composição de tais músicas. Dessa forma, vale considerar que a proibição dessas manifestações através das letras de música, seria uma oposição constitucional, já que o parágrafo 5º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 é garantidor da liberdade de expressão e da livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato, o que inclui se expressar através das músicas.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 06 nov. 2017.

_____. **Senado Federal**: Parecer (SF) Nº 32, de 2017. Disponível em: <www.senado.leg.br>. Acesso em 06 nov. 2017.

_____. **Sugestão nº 17, de 2017**. <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129233>> Acesso em

27 out. 2017.

LETRAS de funk são espelho de sociedade machista e erotizada, diz MC Carioca.

In: **UOL**: portal eletrônico de informações, s.d. Disponível em:

<http://forum.jogos.uol.com.br/letras-de-funk-sao-espelho-de-sociedade-machista-e-erotizada-diz-mc-carioca_t_3799089?page=1> Acesso em 24. Set. 2017

“NÃO me bate doutor”: funk e criminalização da pobreza. In: **Cult**: portal eletrônico de informações, s.d. Disponível em:

<<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19190.pdf>>. Acesso em 17 out. 2017

OS JUSTICEIROS DA ATUALIDADE: UMA ANÁLISE A LUZ DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

FINOTI, Vitor Braga
RIOS, Matheus Azevedo
MACHADO, Giovana Duarte
LORENÇÃO, Isabelle Camporez
VIEIRA, Maria Eduarda¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

Dentro do Direito Penal existem alguns princípios elementares: valores, que servem como bases orientativas e dão sentido harmônico ao sistema normativo. Dentre os demais cabe destacar o Princípio da Legalidade, definido no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal” e também no art. 1º do Código Penal Brasileiro, que não se difere muito do texto anterior.

Sendo esse princípio o mais importante dentro do Direito Penal, nele se afirma que, não existe crime sem uma lei anterior que o defina como tal, somente quando houver uma correspondência entre a conduta praticada e a previsão legal é que se pode afirmar que houve crime, logo, a lei é a única fonte do Direito Penal que proíbe ou impõe condutas sob ameaça de sanção, conclui-se então que tudo que não foi proibido é lícito.

Mesmo com a existência deste princípio e de vários outros que regem as decisões dos juízes, e também destes princípios estarem sob a disponibilidade de pesquisa de todos, na sociedade atual vem ocorrendo uma grande incidência dos intitulados “justiceiros da atualidade”, que normalmente são caracterizado por pessoas

¹Graduandos em Direito pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor orientador. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Criminal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES; E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

insatisfeitas com decisões de juízes, que tentam tomar medidas, como protestos em rede sociais, ou até mesmo levando a matéria penal a um modelo de justiça vingativa privada, visando além da visibilidade, influenciar ou até mesmo modificar essas decisões, principalmente pela mesma ir de encontro com aquilo que acreditam ser correto, mesmo que isto não esteja efetivado em lei.

Neste compêndio observa-se como problema até que ponto os “justiceiros da atualidade” intervêm na aplicação do Direito Penal brasileiro, infringindo o Princípio da Legalidade e quais seriam as consequências para o cenário jurídico-penal nacional? O objetivo da pesquisa realizada foi analisar até qual ponto os “justiceiros da atualidade” estão intervindo na aplicação do direito penal, infringindo o princípio da legalidade e as consequências que essa situação traz para o cenário jurídico-penal nacional.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Utilizou-se como método para a presente pesquisas de caráter qualitativo e quantitativo a aplicação de formulários com perguntas objetivas e pergunta que em algum momento abre precedente para que o participante venha a manifestar uma opinião não restrita as afirmativas.

3 DESENVOLVIMENTO

De fundamental importância, “o Estado Democrático de Direito jamais poderia consolidar-se, em matéria penal, sem a expressa previsão e aplicação do princípio da legalidade” (NUCCI *apud* ESTEFAM, 2014, p.580). Isto se deve ao fato de tal princípio assegurar que, no âmbito do Direito Penal, é inadmissível que uma pena venha a recair sobre o sujeito que comete determinada conduta se a mesma não dispor de previsão legal expressa em legislação atual e vigente, independentemente se tal conduta se adequa ou não nos âmbitos morais e costumeiros do povo do Estado.

Rogério Greco (GRECO, 2015) define Tipo, em matéria penal, como o padrão de conduta que o Estado, por meio lei como único instrumento, que visa impedir que seja praticada, ou determina que seja levada a efeito por todos. Além do tipo, é

importante destacar também a tipicidade, como postula o doutrinador espanhol Muñoz Conde:

É a adequação de um fato cometido à descrição que dele se faz na lei penal. Por imperativo do princípio da legalidade, em sua vertente do *nullum crimen sine lege*, só os fatos tipificados na lei penal como delitos podem ser considerados como tal (CONDE, 1999, p.41).

Laura Maria Pessoa Batista Alves defende em que um dos grandes influenciadores desta massa popular, aqui chamada de “justiceiros da atualidade”, é extremamente influenciada pela mídia. Em sua pesquisa, Laura cita o caso de Bruno Fernandes (que em 2011, data da pesquisa ainda estava em andamento), embora depoimentos afirmavam que a vítima teria sido assassinada e seu corpo teria sido devorado por cachorros o acusado negava, e até hoje vestígios do corpo não foram encontrados, entretanto, a sociedade já enxergava Bruno como culpado (ALVES, 2011).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

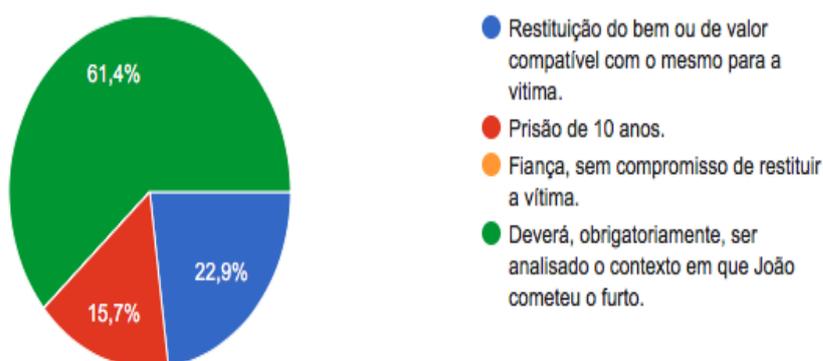
Buscou-se, primeiramente, traçar um perfil que posteriormente seria associado as respostas para a identificação de um comportamento reiterado. Buscou-se também no questionário, aferir em dois eixos o extremismo e posição vingativa apresentada pelo entrevistado. O primeiro eixo, tinha como escopo uma análise de postura genérica. Trazendo analogia a dois casos fictícios: primeiramente um caso de furto e posteriormente homicídio. A escolha dos crimes se deu pela análise dos costumes da sociedade do quão reprováveis são, deste modo o primeiro (furto) se mostra muito menos reprovável que o segundo (homicídio).

Em ambas as questões, tinha o candidato quatro opções de resposta, sendo elas: uma forma reclusão, restituição/indenização da vítima e/ou familiares. Enquanto isso o segundo eixo era composto por uma única pergunta, onde se fez analogia a um caso amplamente divulgado pela mídia e afins. “Um homem foi preso em flagrante após ter ejaculado em uma mulher dentro de um ônibus na avenida Paulista, uma das mais movimentadas vias de São Paulo. Menos de 24 horas depois, foi liberado após o juiz responsável concluir que o ato não seria estupro, mas sim uma contravenção

penal - "importunar alguém em local público de modo ofensivo ao pudor" - passível de punição com multa. Em relação a esta caso você?"

Tinha o entrevistado três possibilidades de resposta: concordar com a posição o juiz, discordar com a posição do juiz ou ainda dissertar sua opinião em relação a sentença. Tal questionário foi aplicado única e exclusivamente online, utilizando a ferramenta Google Formulários, sendo o link de acesso divulgado em redes sociais. Aceitando respostas durante 30 dias, foram homologadas para os fins de análise por esta pesquisa 1589 respostas. No que se refere ao primeiro eixo, tratando-se de crime de menos reprovabilidade social, a maior parte dos entrevistados responderam que a situação é passível de análise objetivando identificar o contexto em que o crime foi cometido (Gráfico 1).

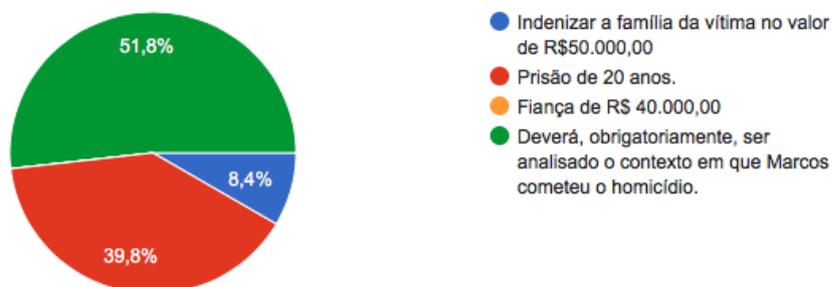
Gráfico 1: Resultados primeira questão: "João furtou, em sua opinião a pena aplicada a João seria"



Fonte: Os autores (2017).

Cabe destacar as demais respostas, que somam 38,6%, nestas verifica-se que do todo de pessoas que apresentam posições que não uma análise do contexto do crime, menos que a metade opta pela aplicação de uma pena consideravelmente alta, típico dos justiceiros. Quando se trata de crime com maior reprovabilidade social – homicídio, verifica-se uma queda significativa nos que se mostram defensores de uma análise completa do crime, antes de proferir qualquer tipo de sanção (Gráfico 2).

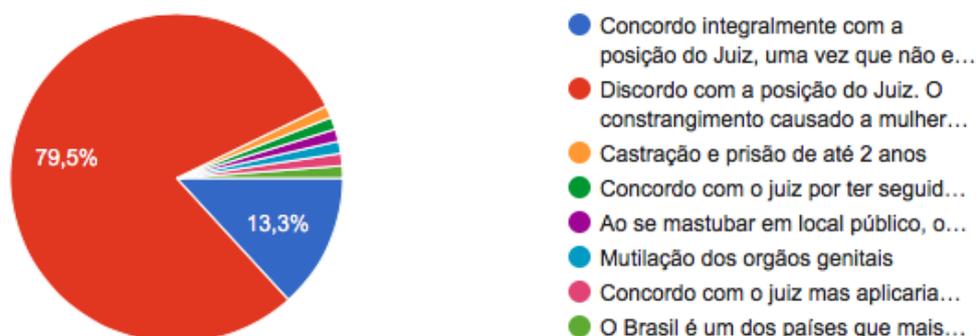
Gráfico 2: Resultados segunda questão: “Marcos matou Marcella. Em sua opinião, a pena aplicada a João seria”



Fonte: Os autores (2017).

Cabe destacar que nas duas perguntas, nenhum dos entrevistados, utilizando de seu juízo de valor opta por penas pecuniárias, haja vista as perspectivas difundidas no meio social que questionam sua eficiência. Uma vez que em nas duas questões não se fala em fatos que podem excluir a ilicitude (a título de exemplo: furto em estado de necessidade ou homicídio em legítima defesa), firma-se a tese de que para os justiceiros, o juízo que se faz acerca da sanção é em sua totalidade extintivo e vingativo, além de apresentar uma forte marca unilateral e parcial. Posteriormente, em análise isolada no ultimo eixo, verifica-se alta reprovabilidade da posição adota pelo juiz no caso exposto (Gráfico 3).

Gráfico 3: Resultados da terceira questão



Fonte: Os autores (2017).

Diante do grande número de votos contrários a posição do juiz, se visualiza enfim, que quando falamos de um caso real, citando mais particularidades a maior parte dos entrevistados caminha ao perfil dos justiceiros. Além das respostas preestabelecidas, alguns entrevistados optaram por discorrer acerca de suas opiniões, destes, todos manifestaram posicionamento desfavorável a decisão proferida pelo magistrado, que, foi pautada única e exclusivamente na lei brasileira e nos princípios do direito penal, sendo o crime excluído por falta de elemento para tipicidade. Logo, discute-se sobre o nível da proporcionalidade da relação entre a reprovabilidade da conduta indo ao encontro a vontade de sanção de juízo de valor intrínseco a pessoa humana. Naturalmente, quanto maior a reprovabilidade da conduta, proporcionalmente será maior a vontade de sanção mais rígida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a elaboração das pesquisas e análise dos resultados desencadeados em decorrência da execução metodológica da mesma, é possível concluir que o comportamento pelo qual se define o “justiceiro da atualidade” está difundido em uma minoria da sociedade, não passível de intervir significativamente na decisão de um magistrado.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Laura Maria Pessoa Batista. **A mídia como agente operador do direito.** Natal: Revista Fides, 2011.

ESTEFAM, André. **Direito Penal Esquematizado: Parte Geral** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal.** 17. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

MACHISMO EM ANÁLISE: O PRECONCEITO NOSSO DE CADA DIA

CABELINO, Cláudio Ricardo
STHEL, Luiz Fernando dos Santos
FELICIANO, Thiago Zanardi¹
RANGEL, Tauã Lima Verdán²

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste foi a importância do combate à disseminação que a mulher é tratada em relação ao homem, de forma a evitar retrocessos e proporcionar um desenvolvimento do ideal de igualdade entre os gêneros, que muito se conquistou, mas ainda se encontra em fomento no mundo.

A mulher tem um papel importantíssimo na sociedade, porém, por muitos anos foram tidas como subsidiárias, auxiliares; o homem foi colocado como protagonista e toda a história foi contada e analisada sob sua ótica. Com a modernidade, eclodiram eventos e a mulher não pôde se conter com seu lugar em segundo plano, e, atualmente, detêm lugar de destaque social em muitas culturas. Entretanto, apesar de todo avanço, ainda é possível notar resquícios desse antiquado costume machista. Por tal motivo é tão importante tratar recorrentemente sobre esse assunto, de forma a evitar retrocessos e proporcionar um desenvolvimento do ideal de igualdade entre os gêneros, que muito se conquistou, mas ainda se encontra em fomento no mundo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Constitui pesquisa a respeito da proposta apresentada com base em textos de diversas plataformas, dados estatísticos governamentais e análise pessoal dos elementos do grupo acadêmico à luz das informações elencadas.

¹Graduandos em Direito da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

²Professor Orientador. Doutorando Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF – Linha de Pesquisa: Conflitos Sócio Ambientais Rurais e Urbanos, Mestre em Ciência Jurídica e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro do Curso de Bacharelado em Processo Civil. E-mail: taua_verdan2@hotmail.com

3 DESENVOLVIMENTO

Todos os dias mulheres são alvos de variados tipos de violência, que percorrem desde a agressão verbal até a perda da vida. A violência contra mulheres é uma construção social, embasado em uma questão cultural ou até mesmo religiosa, como visto em alguns países. É o resultado de uma desigualdade na relação social de poder entre homens e mulheres que a sociedade reproduz.

A violência contra a mulher é denominada de “Feminicídio”, termo usado para nomear todo tipo de agressão contra o sexo feminino, que leva ou pode levar à morte. Consiste desde o assédio verbal, físico, emocional e sexual. Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), o feminicídio envolve o assassinato intencional de mulheres apenas por serem mulheres. O feminicídio é cometido normalmente por homem, mas, algumas vezes também envolve entes familiares podendo ser até mesmo do sexo feminino.

Segundo pesquisa realizada pela ONU em 2013, em cada 10 mulheres no mundo 7 já foram ou serão violentadas em algum momento da vida. Ainda na mesma pesquisa, quando observamos relações entre o homem e a mulher em que houve um caso de assassinato, 5% destes assassinatos tiveram o homem como a vítima, enquanto que em todos os casos de assassinatos de mulheres no mundo, 35% é cometido por seus parceiros (SOARES, 2015).

As mulheres brasileiras têm amplos direitos e garantias assegurados na Constituição, em leis, Tratados e Convenções Internacionais assinados pelo nosso governo. Gozam, formalmente, nos códigos, de uma das mais modernas legislações de proteção do mundo. Além disso, existe no nosso país a Lei 11.240, de 2006, conhecida como a Lei Maria da Penha, que reforça à mulher todos os direitos fundamentais da pessoa humana à fim de lhe assegurar uma vida repleta de oportunidades, preservando sua saúde tanto física quanto emocional.

Não obstante a essas garantias fundamentais protegidas por leis, as mulheres ainda continuam sofrendo com a discriminação e com a violência, porque o Estado é falho ao exercer a lei, e no controle do cumprimento da mesma, não punindo os infratores

de forma devida, por muitas das vezes não punindo de forma alguma. A desigualdade de gênero que está presente em nossa sociedade e se reflete também nas relações profissionais e na vida dos trabalhadores, o machismo dentro do trabalho se dá de diversas maneiras.

Um aspecto crucial no estudo dessa realidade encontrada na vida profissional é a chamada dupla jornada de trabalho. A mulher não pode ser vista numa relação de trabalho apenas enquanto empregada de uma determinada empresa, existe para a devastadora maioria delas o trabalho doméstico não remunerado. 98% das mulheres brasileiras que trabalham se dedicam em jornada dupla nas tarefas domésticas de seu lar, uma diferença considerável quando observa-se os homens, menos de 30% dos homens participam das tarefas de casa. (BRAGA; RUZZI, 2016). Dessa forma, a maioria das mulheres que exercem atividade remunerada concilia com o cuidado do lar, isso gera não apenas um tempo corrido de seu dia extremamente comprometido, mas também uma exaustão que atrapalha muitas vezes na execução do seu serviço remunerado.

Essa divisão sexual e cultural do trabalho, que impõe que a mulher se sinta responsável pelos serviços domésticos e familiares, também é atribuído a ela no cuidado com os filhos. Dessa maneira, as atividades escolares dos filhos em que é necessária a presença dos pais, as consultas médicas, entre outras, serão encargos designados à mulher, demandando, em alguns casos, que falte o próprio serviço para realizar tais tarefas. Por conta disso, as mulheres brasileiras ficam em média 5 anos afastadas do mercado de trabalho.

Outro ponto é a diferenciação salarial. Embora exista na Constituição Federal de 1988 a vedação da discriminação salarial entre os gêneros que exercem a mesma função, na prática o que acontece não é o que está protegido por lei, mulheres ainda ganham menos do que os homens.

De acordo com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), a diferença salarial entre 1990 e 2014 diminuiu em 12,1%, porém a diferença ainda é grande, pois, para cada 100 unidades monetárias recebidas pelos homens, a mulher que exerce mesma função recebe 83,9. Observa-se que mesmo tendo formação

acadêmica em igual volume, homens ainda recebem mais que mulheres, devido a cultura machista, a qual infere ser o homem mais competente simplesmente pelo seu gênero. Fica ainda mais claro o preconceito quando analisamos os dados do IBGE de 2014, que aferem a escolaridade média de dos gêneros: em média uma mulher estuda 8 anos, enquanto os homens estudam 7,5.

Essa discriminação sofrida pela maioria das mulheres prejudica tanto a inserção da mulher no mercado de trabalho quanto o seu desempenho e crescimento profissional, por exemplo, as empresas públicas brasileiras, em uma média geral, têm no seu alto escalão 19% dos cargos ocupados por mulheres, índice bem abaixo quando analisamos a média mundial, que é de 24% (BRAGA; RUZZI, 2016).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A diferença entre homem e mulher é latente na humanidade desde os tempos mais remotos. A divisão de tarefas distinguiu os gêneros e os acompanha até então. Mesmo diante da sociedade moderna e que prega a igualdade, o machismo possui raízes que se entranham na formação familiar, e dificulta a ascensão feminina perante os desafios que sempre as acompanharam, tornando-se, muitas vezes, velado, disfarçado de bons modos, sendo justificado como cavalheirismo.

De fato a menina é tratada diferente perante a família em detrimento ao menino. Desde nova é comum vê-las sentando em uma cadeira mais à vontade e os pais a repreendendo alegando ser ela uma moça e que deve se portar como tal; acontece o controle nos horários para voltarem para casa quando saem, ou mesmo a obrigatoriedade com as tarefas domésticas, enquanto os meninos ficam dispensados desses limites. Dessa forma, eles são criados para serem os galantes, que se relacionam com várias mulheres, livres e provedores, detentos do controle familiar e social. Tudo isso aprovado familiarmente de forma natural, e, inclusive, estimulado pela mãe. Entretanto o ônus dessa responsabilidade não cabe só a ela, mas também à sociedade em geral. Como exemplo segue o relato pessoal da psicóloga e psicanalista Vidigal:

Cresci ouvindo em casa que meu irmão mais velho não podia fazer algo ou até podia fazer algo, porque era homem. Ele era o sinônimo da inteligência, do bom caráter, bom filho, irmão e por isso a ele era permitido certas "regalias" como **não lavar a louça** ou mesmo **não querer fazer algo em família**, quando não fosse de seu agrado.

Enquanto isso, eu não tinha opção de escolher se queria ou não ir a um evento familiar, pois era menina e precisava estar junto, mas também era muito elogiada, quase sempre ouvia que era uma menina bonita, educada, bem vestida e de bons modos, frequentemente fui apresentada para outras meninas como exemplo de postura.

Eu não era agressiva, na verdade, era bem obediente e mesmo quando não gostava de algo, fazia o que era esperado por uma menina. As pouquíssimas vezes que tentei expressar uma opinião ou atitude diferente **fui rapidamente repreendida e notificada que aquilo não era coisa de uma boa menina.** (VIDIGAL, 2017, s.p.)

O fato é que a palavra “machismo” remete, muitas vezes, a um homem grotesco, bruto, violento, entretanto, tudo aquilo que infere ser a mulher inferior, ou mesmo incapaz, também é sinônimo de machismo. Há machismo, inclusive, nos gestos tidos por séculos como sendo gentis, tais como: pagar a conta para a mulher durante encontros, abrir a porta do carro para a mulher entrar, trazer atrás a cadeira para ela sentar, dentre outros cavalheirismos que entende a mulher frágil, hipossuficiente, indefesa.

Portanto, a gênese desse comportamento reprovável se encontra no seio familiar, estimulado pelos pais e familiares próximos, diferenciando homem e mulher desde novos. Constitui conceito deturpado das funções, capacidade e limites dos gêneros sexuais, e, curiosamente, presente e propagado tanto por homens quanto por mulheres (pois existem mulheres que estão de acordo com toda essa relação da inferioridade feminina, absurdamente).

Apesar das mulheres estarem em constante luta para reconhecimento de direitos e conquista de espaço perante a sociedade, existem áreas em que já se sedimentou o acesso feminino, e se há algum tempo eram raros os casos de mulheres nas carteiras das universidades, a situação se inverteu sendo elas a grande maioria no ingresso e, principalmente, de conclusão nos cursos de graduação presenciais.

Segundo dados do INEP (instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), de 2014, em média, a quantidade de mulheres que ingressaram no curso superior é maior que de homens, sendo até o ano 2013, 55% do total de alunos,

umentando o percentual, quando se trata de discentes concluintes, para 60% destes (SALOMÃO, 2015.). Nota-se que os cursos da área de humanas têm maior presença feminina que os de exatas, porém essa diferença tende a diminuir, se seguir conforme o progresso, nesse sentido, até então.

Com a crescente pressão por parte da militância feminista para a diminuição do machismo na unidade familiar, o acesso à informação das filhas e filhos, a oportunidade de sair da cidade para estudar e ter acesso a uma formação profissional e acadêmica se potencializa e os resultados são visíveis e progridem de forma exponencial, salientando a importância feminina em todos os setores sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em muito se avançou nos últimos anos no que concerne ao assunto tratado. Porém, a sociedade ainda tem preconceito com a mulher, se não de forma explícita, de forma velada. Tratar do tema, principalmente no meio acadêmico, é uma forma importante de combate aos diversos tipos de violência sofrida pelo público feminino, para que não haja retrocessos das conquistas, mas sim maior avanço. Apesar da proteção jurídica às mulheres, a realidade está longe do ideal. Neste sentido, o poder público deve agir de maneira incisiva, com fiscalização do cumprimento das garantias legais e com novas medidas que diminuam o fosso que existe entre os gêneros.

Tratar do tema, principalmente no meio acadêmico (ambiente de formação de ideias, construção e desconstrução de pensamentos) é uma forma importante de combate aos diversos tipos de violência sofrida pelo público feminino, de forma a apontar as fragilidades sociais e propor formas de solução, para que não haja retrocesso das conquistas, bem como um desenvolvimento e um avanço de tal realidade.

Apesar das mulheres terem proteção jurídica, a realidade se afasta consideravelmente do ideal constante nas leis brasileiras. Nesse sentido, o poder público deve agir de forma incisiva, através da fiscalização do cumprimento das leis e criando medidas que possam diminuir o fosso que existe entre os gêneros.

5 REFERÊNCIAS

BRAGA, Ana Paula; RUZZI, Marina. **Discriminação das mulheres no trabalho.** Disponível em: <<http://bragaruzzi.com.br/discriminacao-das-mulheres-no-trabalho/>> Acesso em 13 nov. 17

SALOMÃO, Ana. **Maioria é feminina em ingresso e conclusão nas universidades.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/21140-maioria-e-feminina-em-ingresso-e-conclusao-nas-universidades>> Acesso em 13 nov. 2017

SOARES, Ana Liz. **Violência contra a mulher.** Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/violencia-contramulher/>> Acesso em 13 nov. 2017

VIDIGAL, Raquel Baldo. **O machismo disfarçado de boa intenção, preocupação e cuidados.** Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/raquel-baldo-vidigal/o-machismo-disfarçado-de-boa-intencao-preocupacao-e-cuidados_a_21704232/> Acesso em 13 nov. 17